



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Milena Fernandes Barroso

**“O começo do fim do mundo”: violência estrutural contra mulheres no
contexto da hidrelétrica de Belo Monte**

Rio de Janeiro

2018

Milena Fernandes Barroso

“O começo do fim do mundo”: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Elaine Rosseti Behring

Co-orientadora: Prof^ª. Dra. Denyse Côté

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

B277 Barroso, Milena Fernandes
“O começo do fim do mundo”: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte / Milena Fernandes Barroso . – 2018. 385f.

Orientadora: Elaine Rosseti Behring.
Coorientadora: Denyse Côté
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.
Bibliografia.

1. Violência contra mulher - Amazonas – Teses. 2. Mulheres – Condições sociais - Amazonas - Teses. 3. Usina Hidrelétrica de Belo Monte - Teses. 4. Feminismo - Amazonas – Teses. I. Behring, Elaine Rosseti. II. Côté, Denyse. III Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. IV. Título

CDU 396(811.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Milena Fernandes Barroso

“O começo do fim do mundo”: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social.

Aprovada em: 27 de abril de 2018.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Elaine Rossetti Behring (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof^a. Dra. Denyse Côté (Co-orientadora)
Université du Québec en Outaouais

Prof. Dr. Guilherme Almeida da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof.^a Dra. Rosângela Nair de Carvalho Barbosa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof^a. Dra. Ivanete Salette Boschetti
Universidade de Brasília

Prof^a. Dra. Mirlla Cisne Álvaro
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Às mulheres pindovas do Xingu que re(existem) em busca do sol.

A todas as Marielles, Janaínas, Elisas, Nicinhas, Katias, Dorothys, Bertas, Raimundas, Dalvas, Antônias, Cláudias, Marias, que tiveram suas vidas interrompidas pela violência estrutural.

A Pedrina de Deus (*in memoriam*), com quem aprendi que a revolução se constrói todos os dias, desde os barulhos do pensamento aos silêncios do samba.

AGRADECIMENTOS

À orientadora desta tese, professora Elaine Behring, referência teórica, ética e política, antes mesmo do doutorado. Todo o meu agradecimento pelas ricas partilhas, generosidade, disponibilidade e amizade. Nossa relação de confiança e respeito foi fundamental nesse processo, e minha admiração por você só cresceu ao longo do doutorado.

À co-orientadora, professora Denyse Côté, supervisora do estágio no Canadá, pelas contribuições na estruturação da pesquisa de campo e orientações a partir da teoria social feminista. À supervisora da Missão de Estudos Procad, professora Ivanete Boschetti, pelos debates proporcionados no GESST e por todo o carinho durante nossa temporada em terras candangas.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pela formação que nos proporcionaram dentro e fora da sala de aula. A Uerj resiste porque vocês resistem! Sinto muito orgulho de fazer parte dessa universidade.

Às professoras e aos professores da UFRJ, UERN e UnB, universidades em que tive a oportunidade de realizar importantes diálogos a partir da participação em disciplinas e eventos que contribuíram sobremaneira na fundamentação teórica da tese e análise documental dos dados. Em especial, agradeço ao Prof. Evilásio Salvador pelo apoio na análise dos dados quantitativos.

Às professoras que compuseram a banca examinadora da qualificação do projeto de tese, Profa. Maria Malta, Profa. Mirla Cisne, Profa. Rosângela Nair, e às professoras Ivanete Boschetti e Denyse Côté e ao Prof. Guilherme, que não participaram do evento de qualificação, mas aceitaram fazer parte da banca de defesa de tese. Desde já agradeço pela disponibilidade e atenção.

Às mulheres do Xingu, sujeitos da pesquisa, pelo acolhimento, disponibilidade, confiança e inspiração. Que o desejo de sol esteja sempre com vocês! Ao Ivo, pela “sensibilidarte” e carinho expressos na capa feita especialmente para a tese. E por contribuir desde lá atrás com o meu encontro com a questão indígena. A Jéssica e sua família, pelo apoio e amizade durante a pesquisa de campo em Altamira. A Denise, pela transcrição das entrevistas. A Lucíola, pela revisão do material. A Mioni e Vinicius, pela tradução dos resumos.

Às minhas queridas e aos meus queridos, que em momentos distintos, desde o pré-projeto até a redação final da tese, contribuíram com a leitura crítica e afetiva dos meus escritos: André, Cynthia, Beth, Gil, Mirla, Yanne e Zelma. O *feedback* e a colaboração de vocês foram fundamentais para seguir com menos insegurança. Quero destacar a imprescindível disponibilidade, suporte e carinho do André em todo esse processo, mas especialmente na reta final da tese. Você é demais!

A Juliana, pela acolhida na “cidade maravilhosa”, torcida e irmandade. A Cibele e Yanne, por tornar os dias em Brasília mais coloridos, felizes, e pelos presentes que me proporcionam. A Andreza e a João Lucas, pela acolhida sempre amorosa em Manaus. E a todas as irmãs-amigas, pela força, carinho, generosidade e alegrias partilhadas ao longo do doutorado e de todos os anos. Tê-las em minha caminhada é um privilégio.

A Lucas, meu companheiro, pelos projetos, cuidado e amor partilhado ao longo dessa e de outras jornadas, por aguentar a “barra” e segurar a “peteca” nos momentos mais difíceis. Sem você esse percurso teria sido bem mais difícil. À minha família, irmãos (Thiago e Luiz), cunhadas (Taline e Paula), pais e mães, especialmente ao Jorna, por cuidarem da casa, dos filhotes nos momentos de ausência e tantas viagens, por todo apoio, torcida, dedicação e confiança.

Às minhas amigas cearenses com quem tive o prazer de compartilhar a experiência das disciplinas e vários momentos do doutorado: Lalá, Tati, Mossi e Vévê. Agradeço pelas partilhas ao longo dos últimos anos.

À Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e ao Colegiado do Curso de Serviço Social pela liberação de minhas funções docentes para cursar o doutorado, em especial à minha amiga Valmiene.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), pela concessão de bolsa de estudo, e ao Governo do Canadá, através do Programa Futuros Líderes das Américas, pelo apoio financeiro concedido durante o período de estágio no país.

A todas e todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e conclusão do doutorado.

RESUMO

BARROSO, Milena Fernandes. “*O começo do fim do mundo*”: *violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte*. 2018. 385f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A presente tese tem como tema a violência estrutural contra as mulheres no contexto dos “grandes projetos”, em particular os desenvolvidos na Amazônia brasileira. O objeto de estudo foi a relação entre a violência contra as mulheres e a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, mas para isso foi necessário contextualizar a violência recuperando os principais aspectos que compõem o processo de constituição histórica que levaram à idealização e execução de Belo Monte. Além disso, problematizamos a violência como categoria explicativa do real a partir de seus pressupostos e determinações, destacando as lutas e resistências como uma dimensão da violência. A pesquisa teve como método de análise o *materialismo histórico-dialético* e tratou-se de um estudo quanti-qualitativo situado na perspectiva da teoria crítica e feminista, na observação do *contexto* e da *experiência* e no discurso das mulheres e *nos dados das instituições oficiais* sobre a violência contra as mulheres. As informações acessadas foram analisadas por meio da técnica de triangulação. A análise dos dados possibilitou afirmar que a relação entre a violência contra as mulheres e a ordem social ainda é acessória, sendo resultado de escolhas individuais e conflitos interpessoais. Porém, mostrou-se como condição e produto das relações sociais, refletindo o próprio *modus operandi* dada a sua agudização. Na pesquisa, a violência contra as mulheres expressou-se sob diversas formas, que podem ser sintetizadas na *expropriação-opressão-exploração* das terras, espaços e corpos das mulheres, com destaque para o estupro, mas também sob outras expressões, algumas comumente reconhecidas – como é o caso da violência conjugal e do assédio moral e sexual –, e outras subsumidas nas relações sociais, quer pelas violências mais diretas, quer pela própria dinâmica das relações que a naturalizam – o etnocídio, a expropriação de terras e meios de trabalho, a exploração do trabalho, o racismo contra as mulheres indígenas, ribeirinhas e negras. A pesquisa também apontou que o enfrentamento à violência contra as mulheres pelas políticas de Estado, quando ocorre, dá-se com foco na violência doméstica e na responsabilização e culpabilização individual dos sujeitos. Em Belo Monte, tais políticas não conseguiram garantir proteção ou segurança às mulheres atingidas pela obra, o que permite afirmar a omissão e conivência do Estado com os casos de violência ocorridos no contexto da referida barragem, não como uma externalidade, mas parte mesma das relações estruturantes da região. O estudo também destacou o protagonismo das mulheres nas lutas contra a construção da obra e por direitos através do enfrentamento às múltiplas expressões da violência. Os resultados indicam que, ao funcionar como *continuum*, a violência opera como uma guerra contra as pessoas e contra a natureza, sendo *a violência contra as mulheres um instrumento imprescindível*. Assim, como uma violência estrutural, o enfrentamento à *violência contra as mulheres* deve necessariamente questionar os fundamentos patriarcal, racista e capitalista das relações sociais. Logo, novos patamares de sociabilidade não são possíveis se as relações continuarem a ser fragmentadas, responsabilizando individualmente os sujeitos e buscando soluções nas “grades” e “prisões”.

Palavras-chave: Violência contra mulheres. Violência estrutural. Desenvolvimento. Neopropriação. Amazônia. Hidrelétrica de Belo Monte. Movimentos sociais.

ABSTRACT

BARROSO, Milena Fernandes. “*The beginning of the end of the world*”: *Structural violence against women in the context of Belo Monte hydropower plant*. 2018. 385f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The theme of the following thesis is structural violence against women in the context of “large infrastructure projects”, particularly the ones developed in the Brazilian Amazon region. The object of the study was the relationship between violence against women and the construction of Belo Monte Hydropower Plant, but, in order to realize it, it was necessary to contextualize violence, looking back at the main features which define the process of historical constitution which led to the idealization and execution of Belo Monte. Beyond that, we seek to problematize violence as an explanatory category of reality, analyzing its assumptions and determinations, emphasizing the struggles and resistances as a dimension of violence. The research used, as an analytical method, *dialectical and historical materialism* and it was a quanti-qualitative study based on a perspective of critical and feminist theory, on the observation of the *context* and *experience*, the discourse of women and on *official institutional data* about violence against women. The information consulted was analyzed by a triangulation technique. The data analysis allowed us to argue that the relationship between violence against women and the social order is still considered secondary, and this violence mostly seen as a result of individual choices and interpersonal conflicts. However, such violence is a condition and a byproduct of social relationships reflecting its own *modus operandi* given its exacerbation. In this research, violence against women took many forms which can be synthesized as *expropriation-oppression-exploitation* of female lands, spaces and bodies, with a particular emphasis on rape, but also as others, some well-known - such as domestic abuse and sexual and psychological harassment –, some more insidious like the ones subsumed in social relationships, be them through more direct forms of violence, or through the dynamics of relationships which naturalize it – ethnocide, land and means-of-labor expropriation, exploitation of labor, racism against indigenous, black and river women. Research also revealed that State policies tackling violence against women, when they are put in place, focus only on domestic violence and shifting blame and liability towards individuals. At Belo Monte, such policies were not enough to guarantee protection or safety to women affected by the project, which allows us to assert omission and connivance of the State with the cases which took place within the context of the dam’s construction, not as a collateral effect, but as part of structural relationships in the region. The study also highlights the prominence of women in the struggles against the project’s construction and in the fight for their rights through their resistance to the many forms of violence used against them. The results suggest that violence is, in its form, a *continuum*, which wages war on people and nature, with *violence against women as an indispensable instrument*. Thus, as a structural form of violence, tackling *violence against women* must necessarily question patriarchal, racist and capitalist foundations of social relationships. Therefore, new paradigms of sociability are not possible if we continue to fragment relationships, focusing on individual liability and looking for solutions in “cages” and in “prisons”.

Keywords: Violence against women. Structural violence. Amazon. Belo Monte Hydropower.

RÉSUMÉ

BARROSO, Milena Fernandes. “*Le début de la fin du monde*” : violence structurelle faite aux femmes dans le contexte de l’usine hydroélectrique de Belo Monte. 2018. 385f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Cette thèse analyse la violence structurelle faite aux femmes dans le cadre des “grands projets” développés en Amazonie brésilienne. L’objet de la recherche a été la relation entre la violence faite aux femmes et la construction de l’usine hydroélectrique de Belo Monte. Nous avons essayé de qualifier la violence comprenant les principaux aspects à la base du processus de constitution historique du projet de Belo Monte, dès son idéalisation jusqu’à son exécution. Pour cela, nous avons pensé la violence comme concept explicatif du réel, à partir de ses présupposés et de ses déterminations, tout comme les luttes et les résistances qu’elle engendre. La recherche a eu comme méthode d’analyse le *matérialisme historique-dialectique*. En tant qu’étude quanti-qualitative, à la lumière de la théorie critique et féministe, ce choix méthodologique a favorisé l’observation du *contexte*, de l’*expérience* et du discours des femmes, en comparaison aux données *des institutions officielles*, quant à la violence faite aux femmes. Les informations obtenues ont été mises en valeur par la technique de triangulation. Leur analyse nous amène à affirmer que la violence faite aux femmes est, du point de vue de l’ordre social, considérée comme résultat des choix individuels et des conflits interpersonnels. Dans notre recherche, pourtant, la violence faite aux femmes s’est effectivement montrée comme produit des relations sociales. Cela s’explique par le concept d’*expropriation-oppression-exploration* des terres, des espaces et des corps des femmes, en particulier par le viol, mais aussi par d’autres expressions de la violence, certaines largement reconnues – comme la violence conjugale et le harcèlement moral et sexuel – et autres sous-jacentes aux relations sociales, par des violences plus directes ou par la propre dynamique des relations qui les naturalisent – l’ethnocide, l’expropriation des terres et des moyens de travail, l’exploitation du travail, le racisme envers les femmes autochtones, « riveraines » et noires. La recherche a aussi indiqué que le combat à la violence faite aux femmes par les politiques de l’Etat, se focalise, à chaque événement, plutôt sur la violence conjugale et sur la responsabilisation ou la culpabilisation individuelle des sujets. A Belo Monte, ces politiques n’ont pas réussi à assurer la protection ou la sécurité des femmes aux alentours des chantiers, ce qui nous a permis de constater l’omission et la complicité de l’Etat avec des cas de violences dans le contexte du barrage, non comme quelque chose extérieure, mais partie structurante des relations dans la région. L’étude a aussi souligné le rôle protagoniste des femmes dans les luttes contre la construction de l’ouvrage et pour des droits sociaux, à travers le combat aux multiples expressions de la violence. Les résultats indiquent que, prise dans un *continuum*, la violence opère comme une guerre faite aux personnes et à la nature, étant la violence faite aux *femmes un de ses instruments essentiels*. Du à son caractère de violence structurelle, le combat à la *violence faite aux femmes* doit forcément questionner les fondements patriarcaux, racistes et capitalistes des relations sociales. Des nouveaux seuils de sociabilité ne sont donc pas possibles, si on continue à fragmenter les relations sociales, responsabilisant individuellement les sujets et renvoyant leurs solutions dans les “grilles” et les “prisons”.

Mots-clés: Violence faite aux femmes. Violence structurelle. Amazonie. Usine hydroélectrique de Belo Monte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Indígena Tuíra protestando no I Encontro dos Povos do Xingu com seu facão (terçado) em 1989	77
Figura 2	– Divulgação da “Festa dos Barrageiros”	97
Figura 3	– Mobilização contra a Licença de Operação de Belo Monte em Altamira	100
Figura 4	– Indígena em Mobilização contra Licença de Mobilização de Belo Monte	102
Figura 5	– Pare Belo Monte	110
Figura 6	– Audiência Pública sobre Segurança Pública em Altamira	151
Figura 7	– Número de registros de estupros/100.000 habitantes (região): (a) nos cinco municípios impactados diretamente pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte; (b) no município de Altamira (2007-2013)	232
Figura 8	– Ocupação das mulheres no “Baixão do Tufi”	318
Figura 9	– Oficina de <i>arpillera</i> no 2º Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens no Xingu	329
Figura 10	– Reunião de articulação das ações do 8 de março em Altamira, em 2017	331

LISTA DE QUADRO E TABELAS

Quadro 1	– Momentos econômicos importantes da Amazônia brasileira (1500-2016).....	48
Tabela 1	– Número de ocorrências da Deam por ano (2011-2014).....	227
Tabela 2	– Número de ocorrências da Deam por ano (2007-2014).....	228
Tabela 3	– Número de ocorrências da Deam por tipo e ano.....	229
Tabela 4	– Número de registros de estupros por ano por município.....	231
Tabela 5	– Número de homicídios de mulheres por ano por causa.....	235

LISTA DE SIGLAS

Abin - Agência Brasileira de Inteligência

Amaair - Associação de Mulheres Agricultoras Artesãs do Itapuama e Região

AMTBRAN - Associação das Mulheres Trabalhadoras do Município de Brasil Novo

Ampap - Associação de Mulheres do Campo e da Cidade de Placas

Asmag - Associação das Mulheres Trabalhadoras do Setor Gonzaga Altamira

Asmup - Associação de Mulheres do Município de Pacajá

Bird - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNDESPAR - BNDES Participação S.A.

B.O. - Boletim de Ocorrência

CCBM - Consórcio Construtor Belo Monte

CEB - Comunidade Eclesiástica de Base

Cedaw - Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Compaj - Complexo Penitenciário Anísio Jobim

CMATX - Coletivo de Mulheres de Altamira, Transamazônica e Xingu

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CP - Código Penal

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT - Comissão Pastoral da Terra

Congat - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

CTI - Centro de Trabalho Indigenista

Deam - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

Emanuela - Associação das Mulheres do Campo e da Cidade de Porto de Moz

EUA - Estados Unidos da América

Flasco - Centro de Estudos Latino-Americanos

FNSP - Força Nacional de Segurança Pública

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Funai - Fundação Nacional do Índio

FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar

GATS - General Agreement on Trade in Services (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços)

IDA - Agência Internacional de Desenvolvimento

IFC - Corporação Financeira Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

Inca - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inpa - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISA - Instituto Socioambiental

LBL - Liga Brasileira de Lésbicas

LGBTBI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex

LI - Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

LP - Licença Prévia

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MDTX - Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu

MMTACC - Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade

MMTT - Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Transamazônica

MPF - Ministério Público Federal

MPST - Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica

MXVPS - Movimento Xingu Vivo para Sempre

OEA - Organização dos Estados Americanos

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMC - Organização Mundial de Comércio

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONGs - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

Orégand - Observatoire sur le développement régional et l'analyse différenciée selon les sexes

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBA - Programa Básico Ambiental

PBA - CI - Plano Básico Ambiental do Componente Indígena

PDAM - Plano Nacional de Desenvolvimento para a Amazônia

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PGE - Projetos de Grande Escala

PIC - Projeto Integrado de Colonização

PIN - Plano de Integração Nacional

PIVA - Plano de Integração e Valorização da Amazônia

PIX - Parque Indígena do Xingu

DHESCA - Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios

PT - Partido dos Trabalhadores

PPI - Pro Paz Integrado

PPM - Pro Paz Mulher

Provita - Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas

Rima - Relatório de Impacto Ambiental

RUCs - Reassentamentos Urbanos Coletivos

SAE - Consórcio Santo Antônio Energia

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Semta - Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

Sintep - Sindicato dos Trabalhadores em Educação

Sintepp - Sindicato do Trabalho em Educação Pública do Pará

Sisp - Sistema Integrado de Segurança Pública

SNI - Serviço Nacional de Informação

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STE - Sistema de Transposição de Embarcações

Sudam - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Uece - Universidade Estadual do Ceará

Ufam - Universidade Federal do Amazonas

UFPA - Universidade Federal do Pará

UHE - Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	17
1	VIOLÊNCIA E GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: CONSTRUINDO E DESTRUINDO SONHOS.....	33
1.1	Notas sobre a violência na formação social brasileira e amazônica	34
1.2	Grandes projetos na Amazônia: “o cachorro muda só a coleira, mas o cachorro é o mesmo”	52
1.2.1	<u>A retomada dos grandes projetos no contexto das políticas de integração e desenvolvimento.....</u>	63
1.3	Belo Monte: uma guerra amazônica.....	73
1.3.1	<u>Antecedentes de uma guerra anunciada.....</u>	75
1.3.2	<u>Belo Monstro: adversário ou a própria guerra?</u>	83
1.3.2.1	<u>Aproximações à guerra ou ao grande monstro.....</u>	91
2	VIOLÊNCIA ESTRUTURAL: MEDIAÇÕES ENTRE “O MATAR E O MORRER POR CONTA”	113
2.1	A violência como categoria e práxis social.....	116
2.1.1	<u>Violência nas relações sociais: pressupostos e constitutivos.....</u>	123
2.2	Aproximações à violência estrutural ou sobre o “morrer por conta”..	138
2.2.1	<u>Elementos sobre a violência estrutural no contexto de Belo Monte.....</u>	147
2.3	A violência como condição: apreensão a partir do sistema patriarcal-racista-capitalista.....	152
2.3.1	<u>A indissociabilidade entre exploração e opressão.....</u>	164
2.3.2	<u>A gênese do sistema patriarcal-racista-capitalista: o debate em torno da acumulação primitiva e a atualidade de seus processos violentos.....</u>	174
3	“FALAR DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES TEM QUE FALAR DE POLÍTICA”: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE BELO MONTE SOB A PERSPECTIVA CRÍTICA FEMINISTA.....	191
3.1	A violência contra as mulheres na sociedade classista, patriarcal e racista.....	194
3.1.1	<u>A categoria “violência contra as mulheres” como práxis feminista.....</u>	203
3.1.2	<u>Perspectivas e limites nos debates em torno da violência contra as mulheres no Brasil.....</u>	210

3.2	A violência contra as mulheres na UHE Belo Monte: uma face da mercadorização da vida na Amazônia.....	223
3.2.1	<u>A violência contra as mulheres a partir dos dados oficiais.....</u>	225
3.2.2	<u>Expressões da violência no contexto de Belo Monte a partir do cotidiano e experiência das mulheres.....</u>	237
3.2.2.1	No contexto rural.....	240
3.2.2.2	No contexto indígena.....	250
3.2.2.3	No contexto urbano.....	261
3.2.2.4	No contexto da obra em si.....	285
4	MULHERES “PINDOVAS” NA RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA DOS GRANDES PROJETOS E EM BUSCA DO SOL.....	299
4.1	A articulação das mulheres na Transamazônica.....	301
4.2	As lutas das mulheres contra a violência estrutural e por direitos no contexto da UHE Belo Monte.....	310
4.2.1	<u>O MXVPS e as mulheres do Xingu.....</u>	312
4.2.2	<u>O Movimento dos Atingidos por Barragens.....</u>	321
4.2.3	<u>A unidade das ações contra a guerra de Belo Monte: uma luta feminista contra a expropriação da natureza e dos corpos.....</u>	330
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	338
	REFERÊNCIAS.....	347
	APÊNDICE A – PERFIL GERAL DAS ENTREVISTADAS.....	375
	APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADOS.....	376
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	386
	ANEXO A – COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA.....	388

INTRODUÇÃO

Em 14 de fevereiro de 2013, ganhou grande repercussão nos principais veículos de comunicação do País o caso ocorrido em Altamira, estado do Pará, em que a Polícia Civil encontrou 14 mulheres e uma travesti em regime de escravidão e cárcere privado em um prostíbulo localizado em área limítrofe a um dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.¹ Diante desses episódios, podemos afirmar que os grandes projetos de desenvolvimento em curso na região amazônica, em particular a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, contribuem para o aumento da ocorrência da violência contra as mulheres? De que forma? Quais as contradições presentes nas políticas de Estado, quando, ao mesmo tempo em que avançam na institucionalização das demandas dos movimentos de mulheres (através da Lei nº 11.340, estabelecimento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do financiamento de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência), impõem, no campo da política econômica, alicerçada pelos grandes projetos de infraestrutura, a criação de espaços de reprodução das desigualdades de sexo/gênero, étnico-raciais e de classes? Quais expressões de violência são recorrentes nos cenários de construção desses projetos? O que faz as mulheres serem consideradas as mais atingidas pelas grandes obras? A quais manifestações de violência as mulheres estão mais expostas nesse contexto? Quais as mediações entre a violência direta contra as mulheres – amplamente exibida – e as condições às quais as mulheres estão expostas no cotidiano?

Foi a partir da repercussão desses acontecimentos e inquietações que iniciamos o movimento em direção aos primeiros rabiscos que se desdobraram na presente tese, na qual nos propomos analisar *a violência contra as mulheres como uma violência estrutural* mediante seus nexos com as contradições fundamentais da *sociedade capitalista, patriarcal² e racista*. Assim, nosso objeto de estudo diz respeito à relação entre casos de violência contra as mulheres como o descrito acima e os “grandes projetos” em curso na Amazônia, em especial na região da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte.

A UHE Belo Monte, localizada em Altamira, no estado do Pará, considerada a terceira maior hidrelétrica do mundo, a qual teve o maior orçamento público do Programa de

¹Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/02/adolescente-e-resgatada-de-prostibulo-em-belo-monte/>. Acesso em: 12 abr. 2013.

² Partimos da compreensão de que a heterossexualidade compulsória é uma dimensão do patriarcado. Portanto, ao longo da tese, sempre que nos referirmos ao patriarcado, a supremacia da heterossexualidade está sendo considerada.

Aceleração do Crescimento (PAC),³ é um caso exemplar da orientação econômica e política da última década no Brasil. Reedita-se a ideia do *desenvolvimento* como elemento estratégico de política nacional (CORRÊA, 2012), a partir do PAC, financiando o acesso, o uso e o controle de territórios para grupos econômicos nacionais e transnacionais, garantindo a reprodução ampliada do capital. Nesse cenário, os chamados “grandes projetos”, que na Amazônia tiveram origem no contexto da reorganização da divisão internacional do trabalho no pós-guerra, foram retomados pelo governo federal via PAC, solidificando a ideia da importância da região para a política energética do País.

A construção da UHE Belo Monte, idealizada ainda no governo militar, desde sua origem tem sido permeada por debates e questionamentos relativos aos seus impactos socioambientais não dimensionados e ao campo da violação dos direitos humanos. Porém, é apenas em 2011, na segunda gestão do presidente Lula, que a UHE Belo Monte sai definitivamente do papel. As implicações da construção de projetos dessa envergadura na Amazônia têm sido analisadas mediante os impactos sociais, econômicos e ambientais para os povos tradicionais, trabalhadores, mulheres e crianças (CASTRO, 2004; PINTO, 1991, 2012). São destacados, entre outros fatores, o impacto negativo sobre o deslocamento de trabalhadores(as), as mudanças nas suas condições de vida, além da emergência de conflitos, violência e pobreza no entorno dos empreendimentos (CASTRO, 2004). Soma-se a isso o indicativo de que os “grandes projetos” na Amazônia servem para viabilizar ao mercado os recursos naturais da região, entregues a grandes empresas (nacionais e estrangeiras), as quais, via de regra, se localizam em territórios ocupados, mas se impõem à população local como prioridade nacional (CASTRO, 2009).

Partimos da perspectiva de que os grandes projetos na Amazônia são estratégias indiretas de contenção da crise capitalista e, como tal, intensificam a expropriação dos recursos da natureza, a exploração da força de trabalho e a apropriação dos corpos por meio do recrudescimento da violência. Afinal, as “regiões onde a natureza é rica e abundante e onde se podem encontrar outros elementos essenciais para a contenção da queda da taxa de lucro são *locus* privilegiados daquela exploração, e esse é o caso da Amazônia brasileira” (NASCIMENTO et al., 2013, p. 2). Nessa direção, Belo Monte revela-se como uma experiência emblemática, uma *experiência síntese* das principais determinações do chamado capitalismo dependente e quiçá das contradições centrais da sociedade capitalista contemporânea, apontadas por Mészáros (2011) como sendo: o desemprego; a destruição do

³No início de 2007, o governo federal cria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), baseado na ideia de que o investimento público pode ser um indutor do investimento privado.

meio ambiente; a contradição entre o desenvolvimento econômico transnacional e os Estados nacionais; e as opressões-exploração sofridas pelas mulheres.

Quando o assunto são as consequências de Belo Monte, já em operação desde 2016, o crescimento da violência aparece com relevo e unanimidade, tanto no repertório dos movimentos sociais como em pesquisas e estudos diversos sobre o tema. Por exemplo, podemos citar o Atlas da Violência de 2017,⁴ que apontou Altamira como a cidade mais violenta do País, a partir do número de homicídios e mortes violentas sem causas determinadas. A sensação de insegurança também se constitui numa marca importante da região, trazendo à tona elementos que remontam da colonização aos impactos das mais recentes grandes obras. Esses dados, em conjunto com as tantas consequências advindas com a obra, fazem de Belo Monte uma guerra amazônica – diga-se, uma guerra invisível, como assim o é a violência estrutural, mediadora das relações sociais na contemporaneidade, ora como sintoma, ora como condição para elas.

Diante do exposto, nos propomos a analisar a violência contra as mulheres no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte tendo como norte os seguintes objetivos: contextualizar a violência na Amazônia, localizando-a nos marcos da formação capitalista brasileira até o contexto atual; recuperar os principais aspectos que compõem o processo de constituição da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, desde sua idealização em 1975 até o início das obras em 2011; analisar as múltiplas determinações da violência contra as mulheres a partir da simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo; apreender as principais expressões da violência contra as mulheres na região da Usina Hidrelétrica de Belo Monte a partir da experiência das mulheres atingidas pela barragem; comparar os índices oficiais de violência contra as mulheres na região do Xingu, antes e após 2011 – período de início das obras físicas da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Ao longo da pesquisa, outros objetivos foram construídos, entre os quais destacamos: problematizar a violência como categoria explicativa do real a partir de seus pressupostos e determinações constituintes; e destacar as lutas e resistências como uma dimensão da violência.

Todavia, a construção desta tese tem uma história mais longa e anterior ao contorno do objeto que nos possibilitou o ingresso no curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo que só o tenhamos alcançado de forma refletida na “chegada”, acreditamos ser importante relatar, ainda que de forma breve, o processo que nos permitiu chegar ao resultado que ora apresentamos. Isso

⁴ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>. Acesso em: 20 fev. 2017.

porque esse processo reflete as mudanças na nossa apreensão sobre o tema em relevo – daí a razão de considerarmos que, num sentido mais amplo, esta tese teve início ainda nos anos 2000 por ocasião de nosso primeiro contato com a temática da violência contra as mulheres como estudante de graduação do curso de serviço social e bolsista de iniciação científica na Universidade Estadual do Ceará (Uece). Naquele momento, a violência doméstica, especificamente a praticada por parceiros íntimos, e o ciclo da violência foram os recortes do estudo que culminou com o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Pássaros com asas quebradas não voam: um estudo da violência conjugal na cidade de Itapipoca*, defendido em 2002. O tema também nos mobilizou para a militância feminista, exercida há pelo menos uma década e meia.

Após a graduação, nosso contato com a temática, além da militância, continuou nas experiências profissionais como assistente social no processo de implantação da Casa Abrigo Margarida Alves – destinada ao acolhimento de mulheres em situação de violência em Fortaleza – e na coordenação dessa instituição no seu primeiro ano de funcionamento. Também atuamos no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita). As inquietações dessas experiências e a aprovação em concurso público no Amazonas nos motivou a cursar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Nessa oportunidade, nos dedicamos ao estudo da violência contra as mulheres no contexto indígena, esforço que resultou na dissertação de mestrado, defendida em 2011, e que se desdobrou no livro *Rotas críticas das mulheres Sateré-Mawé no enfrentamento à violência doméstica: novos marcadores de gênero no contexto indígena*. Essas experiências acadêmicas, militantes e profissionais foram centrais para, no exercício da docência na Universidade Federal do Amazonas, desenvolver projetos de extensão, participar de pesquisas e orientar alunas/os na referida temática.

Influenciada pelos estudos hegemônicos de gênero e pela tendência predominante da luta feminista em torno da questão – afinal, durante muito tempo, a violência contra as mulheres só ganhava visibilidade quando acontecia no âmbito de uma relação doméstica e/ou apresentava evidências de crueldade extrema –, nesse percurso, nossa discussão sobre a violência contra as mulheres estava circunscrita ao contexto doméstico e às relações interpessoais. Além disso, nosso arcabouço teórico-político vislumbrava a defesa de punições mais severas aos agressores e o combate à impunidade como um caminho para enfrentar a questão. No mestrado, apesar do esforço em ampliar o escopo da análise para o contexto indígena e de realizarmos uma crítica aos limites das políticas públicas e legislações, dada a

sua inaplicabilidade em contextos não urbanos, avaliamos que nossas análises ainda reproduziam muito dessa abordagem mais comum sobre o tema. Contudo, chegamos ao doutorado com a desconfiança de que a violência contra as mulheres tem raízes mais abrangentes que aquelas avistadas por alguns debates de gênero deslocados das relações sociais historicamente determinadas – especialmente aqueles centrados nas relações homem-mulher que acabam contribuindo para uma dicotomia e essencialização de relações que são sociais⁵ – e que era preciso avançar nos estudos sobre as relações que estruturam nossa sociabilidade para assim abarcar a violência contra as mulheres em sua complexidade e múltiplas dimensões.

Na seleção do doutorado, a despeito de manifestar o interesse em relação à violência contra as mulheres nos grandes projetos na Amazônia, essas questões, apesar de pujantes, não estavam tão explícitas. Ao aprofundarmos o estudo sobre as relações estruturais, especialmente sobre o capitalismo, víamos a impossibilidade de tratar a violência contra as mulheres como interdependente ou como uma externalidade a esse sistema. Ao mesmo tempo, as particularidades e a abrangência da violência contra as mulheres fazia perceber que o capitalismo não opera sozinho: a ele imbricam-se o patriarcado e o racismo, os quais resultam no *continuum* da violência. Assim, as discussões teóricas ao logo do doutorado, os diálogos por ocasião do estágio doutoral realizado no *Observatoire sur le développement régional et l'analyse différenciée selon les sexes (Orégand)*, na Universidade do Québec em Outaouais, Gatineau, Canadá⁶ e os debates proporcionados pela Missão de Estudos Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) na Universidade de Brasília (UnB), especialmente no Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho (Gestt),⁷ e a aproximação à realidade concreta com as experiências em Belo Monte foram fundamentais para dar vazão às nossas inquietações e para as sínteses alcançadas.

Entre os debates teóricos, destacamos como central a compreensão do *sistema patriarcal-racista-capitalista* como um sistema de exploração e opressão que produz e é

⁵ Sobre esse debate, ver Saffioti (1994).

⁶ O estágio ocorreu no período de novembro de 2015 a maio de 2016 e teve como supervisora a Prof^a. Dr^a. Denyse Côté, co-orientadora deste trabalho. Além do contato com a literatura e debates *in loco* sobre grandes projetos hidrelétricos e seus impactos socioambientais, amplamente disponível no Canadá, a convivência com o debate sobre as relações sociais de sexo no Orégand forneceu importantes aportes para o desenvolvimento do presente estudo, com destaque para a pesquisa empírica.

⁷ O intercâmbio na UnB ocorreu no período de março a julho de 2017 e teve como supervisora a Prof^a. Dr^a. Ivanete Boschetti. Os momentos proporcionados pelo Gestt foram imprescindíveis para qualificar nossa apreensão das particularidades do capitalismo no Brasil e para melhor abordagem do debate sobre a expropriação. Além disso, tivemos apoio no tratamento dos dados quantitativos coletados por ocasião da pesquisa de campo, tendo sido de grande valia para as análises desenvolvidas no decorrer da tese.

produto das *relações sociais de sexo/gênero*,⁸ *classe, raça/etnia*, e, como tal, não pode abrir mão da violência. Isso nos levou a visualizar a dimensão e os efeitos planetários da violência em suas variadas formas, que se agravam na mesma medida em que aprofundam os seus pressupostos, a sua reprodução ampliada e expansão em todas as dimensões da vida social. Essa compreensão foi possibilitada pelo diálogo com a crítica formulada por Marx da sociedade burguesa e a crítica feminista ao sexismo, ao racismo e ao classismo, considerando a historicidade das relações sociais.

Desse modo, para a construção desta tese partimos do enfoque teórico-metodológico fundado na tradição da *teoria social crítica e feminista*⁹ de crítica a essa sociabilidade. Além do que, o momento em curso (de crise estrutural do capital, avanço do conservadorismo no plano político-institucional e retrocessos no campo dos direitos humanos, civis e políticos) expõe a pertinência e a necessária atualização dessas perspectivas na e para a construção do conhecimento e do compromisso teórico-político com um projeto de *emancipação política e emancipação humana*. Em outras palavras, o “tempo presente exige que se aprofunde a pesquisa factual e teórica, para que possamos apanhar as mediações que atravessam a totalidade concreta, buscando-as com a poderosa bússola de Marx, mas indo além dele” (BEHRING, 2011, p. 33).

Nessa direção, uma vez que almejavamos uma aproximação à *particularidade da violência contra as mulheres* no contexto de Belo Monte, foi crucial nossa escolha do *materialismo histórico-dialético* como método de análise. A partir dele buscamos o desvelamento das determinações da violência contra as mulheres e, por sua vez, das suas múltiplas mediações desdobradas na sua singularidade, ou seja, das contradições que constituem a “realidade concreta”. Consideramos que, ao alcançarmos as particularidades da

⁸ Ao longo do texto, utilizamos relações sociais de sexo/gênero para destacar que nos referimos a uma *relação entre sujeitos historicamente situados*. Não se trata da propalada teoria sexo/gênero em que sexo é natural e gênero é social. Entendemos que sexo, assim como gênero, é uma construção social. Logo, poderíamos ter optado pelo uso apenas do termo como utilizado pelas feministas materialistas e marxistas de relações sociais de sexo. Contudo, o uso “casado” de sexo/gênero aqui busca tanto destacar a indissociabilidade entre eles como, ao mesmo tempo, demarcar politicamente a importância do debate feminista sobre as relações de gênero no contexto atual de questionamentos aos estudos feministas a partir da chamada “ideologia do gênero”.

⁹ É importante destacar que, até o início do século XX, as mulheres foram excluídas da possibilidade de fazer ciência e de contribuir para a produção do conhecimento científico. De acordo com Matos (2008), as religiões e depois as próprias organizações científicas se incumbiram dessa opressão. Nesse contexto, a prevalência de homens na construção do conhecimento científico tradicional determinava o modo como as mulheres eram vistas e pautadas pela ciência. Os trabalhos que se fundamentam na perspectiva feminista desafiaram esse modo de pensar e fazer ciência, denunciando que a forma como as mulheres eram retratadas dependia, em grande medida, dos sujeitos que a construam (LOWY, 2000, p. 23). Para a presente tese, priorizamos as teorias feministas que localizam as desigualdades nas relações sociais estruturais da sociedade e que possuam um viés anticapitalista, antissexista e antirracista, a saber: *o feminismo materialista, o feminismo marxista, a criminologia crítica feminista e a crítica feminista ao desenvolvimento*.

violência contra as mulheres, contribuímos, em certa medida, para explicitar as mediações que se estabelecem no capitalismo para a permanência das relações patriarcais e racistas. Além disso, a utilização do *materialismo histórico-dialético* pelo feminismo tem sido fundamental para a construção de uma crítica radical à naturalização das relações sociais em sua totalidade, especialmente para a análise da indissociabilidade das relações de exploração e opressão.

Assim sendo, a partir do aprofundamento da pesquisa (teórica e empírica), perseguimos os fundamentos da violência contra as mulheres e suas expressões – não de forma isolada ou fragmentada, mas como processo que leva em consideração os elementos históricos, sociais, econômicos e políticos em torno do referido tema, procurando identificar suas múltiplas determinações, contradições, mediações e suas expressões, ou seja, alcançar o objeto em sua essência, estrutura e dinâmica. Esse referencial teórico-metodológico também nos permitiu ultrapassar os esquemas metodológicos rígidos, que costumeiramente aprisionam as pesquisas e análises.¹⁰ Nessa feita, assumir de pronto a perspectiva da teoria social crítica e feminista como os principais enfoques teórico-metodológicos deste estudo expõe o compromisso teórico-político desta pesquisa com o conhecimento não hegemônico e a produção do saber que se propõe questionar o instituído, o *status quo* e a naturalização da violência estrutural, expressão das relações de exploração-opressão.

Ademais, isso indica que não propomos uma neutralidade¹¹ ao longo da pesquisa, visto que nossas escolhas teóricas e empíricas não estão dissociadas do nosso envolvimento e compromisso político com a luta das mulheres. Contudo, tivemos o cuidado de, ao longo da pesquisa, entender que as categorias que permeiam o nosso imaginário como militante, apesar de terem contribuído sobremaneira na constituição do problema, foram consideradas de forma reflexiva para uma compreensão do problema numa perspectiva científico-social (BARROSO, 2015). Isso significa que as opiniões que fazem parte do processo de nossa imersão na militância foram consideradas, mas a compreensão do universo pesquisado nos fez entender essas percepções como problemas sócio-históricos, sem que fizéssemos delas

¹⁰ Para Gergen (1993), a crítica feminista não se deu apenas como uma repreensão ao preconceito masculino embutido nas “verdades” científicas – constituiu-se, ao mesmo tempo, em um questionamento do próprio conceito de ciência formal, a partir do qual o feminismo, além de se apresentar como movimento político, também tem se afirmado como projeto teórico-epistemológico.

¹¹ Entre as críticas do feminismo à ciência androcêntrica, destacam-se aquelas voltadas para as noções de objetividade e de neutralidade que garantiriam um conhecimento “único” e “verdadeiro”; o questionamento aos padrões de normatividade científica, para muitas impregnados de valores masculinos; a denúncia da produção de saberes como constituídas pelas relações de poder; a desvalorização da dimensão subjetiva, das emoções e das práticas do cotidiano; as concepções dualistas, dicotômicas, consideradas incapazes de dar conta da complexidade do real; e, sobretudo, a crítica à ideia de universalidade e de um sujeito único da história e do conhecimento (BANDEIRA, 2008; LOWY, 2000).

verdades previsíveis ou absolutas que devessem ser afirmadas politicamente. Esse cuidado nos acompanhou em todo o processo de coleta e sistematização dos dados.

Alicerçadas nessas abordagens, buscamos ultrapassar a individualização dos fenômenos (sem negar as subjetividades envolvidas pela violência) e a criminalização das relações sociais nas análises sobre a violência. Essas preocupações, ancoradas no método de análise, nos permitiram considerar a violência contra as mulheres como condição e resultado das relações sociais, a qual se expressa de forma *estrutural e particular*. *Estrutural* em razão da sua naturalização, banalidade, invisibilidade, alcance e magnitude – ao confundir-se mesmo ao modo de ser da sociedade capitalista, atingindo de forma direta ou indireta a todas as mulheres nos mais variados contextos; e *particular* em razão das relações de classe, étnico-raciais e de sexo/gênero (incluindo a orientação sexual) que promovem hierarquias e complexificam as desigualdades.

Do ponto de vista conceitual e como recurso para a pesquisa empírica, consideramos a violência contra as mulheres como *diferentes práticas e experiências de controle sobre os corpos das mulheres e femininos em contextos diversos, independentemente de quem a comete, explicitado conforme determinadas condições sócio-históricas*. Acreditamos que, apesar de amplo, o conceito contribuiu para não limitarmos previamente as expressões da violência, sendo, pois, nossa referência para ampliarmos o alcance à violência contra as mulheres subsumidas nas instituições, políticas governamentais, comportamentos e expectativas sobre as mulheres no contexto de Belo Monte.

Os caminhos da pesquisa também foram construídos tendo como base o referido método de análise, que tem como princípio e horizonte o movimento da realidade – afinal, é a estrutura e a dinâmica do objeto que orientam os procedimentos do(a) pesquisador(a). Nesse processo, os instrumentos e as técnicas de pesquisa são diversas, são meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria” do objeto (NETTO, 2011). Para isso, nos apropriamos de um *enfoque quanti-qualitativo de inspiração feminista*, por entendermos que “a expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados” (PRATES, 2012, p. 117). Assim, nos debruçamos tanto no *levantamento e análise teórica* envolta ao objeto (pesquisa teórica), na observação do *contexto* e da *experiência* e no discurso das mulheres (pesquisa de empírica) quanto *nos dados das instituições oficiais* sobre a violência contra as mulheres (pesquisa documental).¹²

¹² Para um maior detalhamento sobre os tipos de pesquisa, ver Lakatos e Moreno (2009).

A *pesquisa teórica* nos ofereceu meios para definir melhor e descortinar os fundamentos¹³ e as várias determinações do objeto a partir do que já foi escrito sobre o tema. Nessa fase, realizamos a revisão e a sistematização da literatura que deu baliza a categorias adotadas neste estudo. As categorias “capitalismo”, “crise estrutural”, “grandes projetos”, “violência”, “expropriações”, “exploração e opressões”, “patriarcado”, “racismo” e “violência contra as mulheres” foram analisadas, articuladas entre si e ao objeto de estudo aqui proposto.¹⁴

Na *pesquisa empírica ou de campo*, como já apontamos, realizamos tanto a observação de fatos e fenômenos, entrevistas, conversas informais, como a coleta de dados oficiais referentes ao objeto. Esses últimos compuseram a amostra da investigação documental e, nesses termos, apesar de se constituir como pesquisa de tipo distinto, fez parte da pesquisa empírica, afinal, apenas no campo foi possível acessarmos os dados pretendidos. O *lôcus da pesquisa empírica* foi a região que abriga a UHE Belo Monte, especialmente Altamira, maior município do Brasil em extensão territorial,¹⁵ onde o Rio Xingu faz a maior parte de seu curso, área mais influenciada pelas obras da usina. O município é também referência para outras cidades: Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Além disso, com o início das obras da UHE Belo Monte, esse é um espaço que atrai migrantes, homens e mulheres, de dentro do Pará e de outros estados brasileiros, em busca de trabalho ou investimentos na região.

Para a definição dos *sujeitos principais da pesquisa*, levamos em consideração a *homogeneidade* e a *heterogeneidade*, importantes dimensões para a constituição da amostra qualitativa ao permitir tanto uma unidade como uma diversidade entre os sujeitos. Para tal, estabelecemos como critério homogeneizador que nossas entrevistadas seriam mulheres atingidas pela UHE Belo Monte, que residiam ou passaram a residir – mesmo que temporariamente – na região após o início das obras da barragem. A heterogeneidade foi

¹³ No materialismo histórico-dialético, “a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionantes e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos sociais” (NETTO, 2011, p. 18).

¹⁴ Para a presente tese, priorizamos as teorias feministas que localizam as desigualdades nas relações sociais estruturais da sociedade e que possuam um viés anticapitalista, antissexista e antirracista, a saber: *o feminismo materialista, o feminismo marxista, a criminologia crítica feminista e a crítica feminista ao desenvolvimento*. Entendemos “estruturas” no sentido empregado por Marx, como sendo a “realidade em movimento, conexões temporais, que se reproduzem durante uma certa época histórica antes de desaparecer, deixando lugar para outras” (HOBSBAWM apud PRATES, 2012, p. 120).

¹⁵ Altamira é um município brasileiro localizado no estado do Pará. Até 2009, era o maior município do mundo em extensão territorial, com uma área de 159.533,73 km², ultrapassando vários países, como Portugal, Islândia, Irlanda, Suíça, entre outros (IBGE, 2010).

possível pela diversidade de mulheres impactadas e suas experiências a partir da origem, trabalho, pertencimento étnico-racial e pelo contexto as quais estão inseridas. Ouvimos 16 mulheres,¹⁶ entre as quais migrantes, extrativistas, ribeirinha, indígena, professora, doméstica, “barrageira”, jornalista, trabalhadora sexual, ativistas, sob a técnica de *entrevista semiestruturada* e com o uso autorizado do gravador. Para tanto, foi utilizado um *roteiro semiestruturado de questões*¹⁷ o qual serviu de guia nas entrevistas.

A aproximação com essas mulheres foi possibilitada, em sua maioria, pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Cabe dizer que tem sido, em grande medida, por meio dessas organizações que a questão da violência contra a mulher na região vem encontrando visibilidade e repercussão social, extrapolando o espaço privado de cada uma das mulheres que a vivenciam, sendo, pois, uma das bandeiras de luta desses movimentos. Porém, também tivemos contato com algumas das entrevistadas, principalmente as trabalhadoras da barragem, através dos contatos estabelecidos nas redes informais fora do contexto de militância.

Além delas, também realizamos duas *entrevistas institucionais* nos serviços de segurança e proteção às mulheres do município de Altamira, com a delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) e a psicóloga do Pro Paz Mulher.¹⁸ Para isso, fizemos uso de uma conversa aberta e informal sem perder de vista os objetivos da pesquisa. Consideramos que o contato com as mulheres através de suas histórias, experiências e discursos foi central para a apreensão da singularidade da violência contra elas e, através das mediações com a universalidade do tema, alcançar as suas particularidades. Ressaltamos também como prioridade ao longo da pesquisa o respeito aos princípios éticos, o qual se entende como o marco fundamental para a construção e o entendimento do objeto de estudo proposto. O elemento central desses princípios éticos foi o respeito pelas histórias vividas e relatadas pelas mulheres que aceitaram fazer parte da pesquisa, com a garantia da confidencialidade e segurança das informações.¹⁹

¹⁶ Ver quadro com perfil geral das entrevistadas no Apêndice A. Os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes de plantas amazônicas no sentido de garantir a confidencialidade de suas identidades.

¹⁷ Disponível no Apêndice B.

¹⁸ É um serviço de atenção integral a mulheres em situação de violência, onde, através da prestação de serviços médico, psicossocial, de defesa social e perícia legal, se promove o atendimento com caráter interdisciplinar e de qualidade às vítimas e suas famílias em um só espaço. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br/?q=node/101>. Acesso em: 12 jun. 2015.

¹⁹ No Apêndice C, segue a proposta de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa. É oportuno destacarmos que o projeto de pesquisa que resultou na presente tese foi aprovado pela Comissão de Ética em

A *observação registrada em diário de campo* também foi uma técnica importante para a pesquisa no geral. Na oportunidade das imersões no campo de pesquisa, realizamos descrições sobre os contatos, informações, participações em eventos, o cotidiano vivenciado pelas mulheres e sobre a nossa experiência de campo, com foco nos objetivos da pesquisa. Assim, por ocasião da pesquisa tivemos dois contatos diretos com o campo de pesquisa. A primeira ida a campo ou o *primeiro pouso* foi realizado em maio de 2015, com vistas à observação empírica, estabelecimento de contatos e levantamento de dados documentais. Nessa oportunidade, ao longo de 15 dias cumprimos as seguintes atividades de pesquisa: participação na mobilização contra a concessão da Licença de Operação de Belo Monte, à época sob avaliação pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama); reunião com as mulheres do MXVPS; reunião com liderança do MAB; audiência sobre segurança pública realizada na Câmara Municipal de Altamira. Visitas e levantamento de dados documentais nas seguintes instituições: Deam de Altamira, Superintendência Regional/Delegacia Civil do Xingu e Pro Paz Mulher, além da visita guiada ao canteiro de obras da UHE Belo Monte.

Ainda no *primeiro pouso*, fizemos a coleta de dados que culminou com a realização da pesquisa documental – aquela em que a fonte de coleta de dados dá-se em documentos, escritos ou não, sobre a temática a ser estudada, constituindo-se em fontes primárias (SEVERINO, 2007). A pesquisa documental se concentrou em um levantamento de informações públicas sobre os dados de violência contra as mulheres disponíveis no município de Altamira-PA, especialmente na Deam e nos relatórios e dossiês produzidos e publicizados por ocasião das irregularidades e descumprimentos das condicionantes da obra.²⁰ Na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, nosso trabalho de coleta dos dados foi artesanal, durante sete dias, nos turnos da manhã e tarde, a partir da leitura de todos os boletins de ocorrência (B.O.) dos anos de 2011 a 2014, impressos e disponíveis na instituição. Apesar da ressalva de que não se pode contabilizar ou afirmar a frequência da violência contra as mulheres em números exatos (ROMITO, 2008), buscamos analisar esses dados em seus aspectos *quanti e qualitativos* de forma a tentar comprovar o aumento dos registros de violência contra as mulheres depois do início das obras de Belo Monte. Acreditamos que o acesso aos dados quantitativos foi importante para apontar a gravidade do fenômeno e

Pesquisa (Coep) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atendendo às normas e aos critérios éticos de pesquisa vigentes no País.

²⁰ Destacamos o *Dossiê Belo Monte: não há condições para a licença de operação*, organizado em 2015 pelo Instituto Sócio-Ambiental (ISA, 2015); texto do PAC, projeto da UHE Belo Monte, entre outros.

visibilizar a *dimensão estrutural do problema*, além dos relatos individuais das mulheres. O contato com a instituição de segurança pública também contribuiu para reforçar a nossa tese de uma primazia da violência doméstica perante as demais expressões da violência.

Em fevereiro de 2017, após o funcionamento de parte das turbinas da usina, retornamos ao campo para o nosso *segundo pouso*. Nessa oportunidade, também no período de 15 dias, além da realização das 16 entrevistas com mulheres atingidas pela barragem, das conversas informais, da observação do cotidiano, estivemos em Anapu nas homenagens em consonância aos 12 anos de morte da irmã Dorothy Stang, participamos da reunião do Coletivo de Mulheres de Altamira, Transamazônica e Xingu para articulação do 8 de março daquele ano, também visitamos as sedes do MXVPS e do MAB, e fomos a uma casa de prostituição localizada na região central de Altamira. Sabíamos dos riscos e desafios que o contato com esse “universo” ensejava – entre eles, o fato de ser uma mulher pesquisadora e desconhecida, de fora da cidade, abordando uma questão abrolhosa como a violência, em um cenário de “faroeste caboclo”, poderia provocar desconfiança e ampliar nossa exposição a situações também dessa natureza. Ademais, não podíamos negligenciar a possibilidade de recusa por parte de nossas interlocutoras para as entrevistas dadas as situações de espionagem vivenciadas pelos movimentos sociais e lideranças políticas contrárias a Belo Monte na região. Apesar disso, de forma cautelosa – mas não sem receios –, a pesquisa empírica foi realizada de acordo com nosso planejamento, tendo ocorrido sem vultosos contratempos.

As fontes acessadas foram analisadas a partir da *técnica da triangulação* que, conforme Triviños (1987), tem como objetivo alcançar a máxima apreensão das dimensões do objeto em estudo porque acredita nas conexões entre os fatos e na impossibilidade de apreendê-los de modo consistente quando isolados, ou seja, a análise de um objeto de pesquisa não é possível sem que sejam reveladas suas “raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138). Para Triviños (1987), a triangulação implica considerarmos as percepções dos sujeitos, através das formas verbais; os elementos produzidos pelo meio, tais como documentos, leis, decretos, pareceres, entre outros; e os “processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito” (TRIVIÑOS, 1987, p. 139). Foi nessa direção que procuramos analisar as informações acessadas na *pesquisa empírica* mediada pelas leituras relacionadas ao objeto com vistas a uma aproximação com a universalidade do objeto desta tese. Para isso, sistematizamos e categorizamos o discurso de nossas entrevistadas e interlocutoras a partir de alguns marcos obtidos pela leitura das entrevistas e do diário de campo: história pessoal e com

os grandes projetos na Amazônia; percepção sobre a UHE Belo Monte; os impactos da barragem no geral; os impactos da barragem para as mulheres; e, por fim, as lutas e resistências das mulheres frente à obra. Após esse trabalho, procedemos com a articulação das informações a partir de eixos de análise que se desdobraram nos quatro capítulos que compõem a presente tese.

No primeiro capítulo, expomos o contexto da pesquisa, o “chão” histórico onde se assenta o nosso objeto de estudo, a partir de um breve histórico da violência no processo de formação social do Brasil e da Amazônia desde a colonização, com relevo para o período de auge da autocracia burguesa no Brasil (ditadura civil-militar) que culminou com a internacionalização da região e intervenção estatal via construção de grandes obras de infraestrutura. Esse período representa o momento de maior investimento em grandes obras e de uma mudança na visão estatal que passa a considerar a Amazônia como estratégica para a economia nacional. Ao longo do capítulo, buscamos também relacionar a violência dos grandes projetos à violência *estruturante e estruturada* na sociedade brasileira, entendendo-a não como uma externalidade, mas como parte de um processo maior que conforma o *capitalismo dependente*.

No capítulo dois, na tentativa de nos aproximarmos de sua universalidade, problematizamos a violência como categoria explicativa do real a partir de seus pressupostos e determinações constituintes, considerando-a como práxis social e, assim, constitutiva das relações sociais e potencialmente transformadora. Conceituamos a violência estrutural, apreendendo-a como uma das particularidades da sociedade de classes, oriunda da contradição que fundamenta essa sociabilidade, e dessa compreensão se destaca a relação intrínseca entre capitalismo e violência, a partir do papel da ideologia e do Estado, com destaque para a apropriação do corpo das mulheres como condição para a sua reprodução. O ponto-chave dessa argumentação reside na relação intrínseca entre exploração-opressão a partir da apreensão de que o sistema civilizatório atual não é apenas capitalista, mas *patriarcal-racista-capitalista*. Consideramos essa relação alicerce para a tese de que a violência contra as mulheres é estrutural. Retomamos ainda as bases do capitalismo desde a acumulação primitiva e a atualização de seus processos violentos, apreendendo a violência contra as mulheres nesse processo.

No terceiro capítulo, procuramos alcançar as particularidades do objetivo a partir de uma aproximação às expressões da violência contra as mulheres no contexto de Belo Monte. Para tal, empreendemos uma síntese conceitual sobre a categoria *violência contra as mulheres* e uma caracterização de suas principais expressões contemporâneas, desde a teoria feminista.

Destacamos as principais tendências do debate sobre o tema no Brasil e analisamos os registros oficiais de violência direta contra as mulheres antes e depois do início das obras da UHE de Belo Monte, problematizando as análises que percebem o aumento dos registros como mera coincidência ou buscam uma explicação na condição masculina – no sentido de uma essência ou estrutura psicológica masculina naturalmente violenta e inabalável. Por fim, expomos a apreensão das principais expressões e as particularidades dessa violência em Belo Monte em vários contextos. Isso nos permitiu confirmar a presença de práticas e experiências violentas – tão comuns e extraordinárias – no cotidiano das mulheres, mas que não são qualificadas nas análises teóricas, no ordenamento jurídico nem no arcabouço das lutas sociais como tal, dada sua impessoalidade e o caráter homogeneizador dos principais referenciais sobre o tema.

O quarto e último capítulo emergido da pesquisa empírica revela a positividade contraditória da violência ao destacar a sua potencialidade construtiva, transformadora e, por que não dizer, revolucionária. Enfatizamos as contradições do objeto ao percorrer as resistências e lutas das mulheres no enfrentamento à violência promovida por ocasião de Belo Monte. Nesse ensejo, apontamos brevemente a história da articulação das mulheres a partir da Transamazônica, destacando suas principais motivações, pautas e desafios. Tomamos a ideia desse evento como um marco importante das lutas na região e fundamento para entender os movimentos e lutas sociais no contexto de Belo Monte. Dessa discussão, empreendemos uma síntese das lutas das mulheres a partir de dois movimentos “mistos”,²¹ mas que nas ações frente à barragem possuem o protagonismo das mulheres: o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Nessa oportunidade, assumiu relevo a violência direta contra as mulheres no conjunto da atuação política nos espaços externos e internos aos movimentos. Ademais, procuramos relacionar essas lutas à *crítica feminista antipatriarcal, antirracista e anticapitalista*, o que para nós se constitui numa estratégia teórico-política coerente com a perspectiva da análise das relações sociais e que poderá apontar novos caminhos para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Acreditamos que, para o serviço social, pesquisar temas como o da violência contra as mulheres provoca considerar que a questão social envolve o “caleidoscópio de desigualdades e rebeldias que se forjam historicamente na sociedade capitalista, envolvendo contradições de classe e suas lutas que se espraiam nas múltiplas dimensões da vida” (IAMAMOTO, 2012, p.

²¹ Nos debates feministas, é comum a utilização do termo “movimentos sociais mistos” para fazer referência aos movimentos distintos daqueles constituídos especificamente por mulheres – os movimentos de mulheres e feministas. Em outros termos, são movimentos sociais com participação diversa em relação ao sexo.

11). Na atual conjuntura, os enfrentamentos de interesses, grupos e projetos precisam ser vistos num processo complexo de relações de classe, sexo, gênero, “raça”, etnia, cultura, no sentido de adensar a discussão com as mediações das diversas manifestações da questão social. Além disso, a violência contra as mulheres reconhecida como expressão da questão social se apresenta como objeto de intervenção profissional das/os assistentes sociais, sobre o qual deverá formular um conjunto de reflexões e de proposições para a intervenção. Portanto, ampliar e aprofundar os estudos sobre os problemas que afetam a vida das mulheres implica, ao serviço social, a luta pela emancipação política e humana e, nesse sentido, a possibilidade de contribuir com o processo de afirmação de seu projeto ético-político.

1 VIOLÊNCIA E GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: CONSTRUINDO E DESTRUINDO SONHOS

Construindo sonho e destruindo. A gente construía e destruía todo dia.

Palmeira (2017)

Discorrer sobre violência estrutural contra mulheres no contexto da Hidrelétrica de Belo Monte implica acionar, além de questões particulares a esse tipo de violência, dimensões como o processo de formação social brasileira, a violência na Amazônia, o significado dos grandes projetos para a região e a constituição de Belo Monte como um “caso emblemático”. Entende-se emblemático no sentido de *simbólico*, pela repercussão e dimensão da obra, tanto em proporção de investimento como dos impactos causados e por constituir-se como uma *experiência síntese* das principais determinações do chamado capitalismo dependente (FERNANDES, 1975a).

É a representação do *construir e destruir sonhos*, que Palmeira, nossa interlocutora, pontua ao referir-se à expectativa cunhada por muitos, desde o primeiro processo de ocupação da região, no final do século XIX até os dias atuais, em torno das possibilidades de uma vida melhor e, ao mesmo tempo, da impossibilidade de alcançá-la. A construção dessa expectativa também se refere às lutas e resistências daqueles/as que migraram e migram para a região e aos povos que lá habitam há mais tempo, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Nesse sentido, o presente capítulo traz uma breve historicização da violência no processo de formação social do Brasil e da Amazônia desde a colonização. Buscamos destacar o período de auge da autocracia burguesa no Brasil (ditadura civil-militar), que culminou com a internacionalização da região amazônica e a intervenção estatal por meio da construção de grandes obras de infraestrutura em seu território.

Esse recorte temporal é importante por representar o momento de investimentos nessas obras e de uma mudança na visão estatal que passa a considerar a Amazônia como estratégica para a economia nacional. Esse período também representa o momento de deslocamento de parte das interlocutoras da pesquisa de seus lugares de origem para a região estudada. Apesar de esse recorte temporal não ter sido um critério pré-estabelecido para definição das entrevistas, mostrou-se como um indicador empírico importante para a pesquisa de campo.

Partimos da perspectiva de que os grandes projetos na Amazônia são iniciativas de contenção da crise capitalista e, como tais, intensificam a expropriação dos recursos da natureza, a exploração da força de trabalho e a apropriação dos corpos por meio do

recrudescimento da violência. Afinal, as “regiões onde a natureza é rica e abundante e onde se podem encontrar outros elementos essenciais para a contenção da queda da taxa de lucro são lócus privilegiados daquela exploração e esse é o caso da Amazônia brasileira” (NASCIMENTO et al., 2013, p. 2).

Entre os grandes projetos, priorizou-se, por exigência do próprio objeto de estudo, a caracterização da Hidrelétrica de Belo Monte, desde a sua idealização, ainda na década de 1970, até o início do funcionamento de sua primeira turbina, em 2016. Cabe antecipar que a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte se efetivou no governo da presidenta Dilma Rousseff, sob discussões de um pretense *novo desenvolvimentismo* no País.

Ao longo do capítulo buscamos, também, relacionar a violência dos grandes projetos à violência *estruturante e estruturada* na sociedade brasileira, entendendo-a não como uma externalidade, mas como parte de um processo maior que conforma o capitalismo dependente que aqui se entende não apenas capitalista, mas como *sistema capitalista-patriarcal-racista*. Temas como migração, trabalho, expropriações, questão étnico-racial, relação público-privado e luta de classes são trazidos e articulados às falas das nossas entrevistadas. Cabe destacar, igualmente, o diálogo com uma vasta literatura interdisciplinar, acadêmica e oriunda dos movimentos sociais que, nos últimos anos, têm se debruçado a compreender, analisar, instrumentalizar as lutas, visibilizar as controvérsias e denunciar as violências e crimes que permeiam e dão forma ao caso da UHE Belo Monte.

1.1 Notas sobre a violência na formação social brasileira e amazônica

Refletir sobre *o sonhar* no sentido trazido por Palmeira implica, apesar da rudeza da vida, acreditar que o futuro pode ser mais humano. Palmeira se reconhece como uma *pindova*, planta nativa, que nos seus termos é dura de matar e dura de morrer. Nascida no Maranhão, descendente de negros escravos e indígenas, Palmeira diz ser importante lembrar as histórias contadas por sua avó e o sofrimento vivido por seu povo para que não seja repetido. Sonha com um mundo em que todas as pessoas tenham uma terra para plantar e cultivar, *um lugar ao sol*. Diferentemente do que almeja Palmeira, no Brasil o passado insiste em fazer-se presente. A história indica que o novo, quando vem, guarda sempre muito do velho. Conforme afirma Prado Jr. (2011), passado e presente, novo e velho, caminham juntos na história econômica, política, social e cultural brasileira. Ademais, em acordo com Palmeira,

conhecer essa história é fundamental para construção do futuro, afinal, como propõe Bensaïd (1999, p. 74), a história não anda para trás, “metida em velhas e enganadoras vestimentas, ela pode, entretanto, incubar as piores novidades”.

Nessa direção, partimos do pressuposto de que essa história, que é a mesma contada pela avó de Palmeira, é forjada por processos violentos, num contínuo que se manifesta sob formas particulares da colonização até a atualidade, o que empreende a análise da sociedade brasileira como estruturalmente violenta (CHAUÍ, 2011). Não se trata de uma visão com base no estruturalismo clássico,²² mas uma perspectiva histórica, que reconhece na realidade concreta os fundamentos que determinam (estruturam) e condicionam as relações sociais. A violência figura como um traço estrutural-histórico. Obras de autores como Ribeiro (1995), Prado Jr. (2011; 2012) e Fernandes (1968; 1975a; 1975b) construíram grandes sínteses sobre o Brasil consideradas referências importantes para análise da sua constituição como nação. As reflexões trazidas por esses autores possibilitam apreender tanto a dialética entre passado e presente quanto o papel da violência como mediação importante na formação social brasileira.

Para Prado Jr. (2011), o “sentido” da formação social no Brasil encontra-se na colonização. Não na colonização em si mesma, mas entendida como expressão de uma “nova ordem que é a do mundo moderno”, derivada do desenvolvimento do comércio continental europeu. Para o autor, diferentemente do ocorrido em outros continentes, o Brasil não nasce como uma colônia de ocupação, mas de exploração, tendo como base três principais pilares: *a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo*. Foi em meio à produção em larga escala, por intermédio de grandes unidades produtoras e concentração de uma enorme quantidade de trabalhadores escravizados, junto a uma minoria de proprietários, intermediada por relações patriarcais, que o Brasil se constituiu nação.

Darcy Ribeiro (1995, p. 20), por sua vez, afirma que a formação social do Brasil é resultado do “atroz processo de fazimento” e do aniquilamento de pessoas. Diferentemente do que afirma a historiografia oficial sobre o Brasil, para o autor, nunca faltou no País o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental para a construção da história, ou que ela sempre esteve em “estado de guerra latente” (COSTA; SILVA, 2015). Sobre a formação do povo brasileiro, Ribeiro (1995, p. 108) afirma:

²² O estruturalismo é um método de análise que tem origem na linguística e se funda na construção de modelos que expliquem como se dão as relações sociais a partir de estruturas inter-relacionadas. Tem como um dos seus maiores expoentes o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, que aplicou o método ao estudo da cultura. É inegável a importância dos estudos a partir de referido método, inclusive sobre a questão indígena no Brasil. Na presente tese, contudo, o uso e o reconhecimento da existência de estruturas sociais só fazem sentido analítico quando imbricados aos movimentos sócio-históricos. Isso indica uma primazia da história e das determinações sociais ao passo que também privilegia as possibilidades de mudanças, deslocamentos e transformações destas.

O mameluco rejeita a mãe índia que lhe deu à luz e opõe-se aos irmãos de sangue das Américas, ao mesmo tempo em que é desconhecido por seu pai branco e banido entre os irmãos de ultramar. Oprimido e opressor, a contradição constrói a identidade dos brasilíndios.

Não restam dúvidas de que a violência é marca central da formação do povo brasileiro e da constituição do Brasil nação, se revelando, primeiramente, mediante o *genocídio e o etnocídio indígena* e, posteriormente, com a *escravidão*. Conforme destaca Ribeiro (1995, p. 144),

[...] a população original do Brasil foi drasticamente reduzida por um genocídio de projeções espantosas, que se deu através da guerra de extermínio, do desgaste no trabalho escravo e da virulência das novas enfermidades que os achacaram. A ele se seguiu um etnocídio igualmente dizimador, que atuou através da desmoralização pela catequese; da pressão dos fazendeiros que iam se apropriando de suas terras; do fracasso de suas próprias tentativas de encontrar um lugar e um papel no mundo dos “brancos”.

Na Amazônia não foi diferente. O contato entre povos indígenas e europeus, regado a histórias cruéis e extermínio em massa, é exemplo desse genocídio. A lógica da exploração colonial era explícita: invadir, conquistar, usurpar e destruir. Na historiografia sobre a região, vários são os relatos desse extermínio, como podemos apreender a partir da leitura de Batista (2006, p. 164) na citação abaixo:

A todos nós, nos dias atuais, por exemplo, repugna o feito do capitão Pedro da Costa Favela, em 1665, revidando tribos do rio Urubu com o incêndio de 300 malocas, a liquidação de 700 pessoas e o aprisionamento de 400, assim como a crueldade do cabo Belchior Mendes de Moraes, que no ano de 1729 disse ter passado pelas armas 28.000 índios, em comunicação ao capitão-general e governador do Pará. Também nos repugna o que fez o famoso fr. José dos Santos Inocentes, que é figura histórica e tem nome de rua em Manaus: apesar da pureza do onomástico, iniciou, no século 19, lançando vestes de bugres convascentes de varíola sobre tribos do Alto Rio Negro, a luta bacteriológica que os grandes criminosos de guerra dos nossos tempos não tiveram coragem de utilizar.

A citação mostra que a violência ocorria de forma direta e indireta e, como esboçada nas “crônicas coloniais, já escancaravam o caráter grotesco dos conflitos, com europeus armados de canhões e indígenas que contavam unicamente com tacapes, zarabatanas, arcos e flechas” (COSTA; SILVA, 2015, p. 66). E, “embora minúsculo, o grupelho recém-chegado de além-mar era superagressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas, principalmente como uma infecção mortal sobre a população preexistente” (RIBEIRO, 1995, p. 30). A violência dava-se tanto pela atuação fatal das pestes ou pelo encontro “entre populações nativas e colonizadores marcados por guerras armadas sem quartéis, sem concessão de vida aos inimigos vencidos” (COSTA; SILVA, 2015, p. 66). Afinal, tratava-se

de um “inimigo pouco numeroso, mas superiormente organizado, tecnologicamente mais avançado e, em consequência, mais bem armado” (RIBEIRO, 1995, p. 49). É manifesto que essa violência não ocorreu apenas no Brasil. Todo o processo de colonização iniciado no século XVI no chamado “Novo Mundo” foi um dos maiores derramamentos de sangue da história da humanidade.

Entretanto, cabe destacarmos as particularidades desse processo em solo brasileiro e especialmente amazônico, onde a lógica de extermínio e saque não ficou no passado colonial, mas opera como *continuidade* até os dias atuais. A essa particularidade acrescenta-se também o fator *exótico* de lugar inexplorado e de seres misteriosos “meio bicho, meio homem” que, na atualidade, reflete, em grande medida, a perspectiva de que índios não são humanos, por exemplo. Conforme aponta Cunha (2012), toda a questão indígena está eivada de reificações e, especialmente nesse período, os índios ou eram os bons selvagens, para o uso na filosofia moral europeia, ou abomináveis, para uso na colônia.

Entre tantas histórias que permeiam a historiografia amazônica, destaca-se a do aventureiro espanhol Francisco de Orellana, que, em 1541, após a derrota do Império Inca e conquista do Peru, em 1535 (liderada pelos irmãos Francisco e Gonzalo Pizarro), desce os Andes em uma pequena expedição adentrando a floresta e seus rios até desembocar no *Rio Santa Maria Du Mar Dulce*, nome dado por outro espanhol, Vicente Yáñez Pinzón,²³ ao que viria a ser denominado posteriormente de Rio Amazonas (SMITH, 1990). Em busca do *Eldorado* repleto de ouro e especiarias, esses aventureiros desceram o *rio-mar* enfrentando o desconhecido, matando índios e fugindo de outros tantos até chegarem a um trecho do rio, como conta frei Gaspar de Carvajal (responsável por relatar a viagem), onde foram surpreendidos por indígenas brancas e robustas que lutavam cada uma com a força de 10 homens²⁴ (SMITH, 1990). Usando em demasia a liberdade ficcional e o caráter fantástico (ou não) de tal relato à época, o fato é que Carvajal acabou batizando as indígenas guerreiras de Amazonas (tal qual na mitologia grega) e, por consequência, o maior rio do mundo e todo um imenso território, séculos mais tarde, seria chamado de Amazônia.

Não é o caso de nos alongarmos sobre a representação das indígenas guerreiras, mas cabe destacar que a visão e o tratamento predominantes sobre as mulheres no processo de colonização eram distintos daqueles relacionados às Amazonas. Afinal, o *patriarcado* no

²³ Capitão da primeira tripulação europeia a navegar pelo Rio Amazonas, em 1500.

²⁴ Aparentemente esse enfrentamento se deu próximo à cidade de Nhamundá, no Amazonas, onde indígenas guerreiras denominadas de Icamíabas viviam. Vale ressaltar que a existência real de tais indígenas não é consensual no meio acadêmico.

contexto colonial brasileiro fazia-se presente em várias, senão em todas as dimensões da vida (AGUIAR, 2000): na produção, na reprodução, na família e na sexualidade. Nesse período, vários eram os casos de violência contra mulheres relacionadas ao arbítrio de poder na família e fora dela. Prado Jr. (2011), ao referir-se à escravidão, destaca como seus alicerces moldaram tanto o trabalho como a apropriação do corpo das mulheres. Com relação ao último, o autor refere-se, especialmente, à mulher escrava (indígena ou negra), “utilizada como instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores” (PRADO JR., 2011, p. 364), o que nos faz pressupor a presença de relações patriarcais desde o sistema colonial escravista brasileiro.

Seja destacando a resistência (DEL PRIORI, 2000), seja evidenciando a existência de apropriação, exploração e opressão sofrida pelas mulheres (PRADO JR., 2011; RIBEIRO, 1995) ou mesmo que de forma polêmica, como se apresenta na obra de Freyre (1986),²⁵ é incontestável entre os autores a violência vivenciada pelas mulheres no período colonial. De acordo com Lacerda (2010), esse foi um período por excelência de exploração e controle sexual da mulher, em seus variados registros, inclusive com práticas extremas de sadismo, ou seja, de “corpos marcados por relações de dominação, forjados pela violência que num *continuum* se espraia para além da história monárquica” (CARDEMATÓRIO; ROSO, 2012, p. 6). Para Lacerda (2010), diferentemente do processo de colonização espanhola em que não somente era proibida como também “pecado” constituir prole com nativas indígenas, a violência contra mulheres foi uma das técnicas essenciais e inovadoras da formação social brasileira, que respondia o imperativo de povoamento e de reprodução de mão de obra. Em seus termos, as mulheres indígenas e depois as negras foram associadas

[...] à natureza e à terra a ser colonizada, em uma analogia simbólica e prática de devastação. A prole gerada a partir do estupro de escravas e de uniões como as concubinárias era massivamente “ilegítima”, “ninguendade” que dá origem ao próprio povo brasileiro (LACERDA, 2010, p. 9).

Isso indica a funcionalidade do patriarcado e do racismo para a consolidação do capitalismo desde a sua gênese. Não por acaso também os registros públicos de violência contra mulheres no tempo presente indicam as mulheres negras como as principais vítimas e

²⁵ Conforme destaca Lacerda (2010), Gilberto Freyre é um autor polêmico. Trouxe contribuições importantes à compreensão do Brasil, mas, no que se refere à explicitação da exploração sexual da mulher, da centralidade da família patriarcal, do sadismo das classes dominantes e do masoquismo das classes dominadas que advém da escravidão, o autor, além de não empreender críticas aos fatos, romantiza as análises, o que, em grande medida, contribui para a invisibilidade e naturalização da violência do período colonial. Destaca-se nessa direção a consolidação da crença na democracia racial brasileira presente na obra “Casa Grande e Senzala”, paradigma interpretativo determinante da perpetuação das hierarquias raciais no Brasil. Sobre essa questão, consultar Schwarcz (2000) e Figueiredo (2015).

demonstram a invisibilidade das mulheres indígenas. Segundo o Mapa da Violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015), de 2003 a 2013, a morte de mulheres negras por violência aumentou 54% em todo o País, enquanto a de mulheres brancas diminuiu 10%. Os índices sobre violência contra mulheres indígenas, por sua vez, são inexpressivos ou inexistentes, tanto pela ausência da denúncia, já que as políticas de proteção não são acessíveis a esse público, como pelo fato de a questão étnica ser ignorada na elaboração desses índices (BARROSO, 2015).

Ademais, particularmente no Brasil, o patriarcado é condição para o *patriarcalismo*, que, nos termos de Holanda (1995, p. 82-147), trata-se da “[...] invasão do público pelo privado, do Estado pela família [...]”. Para o autor, é dessa estrutura que se forja a figura do homem cordial. Contudo, parte-se da compreensão de que essa pretensa cordialidade passa ao largo de relações amistosas e de respeito, contribuindo assim para a naturalização de processos violentos que se arrastam no tempo (CHAUÍ, 2011). O patriarcalismo, por sua vez, “enquanto fenômeno político característico do período colonial, atravessa-o e tem presença forte em processos políticos bastante atuais – o que chamaríamos hoje de *ranço do conservadorismo* [...]”. (SILVA, 2014, p. 53). Esse conservadorismo pode ser apreendido no ataque aos direitos sociais por setores e discursos conservadores, (re)pondo temas na opinião pública que faz inevitavelmente lembrar o quanto a herança colonial se mantém viva. No período mais recente, é possível identificar uma ameaça ainda maior à tão parca democracia brasileira com o fortalecimento de concepções fundamentalistas contrárias às conquistas dos segmentos mais subalternizados da sociedade²⁶ (MEDEIROS; BARROSO, 2016). O patriarcado, herança que fundamenta a *violência contra mulheres* em suas diversas expressões na contemporaneidade, será retomado no capítulo específico sobre o tema.

Como já destacado em citações anteriores de Ribeiro (1995) e Prado Jr. (2011), outra particularidade da formação social brasileira é o *escravismo*, e, assim como todo o processo de colonização, a escravidão não pode ser vista de forma isolada, mas como origem da acumulação capitalista nas Américas, imposta pela Europa a povos e países que não haviam experimentado o feudalismo (SAFFIOTI, 2004). Ribeiro (1995, p. 18) destaca que a violência

²⁶ “Tais concepções ganham expressividade, por exemplo, no Congresso Nacional, através de pautas travestidas de “combate à corrupção” ou de “enfrentamento à crise econômica e política”, tais como: o incentivo às terceirizações; a flexibilização nas relações de trabalho; mais privatização do setor público; o retrocesso na área dos direitos sociais (especialmente saúde e educação), sexuais e reprodutivos; as restrições nos processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas; a criminalização aos movimentos sociais, isso para citarmos alguns. Ainda contrariando a ideia do Brasil como um país da “democracia racial”, apresentam-se, nas instâncias oficiais de poder e fora dela, manifestações de homofobia, racismo, sexismo e xenofobia, que reforçam o estigma ao pobre e às políticas sociais. Isso sem falar dos anseios pró-ditadura, que demonstram o termômetro da atual correlação de forças sociais no Brasil e ratificam a tendência autoritária da sociedade brasileira” (MEDEIROS; BARROSO, 2016, p. 41).

contra as populações nativas atravessa toda a história e encontra na *empresa escravista* – “fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes”. Para que essa empresa existisse, índios foram dizimados e negros chacinados aos milhões, configurando um “continuado *genocídio e um etnocídio* implacável” (RIBEIRO, 1995, p. 23). Para o autor, o escravismo fora possível exatamente por sua extrema crueldade, “e aí reside sua racionalidade particular, tão oposta à condição humana que uma vez instituído só se mantém através de uma vigilância perpétua e da violência atroz da punição preventiva” (COSTA; SILVA, 2015, p. 67).

Na Amazônia, conforme Coelho e Souza (2016), o número de escravos negros não chegou a ser tão elevado se comparado a outras regiões do Brasil. E, mesmo com a intervenção dos missionários no sentido de garantir a liberdade dos indígenas da escravidão, o que impulsionou a importação de escravos africanos para a produção das drogas do sertão,²⁷ o extrativismo florestal exigia conhecimentos sobre o espaço, e os negros recém-chegados ao país, por desconhecer a floresta e as técnicas, não eram considerados escravos rentáveis. Entretanto, com o advento da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) e o estabelecimento da política pombalina de fomentar as atividades comerciais na Amazônia, o número de escravos aumentou quantitativamente na região desenvolvendo diversas atividades, tais como:

[...] no Marajó com o trabalho na criação de gado; no Baixo Amazonas, onde a coleta do cacau representava a principal atividade econômica no século XIX; na Ilha das Onças no trabalho de artesanato de cerâmica, e em engenhos como o Engenho do Murucutu em Belém e o Engenho do Cafezal em Barcarena. A situação de vida desses escravos não era melhor que o restante da massa escravizada no resto do país (COELHO; SOUZA, 2016, p. 2).

Ademais, é importante destacar que, mesmo após a “abolição” formal da escravidão no Brasil, no final do século XIX, a Amazônia manteve/mantém um regime análogo ao da escravidão²⁸ em todos os seus períodos/ciclos econômicos vindouros. No chamado II Ciclo da

²⁷ Produtos oriundos do extrativismo no período colonial brasileiro: canela, cacau, castanha, cravo, pimenta.

²⁸ Análogo à escravidão não significa ser igual à escravidão, posto que se tratam de condições social e jurídica diferentes. Nesse sentido, fazemos remissão ao trabalho na atualidade e à permanência de características daquele trabalho degradante realizado por quase 400 anos no Brasil. O termo escravidão contemporânea também tem sido utilizado nesse sentido e caracteriza aquelas situações que levam à violação da dignidade do trabalhador. “No conjunto de violações que a caracterizam, é comum encontrar trabalhadores em condições degradantes, sendo submetidos a torturas, maus tratos, jornadas exaustivas e restrição de liberdade” (COELHO; SOUZA, 2016, p. 3). Sobre o tema, consultar: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/trabalho-escravo/cartilha-trabalho-escravo-pfdc>.

Borracha,²⁹ entre 1934 e 1945, além de indígenas, trabalhadores nordestinos, em sua maioria negros, foram submetidos a aviltantes condições. Entretanto, foi no período mais recente de ocupação da região (a partir dos anos 1960), que o trabalho análogo à escravidão tem o seu ápice e passa a acompanhar as grandes obras na região (tema a ser aprofundado no próximo item). Dados do Observatório Digital de Trabalho Escravo³⁰ confirmam esse tipo de trabalho como uma herança no Brasil e para a Amazônia. Conforme o levantamento, 18,45% dos trabalhadores resgatados são naturais do Maranhão (estado de origem de Palmeira e de várias outras interlocutoras do presente estudo), e o Pará é o campeão absoluto de prevalência desse tipo de prática, agrupando 22,69% dos resgatados. Esse dado é ilustrativo para esta tese, pois confirma a origem dos “peões de trechos”³¹ das grandes obras, migrantes, que, assim como Palmeira, chegam à Amazônia, ou particularmente ao Pará, em busca de trabalho. Além disso, revela um *continuum* da violência e a sua naturalização também por intermédio da exploração e apropriação completa dos corpos desses trabalhadores, sendo o trabalho escravo contemporâneo uma de suas expressões. Os dados do levantamento revelam, ainda, que no total foram libertados 43.428 trabalhadores durante o período de 2003 a 2017, sendo o Pará campeão, com 9.853 (lócus da pesquisa), seguido do Mato Grosso, 4.302, e Goiás, com 3.716 trabalhadores em situação semelhante.³²

Prado Jr. (2011) reconhece o trabalho escravo como pilar da colonização, mas, como um pensador do seu tempo, sofre influências de interpretações do pensamento que predominava, por exemplo, nas ciências sociais na primeira metade do século XX, fato perceptível no seu trato de alguns temas como o da questão étnica e racial. Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho enveredar pela análise da obra dos autores em si, cabe destacar que, apesar da contribuição de Prado Jr. na denúncia do preconceito dos senhores brancos para com os índios e negros (CARNEIRO, 1989), a perspectiva de aniquilação cultural e domesticação completa do povo negro, perceptível em Prado Jr. (2011), contribui nos dias atuais para a reprodução de preconceitos e discriminações. Silva (2014, p. 51), referindo-se à contribuição cultural desse povo, assevera que é “lamentável reduzir sua presença na nossa

²⁹ O I Ciclo da Borracha aconteceu entre o final do século XIX e início de século XX.

³⁰ Disponível em: <http://observatorioescravo.mpt.mp.br/>. Acesso em: 24 jul. 2017.

³¹ Em linhas gerais é um tipo de trabalhador/a conhecido por “girar” o País atrás de “grandes projetos”, como barragens, estradas, usinas, mineradoras. No item sobre os grandes projetos, essa atividade será melhor explicitada.

³² Disponível em: <http://amazonia.org.br/2017/06/quase-20-dos-trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-sao-naturais-do-maranhao/>. Acesso em: 24 jul. 2017.

história como mera massa de boçais, pois isso soa como preconceito ou grave deslize analítico”.

Nos escritos sobre a Amazônia essa questão também se fez presente, principalmente sobre a imagem exótica da região. Euclides da Cunha (2003), para citar um brasileiro, refere-se à Amazônia como um “inferno verde” e uma “terra sem história”. Cunha destaca que o vasto território era inóspito ao cidadão urbano e de uma “natureza indomada”. Tais argumentos sobre a Amazônia contribuíram na construção da ideia de lugar selvagem, inapropriado para viver. O preconceito racial e regional era, assim, evidente na literatura produzida e justificava em grande medida a exploração e o domínio de povos. O nativo da colônia, e em especial da floresta, era considerado um selvagem, degenerado e incivilizado (FONSECA, 2018). Esse argumento foi construído ao longo da história da região e continua fortemente sendo usado para justificar o modus operandi entre oprimidos e dominadores, como destaca Quijano (2005) ao versar sobre a colonização nas Américas. Para ele, a raça é uma construção social que foi apropriada pelos colonizadores como fundante das relações de dominação, segundo a qual

1

[...] a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder (2005, p. 117).

Isso revela as bases da intrínseca relação entre capitalismo e racismo (tema a ser tratado no capítulo 3 desta tese). Ademais, a violência do escravismo também aponta o *continuum* e dialética entre passado e presente na história do Brasil. Não é por acaso que o “racismo aparece como uma ideologia que faz parte das matrizes da opressão, estruturantes do autoritarismo social que permeia as relações sociais” (OLIVEIRA, 2016, p. 34). Essas são *marcas* indeléveis que figuram na dialética entre passado e presente, consideradas por Prado Jr. (2011) ao analisar o sentido da colonização brasileira. Exemplo disso é o nomeado massacre moderno de indígenas que, conforme dados do levantamento sobre a violência contra indígenas no Brasil, disponível na plataforma Cartografia dos Ataques Contra Indígenas, entre 2003 e 2015, 742 indígenas foram assassinados. Isso significa 57 assassinatos de indígenas por ano ou um homicídio a cada seis dias.³³ Essa cartografia é alimentada a partir

³³ Disponível em: <http://caci.rosaluxspba.org/#/>. Acesso em: 22 jul. 2017.

dos relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Conforme Daniel Santini, um dos responsáveis pela Cartografia, “os dados evidenciam como ainda está em curso uma prática muito danosa de extermínio de populações indígenas. Temos há séculos políticas de extermínio e genocídio, não é uma coisa do passado no Brasil”. Santini complementa que os casos estão relacionados “direta ou indiretamente” à demarcação de terras, seja em conflitos diretos por território ou então confinando populações em espaços reduzidos.³⁴

Se no período colonial se compuseram os fundamentos da nacionalidade brasileira, os processos violentos e autoritários registrados não se encerram no fim do século XVIII. Contrariamente, eles se reatualizam ao longo da história e revelam a violência como elemento estruturante das relações sociais no Brasil. Em outros termos, a formação social do País revela as bases da *dependência econômica* e das *relações conservadoras, autoritárias, violentas* como permanência nas suas diversas e atualizadas expressões. Nos termos de Fernandes (1975a, p. 52), “a descolonização nunca pode ser completa, porque o complexo colonial sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira”.

Isso indica que os processos violentos de ontem e hoje não são naturais ou conduzidos por uma “mão divina”. Contrário a isso, são produto de relações históricas e do modo de produção e reprodução da vida material e subjetiva. No Brasil, esse modo foi analisado por Fernandes (1975) como *capitalismo selvagem e, posteriormente, capitalismo dependente*. Importante afirmarmos que, para esse autor, não se trata de uma externalidade ou tampouco excepcionalidade ao capitalismo, mas parte da dinâmica de um *desenvolvimento desigual e combinado* que lhe é inerente. Conforme afirma Cardoso (1995, p. 2), com esteio nas reflexões desenvolvidas por Fernandes, “trata-se, assim, antes de mais nada, de capitalismo. E, em seguida, de capitalismo numa das formas específicas de uma das fases do seu desenvolvimento”.³⁵ Para Cardoso (1995), isso faz do capitalismo dependente uma categoria ao mesmo tempo *histórica e estrutural*. Estrutural por compor um determinado “sistema”, que

³⁴ Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/brasil-vive-massacre-moderno-de-indigenas-16102016>. Acesso em: 22 jul. 2017.

³⁵ Florestan Fernandes entende o sistema mundial capitalista como uma totalidade composta por partes contrárias e assimétricas entre si – as nações exploradoras e as exploradas. Tais partes nacionais estabelecem relações mútuas que as tornam partícipes de uma mesma estrutura mundial, na qual umas são dominantes, outras dominadas. Além da dominação política e cultural, desenvolvem-se no sistema internacional mecanismos de exploração econômica, tais como o de produção e apropriação do excedente. Assim, a dinâmica do mercado mundial é notadamente fundada em mecanismos políticos e econômicos que estabelecem hierarquias entre nações imperialistas e nações exploradas e dominadas (CASTELO, 2012, p. 5).

é do capital, e histórica porque se refere a um determinado momento do seu desenvolvimento na história. Por outro lado, tal análise indica também que o capitalismo não ocorreu da mesma forma em todo o planeta e que as particularidades intranações ou regiões operam para uma expansão capitalista mundial de forma *desigual e combinada*.³⁶ *Desigual* por questões de ordem sócio-histórica (como a relação entre países centrais e colonizados), e *combinada* para dizer da “ascensão” dos países atrasados por meio da assimilação de modernas técnicas e processos de produção (geralmente importadas) articulada a relações sociais e econômicas arcaicas (como o trabalho escravo), sendo que essa ascensão (por isso o parêntese) não lhes retira a condição de economias dependentes e exploradas (BRAZ; NETTO, 2007). Segundo Mandel, citado por Löwy (1998), a tese do desenvolvimento desigual e combinado é uma das tentativas mais significativas de romper com o evolucionismo e a ideologia do progresso linear.

Entender as particularidades do capitalismo no Brasil a partir das categorias de Leon Trótski (1989) sobre desenvolvimento desigual e combinado e de Fernandes (1975a) sobre capitalismo *selvagem e dependente* é coerente tanto com a perspectiva teórica a partir da qual se constrói esta tese quanto com a requisição do objeto de estudo investigado. Analisar as determinações e condições da violência estrutural na Amazônia e sua particularidade para as mulheres na atualidade exige uma compreensão de processos que possam explicitar a relação da região com processos nacionais e globais. Que relações ou processos se estabeleceram ou se estabelecem dentro e fora da região que fazem dela um lugar de sonhos e de realidades tão adversas, como relata Palmeira? O que faz essa região ser considerada a última fronteira do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, apesar da riqueza socioambiental e do imenso território que a compõe, a região do País com os piores índices de desenvolvimento humano e violência? Assim, buscamos estabelecer um diálogo com produções teóricas sobre a região no sentido de responder ao objetivo maior desta tese, que é o de analisar a violência contra as mulheres no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento em curso na Amazônia.

Conforme destacado anteriormente, partimos do pressuposto de que o Brasil nasce como nação oriunda da expansão desigual e combinada do capitalismo mundial, “marcada pelo domínio estrangeiro, seja ele operado por forças estatais (nações), seja por forças privadas (capitais)” (CASTELO, 2012, p. 617). Assim, a partir das grandes navegações e da constituição do mercado mundial, interesses externos de acumulação de riqueza, poder e

³⁶ A tese do desenvolvimento desigual e combinado (que aparece indiretamente na obra pradiana ao considerar o passado também como presente, através das heranças do escravismo, da questão indígena e da agrária) trata-se de uma das maiores contribuições de Trotsky à teoria marxista e refere-se à ocorrência paralela de aspectos considerados avançados e atrasados no processo de produção (LÖWY, 1998).

território que culminaram com o processo de colonização determinaram as formas de organização social, econômica, política e cultural no Brasil, formas essas voltadas para atender interesses externos (FERNANDES, 1975a; CASTELO, 2012). O Brasil passa a ser um lugar privilegiado de extrativismo e monocultura a ser apropriado por nações e capitais imperialistas. De acordo com Fernandes (1968, p. 36-37),

trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas.

Assim nasce a “modernidade” no Brasil no final do século XIX, com sua elite rural resistindo a abolir a escravidão, com sua estrutura produtiva monocultora e latifundista de base primária-exportadora-dependente, intermediada por relações patriarcais e servis. E é essa condição que faz da Amazônia um lugar economicamente estratégico para a apropriação e exploração capitalista com fins a atender ao capital internacional. A economia basicamente extrativista, a questão socioambiental e os diversos conflitos presentes hoje na região amazônica são, em grande medida, resultado do passado colonial e do processo de modernização conversadora (FERNANDES, 1975a) ocorrido no Brasil.

Ademais, não se pode negar a geografia peculiar que, somada aos determinantes citados, faz da região uma *questão geopolítica internacional*. A Amazônia é considerada um subcontinente por sua *dimensão* – possui um território de sete milhões de quilômetros quadrados; *abrangência* posto alcançar oito países (Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Suriname, Guiana) e um departamento ultramarino da América do Sul (Guiana Francesa); e *diversidade socioambiental*, por possuir a maior biodiversidade do globo, além de vários grupos étnicos e distintas línguas. A Amazônia é a maior floresta tropical úmida do mundo. Soma-se a isso o fato de a região possuir 20% das reservas de água doce do planeta e o maior conjunto hidrográfico conhecido, que contempla o Rio Amazonas, com aproximadamente sete mil quilômetros entre a nascente nos Andes peruano a sua foz no Oceano Atlântico, entre os estados do Pará e Amapá. Desse território, 60% localizam-se em terras brasileiras, distribuído em nove estados (Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão) que constituem a Amazônia Legal. Habitam a região, de acordo com o Censo de 2010,³⁷ aproximadamente 20 milhões de pessoas, entre

³⁷ Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 12 jan. 2017.

indígenas (isolados ou não), ribeirinhos, quilombolas, imigrantes de todo o Brasil (principalmente nordestinos) e estrangeiros oriundos desde o Oriente Médio à Ásia, além de uma série de outras populações originárias de outros países ao redor do mundo.

No entanto, quanto mais a Amazônia é vista como um espaço geopolítico, um paraíso fiscal, um patrimônio da humanidade, uma zona econômica emergente, um banco genético planetário, “mais as contradições pretéritas e presentes dos ciclos históricos da acumulação originária, do capitalismo internacional, da economia mundial ganham complexidade no plano local” (SILVA, 1997, p. 4). Assim, é preciso considerar a totalidade que determina não só a região (o universal) como as suas condições específicas (o particular). O desafio é realizar uma reflexão que a partir das suas particularidades consiga explicitar a dialética entre o singular e o universal. O universal é aqui entendido como os processos globais ou movimentos mais amplos que dizem respeito à produção e à reprodução das relações sociais mundializadas. Essa relação, ao mesmo tempo em que distingue a Amazônia de outras regiões do planeta, faz dela *lócus* e laboratório de experiências emblemáticas ou que reúnem contradições centrais da sociedade contemporânea, como o desemprego, a destruição do meio ambiente, a contradição entre o desenvolvimento econômico transnacional e os Estados nacionais, além das opressões sofridas pelas mulheres (MÉSZÁROS, 2011).

Não obstante a riqueza socioambiental que constitui a região, a sua função na economia nacional sempre foi de “*mão única*” – ou, como destaca Loureiro (2002), a Amazônia sempre foi mais rentável e mais útil economicamente à Metrópole e ao País do que eles o foram para a região. Nas palavras do autor,

A Amazônia foi no passado “um lugar com um bom estoque de índios” para servirem de escravos, no dizer dos cronistas da época; uma fonte de lucros no período das “drogas do sertão”, enriquecendo a Metrópole; ou ainda a maior produtora e exportadora de borracha, tornando-se uma das regiões mais rentáveis do mundo, numa certa fase. Na Segunda Guerra Mundial, fez um monumental esforço para produzir borracha para as tropas e equipamentos dos aliados. Mas é mais recentemente que ela tem sido mais explorada: seja como fonte de ouro, como em Serra Pelada, que serviu para pagar parte da dívida nacional, deixando na região apenas as belas reproduções das fotografias que percorreram o mundo, mostrando a condição subumana do trabalho dos homens no garimpo; seja como geradora de energia elétrica para exportar para outras regiões do Brasil e para os grandes projetos, que a consomem a preços subsidiados, enquanto o morador da região paga pela mesma energia um preço bem mais elevado; seja como última fronteira econômica para a qual milhões de brasileiros têm acorrido nas últimas décadas, com vistas a fugirem da persistente crise econômica do país, buscando na Amazônia um destino melhor (o que, infelizmente, poucos encontram) (LOUREIRO, 2002, p. 107).

Essa questão é reveladora da existência de relações desiguais não apenas entre nações consideradas centrais e aquelas periféricas, mas também entre regiões de exploração e

dominação cujas relações podem coexistir entre e intranações periféricas, como ocorre no Brasil com as regiões Norte e Nordeste em relação às demais regiões do País. Fernandes (1968) não atribui a dependência exclusivamente à dominação externa. Nos termos de Cardoso (1995, p. 2-3), ao referir-se a Florestan Fernandes, o “capitalismo possui a sua própria lógica econômica, que consiste exatamente na articulação entre os mecanismos ‘de fora para dentro’ (dos centros capitalistas hegemônicos para as economias capitalistas dependentes) e ‘de dentro para fora’” (da periferia para os centros hegemônicos). Sobre essa relação entre o externo e o interno, Fernandes (1975a, p. 54) destaca, ainda, a interdependência entre eles ao afirmar: “um não se fortalece sem ou contra o outro”. Cabe reafirmar que essa relação não é uma externalidade ao movimento do capitalismo mundial: faz parte, como destacado anteriormente, de sua própria lógica de reprodução e acumulação.

Não se questiona que a acumulação capitalista na Amazônia, tanto no passado como no presente, foi ou tem sido realizada por meio do *extrativismo vegetal e mineral* (NASCIMENTO, 2009) e que, diferentemente dos grandes polos centrados na atividade produtiva oriunda da industrialização, se traduz com mais ênfase na forma primária de exploração dos recursos naturais e no beneficiamento de produtos semielaborados ou *commodities*. Mas, conforme destaca Silva (1997, p. 1-2), uma análise apenas interna ou a partir da ótica do desenvolvimento regional e de uma pretensa autonomia da região para alterar as relações políticas e econômicas estabelecidas limita a compreensão e impede visualizar que

[...] a Amazônia sempre esteve na lembrança dos atores sociais, sejam estes representados pelas forças de processos de mudança ou por indivíduos privilegiados: o fato de que a região continua a despertar preocupação quanto ao seu desenvolvimento deve-se mais à intensidade dos impactos de suas formas de ocupação do que ao esquecimento propriamente dito.

Um caso emblemático e até curioso foi o *Projeto Fordlândia*, ocorrido ainda em 1927. Tal projeto foi uma iniciativa do empresário estadunidense Henry Ford, que tinha como objetivo a *extração de borracha* para a confecção de pneus e outras peças automobilísticas produzidas por sua empresa, a Ford. Para esse fim, ergueu às margens do Rio Tapajós uma impressionante localidade com luz elétrica, praças, cinemas, piscinas, campos de golfe e casas com telhados de madeira, nos moldes das pequenas cidades dos Estados Unidos (GRANDIN, 2010). A experiência não foi exitosa, apesar do grande investimento feito. Além do pouco conhecimento sobre o plantio de seringueiras pelos norte-americanos, os/as trabalhadores/as, oriundos da própria região, não se adaptaram às regras impostas (alimentação típica

americana, uso de crachás, regime de produção em larga escala). Suspeita-se que o fracasso do Projeto Fordlândia resultou em um prejuízo na ordem de mais de 20 milhões de dólares e teve seu fim em 1945.³⁸ Fordlândia evidencia a relação entre o mundo e o local para o qual convergem processos novos e remanescentes (SILVA, 1997) e, ao que indica, não seria apenas uma alternativa econômica de extração de borracha para a indústria automobilística, mas um projeto que visava à expansão, entre outros fins, do *fordismo* como um novo modo de vida ou um modo de regulação da classe trabalhadora sob a combinação da coerção e da persuasão do Estado e da relação dele com os aparelhos privados (GRAMSCI, 2001).

Na Amazônia paraense, Ford vislumbrava a possibilidade de expandir a “racionalização” e a “padronização” para todas as atividades humanas, ou seja, industrializar a floresta e implantar “a magia do homem branco”. Conforme notícias da época, não havia nenhuma dúvida de que Ford potencializaria sua produção de borracha “até a completa industrialização de toda a floresta”, para a “grande felicidade das tribos amazonenses”: “Em breve, os índios negros armados de pesadas lâminas vão cortar nivelando suas palhoças de outros tempos para facilitar a fabricação de limpadores de vidros, tapetes e pneumáticos” (GRANDIN, 2010). Ademais, segundo o *Washington Post* de 12 de agosto de 1931, Ford levaria à floresta “a magia do homem branco”, a fim de cultivar não somente “a borracha, mas os seringueiros em si mesmos”.³⁹ Essa experiência também foi palco de violências e destruição. Conforme expõe Grandin (2010, p. 2),

Os primeiros anos foram marcados, no entanto, por uma violência e uma libertinagem mais apropriadas a uma cidade de fronteira do que à Disneylândia. Malária e febre amarela faziam aumentar como uma flecha a taxa de mortalidade. Nuvens cinzas escureciam o céu, alimentadas por incêndios os mais devastadores. Os migrantes à procura desesperada de um emprego, vindos, em sua maioria, de terras áridas e esfomeadas do Nordeste brasileiro, afluíam nos campos de trabalho, atraídos pelo boato segundo o qual Ford empregava dezenas de milhares de braços pagos a US\$ 5 por hora. Eles levavam consigo mulheres, crianças, tias, tios e primos, que se amontoavam nos barracos feitos de caixas de madeira e de lona de tenda. Os trabalhadores que fugiram das plantações traziam consigo histórias de brigas com arma branca, revoltas, dirigentes norte-americanos transformando a floresta virgem em campo de lama, queimando largas extensões de selva sem ter a mínima ideia de como se cultivavam as seringueiras.

Ou seja, não se tratava apenas de uma experiência para garantir a extração da borracha como referido anteriormente, mas ligava-se a movimentos globais, tais como o anseio de

³⁸ Mais informações sobre o Projeto Fordlândia podem ser encontradas no livro *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*, de Greg Grandin (2010), publicado pela Editora Rocco no Brasil.

³⁹ Disponível em: <http://diplomatieque.org.br/o-sonho-de-henry-ford-no-meio-da-amazonia/>. Acesso em: 25 jul. 2017.

consolidação do fordismo e de dominação por meio da imposição, a todo custo, de um modelo de desenvolvimento baseado no progresso e no avanço tecnológico. Ao mesmo tempo, Fordlândia explicitava que os movimentos de expansão e crise do capitalismo criam zonas econômicas com conexões da moderna economia mundial (SILVA, 1997), como ocorreu em todos os chamados ciclos econômicos na Amazônia brasileira. Abaixo segue um quadro síntese desses ciclos, destacando a principal atividade econômica em cada período, o contexto mundial e local e as suas principais características.

Quadro 1 – Momentos econômicos importantes da Amazônia brasileira (1500-2016)

Atividade econômica	Período	Contexto	Características
Drogas do sertão	1500-1877	<ul style="list-style-type: none"> - Grandes navegações e a invasão europeia no “Novo Mundo”; - Capitalismo comercial nos países centrais; - Colonização luso-brasileira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades extrativistas de madeira, sementes, com destaque para a exploração do pau-brasil, e posteriormente com a produção das “drogas do sertão”.
I Ciclo da Borracha	1877-1912	<ul style="list-style-type: none"> - Capitalismo industrial com destaque para o setor automobilístico; - Política de incentivo à migração de nordestinos para a Amazônia em decorrência de uma grande seca. 	<ul style="list-style-type: none"> - Auge da produção de borracha na região.
II Ciclo da Borracha	1942-1945	<ul style="list-style-type: none"> - II Guerra Mundial; - Movimentação econômica; - Nova política de migração para a Amazônia (soldados da borracha). 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção da borracha para atender não só empresas automobilísticas, mas principalmente a indústria da guerra.
Milagre econômico	1964-1985	<ul style="list-style-type: none"> - Capitalismo monopolista; - Massiva intervenção política /econômica do Estado (Governo Civil-Militar) na região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Idealização e construção de grandes projetos de infraestrutura para a Amazônia; - Criação da Zona Franca de Manaus; - Idealização da UHE Belo Monte; - Política de exploração de <i>commodities</i>.
“Novo desenvolvimentismo”	2003-2016	<ul style="list-style-type: none"> - Capitalismo financeiro; - Criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); - Intervenção de governos civis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Retomada de grandes projetos na Amazônia; - Construção da UHE Belo Monte; - Ampliação da exploração de <i>commodities</i>.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

O referido quadro não tem pretensão de abarcar todos os momentos econômicos da Amazônia, tampouco expor as condições sob as quais eles se desenvolveram. Entretanto, essa periodização ilustra os movimentos econômicos considerados de maior relevância mediante

os quais é possível demonstrar a relação de interdependência entre os processos globais e locais, bem como explicitar a centralidade das determinações históricas para a análise da região.

No quadro exposto, Fordlândia não aparece por não ser considerada como um ciclo ou um momento da economia, mas é compreendida como uma experiência localizada e demarcada pelo período entre guerras (1929-1946) e de declínio da produção de borracha na região. Esse período é marcado pela tendência de refluxo da produção da borracha na região amazônica.

O “não esquecimento” da região também é explicitado no Quadro 1, revelado pelos interesses voltados para a exploração da região desde o período da colonização. Isso, contudo, não contradiz o padrão de desenvolvimento dependente que lhe é próprio, denominado por alguns autores como *enclave* (CASTRO, 1995; NASCIMENTO, 2009; PINTO, 2012), revelador de um desenvolvimento com distinções culturais e sociais cujas fronteiras ficam inteiramente dentro dos limites do desenvolvimento das metrópoles e dos países estrangeiros – um modelo econômico em que as atividades produtivas são destinadas ao mercado externo, sem integrar-se ao mercado local.

As intervenções em todos os ciclos não provocaram transformações qualitativas e duradouras na região, razão pela qual é importante considerar, nos termos de Cardoso e Muller (1977, p. 7), tanto o pioneirismo típico da região – que se conforma na “rudeza da relação direta terra-homem e a violência da relação entre os homens” –, quanto o contexto político em que a região é ocupada. Com isso, são afirmados que os processos na Amazônia assumem uma particularidade que reside no superlativo das questões sociais, ambientais, dos conflitos e da violência.

É preciso reconhecer também que o Estado exerce um papel central no sentido de garantir as condições gerais da expansão capitalista na Amazônia, por intermédio, prioritariamente, da criação e manutenção de instituições estatais na região. Para Cardoso e Muller (1977), o Estado é o pressuposto político da expansão capitalista na Amazônia – diga-se, operando prioritariamente ao nível das empresas e interesses do grande capital, ao mesmo tempo em que ausente na defesa dos interesses, mesmo que mínimos, dos povos que lá habitam, delegando-os à violência privada e ao arbítrio individual.

O Estado atua, também, no favorecimento de concessões privadas ou por intermédio da criação de instituições de apoio à atividade de extração, produção e exportação de matérias-primas diversas, como madeira, soja, carne, ferro e alumínio, ou pela concessão de grandes investimentos em projetos de infraestrutura energética mediante construção de

hidrelétricas e de apoio logístico à implantação de construção de rodovias e hidrovias. Os dois últimos momentos econômicos que se referem ao auge da autocracia burguesa⁴⁰ no País, até os dias atuais, serão aprofundados no próximo item deste capítulo.

Dito isso, partimos da perspectiva de que o desenvolvimento dependente e de tipo enclave na região contribui para a exacerbação das contradições e dos altos índices de desigualdade, conflito e violência. A Amazônia brasileira é uma região síntese da história da formação social brasileira e das contradições do capitalismo em sua versão mundializada, onde a violência opera de forma emblemática na estrutura das relações sociais ao passo que também é produto dela. Cabe reforçar que considerar a violência como estruturante das relações não implica a sua naturalização, mas, nos termos de Chauí (2011), reconhecê-la como herança e estrutura histórica. Cabe dizer que

[n]ão se trata, porém, de considerar os brasileiros [*ou os amazônidas*] como individualmente violentos. Trata-se de esclarecer as estruturas históricas que produzem uma vida social em que o espaço público e republicano é mingüado, transferindo-se ao Estado o papel de sujeito da cidadania e reproduzindo-se, no cotidiano, relações de poder (grifos da autora).⁴¹

Chauí dialoga com a ideia do mito do “homem cordial” (RIBEIRO, 1995), cuja elaboração remonta ao período da descoberta e conquista da América e do Brasil. Para a autora, “nossa autoimagem é a de um povo ordeiro e pacífico, alegre e cordial, mestiço e incapaz de discriminações étnicas, religiosas ou sociais, acolhedor para os estrangeiros, generoso para com os carentes, orgulhoso das diferenças regionais e destinado a um grande futuro” (CHAUÍ, 2011, p. 5). Assim, sob esse mito que opera nas subjetividades com as bases materiais elencadas ao longo deste item, a violência real, cotidiana, conserva-se e reatualiza-se. Conforme assevera Chauí, esse é o mito da não violência. Com a perspectiva de analisar a complexidade entre mito e realidade e o papel da ideologia, Chauí (2001, p. 5) problematiza:

O mito da não violência permanece porque, graças a ele, admite-se a existência de fato da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo em que é admitida. A violência não é percebida ali mesmo onde se origina ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole

⁴⁰ A autocracia burguesa foi nomeada por Florestan (1975b) como sendo a hiperconcentração de poder político, que não é equivalente à ditadura militar (seu auge), mas sim um traço estrutural-histórico do capitalismo no Brasil (CHAGAS, 2011). Essa concentração do poder político, que é a razão da dependência, dá-se não apenas pela hegemonia do poder político (como ocorre nos países capitalistas centrais), mas pela hiperacumulação de poder político por meio do Estado.

⁴¹ Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Sociedade-brasileira-violencia-e-autoritarismo-por-todos-os-lados/4/35548>. Acesso em: 24 jul. 2017.

interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas, porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionalismo das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta, e a violência aparece como um fato esporádico de superfície.

Em concordância com Chauí, consideramos a violência estrutural como algo naturalizado e, conseqüentemente, comumente invisível. Isso ao mesmo tempo é condição para sua existência e reprodução como violência que estrutura e organiza as relações sociais de classe, raça e de sexo/gênero no Brasil. Nessa direção, afirmamos que a violência é estruturante da sociedade brasileira e, particularmente na Amazônia, é resultado e síntese de processos de *expropriação, apropriações, ocupação exploradora, intervenções predadoras e fantasias* que se renovam.

Entretanto, cabe dizer que esses processos violentos, aqui compreendidos como *violência estrutural da sociedade brasileira*, não são pontuais. Conforme exposto ao longo desse item, trata-se de uma violência estruturante ou, nos termos de Chauí (2011), “é a estruturação violenta de uma sociedade hierárquica, vertical, oligárquica, conservadora, que defende os privilégios contra qualquer forma de direitos”. No sistema capitalista brasileiro, com fundamento racista e patriarcal, os predicados atribuídos à sociedade por Chauí (hierárquica, vertical, oligárquica, conservadora) imprimem as particularidades da formação social colonial brasileira e amazônica.

Nessa direção, a dialética entre o passado e presente pode contribuir para *tirar o véu* de processos que naturalizam desigualdades e violências desde os anos 1950 na Amazônia com os grandes projetos e, em especial, com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, mais uma promessa de Eldorado na região.

1.2 Grandes projetos na Amazônia: “o cachorro muda só a coleira, mas o cachorro é o mesmo”

Desde a década de 1940, é explícito o maior interesse do governo brasileiro no processo de desenvolvimento da Amazônia. Nesse primeiro momento, a estratégia foi a

criação, em 1946, do Plano de Valorização da Amazônia, resultando na Lei nº 1.806, sancionada em 6 de janeiro de 1953 por Getúlio Vargas, que instituiu o “Plano de Valorização Econômica da Amazônia e, em seu art. 22, criava a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)”.⁴² A SPVEA tinha como objetivos institucionais: a) assegurar a ocupação da Amazônia; b) constituir uma sociedade economicamente estável e progressista; e c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira. Tais objetivos indicavam o lugar distinto e não integrado da Amazônia à economia nacional até esse período (CARDOSO; MULLER, 1977). A SPVEA teve poucos resultados, sendo substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, na gestão do presidente Castelo Branco, no contexto da ditadura militar, com o objetivo de planejar, coordenar e controlar a ação federal na Amazônia, tendo em vista o desenvolvimento regional⁴³ – em outras palavras, com o objetivo principal de “promover a ocupação produtiva da Amazônia a partir do aproveitamento de seus recursos naturais, ampliando as fronteiras econômicas do País” (MOREIRA, 2003, p. 3).

Após o fim do II Ciclo da Borracha (ciclo que também decorreu de indicação de agências multilaterais), a partir de meados dos anos 1960, com a *política expansionista e desenvolvimentista* dos militares, a região passa estrategicamente a fazer parte das ações do Estado. Com o *slogan* “uma terra sem homens para homens sem terra”, o Estado brasileiro passa a intervir na Amazônia com o objetivo de povoar a região e inseri-la na economia nacional. Como afirma Marques (2007, p. 27), até então “o Estado nacional brasileiro não tinha um projeto claro para a região e a burguesia regional, frágil política e economicamente, não tinha força para tencionar nesse sentido”. Para Nascimento (2009), o Estado, ao buscar defender os interesses do grande capital nacional e internacional, redefine o papel da Amazônia na divisão nacional e internacional do capital e do trabalho, agora não apenas como fornecedora de matéria-prima, mas como espaço de reprodução da força de trabalho, transformando trabalhadores sem experiência de assalariamento (quilombolas, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, ribeirinhos e outros) em outros assalariados secundários (NASCIMENTO, 2009, p. 44). Na análise de Fontes (2010b, p. 47), significa uma nova expressão da expropriação que se dá por atualizadas formas de disponibilizações dos

⁴² A SPVEA era subordinada à Presidência da República e tinha sede em Belém do Pará. Nove estados e territórios federais faziam parte da SPVEA: Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Território do Acre, Território do Amapá, Território do Rio Branco-Roraima e Território do Guaporé-Rondônia.

⁴³ Dados disponíveis em: <http://www.sudam.gov.br/sudam/historico-sudam>. Acesso em: 7 out. 2015.

trabalhadores para o mercado, sob distintas condições, abrindo novos setores para a extração de mais-valor.⁴⁴

A abertura da *Rodovia Transamazônica* (BR-230), no sentido Altamira/Itaituba, no estado do Pará, foi um dos principais projetos de infraestrutura dessa política e um marco temporal importante para a análise aqui empreendida. Ela simboliza a mudança de orientação do estado na Amazônia, posto fazer parte do “pacote” que passa, a partir de então, a garantir as condições gerais necessárias para a expropriação e exploração da região. O “pacote” também contemplava o estímulo à ocupação do território, constituindo-se em um dos períodos de maior migração para a região, necessária, em grande medida, para garantir trabalhadores para a abertura da rodovia e ocupação dela. Famílias foram impulsionadas a se deslocar por meio do *projeto de colonização* e impelidas, pelos órgãos governamentais, a ocuparem as terras situadas ao longo dessa Rodovia e de suas estradas transversais (SILVA, 2008).

É a partir da Transamazônica que o território localizado na mesorregião sudoeste paraense, compreendido como microrregião de Altamira, passa a ser constituído no que se apresenta hoje. São oito municípios: Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu e Altamira, este último considerado o polo regional.

É possível afirmarmos que a história das pessoas que hoje vivem nessa região foi, de alguma forma, atravessada pela construção da Transamazônica, especialmente daquelas que migraram com suas famílias nesse período para a região. Esse aspecto pode ser inferido nas trajetórias das entrevistadas ao darem sentido aos acontecimentos em suas vidas em decorrência dessa construção. Nessa perspectiva, é importante salientar que essa questão não foi um critério metodológico, *a priori*, de escolha dos sujeitos pesquisados, nem simplesmente mera coincidência.

Não há como desconsiderar as conexões entre as mudanças estruturais ocorridas na região, nesse período, e o modo como elas afetaram a vida cotidiana das pessoas, suas percepções, suas lutas e resistências ante uma realidade sob intervenções drásticas visando a alterar a dinâmica socioespacial de uma região e o *modus operandi* da vida das pessoas em seus múltiplos aspectos. Como destacado por Lacerda (2015, p. 112), ao tratar da importância desse período para os sujeitos de sua pesquisa – “Familiares dos meninos emasculados de Altamira”⁴⁵ –, “é impossível dissociar a narrativa das trajetórias (pessoal e militante) sem que

⁴⁴ O debate sobre expropriação será retomado nos capítulos 2 e 3 da presente tese.

⁴⁵ Caso que envolve a morte de onze garotos que tiveram os órgãos sexuais retirados e o desaparecimento de outros cinco meninos no período entre 1989 e 1993, na cidade de Altamira, no Pará. O caso teve grande repercussão nacional e internacional pela particularidade e rudeza dos crimes.

ela apareça cruzada pela notícia de abertura da rodovia, a chegada à região, a frustração das expectativas, reorganização da vida”.

Entre as 16 mulheres entrevistadas para construção da presente tese, apenas três nasceram em Altamira ou região do Rio Xingu. Das treze migrantes, seis nasceram no próprio estado (Pará), seis no Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia) e uma na região Sudeste. Nesses dados também se sobrepõe uma questão geracional e temporal em relação à migração. Em relação ao marcador geracional, podemos inferir que, das três nascidas em Altamira, duas, Marupá e Jasmim, possuem no máximo 30 anos e são filhas de nordestinos que migraram para a região em período anterior à década de 1970, como é o caso do pai de Jasmim, sergipano que se deslocou até o Pará em busca de trabalho no garimpo. Andiroba, indígena da etnia arara, também nascida no município de Altamira, se distingue das demais por ter suas raízes na própria região. As demais entrevistadas paraenses nascidas em outros municípios, assim como as nascidas em Altamira, são mais jovens e se deslocaram para a região no *boom* da construção de Belo Monte. A entrevistada da região Sudeste (do estado de São Paulo) também se deslocou para a região nos últimos cinco anos em função da construção da usina de Belo Monte.

Nessa perspectiva, asseguramos que, na última década, os deslocamentos para a cidade de Altamira têm relação direta com a construção de Belo Monte e fomentaram, inclusive, a ida de pessoas com maior qualificação oriundas das regiões Sul e Sudeste do País no contexto atual de desemprego estrutural pelo qual passa o Brasil. Esse deslocamento é distinto, mesmo que a motivação central seja a mesma em ambos – a busca por trabalho –, quando comparados àquele ocorrido com Palmeira, Jucá, Cipó, Guaraná, Helicônia e Castanheira, as nordestinas da geração anterior, interlocutoras desta pesquisa. Todas elas se deslocaram para o Pará entre o final da década de 1970 e metade da década de 1980. Mesmo que não tenham participado do Projeto Integrado de Colonização (PIC), o deslocamento foi realizado com suas famílias e motivado pela busca de terra e trabalho. Castanheira, Palmeira, Jucá e Cipó destacam as suas chegadas à região nos relatos abaixo:

Eu cheguei a Altamira com quatro anos de idade, vim do Piauí, da cidade de Piripiri, onde eu nasci em uma família grande. Meus pais eram da agricultura, então não tínhamos terra para trabalhar. Esse foi o motivo enquanto nordestinos, como tantas outras famílias, em busca de água e também de terra para trabalhar, para sobreviver. Então fomos trabalhar na roça, onde meu pai conseguiu realmente um lote, uma casa, viramos uma família, nós crescemos aqui na cidade de Altamira, 13 irmãos (CASTANHEIRA).

Eu sou Palmeira, nasci em Pedreiras, Maranhão, vim pro Pará na década de 70 por conta da Hidrelétrica de Tucuruí, em 76, o auge do desemprego no Maranhão, então muitos maranhenses se dirigiram pra Tucuruí por conta do emprego, da barragem.

Só que eu vim em 76, eu já vim, eu tinha um ano e meio de casada quando eu vim pra cá e aqui fiquei no Pará (PALMEIRA, entrevista, 2017).

[...] quando eu fiz os meus 16 anos, que ia fazer 16 anos, meu pai recebeu uma carta de um tio, de uma tia minha que é irmã dele, que o marido dela tinha tirado terra pra cinco famílias. Dessas cinco famílias cada um tinha 7, 8 filhos. Tirou terra num lugar aqui. Reservou um pedaço de terra, tipo assim do governo. Foi na época que o governo tava ainda distribuindo terra, aí nessa época esse meu tio separou essa terra pelo Incra, foi lá marcou e aí disse que aqui era de beltrano, cicrano e tal, e assim foi. E aí, quando foi em 83, meus pais mudaram. Mudaram pra cá. Minha mãe não queria, ela foi, ela assim, ela foi sabe assim falando não, não, não, que não queria vir por causa do nosso estudo. Mas o meu pai ele foi muito, ele ameaçou a queimar a casa, a quebrar, não sei o que lá, porque foi ele que tinha construído a casa e tal, então minha mãe foi e cedeu e viemos morar pra cá (JUCÁ, entrevista, 2017).

Eu vim com a minha família. Meus pais e minha mãe. Primeiro veio meu pai, no início dos anos 70, com a abertura da Transamazônica. Ele veio nessa expectativa da terra, do trabalho. Veio pra certo da Transamazônica. Abertura e depois o assentamento. Na tentativa. Eu já tinha feito a quinta e a sexta série. Logo em seguida nós ficamos só um ano aqui em Altamira, na cidade, aí nós já fomos pro lote. Pra o que nós chamávamos antes de colônia, que era o pedaço da terra que a gente recebia e que meu pai foi pra lá trabalhar, tudo, e nós fomos pra lá. Aí lá eu iniciei a minha função de professora. Eu me tornei a professora da comunidade (CIPÓ, entrevista, 2017).

Evidencia-se assim a presença das mulheres migrantes na região, assinalando que a construção dos diversos espaços sociais na Amazônia foi e é marcada pela atuação da mulher que contribuiu e contribui na construção e manutenção da vida, seja no âmbito familiar, seja na esfera mais coletiva (SILVA, 2008), como pretendemos demonstrar ao longo desta tese. Os relatos indicam também que o projeto de colonização voltado às famílias, no território que abrange a Transamazônica, tinha “a intenção de fixação permanente dessas pessoas no território. O slogan ‘integrar para não entregar’ dimensiona os objetivos das políticas governamentais da época” (LACERDA, 2015, p. 115), embora o Estado tenha produzido “uma ocupação desordenada e predatória, contribuindo decisivamente para a intensificação dos graves problemas agrários e ambientais de que a região é palco” (NASCIMENTO et al., 2013, p. 4). Em outros termos, não garantiu as condições para uma fixação plena, como pode ser expresso no relato de Castanheira, uma das entrevistadas:

Em 1970 teve a abertura da colonização, da abertura da transamazônica para essas regiões, que trouxeram para essa região milhares de famílias. E depois da abertura da transamazônica simplesmente o governo virou as costas e foi muito difícil para as famílias tentar sobreviver aqui, por isso, tiveram que se juntar pra lutar, buscar e cobrar das autoridades o direito da população aqui, estradas, saúde, educação (CASTANHEIRA, entrevista, 2017).

A promessa do “desenvolvimento” na região não foi cumprida com a abertura da Transamazônica. Contraditoriamente, o que ocorreu foi o agravamento dos problemas sociais

em uma cidade (Altamira) ainda sem infraestrutura, “com a sucessiva expulsão dos indígenas do perímetro da obra, a especulação sobre as terras, a ocupação desordenada do território, a predação dos recursos naturais” (LACERDA, 2015, p. 114). Para Campos (2014), apesar do discurso governamental de que o projeto de colonização por meio do Programa de Integração Nacional (PIN) beneficiaria o pequeno produtor, o que se viu em grande medida foi “a compra de terrenos por grandes empresas domésticas e estrangeiras, como Brascan, Volkswagen, British Petroleum, Anglo-American, Bozano Simonsen e empreiteiras como Andrade Gutierrez”. Tais empresas “compraram terras na Amazônia e fizeram especulação imobiliária, às vezes revendendo-as ao governo por preço mais elevado do que o gasto na compra” (CAMPOS, 2014, p. 382).

Ademais, conforme destacamos no item anterior (ver Quadro 1), “o deslocamento de nordestinos para a Amazônia não foi uma novidade do período militar” (LACERDA, 2015, p. 115). Ainda no império, no final dos anos 1870, no contexto de grandes secas e depois, no período republicano, especificamente no governo Vargas, por intermédio do Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Sema), homens cearenses foram induzidos a se deslocar para a Amazônia, onde seriam alistados como militares para atuarem na extração da borracha durante a Segunda Guerra Mundial. Esses trabalhadores ficaram conhecidos como “os soldados da borracha” (MORALES, 2002; SECRETO, 2007). Dito isso, é possível afirmarmos que o período da ditadura civil-militar (1964-1985) é para Amazônia um marco de sua *reintegração ao capitalismo* de forma a constitui-la como território de expansão dos negócios do grande capital nacional e estrangeiro, conforme afirma Ianni (2004d, p. 164):

Para os governantes instalados no aparelho estatal desde 1964, trata-se de *reincorporar* a Amazônia no processo capitalista: como região produtora de gêneros alimentícios e matérias-primas para os mercados nacional e estrangeiro; como mercado consumidor de produtos de origem industrial; como “espaço social” para aliviar contradições sociais mais agudas no Nordeste, em São Paulo, no Rio Grande do Sul.

A estratégia nacionalista da época era a superação da dependência: acreditava-se que o atraso (colonial) era uma barreira ao moderno (capitalismo). A perspectiva era de um dualismo – afinal, não se levava em conta a dinâmica contraditória do capitalismo.⁴⁶ A aposta desenvolvimentista na abertura da Amazônia para o capital internacional fazia parte da

⁴⁶ Chamando a atenção para os limites dessa perspectiva de intelectuais marxistas da “Teoria da Dependência”, dentre os quais Ruy Mauro Marini, André Gunder e Theotonio dos Santos, que passaram a defender a tese de que o desenvolvimento econômico não se dava por etapas e a superação do subdesenvolvimento brasileiro não se daria pela industrialização, mas pela ruptura com a dependência e/ou subordinação.

orientação econômica no contexto da ditadura civil-militar latino-americana, culminando no que Fernandes (1975a) denominou de “capitalismo selvagem”.⁴⁷ Em outras palavras, é “o capitalismo dependente que se concretiza através de expropriação e de autocracia” (CARDOSO, 1995, p. 5), mantendo o desenvolvimento desigual e dependente em relação aos principais centros da economia mundial com a agudização do autoritarismo.

Assiste-se, nesse momento, a uma conexão entre o modelo de desenvolvimento da região amazônica com a expansão do capitalismo no País. O Brasil, pela primeira vez, constitui uma sociedade nacional – “afinal, temos uma formação social capitalista articulada, no sentido *lato* do termo, sem fronteiras internas e com ampla articulação econômica e política de regiões desiguais” (IANNI, 2004d, p. 153). Entretanto, isso não se contrapõe ao desenvolvimento dependente – ao contrário, se agrava na medida em que, nos termos de Cardoso (1995, p. 5),

[...] induzido em benefício dos polos dinâmicos da expansão capitalista constitui na periferia uma organização social extremamente desigual, com uma minoria social dominante que retém para si todos os privilégios como se fossem direitos e que exclui a grande maioria de todos os direitos como se isso fosse natural.

Na Amazônia e, especialmente, na região da Transamazônica e Altamira (lócus da presente pesquisa), isso se reflete na ilusão vendida com os grandes projetos.⁴⁸ Entendemos por *projetos de grande escala* ou *grandes projetos* uma forma de produção delimitada e recorrente, composta de três dimensões consideradas como grupos de determinações e relações que se sobrepõem:

1) *Gigantismo* – eles causam enormes fluxos de capital e trabalho, que são planejados por grandes corporações; 2) *isolamento* – a localização dos projetos implica problemas logísticos específicos e a criação de uma organização social diretamente ajustada às necessidades do processo produtivo; 3) *caráter temporário do empreendimento* – os projetos são realizados em períodos relativamente curtos; a inauguração é a marca da desmobilização dessa forma de produção (RIBEIRO, 2014, p. 50).

⁴⁷ “Florestan pensa que os níveis de exploração – de privilegiamento de um lado, e de exploração e degradação do outro – somados aos níveis de opressão e de exclusão dos direitos e do acesso ao poder alcançam tal magnitude que não mais garantem na América Latina a “integração, a estabilidade e a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes” (CARDOSO, 1995, p. 6).

⁴⁸ Para Leal (1996, p. 10), “o termo grande projeto surgiu na Amazônia da década de 1970 para designar os empreendimentos-enclaves que operam retirando recursos naturais em grande quantidade, mandando-os para fora”. Nascimento (2013), com esteio nessa perspectiva de análise, demonstra que os dois casos precursores dos grandes projetos na Amazônia foram o Projeto Ford e o Projeto Icomi.

Interessante observarmos que não se empreende aqui uma hierarquia entre essas dimensões no processo de classificação de um projeto de grande escala. Nesse sentido, as abordagens desenvolvidas têm por pressuposto a análise da totalidade, considerando que essas dimensões são grupos de determinações e relações que se sobrepõem e devem estar presentes simultaneamente (RIBEIRO, 2014).⁴⁹

Apesar da existência de experiências precursoras (como a Fordlândia), os grandes projetos na Amazônia têm origem no contexto da reorganização da divisão internacional do trabalho no pós-guerra. Esse cenário, na década de 1970, foi ampliado a partir dos primeiros ecos da crise capitalista, reforçando o papel da Amazônia como fornecedora de matérias-primas e gêneros alimentícios. Organizados a partir das três dimensões aqui referidas, os grandes projetos na região constituem-se em estratégia de viabilização para o mercado dos recursos naturais da Amazônia, entregues a grandes empresas (nacionais e estrangeiras) mas impondo-se à população local como prioridade nacional (CASTRO, 2009).

A partir de então, nas palavras de Pinto (1991, p. 53), “a presença estrangeira é decisiva, fundamental na Amazônia”, não apenas de indivíduos isolados e do Estado, mas de grandes empresas, nacionais e internacionais, no contexto de mundialização do capital (CASTRO, 2009; CHESNAIS, 1996). Nessa direção, afirma Nascimento (2013, p. 6):

As empresas transnacionais instaladas na América Latina, e, especialmente na Amazônia, beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios deste período de desregulamentação, privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima a baixo custo (mão de obra barata, energia subsidiada, infraestrutura oferecida pelos governos desenvolvimentistas, fiscalização ambiental incipiente etc.), remetendo-a aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando, assim, o ciclo de produção e acumulação de capital. Um mercado cartelizado controla todo esse ciclo produtivo, de acordo com seus interesses, o que implica o controle dos preços das matérias-primas.

Exemplo da expansão do capital transnacional na região foi a criação da Zona Franca de Manaus, plataforma de montagens de eletrônicos e microeletrônicos para o grande capital, baseada em superexploração e desoneração fiscal (prorrogada até 2073 no governo Dilma),⁵⁰ com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico naquela área, ainda em 1967. É

⁴⁹ Essas dimensões serão melhor apreendidas na análise específica sobre a UHE Belo Monte.

⁵⁰ Em 5 de agosto de 2014, o Congresso Nacional, por meio da Emenda Constitucional 83/2014, prorrogou os incentivos fiscais especiais do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) até o ano de 2073. A emenda traz o artigo 92-A no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, acrescentando 50 anos ao prazo fixado no dispositivo, segundo o qual a vigência dos benefícios se encerraria em 2023. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/08/zona-franca-de-manaus-esta-oficialmente-prorrogada-ate-2073> Acesso em: 12 maio 2018.

válido citar também a Companhia Vale (antes Vale do Rio Doce), primeira multinacional brasileira, criada em 1942 e expandida para a Amazônia na década de 1970, além de projetos como a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.), criada em 1973 com o objetivo de estudar o aproveitamento do potencial hídrico do Baixo-Tocantins; o Programa Grande Carajás, em 1980, voltado para o beneficiamento primário de ferro no Pará; a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984, no Pará, construída para atrair capital japonês. Desse período também ficaram de “herança” a continuidade de órgãos criados pouco tempo depois do *golpe* de 1964, como a citada Sudam,⁵¹ e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mantendo os mesmos moldes e interesses econômicos e políticos construídos naquele momento.

Palmeira, Guaraná, Burutizeira e Açazeira acompanharam alguns desses projetos. As duas últimas, *filhas dos grandes projetos*, na condição de acompanhantes de sua mãe e depois junto com elas, consideram-se *mulheres trecheiras*.⁵² A mãe, conhecida por Guaraná, passou por várias obras nas cidades de Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará, sendo cinco minerações (contabilizando a próxima que já vislumbra – Belo Sun).⁵³ Nesses lugares, trabalhou em

⁵¹ O ciclo desenvolvimentista que expandiu a dinâmica urbano-industrial no país (1930-1980) incluiu medidas para as desigualdades regionais e, nesse sentido, criou superintendências para induzirem ações públicas de incremento econômico nas regiões mais deprimidas, como Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Essas superintendências provocaram debates sobre a concentração espacial dos investimentos e a decorrente fragilidade de outras regiões. A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) foi criada em 1967 e extinta em 1990. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi criada em 1959 e extinta no ano de 2001, mas vale dizer que foi a autarquia com maior aporte de recursos ao longo de todo esse tempo (OLIVEIRA, 2003). A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foi criada em 1966 e extinta em 2001 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na Medida Provisória nº 2.157-5, que criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). O discurso da instituição sugere que tal substituição ocorreu em razão das várias críticas quanto à eficiência da Sudam e dos casos de corrupção vivenciados pela autarquia. A ADA atuou durante seis anos no planejamento regional e teve como principal foco o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) da Amazônia Legal. A Agência também iniciou a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), voltado para o financiamento de grandes projetos privados na Amazônia. Em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recria a Sudam pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, em substituição à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), dizendo retomar políticas para enfrentar as disparidades regionais, o que, contraditoriamente, pode redundar também em ações para expandir fronteiras ao capital nas regiões. Assim, a Sudam, parte da estratégia desenvolvimentista para as disparidades regionais, passa a ser uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com a promessa de “promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional nos nove estados da Amazônia Legal” (BRASIL, 2014).

⁵² Termo que remete à ideia de peão-de-trecho destacada anteriormente.

⁵³ Belo Sun é um grande projeto de mineração gerenciado por empresas canadenses em processo de instalação na macrorregião de Altamira. O projeto, que pretende realizar a maior extração de ouro realizada no Brasil, foi divulgado em 2012 no bojo dos debates sobre a regulamentação da mineração em terras indígenas. Em 20 de abril de 2018, uma das acionistas do projeto, a empresa canadense Agnico Eagle Mines Ltd., anunciou que iria vender sua parte, que representa 19,14% do negócio. As notícias apontam que a empresa recebeu uma petição online com mais de 700 mil assinaturas contra a exploração de ouro no local, o que pode ter estimulado tal decisão. Até a finalização da tese, não há divulgação oficial de venda. Disponível em:

serviços indiretos de manutenção das obras, como a venda de alimentação e bebidas, ou, como ela mesma diz, “eu trabalho com os peões, eu cuido deles”.

Palmeira, por sua vez, junto com vários outros maranhenses e acompanhada por seu esposo, deslocou-se do Maranhão para Tucuruí com o objetivo de trabalhar na Usina Hidrelétrica de Tucuruí e conseguir uma terra para realizar o extrativismo (a atividade que a faz identificar-se como mulher extrativista). Nas palavras de Palmeira, Tucuruí não respondeu a suas expectativas, que era conseguir *trabalho e terra*.

Tucuruí me deu uma rasteira, né? A gente ficou 10 anos na obra e os 10 anos de serviço a gente comprou uma terra, pra quando sair de conta ter a terra da gente. Só que teve uma margem de erro da barragem, disse que ia atingir uma meta, atingiu outra, e nós fomos atingidos. Como era barragem no tempo da ditadura, a gente saiu com *uma mão no feixo e outra no eixo* (PALMEIRA, entrevista, 2017).

O relato de Palmeira é ilustrativo da dinâmica do *capitalismo* na região, que conjuga despotismo, crescimento econômico dependente, ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes e miséria. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada no município de Tucuruí, sudeste do Pará, projetada desde o ano de 1973 e concluída em 1984, foi construída antes da promulgação da lei que passou a exigir a realização de Estudos e Relatório de Impacto Ambiental como condição prévia para a realização de obras dessa natureza. Estudos sobre a referida hidrelétrica (FEARNSIDE, 1999) apontam que o alcance da água barrada foi “imprevisível”, e milhares de pessoas tiveram que sair às pressas de suas casas, pois a água já estava próxima. Notícias da época indicam que a barragem deslocou cerca de 32.000 pessoas que há mais de 30 anos lutam para garantir direitos. Conforme o Fórum do Carajás (2009),

Em 1978, sem quaisquer informações acerca do projeto, as famílias atingidas começaram a ser cadastradas para fins de indenização pela Eletronorte, empresa responsável pela obra. Em 1981 a empresa deu por concluídas as indenizações e ofereceu uma pequena ajuda para aqueles que optassem em abandonar a área por conta própria. Os poucos reassentados enfrentaram uma realidade bem distinta do que havia sido prometido.⁵⁴

A incerteza sobre o futuro é um predicado dos grandes projetos. Uma vez iniciados, não há garantias de que terminem ou que terminem dentro da margem de erros e acertos prevista (RIBEIRO, 2012), como ocorreu em Tucuruí. Palmeira e sua família estavam entre a

<http://www.ihu.unisinos.br/578649-mineracao-de-ouro-agrava-disputa-por-terras-e-ameacas-de-morte-fomos-intimidados>. Acesso em: 12 maio 2018.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id===AUUJIVW5mTHNIRaVXTWJVU>. Acesso em: 31 jul. 2017.

maioria não reassentada e sem nenhuma indenização ou “ajuda”. É nesse cenário que começa o tempo narrado por Palmeira como “o tempo que ficou construindo e destruindo”. Em suas palavras,

Construindo sonho e destruindo. Construindo sonho e destruindo. A gente construía e destruía todo dia, porque ele [o esposo] trabalhou pra comprar a terra, pra gente viver na terra depois da barragem. Só que a barragem antes da obra terminar, no final da obra a barragem comeu a terra. A água foi por trás, que eles disseram que água ia ser “x”, e não foi. Foi muito além do que eles pensaram. Inundou a terra que a gente comprou. Tudo o que nós fizemos lá ficou, lá mesmo. Não teve como a gente reverter. E pra melhorar a situação ou piorar, não sei, a Eletronorte, que aqui é a Norte Energia [referência a Belo Monte], é a mesma coisa – *o cachorro muda só a coleira, o cachorro é o mesmo* –, disse o seguinte: que dava mil naquela época e outros três mil da terra para quem era beneficiário da terra, eles iam dar quando entregássemos o título definitivo. E nós demos o título e por isso ficou, fui esperar outro e foi o dito pelo não dito. Não podia provar que demos o título porque eles diziam que não tínhamos. A gente sabia que eles iam dizer que não. Perdemos total (PALMEIRA, entrevista, 2017).

Após 30 anos do início do funcionamento da UHE de Tucuruí, sabe-se que “a maioria dos benefícios da energia vão para empresas de alumínio, onde apenas um montante de emprego minúsculo é gerado” e revela “uma sobre-estimativa sistemática dos benefícios e uma sub-estimativa dos impactos pelas autoridades” (FEARNSIDE, 1999, p. 1).⁵⁵ Contudo, Tucuruí foi apenas o primeiro de vários outros projetos hidrelétricos na região. De Tucuruí, Palmeira seguiu para Marabá (onde passou menos de dois anos) – cidade estratégica para o Projeto Carajás⁵⁶ – até chegar a Altamira.

Destarte, os grandes projetos na Amazônia (aqui compreendidos como estratégia de restauração do capital no contexto de crise) e, especialmente, no sudeste do Pará, nas décadas de 1970 e 1980 – com a implantação de infraestrutura rodoviária, incentivo à mineração, construção de hidrelétricas – provocaram grandes impactos políticos, econômicos, ambientais e socioculturais na região, tanto pela migração oriunda da propaganda enganosa da colonização agrícola, pela expulsão dos povos tradicionais de seus territórios, pela

⁵⁵ Entre as consequências da barragem estão a perda de floresta, o deslocamento de povos indígenas e demais comunidades na área de inundação; o desaparecimento da pescaria; a proliferação de mosquitos e os efeitos sobre a saúde devido à malária e à contaminação por mercúrio. Além disso, segundo o INPA, hidrelétricas em áreas de florestas tropicais produzem emissões significativas de gases de efeito estufa. “Embora a incerteza sobre a quantia exata de gases emitidos, a magnitude das emissões é suficiente para que afete os níveis globais. Em 1990, Tucuruí teve um impacto sobre o efeito estufa maior que o combustível fóssil queimado pela cidade de São Paulo”. Disponível em: <http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id===AUUJIVW5mTHNIRaVXTWJVU>. Acesso em: 24 jul. 2017.

⁵⁶ O Projeto Carajás é um grande projeto de exploração mineral (um dos maiores do país) que teve início no final da década de 1980 envolvendo os estados do Pará, Tocantins e Maranhão, sendo que sua maior extensão se localiza no Pará. O projeto foi criado e tem a gestão da Vale do Rio Doce, atual “Vale”.

expropriação das terras e recursos da natureza e conhecimentos tradicionais, pela exploração da mão de obra disponibilizada quanto pelas apropriações diversas.

As consequências da presença dos grandes projetos, que afetaram e afetam, sobremaneira, a região, resultam de processos que reproduzem diversas formas e sentidos de violências compreendidos, em síntese, nesta tese, por *violência estrutural*, categoria a ser mais bem definida no capítulo seguinte.

1.2.1 A retomada dos grandes projetos no contexto das políticas de integração e desenvolvimento

A construção de grandes obras na região, principalmente hidrelétricas, foi, em grande medida, retomada na última década pelos governos petistas, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Todavia, esses projetos não estão ligados apenas às políticas nacionais brasileiras, mas à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA), estratégia que tem origem no início dos anos 2000 e foi aprovada em 2004, em Cuzco, no Peru.⁵⁷ Assim, o PAC e a IIRSA “assumem a mesma orientação de integração competitiva, adotando um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimentos”, ou seja, “articulam-se pela concepção de eixos de *integração e desenvolvimento*” (CASTRO, 2012, p. 46).

O PAC, em âmbito nacional, atua no fomento a programas voltados para a logística de transporte, energia e comunicação, e a IIRSA, no âmbito sul-americano, como bloco regional, busca viabilizar que “no plano continental, essa logística represente interesses comuns do Brasil e dos demais países nos projetos de infraestrutura” (CASTRO, 2012), com os objetivos de: apoiar a integração de mercados para melhorar o comércio intrarregional; contribuir com a consolidação de cadeias produtivas para alcançar a competitividade nos grandes mercados mundiais; e reduzir o custo sul-américa através da criação de uma plataforma logística

⁵⁷ “Na Primeira Cúpula dos Presidentes da América do Sul, realizada em 1999, foi assinado um protocolo de intenções e de cooperação entre 12 países pan-americanos, institucionalizando a IIRSA, que pretendia traçar novas bases para uma regionalização no continente. Em setembro de 2000, em Brasília, doze presidentes dos Estados nacionais da América do Sul consolidaram a IIRSA e reconheceram, como questão principal para direcionar investimentos, a infraestrutura física instalada na região, pois sua fragmentação impedia o crescimento do mercado interno sul-americano e a abertura de novos mercados. Em julho de 2002, a Cúpula de Estados reúne-se em Guayaquil (Equador) para decidir sobre o projeto de infraestrutura. Em dezembro de 2004, a IIRSA é finalmente aprovada na cidade de Cuzco, no Peru, como estratégia principal de investimentos” (CASTRO, 2012, p. 46).

vertebrada e inserida na economia global (PAIM, 2003). A IIRSA anuncia a possibilidade de seus países “tornarem-se mais competitivos no mercado internacional e, dessa forma, usufruírem de condições vantajosas no processo de globalização” (CASTRO, 2012, p. 46).

A IIRSA relaciona-se ao processo de globalização que, nos termos de Ianni (2007, p. 88-89), aos poucos, modifica a estratégia do desenvolvimento econômico para dentro (industrialização substitutiva de importações), sendo substituída pela estratégia de desenvolvimento econômico para fora (industrialização voltada para a exportação). Para Rodrigues (2012, p. 6), isso alcança “aqueles grandes projetos de desenvolvimento para dentro ocorridos em nações como o Brasil, desde meados do século passado até o fim da ditadura, que perdem força em benefício desses novos projetos de interesse internacional”, referindo-se aos projetos impulsionados pela IIRSA.

É fato que o fomento à industrialização no Brasil buscou, como mencionado por Ianni (2007), desenvolver um mercado interno, mas, diferentemente do que revela Rodrigues (2012), do passado ao presente, diversas intervenções na Amazônia buscavam facilitar a acumulação capitalista dos países centrais, ou seja, o interesse internacional não é uma novidade na Amazônia brasileira. Talvez a questão não esteja no interesse em si (se nacional ou internacional), mas no “lugar estratégico” que a região passa a ter para o mercado globalizado e as estratégias que culminam em direção à mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). Podemos citar como uma nova estratégia a integração regional por intermédio dos novos subsistemas do capitalismo mundial, articulado entre governos e empresas, setores públicos e privados, em vista das potencialidades econômicas de cada região, tendo como guia primordial os interesses dos grandes conglomerados econômicos internacionais (IANNI, 2007). A IIRSA é ilustrativa desse caminho, posto constituir “um dos objetivos principais das estratégias políticas e econômicas dos governos sul-americanos, estando no centro da política externa brasileira”, inclusive quando o Brasil passa a financiar, por meio de suas instituições, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), projetos em inúmeras fronteiras nacionais de países da IIRSA (CASTRO, 2012).

Para Castro (2012), a concepção de integração e desenvolvimento no planejamento e intervenção dos governos brasileiros não tem origem com a IIRSA. Tais eixos pressupõem uma visão geográfica de domínio e controle dos territórios e

[...] estão presentes no Plano Brasil em Ação (1996-1999), no Avança Brasil (2000-2003) e igualmente nos Planos Plurianuais de 1996-1999, 2000-2003 e 2004-2007, que revelam as prioridades espaciais do Estado. A partir de 2007, o planejamento

federal passa a adotar uma visão de futuro denominada visão estratégica nacional, que pretende tornar-se uma premissa balizadora, orientar os investimentos estratégicos e projetar metas para o desenvolvimento a médio e longo prazos. Essa visão estratégica nacional recobre programas, políticas e projetos que o Estado considera importantes para o desenvolvimento econômico do país (CASTRO, 2012, p. 48).

Primeiro, isso indica que essa política foi gestada antes dos governos petistas e, segundo, aponta uma continuidade a partir de tais governos, quando, em 2007, o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I), persistindo com o mesmo alinhamento da política econômica que antecede ao seu mandato. Esse fato explica, em grande medida, a continuidade na decisão de retomar e construir a UHE de Belo Monte (como será demonstrado mais adiante).

O PAC, como consta nos documentos oficiais,⁵⁸ é um programa do Governo Federal do Brasil criado com o objetivo de promover a retomada do planejamento e da execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do País, além do estímulo ao investimento privado e à redução das desigualdades regionais (BRASIL, 2014). O PAC 1, lançado em janeiro de 2007, no início do segundo mandato do governo Lula, teve investimentos da ordem de 503,9 bilhões de reais até seu encerramento, em dezembro de 2010. Com três eixos de financiamento (Logístico, Energia e Infraestrutura Social)⁵⁹ e fontes bastante diversificadas, o PAC 1 movimentou recursos da União, dos capitais de investimentos de empresas estatais e dos investimentos privados, com estímulos de investimentos públicos e parcerias. Segundo Verdum (2012a), além da proposta de cofinanciamento, o PAC propunha concessões ao empreendedor privado do uso para exploração econômica do empreendimento quando ele entrasse em operação. Para esse autor, o discurso do Governo Federal era o de promover uma exitosa parceria entre o capital estatal – com seus recursos financeiros obtidos por meio de taxas, impostos, lucros das empresas, concessões, empréstimos etc. – e o capital privado: “uma parceria focada no objetivo da promoção do crescimento econômico” (VERDUM, 2012a, p. 3).

O PAC 2, lançado no final da gestão do governo Lula, ainda em 2010, teve início em 2011, no governo da presidenta Dilma. Com foco na consolidação e atualização dos projetos de infraestrutura, além de absorver obras iniciadas e não concluídas no PAC 1, o PAC 2 teve aporte de novos recursos, aumentando a parceria com estados e municípios, e a ampliação dos

⁵⁸ Ver sítio eletrônico: www.pac.gov.br.

⁵⁹ Eixo Logístico: obras de transporte terrestre e fluvial. Eixo Energia: obras dos setores elétrico e petrolífero. Eixo Infraestrutura Social: obras de construção e ampliação de metrô; habitação e saneamento; acesso à água; e Programa Luz para Todos.

eixos (Transportes, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, Água e Luz para Todos).⁶⁰ A expectativa do governo era a de que, no período de 2011 a 2014, tivesse feito investimentos, por meio do PAC, da ordem de R\$ 955 bilhões e R\$ 631,4 bilhões para o período pós-2014 (BRASIL, 2010).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi o principal agente financiador do PAC nas gestões dos governos do PT. Em 2002, o banco criou uma sociedade gestora de participações sociais (*holding*), a BNDESPAR (BNDES Participação S.A.), com o objetivo de dirigir a sua participação no capital de empresas estatais e privadas de diversos setores. Também criou um programa específico de financiamento aos projetos abrangidos pelo PAC, o Programa BNDES de Financiamento ao Programa de Aceleração do Crescimento, com uma linha específica de financiamento para infraestrutura. Importante ressaltar que, além do BNDES, empresas estatais e fundos de pensão de trabalhadores dessas empresas também passaram a se associar crescentemente à estratégia, apoiando financeiramente consórcios ou empresas específicas na realização de empreendimentos (VERDUM, 2012a).

Ao lançar o PAC, o Governo Federal anunciou, também, uma série de medidas cujo principal objetivo era o de favorecer a implementação desses projetos. Entre essas medidas, podemos citar a desoneração tributária para alguns setores, medidas na área ambiental para dinamizar o marco regulatório, estímulo ao financiamento e crédito, medidas de longo prazo na área fiscal.⁶¹ Segundo Salvador (2011, p. 131), houve uma grande investida para “a divulgação e difusão do PAC e a ideia de que ele era um programa que visava a retomada do Estado como indutor do crescimento e desenvolvimento econômico e social”. Contudo, o que se constatou foi um grande investimento na divulgação do PAC e a tentativa de supervalorizar as suas ações quando, na verdade, o que se teve foi uma baixa efetividade das suas propostas (SALVADOR, 2011) e impactos negativos, principalmente para as populações atingidas pelas grandes obras. Para Castro (2012, p. 48), “o PAC orienta um modelo de crescimento econômico, e não somente um plano de desenvolvimento *stricto sensu*”.

⁶⁰ Transportes: Rodovias, Ferrovias, Portos, Hidrovias, Aeroportos e Equipamentos para estradas vicinais. Energia: Geração de Energia Elétrica, Transmissão de Energia Elétrica, Petróleo e Gás Natural, Refino e Petroquímica, Fertilizantes e Gás Natural, revitalização da Indústria Naval, Combustíveis Renováveis. Cidade Melhor: Saneamento, Prevenção em Áreas de Risco, Mobilidade Urbana, Pavimentação. Comunidade Cidadã: Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Creches e Pré-Escolas, Quadras Esportivas nas Escolas, Praças dos Esportes e da Cultura. Minha Casa, Minha Vida: Programa Minha Casa Minha Vida, Urbanização de Assentamentos Precários, Financiamento Habitacional (SBPE). Água e Luz para Todos: Luz para Todos, Água em Áreas Urbanas, Recursos Hídricos.

⁶¹ De acordo com Behring (2010), o PAC retira recursos da seguridade por meio da renúncia fiscal, para setores como a TV digital, que vão ter um *boom* de crescimento. Para a autora, “teremos crescimento financiado pela seguridade, crescimento sem distribuição, crescer sem dividir” (BEHRING, 2010, p. 164).

A baixa efetividade das propostas do PAC pode ser explicada pela contradição em torno da ideologia que passou a cancelar a IIRSA e, conseqüentemente, o PAC no Brasil e em alguns países da América do Sul (como a Argentina), denominada de “neodesenvolvimentismo” ou “novo desenvolvimentismo”, uma tentativa de reedição de um modelo há décadas criticado pelo seu reducionismo e pela sua ineficácia socioambiental (CASTRO, 2012). Esse chamado novo ou neodesenvolvimentismo assumiu notoriedade no Brasil com um artigo de Luiz Carlos Bresser Pereira no jornal *Folha de S. Paulo*, intitulado “Novo Desenvolvimentismo”. Segundo Castelo (2013, p. 130),

Luiz Carlos Bresser Pereira escreveu, em 2004, um artigo na *Folha de S. Paulo* intitulado sobriamente de “Novo desenvolvimentismo”. No ano seguinte, um grupo de professores universitários ligados à tradição pós-keynesiana organizou a coletânea “Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social”. Esta obra foi prefaciada pelo então vice-presidente José Alencar, senador da República, industrial do ramo têxtil e um dos fiadores da aliança de Luís Inácio Lula da Silva com a alta burguesia. Nesta etapa, o novo desenvolvimentismo deixou de ser uma ideologia formulada por um intelectual orgânico das classes dominantes e ganhou proximidade com o alto escalão do governo federal, sob a batuta de representantes da alta burguesia interna.

A partir de então, a ideologia desenvolvimentista é retomada no País com o objetivo de intensificar a intervenção estatal para emergir do subdesenvolvimento; manter o déficit fiscal reduzido para estimular a competitividade com taxas de juros decrescentes e elevadas taxas de câmbio; retomar a industrialização para multiplicar o emprego urbano; reduzir a desvantagem tecnológica; subsidiar os industriais que facilitem a expansão das vendas manufatureiras, mediante estratégias de competição (KATZ, 2016). Além disso, diferentemente do que ocorreu no desenvolvimentismo, não se vislumbra uma separação entre urbano e rural, pois a articulação com os negócios do campo é considerada vantajosa. Nas palavras de Katz (2016, p. 162),

O velho conflito com a oligarquia exportadora foi diluído e os antigos adversários são convocados a forjar um bloco comum. A conversão dos produtores agrícolas em novos empresários recriou a solidariedade capitalista entre os endinheirados do campo e da cidade. A tradicional contraposição entre o liberalismo agrário e o protecionismo urbano diminuiu, e o neodesenvolvimentismo visualiza a agroexportação como uma potencial fornecedora de divisas para a reindustrialização.

Na Amazônia, essa relação é explicitada pela produção de *commodities* via PAC, que “retoma a experiência do planejamento da década de 1970 e projeta, para essa região, uma modernização com base na produção de *commodities* dos setores pecuária, madeira, grãos,

minérios e energia”. (CASTRO, 2012, p. 48). Para Castro (2012, p. 55), a Amazônia foi transformada em uma fronteira de *commodities*.

A expansão da pecuária brasileira ocorre na sua fronteira, com frentes peruanas, bolivianas e colombianas. A expansão dos plantios de grãos (arroz, milho e soja) e a exploração de madeira empurram as fronteiras até os seus limites nacionais. Por outro lado, o interesse pela mineração é bastante amplo, pois grande extensão da Amazônia tem jazidas minerais. A Amazônia tornou-se um mercado de produtos e insumos, ligado a redes internacionais altamente sofisticadas e a grandes empresas, como, por exemplo, a Petrobras, a Vale (do Rio Doce), a Andrade Gutierrez e a Cargill. Dos seis grupos de bens exportados pelo País – soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose em 2010 –, os três primeiros eram, majoritariamente, produzidos na Amazônia. [...] contribui também para a produção de dois outros produtos do *ranking* nacional – celulose e petróleo (com gás natural) –, reafirmando a importância da exportação no cenário nacional.

Como demonstramos, a Amazônia é historicamente um espaço de exploração de recursos naturais indispensáveis ao processo produtivo, determinada pela sua função de fornecedora de recursos naturais. Nos últimos anos, em âmbito local, o aumento da concorrência por esses recursos tem promovido o “acirramento das estratégias de apropriação de terras e de recursos por empresas nacionais e internacionais, tendo em vista investimentos imediatos ou reservas de nichos de mercado”, sendo, em grande medida, responsáveis “pela concentração fundiária, pela grilagem, pela pistolagem, por conflitos em torno da terra e também pelo desmatamento acumulado” (CASTRO, 2012, p. 55).

Podemos aferir que, com o PAC, o Brasil não deixou de ser um produtor e exportador de *commodities*. Conforme analisa Behring (2014), partindo da análise de Gonçalves, “[...] diferente do desenvolvimentismo (e mais ainda do nacional-desenvolvimentismo), o caminho adotado no Brasil segue um viés pró-mineração e agropecuária, em detrimento da indústria de transformação, processo estimulado pela liberação comercial, cujas porteiças não foram protegidas e reguladas, o que implicou o aumento das importações de produtos manufaturados” (BEHRING, 2014, p. 10). Desse modo, é possível afirmarmos que a articulação *agroindustrial*, ao privilegiar o agronegócio, provocou um processo de *reprimarização da economia* através de um *boom de commodities*.⁶²

⁶² Svampa (2013) faz referência a esse processo como sendo uma “hegemonia das *commodities*”, resultado da exploração capitalista em países de economia dependentes como o Brasil e em especial na região amazônica. Segundo Svampa, a novidade desse fenômeno é que nas últimas décadas se estabeleceu um *modus operandi* específico, promovido por uma nova “ordem econômica, política e ideológica”. Nos termos da autora, “El ‘Consenso de los *Commodities*’ subraya el ingreso de América Latina en un nuevo orden económico y político-ideológico, sostenido por el *boom* de los precios internacionales de las materias primas y los bienes de consumo demandados cada vez más por los países centrales y las potencias emergentes. Este orden va consolidando un estilo de desarrollo neoextractivista que genera ventajas comparativas, visibles en el crecimiento económico, al tiempo que produce nuevas asimetrías y conflictos sociales, económicos, ambientales y político-culturales. Tal

Essa é apenas uma *onda* do “mar de contradições” em que navega a ideologia neodesenvolvimentista. Nessa direção, Fontes (2010a) afirma que se trata de um *suposto “novo desenvolvimentismo”* que articula uma perspectiva modernizadora a processos de grande concentração de capitais já em curso. O aumento das taxas de crescimento econômico e a melhora de alguns indicadores sociais não significariam “o novo” ou um questionamento ao capitalismo em sua versão mundializada, mas o aprofundamento do neoliberalismo sob a retórica da justiça social – *o social-liberalismo* (BEHRING, 2014; CASTELO, 2013; MOTA, 2012; SILVA, 2013).

De modo aqui exposto, o modelo em curso não representa, salvo análises apressadas, projeções desenvolvimentistas de décadas anteriores. Contudo, ao particularizar a análise para a Amazônia, percebemos similaridades entre o Estado desenvolvimentista do passado e o Estado na sua atual conformação – certamente não no sentido das rupturas com o ideário liberal, mas no reconhecimento da *região como estratégica para o crescimento do País* e na importância dessa região para a acumulação capitalista em resposta à crise, seja pela via de expropriações em larga escala, seja pelo financiamento ao mercado e monopólios, como é o caso das empreiteiras, por intermédio do PAC, visando à construção de grandes obras. Além disso, essas grandes obras na região, como a construção de hidrelétricas nos principais rios da Amazônia, atendem a um novo papel a ser dado à infraestrutura – energia, transporte, estradas, comunicação –, qual seja, o de criar estruturas de produção de energia com o objetivo de garantir as condições para a produção de *commodities* e do seu escoamento para novos mercados (CASTRO, 2012).⁶³ A retomada da construção da UHE Belo Monte, na Bacia do Rio Xingu, e outras tantas dessa natureza na região são emblemáticas desse movimento. Tais similaridades, contudo, não indicam por si só uma intervenção de cunho desenvolvimentista na região, mas, sem dúvidas, reconhece o lugar estratégico, porém hierarquizado e dependente, da Amazônia no processo de mundialização do capital.

conflictividad marca la apertura de un nuevo ciclo de luchas, centrado en la defensa del territorio y del ambiente, así como en la discusión sobre los modelos de desarrollo y las fronteras mismas de la democracia” (SVAMPA, 2013, p. 1).

⁶³ “Efetivamente, os megaprojetos hidrelétricos, de transporte e comunicação formam a base dos investimentos do PAC I e II no Brasil, tanto quanto os projetos do IIRSA na América do Sul. Essas estratégias baseiam-se no mercado global, nos padrões de competitividade e de produtividade que seguem lógicas econômicas e nos processos de produção que obedecem a agendas de diferentes empresas em redes de clientes, de fornecedores ou consumidores. A questão em jogo não é necessariamente o mercado nacional, embora ele esteja potencialmente em expansão e seja fundamental na regulação de custos, ultrapassando inclusive o mercado representado pelo conjunto dos países da América do Sul. A mira está nos países asiáticos, razão da insistência em saídas pelo Pacífico e pelo Atlântico, para além da América do Sul. Esse mercado externo é altamente competitivo e regula os tempos e usos do território. Daí uma preocupação constante com os corredores de transporte, para reduzir os custos e, conseqüentemente, aumentar a rentabilidade e a competitividade nacional e global” (CASTRO, 2012, p. 49).

Ruszczzyk (1997), ao analisar as hidrelétricas na região, afirma que, além do fornecimento de energia de baixo custo para grandes empresas transnacionais, chamadas “eletrointensivas” (que exploram e exportam produtos de pequeno valor agregado, geram poucos empregos e contribuem de forma ínfima para a dinamização da indústria nacional, sendo as principais responsáveis pela degradação ambiental), existem outros interesses em jogo, como, por exemplo, o das indústrias de grandes equipamentos para a geração e transmissão de energia elétrica e o das empresas de construção civil ou as chamadas empreiteiras. Esse é um retrato do que Castro (2009) alerta em torno da *concentração e centralização cada vez maior do capital financeiro* nos grandes projetos na Amazônia. A tendência é de *complexificação das fusões* sob a lógica do capital financeiro, organizado em monopólios público-privados, num misto de capital internacional e capital nacional, para permitir a especulação e as maiores taxas de lucro. Grupos como Camargo Corrêa, Bradesco S.A., Mitsui, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Santander/Banif, Queiroz Galvão, para citarmos os mais presentes, disputaram os consórcios de construção e gestão de vários grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, com o financiamento do BNDES por meio do PAC, ou seja, “com essas obras, o Estado assegura a implantação de grandes grupos empresariais para os mesmos setores: mineração, pecuária, exploração madeireira e agricultura mecanizada. Todos eles são produtos de *commodities*” (CASTRO, 2012, p. 49). É o capital financeiro em fusão com o *capital minero-metalúrgico-energético* e o fundo público. O Estado, por sua vez, preme de contradições, via fundo público, participa financiando e procurando garantir um equilíbrio entre os diferentes setores capitalistas.⁶⁴

Do ponto de vista dos impactos socioambientais, estudo elaborado pelo Observatório dos Investimentos na Amazônia, intitulado *As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira* (VERDUM, 2012b), revela que tais projetos provocarão mudanças irreversíveis nos territórios onde vivem pelo menos 30 povos indígenas na Amazônia. São expropriações que se tornam extremamente agressivas e se revelam potencialmente ilimitadas, incidindo sobre o controle direto dos Estados sobre matérias-primas estratégicas, extirpando os recursos sociais de produção da mão dos(as) trabalhadores(as) rurais sobre conhecimentos, sobre a diversidade, sobre técnicas tradicionais diversas (FONTES, 2010a). Estudo publicado na revista científica *Conservation Letters*, em fevereiro de 2013, afirma que a principal ameaça aos ecossistemas de água doce da Amazônia

⁶⁴ Para Behring (2009, p. 55), “[...] o fundo público no capitalismo contemporâneo opera transferências de valor, transmutando-as nessas formas e favorecendo forças hegemônicas quanto à apropriação privada da mais-valia socialmente produzida, ou participando diretamente da reprodução do capital e do trabalho por meio das mais variadas configurações da intervenção estatal, ainda que em tempos de suposta retomada do liberalismo”.

é a modificação em larga escala da hidrologia natural de sua bacia. Dados da pesquisa indicam que

Há um total de 154 usinas hidrelétricas em operação, 21 em construção, e planos de construir 277 barragens adicionais no futuro. [...] esses projetos de infraestrutura, em conjunto com o desmatamento induzido por alterações regionais das chuvas, poderiam mudar fundamentalmente a hidrologia de sistemas de água doce da Amazônia. O estudo sugere que, se não controlada, estas alterações hidrológicas poderiam interromper migrações de peixes e os rendimentos associados à pesca, ameaçando a subsistência ribeirinha e segurança alimentar (AMAZÔNIA, 2013).

Dentre essas 21 hidrelétricas em construção, destacam-se, pelos impactos provocados, Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia. Idealizadas nos anos 2000, ainda na gestão do presidente FHC, no contexto dos primeiros debates da IIRSA, o leilão das duas usinas, com garantia às empresas construtoras de 30 anos de concessões e venda da energia gerada pelas obras, ocorre por meio do PAC, em dezembro de 2008. Segundo dados do Movimento dos Atingido por Barragens (MAB), a estimativa é de que as construtoras “terão faturamento com a venda da energia em torno de 92 bilhões por um período de 30 anos. Por dia, as duas usinas terão em torno de 4 milhões de reais com a venda da energia” (MAB, 2014). A construção de Jirau inicialmente foi gerida pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil, composto pelas empresas GDF Suez (50,1%), Camargo Corrêa (9,9%), Eletrosul (20%) e Chesf (20%). No segundo semestre de 2012, a GDF comprou a parte da Camargo Corrêa, alcançando 60%, mas, posteriormente, em maio de 2013, vendeu 20% para a japonesa Mitsui. A de Santo Antônio teve como responsável o Consórcio Santo Antônio Energia (SAE), formado pelas seguintes empresas: Odebrecht (18,6%), Construtora Norberto Odebrecht (1%), Andrade Gutierrez (12,4%), Cemig (10%), Furnas (39%) e Fundo de Investimento Santander/Banif (20%).

Jirau também foi palco da morte de Nicinha, pescadora e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Assassinada em 7 de janeiro de 2016, o corpo de Nicinha só foi encontrado cinco meses depois no fundo do lago da UHE de Jirau, com uma marca de tiro na cabeça e com as mãos e pés amarrados a uma pedra. Para o MAB, o assassinato de Nicinha é reflexo do tratamento despendido aos atingidos pelas hidrelétricas no Brasil. Para esse movimento, “Nicinha morreu porque não aceitou as injustiças das barragens calada”.⁶⁵ A morte de Nicinha não é considerada pelo movimento e tampouco pela justiça como um

⁶⁵ Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/em-porto-velho-ro-justi-condena-assassino-nicinha-15-anos-pris>. Acesso em: 2 ago. 2017.

feminicídio. Todavia, questionamos: existe alguma determinação de sexo/gênero para o assassinato de Nicinha? O que torna as mulheres vítimas preferenciais nos diversos conflitos amazônicos? As mortes de Nicinha, Kátia,⁶⁶ Dorothy Stang⁶⁷ e tantas outras mulheres possuem determinações comuns ou são casos isolados? Qual a relação entre as violências vivenciadas pelas mulheres e o protagonismo político exercido por elas na luta contra os grandes projetos na região? Existe relação entre a violência contra mulheres na Amazônia e as políticas de desenvolvimento pensadas para e na região? Essas questões aqui problematizadas evocam nossos esforços de análise compreensiva sobre as determinações e condicionalidades do fenômeno da violência contra mulheres na Amazônia.

Para os movimentos sociais que atuam na região, a novidade da violência é o aumento da exposição das mulheres às práticas de violência locais decorrentes dos conflitos na região, nos quais as mulheres estão cada vez mais na *linha de tiro*, sob alvo de ameaças, e

[...] algumas convivem com essa marca há mais de uma década. Outras começaram a sentir mais recentemente o peso da sina de estarem marcadas para morrer. Em comum, essas mulheres carregam a consciência da luta que travam; sentem medo, modificaram hábitos, convivem com a incerteza cotidiana. Houve quem decidisse se afastar da luta sindical, com medo das ameaças cada vez mais constantes. Outras permanecem, sabendo ser esse o destino a seguir.⁶⁸

⁶⁶ Kátia Martins, de 43 anos, foi assassinada dentro de casa em Castanhal, nordeste do Pará. Era presidente de uma associação de moradores de um assentamento rural.

⁶⁷ Liderança da Comissão Pastoral da Terra (CPT), morta em 2005 com seis tiros por um pistoleiro.

⁶⁸ Uma das poucas que conseguiram alguma atenção nacional para o seu périplo foi Laísa Santos Sampaio. Irmã da extrativista Maria do Espírito Santo, assassinada em Nova Ipixuna, a 580 quilômetros de Belém, em 2011, Laísa é o “alvo da vez” no município. Ela e o marido, José Maria Gomes Sampaio, o Zé Rondon, estão sendo ameaçados de morte desde o assassinato de Maria e José Cláudio Ribeiro da Silva. Laísa já não dorme tranquilamente e não pode sair de casa sem acompanhamento. A rotina pessoal mudou, desorganizando toda sua família, a relação com os filhos e o trato da lavoura e do extrativismo dentro do seu lote de terra. A Comissão Pastoral da Terra acredita que as ameaças têm sido feitas por pessoas que provavelmente fizeram parte do consórcio de proprietários de terras, madeireiros e carvoeiros que assassinou José e Maria. As ameaças de morte foram registradas na Delegacia de Conflitos Agrários do Sudeste do Pará (Deca). Pouco mudou. “Não saio mais desacompanhada”, diz Regina Maria Gonçalves Chaves. Regina é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Eldorado dos Carajás. No dia 15 de junho de 2012, um grupo de fazendeiros invadiu a sede do Sindicato e a ameaçou diretamente. “Deixaram um recado: estariam com grupos armados à espera de qualquer tentativa de ocupação por parte dos movimentos sociais”, diz ela. Dias depois, pessoas estranhas foram vistas rondando a sede do sindicato e à procura de Regina na casa dos familiares dela. Em Breu Branco, próximo ao município de Tucuruí, a 480 quilômetros da Capital, Graciete Souza Machado convive com uma bala alojada a apenas dois centímetros da coluna vertebral. O alvo era o pai, Francisco Alves de Macedo, líder comunitário que defendia posseiros que ocuparam a fazenda Castanheira. Francisco Alves foi morto por pistoleiros. “Eu sou ameaçada de morte desde 2010. Não temos liberdade para sair de casa com nossas crianças. Vivemos totalmente inseguros e com muito medo, pois a qualquer momento, como aconteceu com o meu pai, pode acontecer comigo. Tenho muito medo”, diz ela. Mudam as personagens, mas as histórias são semelhantes. “As mulheres se tornaram lideranças que acabaram tomando à frente da luta, muitas vezes são responsáveis pelo sustento da família”, diz a advogada da Comissão Pastoral da Terra, Vânia Maria Santos, 29 anos. Ela atribui a continuidade dos padrões de violência à impunidade. “Da ameaça à concretização é pouca coisa”, diz ela. Nos assentamentos, acampamentos, periferias dos municípios, nas entidades sindicais, uma dezena de mulheres segue sua vida, à espera do assassino, cumprindo pena forçada. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/elas-marcadas-para-morrer-7816.html>. Acesso em: 3 ago. 2017.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ocorreram no estado do Pará, entre 1964 e 2010, 914 assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos e advogados por questões de terra. Desse total, 654 ocorreram no sul e sudeste do Pará. Dados da CPT também indicam 38 pessoas ameaçadas de morte no sul e sudeste do Pará por causa de sua luta pela posse da terra. Dez são mulheres.⁶⁹

Analisar as particularidades da violência contra as mulheres no contexto de grandes obras na Amazônia, a partir da experiência da UHE Belo Monte, é o objetivo da presente tese. Isso implica relacionar a formação social da região, o contexto de criação e retomada desses grandes projetos com as relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia e classe. Daí reconhecermos, também, que, mesmo após mais de 40 anos do fim da ditadura civil-militar, é certo que o autoritarismo que “bancou” os primeiros grandes projetos não ficou no passado distante da história amazônica. Ele faz-se presente e atualiza-se em velhas e novas violências, como diz Palmeira quando se refere às “*coleiras que controlam os cachorros*”. Repensar essas coleiras e esse autoritarismo exige-nos entender as suas particularidades no cenário de internacionalização do capital e de retomada de um discurso desenvolvimentista e de integração que provocam um *continuum* da violência na Amazônia, sob a lógica do capital e de suas dinâmicas atuais.

Ademais, os grandes projetos na Amazônia representam um modelo de intervenção não apenas do Estado, mas de grandes empresas, nacionais e internacionais, que expropriam, exploram e se apropriam de corpos marcados pelo sexo/gênero, pela cor/raça/etnia e pela classe que, na dinâmica social, podem ser *mais ou menos expostos à violência e/ou a expressões de violência particulares*. Nessa tese, privilegiamos a UHE Belo Monte para a aproximação empírica a essa realidade e para a qual almejamos analisar a violência contra mulheres no contexto dos grandes projetos na Amazônia.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/elas-marcadas-para-morrer-7816.html>. Acesso em: 3 ago. 2017.

1.3 Belo Monte: uma guerra amazônica

Belo Monte é o símbolo disso tudo, né? Desse modelo de destruição. Destruição em busca de um, vamos dizer, de um produto econômico para poucos em detrimento da destruição e desgraça, e a miséria e a pobreza de muitos né? É destruição. É um modelo que está no planeta, no mundo todo, não é só Belo Monte.

Castanheira (2015)

O relato de Castanheira é ilustrativo do significado de Belo Monte para grande parte dos atingidos pela sua construção. Reflete também a destruição, como ela bem explicita, uma guerra amazônica, que muito se aproxima ao conhecido conceito de Clausewitz (2010), a *guerra como continuação da política por outros meios*, ou como violência destinada à sujeição. Nos termos do autor,

A guerra, então, é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também, como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, antes de mais nada, a violência original de seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura (CLAUSEWITZ, 2010, p. 30).

A violência destacada na citação, que se estende da *guerra pura a outros meios, como a política, e vice-versa*, faz considerar Belo Monte uma guerra, uma guerra amazônica anunciada. Não uma guerra pura ou em seus termos clássicos, com exércitos diferentes que se confrontam com poderio bélico. Trata-se de uma guerra por outros meios, silenciosa para a maioria dos brasileiros e, ao mesmo tempo, uma guerra cruel para os atingidos, refugiados e todos aqueles que acumulam feridas e dores comuns a toda batalha.

Considerar Belo Monte como uma guerra amazônica⁷⁰ também a faz emblemática, pelos seus antecedentes, repercussão e dimensão em área atingida e proporção de investimento, pelos conflitos e, principalmente, pela destruição causada. Expropriação, exploração e apropriação dos recursos naturais e humanos em prol de um “desenvolvimento” entendido por muitos especialistas como equivocado e contraditório, e ao qual Castanheira se referiu como não sendo algo específico, mas parte de um movimento que é, ao mesmo tempo, global e particular. Desenvolvimento que expressa uma totalidade e aproxima-se de outras

⁷⁰ Em 2012 foi lançado o documentário “Belo Monte: anúncio de uma guerra” dirigido por André D’Elia, que registra os danos sociais e ambientais ocorridos nos arredores do rio Xingu por ocasião da construção de Belo Monte e também faz uma analogia com a guerra.

realidades como os conflitos existentes hoje na Venezuela, grande parte das guerras em curso no oriente médio e em diversos países africanos. Conflitos e guerras que se relacionam direta e indiretamente à exploração de recursos naturais, desde o petróleo, água, minerais dos mais diversos até o contrabando de diamantes – e que, particularmente, como destacado no item anterior, engendra-se nas e pelas particularidades das formações sociais em cada contexto, no caso aqui em relevo, a brasileira.

Essa guerra não seria possível sem o respaldo de um direcionamento governamental, jurídico e privado – este último por meio de grandes corporações sob o formato de consórcios⁷¹ – que incentiva um tipo de plataforma de matriz energética visando à construção de barragens hidrelétricas, sem levar em consideração a necessidade de preservação da biodiversidade de ecossistemas existentes na região e tampouco das populações que a habitam. Nos termos de Clausewitz (2010), uma guerra mediada pela política, aqui entendida de forma indissociável da economia e da cultura.⁷²

Trata-se de uma guerra cujo modo de expressão confere uma coesão às determinações políticas e econômicas, sem a qual se torna inviável apreender as particularidades da região. Eliane Brum (2015)⁷³ refere-se a Belo Monte como uma guerra não reconhecida no país, seja pelo Estado ou pela maioria dos brasileiros, “país que chegou ao presente, depois de tanto ser futuro, e se descobriu atolado no passado”. Assim, para uma aproximação a essa guerra amazônica, buscaremos expor os antecedentes de sua constituição, o contexto histórico de sua origem e desenvolvimento e suas principais consequências.

⁷¹ Como se sabe, consórcio é um mecanismo de participação em um negócio por diferentes empresas, com tempo e projeto delimitado em contrato, sem modificar as identidades originais e sem constituir sociedade acionária entre elas. O consórcio é regulamentado pela Lei nº 6.404/76 e pela Lei nº 8.666/93, que permitiram a participação de empresas organizadas em consórcios em licitações públicas. Os consórcios vêm sendo usados em grandes projetos, como a Usina de Belo Monte, por conta do custo e magnitude dessas operações, que tende a ser minorado por meio da associação das empresas, sendo exigida a aprovação em licitação especificamente. A lei das Parcerias Público-Privadas (nº 11.079/2004), como expressão da contrarreforma do Estado iniciada nos anos 1990 e reforçada nos anos 2000, ampara a contratação de consórcios pelo Executivo, como é o caso aqui em exame.

⁷² Torna-se imperioso pensar como se articulam essas duas dimensões, a política e a economia, constituindo-se em uma unidade indissolúvel. Como nos adverte Marx no prefácio da obra *Para a Crítica da Economia Política* de 1859, o conjunto das relações sociais de produção conforma o que o autor entende por *estrutura econômica da sociedade*. Sobre essa base real ergue-se uma *superestrutura jurídica e política* (MARX, 2008, p. 43). Na esteira de Marx, Gramsci apreende essa unidade, economia e política, a partir da noção de *bloco histórico*, ou seja, a “unidade entre natureza e espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2007, p. 26).

⁷³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html. Acesso em: 28 jul. 2017.

1.3.1 Antecedentes de uma guerra anunciada

Em 89 aconteceu aqui um grande encontro dos povos indígenas contra as hidrelétricas no Rio Xingu, na época chamada Kararaô. O governo militar queria construir aqui depois que construiu Tucuruí. Então, nessa época, nós já tínhamos movimento social forte na região, porque as pessoas começaram a se organizar vista às aberturas da Transamazônica, da colonização que o governo jogou aqui as famílias e pronto, e deixou as famílias aí a Deus dará.

Castanheira (2015)

Conforme destaca Castanheira, a UHE Belo Monte não emergiu no período considerado democrático. Seus antecedentes datam da década de 1970 quando a Eletronorte iniciou os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, juntamente com o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., integrante do grupo Camargo Côrrea, com o objetivo de mapear o rio e seus afluentes. Foram identificados 47 possíveis locais para barramento, dentre os quais foram escolhidos, para prosseguimento nos estudos, aqueles considerados mais rentáveis do ponto de vista da produção de energia, sendo que ganhou destaque, nesse inventário, a Volta Grande do Xingu,⁷⁴ em função de sua considerável vocação hidroenergética (NASCIMENTO, 2011). Na década seguinte, a partir do relatório desse diagnóstico, a Eletronorte inicia os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira, atual Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Os questionamentos à construção da UHE Belo Monte também datam do período de idealização do seu projeto, quando ainda era denominada de Hidrelétrica de Kararaô. A ausência de informações e a desconfiança sobre os impactos do projeto na população local, principalmente entre os povos indígenas do Xingu, que, conforme os dados oficiais, “teriam sua presença restrita à área correspondente ao Parque Indígena do Xingu (PIX), mais ao sul do rio, não sendo, portanto, atingidas pela configuração do projeto naquela época” (SANTOS; ANDRADE, 1988; SEVÁ apud NASCIMENTO, 2011, p. 96), foram fatores desencadeadores das mobilizações vindouras. Um dos principais marcos da resistência contra a UHE Belo Monte e luta pelos direitos dos povos indígenas na região foi o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira (PA), em 1989, com o objetivo de protestar contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios e contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu. O evento contou com a participação de vários movimentos

⁷⁴ A Volta Grande do Xingu é um trecho de aproximadamente 100 km na margem esquerda do Rio Xingu que abrange parte da macrorregião de Altamira. Essa curva banha terras indígenas e também é residência para várias famílias ribeirinhas.

e foi encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento da região, e da Declaração Indígena de Altamira.

Isso evidencia a resistência dos povos tradicionais da floresta amazônica desde a idealização da UHE Belo Monte na região, confirmando a tese de Ianni (1984, p. 33-34) segundo a qual “os de baixo nunca deixam de reivindicar, protestar e lutar”. É fato também que a organização política na região já existia em razão dos conflitos e desigualdades oriundas da construção de outros projetos, especialmente a da Transamazônica, que, com a possibilidade do Complexo de Hidrelétricas de Altamira, adensou a luta contra a construção de barragens e pelos direitos dos povos indígenas e outros povos tradicionais. O relato de Castanheira ilustra o contexto da organização popular nessa época que culminou com a criação do *Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica e Xingu*:

Então quem conseguiu sobreviver sem condições de nada aqui na região, sem as políticas públicas, sem saúde sem educação, sem estrada, enfim, sem transporte, então, tiveram que se organizar. E foi daí que surgiram os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que surgiu também o Sindicato dos Educadores, o Sintep; surgiu a organização das mulheres, as associações de agricultores, as comunidades eclesiais de base da igreja católica que muitos contribuíram nessa organização popular. Então, formou-se um grande movimento. Nessa época o nome desse movimento chamava-se Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica e Xingu, que as pessoas que vieram para cá queriam pelo menos sobreviver, não é? Então, esse movimento era da grande região, região da Transamazônica. Na época, não tinha o Xingu ainda, era só Transamazônica. Então esse movimento aglutinava todos esses grupos, os sindicatos, esses movimentos todos que eu já falei. E, então, o movimento se juntou ao movimento dos povos indígenas, em 89, e nós apoiamos bastante essa luta né, deles, dos indígenas contra as hidrelétricas do complexo do Rio Xingu (CASTANHEIRA, entrevista, 2015).

Não há dúvidas: o movimento indígena foi central para a suspensão do projeto nesse momento de planejamento inicial. Um fato emblemático ocorrido nesse evento foi protagonizado por Tuíra, indígena da etnia Caiapó, na audiência com representantes da Eletronorte. Enquanto seus parentes gritavam “*Kararaô vai afogar nossos filhos!*”, Tuíra tomou a iniciativa, foi em direção ao então presidente da Eletronorte, José Muniz Lopes, e o advertiu encostando a lâmina do facão em seu rosto.

Figura 1 – Indígena Tuíra protestando no I Encontro dos Povos do Xingu com seu facão (terçado) em 1989



Fonte:

Google.

No relato de Oswaldo Seva (2005, p. 31-32) encontramos a descrição do fato:

No dia em que o engenheiro Muniz compos a mesa diretora dos trabalhos no ginásio coberto de Altamira, vários índios vieram se manifestar em frente  mesa, alguns falando em sua língua ao microfone e sendo traduzidos. Tu-Ira, prima de Paiakan, se aproximou gesticulando forte com seu terçado. Mirou o engenheiro, seu rosto redondo de maas salientes, traços de algum antepassado índigena, e pressionou uma e outra bochecha com a lâmina do terçado, para espanto geral. Um gesto inaugurador.

A ação, que se tornou símbolo da resistência contra a UHE Belo Monte, colaborou para suspender o financiamento do Banco Mundial e, conseqüentemente, a sua construção por dez anos.⁷⁵ Os debates “em torno do real destino da energia que estaria sendo gerada na Amazônia, por meio de Tucuruí e, também, do futuro da energia a ser gerada no Xingu”, em contraposição ao discurso da Eletronorte, que defendia a importância da obra a partir do argumento “do crescimento econmico, com base no modelo de exportações, pautado no crescimento da industrialização e da expansão da exploração do potencial mineral das

⁷⁵ As lutas, resistências e o protagonismo das mulheres no enfrentamento a Belo Monte serão discutidos no 4o capítulo desta tese.

províncias localizadas na Amazônia” (NASCIMENTO, 2011, p. 98), foram também importantes para a descontinuidade do projeto naquele momento.

Belo Monte volta à cena nacional no final da década de 1990. Após diversas revisões no projeto inicial, em 2002 o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que, “[a]lém do respeito ao meio ambiente, é preciso que haja também respeito às necessidades do povo brasileiro, para que a birra entre os diferentes setores não prejudique as obras, porque elas representarão mais emprego” (INSTITUTO SOCIAMBIENTAL, 2010).

A ideia de “birra”, citada pelo então presidente, parece atribuir conotação simplista ao que na realidade são interesses de classes em disputa. Tal posicionamento leva ao entendimento de que é possível conciliar interesses contrários, num cenário de disputas antagônicas, como é destacado na narrativa de Castanheira (entrevista, 2017):

No final da década de 1990, início já do ano 2000, o governo Fernando Henrique Cardoso, antes de sair do governo, anunciou que ia construir as barragens no Xingu por nome de Belo Monte, que não era mais a barragem Kararaô, que não ia alagar as terras indígenas, esse papo todo aí com essa engenharia que eles remendaram, que o governo e as empresas remendaram, então pra aparecer hoje o chamado Belo Monte. E, então, novamente nos assustou porque mais uma vez o governo anunciava a construção de um projeto desses sem ao menos falar com os indígenas, com os movimentos sociais, com a sociedade como um todo. Já foi os anúncios, anúncios de muitos empregos, enfim e tal.

Acreditamos que a condução da retomada do projeto da UHE Belo Monte remete à conjunção dos predicados da formação social brasileira e sua constante reatualização nos diversos contextos. Ademais, indica que o autoritarismo caminha junto com o capitalismo dependente e que, particularmente, na Amazônia, alia-se aos efeitos ditos modernos do grande capital, em que a classe dominante faz do Estado o seu instrumento econômico por excelência (CHAUI, 2000), com a “espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas” (IAMAMOTO, 2008, p. 142). Esse interesse foi explicitado por Castanheira, quando destaca a ausência de consulta junto àqueles que seriam os mais impactados pela obra e a imposição da construção da barragem (interesse privado) sob o discurso do interesse nacional para a produção de energia e do desenvolvimento regional, com a geração de empregos. Consoante a isso, sabemos que os grandes projetos, em sua maioria, são permeados de um processo de legitimação que articula vários discursos ideológicos, entre os quais a ideologia do progresso “que muitas vezes toma a forma do desenvolvimentismo, isto é, a suposição de que os PGE [*projetos de grande escala*] são positivos porque desenvolverão uma região” ou poderão retirá-la do atraso (RIBEIRO, 2014, p. 55).

A questão da *ausência da consulta* aparece com centralidade no enredo dos movimentos sociais da região em todos os momentos da UHE Belo Monte, razão pela qual será retomada no próximo item, quando destacaremos o início e o desenvolvimento das obras, a partir de 2011. Ademais, cabe destacar que, com ou sem consulta, a dinâmica de implantação dos grandes projetos atende a interesses econômicos e, conseqüentemente, as decisões que os envolvem respondem, prioritariamente, às necessidades do grande capital nacional e internacional, conforme analisa Ribeiro (2014).

Nesse contexto, é importante citar que, em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, então candidato à Presidência da República, lançou um caderno temático para seu programa de governo, intitulado *O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil*. Afora citar a UHE Belo Monte como um dos projetos de intensos debates na região, o documento (2002, p. 14) também destaca que

A matriz energética brasileira, que se apoia basicamente na hidroeletricidade, com *megaobras* de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica. Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em suas bacias, não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte.

O presidente Lula, que era um dos principais opositores à construção da usina na década anterior, como demonstra a citação acima, apesar da luta de ambientalistas e de povos indígenas em torno das inadequações do projeto na região de Xingu, pressionou as instituições, entre as quais o Ibama,⁷⁶ para a liberação dos estudos técnicos tendo em vista o início das obras da Hidrelétrica de Belo Monte. Tal posicionamento revela o visível alinhamento político do governo, à época, ao neoliberalismo, atendendo às requisições do capitalismo mundial – fato que nos faz inferir que os governos petistas não rompem com as políticas macroeconômicas empreendidas por FHC, contribuindo, dessa forma, para uma regressão política – afinal, “se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de desregulamentação” (OLIVEIRA, 2010, p. 375). Coutinho (2010a, p. 40) argumenta a tese da “hegemonia da pequena política”, pois o governo Lula, longe de representar um questionamento à hegemonia neoliberal, a reforçou. Para esse autor,

⁷⁶ A correlação de forças foi tão grande que em 2007 o Ibama foi dividido em dois para a criação do Instituto Chico Mendes (ICMBio). O debate à época apontava para uma iniciativa de facilitar a autorização e/ou o licenciamento das grandes obras oriundas do PAC.

A adoção do governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós (COUTINHO, 2010a, p. 42).

A UHE Belo Monte é, de acordo com a perspectiva de análise crítica sobre as políticas neoliberais em curso no País e na região amazônica, em especial, um exemplo flagrante do continuísmo das políticas econômicas nos últimos governos, fato que também é atestado na fala de uma das nossas entrevistadas:

Quando o presidente Lula assumiu o poder, a primeira coisa que fez foi colocar Belo Monte em cima da mesa, né? Um projeto de prioridade, com a então Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, hoje Presidente do País. Então, desde aí ninguém teve mais sossego na vida, os movimentos sociais não tiveram mais paz, tampouco os indígenas (CASTANHEIRA, entrevista, 2015).

Para Nascimento (2011, p. 100), o governo Sarney, ao lançar o “Projeto 2010”, apresentava como o objetivo principal a implantação e ampliação da rede hidrelétrica como estimulador do desenvolvimento industrial da região, quer dizer, “nenhuma novidade quando comparado com iniciativas anteriores que apresentavam no seu discurso a mesma justificativa”. Os demais governos, de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva seguiram na mesma tendência apostando “na continuidade da velha política energética, praticamente uma extensão dos projetos de industrialização na Amazônia”. Nessa mesma direção, Pinto (2012, p. 40) assevera que

Os governos Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma nunca esconderam seu firme propósito de continuar a construir hidrelétricas nos rios de maior potencial energético da Amazônia e transferir grandes blocos de energia por extensas linhas de transmissão para os maiores centros consumidores do país. Esse é o objetivo inflexível. Uma vez que ele seja atendido, o resto pode ser negociado. Foi assim que o projeto de Belo Monte se tornou um monstro. De modificação em modificação, perdeu sua identidade de origem: armazenar grande volume de água, regularizando a descontínua descarga do Xingu, para produzir o máximo de energia em quatro usinas implantadas no curso do rio, e virou um Frankenstein. Só assim esse complexo hidrelétrico (com essa denominação exatamente por sua multiplicidade de barramentos) seria viável economicamente.

Diante de tais contradições, a construção da Hidrelétrica de Belo Monte tem sido palco de disputa e conflitos entre e intraclasses, diga-se, com domínio “de setores burgueses que disputam palmo a palmo o predomínio dentro da ordem, eventualmente apelando para os trabalhadores e setores populares, e, mais frequentemente, unindo-se contra eles” (FONTES, 2014, p. 27).

Até o início do funcionamento da primeira turbina de Belo Monte, em 20 de abril de 2016, o Ministério Público Federal já havia ajuizado 26 ações contra a Hidrelétrica de Belo Monte, em favor da inviabilidade econômica e socioambiental do empreendimento. Para a Procuradora da República em Altamira, Thais Santi, todos os estudos de impacto apontam que a UHE Belo Monte será um acelerador das desigualdades já presentes na região, leia-se, uma região de intensos conflitos agrários, marcados pela desproteção do Estado, pelo etnocídio e por diversas violações de direitos, ou seja, “Belo Monte aceleraria esse processo a um ritmo insuportável e os indígenas, por exemplo, não poderiam mais se adaptar” (SANTI apud BRUM, 2014, p. 1). Para Castanheira, Belo Monte “é um projeto de ilegalidade, acima de tudo, ele é um projeto inviável. Isso aí eu tenho em mãos, os especialistas provam a inviabilidade desse projeto [...]”. Nascimento (2011, p. 101) analisa essa questão e afirma que o Brasil até incorporou o debate das políticas ambientais “como uma das preocupações que deveria estar presente nas políticas de desenvolvimento, mas sem que necessariamente houvesse alguma alteração na essência deste modelo”.⁷⁷ Assim, conforme indicam as análises, em Belo Monte, como em outros grandes projetos, prevalece o interesse do mercado.

A UHE Belo Monte recebeu do governo Lula o título de hidrelétrica estratégica, com a promessa de desenvolver a Amazônia e de gerar progresso e enriquecimento para o País. Com isso, promoveu expectativas positivas nos moradores da região e naqueles que se deslocaram dos quatro cantos do Brasil, deslumbrados com a possibilidade de uma vida melhor. Para Ribeiro (2014, p. 55-56), essas promessas são comuns aos grandes projetos por ele intituladas de *ideologia da redenção*. Nas palavras do autor,

E o que se poderia denominar de *ideologia da redenção*, cuja matriz principal é a ideologia do progresso, que muitas vezes toma a forma do desenvolvimentismo, isto é, a suposição de que os PGE são positivos porque desenvolverão uma região, levando bem-estar a todos. Os elementos condensados nessa formulação ideológica variam segundo a natureza da obra, sua importância para a região do país, e as particularidades históricas e culturais do meio onde será construída.

Essa ideologia aparece “com frequência sob a forma de um desafio histórico a ser naturalmente vencido pela implementação do projeto” (RIBEIRO, 2014, p. 56), mas, longe de possibilitar mudanças positivas “aos de baixo”, produz e reproduz desigualdades. A UHE

⁷⁷ Além disso, ganha destaque nesse contexto a condução de procedimentos relativos ao licenciamento ambiental de hidrelétricas no Brasil, que surge no ordenamento jurídico nacional com a pretensão de operacionalizar direitos e deveres, mas que acaba por assumir apenas caráter de etapa para planejamento, instalação e operação de empreendimentos. Nessa perspectiva, os projetos hidrelétricos em fases diversas de licenciamento ambiental mostram a existência de uma irresponsabilidade geral que parte tanto de empreendedores quanto do poder público (NASCIMENTO, 2011, p. 101).

Belo Monte é emblemática desse movimento e confirma a tese de que “a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades” (IANNI, 1991, p. 10) e a(s) guerra(s), como buscaremos demonstrar no próximo item.

1.3.2 Belo Monstro: adversário ou a própria guerra?

“Belo Monstro” é como os movimentos sociais de Altamira chamam a UHE Belo Monte, argumento justificado por eles pelo gigantismo, pelas diversas mudanças ocorridas ao longo da obra e os enormes impactos socioambientais causados. Mas seria o *Belo Monstro* adversário ou a própria guerra? O exercício de compreensão sobre a UHE de Belo Monte nos impulsiona ao mergulho na complexidade em que o projeto se constitui e se apresenta à análise sociológica. Nessa perspectiva, essa complexidade nos faz inferir que o monstro é adversário e ao mesmo tempo a própria guerra. Uma guerra amazônica dentro de uma batalha maior, planetária. Uma guerra estrutural composta por várias guerras localizadas em vários territórios do globo, produzidas pela crise do capital e mediadas pela violência (como buscaremos demonstrar no próximo capítulo).

Desde a sua consolidação no século XIX, o capitalismo tem se espreado com as devidas particularidades em todo o globo. Nomeado de *capitalismo tardio ou maduro* por Mandel (1982), o capitalismo contemporâneo pode ser considerado uma fase do estágio imperialista do capitalismo (BRAZ; NETTO, 2007). O imperialismo foi tema de análise de Lenin (1977), ainda em 1916, que o considerou como uma fase particular do capitalismo, referindo-se à mudança no capitalismo na passagem do século XIX para o XX, com a evidente dominância dos monopólios e do capital financeiro. Lenin (1977) caracterizou esse estágio do capitalismo, com suas principais expressões, tais como: a concentração da produção e do capital em níveis elevados de desenvolvimento, responsáveis pela criação dos monopólios; a fusão do capital bancário com o capital industrial; e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias; a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si.⁷⁸

⁷⁸ A lógica é a da divisão das regiões do mundo entre as grandes empresas monopolistas, que pretendem subordinar essas regiões a seus interesses. A partilha territorial do mundo foi posta em questão em 1914: como já não existiam mais territórios “livres”, qualquer nova expansão haveria de fazer-se mediante o confronto entre os Estados imperialistas – é assim que explode a Primeira Guerra Mundial, expressão dos conflitos

Diferentemente das décadas que o antecederam, de um crescimento ou “onda longa expansiva ao capitalismo, tendo como elemento central nessa lógica um Estado que, além das funções de coerção e legitimação, continua agindo no sentido da garantia das condições gerais da produção” (BEHRING, 2014), o capitalismo contemporâneo acena para um cenário de *agudização das crises* – manifestação intensa das contradições intrínsecas ao capitalismo –, que tem levado o capital monopolista a um conjunto de *alternativas de restauração do capital* nos últimos 40 anos. Segundo Braz e Netto (2007, p. 214), a ilusão dos “anos dourados do capitalismo” (pós-guerra) é enterrada em 1974-1975: registra-se uma recessão generalizada, que envolve simultaneamente todas as grandes potências imperialistas e a que se seguiu outra, em 1980-1982, na qual se constatou que taxas de lucro voltam a descer ainda mais e o recuo do crescimento é ainda mais nítido que em 1974-1975. A onda longa, com tonalidade expansiva, é substituída por uma onda longa depressiva (MANDEL, 1982), e, a partir daí até a atualidade, as crises passam a ser dominantes.

Entre as alternativas de restauração do capital, após a década de 1970, destacam-se a *reestruturação produtiva*, a *financeirização* e a *contrarreforma do Estado sob o fomento da ideologia liberal*. A reestruturação produtiva substitui a acumulação rígida do modelo taylorismo-fordista pela acumulação do tipo flexível, que, segundo Harvey (1993, p. 140), “se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Para Chesnais (1996), ocorre uma crise também das relações salariais fordistas, uma crise fiscal do Estado de inadequação com a extensão atingida pelas despesas públicas, por que não dizer, uma crise da “era de ouro do keynesianismo”, culminando com o que ele chamou de uma “revolução conservadora” por meio de medidas de austeridade.

Com a financeirização, a acumulação é dada por novas formas de centralização de enormes capitais financeiros, mediante títulos e fundos de investimentos, cuja função é frutificar, principalmente no interior da esfera financeira, ou seja,

Não é mais um Henry Ford ou um Carnegie, e sim o administrador praticamente anônimo (e que faz questão de permanecer anônimo) de um fundo de pensão com ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares, quem personifica o “novo capitalismo” de fins do século XX (CHESNAIS, 1996, p. 14-15).⁷⁹

interimperialistas, conflitos que também responderiam pela Segunda Guerra Mundial. De fato, a guerra, no estágio do capitalismo dos monopólios constitui a forma externa de partilhas do mundo pelas potências imperialistas (BRAZ; NETTO, 2007, p. 182).

⁷⁹ “Nenhum período anterior foi tão elevada a quantidade de ações e títulos, os ganhos dos rentistas, nem foi tão grande a quantidade em circulação do que chamo de ‘capital monetário fictício elevado à enésima potência’. Nunca os lucros financeiros foram tão altos em comparação com a atividade produtiva. Nunca as finanças foram tão desreguladas. Nunca a capacidade dos governos de recuperar o controle sobre as finanças foi tão fraca. A extrema fraqueza da liderança política é uma consequência direta disso. Mas há uma nova dimensão da história

Apesar de ser na produção que se cria riqueza, a partir da exploração do trabalho, é, para Chesnais (1996, p. 15), “a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza”.⁸⁰ Tais medidas aconteceram também mediante o *fomento da ideologia liberal*. Para legitimar a desregulamentação das atividades econômicas e dos direitos trabalhistas, o grande capital patrocinou o conjunto ideológico neoliberal e medidas como mudanças nas funções do Estado, livre circulação de capitais internacionais, privatizações de empresas estatais e terceirização das relações de trabalho (BRAZ; NETTO, 2007). Segundo Behring (2014, p. 4), nesse período se

[...] desencadeia uma monumental reação burguesa frente à crise, na perspectiva da retomada das condições ótimas de exploração da força de trabalho, de expansão da dominação na economia mundo, e de aprofundamento do desenvolvimento desigual e combinado, com seu diferencial de produtividade do trabalho na perspectiva de uma retomada das taxas de lucro.

Assim, os enfrentamentos à crise atingem diretamente os direitos sociais e as políticas sociais que os materializam, “que são intensamente acusadas pelos liberais de serem os responsáveis pela crise, quando, na verdade, são suas vítimas” (BOSCHETTI, 2016a, p. 19). É importante elucidar que tais enfrentamentos “se diferenciam historicamente em função do grau de desenvolvimento do capitalismo, da forma de organização das classes sociais e da hegemonia política no âmbito do Estado” (BOSCHETTI, 2016a, p. 16), além de não atingirem da mesma forma toda a classe trabalhadora. Articula-se aqui a luta de classes com outras opressões. Por exemplo, as mudanças recentes no mundo do trabalho tendem a modificar a divisão social do trabalho e, de forma particular, a divisão do trabalho entre homens e mulheres (HIRATA, 2002). Para Hirata (2002), esse contexto favorece a bipolarização da inserção profissional feminina; a bipolarização de funções e categorias socioprofissionais; e a expansão de setor de serviços, tendo como corolário os impactos de novas profissões bipolarizadas quanto às relações de gênero e classe. Assim, tais medidas atingem, sobretudo, as mulheres, configurando, nos termos de Hirata (2002), uma *flexibilidade sexuada*. Acreditamos, também, que ocorre uma *flexibilização racial* dado pelo caráter racista da divisão social do trabalho. Davis (2016) destaca, nessa direção, que os

do capitalismo”. Entrevista com Chesnais, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1508201110.htm>. Acesso em: 18 jul. 2015.

⁸⁰ Para a garantia da financeirização do capital, o Estado, por intermédio de fundo público, tem um papel central, pois garante as condições gerais de produção. Como diz Behring (2014, p. 5), “o lugar estrutural e inarredável do fundo público fica claro por sua destinação num lugar central para o capital portador de juros e o suporte à produção, nesse contexto de esgotamento das possibilidades civilizatórias do capital”.

adeptos do novo monopólio capitalista estavam também determinados a provocar a *divisão racista*. A exploração capitalista tornou inevitável a luta entre os trabalhadores brancos e trabalhadores negros. E não tardou para promover o “casamento ideológico” entre racismo e sexismo sob as novas bases capitalistas.

A *concentração do poder econômico e do poder político* foi central para a garantia das condições de restauração do capital em suas configurações atuais, por meio das ações de fortalecimento das instituições, agências e entidades de caráter transnacional (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e organismos vinculados à Organização das Nações Unidas) para a condução da política mundial. Tais ações visaram a impor e a legitimar as estratégias do grande capital para todo o globo, com o retorno, em grande medida, da pauta do desenvolvimento,⁸¹ que ganha vulto logo após a Segunda Guerra, quando o Estado passa a intervir de forma mais direta na economia e a sinalizar a direção do desenvolvimento, indicando aos monopólios áreas de investimento com retorno garantido (BRAZ; NETTO, 2007, p. 204).⁸²

É nesse contexto que os grandes projetos se localizam. Permeados pela *ideologia do desenvolvimento* e do *progresso*, essas instituições e agências de caráter transnacional, em especial o Banco Mundial, favorecem a construção de grandes projetos e, ao mesmo tempo, são favorecidas por eles, uma vez que “implicam grandes movimentos de capital e mão de obra” e, conseqüentemente, respondem às necessidades econômicas de diversas formas (RIBEIRO, 2014). Em todo o globo, o maior organismo envolvido na avaliação e financiamento dos grandes projetos foi o Banco Mundial, composto pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), pela Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA), e pela Corporação Financeira Internacional (IFC) (RIBEIRO, 2014).⁸³

⁸¹ Para uma análise das concepções e compromissos políticos dessas instituições, consultar Siqueira (2013).

⁸² Não por acaso, com o avanço da ofensiva neoliberal, a pobreza passa a ser considerada uma ameaça ao desenvolvimento, e as agências multilaterais se consagram como as mais apropriadas para promover ações e políticas de seu enfrentamento (SIQUEIRA, 2013). É importante destacar que as mulheres passam a ter lugar de destaque nessas ações e políticas que acabam por reforçar atribuições consideradas do sexo feminino, como o cuidado à família e a economia doméstica. A igualdade, assim como o desenvolvimento, segue a cartilha liberal da liberdade de oportunidades, perspectiva que teve como grande expoente Amartya Sen. As principais ideias de Amartya Sen estão consolidadas no livro de sua autoria, *Desenvolvimento como liberdade*, publicado nos anos 2000, em que o autor compartilha algumas das conferências proferidas como membro da presidência do Banco Mundial.

⁸³ Cheryl Payer (1982, p. 72) apud Ribeiro (2014, p. 52) considera que “mais de 90% dos empréstimos e créditos feitos pelo Banco e pela IDA são para projetos específicos”. A autora também afirma que “a maioria dos que escrevem sobre ‘desenvolvimento’ e ‘financiamento do desenvolvimento’ possuem pouca familiaridade com as realidades concretas dos projetos de desenvolvimento”.

Tais medidas de restauração do capital culminam com a fase nomeada por Chesnais (1996) de mundialização do capital, não no sentido de sua abrangência mundial, mas na mudança de sentido e conteúdo da acumulação de capital e dos seus rebatimentos. Para o autor, o capitalismo parece triunfar e dominar todo o planeta, e os dirigentes políticos, industriais e financeiros se apresentam como portadores de uma missão histórica de *progresso social*. Contudo, sabe-se que a mundialização do capitalismo só foi possível pela rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial e à sua capacidade de também globalizar a exploração (FEDERICI, 2017).

Ademais, a necessidade de expansão e de acumulação do capital para a qual se devem produzir e reproduzir continuamente as condições objetivas de sua conservação e as graves consequências que resultam desse processo, na análise de Mészáros (2011), tem apontado para os limites últimos da ordem estabelecida e para o exaurimento das possibilidades civilizatórias desse modelo (diga-se, sob jugo da violência direta ou indireta). Para esse autor, a tendência destrutiva do sistema do capital se acentuou no capitalismo contemporâneo. Sua tese, polêmica, é de que a reprodução do capital se mantém em virtude “da taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas. O capital não trata valor de uso e valor de troca como estando separados, mas de um modo que subordina radicalmente o primeiro ao último” (MÉSZÁROS, 2011, p. 18). Nessa direção, o tempo de vida útil das mercadorias sofre redução e, desse modo, agiliza o ciclo reprodutivo. Contudo, a taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas é consequência da lei do valor, e não o motor da reprodução ampliada no capital, que continua sendo a queda tendencial da taxa de lucros e a forma como a burguesia e o capital reagem a essa tendência.

Por outro lado, temos acordo com Mészáros na compreensão de que o capitalismo contemporâneo realiza uma separação cada vez mais profunda entre a produção para o atendimento das necessidades humanas e das necessidades de sua autorreprodução, aumentando a concorrência e a competitividade intercapitais. Para Mészáros (2011, p. 18), duas consequências desse processo são particularmente graves:

[...] a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias.

Nessa direção, partimos da premissa de que o cenário atual é de crise estrutural do capital – pois, ao contrário de sua conformação anterior (que alternava fases de desenvolvimento produtivo com momentos de tempestade), a crise estrutural do sistema do

capital tem feito emergir a destruição global da humanidade (MÉSZÁROS, 2011). A UHE Belo Monte insere-se nesse contexto e é emblemática desse processo de destruição. Constitui-se como um projeto funcional atuando no campo das medidas de restauração do capital nacional e internacional, à custa de uma guerra. Não é novidade: as guerras movimentam capitais, ativam novas possibilidades de acumulação. Isso implica dizer que a destruição, seja da natureza ou da humanidade, é lucrativa. Como demonstrado no item anterior, não apenas Belo Monte, mas os grandes projetos em geral costumam responder a grandes necessidades econômicas preexistentes e por causa do montante dos investimentos, as decisões se baseiam na lógica das interações dos sistemas econômicos internacionais e nacionais, e “reflete as principais tendências da divisão internacional do trabalho e – na maioria das vezes – a dinâmica da dependência política e econômica” (RIBEIRO, 2014, p. 52). A IIRSA e o PAC, como já analisados, ilustram essa direção.

Para a região Norte, os investimentos do PAC quase em sua totalidade foram destinados para o aumento de infraestrutura com destaque para o setor energético (NASCIMENTO, 2011), apesar de estudos indicarem *extrema prudência* nessa área. Conforme Castro (2014, p. 6),

Em um século, construíram-se barragens em 60% dos rios no mundo. Foram mais de 45 mil barragens, considerando apenas as que têm mais de 15 metros de altura ou mais de 3 milhões de metros cúbicos de água represados. Nelas foram investidos mais de US\$ 2 trilhões até 2000. Em torno de 60 milhões de pessoas foram deslocadas pelos empreendimentos.

A água, como outros recursos da natureza, tem sido disputada. De um lado, pelos interesses da economia globalizada (mercado), que propugna pela privatização dos recursos com objetivos de lucro e acumulação e, de outro, por todos aqueles que concebem a água como um bem comum (CASTRO, 2014). São vários os conflitos por água em todo o mundo e a tendência, com a sua escassez, é que a ampliação dessa disputa e a guerra pela água – já se vislumbra a água como o petróleo do século XXI.⁸⁴ Isso tem relação direta com as avaliações das agências de desenvolvimento e setores de mercado que consideram a água um bem econômico e uma fronteira a ser melhor explorada pelo capital (CASTRO, 2014). E, apesar das hidrovias serem incorporadas crescentemente nos planos de integração continental, tendo a Amazônia como referência (CASTRO, 2010), “certamente o interesse maior está no potencial que diz respeito à geração de energia” (CASTRO, 2014, p. 6), afinal, como

⁸⁴ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/agua-ja-foi-causa-de-guerras-no-mundo-conheca-alguns-casos,4420b1635bae4410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 25 jul. 2017.

explicitado no item anterior, a construção de barragens garante as condições para a produção de *commodities* e seu escoamento para novos mercados (CASTRO, 2012). Assim, partimos da compreensão de que esse contexto foi impulsionador e um dos motivos centrais (não o único) da retomada da UHE Belo Monte como projeto prioritário do PAC no Governo Lula. A guerra à qual nos referimos nesta tese não é diretamente pela água, mas mediada por ela.

De 2005, ano em que o Congresso Nacional autoriza a Eletrobrás a dar continuidade aos estudos do projeto, até 2010, quando o leilão da UHE Belo Monte ocorreu, foram vários os momentos de disputa entre atingidos, Estado e concessionária. Diga-se, disputa em condições de extrema desigualdade, pois “as disputas intraclasses dominante imprimem uma configuração caracteristicamente burguesa ao Estado brasileiro, enquanto a repressão seletiva sobre os subalternos reitera seu viés arcaico” (FONTES, 2014, p. 27). A resistência à construção da UHE Belo Monte (inclusive com repercussão internacional) foi fortemente interpelada pelas instituições do Estado (nas três esferas de governo – Executivo, Legislativo e no Judiciário), garantindo mais uma vez as condições necessárias para acumulação.

Andiroba, entrevistada indígena da etnia Arara, destaca o descumprimento de legislações internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

A gente viu que tava tudo errado. Nós não fomos ouvidos, né? Uma consulta prévia ali veio formada do jeito que diz a Convenção 169. Então, daí eu já vi que tava tudo sendo violado. Não teve nenhum estudo com esse povo, nem família indígena, nem famílias tradicionais, né, pra dizer o que era bom pra nós, se não era bom esse empreendimento de barragem Belo Monte, muito menos Belo Sun. Também não teve consulta (ANDIROBA, entrevista, 2017).

A não consulta também versa sobre a aplicação do parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição Federal, que estabelece que o aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas só pode ser realizado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas. O fato é que a UHE Belo Monte, maior projeto do PAC, a despeito das diversas iniciativas das comunidades afetadas e dos debates promovidos nacional e internacionalmente por agentes contrários à hidrelétrica e apesar da “manifestação das populações indígenas contrariamente à usina hidrelétrica, o processo de licenciamento prosseguiu” (ZUGMAN, 2013, p. 298).

Em abril de 2010, foi realizado o leilão para que fossem decididos os investidores privados responsáveis pela execução e gestão do empreendimento. O consórcio Norte Energia S/A foi vencedor do leilão, com o lance de R\$ 77,00 por MWh e, apesar das várias restrições

apontadas, em 2011, o Ibama concede a licença de instalação à Norte Energia e as obras de Belo Monte são iniciadas. É o primeiro caso na Amazônia em que “o Estado repassa a construção e a gestão de um grande empreendimento do setor de energia hidráulica para a iniciativa privada”, com o argumento de parceria e da viabilização de seu financiamento, fomentando a relação entre o sistema público e o privado, ou seja, “privatização pelos efeitos gerados no mercado, nos processos de apropriação do valor e no controle pelo consórcio de empresas no território e, portanto, dos seus recursos” (CASTRO, 2014, p. 6).

São estratégias da economia flexível de mercado, “que pressiona a liberalização dos serviços em países em desenvolvimento, observando-se na esfera mundial, o crescimento do interesse privado nos serviços básicos tradicionalmente mantidos e assegurados à sociedade pelo Estado” (CASTRO, 2014, p. 6). No Brasil, essa perspectiva articula-se ao discurso *desenvolvimentista* retomado nos governos do Partido dos Trabalhadores como sendo um desenvolvimento de novo tipo que se propunha articular crescimento econômico, progresso nacional e inclusão social. Contudo, em se tratando do PAC e dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, o que se detecta é a retomada ou continuidade da *ideologia da redenção/progresso*, segundo a qual faz parecer natural ou mera obediência a uma tendência histórica aquilo que é estrategicamente projetado com fins de acumulação e restauração do capital. Daí que “o regionalismo ou o nacionalismo são, assim, um componente útil dessa ideologia redentora”, pois é mais palatável “utilizar os fatos históricos dessa forma quando os projetos têm suas próprias pré-histórias, isto é, quando existem discussões e declarações, inclusive tentativas anteriores frustradas” (RIBEIRO, 2014, p. 56), como é o caso da UHE Belo Monte.

Castro (2014, p. 7), ao analisar os projetos de geração de energia e sua relação com a coalizão de interesses privados, chama a atenção para o que ela nomeou de *empresariamento de Belo Monte*, e de um extenso território do entorno. Trata-se de “processos de apropriação da terra que se tornaram mais agudos e céleres após a decisão política e o licenciamento ambiental da obra, aquecendo o mercado de terras e as formas atualizadas de grilagem, aumentando o preço do solo urbano e o aluguel de casas”, o que também caminha na direção dos *processos de privatização* de outros recursos e serviços relacionados à água e aos rios. Assim, ao considerar a Amazônia como estratégica para o crescimento do País, a continuidade e a criação de grandes projetos na região garantem a contínua acumulação capitalista pela via de expropriação, exploração e apropriação em larga escala e pelo financiamento ao mercado e monopólios, como é o caso das empreiteiras.

A pesquisa de campo revela que os movimentos sociais e os grupos locais que questionam a barragem se apoiam em argumentos nos quais são incluídos a privatização do projeto e as suas previsíveis consequências. No entanto, a compreensão de que as barragens fazem parte de uma guerra global, como afirmou Castanheira, ainda tem pouca densidade em se tratando, por exemplo, “das negociações que vêm sendo levadas pelo GATS e pela Organização Mundial de Comércio/OMC face à privatização do setor serviços, onde pretendem incluir a água”, *lobby* das agências multilaterais e de corporações do setor água (CASTRO, 2014, p. 7). Confirma também, como definidas em outros estudos, (CASTRO, 2014; NASCIMENTO, 2011) mudanças em níveis ambiental, econômico e social e o aparecimento de novos conflitos com populações urbanas, comunidades rurais, pequenos e médios produtores, pescadores, povos indígenas e organizações ambientalistas na região da UHE Belo Monte, como será demonstrado no próximo item.

Ademais, é possível afirmarmos que, no contexto de mundialização e crise estrutural do capital, a construção de uma hidrelétrica nos moldes e porte da UHE Belo Monte representa uma forma de apropriação privada da natureza para fins de mercado que, conseqüentemente, produzirá “uma série de empreendimentos de serviços de água com geração de valor para o mercado globalizado”, questão posta nas negociações e acordos internacionais com base no entendimento da água como bem econômico (CASTRO, 2014, p. 7). Assim, podemos inferir que os governos brasileiros – de matizes ideológicos aparentemente diferentes – se alinham a esse debate e vislumbram a construção de hidrelétricas como um caminho vantajoso na disputa entre mercados, o que deixa mais explícitas as razões da *guerra* em Belo Monte. Guerra que destrói sonhos, culturas, formas de viver, vidas!

1.3.2.1 Aproximações à guerra ou ao grande monstro

Primeiro pouso. O primeiro contato físico com Altamira deu-se numa tarde de terça-feira, regado a um forte calor amazônico. O voo que partiu de Belém a Altamira teve duração de 50 minutos e foi bastante tranquilo: podemos observar na travessia a imensidão do verde amazônico, apesar de toda a devastação em curso na região. Durante o voo (lotado) e na chegada ao aeroporto, chamou a atenção a grande quantidade de homens, aparentemente trabalhadores do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) – empresa contratada pela Norte

Energia S.A. para a construção da obra física da UHE Belo Monte. Do aeroporto até o local de hospedagem, o deslocamento foi feito pelo Sr. Jessé, um paranaense que migrou para Altamira com toda a sua família no processo de colonização realizado pelo governo federal na década de 1970.⁸⁵

Entre uma conversa e outra, o assunto “CCBM” repetia-se. No geral, a visão das pessoas sobre a Belo Monte era positiva e permeada pelo argumento de a obra ser geradora de emprego e renda. O imaginário corrente indica o aumento do número de trabalhos e o incremento da economia da região; entretanto, o perfil de nossas entrevistadas no geral não acompanha ou confirma essa tendência. Entre elas, seis trabalharam em serviços diretos ou indiretos de manutenção da obra, sendo que Açaizeira, Jasmim e Cachos trabalharam no “chão da obra” como funcionárias da CCBM e Vitória Régia, Burutizeira e Guaraná trabalharam em outros serviços, como hotelaria, comércio e boate. Entre as demais entrevistadas, três eram professoras funcionárias públicas, uma trabalhava no garimpo, uma era empregada doméstica, uma era jornalista e uma conselheira tutelar e três exerciam atividades tradicionais (pesca, extrativismo e agricultura), que antes do início das obras de Belo Monte eram as principais atividades econômicas da região. Contudo, a despeito da possibilidade de aumento de postos de trabalho no período das obras, isso, além de não implicar mudanças significativas nas condições de vida da população da região, põe em relevo a instabilidade e a precarização do trabalho em grandes obras. Ademais, acreditamos que o relevo dado ao fomento de postos de trabalho em Belo Monte e seu entorno é resultado da *ideologia da redenção e do progresso* que compreende o projeto como “positivo por si mesmo, porque cria numerosas oportunidades para milhares de pessoas”, além de retirar a região do atraso (RIBEIRO, 2014, p. 55), conforme podemos atestar no discurso de uma representante da Norte Energia – empresa concessionária da UHE Belo Monte: “somos partícipes de um processo de transformação dessa região, um novo olhar para essa região da Amazônia, um olhar que vise a um legado de sustentabilidade” (LUCIANA SOARES, gerente do Meio Socioeconômico da Norte Energia, 2017).⁸⁶

Contudo, não tardou para as contradições em torno da UHE Belo Monte serem evidenciadas. Com o passar dos dias, a realidade denunciada pelos movimentos sociais e ativistas contrários a Belo Monte se evidenciavam à observação imediata. A cidade de Altamira fede, não tem saneamento básico, as pessoas parecem cansadas e a cidade doente.

⁸⁵ Sobre o processo de colonização ocorrido nesse período, consultar o item 1.2.

⁸⁶ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/belo-monte-paga-o-preco-das-polemicas,180c4fa744ecb380f3f23d215eb4bf11xttfuko3.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Não tem transporte público (apenas para deslocar a população até a obra), os aluguéis e os valores dos imóveis são impraticáveis se comparados ao nível econômico da população, e o trânsito é caótico. Na conversa com algumas ativistas do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), essas questões foram explicitadas. Sininho, educadora, moradora de Altamira há mais de 30 anos, afirmava em um breve diálogo que não reconhece nem a si, nem o lugar em que vive. E expôs sobre a chegada de Belo Monte que “o processo foi violento, não pediu licença e chegou com força, tratorando literalmente a tudo e a todos. Não se tem paz, não se come bem, não se vive como antes”. Rutinha, agricultora e ativista do MXVPS, expressou revolta na seguinte fala: “Nos expulsaram da cidade para o campo, agora nos expulsam do campo e não temos para onde ir”. Para Castanheira, educadora e ativista do MXVPS, os serviços públicos que antes atendiam toda a população hoje não atendem nem metade, e, quando atendem, é de forma precária. “Saúde e a educação estão cada vez mais precárias. Belo Monte está prestes a iniciar seu funcionamento e não se sabe o futuro de seus filhos, qual o futuro dos filhos de Belo Monte?” O Estado chega novamente a Altamira com a obra para garantir as condições necessárias à sua viabilização, porém, sem ampliar a rede de serviços públicos e a capacidade de atendimento dos poucos e precários serviços disponíveis.

Altamira, com o início das obras da UHE Belo Monte, transformou-se numa cidade-dormitório, com centenas de pousadas e hotéis ao longo de toda a cidade para abrigar os trabalhadores (homens) do Consórcio Construtor Belo Monte. A sensação era a de um lugar que se pretende grande, onde o *progresso* ou a *terra prometida* se impõe como horizonte para a maioria dos trabalhadores. Uma cidade “para ganhar dinheiro”, como disseram Açaizeira e Burutizeira, e de perder também, de perder gente, de natureza exuberante, de gente passageira, mas de gente que decidiu ficar, como Palmeira, Castanheira, Jucá, Cipó e Helicônia. Mulheres que tiveram suas vidas e as de suas famílias atingidas de diversas formas, material e subjetivamente – desde a expulsão de suas casas, expropriação de sua terra e trabalho até o adoecimento precoce – devido à UHE Belo Monte. Mulheres, “vítimas de uma guerra Amazônia” (BRUM, 2015).

Algumas contradições ficaram mais evidentes na visita realizada ao canteiro de obras da UHE Belo Monte. A visita foi viabilizada pelo Programa Conheça Belo Monte,⁸⁷ uma visita guiada com objetivo de aproximar Belo Monte da comunidade – em outras palavras,

⁸⁷ O Programa Conheça Belo Monte realiza visitas guiadas com uma equipe de monitores formada por estudantes universitários de Altamira e de municípios vizinhos. As visitas são realizadas gratuitamente aos sábados e têm duração média de 7 horas. O ônibus sai de Altamira, do estacionamento do Colégio Polivalente, localizado na Avenida Tancredo Neves, às 7h00, com retorno por volta das 14h30min. Os visitantes conhecem os principais trechos dos canteiros em ônibus identificado com a marca do projeto. Todos recebem *kit* institucional (blusa, boné, bolsa) e almoçam no refeitório da obra.

uma estratégia de *marketing* institucional com vistas a aumentar a “aceitação” da população de Altamira e visitantes em relação à obra. A visita foi conduzida por um guia e alguns alunos da Universidade Federal do Pará (UFPA), do curso de Engenharia Florestal. Entre os participantes, pudemos registrar a presença de estudantes, familiares de profissionais da obra e comunitários em geral. A ideia era convencer os participantes da importância da obra, dos poucos impactos causados ao meio ambiente e das mitigações já realizadas no sentido de reparar os impactos as populações afetadas.

Durante a visita, constatamos a grandiosidade da UHE e a tecnologia de ponta empregada no empreendimento. A obra foi dividida em três sítios: Belo Monte, Pimental e Canais (um canal de ligação/derivação entre os dois primeiros sítios, com 20 quilômetros de extensão, 25 metros de largura na superfície e 210 metros na base). Segundo a Norte Energia, a UHE Belo Monte tem 11.233,1MW de potência instalada e 4.571MW de energia assegurada, que poderá atender 18 milhões de residências. São um milhão de hectares de unidades de conservação; 25,8 bilhões investidos (sabemos que esse valor já ultrapassa os 30 bilhões); 3,7 bilhões do total são em ações compensatórias (dados questionados pelos movimentos sociais, como veremos mais adiante); criação de um sistema de transposição de embarcações em virtude na mudança do curso do Rio Xingu.

Foi possível conhecer apenas o Sítio Belo Monte, onde se localiza também o alojamento dos trabalhadores, o espaço de convivência (com a disposição de vários serviços privados e disponibilizados pela empresa no valor mensal de R\$ 30 por trabalhador, inclusive cinema) e o refeitório central. Nos primeiros anos da obra, o número de trabalhadores chegou a 35 mil nos três sítios. No primeiro pouso, em 2015, a média era de 26.000 trabalhadores, sendo 3.563 mil mulheres. Ao final da obra, para a manutenção da UHE a expectativa é de que apenas 200 trabalhadores sejam contratados.

Os trabalhadores de Belo Monte são conhecidos como “peões-de-trecho”. Em sua maioria, são homens, de origem rural e/ou extrativista e desempregados urbanos, isto é, homens jovens adultos que passam pelos mais diversos setores de empregos com baixa ou nenhuma estabilidade. Atuam em várias atividades, desde construção civil e serviços gerais a operação de máquinas pesadas. Para Campos (2015), não é possível caracterizar o “peão-de-trecho” como pertencente a uma categoria, de modo que o trabalho nas obras figura apenas como mais uma experiência. É um tipo de trabalhador conhecido por “girar” o País atrás de “grandes projetos”, como barragens, estradas, usinas e mineradoras. São migrantes temporários, que, desde a década de 1970, caminham nos rastros das grandes obras na Amazônia com a crença de conseguirem melhores condições de vida, diferentemente das que

tinham em suas cidades de origem, já que é possível encontrar trabalhadores de todas as regiões do Brasil nessas obras. Segundo Campos (2015, p. 1),

Nas últimas décadas no Brasil, este setor não teve grande projeção devido à ausência desses grandes projetos. Porém, com a implementação das obras do PAC esta situação se alterou e o “peão-de-trecho” foi o responsável por efetivar esse projeto de desobstrução da produção e escoamento do país, ficando assim marcada nas mais diversas cidades do Brasil a presença de uma massa gigantesca de operários da construção.

Na análise de Ribeiro (2014, p. 56-57) sobre os grandes projetos, envoltos na ideologia da redenção e do progresso encontram-se duas importantes dimensões: a excepcionalidade e o pioneirismo. Para o autor, essas dimensões atuam juntas e constroem a ideia de que esses projetos precisam “de indivíduos excepcionais para cumprir tarefas de exceção”, em que “costuma-se apresentá-los como pioneiros que, com um tremendo e singular esforço, construirão a ‘obra do século’”, por exemplo. Isso aparece quase sempre acompanhado “do *populismo*, ou melhor, de uma conduta populista dos promotores do projeto, criadora da aparência de uma sociedade igualitária, ainda que temporária, na qual o objetivo comum destrói as divisões de classe e as diferenças culturais, unificando a todos sob a bandeira do progresso”. Isso pode ser aferido na fala de uma entrevistada sobre a rotatividade dos trabalhadores nessas obras:

Já sabemos disso, a demissão é o que garante a oportunidade de outros, é preciso dar oportunidade para todos. A demissão é uma certeza, assim como a existência de outra obra a receber toda essa gente, porque quem faz a obra é o peão, não é engenheiro e nem o dinheiro, não (GUARANÁ, entrevista, 2017).

Apesar da maioria de homens, as mulheres também acompanham as grandes obras na Amazônia e, conforme destacou ainda Guaraná, são responsáveis por serviços sem os quais a obra não funcionaria. Guaraná falou com orgulho e brilho no olhar sobre o “trecho”: “Sou uma mulher trecheira, tenho 54 anos e 27 anos de trecho, tenho duas filhas e sete netos no trecho. Antes eu levava as crianças para onde eu ia, hoje elas que me acompanham. Eu cheguei aqui [em Altamira] e elas vieram atrás” (GUARANÁ, entrevista, 2017). Nos projetos em que passou nas cidades de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, trabalhou sempre em serviços indiretos de manutenção das obras (pequenos comércios, venda de alimentação e bebidas). Conforme ela destaca: “eu trabalho com os peões, eu cuido deles, eu conheço muitos peões de trecho, de várias obras, eles me ligam perguntando quando vou chegar à nova cidade e as mulheres deles me ligam também pra saber notícias deles”. Entendemos Guaraná

como uma peão-trecho: deslocou-se para Altamira apenas com a passagem de ônibus, alugou a casa/bar com um engradado de cerveja para iniciar mais um negócio. Ela relata com naturalidade esse movimento: “chegamos sem nada, muitas vezes só com a passagem, e recomeçamos sempre” (GUARANÁ, entrevista, 2017).

Além de migrantes, na construção da UHE Belo Monte percebemos a presença de muitos trabalhadores de Altamira e cidades próximas. As mulheres, pela primeira vez, são contratadas em uma grande obra de infraestrutura na Amazônia para atividades de operação de máquinas, motoristas de tratores e caminhões; atividades administrativas e comerciais, além dos diversos ramos da engenharia. Mesmo que essas atividades não sejam as que mais empregam mulheres em Belo Monte (as mulheres ainda são contratadas principalmente para os cargos de serviços gerais e refeitório), elas representam 14,8% do total de trabalhadores/as da obra, percentual bem mais elevado do que o normalmente registrado na construção civil, que é de pouco mais de 3%.⁸⁸ Todavia, apesar da entrada das mulheres no mercado de trabalho, é fato que o trabalho doméstico constitui-se, ainda, como estrutura predominante do *patriarcado privado*, caracterizado pela apropriação da condição individual da mulher na família e sua exclusão do espaço público, enquanto o Estado e o trabalho assalariado se constituem como expressões maiores do *patriarcado público*, o qual implica uma apropriação coletiva das mulheres pela segregação e pelas subordinações que vivenciam na esfera pública (WALBY, 1990), debate a ser retomado no capítulo 3.

Nessa direção, o pequeno deslocamento nos dados – maior contratação das mulheres nas grandes obras – não sugere que tenha ocorrido um compartilhamento das atividades reprodutivas (modo patriarcal de reprodução social), responsáveis em grande medida pela sobrecarga de trabalho da maioria das mulheres. De acordo com Ávila (2012, p. 41),

as mulheres inseridas no mercado formal ou informal de trabalho são também, majoritariamente, as responsáveis pelo trabalho doméstico. Disso decorre uma jornada extensa e intermitente no cotidiano, formada de trabalho produtivo e reprodutivo, em geral denominada de dupla jornada.

Em Altamira, muitas mulheres mantêm-se também atuando em atividades reprodutivas (mesmo que assalariadas) na prestação de serviços indiretos à empresa – como é o caso de Jasmim, que no primeiro pouso da pesquisa trabalhava como camareira e serviços gerais em um hotel da cidade e como doméstica em uma casa de uma família, em dias alternados, para

⁸⁸ A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do IBGE (2012) indicou que, dos 8,3 milhões de trabalhadores da construção, 97,1% eram homens e apenas 2,9% mulheres. Em 2013 foi registrada pequena elevação da participação feminina: os percentuais passaram a ser de 96,8% e de 3,2%, respectivamente.

complementar a renda.⁸⁹ Antes desse trabalho no hotel, trabalhou em uma das terceirizadas da CCBM como camareira dos alojamentos: seu salário era R\$ 1.100 por mês e tinha carteira assinada. Em uma conversa informal, ela expôs que essa é a remuneração média paga pela empresa: “não se ganha por salário, mas por hora trabalhada”. A referida entrevistada afirmou ainda que saiu da empresa porque seu namorado, à época, não gostava que ela trabalhasse lá, “era muito homem na empresa” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Afora a aparente “submissão” da fala de Jasmim quando se refere ao namorado, evidenciou-se o peso da dominação masculina por meio dos diversos relatos de assédio moral e sexual ocorridos dentro da obra, quase sempre com a cumplicidade da empresa. Esses dados serão retomados também no capítulo 3, ao abordar a violência contra mulheres.

A obra de Belo Monte não deixa de ser um grande espaço de confinamento, como uma *instituição total*, nos termos de Goffman (2008, p. 11), a qual aglutina “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla, por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”. Para o autor, o “[...] caráter total que define ‘as instituições totais’ é simbolizado pela *barreira em relação social ao mundo externo* e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico” (GOFFMAN, 2008, p. 16). Na UHE Belo Monte funcionavam três turnos seguidos de trabalho exaustivo,⁹⁰ em que a maioria dos trabalhadores só retorna a Altamira (aqueles que possuem residência) aos domingos ou no dia de folga (*o conhecido dia do pagamento*). Essas características mobilizam uma opinião pública adepta ao projeto ao passo que secundarizam os efeitos do ritmo extremamente intenso e as dificuldades da vida diária que “não somente requerem o trabalho de milhares de pessoas, mas também sua presença constante e infatigável na obra” (RIBEIRO, 2014, p. 56-57).

A estrutura pensada em torno dos grandes projetos para a viabilização de sua construção é complexa. O isolamento, por exemplo, se considerado o volume de movimentos de capital e trabalho que implicam, fica explícito. Porém, “não se pode considerá-los

⁸⁹ Cabe dizer que o trabalho doméstico é a forma que toma o trabalho reprodutivo na sociedade capitalista, que sustenta a reprodução da humanidade. Não é valorizado porque não produz mercadoria e, portanto, não gera lucro (ÁVILA, 2014, p. 40).

⁹⁰ Sobre as condições de trabalho no canteiro de obras da UHE Belo Monte, os relatos indicam um grande número de acidentes de trabalho. Na madrugada do dia 30 de maio de 2015, por volta das 2h00, essa situação veio a público a partir da gravação de um vídeo em que é registrado o desabamento de uma estrutura que ocasionou ferimentos graves em três trabalhadores e a morte de outros três. Para mais informações sobre o caso, consultar: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/05/corpos-de-operarios-de-belo-monte-sao-encontrados-sem-vida-no-para.html>. Acesso em: 23 ago. 2015.

autossuficientes ou não integrados a sistemas socioeconômicos mais amplos”. A complexidade está na relação criada entre zonas isoladas com sistemas econômicos mais amplos. Assim, “o isolamento é sempre relativo e deve-se considerá-lo em termos de gradação”, ou seja, do “ponto de vista das necessidades dos PGE que estão determinadas pela disponibilidade de meios de produção, ou melhor, por sua ausência nos lugares onde serão implementados”. Geralmente, “não há mercados preexistentes onde se possa adquirir a força de trabalho, as máquinas e materiais necessários”. (RIBEIRO, 2014, p. 56-57). Por outro lado, conforme define Ribeiro (2014, p. 57), “O isolamento facilita a realização de uma extensão do poder da corporação: o estabelecimento de um *território controlado* que obedeça a lógica da produção do projeto. Como se sabe, o poder da corporação frequentemente chega a um ponto tal que virtualmente substitui o Estado”. O isolamento nesses termos é funcional à viabilidade da obra e seu objeto fim, qual seja, de acumulação de capitais (mesmo que como estratégia de restauração do capital). Como consequência, “cria um universo social cuja população é composta de estranhos que se mantêm unidos por sua participação numa empresa econômica totalizadora. Os indivíduos estão isolados de suas redes sociais anteriores, encontrando-se numa espécie de *terra de ninguém*” (RIBEIRO, 2014, p. 63), o que pode contribuir para os altos índices de violência no entorno dos grandes projetos, com destaque para a violência contra mulheres.

O *dia do pagamento* era um tema recorrente na cidade. Não tinha vagas na maioria dos hotéis por conta da proximidade com esse fatídico dia.

Figura 2 – Divulgação da “Festa dos Barrageiros”



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os relatos sobre esse dia eram vários: “a cidade fica lotada”; “você nunca viu tantos homens”; “ocorre tudo aqui nesse final de semana”; “todo mundo espera esse dia”; “vem mulheres de todo lugar por conta do dia do pagamento”; “a seresta dos barrageiros bomba nesse dia!!!”. E esse é realmente um dia que altera a dinâmica da cidade e coloca em suspenso (mesmo que por poucas horas) o “peso” do trabalho para os trabalhadores da CCBM. Durante um sábado de cada mês, na semana do pagamento, todos os trabalhadores recebem folga. Nesse dia, há uma grande mobilização de pessoas em toda a cidade, como em dias de grandes eventos em outros locais. O comércio fica lotado e os bancos com filas quilométricas. É também nesse dia, ou melhor, na *noite dos barrageiros* (divulgação da noite ilustrada na foto acima), o período de maior ocorrência da violência em geral e da violência contra mulheres em Altamira, informação confirmada nas visitas realizadas nas instituições de segurança pública do Município.

No almoço no refeitório do Sítio Belo Monte, percebemos que a alimentação é de qualidade (do tipo *self-service*, inclusive a carne).⁹¹ No refeitório só as mulheres trabalhavam, algumas na limpeza do chão e mesas e outras na limpeza dos pratos e organização das comidas. Cabe dizer que, nos sítios, esse trabalho não é exclusivo das mulheres, mas preferencialmente executado por elas. Após o almoço, foi realizada a visita à *Vila Belo Monte*, uma cidade construída pela Norte Energia para abrigar famílias dos “encarregados” – responsáveis pela coordenação de atividades; “técnicos” – profissionais da saúde e engenheiros; e “diretoria” do empreendimento. A vila é dividida por essa hierarquia de funções e as casas e serviços se diferenciam em cada setor. Localiza-se próximo à obra e fica distante 60 quilômetros de Altamira. No momento da visita, residiam 1.655 famílias na Vila (no início eram 8 mil famílias). A vila conta com toda a infraestrutura de uma cidade, como: escola, posto de saúde, delegacia, academia, espaços de lazer. São as chamadas *Cidades Company* ou *Company Town*, já conhecidas na e da Floresta Amazônica (tal qual *Fordlândia*, referenciada no primeiro item deste capítulo). Só é possível a entrada na Vila com a autorização ou a companhia de algum morador.

A visita à obra foi finalizada no famoso Sistema de Transposição de Embarcações (STE), situado no Sítio Pimental. Uma estrutura com capacidade para transpor embarcações de até 50 toneladas, rio acima e rio abaixo, e que, segundo a CCBM, garantirá a

⁹¹ Durante o período da refeição, recordamos um relato (registrado no diário de campo) sobre um “remédio” colocado na refeição para a contenção da libido dos trabalhadores homens. Não se sabe ao certo a veracidade do fato, mas, é certo que faz parte do imaginário coletivo presente nesse contexto.

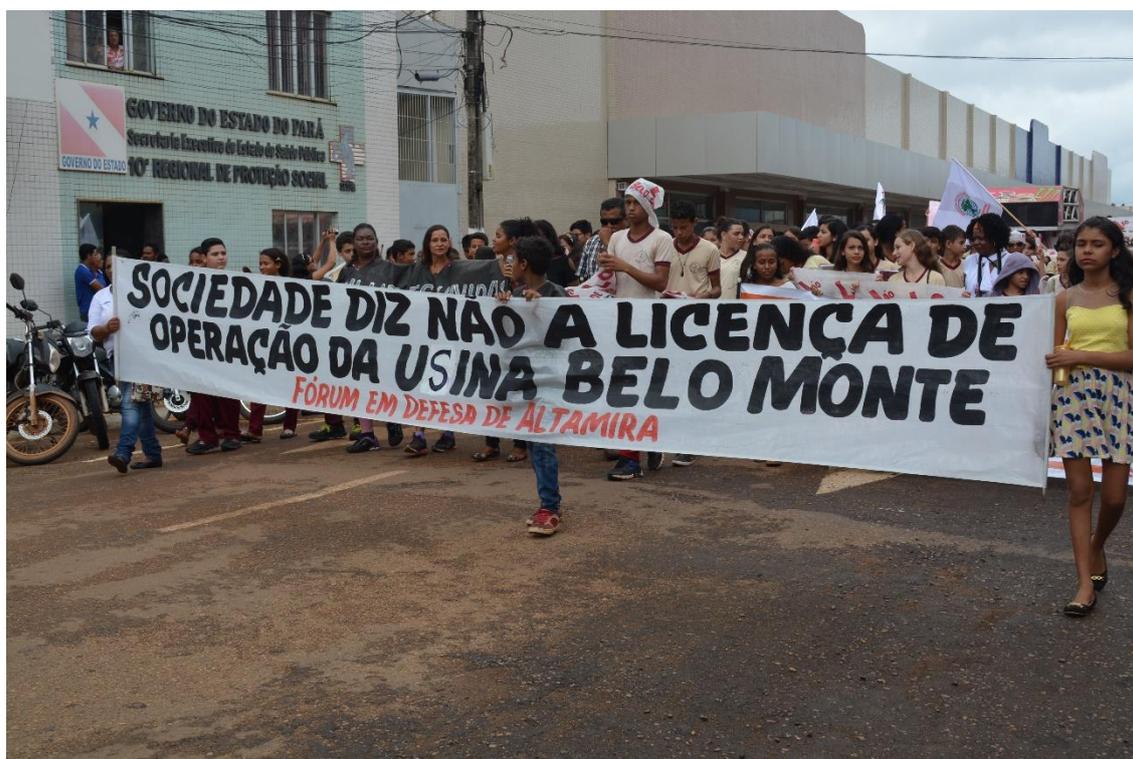
navegabilidade no Xingu durante as obras e após o início de operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte. O discurso da empresa centra-se no investimento feito e na tecnologia empregada, de modo que toda a intervenção realizada no rio para a construção da UHE (que irá impedir a sua navegabilidade natural em virtude da vazão total das águas) é desconsiderada.

A perspectiva da *redenção e progresso* foi estrategicamente disseminada pela Norte Energia e o Governo em Altamira e municípios vizinhos. De forma apressada, podemos supor que essa estratégia teve, como corolário, o fortalecimento da economia local. A cidade recebeu empresas do comércio como “Americanas”, “Lupo”, “Cacau Show”, “Boticário”, “Arezzo” e tantas outras no ramo de eletrônicos e eletrodomésticos. Porém, além de contribuir para a fantasia da cidadania pela via do consumo, causou o enfraquecimento e endividamento nos pequenos comerciantes locais, que não conseguiram acompanhar a mesma desenvoltura dos lucros das grandes empresas, como percebermos em conversa informal com uma comerciante antiga da cidade. Ela relatou a ilusão em torno do aumento dos lucros no comércio, já que, no caso dela, que atua no ramo de malharia, seus gastos triplicaram após o início das obras. Ela reclamou da dificuldade inclusive para encontrar costureiras disponíveis no mercado local para um salário médio de R\$ 2.500. De acordo com a comerciante, há dificuldades de mão de obra local para serviços que não estejam diretamente ligados à construção da UHE Belo Monte, mesmo com melhores condições de trabalho e salários. A sua fala faz supor que trabalhar na CCMB ou para Norte Energia representa um *status*, mesmo que realizado em condições de confinamento e de “superexploração do trabalho”. Ela citou, também, o apoio que o comércio local deu à construção da UHE Belo Monte, com a crença no fortalecimento do comércio local, tendo sido realizados vários eventos com sorteios de prêmios no intuito de contribuir para a aceitação da obra pela comunidade nativa. Além do alto custo de vida gerado pela chegada da obra, ela reclamava da violência na cidade e da ausência de serviços públicos de qualidade. Isso indica que a UHE Belo Monte atinge de forma direta e indireta toda a população local, inclusive pequenos empresários e antigos comerciantes da região.

Em um dos dias, ainda do primeiro pouso em Altamira, nos foi possível acompanhar uma grande mobilização contra a UHE Belo Monte, que reuniu vários dos movimentos sociais presentes na região, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres, a Igreja Católica, indígenas e o Movimento Xingu Vivo para Sempre. Esse momento nos pareceu significativo, sobretudo em função de aproximação do olhar mais atento sobre o próprio campo de pesquisa, já que não vivenciávamos diretamente o

conflito senão de modo indireto, desde 2013, por meio de notícias veiculadas pela imprensa sobre o projeto. Nesse momento, a existência da “guerra” fazia-nos mais sentido, talvez pelo coletivo de vozes que denunciava a destruição em curso e suas consequências futuras. O protesto questionava a concessão da Licença de Operação (L.O) da obra, avaliada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para permitir ao Consórcio Norte Energia iniciar efetivamente o funcionamento do megaprojeto.

Figura 3 – Mobilização contra a Licença de Operação de Belo Monte em Altamira



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Durante a passeata, lideranças dessas entidades protocolaram um documento na Justiça Federal de Altamira denunciando a obra e o não cumprimento das condicionantes impostas desde o início da sua construção. As condicionantes estão inseridas no Programa Básico Ambiental (PBA) e destinam-se a mitigar os impactos socioambientais acarretados pela UHE Belo Monte. Os principais são: saneamento básico (drenagem urbana, aterro sanitário; abastecimento de água); construção de equipamentos de saúde e educação; indenização dos/as atingidos/as; e direitos dos povos indígenas.

Segundo relatório da missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos em relação à população atingida pela implementação da UHE Belo Monte, datado de 20 de agosto de 2015, na Licença Prévia (LP) nº 342/2010 da UHE Belo Monte, concedida em 1º de fevereiro de

2010, constava a imposição pelo Ibama de 40 condicionantes gerais e mais 26 relacionadas aos direitos indígenas, especificadas no Parecer Técnico nº 21 CMAM/CGPIMA-Funai. Em 26 de janeiro de 2011, foi concedida a Licença de Instalação (LI) provisória da UHE e, em 1º de junho, a Licença de Instalação da UHE, sem que parte das condicionantes para a concessão da LP fosse cumprida, situação que motivou o ajuizamento de ação civil pública pelo MPF visando à declaração de nulidade da LI.⁹²

O Dossiê Belo Monte, realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e divulgado em junho de 2015, produziu análise detalhada sobre as condicionantes e revela: do total de 54 condicionantes necessárias para autorizar a operação da Usina de Belo Monte, apenas 15 são avaliadas pelos órgãos fiscalizadores como satisfatoriamente atendidas, enquanto 17 condicionantes apresentam pendências e 19 são classificadas como em processo de atendimento. De acordo com o Dossiê,

A maioria das obrigações consideradas como não atendidas pelos órgãos de fiscalização são ações de natureza preventiva que deveriam ter sido atendidas antes do início da instalação da usina, e que depois de três anos de construção ainda apresentam irregularidades (ISA, 2015, p. 3).⁹³

Na mobilização contra a Licença de Operação, ficou evidente a liderança das mulheres, tanto na organização do evento como na fala pública. Mulheres de várias frentes convidavam a comunidade altamirense a somar-se à luta a favor da cidade.

⁹² A UHE Belo Monte também está inserida no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu), que faz parte da parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Pará, tendo como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da região mediante a constituição de um fundo de R\$ 500 milhões (Relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos).

⁹³ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/infografico-belo-monte>. Acesso em: 10 set. 2015.

Figura 4 – Indígena em Mobilização contra Licença de Mobilização de Belo Monte



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A luta por moradia era a principal pauta das mulheres naquela ocasião. Isso porque muitas mulheres residentes nos baixões⁹⁴ da cidade foram retiradas de suas casas, sem garantia de indenização. De acordo com o MAB, 4.000 famílias serão desalojadas sem indenizações garantidas pela Norte Energia. Por outro lado, essa questão tem promovido conflitos familiares exacerbados pela disputa pelo dinheiro das pretensas indenizações, como ocorreu com Jucá (entrevistada da pesquisa). Ela relatou os diversos conflitos familiares (brigas entre os irmãos, com o pai) por conta da divisão da indenização da CCBM a que a família terá direito. O dinheiro nem havia sido pago (no momento da conversa) e já gerava brigas e desavenças, colocando irmãos e pai em conflito.

O processo de reassentamento da população das áreas rural e urbana, em virtude do início da construção das estruturas da usina ou devido ao futuro enchimento do seu reservatório, tem sido traumático e desordenado, conforme indica o Dossiê Belo Monte (ISA, 2015). A avaliação feita pela Procuradoria Federal e pelos movimentos sociais atesta que o programa de realocação urbana tem sido desorganizado, inadequado e pouco transparente.⁹⁵

Além da moradia, as mulheres destacavam a insegurança alimentar. Pescadoras e agricultoras já sentiam, em 2015, as consequências da obra na falta de peixes, no desgaste da terra e na ausência de terras (no caso das desalojadas) para a agricultura familiar. Pessoas

⁹⁴ Áreas periféricas e alagadiças de Altamira.

⁹⁵ Essa questão será retomada no Capítulo 3 como uma das expressões da violência contra as mulheres no contexto de Belo Monte.

como José (pescador conhecido na visita realizada ao Movimento Xingu Vivo para Sempre), que tinham a pesca como trabalho e alimento, estão, desde 2012 (no caso dele), “sem pescar, porque não tem peixe, porque os peixes morreram”, consequências anunciadas da guerra. Tiveram de sair das suas casas, do seu lugar, para uma terra improdutiva em troca de uma indenização em dinheiro que irá, provavelmente, evaporar no comércio local.

Outra pauta citada foi o crescimento da violência, desde a violência contra as mulheres (tema que será retomado no próximo item) até a violência no trânsito (com o aumento de mortes na cidade) nos anos concernentes à execução da obra. Indicadores estatísticos sobre a criminalidade violenta no Município são ilustrativos do aumento da violência, como a média de 57 homicídios por 100 mil habitantes, quando o índice “não epidêmico” da Organização Mundial da Saúde (OMS) é de dez casos por 100 mil habitantes. No período entre 2011 e 2014, o número de assassinatos saltou de 48 para 86 casos. O número de acidentes de trânsito na cidade saltou de 456 para 1.169, um aumento de 144% nos últimos quatro anos (VILLAS-BÔAS et al., 2015, p. 149). Contudo, a segurança pública não foi considerada uma área prioritária no conjunto das condicionantes da UHE Belo Monte. Apenas em maio de 2011, em paralelo ao início das obras, o estado do Pará e a Norte Energia firmam um termo de cooperação técnico-financeira, determinando que a empresa concessionária viabilizasse ações de fortalecimento dos órgãos de combate ao crime. Conforme o Dossiê Belo Monte (ISA, 2015, p. 7),

Previa-se que, de 2011 a 2015, fossem repassados ao Estado mais de R\$ 115 milhões, destinados a compras de equipamentos e reforma de prédios. Um terço desse recurso (R\$ 39 milhões) seria usado, apenas, para a compra de um helicóptero para o poder público. Até 2014, mais de 70% do valor já havia sido aportado ao Plano de Segurança Pública no Entorno de Belo Monte. Entretanto, Altamira registra indicadores de violência elevados.

A análise dos dados aponta para o direcionamento em ações de combate ao crime, deixando as ações de prevenção à violência e proteção às vítimas secundarizadas, corroborando com as denúncias feitas na audiência pública sobre segurança pública, realizada no dia 18 de maio de 2015, na Câmara Municipal de Altamira. Segundo relatos e dados apresentados na audiência (registros do diário de campo de 2015), Altamira foi considerada, em 2014, a 3ª cidade mais violenta do País. Além da violência urbana, ficou evidente nas falas durante o evento a contribuição da violência oriunda dos conflitos agrários na região – questão antiga, mas ainda latente e sem solução à vista. Impossível não lembrar o caso da morte da Irmã Dorothy Stang, em 2005, em Anapu. Na audiência, também foram registrados os casos de meninos emasculados e desaparecidos na cidade, a violência contra as mulheres, o

crime organizado, a violência no trânsito e a violência policial. Sobre esta última, cabe destacarmos a presença da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) na região, desde 2011, com o objetivo de garantir a continuidade de Belo Monte, ou seja, o empreendimento privado tem a proteção direta do Governo Federal, enquanto a população atingida por esse mesmo empreendimento empreende lutas por segurança e proteção, por sentir-se vitimada pelo aumento da criminalidade urbana e rural.

Destaca-se, ainda, a questão indígena e o genocídio dos povos da região. Para Santi (apud BRUM, 2014, p. 1), “Belo Monte é um etnocídio num mundo em que tudo é possível”. A licença para o início da obra foi condicionada à implementação de um plano emergencial que tinha como finalidade a criação de um conjunto de medidas antecipatórias indispensáveis à viabilidade de Belo Monte (entre as quais o fortalecimento da Funai e um plano de etnodesenvolvimento). A ideia era fortalecer os indígenas na relação com Belo Monte. Entretanto, além da acusação de desvios de recursos destinados a esse fim, a Procuradora da República Thais Santi (apud BRUM, 2014), a partir de denúncias feitas ao Ministério Público Federal, assevera que o plano emergencial

foi substituído por ações do empreendedor [*Norte Energia*] à margem do licenciamento, por meio das quais os indígenas foram atraídos para Altamira, para disputar nos balcões da Norte Energia toda a sorte de mercadoria, com os recursos destinados aos programas de fortalecimento. [...] O Plano Emergencial gerou uma dependência absoluta do empreendedor. Absoluta. E o empreendedor se posicionou nesse processo como provedor universal de bens infinitos [...]. A Norte Energia criou essa dependência, e isso foi proposital. E se somou à incapacidade da Funai de estar presente, porque o órgão deveria ter sido fortalecido para esse processo e, em vez disso, se enfraqueceu cada vez mais. Os índios desacreditavam da Funai e criavam uma dependência do empreendedor. Virou um assistencialismo.

A partir disso, houve uma fragmentação das aldeias e o enfraquecimento da luta e resistência indígena contra a UHE Belo Monte, conforme o relato abaixo:

Primeiro, você coloca na mão de uma liderança, que não foi preparada para isso, o poder de dividir recursos com a comunidade. A casa do cacique com uma TV de plasma, as lideranças se deslegitimando perante a comunidade. Ganhava uma voadeira que valia 30, vendia por oito. Fora o mercado negro que se criou em Altamira com as próprias empresas. O índio ficou com dinheiro na mão e trocou por bebida. O alcoolismo, que já era um problema em muitas aldeias, que era algo para se precaver, aumentou muito. Acabou iniciando um conflito de índios com índios, e aumentando o preconceito na cidade entre os não índios. O pescador, para conseguir uma voadeira, precisa trabalhar muito. E a comunidade passou a ver o índio andando de carro zero, de caminhonetes caríssimas, bebendo, houve casos de acidentes de trânsito e atropelamento. [...] Os índios se enfraqueceram, se fragmentaram socialmente, a capacidade produtiva deles chegou a zero, os conflitos e o preconceito aumentaram (BRUM, 2014 p. 5).

Nesse caso, o plano emergencial foi estratégico para emudecer os indígenas – os sujeitos com maior visibilidade nacional e internacional entre as demais resistências da região, que, em momento anterior, tinham conseguido retardar o início das obras da UHE Belo Monte. Na análise de muitos ativistas consoante à de Santi (apud BRUM, 2014), os indígenas eram a única voz que ainda tinha condição de ser ouvida e que tinha alguma possibilidade de interferência, já que qualquer não índio receberia ordem de prisão (existe uma ordem judicial para não chegar às proximidades dos canteiros de obras de Belo Monte). A estratégia pode ser melhor compreendida no relato de Santi (apud BRUM, 2014) abaixo:

A cada momento que os indígenas vinham se manifestar contra Belo Monte, com ocupação de canteiro, essa organização era, de maneira muito rápida, constituída pela prática de oferecer para as lideranças uma série de benefícios e de bens de consumo. Porque os indígenas têm uma visibilidade que a sociedade civil não consegue ter. Vou dar um exemplo. Houve uma ocupação em que os pescadores ficaram 40 dias no rio, na frente do canteiro, debaixo de chuva, e não tiveram uma resposta. Aquele sofrimento passava despercebido. E de repente os indígenas resolvem apoiar a reivindicação dos pescadores, trazendo as suas demandas também. E, de um dia para o outro, a imprensa apareceu. Os indígenas eram a voz que ainda poderia ser ouvida e foram silenciados. [...] No caso da ocupação que aconteceu em 2012, até hoje eu não entendo qual é o lastro legal que justificou o acordo feito. As lideranças saíram da ocupação e vieram para Altamira, onde negociaram a portas fechadas com a Norte Energia. Cada uma voltou com um carro, com uma caminhonete. E isso também para aldeias que sequer têm acesso por via terrestre. Então eu acho que não tem como entender o Plano Emergencial sem dizer que foi um empreendimento estratégico no sentido de afastar o agente que tinha capacidade de organização e condições de ser ouvido. É preciso deixar clara essa marca do Plano Emergencial de silenciar os indígenas.

A situação exposta aponta um processo de cooptação realizado pelo Estado mediante benesses e a conseqüente fragmentação de comunidades indígenas, criando novos problemas em seus territórios. Supomos, a despeito do significado desse processo, a manifestação de uma cooptação sutilmente autoritária, uma vez que, se por um lado o Estado, ao garantir uma pretensa cidadania por meio do acesso a bens de consumo, acaba restringindo a liberdade e autonomia dos indígenas, por outro lado não tem garantido deslocamentos nas condições de vida dos povos indígenas da região, uma vez que a cooptação via clientelismo, apesar de ocorrer em várias frentes, dá-se de forma individualizada e seus “benefícios” não alcançam o coletivo ao qual a liderança cooptada está atrelada. Isso pode ser comprovado pelo nível de pobreza das comunidades indígenas da região. Grande parte dessas questões, observadas no primeiro contato que mantivemos com a cidade, permaneceu no nosso retorno, em 2017, após a inauguração oficial de Belo Monte, realizada pela Presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Segundo pouso. A segunda ida a Altamira deu-se em 2017 após o funcionamento de parte das turbinas de Belo Monte. Após alguns transtornos com a mudança nos horários da

viagem, em razão da redução dos voos para Altamira – apenas uma empresa e um voo por dia chega à cidade vindo de Belém –, cheguei ao destino no final da noite. Dessa vez, o voo estava vazio e o movimento no aeroporto era bem diferente daquela primeira vez. O deslocamento do aeroporto ao hotel foi realizado por Mocinha, taxista, também migrante, nordestina, nascida no Maranhão e residente na região há 30 anos. Deslocou-se com sua família porque o pai havia conseguido uma terra para trabalhar. Herdou o trabalho de taxista do esposo, que adoeceu e não podia continuar a desenvolver a atividade. Por um bom período, conciliou uma tripla jornada de trabalho: no lanche que fica ao lado do ponto de táxi; no táxi, como motorista; e nas atividades domésticas. Do aeroporto até o hotel, Mocinha falou do preconceito que passou no início, quando começou a trabalhar no táxi e diz que hoje as pessoas já veem com mais tranquilidade uma mulher taxista. Segundo ela relatou, são 10 taxistas mulheres em Altamira, sendo duas no seu ponto de táxi.

Nesse segundo pouso, duas questões ficaram prementes: a destruição causada pela guerra e a não mais centralidade da UHE Belo Monte como mediadora das relações na região, o que confirma a *temporalidade* como uma dimensão *sine qua non* aos grandes projetos. Significa que a UHE de Belo Monte não deixou de ser importante ou que deixou de existir, mas ela não ocupava o lugar anteriormente observado no auge de sua construção. Inclusive, nas conversas informais, entrevistas e contatos realizados, o discurso da redenção e do progresso é substituído por dois fenômenos conjugados: pela denúncia do desemprego, à medida que a obra avança e o número de empregos diminui, e principalmente pelo aumento da violência. Ou seja, as contradições estavam mais explícitas empiricamente e a UHE Belo Monte já não mobilizava a cidade como antes. A violência emerge como significado central no novo cenário encontrado.

A violência direta e aberta em Altamira tornou-se capa dos principais jornais do País após a divulgação do Atlas da Violência de 2017, organizado pelo IPEA e FBSP. O Município teve a maior taxa de homicídio entre os municípios brasileiros, com 105,2 homicídios por 100 mil habitantes (114 homicídios para uma população de 108.382 pessoas), quase 13% acima do segundo colocado, o município de Lauro de Freitas, na Bahia, com a taxa de 92,5 homicídios por 100 mil habitantes. Conforme destacou Oliveira (2017), as altas taxas de homicídios já “são socialmente visíveis na rotina da cidade há pelo menos sete anos, numa coincidência intencional (ou causal) com o processo de implantação da hidrelétrica de Belo Monte”.⁹⁶ Os dados da violência em Altamira serão apresentados e analisados de forma

⁹⁶ Disponível em: <http://diplomatie.org.br/altamira-e-suas-veias-abertas-por-violencias-e-grandes-obras/>. Acesso em: 14 set. 2017.

mais detalhada no capítulo 2, que trata sobre a categoria de violência estrutural. Destarte, compreendemos que não se trata de coincidência (casual ou intencional): as taxas de homicídios são expressões do acirramento das contradições oriundas da crise do capitalismo que vislumbra Belo Monte como um *projeto funcional* de ativação de novas possibilidades de acumulação. Em outros termos, a violência aberta expressa nos homicídios é senão efeito da guerra. É oportuno dizer que esses dados não revelam as reais consequências dessa guerra, pois, para a maioria dos atingidos, a vida tem sido ceifada sob formas não diretas que contribuem para a invisibilidade de outros “morreres” que se manifestam na destruição de histórias, memórias, de lares, como o de Castanheira – considerada a maior liderança popular do Xingu e “casa” para tanta gente, teve a sua destruída por conta da obra. O relato de Brum (2015, p. 1) sobre o fato emociona:

[Ela] foi encurralada. Por seis meses o tempo da sua vida esteve marcado pelo som das máquinas botando abaixo a vizinhança da Sete de Setembro, o nome da rua só mais uma ironia. Ela estava ali, sitiada, testemunhando o mundo que ajudou a construir ser violado e convertido num cenário de Faixa de Gaza. Ela, seus filhos, seus netos. E o barulho da destruição avançando, cercando, soterrando também as conversas, fincando seus braços robóticos nas palavras, matando frases inteiras. Um dia chegou em casa e descobriu os escombros do muro dos fundos, derrubado junto com um pedaço da floresta que tinha como quintal. Num calor que pode beirar os 40 graus, já não havia energia elétrica suficiente para ligar a geladeira. [Ela] foi sendo asfixiada aos poucos, menos ar a cada dia.

A casa de Castanheira foi a última a ser destruída na rua em que viveu por mais de 40 anos. Sobre os impactos dessa guerra, Castanheira relatou:

Eu estou perdendo a minha casa, estou perdendo o rio, perdendo tudo. Essa perda, assim, é de uma vida que era, que tinha um objetivo, que tinha um sonho, que tinha um projeto. Eu não me sinto bem quando eu vou ao rio, vejo o que está acontecendo, as ilhas derrubadas. Não. A minha casa é tudo isso. Era. O rio livre. As ilhas lindas, verdes. Pra mim, é tudo ligado. É uma tristeza só. [...] Belo Monte é isso, é arrancar todas as formas de vida, até que mesmo a memória seja apagada para sempre, até que não exista nenhuma raiz. O governo é um mata-memórias (BRUM, 2015, p. 1).

Apesar de não existir oficialmente como guerra, a guerra provocada pela UHE Belo Monte é fato para Castanheira e tantas outras mulheres e homens atingidos. Essa *violência invisível e concreta* é o objeto sobre o qual pretendemos apreender nesta tese a partir de mediações que buscaram extrapolar a individualização dos fenômenos (sem negar as subjetividades envoltas pela violência) e a criminalização das relações sociais. Por esse motivo, nos foi necessária uma aproximação às diversas dimensões desse fenômeno e a construção de mediações com o caso emblemático aqui em debate – a UHE Belo Monte –, desde seus fundamentos e sua história até a sua caracterização.

A síntese a partir desse esforço possibilita-nos aferir que a sofisticada relação entre governo (público) e mercado (privado) no contexto de crise estrutural do capital imprime a complexidade em torno de Belo Monte. A questão extrapola em muito o debate dos impactos socioambientais, das avaliações técnicas de viabilidade ou não da obra e da escuta aos povos afetados. Para Thais Santi, procuradora federal (apud BRUM, 2014, p. 1), que tem acompanhado vários processos de denúncia contra a UHE Belo Monte desde 2012, ocorre o que ela nomeou de extremo de um *Direito flexível*, ou o contexto em que a obra se sustenta nela mesma. Em suas palavras,

[...] Belo Monte é uma obra prioritária do governo federal. Se o Ministério Público Federal entra com ações para cobrar a implementação de alguma condicionante ou para questionar o processo, mesmo que seja contra a Norte Energia, a União participa ao lado do empreendedor. A Advocacia Geral da União defende Belo Monte como uma obra governamental. Só que Belo Monte se apresentou como uma empresa com formação de S.A., como empresa privada. [...] A empresa se comporta como se ela fosse soberana. E é por isso que eu acho que a ideia aqui é como se a Lei estivesse suspensa. É uma prioridade tão grande do governo, uma obra que tem que ser feita a qualquer custo, que a ordem jurídica foi suspensa. E você não consegue frear isso no poder judiciário, porque o Judiciário já tem essa interpretação de que não cabe a ele interferir nas políticas governamentais.

Entendemos que o caráter extremo da flexibilidade do direito ao qual alude Thais Santi é a expressão particular da própria natureza que o direito pode assumir diante das características da região. Isso porque o direito, como forma jurídica e, portanto, expressão da contradição, tem na sua maleabilidade o modo mesmo de sua existência. A referência emblemática à UHE Belo Monte é, nesse sentido, a expressão da dinâmica como o ordenamento jurídico se altera, conforme as necessidades de garantia do movimento do capital, tendo no Estado – nas suas esferas executivas, legislativas e judiciárias – sua representação sociopolítica. Por outro lado, a partir da apreensão das particularidades que a expressão do direito assume em Belo Monte, levantamos a seguinte ponderação: em face das condições que se apresentam na região, estaria a ordem jurídica em estado de suspensão, conforme aponta Thais Santi ou, dada a natureza própria do direito, estariam ali se apresentando as relações jurídicas em sua determinação mais pura (subordinada à lógica da valorização do valor), assumindo as características próprias de uma região onde predomina a dinâmica do capitalismo selvagem? A ponderação alinha-se com a preocupação em apreender a dinâmica ambivalente característica da própria forma estatal, em que se articula, numa totalidade dinâmica e dialética, os caracteres “democráticos” e de “exceção”, sem que disso demande um processo de ruptura com os ditames jurídicos existentes na região.

Com base no conceito de *estado de exceção*, de Agamben (2004), a “exceção” não está absolutamente fora de relação com a norma; contrariamente, a norma se mantém em relação com aquela na forma da própria suspensão, ou seja, a “norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que antecede a ordem, mas a situação que resulta de sua suspensão”. (AGAMBEN, 2010, p. 24). Para Agamben (2010, p. 25), a exceção “trata-se, na verdade, não tanto de controlar ou neutralizar o excesso, quanto, antes de tudo, de criar e definir o próprio espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor”. Borguezan (2017, p. 1), tomando por base a discussão de Agamben (2004), destaca que aqueles que fazem parte da estrutura jurídica que lhes confere direitos, paradoxalmente, podem ser eliminados de todos os direitos civis, de acordo com os interesses do estado de exceção, sobre o qual opera a lógica do poder soberano. Nessa análise, “alguns grupos, algumas pessoas, em algumas situações, são apenas vidas”, ou seja, vidas que não importam, “vidas matáveis, vidas nuas” (AGAMBER, 2010), destituídas de qualquer valor. É o que ocorre no contexto da UHE Belo Monte: ainda que pessoas, modos de vida, memórias não tenham valor, as “vítimas” da guerra de Belo Monte são sujeitos de direito, a partir dos quais é possível aferirmos que “a exceção não é a regra, mas que a estrutura jurídica sobre a qual opera o Estado democrático de direito é o estado de exceção”. Nessa direção, quando o Estado brasileiro, por meio da Advocacia-Geral da União, “recorre a um pedido de segurança para que decisões tomadas dentro do ordenamento jurídico sejam suspensas [para a viabilização da UHE Belo Monte], está exatamente criando este espaço de exceção, para que o processo em debate seja direcionado em um sentido particular pautado por critérios de segurança nacional” (FLEURY, 2015, p. 11). Essa exceção não significa uma externalidade, mas compõe e representa o modo pelo qual opera o Estado capitalista, ainda que nos marcos de um Estado democrático de direitos, em que o mercado é o soberano. Assim, “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p. 12). Não se trata, portanto, de um movimento que se opera a partir de uma lógica disjuntiva, mas, ao contrário, é a própria forma de manifestação do Estado em seus processos particulares.

O estado de exceção relaciona-se ao *Estado forte* referido por Mandel (1982), a que Demier (2017, p. 11) alude como sendo uma *democracia blindada*.⁹⁷ Nos termos de Mandel

⁹⁷ A democracia blindada é assim caracterizada pelo autor: “Dotadas de um caráter hegemônico – isto é, combinando de forma equilibrada elementos de consenso e coerção –, tais democracias apresentam estruturas de funcionamento hermeticamente fechadas às pressões populares, preservando seus núcleos institucionais decisórios com espaços exclusivos dos interesses da classe dominante. Impedindo, por meio de uma série de artifícios econômicos, políticos e culturais, que as demandas populares de cunho reformista possam adentrar a

(1982), o “Estado forte” impõe restrições cada vez maiores às liberdades democráticas. Desse modo, o regime democrático-liberal blindado responde às resistências dos movimentos sociais e organizações “com a marginalização político-institucional e a criação/aplicação de diplomas legais (formulados de modo totalmente casuístico) que restringem cada vez mais as liberdades de manifestação popular” (DEMIER, 2017, p. 45). Assim, não por acaso, as manifestações contrárias a Belo Monte foram desconsideradas pelos governos ou violentamente reprimidas e judicializadas.

Figura 5 – Pare Belo Monte



Fonte: Movimento Xingu Vivo para Sempre.

O relato de Castanheira sobre a audiência ocorrida em 2004 entre o governo e as lideranças da região do Xingu é ilustrativo do funcionamento blindado às pressões populares:

Quando chegamos à audiência, a Dilma [*então ministra de Minas e Energia*] demorou um pouco para aparecer. Aí veio, com um cara do lado e outro do outro, como se fosse uma rainha cercada por seu séquito. Nós estávamos ali porque, se era

cena política institucional, essas novas democracias se definem pelo seu conteúdo essencialmente *contrarreformista*. [...] As democracias blindadas combinam retiradas de direitos sociais com a expansão (maior ou menor, a depender do momento e do gestor de plantão) de políticas sociais compensatórias, carentes de universalidade, além de um aumento seletivo da repressão estatal voltada aos setores indômitos. Compõe ainda a estrutura dessas democracias blindadas, claro, a sua inexpugnável coluna de sustentação midiática, a qual, responsável pelo fornecimento de altas dosagens ideológicas produtoras de consenso (cada vez mais necessárias conforme os direitos são atacados), atua muitas vezes como o principal partido do capital” (DEMIER, 2017, p. 33).

desejo do Governo estudar esse projeto, queríamos ter certeza de que seria um estudo eficiente, já que sabíamos que todos os estudos feitos até então eram uma grande mentira, sem respeito pelos povos da floresta nem conhecimento do funcionamento da região. Então, já que o governo queria estudar a viabilidade de Belo Monte, que o fizesse com a seriedade necessária. A Dilma chegou e se sentou na cabeceira da mesa. O Zé Geraldo [deputado federal Zé Geraldo (PT-PA) que mobilizou a reunião] nos apresentou e eu tomei a palavra. Eu disse: “Olha, senhora ministra, se este estudo vai mesmo sair, queremos poder ter a confiança de que será feito com seriedade”. Assim que eu terminei essa frase, a Dilma deu um murro na mesa. Um murro mesmo. E disse: “Belo Monte vai sair”. Levantou-se e foi embora (CASTANHEIRA apud BRUM, 2017, p. 1).⁹⁸

Seria incoerência não reconhecer a importância de Dilma Rousseff ter sido ministra de uma pasta estratégica como de Minas e Energia e a primeira mulher a acessar a presidência do Brasil. Contudo, isso não a isenta de ser questionada como gestora que se alinha ao *modus operandi* e a um governo que reproduz o autoritarismo, como demonstrado no relato de Castanheira. O fato de ser mulher não a imputa a adesão às pautas feministas e/ou ao questionamento das estruturas de dominação. Ademais, a blindagem e a truculência em torno de Belo Monte atingiram particularmente as mulheres que tiveram suas vidas alteradas e as expuseram a diversas violências a serem analisadas no terceiro capítulo desta tese.

Portanto, conduzida pelo estado de exceção num contexto de democracia blindada, a UHE Belo Monte configura-se em um campo diretamente relacionado aos interesses dos grandes grupos econômicos, isto é, ao conjunto do grande capital em suas conexões nacional e internacional, industrial e financeira. O projeto de parceria público-privada realizado para a construção e gestão da UHE Belo Monte é uma ambiciosa e sofisticada proposta de acumulação de capitais em que grandes grupos econômicos monopolizam o acesso à exploração da natureza, de pessoas e dos serviços, com a vantagem de terem lucratividade assegurada dentro do marco legal do Estado e fora dele.

Isso não seria possível sem a propaganda hegemônica, ou “sustentação midiática” nos termos de Demier (2017), orquestrada ao longo dos últimos 20 anos de que é preciso investir no fortalecimento da matriz energética advinda das hidrelétricas, e que a região amazônica (e a UHE de Belo Monte em particular) é central para o desenvolvimento e cumprimento desse objetivo. A guerra é também ideológica, pois, atrelada ao discurso “do desenvolvimento nacional”, resgata a ideia da “integração nacional”, do “Brasil Grande”, ideologias amplamente difundidas no período da ditadura civil-militar brasileira (CHAUÍ, 2000, p. 31) e retomadas sempre que necessárias para construir o consenso social para a construção de

⁹⁸ Relato também sistematizado por Eliane Brum. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/09/devemos-ter-medo-de-dilma-dinamite.html>. Acesso em: 14 set. 2017.

grandes obras. A “ideologia não é uma ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada na sociedade de classes” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65). A *ideologia da redenção e do progresso* em torno da UHE de Belo Monte foi determinante para secundarizar as contradições latentes da obra e para construir as bases do autoritarismo quando essas contradições teimam em aparecer. Chauí (2000, p. 89) afirma que a formação social brasileira “desenvolve ações e imagens com força suficiente para bloquear o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas, uma vez que conflitos e contradições negam a imagem da boa sociedade indivisa, pacífica e ordeira”. Apesar disso, as resistências existem e produzem *mulheres pindovas* como Palmeira, Castanheira e tantas outras que encontram nas lutas o sentido de suas vidas e de seus sonhos. Essa questão latente apreendida neste segundo pouso será desdobrada nos demais capítulos desta tese.

2 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL: MEDIAÇÕES ENTRE “O MATAR E O MORRER POR CONTA”

Como que ele vai dar um pedaço de pau pra fazer um remo, se aqui não tem água pra ele navegar? Então, todos esses aprendizados que o mundo oferece de graça, o homem jamais vai entender. Entender o que é a pessoa tirar um mato pra fazer chá pro filho, tirar o veneno de um bicho, de uma cobra. Ela vai fazer o quê aqui? Vai levar pro médico. Não sabe que remédio o médico vai dar, se é contra ou a favor. E lá não, lá ela sabe não precisa de médico, ela só precisa de Deus e da natureza pra se manter viva e de pé. Então, assim é perder, muitas delas perderam até a vida porque não conseguiram. Tem casos de óbitos deles e delas. Não mataram a pessoa, assim, simplesmente uns se mataram e outros morreram por conta.

Palmeira (2017)

Qual o significado da expressão “morrer por conta”, utilizada por Palmeira? Em um primeiro momento, a frase parece incompleta e sugere solicitar um complemento. Para Palmeira, contudo, a ideia é completa e refere-se ao morrer “naturalmente”, por causas não explícitas para a maioria, mas tão nítidas para ela. Na expressão não se apresenta um responsável direto pela violência, mas o *contexto como o gatilho*. Ela se refere às mortes e às várias expressões da violência, ao medo e à insegurança no contexto da UHE Belo Monte. Seu companheiro, José, é exemplo: paralisou as pernas quando lhes tiraram o chão. Porém, casos como o de José não são considerados pelos dados e estatísticas da violência.

A violência, seja ameaça ou fato, direta ou indireta, invisível ou visível, existe! Mostra-se, inclusive, tantas vezes para ocultar-se “no preconceito que segrega, na miséria que aparta, na polícia que prende, tortura e mata, na moradia que se afasta, nas portas que se fecham, nos olhares que se desviam”. Está oculta na “etiqueta de preço nas coisas feitas em mercadorias que proíbem o acesso ao valor de uso, no mercado de carne humana barata na orgia de valorização do valor, sangue que faz o corpo do capital manter-se vivo [...]” (IASI, 2013, p. 1). Podemos identificá-la também nas vidas que esperam por um atendimento nos serviços públicos de saúde, no/a usuário/a de “drogas” levado tantas vezes à força para o “tratamento”, na loucura enclausurada e medicalizada, na família que tem sua casa destruída – como ocorreu com Palmeira – e na pescadora que vê o rio secar para viabilizar a construção de uma hidrelétrica. Na “justiça” ou condenação feita pelas próprias mãos contra suspeitos e indesejáveis. Na morte de um alguém no metrô que defende a vida de um travesti ou de uma criança que pede comida na porta de um restaurante para não sucumbir de fome. Na

intolerância e discriminação diárias vivenciadas por gays, lésbicas, travestis, transexuais. Na ordem dada ao maquinista para que um trem passe sobre o corpo de alguém supostamente morto a fim de não gerar atraso no percurso. Na expulsão dos povos indígenas de suas terras. Na/o aposentada/o que não consegue seu auxílio-doença porque sua impossibilidade de trabalhar é questionada. No/a jovem que precisa “optar” entre trabalhar e estudar. Ela é real também no feminicídio e na cultura do estupro a que todas as mulheres estão expostas.

São apenas alguns exemplos que ilustram a inquestionável centralidade da violência como mediadora das relações sociais na contemporaneidade, ora como sintoma, ora como condição para elas. Daí consideramos que as relações sociais, conforme se produzem e reproduzem na sociedade contemporânea, são também uma fábrica de violência (IANNI, 2004b). O tema é complexo, não se trata de questão de bondade ou maldade. Impulso, potência, agressão e conflito fazem parte da condição humana e são comumente confundidos e até utilizados como sinônimos de violência. Mas o que é e o que não é violência? Tudo é violência? Agressividade, conflito, violência e crime referem-se a um mesmo fenômeno? O que leva ao uso indistinto da violência, seja como categoria ou como prática social?

Apesar de não ser uma marca específica da sociedade contemporânea, posto que acompanha a história desde seus primeiros registros, a cada tempo a violência torna-se visível em formas e circunstâncias particulares, e desempenha funções diversas nos distintos modos de produção e organização social. Ocasionalmente, como expôs Vázquez (2011, p. 380), “é admitida como mal necessário para defender princípios que se considerem puros” e, em outras situações, situa-se “nos próprios fins sob a forma de uma exploração normal e natural do homem pelo homem, ou do desenvolvimento legítimo de uma civilização superior que exige a dominação de outros povos” (VÁZQUEZ, 2011, p. 380). Em alguns casos, como ocorre nas democracias, os princípios não assumem a violência, e essa é ignorada ou ocultada, ou ainda considerada algo exterior (afinal, a violência não se encontra em relação de necessidade com seu conteúdo). Em outros, ou nos regimes despóticos, ditatoriais ou autoritários, é assumida como princípio universal consubstancial (VÁZQUEZ, 2011, p. 380). Disso podemos extrair a difícil tarefa de analisar, compreender e conceituar a violência, dado o seu caráter polissêmico e as diferentes práticas, percepções e sentimentos envolvidos nessa questão em cada tempo e contexto.

Por tratar-se de uma tese sobre violência estrutural contra as mulheres, é necessário situá-la (a violência) no conjunto de relações sociais mais amplas. No intuito de abarcar a totalidade dessa questão, partimos do entendimento de que a violência contra as mulheres é uma *violência em si*, com conteúdo próprio, reconhecida socialmente pela sua persistência,

vasta abrangência e gravidade – e, ao mesmo tempo, uma *forma* pela qual a violência se expressa na vida social. Daí a importância de localizá-la e relacioná-la à dinâmica do capitalismo, afinal, esse sistema é tanto fundamento para a(s) violência(s) nessa sociabilidade como se retroalimenta dela(s) para manter-se funcionando.

Neste capítulo, não almejamos esgotar o tema ou trazer respostas definitivas para as questões expostas, mas produzir uma aproximação às suas determinações e particularidades, ao problematizar a violência como categoria explicativa do real a partir de seus pressupostos e determinações constituintes. Para tal, partimos da análise da violência como práxis social e, assim, constitutiva das relações sociais e potencialmente transformadora. Conceituamos a violência estrutural de forma a apreendê-la como uma das particularidades da sociedade de classes, oriunda da contradição que fundamenta essa sociabilidade. Apresentamos de forma sintética algumas expressões da violência estrutural no contexto da UHE de Belo Monte a partir do diálogo com dados do Atlas da Violência de 2017, em que Altamira aparece como a cidade com maior taxa de homicídios do país, 107 homicídios por 100 mil habitantes. Dessa compreensão, destacamos a relação intrínseca entre capitalismo e violência, a partir do papel da ideologia e do Estado, com destaque para a apropriação do corpo das mulheres como condição para a sua reprodução. Problematizamos a relação intrínseca entre exploração-opressão a partir da apreensão de que o sistema civilizatório atual não é apenas capitalista, mas *patriarcal-racista-capitalista*. E, por fim, retomamos as bases do capitalismo desde a acumulação primitiva e a atualização de seus processos violentos apreendendo as particularidades da violência contra as mulheres nesse processo.

Ao entender a *violência como categoria*, mesmo que a partir da análise de uma violência particular – a violência estrutural contra mulheres –, almejamos estudá-la “a partir de sua historicidade e preponderância social, sempre relacionado à particularidade e universalidade”, de forma a não a fragmentá-la sem mediações ou generalizá-la mecanicamente (LARA, 2015, p. 270). Essa perspectiva preocupa-se em entender a totalidade dos fenômenos, buscando elucidar as conexões universais que, diga-se, não se realiza de forma isolada, além de possibilitar um caminho distinto das análises fechadas em si mesmas e sobre a vida social de modo fragmentado e pragmático (LARA, 2015, p. 270).

Mas como entender a violência e as suas muitas faces? Como enfrentar a violência? É possível enfrentar a violência sem transformar a sociedade? Longe de se ter resposta para essas questões, acreditamos que, como provocações, podem contribuir para uma reflexão que caminhe no sentido da desnaturalização da(s) violência(s) em curso, com destaque para o “morrer por conta” ou a violência estrutural, e implica reconhecer que a violência, apesar de

ser um *atributo humano*, é ela mesma, contraditoriamente, *anti-humana*, ou seja, se opõe à liberdade e à emancipação humana. É, pois, essa compreensão que orienta a presente tese.⁹⁹

2.1 A violência como categoria e práxis social

A violência como categoria liga-se à produção e reprodução da vida humana, posto que as categorias, na teoria marxiana, revelam o processo de produção e reprodução do ser social na história. Saffioti (2004, p. 102), referenciada na obra de Lukács, destaca as três esferas ontológicas: a *inorgânica*, a *orgânica* e o *ser social*. A inorgânica não tem vida e, como tal, não tem reprodução, apenas a transformação de um estado em outro (por exemplo, a rocha transformando-se em terra). A orgânica tem vida e, por isso, reprodução (uma jabuticabeira produz jabuticabas, jamais limões). O ser social, por sua vez, é determinado principalmente pela consciência, “permitindo a pré-ideação das atividades e até, pelo menos parcialmente, a previsão de seus resultados”. Essas esferas formam uma unidade em que uma não prescinde das demais.

Recorre-se a essa perspectiva de forma a buscar a unidade do ser social, diferente do que fez/faz o pensamento cartesiano, que insiste em separar o corpo da mente, a emoção da razão – tarefa cara empreendida ao longo dos anos pelo feminismo. Nessa direção, “se a cultura dispõe de uma enorme capacidade para modelar o corpo, este é o próprio veículo da transmissão das tradições”. O ser social, assim, dotado de consciência, é responsável pelas mudanças da sociedade, permanecendo, porém, um ser natural. “A sociedade tem, pois, fundamento biológico”, não se pode negá-lo (SAFFIOTI, 2004, p. 103). Mas esse biológico é também mutável, assim como toda a natureza.

Na perspectiva marxiana e marxista, o trabalho é considerado o instituinte da diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza, daí a razão de considerá-lo a categoria central ou o fundamento ontológico do ser social (MARX, 2007). A capacidade teleológica humana de modificar a natureza é definida como trabalho, já que é através dele que o homem supera a esfera biológica e passa a constituir-se como ser social (LUKÁCS, 2013). Como fundamento ontológico da existência humana, processo vital, forma pela qual os

⁹⁹ Esse capítulo vale-se de autores/as das ciências humanas e sociais, especialistas nos temas aqui desenvolvidos. Apesar da prevalência e da prioridade da pesquisadora pela teoria crítica e feminista, foi importante e necessário recorrer a outras fontes teóricas, requisição do próprio objeto de pesquisa, no sentido de alcançar as contribuições que essas referências trazem ao debate sobre a “violência”.

indivíduos se organizam para produzir e, ao fazê-lo, simultaneamente, se produzem como seres sociais, o trabalho constitui-se como o “[...] processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 255). Como continua Marx, por meio do trabalho o homem

[...] confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

A essa categoria fundante articulam-se outras categorias explicativas do real que expressam aspectos basilares das relações entre os seres sociais e entre eles com a natureza. Tais categorias são construídas por meio da práxis – atividade criadora e transformadora – como potencialidade humana essencial. Segundo Vázquez (2011, p. 374), é na relação com a práxis que a violência se constitui como categoria a partir do seu atributo exclusivamente humano e “na medida em que ele [o ser humano] é o único ser que, para se manter em sua legalidade própria, necessita violar ou violentar constantemente uma legalidade exterior”. Afinal,

Se o homem vivesse em plena harmonia com a natureza, ou passivamente subordinado a ela, não recorreria à violência, já que essa é, por princípio, a expressão de um desajuste radical. Nesse sentido, podemos dizer que apenas o homem pode ser violento. O animal, inserido em uma ordem estabelecida à qual se submete passivamente sem poder alterá-la, não conhece a violência (VÁZQUEZ, 2011, p. 374).

Para Vázquez (2011, p. 373), “toda práxis é processo de formação ou, mais exatamente, de transformação de uma matéria” pelos seres humanos, sendo a *violência* (em sentido genérico) o meio para tal. Assim, a “humanização da natureza nada mais é do que um processo pelo qual o homem lhe impõe uma lei a ela estranha [...] forçando ou violentando sua legalidade natural” (VÁZQUEZ, 2011, p. 374). A violência é então compreendida como sendo a destruição de uma ordem – seja ela natural ou social – e se manifesta, segundo Vázquez (2011, p. 374), “[...] onde o natural ou o humano – como matéria ou objeto de sua ação – resiste ao homem. Verifica-se justamente em uma atividade humana que detém, desvia e, finalmente, altera uma legalidade natural ou social”.

A violência constitui, assim, um meio para a concretização da práxis, um elemento necessário à transformação. Porém, essa relação (entre práxis e violência) só pode ser

formulada de acordo com as formas específicas da práxis. Vázquez distingue a práxis em três formas: a produtiva, a artística e a social, sendo as duas primeiras localizadas na relação entre ser humano e natureza, e a última na relação entre ser humano e ser humano. Tais relações trazem implicações distintas às manifestações das violências, mesmo que a sua natureza – como alteração de uma determinada ordem – não seja alterada.

Na práxis produtiva e artística, o humano se opõe a natureza, no sentido em que “as propriedades do objeto da atividade são alternadas e o modo como se articulam suas partes é destruído” violentamente. Por meio da violência, “torna-se possível a transição do meramente natural ao humano, materializado ou objetivado no produto do trabalho ou na obra de arte” (VÁSQUEZ, 2011, p. 376). A matéria oferece resistência à violência do sujeito, mas “a resistência é cega opaca; resistência da ordem natural a ser quebrada”. Assim, mesmo que encontre limites e resistências, a violência do sujeito não encontra uma contraviolência do objeto ou da matéria: “Essa [a matéria] resiste, mas não se opõe como uma antipráxis à práxis do sujeito” (VÁSQUEZ, 2011, p. 375). A práxis, nesse caso, não se reduz à violência, mas a violência como meio é um elemento indispensável àquela. Odalia (2004, p. 14) destaca essa violência como sendo uma das condições básicas da sobrevivência do ser humano, pois, “num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais” que os fez conseguir sobreviver.

Na práxis social sobre a qual se debruça esta tese, o ser humano, além de sujeito, é objeto da ação. Refere-se a “práxis como ação de seres humanos sobre outros”. A ação se exerce sobre sujeitos concretos ou relações humanas. Não se limita ao seu ser físico, mas se dirige ao seu ser social e às relações sociais que o determinam. Nos termos de Vázquez (2011, p. 377),

A práxis social tende à destruição ou alteração de uma determinada estrutura social constituída por certas relações e instituições sociais. Mas essa práxis social só pode ser levada a cabo por homens que atuam como seres sociais, e se exerce, por sua vez, sobre outros homens que só existem em relação com os demais, e como membros de uma comunidade, mas, no entanto, como indivíduos dotados de uma consciência e de um corpo próprios.

A violência nessa práxis é determinada pela necessidade de superar a resistência da matéria (social), sendo que essa resistência, diferentemente daquela encontrada na matéria natural ou física, tem consciência e não resiste de um modo cego ou passivo, “variando a resistência até transformá-la em oposição aberta, como uma antipráxis que responde à violência com a contraviolência”. Nesse caso, a violência encontra-se tanto no sujeito como

no objeto e acompanha tanto a práxis como a antipráxis, “tanto a atividade que tende a subverter a ordem estabelecida como a que luta por conservá-la” (VÁZQUEZ, 2011, p. 379).

Nessa direção, toda violência suscita sempre uma atividade oposta, e uma violência responde a outra. Para Vázquez (2011), a gênese e o desenvolvimento da violência nas relações sociais vinculam-se ao império da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes, e isso ocorre desde que a violência se instala na sociedade e é instrumento de determinadas classes sociais. A violência é assim entendida como “a aplicação de diferentes formas de coerção, que chegam até as ações armadas, com o objetivo de conquistar ou manter um domínio econômico e político ou de conseguir tais e quais privilégios” (VÁZQUEZ, 2011, p. 379).

O patriarcado como sistema de opressão – fundamento da violência contra mulheres – também surge com o advento das classes sociais. Na teoria crítica, a tese que prevalece é a de Engels, em *A Origem da Família e da Propriedade Privada*, de 1884, que articula a opressão de classe, com o surgimento da propriedade privada, tanto de homens na forma de escravos, como das mulheres a partir da instauração do direito paterno, que passa a garantir a descendência e a propriedade (ENGELS, 1987). Como exemplo, pode-se citar o Código de Hamurabi, a partir do segundo milênio a.C. na Mesopotâmia, que “estabelecia que uma mulher que não ‘tenha sido uma dona-de-casa cuidadosa, tenha vadiado, negligenciado sua casa e depreciado seu marido’ deveria ser ‘jogada na água’” (STEARNS, 2015, p. 7-8). Para Stearns (2015), ao passo que a agricultura e as civilizações se desenvolveram, a partir dos contatos e das trocas, as relações entre homens e mulheres, a determinação de papéis e as definições dos atributos de cada sexo foram se estabelecendo, pondo fim à igualdade entre homens e mulheres existente nas sociedades primitivas comunais. Nos termos da autora,

Na caça e na coleta, ambos os sexos, trabalhando separados, contribuíam com bens econômicos importantes. As taxas de natalidade eram relativamente baixas e mantidas assim em parte pelo aleitamento prolongado. Em consequência disso, o trabalho das mulheres de juntar grãos e nozes era facilitado, pois nascimentos muito frequentes e cuidados com crianças pequenas seriam uma sobrecarga. A agricultura estabelecida, nos locais em que se espalhou, mudou isso, beneficiando o domínio masculino. À medida que os sistemas culturais, incluindo religiões politeístas, apontavam para a importância de deusas, como geradoras de forças criativas associadas com fecundidade e, portanto, vitais para a agricultura, a nova economia promovia uma hierarquia de gênero maior. Os homens agora eram responsáveis, em geral, pela plantação; a assistência feminina era vital, mas cabia aos homens suprir a maior parte dos alimentos. A taxa de natalidade subiu, em parte porque os suprimentos de alimentos se tornaram um pouco mais seguros, em parte porque havia mais condições de aproveitar o trabalho das crianças. Essa foi provavelmente a razão principal de os homens assumirem a maior parte das funções agrícolas, já que a maternidade consumia mais tempo. Dessa forma, as vidas das mulheres passaram a ser definidas mais em termos de gravidez e cuidados de

crianças. Era o cenário para um novo e penetrante patriarcalismo (STEARNS, 2015, p. 7).

Para Engels (1987), a criação de animais permitiu a maior produção de alimento, que gerou o acúmulo de um “excedente” na produção, ou seja, o trabalho humano produziu além do necessário à existência, permitindo a troca regular de produtos e, do mesmo modo, requerendo uma soma maior de trabalho suprida pela escravidão dos prisioneiros das guerras. Dá-se então a relação entre senhores e escravos. Ao mesmo tempo, como demonstrado na citação acima, as relações familiares foram alteradas – afinal, a responsabilidade de prover os alimentos era dos homens e, conseqüentemente, todo o excedente da produção passou também a ser de sua posse. As mulheres tinham “participação no consumo, porém não na propriedade, que agora era privada” (LIMA, 2015, p. 1).

Disso podemos aferir que a violência contra as mulheres – que tem como base a opressão feminina – também se registra desde o advento das classes.¹⁰⁰ Dessa forma, acreditamos que, com o início da propriedade privada e a constituição das classes sociais, a violência se complexifica, posto dar-se a gênese de uma nova forma de violência que decorre do aprofundamento das relações sociais e da apropriação do sobreproduto social passando a atravessar todos os modelos societários desde então. Isso implica dizer que a violência está nas relações sociais tanto como coerção e manutenção de uma determinada ordem [inclusive patriarcal] quanto como forma de transformação dessas relações: “vincula-se, na história humana, à criação e à transformação da própria sociedade, possuindo um papel importante, seja no sentido revolucionário, contribuindo para subverter a ordem estabelecida, seja para conservá-la” (ROS, 2011, p. 2). Nas sociedades divididas em classes, por sua vez, “as grandes mudanças sociais que implicaram uma verdadeira transformação revolucionária da sociedade nunca puderam prescindir da violência” (VÁZQUEZ, 2011, p. 380-381).

Todavia, Vázquez (2011) alerta que, ao reconhecer o papel da violência na história e sua presença nas transformações sociais, é preciso evitar a sua elevação ao plano do absoluto. Ele cita três afirmações em que a absolutização da violência é evidente:

¹⁰⁰ Porém, essa perspectiva não é consenso entre as feministas materialistas. Paola Tabet, em seu texto “Les mains, les outils, les armes”, publicado em 1979, diferentemente do que defendeu Engels, afirma que as “sociedades de caça e coleta não são mais igualitárias com respeito ao sexo do que as sociedades agrícolas; não necessariamente é a aparição da família, da propriedade privada e do Estado que submeteu as mulheres à opressão. Efetivamente, na grande maioria das sociedades conhecidas, a divisão desigual do trabalho entre os sexos se apoia em um acesso diferenciado às ferramentas, às armas e ao conhecimento” (GUILLAUMIN; TABET; MATHIEU, 2014).

- a) que a história é violência, ou que essa é, definitivamente, o subsolo, a entranha ou a força motriz da história (a história como história da violência humana);
- b) que a práxis social, ao estar regida pela violência, não poderia nunca ser considerada como uma práxis social não violenta (a violência em toda práxis, presente ou futura, como seu elemento indispensável); e
- c) que uma violência sucederá historicamente a outra (impossibilidade de uma nova sociedade sem Estado ou mecanismos coercitivos).

Para o autor, tais afirmativas localizam-se numa concepção metafísica da violência, “isolada do contexto histórico-social em que se desenvolve a práxis social a cujo serviço está como seu meio”. Afinal, como já destacado, a violência existe “não só porque se rejeita uma ordem social dada que se deseja transformar para criar outra nova (práxis), mas também porque essa tentativa de transformação tropeça na resistência consciente e organizada daqueles que se empenham em manter a existente (antipráxis)” (VÁZQUEZ, 2011, p. 386).

Nessa direção, Marx (2013) afirmou que “a violência é a parteira da história”, no sentido de apontar a contribuição dela para com a transformação de uma dada realidade e criação de uma nova. Contribuir aqui significa não fazer sozinho, mas exercer um papel importante no processo. Apesar de reconhecer a necessidade histórica da violência e dos métodos violentos de luta na transformação revolucionária da sociedade, Marx não fazia uma apologia da violência e tampouco a considerava um fim em si ou um método exclusivo de luta. Na análise marxiana, a violência é considerada uma “necessidade imposta pelas contradições irreconciliáveis de uma sociedade dividida em classes antagônicas e utilizada, com fins diametralmente opostos, tanto pelas classes dominantes como pelas classes oprimidas” (VÁZQUEZ, 2011, p. 382).

Mas cabe ressaltarmos que, apesar do seu papel revolucionário (e daí destacar a positividade da violência), revolução e violência não se confundem e nem se autoesgotam. Não é na violência que se encontra o caráter revolucionário, a não ser na própria revolução à qual serve. Nesse sentido, “a violência é uma condição fundamental do desenvolvimento histórico sem ser, todavia, uma condição imutável, invariável de todo o processo histórico-social” (VÁZQUEZ, 2011, p. 183). Ou seja, é possível atribuir papéis positivos e negativos para a violência. A questão não está então na violência em si, mas na função que opera em determinada sociedade.

E, mesmo na sociedade dividida em classes antagônicas, em que a violência impera como razão última da classe dominante, não podemos afirmar o imperativo absoluto da

violência e descartar uma práxis social não violenta. Isso inviabilizaria a própria existência humana. Da mesma forma, não se trata de subestimar o papel da violência, mas de entender que a práxis criadora nunca admite uma “rígida determinação do possível e menos ainda sua transformação em realidade” (VÁZQUEZ, 2011, p. 393). Nessa direção, Vázquez (2011, p. 393) assevera que

Se o progresso na autorreprodução do homem é um progresso em sua humanização, isto é, em sua elevação como ser social, consciente, livre e criador, a violência – mesmo sendo positiva historicamente – revela-se, de certo modo, anti-humana, isto é, oposta a essa natureza livre e criadora que o homem busca alcançar.

Isso posto, a despeito de considerar a violência como atributo humano, não se essencializa essa qualidade. Defendemos a tese de que é possível e necessário prescindir da violência, inclusive como condição para a existência humana. Aqui cabe retomarmos o duplo caráter da violência como expressão do ser social. Não se trata de prescindir da violência na mediação com a natureza, posto o risco do fencimento da própria humanidade, mas sim da violência na relação entre os seres sociais ou como práxis social. Conforme expôs Vázquez (2011), a violência nas relações sociais, como categoria abundante em mediações, traz, ela mesma, a possibilidade de sua autoexclusão. É sobre essa violência, social e historicamente determinada, que esta tese se debruça.

Relações verdadeiramente humanas, como as que se deseja construir, nas quais as pessoas sejam consideradas fim e não meio, sujeitos e não objetos, mulheres e homens e não coisas, não podem aceitar a violência: “A exclusão por meios violentos para resolver os conflitos e contradições sociais será um dos índices mais patentes de uma sociedade superior”. A violência revolucionária que possibilita a criação desse “estado futuro de coisas” “[...] é potencialmente a negação de si mesma e, nesse sentido, é, como sua própria negação, a única violência legítima” (VÁZQUEZ, 2011, p. 393).

Disso podemos aferir que a violência, como mediação das relações sociais, trata-se de uma violência historicamente determinada que, ao desaparecerem as condições históricas e sociais que a engendram, caminha para seu fim futuro. É ambivalente: nem pura positividade, nem pura negatividade. Mas, numa sociedade em que “a liberdade de cada um pressupõe a liberdade dos demais, a violência e a coerção darão lugar a uma elevada consciência moral e social que a tornem desnecessária”. Isso exige que a violência revolucionária trabalhe contra si mesma e se conduza não apenas a violência de classe, mas a todas as demais expressões de violência (inclusive a violência contra as mulheres) forjadas pelas relações sociais. Só assim a

práxis social não precisará recorrer necessariamente à violência e terá uma dimensão verdadeiramente humana (VÁZQUEZ, 2011, p. 394-395). Implica dizer que não é possível almejar uma sociedade emancipada sem que as mulheres alcancem sua liberdade e experimentem uma vida sem o jugo da violência.

2.1.1 Violência nas relações sociais: pressupostos e constitutivos

É fato que a violência se agudiza e se torna estrutural na sociedade de classes, mas seus registros acompanham a própria história da humanidade, daí reafirma-se: *a questão da violência* não está necessariamente na violência em si, mas na função que opera em determinada forma social. Nessa direção, longe de ser um fato uniforme, a violência é sistematizada por meio de uma variedade de conceitos e interpretações, e apresenta-se ao longo da humanidade sob práticas e perspectivas históricas e culturais distintas, pois, afinal, nas relações sociais, a violência acompanha a própria história que a constitui. Desde narrativas bíblicas, a exemplo da expulsão de Eva e Adão do paraíso, passando por Caim e Abel, a teses de pensadores que influenciaram a ciência moderna, como Hobbes no século XVII – que considerava a violência como parte da natureza do ser humano (diferente de atribuir um caráter social à violência) e, conseqüentemente, que seria impossível uma sociedade sem violência. Algumas perspectivas, apesar de determinadas historicamente, continuam a influenciar o pensamento contemporâneo. A visão de Hobbes, *verbi gratia*, atualiza-se na contemporaneidade como “algo próximo ao estado da natureza” (MIGUEL, 2015, p. 29) e, imbricada a outras determinações sociais, compõe um arcabouço de justificativas que privilegiam a criminalização e a penalização individual dos sujeitos pela violência cometida, sem conexões com as determinações estruturais da sociedade (CAVALLI, 2009); em outra direção, sob o mesmo fundamento a consideram um não problema (MIGUEL, 2015).

As pesquisas de Davis (2009) e Wacquant (2013) sobre a gestão da miséria e a ascensão da *face penal* do Estado nos Estados Unidos vão ao encontro desse argumento. Para Wacquant (2013, p. 21), a medicalização e a penalização da violência servem como técnicas para a invisibilização dos “problemas” sociais que o Estado, enquanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os dejetos humanos da sociedade de

mercado. Davis (2009), ao chamar a atenção para o modo como se organiza e funciona a sociedade, destaca a relação entre os sistemas patriarcal, racista e capitalista como sendo a condição principal para a existência de uma sociedade altamente violenta e punitiva. Diz Davis: “a punição social é aceita por ser aplicada principalmente aos/as negros/as” e ela reduz o povo e suas comunidades à subsistência biológica mais crua (DAVIS, 2009, p. 16). No Brasil, ressalvadas as particularidades, a tendência tem sido a mesma. A criminalização e judicialização da violência significa, em grande medida, a criminalização – por meio do encarceramento ou da matança – da população pobre e negra. Conforme o Atlas da Violência 2017, jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no País. A pesquisa aponta também que a população negra representa a maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais possibilidades de serem vítimas de homicídios. Nessa direção, a apreensão das determinações da violência que se expressa através desses dados e tendências só é possível se analisada como resultado de relações sociais historicamente determinadas, perspectiva que, reiteramos, fundamenta esta tese. Isso remete ao primeiro capítulo, quando buscamos alcançar a violência na história da formação social brasileira e faz aferirmos que a maior exposição de jovens negros à violência no Brasil fundamenta-se no passado escravista que se reatualiza no racismo e na discriminação racial.

Apesar disso, a persistência da violência pode “justificar” as concepções a-históricas em torno da questão. Segundo Vázquez (2011, p. 387),

O homem não poderia deixar de falar a linguagem da violência. A essa conclusão chegavam tradicionalmente as concepções religiosas para as quais a violência era a expressão de uma natureza humana corrompida pelo pecado, ou a viva presença do mal; hoje pretende-se, por vezes, dar uma explicação objetiva da violência no marco de uma concepção naturalista ou biologista do homem, de acordo com a qual teriam um caráter instintivo que não desapareceria no plano social.

Isso implica afirmarmos que apenas o ser humano pode ser violento, mas em hipótese alguma significa nos deslocarmos das relações sociais ou defendermos a sua essencialização. Tais perspectivas – naturalista ou biologista – tratam a questão a partir do indivíduo isolado das relações sociais. A violência nesse caso seria instintiva e, como tal, uma condição fixa em qualquer sociabilidade. A persistência dessas perspectivas contribui, por exemplo, na relação imediata entre violência e pobreza. Diga-se, não no sentido de entender desigualdade como violência, mas de considerar aqueles que vivem em situação de pobreza como naturalmente violentos, suspeitos, ou seja, conseqüentemente contribuindo para a criminalização da pobreza. Minayo e Souza (1998, p. 515) destacam que essas teorias subordinam a questão

social às determinações da natureza a partir da tese de que a agressividade “é uma qualidade inata da natureza humana e, portanto, os conflitos da vida social, seja qual for a etapa do desenvolvimento histórico, são de caráter ‘eterno e natural’”. Além dessas teses, destacam-se outras que também se fundamentam na premissa de que a violência é natural e inevitável, e “substituem a ideia de processo social e histórico pelo conceito de ‘agressão’”. Os autores referem-se às teorias com base na biologia, etologia, genética e medicina.

Nas referidas teorias, a “agressividade” é apreendida como componente do “instinto de sobrevivência e forma natural de reação dos animais em certas condições e situações, tendo, portanto, conotação de ‘neutralidade’ e ‘naturalidade’” (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 515). Portanto, ao deslocar tal conhecimento para a análise do social, sem mediações, essas teorias fortalecem o argumento da “instintiva agressividade humana e pretendem subordinar, *a priori*, os componentes da atividade humana aos instintos biológicos”.¹⁰¹ Nessa mesma direção, situa-se a biologia social, que se caracteriza por deslocar as “regularidades do nível biológico ao social, e os dados da etologia para as relações humanas e, ainda, por priorizar os problemas dos indivíduos em detrimento dos da sociedade” (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 516). Para a biologia social,

os genes reproduzidos de geração em geração, nos seres humanos, transmitem uma informação de sentido e conteúdo determinados, levando os indivíduos a reagir em condições concretas do ambiente de forma a garantir a sua sobrevivência. Em outras palavras, a biologização dos fenômenos e processos sociais se fundamenta na crença de que os ritmos biológicos (muito mais lentos) e os sociais (muito mais dinâmicos) são fatalmente incompatíveis. Os indivíduos seriam geneticamente incapazes de se adaptar aos ritmos precipitados e às mudanças qualitativas do desenvolvimento social e tecnológico da sociedade industrial, ou pós-industrial, alterando-se, em consequência, os mecanismos humanos de adaptação psíquica e psicobiológica (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 516).

Nessa perspectiva, o episódio protagonizado por Tuíra (destacado no capítulo anterior) seria compreendido como condição do ser índio a partir da naturalização de predicados que os identificam como “agressivos” e “incivilizados”. Contudo, a partir da análise da violência como construto social historicamente determinado, compreendemos a ação de Tuíra como violência positiva, posto ter sido realizada por um subalterno e provocar mudanças no instituído. O debate em torno da positividade da violência será retomado adiante.

¹⁰¹ “Os estudiosos que defendem tais ideias se apoiam nas descobertas da chamada etologia social, desenvolvida por Konrad Lorenz. Para Lorenz (1979, p. 25), em certas circunstâncias, o mecanismo instintivo da agressividade dispara automaticamente nos animais, e os leva a atacar outros da mesma espécie. O autor considera essa ‘agressividade intraespecífica’ necessária à preservação da espécie, tão natural e irresistível quanto, por exemplo, a fome e o instinto sexual” (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 515-516).

No sentido de contrapor essas concepções (naturalista ou biologista), afinal, “se argumenta em favor da relação dialética entre indivíduo e sociedade, e não da prioridade do primeiro sobre a segunda” (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 517). Cabe distinguirmos *agressividade e violência*, pois são costumeiramente utilizados como fenômenos análogos para referir-se à violência como atitude pessoal ou comportamento individual. Esses usos indistintos podem contribuir para fortalecer tais perspectivas, naturalizar fenômenos e práticas sociais e ainda estabelecer uma dicotomia entre *natureza e cultura*.¹⁰² Isso porque usualmente relaciona-se a agressividade à natureza, localizando-a no campo do instinto, e a violência como “o emprego desejado da agressividade”, podendo se manifestar de forma voluntária, deliberada, racional e consciente ou ainda inconsciente, involuntário e irracional (COSTA, 1986, p. 30), localizada no campo da cultura. Para Costa (1986, p. 30), esses predicados não alteram a essência “especificamente humana da violência, pois o animal não deseja, o animal necessita, e é porque o animal não deseja que seu objeto é fixo, biologicamente determinado”. Martín-Baró (2012, p. 365-366) também diferencia violência e agressão, mas localiza os dois fenômenos nas relações sociais, perspectiva que defendemos nesta tese. Para ele, a violência é definida como o uso de força – física ou não – excessiva contra algo ou alguém sem necessariamente uma intencionalidade direta. A agressão, por sua vez, pressupõe uma intencionalidade e constitui-se em “uma forma de violência: aquela que aplica a força contra alguém de maneira intencional, isto é, aquela ação pela qual se pretende causar dano em outra pessoa”. Logo, considera que a ação violenta não necessita de intenção como ocorre em estruturas sociais que criam condições sociais que “forçam” as pessoas a agirem de uma dada maneira, como ocorre no capitalismo.

Ademais, podemos aferir que são diversas as apreensões da violência, sendo que, entre as várias definições, no nível das práticas sociais, destacam-se três: a *violência como ação e força* (ação ou efeito de violentar, de empregar força física – contra alguém ou algo de forma intencional ou não – ou intimidação moral contra alguém) (Dicionário Houaiss); *como constrangimento* (sujeição exercida sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem); e como *imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis* (Organização Mundial da Saúde). Tais definições, além de tratar da violência direta, refletem, em certa medida, o entendimento primeiro ou a preocupação imediata com a violência, que segundo Saffioti (2004, p. 17), apoia-se num conceito aceito como verdadeiro e único quase sempre dentro do palpável, qual seja: “a violência como ruptura de qualquer forma de

¹⁰² A relação natureza-cultura é um dos debates centrais do feminismo, sob o qual se compreende que a natureza também sofre implicações da cultura.

integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” – ou, como diz Odalia (2004, p. 9), trata-se da face mais imediata do problema, aquela que traz a preocupação com a violência e “se exprime pela agressão. Agressão física que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui, seu corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama [...]”. Nos termos de Žižek (2014, p. 17), seria a violência *subjetiva*, aquela visível, feita por agentes identificáveis, “vista como uma perturbação do ‘normal’, do estado pacífico das coisas”. Contudo, ao buscar desmistificar a violência, Žižek (2014, p. 17-18) a distingue em dois outros tipos: a *objetiva*, também nomeada de sistêmica ou “a violência inerente a este ‘normal’ estado das coisas”, que é composto pelas “geralmente catastróficas consequências do funcionamento de nosso sistema econômico e político”; e a *simbólica*, a “mais fundamental forma de violência [...] que pertence à linguagem como tal, por sua imposição de um certo universo de significado”.

No presente estudo, buscamos destacar a análise sobre a violência estrutural, objetiva ou sistêmica, sem desconsiderar as mediações com as demais expressões da violência. Entendemos que a análise da violência vinculada à dinâmica das relações sociais em condições históricas determinadas não pode ser enquadrada em uma definição ou tipologias. Seu estudo requer o desvelamento das suas múltiplas determinações e só a apreensão do real através de aproximações diversas poderá apontar as mediações para a sua apreensão. Com esse intuito, ao considerar a violência no chão da histórica sob a determinação das relações sociais, partimos do pressuposto de que a violência é *construto social*, é efeito, sintoma, expressão de uma dada forma social. E, como tal, é um *fenômeno social de múltiplas significações* (IANNI, 2004b), multidimensional e multicausal. Não obstante tratar-se de um fenômeno que aparentemente se manifesta na esfera individual, a violência não se restringe a ela. Mesmo que superficialmente esteja ligada apenas aos sujeitos que violentam ou são violentados, trata-se de seres sociais inseridos em processos sociais construídos em dadas condições históricas (ROS, 2011, p.4). Assim, mesmo que apareça inicialmente como acontecimento individual, “é um complexo social potencializado por indivíduos sociais” (SILVA, 2008, p. 3).¹⁰³ Em suas diversas expressões, possui uma *existência real* que impacta a vida de seres sociais sob dado contexto sócio-histórico, e sua objetivação não é mera

¹⁰³ Pode-se afirmar que a violência se realiza como *complexo social* (LUKÁCS, 2013), uma vez que pertence às relações humano-sociais e possui uma existência para além da razão pensante. Lukács, “ao realizar uma análise do ser social em seu processo contínuo de socialização”, parte “do pressuposto de que os processos sociais só são compreensíveis como partes do organismo complexo [...] e que a sociedade é composta por *complexos de complexos*” (LARA, 2015, p. 270), em que o “problema decisivo está em como são constituídos estes complexos e como podemos chegar à essência real da sua natureza e da sua função” (LUKÁCS, 2013, p. 539). Os complexos sociais “têm a função social de sistematizar os conhecimentos adquiridos em uma concepção de mundo que termine por fornecer, no limite, uma razão para a existência humana” (LESSA, 2015, p. 97).

abstração. Exige, fundamentalmente, para que seja violência, uma *realização prática* – reconhecida ou não socialmente – capaz de violar, oprimir, constranger, ferir e estabelecer interesses e vontades que se sustentam em ações de indivíduos sociais, situados em uma dada experiência que impõe os critérios por onde tais subjetividades se formam e se desenvolvem (SILVA, 2008).

Nessa direção, Martín-Baró (2012) chama atenção para três *pressupostos da violência*: 1) *possui múltiplas formas de expressão*; 2) *é sempre dinâmica*; 3) *decorre do desenvolvimento histórico da humanidade*. Por se revelar em múltiplas manifestações coletivas e individuais, históricas e psicológicas, objetivas e subjetivas, é um acontecimento “heurístico de excepcional significação”, transforma suas formas e técnicas, razões e convicções de concordância com as configurações e os movimentos da sociedade (IANNI, 2004b). Sobre as expressões da violência, Freitas (2012, p. 3) destaca que

Embora jurídica ou etimologicamente seja possível definir com precisão o que seja violência, sociologicamente, o conceito torna-se complexo pelo fato de quem pratica ou recebe a ação considerada violenta atribuir significado diverso de acordo com o contexto sociocultural dos agentes sociais, podendo, inclusive, o ato ser considerado violento para uns e não violento para outros (FREITAS, 2012, p. 3).

Essa complexidade, nos termos de Freitas (2012, p. 3), implica em não definir a violência como essência, independentemente do contexto em que ela se expressa, “mas como práticas sociais passíveis de serem percebidas e/ou reconhecidas como violentas, ou não”. Nessa perspectiva, a violência é apreendida como um conjunto de práticas e representações, ou seja, como fato e como percepções coletivas sobre esses fatos. Conforme Freitas (2012, p. 3-4),

Violência como *fato* pode ser definida como aqueles eventos que têm sua expressão social percebida de forma objetiva, ou, de acordo com Wieviorka (1989), diz respeito às manifestações tangíveis do fenômeno, como, por exemplo, agressões, homicídios, ameaças físicas e psicológicas, genocídios, discriminações etc., em geral tipificados na forma de lei. Já a violência como *representação* configura-se no campo das percepções, como um predicado aplicado a outros, seja indivíduo, grupos ou classes.

Não se trata de uma separação objetiva, pois prática e representação (forjada por ideologias) compõem o mesmo fenômeno. Contudo, a pretensa separação entre essas qualidades pode ser instrumental e eficaz a determinada ordem. Por outro lado, “nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possuam uma estrutura facilmente identificável”, mas “o ato violento se insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida” (ODALIA, 2004, p. 22-23).

Martín-Baró (2012) chama a atenção para a dificuldade de apreensão da violência e aponta quatro *elementos constitutivos e interdependentes da violência* que contribuem para isso: a sua estrutura formal, o seu aspecto pessoal, o contexto possibilitador e o fundo ideológico. A *estrutura formal* elucida se a violência é instrumental ou um fim em si mesmo e, assim, revela se um ato violento é agressivo ou não (MARTÍN-BARÓ, 2012). Se a violência é instrumento, ela é eficaz a determinados interesses e ocorre por motivações diversas: por falta de alternativas comportamentais, por pressão grupal ou por razões ideológicas que servem a interesses sociais (MARTINS; LACERDA JR., 2014). Aqui novamente recorre-se ao caso protagonizado por Tuíra na audiência com representantes da Eletronorte (ver Capítulo 1). Tuíra encostou a lâmina de um facão no rosto do então presidente da Eletronorte, José Muniz Lopes, como tentativa de adverti-lo das consequências da construção da Hidrelétrica Kararaô, atual Belo Monte. Nesse evento, a ameaça, uma expressão da violência direta, pode ser compreendida como instrumento de resistência e forma de tornar visível o questionamento e a desaprovação para a construção da barragem.

O *aspecto pessoal*, por sua vez, é a singularidade de quem violenta e como isso reflete na ação violenta. Martín-Baró (2012) destaca ainda que é possível eliminar aspectos pessoais por meio de mecanismos que possibilitam a despersonalização do ato violento. Nesses casos, a violência só é enxergada pelo encadeamento de diferentes atos específicos cuja relação não é imediatamente visível, inclusive para quem pratica o ato violento. Como exemplo, destacamos as instituições militares que podem produzir um conjunto de prescrições e normas sociais para o desempenho de certos papéis de forma a anular ou amenizar as características individuais do ato violento. É o que justifica o policial a executar comportamentos violentos sem se sentir ou se enxergar diretamente responsável pela produção do ato violento (MARTÍN-BARÓ, 2012; 1988; MARTINS; LACERDA JR., 2014). Esse aspecto indica a importância da apreensão dos “fundamentos da violência em sua articulação com causas individuais e coletivas, sem que uma independa da outra” (FREITAS, 2012, p. 1).

Já o *contexto possibilitador* é composto tanto pelo ambiente imediato quanto pelas mediações históricas de uma dada situação social que pode contribuir ou não com o desencadeamento e a execução da violência. Em síntese, trata-se do contexto social, o que inclui também valores e normas (formais ou informais) que aceitam ou não a violência. A sociedade capitalista pode ser compreendida como um contexto que possibilita a violência, já que é estruturalmente injusta e violenta (MARTÍN-BARÓ, 2012). Nos termos de Ianni (2004b, p. 169), a violência não só é possibilitada pelo contexto, mas possibilita e revela “o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao social, econômico, político e

cultural, compreendendo o individual e o coletivo, a biografia e a história” e, nessa direção, expõe as *conexões* da subjetividade do mesmo modo que aponta estruturas de dominação e subordinação. Isso ratifica a imbricação entre os elementos que constituem a violência. Essas conexões elucidam, em grande medida, a perspectiva que orienta esta tese, ao passo que se pretende desvelar as mediações entre uma expressão da violência – a violência contra mulheres – e a estrutura social, questiona qualquer perspectiva naturalizante (no sentido de biologizante) ou essencialista desse fenômeno ou que fragmente ou suspenda as relações interpessoais dos movimentos mais amplos (estruturais) da sociedade. Essa perspectiva privilegia a historicidade da violência, ao passo que considera os fatores políticos, econômicos, socioculturais, objetivos e subjetivos como determinantes ou pressupostos da(s) violências(s).

O *fundo ideológico* do ato violento diz respeito aos valores, processos de racionalização e interesses sociais constitutivos do ato violento em uma realidade social configurada por contradições e interesses de classes distintos. Isso significa que certas ações violentas podem ser justificadas de tal forma que podem ser vistas como aceitáveis ou legítimas. Dito de outra forma, a violência, “inclusive aquela violência que é considerada gratuita, remete a uma realidade social configurada por interesses de classe, de onde surgem valores e racionalizações que determinam sua justificação” (MARTÍN-BARÓ, 2012, p. 375). A ideologia precede e forja diversos atos violentos, daí podemos afirmar que a violência não é justificável por si mesma, mas sempre serve a determinados interesses (MARTÍN-BARÓ, 1988). Consideramos que há uma relação intrínseca entre violência e ideologia e que explicar essa relação pode contribuir para a desnaturalização de determinadas formas da violência que marcam o tempo atual e contextos diversos. Partimos da compreensão marxiana de ideologia, a qual a compreende como “uma distorção de conhecimento” (KONDER, 2002, p. 10) que se fundamenta nas relações sociais dominantes estabelecidas como ideias (MARX; ENGLES, 2007). Daí a relação entre *ideologia e alienação*, que, nos termos de Iasi (1999, p. 24), são distintos, mas dependentes entre si.

A alienação não é o mesmo que ideologia e dela se diferencia substancialmente. A alienação que se expressa na primeira forma de consciência é subjetiva, profundamente enraizada como carga afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psíquico. A ideologia agirá sobre esta base e servirá de suas características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, encontra nos indivíduos um suporte para estabelecer-se subjetivamente.

No Brasil, um importante componente ideológico da violência é o *mito da cordialidade* já destacado no capítulo anterior. Conforme aponta Iasi (2014, p. 171),

[...] a violência, aqui [Brasil], não é negada como um componente da realidade (seria um esforço vão), mas enquadrada, como gostaria de analisar lacanianamente Žižek, numa cadeia de significantes que resultam na imagem simbólica de um povo pacífico e ordeiro, cuja própria miséria expressa como samba, a contravenção como malandragem, a escravidão como encontro, o racismo como miscigenação, a antropofagia como um ato violento de amor e respeito para com o outro.

Gonzales (1984, p. 224), ao questionar essa ideia de *cordialidade* e de uma pretensa *democracia racial* brasileira, é sarcástica:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas. Nem parece preto.

Para Iasi (2014), são matizes da violência disfarçados diretamente na forma do racismo, do machismo, da homofobia, da intolerância religiosa, e cotidianamente nos efeitos da exploração capitalista, através das desigualdades de classes.¹⁰⁴ Nesses termos, a violência é entendida como *efeito, expressão, sintoma*. Não numa apreensão da aparência como falsidade ou numa equação mecânica entre conteúdo e forma, sendo o conteúdo a causa e a forma mero efeito: “Como nos ensina Marx, a aparência não é falsidade, mas a forma necessária de expressão de um determinado conteúdo” (IASI, 2014, p. 178).¹⁰⁵ Além disso, “o ato violento não traz em si uma etiqueta de identificação”, e isso pode ser apreendido nos “[...] costumes, tradições, leis explícitas ou implícitas, que encobrem certas práticas violentas normais na vida em sociedade e dificultam compreender de imediato seu caráter” (ODALIA, 2004, p. 23).

Por outro lado, a ideologia também “é um instrumento potencializador de transformações nas relações sociais vigentes na sociedade, através da construção de contrapoderes capazes de pôr em questão a ordem estabelecida” (SILVA, 1992, p. 53). A

¹⁰⁴ “A rotinização da exploração, como definiria Weber, acaba por transformar as posições de poder das classes dominantes em um poder legítimo e sacralizado, de maneira que, nas palavras de Žižek, a violência simbólica social na sua forma mais pura manifesta-se como seu contrário, como a espontaneidade do meio que habitamos, do ar que respiramos” (IASI, 2014, p. 172).

¹⁰⁵ “[...] para Marx o segredo da mercadoria não se encontra nos elementos que a constituem (o valor de uso, o valor de troca e sua substância, o valor), nem mesmo nas determinações do valor como expressão de um *quantum* de trabalho humano abstrato. Surpreendentemente, Marx responde à questão da seguinte forma: ‘de onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma’” (IASI, 2014, p. 179, grifos do original).

autora refere-se à possibilidade de formação de uma contraideologia fundamentada nos interesses dos setores subalternos, como é o caso da insurgência de lutas e resistências antipatriarcais, antirracistas e anticapitalistas, discussão a ser retomada no capítulo 4. Aqui cabe destacar o caráter contraditório das relações sociais que permite emergir fissuras, conflitos, tensões e contradições nesse “estado de coisas”. A resistência a Belo Monte é ilustrativa dessa potência ao passo que representa uma transgressão à ordem estabelecida. Ao mesmo tempo, o aumento da violência do Estado através de diversas medidas indica a forte correlação de forças nesse contexto. Um dos exemplos mais emblemáticos dessa força estatal está no mecanismo jurídico denominado de “Suspensão de Segurança”, recurso legal acionado pelo Governo Federal que “suspende” decisões judiciais até a última instância de julgamento, influenciado por argumentos políticos e não jurídicos. Segundo Villas-Boas e Reis (2015, p. 156), esse mecanismo se fortaleceu logo após o Golpe Militar de 1964 e tem avançado desde então “de maneira absolutamente desmedida em seu poder de retirar qualquer decisão governamental da possibilidade de reavaliação por uma decisão judicial”. Conforme Fonseca e Gonh (2017, p. 76), em Belo Monte

o governo ganha carta branca para agir, por tempo indeterminado, garantindo que, a despeito de decisões judiciais contrárias (como as ações empreendidas pelo Ministério Público Federal do Pará), seus projetos sejam concluídos de maneira irreversível. Esse mecanismo permite aos entes públicos pedir a suspensão de uma decisão judicial contrária sob o argumento de que independentemente de o ato governamental questionado ser ou não legal, há perigo de ‘ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública’.

Diversas violências foram “toleradas” sob o referido argumento e outras se somaram a ela, como o chamado “Interdito Proibitório”, oficialmente um mecanismo processual de defesa utilizado para impedir agressões iminentes que ameaçam a propriedade de outrem – no caso, o canteiro de obras da UHE Belo Monte. Na perspectiva dos movimentos sociais, é uma ferramenta que criminaliza as lutas ao impedir a livre manifestação e a organização junto aos reassentados. É um contrassenso, pois as áreas de mobilização são, em sua maioria, reassentamentos de propriedade da Norte Energia, local de moradia de muitos dos notificados, como é o caso de uma das entrevistadas, Pupunheira, militante do MAB e moradora do Reassentamento Coletivo Urbano (RUC) Jatobá, que ainda está sob responsabilidade da Norte Energia. Com o interdito, Pupunheira fica impedida judicialmente de ir para sua casa, já que está dentro de uma área de domínio da empresa. Logo, podemos aferir a importância de não buscar imediatamente ou se limitar aos fundamentos do fenômeno, “descartando ou

relativizando exatamente a forma como ela se expressa, pois é precisamente nessa forma onde se pode encontrar seu segredo”¹⁰⁶ (IASI, 2014, p. 179). Em outros termos,

Não basta nos perguntarmos quais as determinações mais profundas da violência. De certa forma sabemos bem quais são, mas necessitamos refletir sobre a forma que, no âmbito de sua expressão ideal e simbólica, essas contradições são equacionadas e a função que tal representação ideal assume (IASI, 2014, p. 179).

Para Marx (2007), essa relação apresenta-se na relação entre existência e consciência, a partir do pressuposto de que “não é a consciência que determina o ser social, e sim este que determina a consciência” (IASI, 2014, p. 182). Entretanto, conforme aponta Iasi (2014, p. 182-183) em referência a Marx (2007, p. 267), “a relação entre a existência e a consciência, entre a materialidade do ser e sua expressão ideal, não é uma relação mecânica e muito menos dicotômica na qual de um lado está a objetividade e de outro, a subjetividade”.

Tanto a violência como a representação ideológica da violência produzem efeitos sobre o real. Nesse sentido, temos acordo com Iasi (2014) e Lukács (2013) de que a ideologia não é mero discurso, posto que traz implicações sobre os seres humanos e orienta suas ações numa determinada direção. Abaixo um exemplo dessa possibilidade:

Quando um negro é agredido por ser negro, trata-se de uma violência. Mas um negro que procura se “embranquecer” para ser aceito em uma sociedade branca e racista é uma violência ainda maior, porque é a demonstração de que o racismo e a exploração ganharam raízes na subjetividade, que a dominação externa se internalizou e dirige a ação desse ser humano no sentido de seu apassivamento diante de tal dominação (IASI, 2014, p. 184-185).

O exemplo ilustra a imbricação entre violência e ideologia e demonstra que “a construção ideológica sobre a violência é ela própria uma violência, mesmo e principalmente quando se expressa em seu contrário” (IASI, 2014, p. 184). No entanto, por mais que a violência esteja presente, faça parte da vida concreta dos sujeitos e seja *sintoma* do *modus operandi* das relações sociais, ela é sempre marcada pela *excepcionalidade*, *desvio* ou *negatividade* (MIGUEL, 2015). A dimensão da *excepcionalidade* é reforçada por teóricos dos quais se compartilha de muitas de suas teses, por exemplo, Marx (2013),¹⁰⁷ Ianni (2004b) e

¹⁰⁶ Nesta tese, busca-se tanto elucidar os fundamentos da violência estrutural contra as mulheres como as formas pelas quais ela se expressa e o papel que assume no conjunto das relações sociais. Acredita-se que, no caso dessa violência particular, as determinações não estão tão evidentes assim, apesar do esforço teórico do feminismo em sistematizar a imbricação entre opressão e exploração – tema a ser discutido no item 2.2 deste capítulo.

¹⁰⁷ Em *O Capital*, livro I, Marx (2013) afirma que não basta termos, de um lado, proprietários dos meios de produção e, de outro, seres humanos expropriados, assim como não basta também forçar esses expropriados a vender a única coisa que lhes resta – sua força de trabalho. Ocorre que, com o progresso da “produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências

Silva (2008). Para Ianni (2004b, p. 168), “a violência é um acontecimento *excepcional* que transborda através das várias ciências sociais, revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história”. Mas essa qualidade é relacionada à violência direta. Todavia, a violência não se manifesta apenas nesse tipo de violência, revela-se na violência indireta que inclusive é matéria de todas as outras. Daí não ser possível generalizarmos seu caráter contingente ou excepcional. Questionarmos o caráter contingente, excepcional ou *desviante* da violência não significa naturalizá-la ou essencializá-la, mas reconhecê-la como parte do *modus operandi* dessa sociabilidade e, assim, contribuir para a sua desnaturalização. Ademais, a violência direta também tem se manifestado de forma regular, apesar do desenvolvimento das forças produtivas. Isso indica que, apesar de se constituírem como expressões distintas da violência, a violência direta (subjéctiva) – *o matar* – e a violência indireta (objectiva) – *o morrer por conta* – são indissociáveis, operam na realidade de forma imbricada, conforme destaca Žižek (2014, p. 17-18):

A questão é que as violências subjéctiva e objectiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjéctiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência. É percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objectiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas. A violência objectiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjéctivamente violento. Assim, a violência sistémica é de certo modo algo como a célebre “matéria escura” da física, a contrapartida de uma violência subjéctiva (demasiado) visível. Pode ser invisível, mas é preciso levá-la em consideração se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma explosões “irracionalis” de violência subjéctiva.

Nessa mesma direcção, discordamos das análises que privilegiam a *negatividade* ou o aspecto estritamente negativo da violência, pois, além de obscurecer as contradições presentes nas relações sociais, “é uma operação ideológica por excelência, uma mistificação que colabora para tornar invisíveis as formas fundamentais da violência social” (ŽIŽEK, 2014, p. 161). Destacamos assim a ambivalência em torno do tema que aparece tanto como algo negativo, ao atentar contra a vida e valores normativos, e, ao mesmo tempo, como um fenómeno positivo¹⁰⁸ e desejado (FREITAS, 2003).¹⁰⁹ Conforme aponta Freitas (2003, p. 89),

daquele modo de produção como leis naturais evidentes”. Dessa forma, continua o autor, a violência directa ainda será empregada em carácter excepcional, mas o hábito consolidado, a passagem da subordinação formal para a subordinação real do trabalho ao capital, permite deixar o domínio dos trabalhadores sob “a coacção surda das relações económicas”.

¹⁰⁸ A positividade da violência foi debatida por Foucault (1984), Rifiotis (1997) e Diógenes (1998) para expressar que a violência não diz respeito apenas à destruição, mas possibilita a construção do novo. A violência no debate compreendido pelos referidos autores, além de seus efeitos destrutivos e devastadores, evidencia

A violência é tanto um fenômeno censurado, por princípio, ocupando o espaço do intolerável, quanto é tolerado, quando realizado do que pode ser considerado como legítimo. Deste modo, a violência não pode ser analisada e compreendida sem levar em consideração os pontos sob os quais ela é percebida e engendrada.

Vale retomarmos aqui a violência considerada como *violência revolucionária* ou *emancipatória* utilizada contra o instituído e a ordem estabelecida e a função que a violência dos “de baixo” têm nas mudanças históricas. Nos termos de Iasi (2014, p. 177),

não há um momento da *luta de classes* em que as coisas se dão pacificamente e outro, excepcional, em que a violência é usada [...], a violência não é, de forma alguma, apenas resultado da intencionalidade das forças políticas em luta, e sim expressa em grande medida um elemento que compõe aquilo que Lenin denominava de *condições objetivas*.

A questão é que, ao não representar os interesses das classes dominantes e dos padrões socialmente estabelecidos, essa violência não é considerada socialmente legítima. E não é porque é também resultado do “discurso ideológico que opera uma inversão e produz um ocultamento que vela a compreensão do Real” (IASI, 2014, p. 175). Ao condenar o uso da violência nesses termos, aceita-se a tese defendida por Hannah Arendt da *negação da relação entre política ou poder e violência*. Para Arendt (1994), violência e poder são antagônicos: quando há existência de um, o outro está necessariamente ausente. A política seria a tentativa de evitar que os conflitos se expressem em violência.

A referida autora parece definir a violência como “muda” e a afasta da política, impedindo a apreensão da “dinâmica de politização de diferentes fenômenos sociais que escapam da política tal como institucionalizada em determinado momento” (MIGUEL, 2015, p. 32). Para Iasi (2014), separar o poder ou a política da violência favorece a tese política conservadora estruturante de nosso período que defende o não uso da violência ou esquece a sua positividade. Segundo Iasi (2014, p. 176),

Tal afirmação, a que separa política e força, é pré-moderna, foi Maquiavel que no alvorecer da ordem burguesa, ainda na passagem do século XV para o XVI, negou essa pretensão de defensor da violência como meio único da política, mas uma

demandas sociais de reconhecimento de diferenças, possibilita a formação de redes de sociabilidade e de práticas de sociabilidade.

¹⁰⁹ Para ilustrar essa ambivalência, cita-se o caso ocorrido do massacre de 56 detentos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) em Manaus – no momento da escrita deste capítulo –, considerada a segunda maior rebelião da história do sistema prisional brasileiro, ficando atrás apenas do Massacre do Carandiru, ocorrido em São Paulo em 1992, no qual 111 presos foram assassinados pelas tropas da Polícia. A questão desperta análises e opiniões das mais diversas, sendo a ideia de “bandido bom é bandido morto” aquela que mais encontra adeptos entre as diversas classes.

leitura atenta demonstra que nunca foi esta sua posição; alertava apenas que não era possível separar a força da política, como demonstrava toda a história progressista. A pequena burguesia bradava, seja em 1870 contra a Comuna ou em 1905 na insurreição que serviu de ensaio geral à Revolução Russa, que os trabalhadores não deveriam ter pegado em armas, pois isso deslegitimava a justiça de seus propósitos. Marx e Engels à sua época, assim como Lenin e Trotski na deles, combateram impiedosamente esse tipo servil de pacifismo legalista afirmando a legitimidade da violência revolucionária.

Essa apreensão leva à análise de que separar violência e poder contribui para a despolíticação da violência e uma compreensão idealizada da política sem se levar em consideração as relações de *conflito e violência* presentes na política. Assim, acreditamos que tal separação (entre violência e poder) só é possível de forma expositiva ou didática e precisamente para fins de análise. Violência e poder são fenômenos distintos, mas não antagônicos. Na perspectiva aqui defendida, o poder não implica necessariamente a existência da violência, “pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades” (SAFFIOTI, 2004, p. 113).¹¹⁰ A violência, por sua vez, pressupõe uma relação (desigual, mesmo que pontual) de poder. Logo, no plano das relações individuais e coletivas é mister compreender que

[a] existência social do ser humano não é redutível apenas à sua dimensão racional. Poder criador dos indivíduos em sociedade comporta razão e emoção que, juntos, são responsáveis pelo curso de nossa história, vivida não sem conflitos, divergências de comportamentos, de percepções, ideias e valores (FREITAS, 2012, p. 1).

Assim, podemos dizer que o conflito faz parte da condição humana, “é a partir dele que as relações se estruturam e assumem, sempre, papel transformador no aprimoramento das instituições e da sociedade” (FREITAS, 2012, p. 2). Segundo Simmel apud Freitas (2012, p. 2),

[a] hipótese de uma sociedade fundada em relações harmônicas é nula. Segundo ele, o conflito é síntese de elementos que atuam juntos na forma de sociabilidade entre os indivíduos. Ou seja, a experiência de estar em grupo é a ação contraditória dos agentes em agir *contra outro*, quanto *um para o outro*. Deste modo, o conflito é algo que tanto tem aspectos positivos quanto negativos, no entanto, ambos integrados e fundamentais para a constituição da *unidade do indivíduo* e a *unidade formada pelos indivíduos*.

O conflito existe quando há divergência, incompatibilidade e discordância de opiniões, desejos, valores e/ou necessidades, mas não pressupõe necessariamente uma relação de desigualdade. Nessa perspectiva, o conflito decorre “da própria relação social que se constrói

¹¹⁰ A questão do poder será retomada no capítulo 3 dessa tese, no debate sobre patriarcado e dominação.

com doses necessárias de consenso e dissenso para o seu funcionamento” (FREITAS, 2012, p. 1). Apesar de ser facilmente confundido com violência, ela não significa necessariamente conflito, contudo pode ser uma resposta a ele, pois “a violência é o horizonte final do conflito” (MIGUEL, 2015, p. 34).

Para Lessa (2015, p. 98), na sociedade burguesa, “a violência passa a ser uma mediação indispensável para a própria reprodução social”, ou seja, imprescindível na intervenção nos conflitos. Nos termos do autor,

[t]odo conflito social implica, para seu desdobramento, em uma transformação das relações sociais. Para tanto, no interior dos próprios conflitos, é necessário que as posições sejam justificadas, de tal forma que uma alternativa seja reconhecida como mais válida que a outra. Em sociedades sem classes, estes conflitos podem ser resolvidos sem que se recorra à violência pura. Contudo, nas sociedades de classe, a violência passa a ser uma mediação indispensável para a própria reprodução social (LESSA, 2015, p. 98).

Mesmo quando da ocorrência da violência, o conflito tende a permanecer, posto que isso não implica sua dissolução ou resolução. Para Chauí apud Silva (2003, p. 6),

[t]oda *violência age contra a liberdade*, contra a vontade e contra a espontaneidade do ser violentado, uma vez que brutaliza, coage, constringe e viola sua natureza, tratando seres racionais e sensíveis como objetos a serem manipulados pela intimidação, pelo medo e pelo terror. Isso, sem dúvida, *expressa uma determinada forma de poder* muito embora possa não ser legitimada, em determinadas situações, pela maioria da sociedade.

A afirmação acima leva a apreendermos a violência a partir das relações de conflito e poder; logo presumimos que a política não pode prescindir de ambas, assim como a violência é inseparável da política. Ademais, além do equívoco de considerar conflito e violência como sinônimos, também se incide no erro de considerar crime e violência como unívocos, em que frequentemente a violência é reduzida ao crime.

Entendemos crime como “um conceito de natureza legal que, em si mesmo, significa apenas um ato de transgressão da lei penal, o que assujeita seu autor a penas legais variáveis segundo as sociedades” (PINO, 2007, p. 767). Ou seja, o crime em si mesmo não pressupõe uma relação de linearidade com a violência. Porém, a tendência é forçar essa relação, e isso implica não levar em conta a violência estrutural que aparece naturalizada nas relações sociais. Destarte, nesta tese, caminhamos na direção oposta a essa tendência ao elucidar a violência com necessária e, ao mesmo tempo, produto e forma de ser dessas relações. Nessa direção, partimos da perspectiva de que não há separação entre a exploração capitalista e a dominação patriarcal e racista, e que “as desigualdades sociais particularizadas e

fundamentadas, sob as condições objetivas oferecidas pelo capitalismo (a apropriação privada da produção social), possibilitam a materialização de diferentes formas de violência” (SILVA, 2008, p. 270), conforme será explicitado no próximo item e ao logo desta tese.

2.2 Aproximações à violência estrutural ou sobre o “morrer por conta”

Maria, negra, doméstica, mãe solteira de três crianças. Foi obrigada a sair da casa onde morava porque não conseguia mais pagar as contas de energia, e o aluguel que ficou três vezes mais alto nos últimos meses. Foi morar em um dos “baixões”¹¹¹ da cidade porque ficou inviável morar na mesma região. Os filhos estão sem estudar porque próximo à nova moradia não existe escola e, por isso, teve de sair do emprego, já que não tinha com quem deixar as crianças. Entre tantas dificuldades, descobriu-se com câncer e não faz tratamento por falta de atendimento especializado na cidade. Atualmente, pede esmola na rua com as crianças para sobreviver. O relato, longe de ser uma excepcionalidade, representa o estado normal de coisas (ŽIŽEK, 2014) e pode tanto representar um fato ocorrido em um grande centro urbano como em qualquer rincão desse país.

O caso de Maria, cada vez mais comum em Altamira após a construção da UHE Belo Monte, traz elementos importantes para a análise da violência estrutural. É emblemático, pois articula questões determinantes para a existência dessa violência e expõe a “*normalidade*” e a *impessoalidade* como uma de suas particularidades. O caso de Maria não se relaciona “a vantagens que uma ou outra pessoa busca extrair diretamente dela”, revela-se na “opção impraticável” ou “ausência de opção” (MIGUEL, 2015, p. 33). Diz respeito à forma como a sociedade se organiza, as cidades se organizam, ou seja, como se dá a produção e a reprodução da vida. É *a própria violência como modo de vida*. Esse tipo de violência não só se apresenta nas formas diretas e organizadas de uma violência real, como “se manifesta de um modo indireto, e aparentemente espontâneo, como violência vinculada com o caráter alienante e explorador das relações humanas” (VÁZQUEZ, 2011, p. 380).

Nessa direção, Bozza (2016, p. 3) considera que, apesar da impessoalidade, a violência estrutural se manifesta nos “comportamentos individuais ou institucionais que negam as necessidades humanas reais” – e lembra, resgatando Marx e Engels, que “o desenvolvimento

¹¹¹ Áreas periféricas e alagadiças.

das forças produtivas na sociedade reflete uma manifestação *humana* dirigida à satisfação de necessidades” (BOZZA, 2016, p. 3) tencionada pela constante tentativa de imposição de uma forma desumana, segundo a qual a satisfação da necessidade de alguns poucos depende da negação da satisfação de necessidades de outros (MARX; ENGELS, 2007). Essa *forma desumana* seria, nos termos de Ianni (2004b), uma *fábrica de violência(s)*. Apesar de certo consenso nas abordagens sobre essa violência em relação à *impessoalidade*, dado ser considerada uma *violência indireta (objetiva)*, são distintas as formas de apreensão da sua relação com a estrutura social e suas expressões, que vão desde abordagens estrutural-funcionalistas até as perspectivas que se fundamentam na teoria crítica.

Conforme defende Conti (2016), a definição clássica de violência estrutural foi dada pelo norueguês Johan Galtung em 1969, em artigo que fundaria a área de pesquisa dos estudos da paz (Peace Studies). Para Galtung (1969, p. 171),

Nós nos referiremos ao tipo de violência onde há um agente que comete a violência como violência pessoal ou direta, e a violência onde não há tal ator como violência estrutural ou indireta. Em ambos os casos indivíduos podem ser mortos ou mutilados, atingidos ou machucados em ambos os sentidos dessas palavras, e manipulados por meios de estratégias de cenoura e porrete. Mas, enquanto no primeiro caso essas consequências podem ter sua origem traçada de volta até pessoas e agentes concretos, no segundo caso isso não é mais significativo. Talvez não haja nenhuma pessoa que diretamente cause dano a outra na estrutura. A violência é embutida na estrutura e aparece como desigualdade de poder e consequentemente como *chances desiguais de vida*.

Na análise de Conti (2016) e Galtung (1969), mesmo que reconheçam as desigualdades de poder, a luta de classes não é evidenciada. Ao considerar a violência como embutida na estrutura, vislumbra-se uma pretensa fixação à estrutura, em que a impessoalidade não existe de forma a demonstrar a violência como inerente ao sistema, mas para ocultar hierarquias e privilégios. Tal análise dialoga com a perspectiva estrutural-funcionalista, que supõe uma “sociedade homogênea e estável com normas, padrões e valores dados, eternos, esquecendo a natureza sócio-histórica e a origem de classes das definições sociais” (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 518), que para Coutinho (2010b, p. 16) são “expressões necessárias do pensamento ideológico da burguesia contemporânea, incapaz de aceitar a razão dialética, a dimensão histórica da objetividade, a riqueza humanista da práxis”. Ademais, parece ocorrer uma fragmentação entre a violência direta e a violência indireta (esta última considerada estrutural) de forma a destituir violências diretas da sua relação com a forma como se organiza e se estrutura as relações sociais. Partimos da análise de que não é possível isolar qualquer violência de seu contexto social, logo, são diversas as mediações entre *o matar e morrer por*

conta. Aparentemente é possível pensar em violências de forma isolada, como no caso de um acidente de trânsito na grande São Paulo, um afogamento no Rio Amazonas, o etnocídio indígena no Xingu, o racismo nas redes sociais ou o machismo presente nas instituições militares. Contudo, tais violências, independentemente do seu reconhecimento ou identificação dos sujeitos envolvidos, são forjadas e forjam as relações sociais.

Žižek (2014, p. 25) ressalta que a *violência objetiva* necessita ser abarcada historicamente, pois assumiu nova expressão no capitalismo. A partir da análise de Marx, aponta para o fato de a violência fundamental do capitalismo, “muito mais estranhamento inquietante do que qualquer forma pré-capitalista direta de violência social e ideológica”, a violência sistêmica “não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas ‘más’ intenções, mas é puramente ‘objetiva’, sistêmica, anônima. Isso não significa negar a luta de classes como parece fazer Galtug (1969), mas destacar a cegueira diante da violência sistêmica, “própria às condições sociais do capitalismo global, que implica a criação automática de indivíduos excluídos e dispensáveis (dos sem-teto aos desempregados)” (ŽIŽEK, 2014, p. 26). A violência subjetiva para Žižek (2014, p. 216) seria um modo oposto e complementar da violência objetiva, como os “novos fundamentalismos emergentes de caráter étnico e/ou religioso e, em última instância, racistas”. Apesar do acordo com as definições de violência subjetiva e objetiva, não se percebe essas violências em oposição; por outro lado, defende-se a tese de que a violência subjetiva, manifestada por vezes no sexismo e no racismo são funcionais à violência sistêmica (objetiva).¹¹²

Assim, propomos, na direção de Bozza (2016), não a fragmentação da violência (por mais difícil que seja, já que se expressa de forma fragmentada na realidade), mas a identificação de sua *origem* como uma das possibilidades de sua apreensão. Para o autor, a violência estrutural pode ter como origem:

- a) uma ação humana (individual ou coletiva);
- b) uma atividade institucional privada;
- c) uma atividade institucional estatal; ou
- d) a distância entre as potencialidades de vida do homem e as suas atuais condições de vida, que são determinadas pela contradição entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas (que produzem necessidades mais sofisticadas e prementes) e as relações sociais de produção (especialmente sobre a propriedade) existentes na sociedade.

¹¹² Nesta tese não se diferencia *violência estrutural* de *violência sistêmica*. Quando as terminologias são empregadas, elas se referem ao mesmo fenômeno.

Em sua análise, nas hipóteses a) e b) pode-se reconhecer uma *violência contingente/subjetiva*, e nas hipóteses c) e d) pode-se falar de *violência estrutural*. Entretanto, diz que “não há dúvida de que a violência contingente é determinada por variáveis da violência estrutural. Quanto maior a violência estrutural, maior será a violência contingente”. Bozza (2016) reconhece os riscos de qualquer possibilidade de limitar e/ou fragmentar a violência, ao passo que considera essa análise como uma classificação didática e, por isso, pode apresentar limites nas eventuais omissões em relação à complexidade do fenômeno. Ainda assim, arrisca em dizer que, se tais hipóteses possuem coerência com a realidade, é possível afirmar que a *injustiça social corresponde à violência estrutural*.

Outra questão importante a considerar é a tentativa de isolar e medir a violência estrutural. No caso de Galtug (1969), ele encontra na comparação entre diferentes expectativas de vida da sociedade, conforme a posição social (*status social*), o caminho para aferir a ocorrência ou não desse tipo de violência. Em outra direção, parte-se do pressuposto de que qualquer tentativa de medir a violência estrutural pode limitá-la. Ao mesmo tempo, a sua pretensa quantificação não pode ser condição para comprovar a sua existência. A violência estrutural nesses termos só pode ser identificada se se articula seus condicionantes à apreensão dos determinantes e contradições presentes na própria sociedade. A comparação entre expectativas de vida pode ilustrar desigualdades, mas elas não indicam por si só a sua medida ou existência. Tavares dos Santos (2009), ao referir-se à violência estrutural, também destaca como indicadores de análise as desigualdades de condições de vida em termos de saúde, habitação, trabalho, educação, relações de sociabilidade, segurança, informação-conhecimento e participação política. Esse tipo de violência, segundo o autor, “adquire contornos disseminados por toda a sociedade, verificado na sua multiplicidade de formas, inclusive na sua microfísica” (SILVA, 2010, p. 397).

É fato que a violência estrutural implica desigualdades de oportunidades nessas diversas áreas, mas as suas expressões não se limitam a elas, posto que, conforme assevera Martín-Baró (2003), a violência estrutural se reproduz em vários momentos do fazer humano e pode se reproduzir em qualquer relação, inclusive nas interpessoais, independentemente de se tratar de atos agressivos ou da coerção, e independentemente de onde aconteça, mesmo que em grande parte não faça uso da força física ou se manifeste de forma direta. Para a tese aqui defendida, esse é um dos argumentos que permite considerar a violência contra as mulheres em suas várias manifestações como uma violência estrutural.

A violência estrutural é aqui compreendida além dos seus fundamentos pela função que possui na produção e reprodução da vida contemporânea. Conforme destaca Fontes

(2010b, p. 41), “o conceito de modo de produção não se limita à atividade econômica imediata, mas remete à produção da totalidade da vida social, ou ao modo de existência”. Relaciona-se a fatores objetivos concretos, tal como o advento da sociedade de classes e a fatores que dizem respeito à conformação das subjetividades, a moral e a cultura. “A materialidade crucial que está em questão não é a das coisas, mas a dos seres sociais concretos, imersos na historicidade que os constitui” (FONTES, 2010b, p. 41).

Assim, não é possível fragmentarmos a violência *contingente/subjetiva* ou *estrutural/objetiva* nas relações sociais. Afinal, o ser social é, ao mesmo tempo, subjetividade-objetividade, indivíduo-classe (SILVA, 2003). Daí ser importante levarmos em consideração que “[...] a *dinâmica da violência* contempla, ao mesmo tempo, as *esferas individual e coletiva*, envolvendo pessoas, grupos e classes sociais” e é empregada “*com objetivos distintos*, desde meros desejos pessoais, passando por interesses de grupos criminosos/terroristas, chegando até a ação oficial coordenada pelo Estado (sendo ela legítima ou não)” (SILVA, 2003, p. 6). Nessa mesma direção, assevera Ros (2011, p. 8) que

É preciso entender que, se o capital é um sujeito abstrato e invisível, a forma como subordina e violenta a sociedade só poderá ser percebida em seus efeitos, os quais se fazem presentes tanto em aspectos mais gerais, como na política, na economia e na cultura, quanto nas relações particulares dos sujeitos em sua vida cotidiana. Fazem-se sentir tanto na universalidade, quanto na singularidade das relações sociais e por isso não podem ser analisados isoladamente, mas somente em relação à estrutura em que se inserem. Portanto, não é possível, mesmo que em recortes pontuais, dissociar qualquer forma de violência da estrutura em que ela está inserida, ou seja, do espaço e das condições sócio-históricas em que ela se produz e reproduz.

Daí ser importante elucidarmos o sentido do uso e a aplicação do termo “violência estrutural”, pois pode se tratar de uma forma ou tipo entre tantos de manifestação da violência (como é comumente percebida), ou referir-se aos efeitos do modo pelo qual se organiza a sociedade. Para Miguel (2015), não se trata de ver apenas Estado e mercado gerando violência, mas é necessário entender a violência estrutural como uma *violência em si mesma*, na medida em que se refere às formas de restrições diversas, impedimentos de ação e acesso a bens e espaços, por meio de distintas coerções ou da sua ameaça, e apesar de os seus efeitos não serem espetaculares (dada a naturalização já referida anteriormente), são “certamente mais disseminados, profundos e duradouros” (MIGUEL, 2015, p. 33).

Na análise aqui empreendida, por mais contraditório que pareça (afinal, empreende-se todo um esforço no sentido de alcançar teórica e empiricamente aproximações com o tema), questionamos o potencial (teórico e empírico) da classificação da violência estrutural como uma violência em si. Por outro lado, compreendemos que essa suspensão, do ponto de vista

epistemológico, apesar dos riscos da antecipação e dos limites em torno das tipologias, pode contribuir para “tirar o véu” de determinadas práticas naturalizadas e reprodutoras das estruturas de dominação. Assim, apesar da importância do seu reconhecimento e desmistificação como violência, acreditamos que é possível analisá-la pela apreensão teórica dos determinantes da vida social, já que a compreende como parte indissociável do modo de vida da sociedade burguesa. Esse modo de vida produz relações de desigualdades e constrangimentos diversos atravessados por antagonismos solidificados ao longo de uma história não apenas capitalista, mas racista, patriarcal, que estrutura e é estruturada pela violência.

Fontes (2010b, p. 40), a partir da análise da obra marxiana, afirma que “compreender histórica e logicamente o capitalismo exige não perder jamais de vista a base da vida real, o conjunto das atividades que asseguram a reprodução da existência, objetiva e subjetivamente”. Longe de limitar-se a uma análise economicista da vida, a produção material da vida social, nessa perspectiva, refere-se “ao solo concreto no qual se enraízam as mais diversificadas práticas”, ou seja,

a um conjunto de *relações sociais* dominantes, nas quais se embebem todas as cores e que marcam, objetiva e subjetivamente, o conjunto dos seres sociais para os quais tais práticas, muitas vezes, *aparecem* como se fossem naturais ou como se derivassem das coisas (FONTES, 2010b, p. 40).

Isso torna a violência institucionalizada. Porém, essa naturalização e institucionalização da violência “só pode ser compreendida quando se compreende que ela é uma condição de estruturas sociais, que passam a reproduzi-la como um fenômeno aparentemente natural” (ODALIA, 2004, p. 31), e como tal “pode ou não estar presente nessas relações”. Daí não se pode analisá-la “nem como um ato de vontade do homem, nem como uma imposição da natureza do homem”, posto ser resultado de condições históricas determinadas (ODALIA, 2004, p. 32).

Do ponto de vista empírico, é possível uma aproximação às expressões da violência estrutural a partir da análise de dimensões que a conformam na vida concreta dos sujeitos: o social, político, o econômico, a cultura, a subjetividade. Por exemplo, na economia, revela-se no desemprego estrutural, exploração do trabalho, pagamento de tributos; no social, no acesso (ou não acesso) aos direitos sociais e bens essenciais; na política, através da não participação nos espaços de poder e decisão, na exposição aos conflitos sociais, no não ou nas dificuldades de acesso à justiça; na cultura, no etnocídio de algumas culturas ou discriminação e intolerância identitária; na subjetividade, a partir dos dados de violência direta, desproteção e

inseguranças diversas. Cabe dizer que essas dimensões não atuam sozinhas ou apresentam-se de forma isolada na realidade social.

A conjuntura também é importante para análise e pode contribuir para o recrudescimento ou diminuição da violência. Como exemplo, podemos citar medidas que impactam diretamente nos níveis de pobreza, geram retrocessos nos direitos sociais e acesso a bens essenciais e contribuem para o crescimento da violência direta. Afinal, a violência estrutural não se expressa isoladamente, pode impulsionar a violência direta/subjectiva, bem como aprofundar a violência política e simbólica.

Isso posto, mais relevante do que considerar a violência estrutural como uma violência em si mesma é desvendar suas raízes e expressões. Afinal, a desnaturalização da violência estrutural implica um processo de questionamento as relações sociais historicamente determinadas. A tarefa é complexa, pois essa violência se reveste de um caráter não violento e induz a sua apreensão como sendo um estado natural das coisas, e “[...] é difícil provar que uma estrutura social pretende causar dano a alguém, em geral, a pretensão primária e objetiva das estruturas sociais é beneficiar alguém” (MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 75, tradução nossa). É, pois, esse estado “natural” das coisas que atribui sentido ao “*morrer por conta*”: morre-se por conta de algo que não se explica imediatamente, por algo oculto, que de tão velado apresenta-se como natural. Martín-Baró (2003) descreve essa condição como “justificação” para explicar o conteúdo que é dado a um ato e que o faz ser aceito, em uma determinada sociedade, sem que seja interpretado como violência ou ainda que o justifique. Para Vázquez (2011, p. 388), “perde-se de vista que essa violência, que aparece claramente na superfície dos fatos e é vivida diretamente, é a expressão de uma violência mais profunda: a exploração do homem pelo homem”. Daí podemos defini-la como um

[...] tipo de violência contra a população majoritária que está incorporada na ordem social, que é mantida pelas instituições sociais e que é justificada e ainda legalizada na ordem normativa do regime imperante. A exploração de trabalhadores, a repressão de seus esforços organizativos, o impedimento à satisfação de suas necessidades básicas, tudo isso é parte do funcionamento normal das estruturas sociais. Trata-se de uma situação em que a violência contra as pessoas está incorporada à natureza da ordem social, uma ‘desordem organizada’ (MARTÍN-BARÓ, 2012, p. 375).

Nessa direção, a violência estrutural da maneira como a compreendemos é reveladora de estruturas de dominação, e surge como expressão de contradições entre os que querem manter privilégios e os que se rebelam contra a exploração-opressão (MINAYO; SOUZA, 1998). Na sociedade capitalista, resulta e serve à mercadorização da vida e da natureza pelo sistema do capital e deve ser analisada pela cisão entre a economia e as *demais dimensões da*

realidade social. Isso se torna imprescindível ao passo que “possibilita compreender o modo como o desenraizamento da economia gesta uma sociedade de mercado, que dissolve ou subordina as demais formas de sociabilidade à sua lógica” (MARIUTTI, 2014, p. 7-8). Nos termos de Mariutti (2014, p. 8),

Essa diferenciação representa, *em parte*, uma separação entre o “momento” da coerção e o “momento” da apropriação, mas que se *integram* na reprodução da sociedade capitalista. A separação entre os meios de produção e o trabalho – que *pressupõe* a eficácia das formas jurídicas, ideológicas e dos demais aparelhos de repressão – geram a coação imediata sobre o trabalhador e, simultaneamente, mistificam essa expropriação.

A extração do mais-valor, através do trabalho livre, é a forma concreta da existência do capital, “e sua recorrente subalternização através do suposto pagamento pelo trabalho [...] obscurece o sobretrabalho acaparado pelo capital sob a forma do mais-valor”. Isso resulta no ocultamento dessa relação sob “uma aparência puramente econômica, coisificada e quantificada abstratamente, fazendo com que as taxas de exploração sejam travestidas de lucratividade” (FONTES, 2010b, p. 22). Para Fontes (2010b, p. 23), “a expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista”. Entende-se assim, nos termos de Ros (2011, p. 8), “que a violência estrutural permeia as relações sociais estabelecidas pelo sistema capitalista, sendo intrínseca a esse modo de organização social”.

Nessa sociabilidade, além da exploração – dominação de uma classe social sobre outra a partir da apropriação do mais-valor ou do trabalho não pago – que lhe é própria, outras violências anteriores se expressam sob novas configurações. Reatualizam-se e agudizam-se formas específicas de outras determinações sociais, por exemplo, o sexismo, que remete às sociabilidades patriarcais, e o escravismo, que desde a antiguidade se recompõe ao longo da história, mesmo que não fossem assim consideradas. Aqui se chama a atenção para a indissociabilidade entre *capitalismo*, *patriarcado* e *racismo*. Esses sistemas não funcionam separados, nem se articulam pela simples reprodução da cultura. Possuem base material na imbricação entre exploração/opressão. A consubstancialidade entre essas estruturas caracteriza o atual modelo societário e conseqüentemente fundamenta a violência estrutural que deriva dele. É necessário destacarmos que, apesar de suas raízes fortes e espalhadas em todo o tecido social, essas estruturas não passam sem constrangimentos e tensionamentos oriundos das *resistências* e *lutas antissistêmicas*.

Não obstante, esses constrangimentos “se evidenciam principalmente em relação às formas diretas e imediatas da violência [...] que, por seu caráter direto e imediato, podem ser vividas e compreendidas diretamente como tais” (VÁZQUEZ, 2011, p. 388). Vázquez (2011)

acredita que isso ocorra pela não apreensão das raízes objetivas, econômico-sociais da violência, a qual deixa “aberto o caminho para que a atenção se centre na própria violência, e não no sistema que a engendra necessariamente”. Ainda segundo o autor,

O esquecimento dos fatores objetivos da violência faz com que a atenção se concentre, principalmente, nas situações opressivas extremas, nas quais a violência aparece de forma direta e imediata, relegando a um segundo plano aquelas em que esta última toma formas mais sutis e indiretas. Mas o fundamento de uma e de outra – e da violência extrema e direta em um país colonial ou dependente, e o da violência calada, oculta e surda que se exerce sobre a classe operária de um país capitalista desenvolvido – é o mesmo.

Pretendemos contribuir para a desmistificação e explicitação desse processo, na medida em que se tem como objeto de análise as *expressões da violência estrutural contra mulheres* por meios da *expropriação, exploração e opressão* – consideradas legítimas e muitas vezes naturalizadas pelas formas jurídicas, mecanismos ideológicos, morais e de repressão que invisibilizam e conformam via de regra a cultura da violência, que exacerba, produz e reproduz formas e técnicas de violência (afinal, essa produção é também lucrativa) nessa sociabilidade. Conforme aponta Miguel (2015, p. 33),

A violência estrutural é camuflada por sua conformidade às regras; é naturalizada por sua presença permanente na tessitura das relações sócias; é invisibilizada porque, ao contrário da violência aberta, *não aparece como uma ruptura da normalidade*. Em particular, a violência estrutural tem beneficiários, mas não tem necessariamente perpetradores particularizáveis.

A apreensão da ideologia nessa forma social, como já explicitado, é central para a apreensão da violência estrutural, afinal configura-se como “um complexo social fundamental: sem ela, nem o desenvolvimento dos conflitos nem a utilização da violência poderiam ocorrer” (LESSA, 2015, p. 98). Daí é possível afirmar que a forma como a violência estrutural é apreendida não é neutra e, mais que valor de uso (prática direta), é veículo portador de valor de troca, “que esconde em seu corpo aparente a substância do valor, dos interesses de classe que expressam” (IASI, 2014, p. 185). Conforme já explicitado também neste texto, a ideologia não é mera exposição de ideias, posto que opera efeitos diretos e materiais sobre a realidade.

Na violência estrutural, a ideologia age de forma a naturalizá-la e, assim, invisibilizá-la a partir de critérios historicamente determinados e produzidos e reproduzidos pelas estruturas de exploração e opressões presentes na sociedade. Diferentemente de algumas expressões da violência subjetiva/direta, “aquela que é reconhecida socialmente, de forma

imediate como tal”, a *violência estrutural/objetiva/sistêmica* – ligada às formas de exploração e opressão vigentes –, “é deixada de lado e não é marcada como um *desvio* em relação às maneiras consideradas aceitáveis do *modus operandi* nesta sociabilidade. Seus efeitos, contudo, são tão claros quanto os da violência aberta” (MIGUEL, 2015, p. 32). Para Ros (2011, p. 8), na contemporaneidade, a violência estrutural, apesar de pretender “se impor como imutável e inerente à essência humana escamoteando e mistificando os processos sócio-históricos de constituição das relações sociais”, se potencializa ao se naturalizar, como a própria sociedade capitalista.

2.2.1 Elementos sobre a violência estrutural no contexto de Belo Monte

Não tendo sido incorporado aos benefícios da obra, o nativo padrão vê o seu modo de vida destruído, agora que a usina entrou na fase de produção. O futuro não chegou para ele. O passado virou miragem, fantasia, o leite derramado.

(PINTO, 2017)¹¹³

Foi destaque na mídia nacional e é repertório usual no cotidiano da cidade a ideia da “explosão de violência” em Altamira nos últimos anos, que coincide com o início das obras de Belo Monte. O discurso do aumento da violência também tem ressonância nos dados do Atlas da Violência de 2017, em que Altamira aparece como a cidade com maior taxa de homicídios do país, 107 homicídios por 100 mil habitantes; e do Datasus, que em 2015 registrou 135 homicídios no município, resultando em uma média de 124 mortes por 100 mil habitantes. Para efeito de comparação, a taxa é 37% maior que Honduras, país com maior taxa de homicídios do mundo, dados da Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, essa média não chega a um quarto disso: 29 por 100 mil.¹¹⁴ Os dados expostos assustam pelo crescimento, afinal, indicam “um vigoroso crescimento da violência, que atinge a população nos cinco municípios diretamente afetados pelo projeto em dimensões proporcionalmente muito maiores do que acontece em outras sub-regiões do Estado do Pará” (REIS; SOUZA, 2016, p. 226). Vale retornarmos ao capítulo anterior quando se registrou a concentração de

¹¹³ Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2017/03/04/altamira-violencia-recorde/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/565448-apos-belo-monte-altamira-pa-supera-taxa-de-homicidios-de-pais-mais-violento-do-mundo>. Acesso em: 15 out. 2017.

peças no início das obras e as intervenções empreendidas na região para a realização de Belo Monte. Para os pesquisadores do IPEA,

A forma e a velocidade como o crescimento econômico afeta o território é outro aspecto relevante. Por exemplo, um crescimento rápido e desordenado das cidades (como aconteceu em Altamira, no rastro da construção da Usina de Belo Monte) pode ter sérias implicações sobre o nível de criminalidade local.

Não se vislumbra crescimento econômico no território; diferentemente disso, aponta-se para o aumento e agravamento das desigualdades na região, como destaca Jasmim, uma de nossas entrevistadas, ao falar do desemprego após o *boom* das obras, e a precariedade dos serviços públicos:

Tem muita gente que não tá fechando as portas das lojas, do estabelecimento, porque eles próprios estão indo trabalhar pra não pagar ninguém pra trabalhar, né, porque tem que ter seguro da pessoa, décimo, médico e tudo né. Eles mesmo estão indo trabalhar. Falta de emprego. Médico também, assim, postinho de saúde, hospital, tá muito precário. E o único hospital de verdade que tem aqui é o Regional, né, da Transamazônica. Tem muitos daqui da região vizinha, tudinho, eles têm que vim pra cá. Às vezes aqui não tem leito. Às vezes a pessoa morre por causa disso (JASMIM, entrevista, 2017).

Conforme destacam Reis e Souza (2016, p. 227), os municípios da região de Belo Monte “tiveram sua estrutura social, econômica e ambiental profundamente alterada com a chegada das empreiteiras encarregadas da construção e a migração de grandes contingentes de pessoas oriundas de todas as partes do Brasil”. Ademais, sabemos que a violência na região, como destacamos, não tem origem com o início das obras de Belo Monte, a lógica de desenvolvimento em curso na região há anos vem desencadeando processos violentos. Todavia, o que chama a atenção com a chegada da UHE Belo Monte é o aumento dos registros da violência aberta, direta, a violência visível. O crescimento dos registros de violência nas instituições de segurança pública e de saúde de Altamira, contudo, não indica, sem mediações, que a violência tenha aumentado na região com a chegada de Belo Monte, podendo figurar mera coincidência. No entanto, quando comparamos os dados mais recentes aos dados da violência antes do anúncio das obras, a possibilidade de coincidência perde força argumentativa. Isso porque no ano 2000 Altamira registrou oito homicídios e uma média de 9,1 mortes por 100 mil habitantes. Em 2009 – período de solicitação pela Eletrobrás da licença prévia de Belo Monte –, a taxa já era de 50,6 mortes por 100 mil pessoas. Seis anos

depois, essa média saltou 147%.¹¹⁵ Relacionamos à violência as relações sociais e aos processos históricos e econômicos. Nessa direção, não é possível tratar a violência no contexto de Belo Monte como uma externalidade ou como ocasional.

Outro indicador importante diz respeito à educação: segundo o Dossiê Belo Monte “as taxas de reprovação escolar nos cinco municípios na AID cresceram 40,5% no ensino fundamental, entre 2011 e 2013, e 73,5% no ensino médio entre 2010 e 2013”. Na mesma direção, “As taxas de abandono também vêm aumentando. Em Altamira, houve 57% de aumento, de 2011 para 2013, no ensino fundamental e, na AID, a taxa cresceu em 7,7%, entre 2010 e 2013, para o ensino médio, de acordo com dados do Inep” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015, p. 28). Ainda de acordo com o Dossiê, os relatos de professores que atuam nas redes públicas de ensino e lideranças do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (Sintepp), seção de Altamira, apontam dificuldades relacionadas ao “fluxo irregular de alunos, que chegavam e partiam conforme o cronograma da obra, apresentando diferentes níveis de aprendizado”, além de “um grande número de adolescentes vem trocando a escola pelos canteiros de obras da usina” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015, p. 28). A avaliação do Dossiê Belo Monte é de que a essas questões somam-se outras relacionadas ao aumento da demanda e infraestruturas das escolas. O corpo docente tornou-se insuficiente para a quantidade de alunos, e as reformas e construções das escolas – parte dos condicionantes da barragem – sem planejamento “impactou a dinâmica educacional, refletindo-se em uma queda no Ideb indicador que, desde 2011, vem apresentando tendência de piora” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015, p. 28).

Os dados também indicam o significativo crescimento de mortes no trânsito por 100 mil habitantes em Altamira: de 7,9 em 2007 passaram para 22,5 em 2013 – um aumento de 184,8%, confirmando um nítido crescimento após 2010: de 9,7 chega-se a 22,5. Não obstante, os registros de violência, se destituídos de uma análise contextualizada reforçam a tendência da fragmentação entre as expressões da violência de forma a desvincular a violência direta da sua relação com as relações sociais e demonstram o quanto a ênfase na violência aberta/direta pode dificultar a percepção de outras expressões da violência ou de sua totalidade. Assim, partimos da compreensão de que a violência em Altamira não surge com a obra. A obra é *gatilho*, é condicionante da violência e atua como contexto possibilitador da violência que se

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/565448-apos-belo-monte-altamira-pa-supera-taxa-de-homicidios-de-pais-mais-violento-do-mundo>. Acesso em: 15 out. 2017.

articula a outros condicionantes e tem determinações mais amplas. Para Reis e Souza (2016, p. 216),

Os dados disponíveis mostram que o mesmo conjunto básico de interesses e, essencialmente, os mesmos pressupostos de mercantilização dos recursos naturais que historicamente nortearam a implantação de projetos na Amazônia repetem-se na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), principalmente quanto ao impacto produzido sobre a questão da violência e da criminalidade.

Nesse contexto, os efeitos da violência se exponenciam na medida em que repercutem especialmente na violência direta ou subjetiva, como pode ser apreendido na narrativa de Castanheira: “a rotina da cidade hoje é de medo. Todos aqui dizem que perderam a paz. Hoje é assalto em todo canto, mortes. Virou um verdadeiro campo de guerra civil, não só violência física, mas da ausência de direitos das pessoas”.

Porém, a violência também se expressa no adoecimento coletivo, no isolamento social, no desemprego, na desproteção e outros tantos prejuízos à população. De acordo com Oliveira (2017), a violência em Altamira é uma soma de duas equações: o grande aumento populacional em curto período de tempo e a falta de uma preparação do território e das políticas públicas para atender às novas demandas que surgem com a obra.¹¹⁶ Castanheira, Jucá e Buritizeira destacam as mudanças que datam da construção de Belo Monte:

Em Altamira, não há mais um espaço de lazer para jovens. Antes, tinha a beira do rio, que não era poluído, para as pessoas tomarem banho. Pessoas foram transferidas de suas margens aos novos assentamentos, e lá não tem nada. É uma desgraça, não tem outra palavra. Altamira tinha problemas de segurança, sim, mas não da forma gigante como chegou (CASTANHEIRA, entrevista, 2017).

Olha, tem gente que fala assim: “Altamira tá linda!” Eu pergunto o quê que tá lindo? Se você vai na orla tá tudo destruído, continua poluída e ainda abriu mais ainda a poluição, porque abriram o rio, fecharam de um lado, expulsaram o povo do outro, que diz que poluía o rio e depois eles jogam tudo aqui. Como que você pode dizer que está bonito se hoje não existe mais praia? Antigamente no verão a gente ia pra praia na sexta-feira e voltava no domingo. Não existe mais. Era o único lazer que tinha nessa região. Como é que tá lindo? Como que tá lindo se hoje eu passo, atravesso a rua e minha amiga é acidentada, meu vizinho, senhores não podem mais andar na rua (JUCÁ, entrevista, 2017).

A violência aumenta. O povo fica doido por causa de dinheiro. É que o povo pensa, quando tem uma obra na cidade, tudo aumenta, tudo fica mais caro. Pensa que todo mundo tá rico. Mas não é verdade isso. O custo de vida... fica mais perigosa a cidade. Esses são mais os pontos negativo de uma obra quando vai pra uma pequena cidade, né, uma cidade pequena (BURITIZEIRA, entrevista, 2017).

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/565448-apos-belo-monte-altamira-pa-supera-taxa-de-homicidios-de-pais-mais-violento-do-mundo>. Acesso em: 25 nov. 2017.

As falas evidenciam as alterações ocorridas no cotidiano da cidade e no modo de vida local e explicitam as diversas dimensões (materiais e subjetivas) que medeiam a violência estrutural para além do aumento dos dados da violência na região. Afinal, a violência direta é apenas a expressão mais visível da violência que estrutura e é estruturante das relações na região. Cabe destacar também a policialização do debate da violência, o que parece dificultar a apreensão dos seus fundamentos e consequentemente suas expressões – além de implicar a individualização do fenômeno, a responsabilização pessoal, o julgamento moral de comportamentos e condutas e, por conseguinte, a criminalização da pobreza.

Figura 6 – Audiência Pública sobre Segurança Pública em Altamira



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A segurança pública não foi uma preocupação presente no processo de construção de Belo Monte, inclusive o Projeto Básico Ambiental não previa investimentos para esse fim na área de influência da usina. De acordo com a Norte Energia, apesar de não ser considerada no início das obras, foi firmado um convênio com o governo estadual, e investiu R\$ 110 milhões nos cinco municípios da área de influência direta de Belo Monte. No caso de Altamira, os recursos serviram para compra de um helicóptero, implantação de um sistema de videomonitoramento e reforma das sedes das polícias Civil e Militar e do prédio do Instituto Médico Legal.

A desproteção do Estado ou, como destaca Brum (2015), a perversão de viver numa democracia formal, mas submetido a forças acima da Lei, é também violência. Para Brum (2015), não reconhecer a violência sofrida pelos atingidos por Belo Monte “inflige a suas vítimas uma dor ainda maior, e uma sensação de irrealidade que as violenta uma segunda vez. É a experiência de viver não fora da lei, mas sem lei, que escava a existência”,¹¹⁷ como ocorreu com João, que perdeu muito mais que um lugar para morar e produzir: perdeu-se. Nas palavras de João: “Perdi tudo. Ficava só espumando. E o nervo travou tudo. Travar de não poder andar. Hoje eu ando um pouco, mas minhas pernas doem, e incham. Minha senhora, não é fácil, ter tanta raiva que trava o corpo”.¹¹⁸ É o que diz a epígrafe de Flávio Pinto (2017) no início deste subitem: sobre o não ser que resulta da destruição de modos de vida (como destacou Jucá) ou o futuro prometido que não chegou. É o *morrer por conta* ou a *violência estrutural*.

2.3 A violência como condição: apreensão a partir do sistema patriarcal-racista-capitalista

No item anterior, foi possível uma aproximação com o papel que a violência assume no capitalismo a partir da manifestação da violência estrutural. Não é novidade que o modo de produção capitalista atinge ao máximo “a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano” (SAFFIOTI, 2013, p. 53), e para tal, encontra na violência uma tática indispensável que garante a sua manutenção. Conforme destaca Harvey (2004, p. 111), “o capitalismo internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas” e é “constantemente difícil determinar, dentro do emaranhado de violência política e disputas de poder, as duras leis do processo econômico”. Marx (2013, p. 262) elucida esse processo ao apreender os pressupostos da relação capital-trabalho:

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência [...]. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a

¹¹⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html. Acesso em: 15 nov. 2016.

¹¹⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html. Acesso em: 15 nov. 2016.

produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho.

Esse modo de produção tem na acumulação o seu motor por meio da produção de mais-valor via exploração do trabalho, e engendra relações sociais mediadas por mercadorias, em que as necessidades humanas são substituídas pela produção de “coisas” alheias a elas. A saturação empírica da *mercadoria* como categoria, “além de fazer-se acompanhar por uma divisão social do trabalho extremamente desenvolvida, marca o divórcio entre o valor de uso e o valor de troca dos produtos do trabalho” (SAFFIOTI, 2013, p. 53). Isso ocorre porque o *valor de troca* passa a presidir o processo social da produção, determinando, inclusive, a própria força de trabalho. Saffioti (2013, p. 57-58), ao referir-se à constituição do capitalismo, fundamentada em Marx, revela as condições para a oferta de força de trabalho, segundo a qual

A elevação da produtividade do trabalho (alteração da relação trabalho necessário-trabalho excedente, aumentando-se este último) exige, ao lado do desenvolvimento da tecnologia, a igualdade jurídica entre os homens. A determinação da força de trabalho enquanto mercadoria pressupõe a condição de homem livre de seu proprietário; mas, de outro lado, pressupõe também a ilusão de que essa liberdade extravasa os quadros de troca de capacidades e de produtos, determinados ambos, capacidades e produtos, enquanto mercadorias.

Dada essas condições, a análise de Marx revela ainda que a força de trabalho (capital variável) – *mercadoria* – não é remunerada pelo que produz, “mas pelo cálculo social de suas necessidades de reprodução como tal, que variam historicamente com o desenvolvimento das forças produtivas, das necessidades sociais e da luta de classes” e, diga-se, não acompanham o que as forças de trabalho transferiram e acrescentaram de valor ao produto final (BEHRING, 2010, p. 17). Essa força de trabalho produzirá sempre trabalho necessário (que se refere às necessidades de sua reprodução sob a forma de salário) e trabalho excedente (mais-valor).

Entretanto, esse mais-valor não é explícito, assim como não o é a relação que medeia esse processo, qual seja a de que, nessa forma social, todos/as são compradores/as e vendedores/as de mercadorias. Como já explicitado no item anterior, a extração do mais-valor é a forma concreta da existência do capital e o suposto pagamento pelo trabalho obscurece o sobretrabalho. Isso resulta no ocultamento da exploração sob “uma aparência puramente econômica, coisificada e quantificada abstratamente, fazendo com que as taxas de exploração sejam travestidas de lucratividade” (FONTES, 2010b, p. 22). Cabe ainda destacar que,

Embora o lucro de cada movimento singular do capital decorra da exploração do trabalhador livre pelo proprietário (de meios de produção e/ou de recursos sociais de produção), *a conversão de dinheiro em capital envolve toda a vida social* numa complexa relação que repousa sobre a produção generalizada e caótica de trabalhadores cada vez mais “livres”, expropriados de todos os freios à sua subordinação mercantil. Somente em presença dessas condições sociais o processo produtor de mercadorias, no qual reside a extração do mais-valor, pode se realizar. É por obscurecer, por velar tal base social, que a produção capitalista, ou o momento da atividade produtiva de valorização do capital se apresenta como meramente “econômico”, apesar de envolver toda a existência social (FONTES, 2010b, p. 42).

Assim, é possível afirmar que a *mercadoria* não se refere a um objeto em si, mas é a forma pela qual os sujeitos estabelecem relações sociais no capitalismo. Nessa direção, podemos afirmar que o capitalismo não é apenas um padrão de produção (e a violência tampouco apenas uma tática que o serve). O capitalismo trata-se de um amplo, complexo e expansivo processo histórico-social e político-econômico – amplo e expansivo tanto pelas alterações que gera em outros modos de produção e civilizações como pela “vocação de produzir e reproduzir, criar e recriar, inovar e substituir, engendrar e destruir” (IANNI, 2004b, p. 144). Ianni (2004b) explica essa vocação a partir do conceito de “destruição criativa”, em que a criação e a inovação dar-se-ão pela troca do capital constante instalado por outro e novo capital constante e, conseqüentemente, pela obsolescência programada de mercadorias e tecnologias. Essa destruição ao longo da história social do capitalismo também se revela na produção e reprodução da pobreza, miséria, lumpenização e da violência: “Sucateiam-se mercadorias, máquinas, equipamentos, técnicas e procedimentos, o que significa, inclusive, sucatear mão-de-obra ou força de trabalho” (IANNI, 2004b, p. 146). Porém, questionamos: não teria o capitalismo enveredado por uma trajetória de destruição não criadora em seu tempo de maturidade e decadência? Acredita-se que sim, e a experiência de Belo Monte expressa isso de forma contundente, principalmente no que se refere ao esgotamento dos recursos da natureza e à desumanização nas relações sociais. A destruição criativa, que antes era uma necessidade do próprio desenvolvimento da sociedade, no capitalismo tardio passa a ser apenas destruição, tendo em vista sua funcionalidade e entrave ao próprio desenvolvimento da humanidade.

Em perspectiva diferente à defendida por Ianni, Mézáros (2007) aponta para a *incontrolabilidade* e a *destrutividade* do sistema do capital, que em todas as suas formas é orientado à expansão e dirigido pela acumulação. Nos termos do autor,

[...] o que está em questão a esse respeito não é um processo designado à crescente satisfação da necessidade humana. Antes, é a expansão do capital como um fim em si mesmo, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem afirmar constantemente seu poder como um modo ampliado de reprodução. O

sistema do capital é antagônico até o mais fundo do seu âmago, por conta da subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital, que usurpa totalmente – e deve sempre usurpar – o poder de decisão. Esse *antagonismo estrutural* predomina em todos os lugares, desde os menores “microcosmos” constitutivos até o “macrocosmo” que abarca as mais abrangentes estruturas e relações reprodutivas (MÉSZÁROS, 2007, p. 58).

É, pois, exatamente pelo fato de esse antagonismo ser estrutural que o sistema do capital é irreformável e incontrolável. Isso, contudo, não significa que a gestão do capitalismo tenha êxito em todo o mundo, como ocorre em países onde, em razão do desenvolvimento desigual e combinado, “encontram-se apenas parcialmente sob a administração bem-sucedida do metabolismo socioeconômico capitalisticamente regulado”, ainda que estejam certamente sob o governo do capital (MÉSZÁROS, 2007, p. 58). E, mesmo nessas situações, a violência se mantém presente, mesmo que em níveis menores. Afinal, “nas sociedades divididas em classes antagônicas, a violência domina tanto nas relações sociais internas entre as diferentes classes como nas relações entre os países” (VÁZQUEZ, 2011, p. 379).

No entanto, por mais que pareça fato inconteste que no capitalismo a violência, produto das relações capitalistas, assume contornos singulares e centralidade desde a gênese desse sistema, essa relação não é tão nítida quanto parece. O capitalismo é equivocadamente idealizado como o motor do *progresso* e portador de um potencial civilizatório que promete “*substituir* o conflito violento pelas formas sublimadas de competição racional, travadas no mercado e no jogo político democrático” (MARIUTTI, 2014, p. 22). Mariutti (2014, p. 22-23) nomeia essa visão equivocada de uma “sobreposição fantasiosa entre capitalismo, progresso, modernidade e civilização” e afirma que essa imagem não condiz com o fenômeno em pauta, afinal, “a força motriz da sociedade de mercado é a acumulação incessante de capital, que só pode se sustentar mediante a mercadorização sistemática do Homem e da Natureza” (MARIUTTI, 2014, p. 22-23). Segundo Harvey (2004, p. 111), “o capitalismo internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas”, daí ser “*impossível* associar o capitalismo com qualquer forma de libertação ou atribuir a longevidade do sistema a sua capacidade de satisfazer necessidades humanas” (FEDERICI, 2017a, p. 37-38).

A separação da economia das outras dimensões da realidade social ou o “desenraizamento da esfera econômica”, modo pelo qual opera a sociabilidade do capital, como já exposto, “é capaz de *ocultar* as diversas formas de coerção [e violência] – políticas e simbólicas – que engendra para poder operar, criando a ilusão de que a violência é uma herança pré-capitalista”, e como tal, poderá ser abolida pelo desenvolvimento e reprodução ampliada desse sistema (MARIUTTI, 2014, p. 23). Ou seja, para se reproduzir, o capitalismo

“precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais”, tais como “a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada” – e ainda difama “a ‘natureza’ daqueles a quem explora: mulheres, súditos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização” (FEDERICI, 2017a, p. 37).

Contudo, a violência é institucionalizada no capitalismo e dela deriva a “institucionalização da miséria, do sofrimento, da dor, da indiferença pelos outros, da ignorância, do não saber sobre si e sobre sua sociedade” (ODALIA, 2004, p. 35). E isso, conforme aponta Odalia (2004, p. 35),

não ocorre porque o homem é mau – uma ave de rapina – mas pelo simples fato de que uma sociedade estruturada para permitir a competição, o sucesso pessoal individualizado, sejam os parâmetros de aferição do que o homem é, não pode, evidentemente, preparar o homem para ver no seu semelhante outra coisa que não um concorrente ou uma presa a ser devorada.

Recorrendo à história, é possível afirmar que a violência acompanha o capitalismo desde a acumulação primitiva, passando pelo mercantilismo, o colonialismo, o imperialismo até o seu processo de mundialização. Constitui-se como uma “poderosa força produtiva”, sustento e resultado da organização e do funcionamento da “fábrica da sociedade”, e por isso, é estrutural e funcional a esse *modus operandi* (IANNI, 2004b). Conforme aponta Mariutti (2014, p. 2), “o capitalismo é, essencialmente, um sistema de exploração e, como tal, não pode prescindir da violência para se manter em funcionamento”. Nos termos de Ianni (2004b, p. 149),

A violência institucionalizada, traduzida em mecanismos de oferta e demanda de mercado, disciplina rigorosa, praticamente militar, nos locais de trabalho vigilância policial contínua sobre o desempregado, brutalidade policial relativa ao trabalhador negro, nativo, branco, árabe, asiático ou outro, conforme o país – nesse sentido é que *a violência releva-se uma poderosa força produtiva*. Sim, ao lado do capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social, mercado e planejamento, a violência institucionalizada, o Estado como a violência organizada e concentrada da sociedade revela-se poderosa força produtiva.

O Estado tem papel central na relação entre violência e capitalismo. Como em todo Estado de classe, é uma violência potencial prestes a transformar-se em ato. Nos termos de Vázquez (2011, p. 379),

[...] a violência é a razão última do Estado: violência em ato quando assim o exige seu caráter de órgão de dominação de uma classe sobre outra, ou violência potencial

quando o Estado pode assegurar essa dominação, ou o consentimento dos interesses da classe por outros caminhos não coercitivos.

Ao tratar dessa relação, Iasi (2013, p. 1) refere-se à violência do Estado como sendo o próprio Estado:

Ele [o Estado] é, antes de tudo, uma força que sai da sociedade e se volta contra ela como um poder estranho que a subjuga, um poder que é obrigado a se revestir de aparatos armados, de prisões e de um ordenamento jurídico que legitime a opressão de uma classe sobre outra.

Com base em Engels, o autor reconhece no Estado uma força que se coloca *aparentemente* acima da sociedade para manter os seus antagonismos nos limites da ordem. Esses antagonismos são ocultados pela ideologia que o considera como “espaço que torna possível a conciliação dos interesses que na sociedade civil burguesa são inconciliáveis” (IASI, 2013, p. 1).

Contudo, a violência não é instrumento exclusivo do Estado, e o uso adequado da violência “deve ser combinado com as formas de apresentá-lo como legítimo, o que leva à *síntese entre os momentos de coerção e consenso*”. Daí ser possível afirmarmos, em acordo com Iasi (2013), que “a violência só é eficaz quando envolvida por formas de legitimação da mesma forma que os instrumentos de consenso pressupõem e exigem formas organizadas de violência”. A separação entre coerção e consenso, violência e consentimento “serve às vestes ideológicas que procuram apresentar o Estado como uma função necessária e incontornável da sociabilidade humana”. Para Iasi (2013, p. 2),

Nesta leitura ideológica, uma vez constituída a sociabilidade sobre as formas consensuais expressas no ordenamento jurídico, nas normas morais e imperativos éticos aceitos e compartilhados, a violência fica como uma espécie de reserva de segurança para conter os casos desviantes. Assim, a violência é apresentada como exceção e o consentimento como cotidianidade. O Estado é a garantia que a violência será coibida.

Assim, desloca-se da análise da violência como resultante da contradição inconciliável que fundamenta a sociedade burguesa. Aqui cabe retomar o papel da ideologia que “busca ocultar e, em seguida, dissimular a real integração existente entre as dimensões política e econômica, apresentando-as, formalmente, como esferas estanques e dissociadas”. A ideologia “permite omitir o sequestro e o controle da dimensão política por parte das classes dominantes e, por conseguinte, mascara a subordinação do Estado a determinações oriundas da esfera econômica”. Disso decorre também a legitimação do papel do Estado frente à

maioria, ainda que esse papel seja marcado pela dominação e exploração das classes subalternas (CASTELO; RIBEIRO; LIMA, 2016). Para Harvey (2004, p. 9),

O avanço histórico do capitalismo dependeu e continua a depender da atuação do Estado, e não apenas como produtor das condições gerais da produção, ou como última instância de resolução temporária das crises capitalistas, mas sim como potência econômica na acumulação capitalista, sem tirar, cabe salientarmos, a centralidade da extração do mais-valor via a exploração da força de trabalho.

Nesse contexto se realiza a violência e a ficção de liberdade mediante atuação direta do Estado burguês em desfavor da classe trabalhadora (OSORIO, 2013, p. 34-35). A violência estrutural é, pois, “cotidiana, onipresente e inevitável [...], ainda que disfarçada de formas não explícitas como nos consensuais procedimentos legais e fundamentos jurídicos, como valores morais ou formas aceitas de ser e comportar-se” (IASI, 2013, p. 2). É inegável a importância da relação violência-Estado para a garantia da ordem burguesa apesar de sua ocultação ou falseamento. Essa relação é forjada por contradições, por exemplo, quando o Estado produz violência e ao mesmo tempo se coloca como promotor da segurança e da paz, traça políticas, planos, projetos para enfrentar a violência que produz. Assim, questionamos: qual a proteção possível garantida pelo Estado na ordem do capital? Para Iasi (2013, p. 3),

Na abstração dos direitos todos somos iguais. Na particularidade viva da sociedade burguesa somos pobres, pretos, favelados, facilmente identificados para receber práticas discriminatórias em nome da ordem a ser mantida. Ordem e tranquilidade. Na ordem garantida os negócios e acordos são garantidos sem sobressaltos, a acumulação de capitais encontra os meios de se reproduzir com taxas adequadas, o Estado é saneado financeiramente destruindo as políticas públicas e garantindo a transferência do fundo público para a prioridade privatista. A ordem garante que a exploração que fundamenta nossa sociabilidade se dê com tranquilidade.

Na ordem do capital, “tanto em suas manifestações indiretas sobre condições e fatores, como nas medidas diretas, o Estado concentra a sua atuação sobre uma esfera especial da realidade, que é a acumulação de capital” (IANNI, 2004a, p. 11). A violência se mostra tanto nas formas diretas, contingentes, como de um modo indireto e aparentemente “natural” atrelado ao caráter alienante e explorador das relações sociais. Assim, nessa forma social, a violência estrutural alcança toda a sociedade (sua abrangência também faz dela estrutural), mas, é importante dizer, não a atinge da mesma forma: ela é seletiva e traz implicações particulares a depender das classes sociais, do gênero/sexo, da “raça”/etnia e dos grupos em geral sobre os quais se pratica ou é destinada. Daí a exigência de uma análise que articule a exploração e as opressões, posto que se propõe a abarcar o fenômeno da violência em sua totalidade.

Nessa direção, Federici (2017b, p. 37) afirma que o capitalismo está *necessariamente* ligado ao racismo e ao sexismo. Para a autora, não como legado, mas como necessidade própria do capitalismo, existe “não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho”, situação a qual as mulheres vivenciam de forma particular através da apropriação, opressão e exploração de seus corpos, seu trabalho e suas vidas. Daí a importância de apreendermos a consubstancialidade entre patriarcado, racismo e capitalismo. Essa imbricação, frequentemente invisível, caracteriza o atual modelo societário¹¹⁹ (SAFFIOTI, 2004) e compõe uma nova realidade historicamente constituída. O patriarcado, com materialidade e cultura, penetrou em todas as esferas da vida social; o capitalismo mercantilizou todas as relações sociais; e, finalmente, o racismo, pela estrutura de poder, preconceito e discriminação se espalhou em todo o corpo social como herança do escravismo.

A utilização da categoria patriarcado e a apreensão da sua existência como contradição central na sociedade contemporânea não é um consenso entre feministas e estudiosas da teoria social crítica. Com a ampliação do debate sobre as relações de gênero ainda na década de 1980 no Brasil, diversas foram as críticas e questionamentos que se seguiram ao uso do patriarcado. No geral, as críticas versam sobre uma pretensa tendência da categoria “a limitar e empobrecer os sentidos contraditórios das transformações sociais” (MACHADO, 2000, p. 3). O patriarcado, nessa perspectiva, seria um conceito a-histórico, e como tal não envolveria relações sociais – afinal, essa ordem de gênero apresenta-se como imutável. Para Castro e Lavinhas (1992, p. 238), o patriarcado “perde seu estatuto de conceito para firmar-se como uma referência implícita e sistemática da dominação sexual”.¹²⁰ Nessa direção, Piscitelli (2002, p. 15) defende que

O conceito foi importante na medida em que distinguia forças específicas na manutenção do sexismo e útil, em termos da tentativa feminista de mostrar que a subordinação feminina, longe de ser inevitável, era a naturalização de um fenômeno contingente e histórico, era que se o patriarcado teve um início poderia ter um fim.

Contudo, Saffioti (2004) argumenta que a dominação patriarcal na cena contemporânea não é a mesma da Atenas clássica ou da Roma antiga. A categoria patriarcado foi reformulada pelas teóricas feministas, uma vez que a sua manifestação nas relações sociais

¹¹⁹ Nesta tese, essa relação é considerada sempre quando se faz referência à sociedade capitalista.

¹²⁰ Mary Castro (2000) revisitou sua crítica ao uso do patriarcado, destacando a potencialidade deste para a constituição do sujeito no feminismo.

também sofreu alterações quando da sua incorporação pelo capitalismo. A autora refere-se a uma “máquina do patriarcado” para demonstrar a força e a abrangência dessa dominação-opressão que se trata de uma *estrutura forte e sólida* que pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres, que,

imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2004, p. 101).

Apesar de reformulado conceitualmente e suas manifestações atualizadas conforme o movimento da realidade, é importante dizer que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos. Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o feminicídio ou a morte de mulheres por motivos sexistas é comumente justificada pelo desvio em torno das expectativas de condutas e caminha na direção da culpabilização das vítimas. Além disso, sobrevive e combina-se à valorização do modelo familiar monogâmico como norma e na afirmação de padrões heteronormativos. Isso implica a legitimação e organização das relações sociais capitalistas que subalternizam duplamente o trabalho (e a posição social em geral) da mulher. A apropriação do *trabalho reprodutivo* – o capital destruiu as relações de produção baseadas na unidade familiar, mas não dispensou a família como unidade primordial na execução de uma série das formas de trabalho essenciais para a reprodução da força de trabalho – rebaixa o custo da força de trabalho em geral, permitindo ao capital remunerá-la com um salário inferior (ou não salário)¹²¹ ao que seria necessário à sua reprodução caso todas essas condições essenciais à sobrevivência fossem compradas no mercado (MATTOS, 2017). Isso confere aos homens o poder do salário, um dos fundamentos da dominação masculina, seja pela incorporação da mulher ao mercado de *trabalho assalariado* em posições subalternas e/ou com remunerações mais baixas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam essa tendência ao apontar que a renda média nacional do brasileiro é de R\$ 2.043, sendo que os homens ganham, em média, R\$ 2.251 e as mulheres recebem R\$ 1.762 (diferença de R\$ 489).¹²²

¹²¹ Aqui, refere-se ao trabalho doméstico não remunerado realizado prioritariamente pelas mulheres.

¹²² Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2017.

Isso posto, compreendemos o capitalismo também como sistema de dominação masculina de opressão e exploração – apropriação – das mulheres que se mantém sob uma base material sólida e ancora-se numa *economia doméstica* e na *violência sexista*, a qual garante a produção diária e a reprodução da vida. Assim, de forma contrária à comum dicotomia entre patriarcado e a classe, o esforço aqui é o de empreender um conteúdo histórico particular ao patriarcado. Do ponto de vista da análise, Saffioti (2004) enumera seis justificativas para a manutenção do patriarcado como categoria útil para demonstrar a dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, são eles: 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) *representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência*. Para a referida autora, isso implica reconhecer que as mulheres ainda são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Essa “soma/mescla de dominação e exploração é entendida como opressão” (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

Na análise de Walby (1990), em seu livro *Theorizing Patriarchy*, o patriarcado é considerado um sistema de estruturas e práticas sociais em que homens dominam, oprimem e exploram as mulheres. A noção de *sistema patriarcal* é tomada como uma moldura de significados, que possibilita compreender as desigualdades persistentes entre os próprios homens, entre eles e as mulheres, motivadas, sobretudo, pela passagem de um *patriarcado privado* (produção doméstica como *locus* prioritário de opressão das mulheres) para um *patriarcado público* (consolida-se em espaços públicos¹²³ de trabalho ou o Estado) (WALBY, 1990). Walby (1990) sugere que tal passagem desencadeia mudanças na ordem patriarcal, tanto *quantitativas*, isto é, manifestando-se na intensidade da opressão contra as mulheres, e as nomeia – *o grau do patriarcado*. As *qualitativas* – caracterizadas pelos tipos de patriarcados definidos pelas diversas *relações estruturais* e as conseqüentes ações de violências inseridas nas instituições sociais, nomeando-as – *as formas do patriarcado*. Em outras palavras,

Argumenta-se, contrariamente ao entendimento da noção fixa de patriarcado, uma vez que esta categoria possibilita, além de múltiplos sentidos, também deslocamentos extensivos para além da simples dominação masculina. Doravante, pensar no patriarcado, enquanto uma categoria dinâmica composta por múltiplas estruturas em interação, implica que não [...] se trata de um fenômeno estático, mas

¹²³ Público aqui se refere a espaços fora do espaço doméstico. Contudo, o público e o privado são espaços ligados e parcialmente mesclados. “Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compressão do todo social” (SAFFIOTI, 2014, p. 54).

evolutivo, que não é simples e integrado, mas plural, ruidoso e ruminante que não está isolado, mas onipresente (BANDEIRA, 2006, p. 2).

Assim como Saffioti (2004), Walby (1990) elenca seis estruturas que moldam as *relações sociais patriarcais capitalistas*; são elas: 1) um modo patriarcal de produção: o trabalho doméstico (reprodução social); 2) as relações patriarcais de trabalho remunerado: o emprego; 3) relações patriarcais no interior das instituições do Estado; 4) a violência masculina; 5) relações patriarcais de sexualidade; e 6) as relações patriarcais no âmbito da cultura. Para a autora, embora sejam autônomas, tais estruturas se conectam umas com as outras, dando lugar ao surgimento de desdobramentos nas formas e nas práticas patriarcais, nas quais o *patriarcado privado* e o *patriarcado público* acabam por constituírem-se polos de um mesmo *continuum* (BANDEIRA, 2006). Walby (1990) defende ainda a tese de que o Estado como instituição patriarcal regula as relações de sexo/gênero, e cita como exemplos: o divórcio, o casamento, o aborto, a anticoncepção, a discriminação salarial, a sexualidade, a prostituição, a pornografia, o estupro e a violência contra as mulheres. Discordamos da autonomia das estruturas conforme afirma Walby, afinal, as particularidades das estruturas não significam a autonomia entre elas. Acreditamos que tais estruturas não se conectam apenas: elas conformam uma totalidade.

Ao trazer a atualidade das relações patriarcais na cena contemporânea, Saffioti (2004) não o faz isoladamente: toma também a sociedade escravista como ponto de partida histórico. Nessa direção, Colette Guillaumin, ainda em 1972, pautava a construção social do que se entende por “raça”, considerando-a “um *processo de naturalização* baseado num sistema de marcas físicas totalmente arbitrárias que teve a sua origem e causa no sistema escravista do século XVIII”, e demonstrou que tanto as opressões de sexo como as de raça se apoiam num processo semelhante de alteridade e naturalização de determinados grupos sociais (GUILLAUMIN, 2005). Contudo, o escravismo não pode ser visto de forma isolada, mas como origem da acumulação capitalista nas Américas, imposto pela Europa a povos e países que não haviam experimentado o feudalismo. Além disso, a despeito de ter origem com a escravidão moderna também não pode ser considerado apenas a herança cultural escravista, afinal “a ciência do século XX derrubou por completo qualquer pretensão à cientificidade do argumento racialista da hierarquia entre raças” e, não obstante, o “racismo continuou e continua a orientar formas opressivas de exercício do poder e a interpenetrar-se nas relações de produção, criando hierarquias de funções” (MATTOS, 2017). Assim, a articulação do racismo com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALES, 1984). Para Carneiro (2003, p. 119), a “necessidade premente de articular o

racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a ‘variável’ racial produziu gêneros subalternizados”, seja a partir de “uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras)” ou “como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas)”.

Isso posto, podemos aferir que o “racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente” (ALMEIDA, 2016, p. 23), podendo ser facilmente apreendida no constrangimento e nas inúmeras violências vivenciadas pelas mulheres negras, por exemplo. Tais violências são expressões da simbiose *patriarcado-racismo-capitalismo* que opera forjando subjetividades e as estruturas de poder social, político e cultural, transformando diferenças em desigualdades.

Angela Davis, em 1982, em seu livro *Mulher, raça e classe*, faz uma análise profunda do legado da escravidão norte-americana na vida das mulheres negras. Para Davis (2016), racismo e sexismo convergem, o que explica o fato de a violência sexual sofrida pelas mulheres negras durante a era da escravidão estadunidense não ter cessado com o advento da emancipação. Como assevera Collins,¹²⁴ “todas as mulheres negras compartilham a comum experiência de comporem uma sociedade que as desprivilegia” e “a forma como os estereótipos vinculados à representação social são fontes inesgotáveis de violência contra as mulheres negras e também confinadores sociais”.

A violência contra mulheres, objeto central desta tese, não é um fenômeno específico dessa forma social, mas, nessa sociabilidade, torna-se necessária ao capital naquilo que é imprescindível: transformar tudo o que existe em mercadoria para produção de mais-valor e, conseqüentemente, garantir a produção ampliada do capital. Nessa perspectiva, a violência contra mulheres é entendida como necessária e produto da imbricação entre as três contradições básicas: *patriarcado, racismo e capitalismo*. Essa imbricação (nó) revela hierarquias e privilégios nas relações sociais de sexo/gênero, étnico-raciais e classe. Reconhecermos essas hierarquias implica reter que mulheres pobres negras e indígenas sofrem mais intensamente as opressões da ordem patriarcal, pois carregam no corpo as marcas de uma opressão de classe, do sexismo e do racismo. Nesta tese não se prioriza um sistema de opressão e exploração em detrimento do outro, pois, nas relações sociais concretas, esses sistemas/contradições se fundem, como será demonstrado no próximo subitem.

¹²⁴ Disponível no dossiê *Mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2013.

2.3.1 A indissociabilidade entre exploração e opressão

A relação entre exploração e opressão está diretamente relacionada à questão da relação estrutural entre patriarcado e capitalismo. Esse tema foi objeto de vários debates na década de 1970 entre teóricos e partidários do pensamento materialista e feminista-marxista (ARRUZZA, 2015).¹²⁵ Conforme aponta Arruzza (2015), as questões fundamentais colocadas tinham dois focos: 1) seria o patriarcado um sistema autônomo em relação ao capitalismo? 2) é correto usar o termo “patriarcado” para designar opressão e desigualdade de gênero? Nos termos da autora, esse debate, apesar de profícuo, se tornou “fora de moda” no contexto em que as críticas ao capitalismo retrocederam e outras correntes do pensamento feministas se concretizaram.¹²⁶

Ademais, mesmo com o risco de parecer “fora” de tempo, algumas teóricas feministas continuaram a trabalhar com essas questões a partir de motivações que se mantêm nos dias atuais, entre as quais a necessidade de explicar teoricamente as relações estruturais entre opressão e exploração. Contudo, esse tema ainda ocupa lugar secundário nos debates políticos e na produção teórica referenciada na teoria social crítica em geral. Prevalece, apesar de alguns deslocamentos importantes, a visão de que as classes sociais são homogêneas¹²⁷ ou de que a exploração é em si mesma a única determinação das relações capitalistas. O questionamento a essas visões, por sua vez, parte da perspectiva de que “há expressões de hierarquias no interior da classe trabalhadora, advindas da própria forma de organização da sociedade” (CISNE, 2014, p. 23). Isso posto, nos questionamos: seria o capitalismo indiferente ao patriarcado e ao racismo?

São quatro as principais teses que debatem o tema: a tese da indiferencialidade do capitalismo sobre as opressões (WOOD, 2011); o ponto de vista da teoria unitária

¹²⁵ A relação entre marxismo e feminismo fomentou produções teóricas, com destaque para a elaboração de uma *Teoria Feminista do Estado e do Direito*, tendo como importante referência os escritos da feminista estadunidense Catharine A. MacKinnon. Não iremos nos debruçar sobre o tema em si em razão do nosso objeto de estudo, mas cabe registrar a produção sob perspectivas diversas, possibilitadas à luz dessa relação. Como exemplo, temos a referida autora que, sob as bases do feminismo radical, considera que “o feminismo se relaciona com o marxismo como o marxismo o faz com relação à economia política clássica: sua conclusão final e sua crítica definitiva” (MACKINNON, 2016, p. 838).

¹²⁶ Arruzza (2015) refere-se ao debate de gênero a partir de uma perspectiva liberal, da essencialização das relações entre homens e mulheres e da desistoricização do gênero.

¹²⁷ A “desomogeneização” da classe trabalhadora e o conseqüente debate da dominação patriarcal foi e ainda é um grande desafio para a produção teórica crítica. Contudo, foi a partir dessas reflexões que temas como a divisão sexual e racial do trabalho e a violência contra as mulheres passaram a ser estudados e reconhecidos.

(ARRUZZA, 2015); a perspectiva da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; 2002); e a perspectiva da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais (CISNE, 2014; KERGOAT, 2010; SAFFIOTI, 2004).

Wood (2011), que defende a tese da indiferencialidade do capitalismo sobre as opressões, considera a opressão de gênero como remanescente de formações sociais e modos de produção prévios ao capitalismo, quando o patriarcado diretamente organizava e determinava uma estrita divisão sexual do trabalho. Para a autora, o capitalismo é, em si, indiferente às relações de gênero, ou seja, a igualdade racial ou de sexo/gênero não são antagônicas ao capitalismo, pois o capitalismo é indiferente às identidades sociais das pessoas que explora e provavelmente cooptará quaisquer opressões que estejam culturalmente e historicamente disponíveis, em qualquer uma de suas definições – ou seja, a relação entre exploração e opressão é meramente instrumental e contingente. Conforme destaca a autora,

Embora o capitalismo possa usar e faça uso ideológico e econômico da opressão de gênero, essa opressão não tem um *status* privilegiado na estrutura do capitalismo. Ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, na condição de mulheres – embora não pudesse, por definição, sobreviver à erradicação da exploração de classe. Isso não quer dizer que o capitalismo tenha passado a considerar a liberação das mulheres necessária ou inevitável. Mas significa que não há necessidade estrutural específica de opressão de gênero no capitalismo, nem mesmo uma forte disposição sistêmica para ela (WOOD, 2011, p. 232).

Contrapondo Wood, Federici (2017, p. 11) assevera que a opressão das mulheres “na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais”. Para Arruzza (2014), Wood empreende uma confusão entre a dimensão lógica e a dimensão histórica da análise das relações de classe. Ainda que se pudesse supor de um ponto de vista absolutamente abstrato de que a exploração capitalista “não precisa” da opressão para sobreviver, todo o seu desenvolvimento histórico a evidencia como uma necessidade absolutamente imprescindível de sua formação social (FARRIS, 2015; GÓES, 2015). Isso traz o debate do que é *funcional* ao capitalismo e o que, além de funcional, é uma *consequência necessária* dele.

Arruzza (2014), em direção distinta à tese de Wood (2011), considera que o capitalismo produz opressão por necessidade e, assim, localiza o argumento tanto no nível estrutural lógico como no nível histórico. Isso, em parte, dialoga com a discussão estabelecida nos termos de Wood (2011) – porém, considera impresumível a cisão desses níveis da análise. Arruzza defende a “Tese Unitária”, segundo a qual “nos países capitalistas não existe mais um

sistema patriarcal que seja autônomo do capitalismo. Relações patriarcais continuam a existir, mas não são parte de um sistema separado” (ARRUZZA, 2015, p. 37). Para a autora, considerar que o patriarcado não é um sistema autônomo dentro do capitalismo não implica aferir que a opressão de gênero não exista; por outro lado, busca não reduzir “cada aspecto da opressão para simplificá-la a uma consequência mecânica ou direta do capitalismo, nem busca oferecer uma explicação baseada somente em termos econômicos” (ARRUZZA, 2015, p. 38). Arruzza não subestima a centralidade da opressão de gênero, da mesma forma que não concorda com a ideia de que o patriarcado seria hoje um sistema autônomo, e insiste na necessidade de considerar o capitalismo não como um conjunto de leis puramente econômicas, mas antes como uma complexa e articulada ordem social que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação. Para a autora, o desafio que se coloca é entender como a dinâmica de acumulação de capital continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, sem expressar esses mecanismos em termos estritamente econômicos ou automáticos.

O conceito de interseccionalidade, por sua vez, foi oficialmente sistematizado pela crítica e teórica estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, a partir da sua inserção no movimento Black Feminism norte-americano, para analisar como raça, gênero e classe se interseccionam e geram diferentes formas de opressões. Para Crenshaw (2002, p. 177),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

As controvérsias em torno da interseccionalidade dizem respeito à perspectiva “geométrica” e transdisciplinar de intersecção entre as opressões. Kergoat (2010, p.98) destaca que se trata de uma tentativa de entender “a variedade das interações das relações de gênero e de “raça”, o mais próximo possível da realidade concreta das mulheres afro-americanas”. A autora destaca o próprio título do artigo de Crenshaw (2002), “Mapeamento das margens”, para tecer sua crítica à perspectiva da autora: “pensar em termos de cartografia nos leva a naturalizar as categorias analíticas”. Nessa mesma direção, destaca Elsa Dorlin (apud KERGOAT, 2010, p. 98) que

[...] a definição [de Crenshaw] das relações sociais como setores de intervenção implica que as mulheres [...] que enfrentam mais do que uma discriminação se acham em setores isolados. [...] O conceito de interseccionalidade e, de maneira

geral, a ideia de intersecção dificulta pensar uma relação de dominação móvel e historicamente determinada [...]. Em outros termos, a interseccionalidade é um instrumento de análise que coloca as relações em posições fixas, que divide as mobilizações em setores, exatamente da mesma maneira pela qual o discurso dominante naturaliza e enquadra os sujeitos em identidades previamente definidas.

As referidas críticas são pertinentes: a interseccionalidade nos termos expostos por Crenshaw, de fato, não consegue apreender a dinâmica complexa das relações sociais. Porém, é importante destacar que não existe uma homogeneidade na abordagem sobre interseccionalidade: Collins (2000), por exemplo, defende que gênero, raça e classe social são sistemas distintos de opressão constituintes de uma única estrutura de dominação. Ademais, acreditamos que de forma geral a interseccionalidade pode funcionar como um instrumento potente de apreensão empírica das condições de vida das mulheres e técnico-operativo aplicado às políticas públicas por possibilitar a conexão das desigualdades sociais num nível das práticas sociais – por intermédio da integração de marcadores sociais tais como sexo/gênero, classe, “raça”, etnicidade, geração, deficiência e orientação sexual.¹²⁸ Soma-se a isso o seu caráter político, uma vez que a interseccionalidade é também uma forma de luta contra as opressões e, portanto, um instrumento de luta política para o movimento de mulheres negras (HIRATA, 2014; COLLINS, 2013). Contudo, não nos parece pertinente a fragmentação entre o nível da análise e o nível da intervenção.

A partir de um ponto de vista materialista, histórico e dinâmico, Kergoat (2010) defende a consubstancialidade e coextensividade como uma lente ou possibilidade de apreender a relação entre exploração e opressão ou as relações sociais a partir de “unidade de substância”. Ao que parece, sua discordância principal com Arruzza (2015) localiza-se na importância que atribui à diferenciação analítica ou autonomia relativa dos tipos de relações sociais, “operação por vezes necessária à sociologia, mas que é analítica e não pode ser aplicada inadvertidamente à análise das práticas sociais concretas” (KERGOAT, 2010, p. 93).¹²⁹ A partir dessa análise, é possível apreender as relações patriarcais mesmo que essas não funcionem sozinhas. Essas práticas não se permitem apreender por noções geométricas como adição, intersecção e multiposicionalidade, uma vez que são móveis, ambíguas e

¹²⁸ Aqui cabe explicitarmos a diferença entre marcadores sociais e opressão-exploração geralmente utilizados como sinônimos ou no mesmo nível de análise. Entendemos que opressão-exploração se refere a contradições centrais que conformam as relações sociais e determinam antagonismos e hierarquias. Já os marcadores sociais compõem as relações sociais, mas não as determinam. Porém, são importantes para apreensão das diversas desigualdades que resultam da opressão-exploração.

¹²⁹ Para Arruzza (2015, p. 44), a perspectiva da consubstancialidade em Kergoat permanece uma imagem descritiva, que não consegue explicar muito: “As causas da intersecção entre sistemas de exploração e dominação permanecem misteriosas, assim como a Santíssima Trindade!”.

ambivalentes. Para Kergoat (2010), é preciso distinguir uma relação social de uma relação intersubjetiva, mesmo que ambas estejam inter-relacionadas. Por relação social Kergoat (2010, p. 94) entende “uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [enjeu]. É uma relação de produção material e ideal”. Material no sentido de ter base na concretude das relações sociais e ideal no sentido “da construção ideológica e discursiva da natureza dos dominados, a ‘face mental’ e cognitiva dos vínculos materiais de poder”, ou seja, toda relação social é, assim, uma relação conflituosa. As relações intersubjetivas, por sua vez, não exigem mudanças estruturais para empreender deslocamentos em sua composição e expressão. Conforme aponta Kergoat (2010, p. 94),

A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão (que podem ser ilustradas pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violências). Ou seja, se de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira, são as práticas sociais – e não as relações intersubjetivas – que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais.

Assim, o ponto de vista de Kergoat (2010), também defendido por Cisne (2014),¹³⁰ Saffioti (1987; 2004) e Silva (1992), o qual também se compartilha na presente tese é que as relações sociais são *consubstanciais*.

[...] elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

Patriarcado e capitalismo – mesmo que tenham particularidades que permita uma caracterização em si –, nessa perspectiva, compõem um sistema dependente um do outro a partir do pressuposto de que tais relações são dinâmicas e que existem três relações sociais fundamentais que se imbricam e são coextensivas: sexo/gênero, a classe e a “raça” (KERGOAT, 2010).¹³¹

¹³⁰ Davis (2016), em sua obra *Mulheres, raça e classe*, mesmo que não faça alusão à consubstancialidade, realiza uma análise a partir da simbiose entre as contradições centrais das relações sociais (patriarcado, racismo e capitalismo).

¹³¹ A perspectiva da consubstancialidade foi elaborada por Danièle Kergoat inicialmente em termos de articulação entre sexo e classe social, e, posteriormente, em termos de imbricação entre classe, sexo e “raça”. Saffioti também parte inicialmente das relações de gênero e classe e, posteriormente, no livro *O poder do macho* publicado em 1987, amplia a percepção da simbiose acrescentando a categoria raça/etnia.

Porém, essa perspectiva apresenta-se sob prismas distintos. Cisne (2014, p. 30-31) alude à consubstancialidade entre opressão-exploração, entretanto defende a primazia ontológica da exploração sobre a opressão ou a centralidade da classe em relação a sexo/gênero e raça, em última instância (CISNE, 2014). Apesar de destacar a importância de não secundarizar os demais elementos estruturadores das relações sociais, destaca a centralidade da classe em razão do fundamento do modo de produção capitalista, que particulariza e caracteriza a formação social atual (ou seja, considera que, em última instância, as relações econômicas são definidoras). Para a autora, não se trata de hierarquizar exploração e opressão, mas de conferir à classe uma prioridade ontológica ao considerar que apenas a classe possibilita a articulação das demais contradições. Para Saffioti (1987a) e Silva (1992), a determinação em última instância do econômico subordina as relações de sexo/gênero às relações de produção, afinal, “[...] o conceito de relações de gênero não goza do mesmo estatuto teórico que o conceito de relações entre as classes sociais” (SILVA, 1992, p. 21).

Kergoat (2010, p. 99), por sua vez, considera que colocar o problema nos termos da consubstancialidade das relações sociais permite uma outra abordagem:

[...] de acordo com uma configuração dada de relações sociais, o gênero (ou a classe, a raça) será – ou não será – unificador. Mas ele não é em si fonte de antagonismo ou solidariedade. Nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra. Ou seja, não há contradições principais e contradições secundárias. Quando as mulheres da rede hoteleira Accor enfrentam conflitos, o fazem como mulheres, trabalhadoras, mulheres negras; não fazem reivindicações separadas. Lutando dessa maneira, elas combatem a superexploração de todos e todas e sua luta, assim, tem alcance universal.

Assim, as relações sociais podem incluir uma ou mais dimensões em termos de determinantes,¹³² mas na realidade concreta se encontram imbricadas, “podendo ser encontradas várias combinações, inclusive contraditórias, sob o ponto de vista de uma análise monolítica que considere a autonomia relativa de um dos sistemas de dominação-exploração” (SILVA, 1992, p. 26). Para essa abordagem, não há primazia entre as relações, elas nem são simplesmente superpostas ou adicionadas, nem intersecções, são imbricadas, consubstanciais e conformadas. O horizonte teórico-político desse uso é a transformação da sociedade, das relações capitalistas, que também são relações hierárquicas de sexo/gênero e “raça”.¹³³ Constatar que as opressões persistem historicamente e estão fundidas necessariamente à

¹³² Por exemplo, podem-se identificar relações de opressão-exploração do rico sobre o pobre, do homem sobre a mulher, do branco sobre o negro, além de outras, como, por exemplo, a do adulto sobre a criança, do heterossexual sobre o homossexual ou bissexual (SILVA, 1992).

¹³³ Cabe elucidar que uso do termo “raça” é político e justifica-se como uma categoria social de dominação e de exclusão.

exploração, *naturalizando a violência estrutural*, é uma possibilidade para a unificação das lutas por emancipação política e humana, diga-se, a partir de uma totalidade diversificada, que reconheça as múltiplas experiências objetivas e subjetivas (CASTRO, 2011) de sexo/gênero (incluindo as sexualidades) e étnico-raciais. É um esforço teórico-político de enfrentar os antagonismos existentes na sociedade, que respondam a situações de dominação-exploração em que se encontram as mulheres, as minorias étnicas e os pobres (SAFFIOTI, 1987a; SILVA, 1992).

Dito isso, acreditamos que afirmar o significado sócio-histórico das relações de raça e sexo/gênero também como contradições centrais na reprodução do modo de produção capitalista não significa, em absoluto, negar ou secundarizar a condição determinativa, em última instância, do papel da classe. Ao contrário, refere-se à necessidade de conferir substância material aos modos de ser e reproduzir da própria determinação de classe. Disso decorre que, ao apreendermos como se materializam as relações sociais de produção e reprodução no capitalismo, estamos levando em conta os processos concretos de que se vale a existência dessa forma social, de onde entendemos serem imprescindíveis as determinações de sexo/gênero e de raça, articulando, na perspectiva de totalidade, as determinações de classe. Convém apreender esse processo não a partir de uma hierarquia de valores, mas de uma unidade dialética ou “unidade de substância” (KERGOAT, 2010) entre as relações de sexo/gênero, raça e classe. A unidade pressupõe que nenhuma dessas relações tem primazia sobre a outra – afinal, é a complexa dinâmica dessa relação que expressa, por exemplo, a impossibilidade de se prescindir ou hierarquizar uma ou outra contradição no próprio processo de reprodução do capital ou sem as quais este não poderia se materializar. Pense-se, em outro exemplo, no papel que as relações de sexo/gênero e raça assumem, em um processo desigual e combinado, na garantia das condições gerais de produção e reprodução capitalistas, considerando as formas de barateamento do seu capital variável, qual seja, a própria força de trabalho, como componente vital no processo produtivo. Assim, as relações de sexo/gênero, raça e classe são contradições centrais que atuam/operam mutuamente na realidade concreta. A apreensão empírica da violência contra as mulheres no contexto de Belo Monte leva à rejeição da possibilidade de não considerar a simbiose dessas contradições, posto apresentar complexas relações que expressam essa indissociabilidade.

A finalidade é, portanto, “desnaturalizar radicalmente as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades, sem com isso perder de vista a dimensão concreta das relações sociais” (KERGOAT, 2010 p. 99). Essa visão discorda, por exemplo, das análises que consideram que as relações de classe se inscrevem unicamente na instância econômica, e

as relações patriarcais, unicamente na instância ideológica. Parte-se da compreensão de que “cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem”, mas que “articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica” (KERGOAT, 2010, p. 99). Para Kergoat (2010), o desafio que se coloca à análise empírica é: como não isolar as relações sociais, se não quisermos trabalhar com categorias reificadas?

Não obstante, se a teoria social crítica objetiva a apreensão da totalidade e isso implica, pois, considerar o capitalismo como *totalidade histórica, dinâmica e contraditória* e assim realizar análises e construir estratégias que tenham em conta as complexas relações no interior dessa totalidade (MATTOS, 2017), pode-se aferir que as relações de opressão/dominação patriarcal estão imbricadas às relações de exploração *necessariamente*, e não *contingencialmente*, em concordância com Arruzza (2015). Logo, entende-se que o patriarcado não se limita ao campo da dominação, modelado pela ideologia machista, tampouco é um fenômeno reduzível a relações interpessoais. Diferentemente, possui um caráter e consistência societal (ARRUZZA, 2015), e é também um sistema de exploração, ou melhor, ele possui uma dupla dimensão: a *dominação* (opressão) e a *exploração*. Não se trata aqui de uma analogia à perspectiva weberiana do patriarcado, como “um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 237). O conceito weberiano de patriarcado, além de inapropriado às formas capitalistas por se tratar de um conceito específico do contexto social no qual teve sua origem (no caso, anterior ao advento do Estado), é considerado uma *interpretação patriarcal do patriarcado*. Nessa perspectiva, Pateman (1993, p. 49) assinala que

A interpretação patriarcal do patriarcado como direito paterno provocou, paradoxalmente, o ocultamento da origem da família na relação entre marido e esposa. O fato de que os homens e mulheres fazem parte de um contrato de casamento – um contrato original que instituiu o casamento e a família – e de que eles são maridos e esposas antes de serem pais e mães é esquecido. O direito conjugal está, assim, subsumido sob o direito paterno e as discussões sobre o patriarcado giram em torno do poder (familiar) das mães e dos pais, ocultando, portanto, a questão social mais ampla referente ao caráter das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino.

Não há dúvidas sobre o fato de que as opressões decorrentes do patriarcado antecedem o capitalismo. A questão aqui empreendida é a do reconhecimento de que essas opressões sobreviveram à sua emergência e tornaram-se necessárias às relações sociais capitalistas. Conforme destaca Mattos (2017, p. 1),

Em modos de produção anteriores ao capitalismo, especialmente nas relações de produção baseadas na unidade familiar, voltadas prioritariamente para a subsistência, a subordinação da mulher (e das crianças) ao poder patriarcal organizava em grande medida o processo produtivo. A acumulação primitiva de capital, um processo de expropriação que marcou a separação dos agora proletários e proletárias dos meios de produção necessários a suprir sua subsistência lançando-os ao mercado, consistiu, em grande medida, na quebra dessas relações de produção organizadas nas unidades familiares. No entanto, o patriarcado sobreviveu, transformado e incorporado pelo capitalismo.

Dizemos incorporação imprescindível porque o trabalho doméstico não remunerado continuou a desempenhar um papel central na organização capitalista do trabalho e é “um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho” (FEDERICI, 2017a, p. 12). Nessa perspectiva, acreditamos que a dominação masculina é resultado também do poder que o salário confere aos homens, e não apenas da natureza “improdutiva” do trabalho doméstico. Isso possibilita aferirmos que o capitalismo incorpora o patriarcado em uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração-opressão de sexo/gênero, raça/etnia e classe. Nessa direção, Ávila (2012, p. 32) afirma que,

[q]uando falamos de capitalismo e patriarcado, estamos fazendo uma separação para fins analíticos, no sentido de esclarecer que há um sistema de poder que se estrutura a partir do capital e do poder masculino. Mas, na verdade, as coisas não funcionam separadas. Não há aqui o poder do capitalismo e em outro lugar o poder do patriarcado; eles estão imbricados, são coextensivos.

Disso podemos afirmar que não há separação entre a exploração capitalista e a opressão patriarcal, mas uma imbricação entre esses dois sistemas – ou, como expõe Saffioti (1984, p. 19), “opressão e exploração não são propriamente fenômenos distintos”, apenas se manifestam como dimensões específicas (política, cultural, social, sexual etc.) de um mesmo processo multidimensional.¹³⁴ Exclusivamente para fins analíticos, torna-se possível distinguir entre o aspecto da opressão e o aspecto da exploração das mulheres, em que a opressão se manifesta nas relações de dominação (ideológicas), enquanto a exploração está mais diretamente ligada à dimensão econômica. Defendemos a unidade dialética entre opressão e exploração na medida em que a opressão é veículo/motor para a exploração. Em outras palavras, através da opressão/dominação naturalizam-se relações, comportamentos, mentalidades, que se convertem em privilégios e desigualdades as quais favorecem a exploração. Tais privilégios e desigualdades não se limitam ao sexo, mas abarcam as relações

¹³⁴ Saffioti (1998, p. 143) tem como pressuposto para tal análise a relação também simbiótica entre produção e reprodução. Para a autora, produção e reprodução são faces de um mesmo sistema produtivo, “posto que qualquer modo de produção necessita da produção de meios de subsistência e da reprodução de seres humanos”.

étnico-raciais. Assim, consideramos que “a opressão constitui, ao mesmo tempo, o veículo e o disfarce da exploração”, e, apesar de afetar a todos (por seu caráter estruturante), incide de modos diferentes e com intensidades diversas sobre os elementos que pertencem a uma e a outra categoria de sexo e raça (SAFFIOTI, 1984, p. 24).

Assim, realizamos a análise do *capitalismo como sistema estrutural/estruturante* da opressão/exploração das mulheres, posto que é tecido por relações patriarcais-racistas-capitalistas. Tais relações, apesar de suas particularidades, não atuam/funcionam de forma autônoma. Nos termos de Saffioti (2004, p. 215),

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. *De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos.* E esta motilidade é importante reter, afim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída.

Isso faz reconhecermos, por exemplo, que os homens retiram um benefício relativo da opressão de sexo/gênero e que as mulheres não experimentam dessa opressão de forma homogênea, embora estejam submetidas em seu conjunto ao poder opressivo do patriarcado. Da mesma forma, desigualdades de classe e étnico-raciais geram distintas formas de subjetividade, como já se destacou. Portanto, as relações sociais de sexo/gênero interatuam com as de classe e raça, operando na determinação das formas específicas – e hierarquizadas – de como as opressões são vividas objetiva e subjetivamente. Nessa direção, Carneiro (2003, p. 119) assevera que o racismo rebaixa o *status* dos gêneros e, “ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes”. Logo, para as mulheres negras alcançarem “os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social” – afinal, os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas. Em outros termos, consideramos que

[...] o racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da “loirização”, na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade (CARNEIRO, 2003, p. 119).

A partir dessa perspectiva, buscamos apreender a articulação necessária entre exploração-opressão e contribuir para uma prática política também de unidade.¹³⁵ Assim, entendemos que separar a exploração das opressões¹³⁶ ou negar a centralidade das opressões ou as determinações para além da classe pode cooperar para, além de fragmentar a apreensão da totalidade, segmentar as lutas. Afinal, “a superação da opressão é impossível sob a lógica do capital, que a integrou de forma complexa e não linear à exploração do trabalho, sendo, portanto, indissociável da emancipação da totalidade da classe trabalhadora” (ARRUZZA, 2015), ou seja, uma sociedade emancipada só é possível se superadas as relações de opressões que a forjam. Do nosso ponto de vista, nenhuma forma de opressão pode ser entendida ou superada isoladamente e a luta contra a opressão-exploração deve contemplar e incluir todas as camadas de oprimidos (MORAES, 2015).

2.3.2 A gênese do sistema patriarcal-racista-capitalista: o debate em torno da acumulação primitiva e a atualidade de seus processos violentos

A apreensão dos fundamentos e expressões da violência estrutural exige o conhecimento das raízes do *sistema patriarcal-racista-capitalista*. Com esse intuito, buscamos elucidar a *acumulação primitiva* como antecedente para além de um episódio histórico pontual, com destaque para o significado da *expropriação* que, assim como a exploração e a opressão, é também *condição* e expressão dessa violência. Além disso, empreende-se o esforço, mesmo que de forma rápida, de ilustrar o lugar e o papel das mulheres e da reprodução nesse processo, no sentido de explicitar a necessária exploração-opressão das mulheres, aspecto comumente negligenciado nos estudos sobre o tema. Acredita-se que a aproximação às mudanças produzidas pelo advento do capitalismo nas relações

¹³⁵ “A experiência do socialismo real, nos países de leste europeu, evidenciou as dificuldades dessa articulação, na medida em que as transformações da base produtiva não alteraram as relações de poder e de desigualdades entre homens e mulheres. Sobre este fato os escritos de Alexandra Kollontai (1982) acerca da emergência de uma nova moral com a destruição do patriarcado, considerado uma estrutura de reprodução ideológica da sociedade de classe, é um dos exemplos que podemos destacar dessa difícil incorporação das demandas de liberdade e autonomia das mulheres, pela esquerda mundial socialista” (GURGEL, 2010, p. 4).

¹³⁶ Arruzza (2015, p. 52) registra o equívoco de muitos teóricos marxistas que permanecem fortemente ligados à ideia de hierarquia entre exploração (principal) e opressão (secundária). Para a autora, “se queremos colocar o aspecto político da questão e também estar na posição de respondê-la, devemos ter uma concepção histórica do que é o capitalismo hoje e do que tem sido historicamente. Esse é um dos pontos de partida para um feminismo marxista no qual a noção de reprodução social ocupa um papel central”.

econômicas e sociais e às condições que o tornaram possível possibilita alcançar as continuidades no movimento de produção e reprodução social, e as reatualizadas e novas manifestações da violência, bem como as implicações delas para as mulheres nos dias atuais.

É, pois, no “longo e tenso período de mercantilização da força de trabalho e dos demais meios de produção que se seguiu à crise geral do feudalismo” (MARIUTTI, 2014, p. 2) que se encontram as bases da violência estrutural. Esse processo, que teve início na Inglaterra do século XV até o XIX e ficou “gravado nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2013, p. 787), foi nomeado por Marx (2013) como sendo “a assim chamada acumulação primitiva”. O ponto de partida desse processo sucedeu com o apartamento do trabalhador de suas condições de trabalho de forma coercitiva e violenta, ou seja, com a venda da força de trabalho como uma mercadoria. Conforme aponta Marx (2013, p. 787),

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo.

O cercamento das terras e a usurpação dos meios de produção e de subsistência foram fundamentais nessa história e resultaram na conquista do campo pela agricultura capitalista, na incorporação da terra pelo capital e na criação para a indústria urbana da oferta necessária de trabalhadores livres (MARX, 2013) – trabalhadores livres dos meios de produção, tal qual nos aponta Marx (2013, p. 786) ao referir-se à liberdade em “duplo sentido de quem *nem integra diretamente os meios de produção*, como os escravos, servos, etc., *nem lhes pertencem os meios de produção*, como no caso, por exemplo, do camponês”. Diga-se, essa liberdade era real e ilusória, “[...] real, pois os seres sociais estão defrontados de maneira direta à sua própria necessidade, e ilusória, pois vela as condições determinadas que subordinam os seres sociais” às condições infligidas pelo sistema do capital ao trabalho (FONTES, 2010b, p. 43). É a chamada *subsunção real do trabalho ao capital*, em que o capital subordina, define, circunscreve o trabalho “sob qualquer modalidade concreta que este se apresente, alterando incessantemente a maneira específica de seu exercício, modificando suas características, em prol da acumulação ampliada de capital”. (FONTES, 2010b). É certo que a nada idílica libertação dos trabalhadores da servidão e da coação corporativa e a sua

consequente transformação em trabalhadores assalariados (“livres”) só foi possível pelo saque dos seus meios de produção e garantias oferecidas pelas *instituições feudais*.

O Estado teve papel central para a garantia dessas condições atuando junto à burguesia emergente através do uso da força organizada e monopolizada e da regulação do salário, reduzindo-o “dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência” (MARX, 2013, p. 809). Ao mesmo tempo, produziu o sistema colonial, o sistema da dívida pública, o sistema tributário e o protecionismo, mecanismos importantes de violência no processo de acumulação originária, conforme destacam Castelo, Ribeiro e Lima (2016, p. 4-5):

O sistema colonial cumpria uma função primordial na acumulação de capital: extorsão de valores de uso das colônias não capitalistas e a sua transformação em mercadorias no mercado mundial. [...] A marca distintiva da violência nas colônias refluía sem constrangimentos morais à metrópole: registros de fabricação de epidemias de fome para majoração de preços e revenda a preços exorbitantes, constituição de monopólio comercial de altos funcionários e premiações para escarpelamentos em solo colonial. O sistema da dívida, por sua vez, consistia em um serviço parasitário que remunerava detentores de títulos às expensas da riqueza produzida socialmente, credores do Estado que são autorizados a recolher somas do montante dos impostos, ademais, dá sustentação às sociedades por ações. Em relação ao sistema tributário, o seu papel na acumulação é o de ser um sustentáculo do sistema de empréstimos nacionais, descarregando o ônus dos pagamentos nos impostos sobre meios de subsistência consumidos majoritariamente pelos trabalhadores. Por último, o protecionismo dá forma a outro mecanismo de usurpação e monopólio de trabalho excedente, capitalizando meios de produção e subsistência.

Segundo Marx (2013, p. 821), todos esses mecanismos se serviram do “poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro”. Desse processo resulta a consagração do domínio do capitalista sobre o trabalhador e a dependência deste último ao modo capitalista de produção como “lei natural” (MARX, 2013, p. 808-809), e inaugura-se a violência constitutiva, primordial e permanente do capital, que é a “produção em massa da *expropriação*, sob formas variadas” (FONTES, 2010b, p. 64). Entretanto, partimos de duas premissas: a primeira, de que esse trabalhador não é uma categoria homogênea;¹³⁷ e a segunda, de que esse processo não seria possível sem a exploração particular das mulheres, afinal, são elas as produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: *a força de trabalho* (FEDERICI, 2017a).

¹³⁷ No Brasil, um dos marcos desse debate foi o estudo de Souza-Lobo intitulado “Masculino e feminino na linha de montagem”, escrito em 1985 e posteriormente publicado como um capítulo do livro *A classe operária tem dois sexos*, em 1991.

Apesar de não ser explicado pela maioria dos estudos sobre o tema, a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde trouxe implicações particulares para a vida das mulheres camponesas e trabalhadoras. Federici (2017a) confirma essa tese na obra *Calibã e a bruxa*. Para a autora, Marx (2013), ao tratar da acumulação primitiva, analisou a acumulação primitiva a partir da perspectiva “do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias” (FEDERICI, 2017a, p. 26) e, assim, deixou de abarcar com profundidade fenômenos que são extremamente importantes para a acumulação capitalista. São eles: 1) *o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho*; 2) *a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens*; 3) *a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores*. Para Federici (2017a, p. 26), este último seria o mais central desses processos para a análise da acumulação primitiva, posto que a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras. Apesar disso, para a autora, esses fenômenos não atuam separadamente, afinal, “no capitalismo a reprodução geracional dos trabalhadores e a regeneração cotidiana de sua capacidade de trabalho se convertem em um trabalho de mulheres”, embora disfarçado “pela sua condição de não assalariado, como serviço pessoal e até mesmo como recurso natural” (FEDERICI, 2017a, p. 26).

Mas qual a relação da acumulação primitiva com a violência contra as mulheres no começo da Era Moderna? Por que a origem do capitalismo coincide com a guerra contra as bruxas (mulheres)? Há certo consenso nos estudos feministas sobre o tema ao relacionar a caça às bruxas à perda do controle que as mulheres tinham de seus corpos e sobre sua função reprodutiva. Igualmente, percebem como processo fundamental para o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho em que as mulheres foram confinadas ao trabalho reprodutivo. Nessa direção, Federici (2017a, p. 30) assevera que a mudança das atividades “produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com máxima violência e intervenção estatal, não deixam dúvidas quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista”.

Entretanto, esse consenso esbarra na análise que reconhece que o modo de produção capitalista se assentou, na acumulação capitalista, no trabalho doméstico (através das pequenas unidades de produção), mas defende a tese de que, com o advento da indústria em grande escala, essas famílias foram desaparecendo, porque suas funções produtivas foram transferidas para as fábricas, reduzindo-se a unidades de consumo. Relacionamos a essa tendência a perspectiva que considera que nas relações capitalistas o comando da família deixa de ser do pai e passa a ser do dono do capital e das fábricas. Conforme defende Toledo

(2017, p. 95), “aos poucos o patriarcado foi sendo substituído pelo mercado capitalista, ao qual deviam obediência o próprio pai, a mulher e os filhos”. Influenciada pelos estudos de Engels (1987), em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, e de Marx, quando tratou da maquinaria e da grande indústria, a autora considera que as desigualdades entre homens e mulheres no capitalismo seriam superadas pela técnica. Nos termos de Toledo (2017, p. 95), “[...] as desigualdades físicas que por ventura existam entre homens e mulheres são superadas pela técnica quando se trata de explorar a mão de obra”. Nessa direção, Marx (2013, p. 480-481) afirma que

A maquinaria, ao tornar inútil a força do músculo, permite empregar operários sem força muscular ou sem um desenvolvimento físico completo, mas que possuam uma grande flexibilidade em seus membros. O trabalho da mulher e da criança foi, portanto, o primeiro grito da aplicação capitalista da maquinaria. Assim, aquele instrumento gigantesco criado para eliminar trabalho e operários se converteu imediatamente em meio de multiplicação do número de assalariados, colocando todos os indivíduos da família trabalhadora, sem distinção de idade ou sexo, sob a dependência imediata do capital.

Análises marxistas feministas mais recentes questionam o argumento da “força física” como uma explicação da discriminação baseada em gênero. Para Federici (2017b, p. 2),

[...] a própria descrição de Marx sobre as condições de emprego das fábricas para mulheres e crianças é um contra-argumento, e que os relatórios fabris que ele citou deixam claro que as mulheres eram empregadas para o trabalho industrial, não porque a automação reduzisse a carga de seu trabalho, mas porque se pagaria menos a elas, consideradas mais dóceis e mais inclinadas a deixar todas as suas energias em seu posto.

A autora também problematiza a concepção em torno do confinamento de mulheres às tarefas do lar antes do advento da industrialização e afirma que a “indústria doméstica da qual as mulheres se libertaram empregava uma pequena parte do proletariado feminino, e era em si mesma uma inovação relativamente recente que resultou do colapso dos grupos artesãos” (FEDERICI, 2017b, p. 6). Destaca ainda que, antes mesmo da revolução industrial e durante ela, “as mulheres desempenharam diferentes trabalhos, desde agricultura até comércio, serviço e trabalho doméstico”; logo, não existe base histórica para a ideia de que o “desenvolvimento do capitalismo, com seu trabalho cada vez mais industrial (“produtivo”) para as mulheres, libertou-as e as libera da idade dos reinos feudais do trabalho doméstico e da tutela dos homens” (FEDERICI, 2017b, p. 6). Isso de fato não ocorreu: a exploração

econômica se manteve e aprofundou desigualdades, atualizou e criou novas opressões.¹³⁸ Para Federici (2017a, p. 34), no capitalismo,

[...] o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho.

Podemos constatar que a caça às bruxas, então, foi uma forma de insular das mulheres a autonomia de que desfrutavam e garantir as bases para o incipiente capitalismo, culminando com a separação da produção e da reprodução e a hierarquização da divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2017).¹³⁹ Assim, apreendemos que a apropriação do corpo das mulheres é a principal mediação entre a acumulação primitiva e a violência contra as mulheres. Da mesma forma que “os cercamentos expropriavam as terras comunais do campesinato, a caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres” (FEDERICI, 2017a, p. 330) – corpos que deveriam ser liberados de qualquer obstáculo que os impossibilitasse de funcionar como máquina para produzir mão de obra. Nos termos de Federici (2017a, p. 330), “a ameaça da fogueira ergueu barreiras mais formidáveis ao redor dos corpos das mulheres do que as cercas levantadas nas terras comunais”. A autora faz referência ao efeito que teve nas mulheres o fato de ver outras mulheres (amigas, conhecidas, vizinhas) ardendo na fogueira, na medida em que percebiam que qualquer iniciativa contraceptiva de sua parte poderia ser interpretada como produto de uma perversão demoníaca. Disso resulta a destruição dos métodos que as mulheres utilizavam para controlar a procriação e institucionalizou o controle do Estado sobre os seus corpos, “principal pré-requisito para a subordinação à reprodução da força de trabalho” (FEDERICI, 2017a, p. 331).

Ademais, é inquestionável a contribuição da obra de Engels e Marx para a teoria feminista. Embora não se referencie em sua totalidade, o método histórico-materialista ajudou a demonstrar que as hierarquias e identidades genéricas são construções e suas análises sobre a acumulação capitalista e a criação de valor dotaram as feministas de instrumentos importantes para repensar tanto as formas específicas de exploração a que as mulheres foram submetidas no capitalismo quanto à relação entre sexo, raça e classe. Porém, o uso que as

¹³⁸ Para aprofundar a discussão sobre o debate de gênero na obra marxiana, consultar Federici (2017b).

¹³⁹ Conforme destaca Federici (2017), “o grande problema é que a reprodução dentro do sistema capitalista não é vista como um trabalho, mas como um dom natural, biológico. Por isso, as mulheres foram, pouco a pouco, afastadas do trabalho e tornando-se dependentes dos homens, já que eram eles que ganhavam dinheiro. Por ter sido implantada de forma tão gradual, a opressão feminina e seu afastamento do trabalho passaram a ser vistos como normais, quando, na verdade, eram bases criadas para o sistema capitalista, e que funcionam até hoje”.

feministas fizeram de Marx conduziram suas análises em uma direção distinta daquela que ele traçou (FEDERICI, 2017b), especialmente no debate sobre a reprodução da vida. Apesar de considerarem indissociáveis as esferas produtiva e reprodutiva,¹⁴⁰ a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico – centrais na esfera reprodutiva – não foram reconhecidos como centrais para o circuito ampliado do capital, o que Saffioti (1984, p. 45-46), ao referir-se ao trabalho não pago exercido principalmente pelas mulheres, destaca:

[...] na articulação entre as formas capitalistas e não-capitalistas de produção, as primeiras beneficiam-se não apenas de exploração de que são objeto os agentes do trabalho subordinado diretamente ao capital, como também da exploração de que são alvo os agentes do trabalho não remunerados ou remunerados com renda. Dentre estes, embora haja homens, as mulheres constituem os contingentes quantitativamente mais significativos.

Para Federici (2017b, p. 10), “Marx deveria ter percebido que o trabalho doméstico, apesar de ter aparecido como uma atividade do passado, que satisfazia puramente ‘necessidades naturais’”, uma forma de trabalho historicamente específica, produto da separação entre produção e reprodução, trabalho remunerado e não remunerado, nunca existiram em sociedades pré-capitalistas ou sociedades não reguladas pela lei do valor. A autora também destaca que, após ter chamado a atenção contra a mistificação produzida pela relação salarial, deveria ter visto que, desde a sua criação, o capitalismo “subordina atividades reprodutivas – na forma de trabalho feminino não remunerado – à produção de força de trabalho e, conseqüentemente, o trabalho não remunerado que os capitalistas extraem dos trabalhadores é muito mais conspícuo do que o extraído durante a jornada de trabalho remunerado, pois inclui as tarefas domésticas não remuneradas das mulheres, até reduzidas ao mínimo”.¹⁴¹

A perspectiva de Federici (2017a, p. 27) também se diferencia de Marx “em sua avaliação do legado e da função da acumulação primitiva”. Para a autora, apesar de Marx

¹⁴⁰ Conforme aponta Engels (1987), “o fato decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie”. Embora em sua obra não tenha utilizado a categoria relações de sexo ou gênero, a ideia do caráter antagônico da relação homem-mulher está presente em sua obra. É certo que ele não se ocupou desse recorte, mas forneceu os elementos para se empreenderem esforços no intento de se fazerem avançar os debates sobre a temática (SILVA, 1992, p. 28).

¹⁴¹ Sobre este debate, consultar Federici (2017b) e Saffioti (1984).

destacar o caráter criminoso do desenvolvimento capitalista, “não cabe dúvida de que considerava isso como um passo necessário no processo de libertação humana”¹⁴².

Marx acreditava que o desenvolvimento capitalista acabava com a propriedade em pequena escala e incrementava (até um grau não alcançado por nenhum outro sistema econômico) a capacidade produtiva do trabalho, criando as condições materiais para liberar a humanidade da escassez e da necessidade. Também supunha que *a violência que havia dominado as primeiras fases da expansão capitalista retrocederia com a maturação das relações capitalistas*; a partir desse momento, a exploração e o disciplinamento do trabalho seriam alcançados fundamentalmente por meio do funcionamento das leis econômicas (Marx, [1987] 1909, t. I). *Nisso, estava profundamente equivocado. Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva [...]*.

Nessa direção, Federici (2017a, p. 27) acredita que “a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo”, diga-se, em qualquer época. Fontes (2010b), com distintos argumentos (afinal, parte e fundamenta-se na obra marxiana), parece se aproximar da tese de Federici (2017a) ao defender que a expropriação (expressão da violência estrutural) constitui um processo permanente e é condição mesma da reprodução ampliada do capital. Para Fontes (2010b, p. 93),

Não se trata de um processo de retorno a modalidades anteriores, primitivas, mas de um desenvolvimento do capital que é, ao mesmo tempo, o aprofundamento da tragédia social. Essa é a marca original do capital – seu desenvolvimento propulsa a socialização da existência em escala sempre ampliada, mas somente pode ocorrer impondo processos dolorosos de retrocesso social.

No entanto, a perspectiva de que esse processo, nomeado como sendo próprio da *acumulação originária*, não tenha desaparecido com a hegemonia da reprodução social capitalista é por demais controversa. O não consenso indica, pois, “a complexidade do real que afasta qualquer simplismo interpretativo e motiva a reflexão sobre a questão”. O consenso, por sua vez, está na “afirmação de que a acumulação primitiva se constituiu num processo que abriu as portas para a expansão do processo de reprodução do capital” (LENCIONI, 2012, p. 2).

¹⁴² “Nos últimos anos de sua vida, Marx reconsiderou sua perspectiva histórica e, ao ler sobre as comunidades igualitárias e matrilineares do nordeste da América, começou a reconsiderar sua idealização do desenvolvimento industrial e capitalista e valorizar a força das mulheres” (FEDERICI, 2017a, p. 14). Para Federici (2017b), embora Marx não tenha se dedicado às teorias de gênero em seu trabalho e tenha mudado parte de seu olhar em seus últimos anos, ainda é importante discuti-los e enfatizar que seus silêncios a esse respeito não são descuido, mas o sinal do limite que seu trabalho teórico e político não pode superar, mas que cabe a nós fazê-lo.

Ademais, mesmo entre aqueles/as que defendem a continuidade das expropriações, esse processo é feito sob prismas distintos e até divergentes. Entre os/as autores/as, destacam-se: Federici (2017a) – já citada –, Rosa Luxemburgo (1985) e David Harvey (2004). Tais autores/as partem, assim como Fontes (2010b) e Boschetti (2016b) – mais recentemente – da análise do capitalismo imperialista para defenderem suas teses. Porém, não há dúvidas sobre o consenso em considerar que, desde a acumulação primitiva até o imperialismo, a *violência* – através de processos de *expropriação, apropriação e exploração/opressão* – é mecanismo imprescindível da dinâmica de produção e reprodução dos valores produzidos pela classe trabalhadora em sua heterogeneidade. Rosa Luxemburgo considera que

a conquista, a pilhagem e a escravização de povos e territórios da economia natural e camponesa não são fenômenos históricos que se esgotaram no passado da assim chamada acumulação primitiva, mas estariam presentes na fase imperialista do capitalismo (LUXEMBURGO apud CASTELO; RIBEIRO; LIMA, 2016, p. 5).

Para a referida autora, a acumulação do capital é composta por duas dimensões:

De um lado tem lugar nos locais de produção da mais-valia – na fábrica, na mina, no fundo agrícola e no mercado de mercadorias. Considerada assim, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados... Paz, propriedade e igualdade reinam aqui como formas, e era *mister* a dialética afiada de uma análise científica para descobrir como na acumulação o direito de propriedade converte-se em apropriação da propriedade alheia, a troca de mercadorias em exploração, a igualdade em domínio de classes. O outro aspecto da acumulação se realiza entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Este processo se desenvolve no cenário mundial. Aqui reinam como métodos a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, o engano, a opressão e a rapina. Por isso, dá trabalho descobrir as leis severas do processo econômico nesta confusão de atos políticos de violência, e nesta disputa de forças (LUXEMBURGO apud HARVEY, 2004, p. 107-108).

Essas dimensões da acumulação estão “organicamente vinculadas” e “a evolução histórica do capitalismo somente pode ser compreendida se os estudamos conjuntamente” (LUXEMBURGO apud HARVEY, 2004, p. 108). Na tese de Luxemburgo (1985), a atualidade da acumulação primitiva exige uma ampliação crítica das formulações marxianas, uma vez que considera a coexistência de distintos modos de produção num mesmo espaço geográfico e num mesmo período histórico. Luxemburgo (1985, p. 255) destaca ainda que a violência “é a consequência direta do choque que se estabelece entre o capitalismo e as formações que, na economia natural, interpõem barreiras à sua acumulação”. Ela explicita que, para as sociedades primitivas, a violência refere-se à luta pela sobrevivência, e a resistência à agressão tem o caráter de uma luta de vida ou morte levada até o total

esgotamento ou aniquilação. Isso ilustra a ocupação militar permanente das colônias, as rebeliões dos nativos e as expedições militares para sufocá-las. Fenômenos próprios do regime colonial (CASTELO; RIBEIRO; LIMA, 2016). Assim, para Luxemburgo (1985, p. 255), o capitalismo “não conhece outra solução senão a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião da sua gênese, mas até mesmo hoje” (CASTELO; RIBEIRO; LIMA, 2016).

Tecendo críticas a Marx e Rosa Luxemburgo, Harvey (2004) empreende seu debate também defendendo a atualidade da acumulação primitiva. Para o autor,

a desvantagem desses pressupostos [de Marx] é que relegam a acumulação baseada na depredação, na fraude e na violência a uma “etapa original” que deixa de ser considerada relevante e, no caso de Luxemburgo, é vista como algo “exterior” ao capitalista (HARVEY, 2004, p. 108).

Em relação a Marx, a crítica de Harvey dirige-se à sua perspectiva sobre a acumulação de capital baseada em supostos que excluem os processos de acumulação primitiva, tais como:

[...] mercados competitivos que funcionam livremente com acordos institucionais que garantem a propriedade privada, o individualismo jurídico, a liberdade de contratar e estruturas legais e governamentais apropriadas garantidas por um Estado “facilitador”, o qual também assegura a integridade do dinheiro como reserva de valor como meio de circulação (HARVEY, 2004, p. 108).

Nessa direção, Marx expôs que “o papel do capitalista como produtor e intercambiador está estabelecido, e a força de trabalho foi convertida em uma mercadoria que geralmente se troca por seu valor” (HARVEY, 2004, p. 108). Nesses termos, para Harvey (2004) a “acumulação primitiva” em Marx estaria localizada num período originário da constituição do capitalismo e “a acumulação se desenvolve como reprodução ampliada (através da exploração do trabalho vivo na produção) dentro de uma economia fechada que opera em condições de paz, propriedade e igualdade”. Todavia, destaca o autor que o método dialético em Marx mostra que a acumulação capitalista nunca “produzirá um estado de harmonia no qual todos estarão melhores, mas que produzirá maiores níveis de desigualdade social, como de fato aconteceu durante os últimos trinta anos de neoliberalismo” (HARVEY, 2004, p. 108).

Partindo da compreensão de que os processos nada idílicos da acumulação primitiva não se esgotaram na transição do feudalismo para o capitalismo, Harvey (2004) defende que a acumulação capitalista no imperialismo “apresenta características inéditas ao lado das

mesmas já evidenciadas em outros períodos da história deste modo de produção” (CASTELO; RIBEIRO; LIMA, 2016, p. 8). Harvey (2004) também destaca a centralidade do papel do Estado quando emprega a violência de forma sistemática e contínua para defender os interesses privados das classes dominantes. Entre os novos mecanismos violentos, destaca: a tributação regressiva da renda do trabalho; antigos e novos processos de apropriação e mercantilização de terras (como a biopirataria), de recursos naturais e de outros bens comuns; endividamento público das nações, especialmente aquelas dependentes, e os ataques especulativos dirigidos a esses países dependentes; a financeirização da economia e o sistema de crédito, ou a usura formal e juridicamente institucionalizada; a escravidão, inclusive a sexual; e a expulsão sanguínea de populações camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas (HARVEY, 2004, p. 122-123). Para o autor, é necessário haver “uma revisão geral do papel permanente e da persistência de práticas depredatórias de acumulação ‘primitiva’ ou ‘originária’ ao longo da geografia histórica da acumulação de capital [...]” (HARVEY, 2004, p. 108). Harvey (2004, p. 109) propõe assim a substituição dos termos “originária” e “primitiva” pelo conceito de “*acumulação por espoliação*” – um novo padrão de acumulação do capital na era neoliberal do imperialismo – para se referir a esses processos contemporâneos, dado que denominar primitivo ou originário seria um equívoco já que são processos permanentes, mas que se reatualizam em toda a história do capitalismo.

Mesmo que defenda uma tese aparentemente idêntica à de Harvey (2004) quando se refere à expropriação atual na reprodução do capital (dinâmica do mais-valor), Fontes (2010b) empreende algumas críticas a sua formulação – diga-se, sob o mesmo argumento, que Harvey questiona Luxemburgo, nos termos da existência de uma pretensa externalidade ao capital. Essa externalidade, para Fontes (2010b), está posta na contraposição que Harvey (2004) faz entre *expropriação* e *espoliação* e na utilização do conceito “acumulação por espoliação” em contestação a “acumulação por reprodução expandida”. A autora questiona o uso do conceito de “acumulação por espoliação” como sendo uma nova produção de externalidades qualitativamente distinta das expropriações e que, em seu ver, “não parece convincente, exatamente num período em que a tendência mais dramática é a subordinação de todas as formas de existência ao capital” (FONTES, 2010b, p. 73). Para Fontes, a categoria entendida como base da relação social que sustenta a dinâmica capitalista “permite melhor apreender a dinâmica interna da lógica do capital, como ponto de partida, meio e resultante da concentração de capitais” (FONTES, 2010b, p. 73-74). Fontes (2010b) considera que Harvey mantém, como Rosa Luxemburgo (1985), a pressuposição da necessidade de uma “exterioridade” para o capital, porém modifica a formulação original. Se, para Luxemburgo,

“o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação”, no capitalismo contemporâneo, caso esses “ativos não estejam à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira” (HARVEY, 2004, p. 119). Nos termos de Fontes (2010b), Harvey defende “que o próprio capital passou a produzir externalidades, assegurando terreno para sua expansão, sendo este um dos elementos distintivos da acumulação ‘primitiva’”.

Fontes (2010b, p. 68) considera a tese de Harvey (2004) fundamental, pois elucida a continuação do processo de expropriação; todavia, também congrega “dificuldades, em especial sobre a existência de um ‘lado de fora’ (uma externalidade) e sobre uma ‘qualidade’ diferente entre as formas de acumulação”. A qualidade está posta na diferença entre o processo capitalista de acumulação primitiva e o de reprodução do capital. Sendo o processo de acumulação primitiva relacionado à *espoliação* e à produção de um capital novo, enquanto o segundo, o de reprodução do capital, está relacionado à *exploração* e tem como ponto de partida um capital já constituído (LENCIONI, 2012, p. 2). Percebe-se aí que não se considera as expropriações como base da exploração, mas fenômenos com origens e qualidades distintas que coexistem no processo de reprodução do capital. Para Fontes (2010b, p. 65), essa contraposição “leva Harvey a não correlacionar as múltiplas expropriações ao gigantesco crescimento da disponibilização de trabalhadores para o capital (livres como pássaros, como expressou Marx) [...]”. Segundo Fontes (2010b, p. 46-47), “a relação-capital por excelência repousa sobre uma expropriação originária dos trabalhadores, porém não se limita a ela”, posto que exige a conservação e reprodução em escala sempre crescente de uma população dependente e disponível para o mercado. “Não se trata apenas de uma extensão linear do mercado, mas de um processo variado que redunde na transformação da capacidade de trabalho em mercadoria, impulsionada pela necessidade econômica (a *subsistência*)”. Assim, a exasperação das condições da disponibilidade de trabalhadores para o capital (independentemente da forma jurídica que viabilize a relação capital-trabalho) corresponde à expansão das relações sociais capitalistas (FONTES, 2010b, p. 44). Disso resultam as expropriações, que Fontes (2010b, p. 44) divide em *expropriações primárias* e *expropriações secundárias*. Nos termos da autora,

A expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo [...].

Tais expropriações, na leitura da autora, constituem um processo permanente, “condição da constituição e expansão da *base social* capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista” (FONTES, 2010b, p. 45). Fontes (2010b, p. 45) concorda que o tema é quase sempre relegado à condição de “acumulação primitiva”, como algo episódico, e que tal interpretação “nutriu inúmeras perorações contra o êxodo rural, em prol de fixar as populações no campo para impedir a pobreza urbana, mas que não passam de declarações de intenções, totalmente inócuas”, pois tratam o capitalismo despido de sua forma social própria. Nesse sentido, assevera que

A suposição de que a “acumulação primitiva” tenha sido algo de “prévio”, “anterior” ao pleno capitalismo leva ainda à suposição de que, no seu amadurecimento, desapareceriam as expropriações “bárbaras” de sua origem, sob uma azeitadíssima expansão da exploração salarial, configurando uma sociedade massivamente juridicizada sob a forma do contrato salarial e “civilizada”. Se Marx criticava a origem idílica do capital, aqui se trata de uma figuração idílica da historicidade regida pelo capital (2010, p. 45).

Nessa direção, mesmo que tenha acordo sobre a atualidade das expropriações, Fontes (2010b) contrapõe os argumentos de Federici (2017a), Rosa Luxemburgo (1985) e David Harvey (2004) na crítica que esses autores fazem a Marx. Para ela, Marx não localiza o fenômeno na gênese do capitalismo ou o trata como um fenômeno episódico. Para confirmar sua análise, recorre ao Livro III de *O Capital*, na seguinte passagem:

O sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à *expropriação* na escala mais alta. A expropriação estende-se aqui dos produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo; trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, os quais, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios da produção privada e produtos da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte sua propriedade social, como já são seu produto social. Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos; e o crédito dá a esses poucos cada vez mais o caráter de aventureiros puros (MARX, 1985, p. 334).

A autora reconhece que Marx de fato considera que, “uma vez realizada a violenta expropriação camponesa, a coação econômica ‘normalizada’ sobre os trabalhadores agora ‘livres’ substitui a violência aberta”. Fontes (2010b) faz uma ressalva à crítica dirigida a Marx, pois, em diversas passagens de *O Capital*, Marx afirma que a expansão capitalista pressupõe sempre sucessivas expropriações. Ademais, sabe-se que o capitalismo “nunca

dispensou a especulação, a fraude, o roubo aberto e, sobretudo, as expropriações primárias, todos, ao contrário, impulsionados”. Nesta tese, compreendemos que não se sustenta a possibilidade de um capitalismo predatório e um capitalismo normalizado: o que existe são “formas de conexão peculiares a cada momento histórico, no qual as forças capitalistas dominantes [...] aproveitam-se de situações [...] subalternizando populações sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando ou recriando formas tradicionais como trampolim para sua expansão” (FONTES, 2010b, p. 63-64). Daí ser possível afirmarmos que *a violência primordial do capital é permanente e constitutiva*. O retorno permanente aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, como “a expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres” (FEDERICI, 2017a, p. 27), evidenciam esse argumento.

Ademais, Fontes (2010b) afirma a partir dos postulados marxianos que a expropriação é condição para a existência do capital e sua reprodução. Para a autora, isso não reduz o capitalismo ao movimento de expropriação: “estas podem decorrer de situações naturais, como cataclismos, ou de conflitos que não dizem respeito diretamente às relações capitalistas (por exemplo, tribais)”. E ainda, “em alguns casos, as expropriações não se convertem em capital (isto é, na exploração do trabalho vivo dos expropriados pelos recursos sociais concentrados dos acaparadores), limitando-se a rapinas variadas”. Não obstante, diz Fontes (2010b, p. 44) que a dominação do capital “tende a exigir e impulsionar constantes expropriações, além de nutrir-se, como as aves de rapina, da concentração de recursos que a desgraça alheia favorece”. Portanto, “a expropriação não se limita à supressão direta dos meios de produção dos camponeses e trabalhadores do campo, mas incluem processos que provoquem a submissão dos trabalhadores à lei geral da acumulação” (BOSCHETTI, 2016b, p. 128). O entendimento de expropriação como *base da relação social* que sustenta a dinâmica capitalista, “permite melhor apreender a dinâmica interna da lógica do capital, como ponto de partida, meio e resultante da concentração de capitais” (FONTES, 2010b, p. 73-74). Essa visão é compartilhada por Boschetti (2016b) em sua análise, posto considerar a expropriação como uma forma permanente e selvagem de expansão do capitalismo. Compartilhamos dessa perspectiva, uma vez que ela supera visões dualistas ao considerar a relação indissociável entre expropriação e base social, ou seja, as expropriações compõem tanto o processo de produção como de reprodução do capital.

A despeito das divergências entre autores/as e do debate teórico em torno da permanência da *acumulação primitiva* ou da *expropriação*, acredita-se que a “acumulação primitiva foi um processo universal em cada fase do desenvolvimento capitalista”

(FEDERICI, 2017a, p. 36) e que é condição para a constituição e reprodução do capital nos seus diversos modos. Não se trata de uma externalidade à acumulação capitalista, mas condição para o seu desenvolvimento, assim como é a violência (forma pela qual a expropriação também se manifesta). Para Federici (2017a, p. 36), não é porventura que seu “exemplo histórico originário tenha sedimentado estratégias que, diante de cada grande crise capitalista, foram relançadas, de diferentes maneiras, com a finalidade de baratear o custo do trabalho e esconder a exploração das mulheres e dos sujeitos coloniais”. Ademais, percebemos ao longo do referido debate a invisibilidade das implicações da acumulação primitiva para as mulheres e seus corpos e sobre a produção da força de trabalho.

Dito isso, inferimos que a violência estrutural é simultaneamente premissa e expressão da expropriação (mas também da apropriação e exploração-opressão) e, como tal, constitui-se num mecanismo imprescindível da produção e reprodução das relações capitalistas nas suas várias manifestações. Assim, as expropriações não podem ser relegadas à condição de acumulação primitiva, posto que constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, generaliza-se com a expansão capitalista e aprofunda-se no cenário de crise estrutural do capital (FONTES, 2010b). Nesse contexto, os processos de *expropriação*, *apropriação* e *a exploração-opressão* estão cada vez mais imbrincados e indicam que o capitalismo não apenas preserva métodos originais de acumulação, como também os agudiza e os reatualiza numa dialética de conservação, negação e superação de antigos elementos em novas sínteses históricas (CASTELO; RIBEIRO; LIMA, 2016). Apesar de funcionarem de forma imbricada, cabe aqui, para fins de análise, proceder com a distinção elucidativa entre expropriação, exploração/opressão e apropriação.

Por *expropriação* compreendemos a base da relação social que sustenta a dinâmica capitalista. Ela se dá pela extirpação ou separação das pessoas de suas condições (ou recursos) sociais para a produção e reprodução da vida social e “ocorre por inúmeras razões imediatas, que abrangem infundável leque de situações específicas, questões econômicas, culturais, religiosas, regionais e locais” (FONTES, 2010b, p. 49). De forma concreta, refere-se à privação de alguém de algo, por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos. A *exploração* e a *opressão* se referem aos mecanismos que almejam a acumulação e a dominação, por meio do domínio da posse e da propriedade privada e das relações de sexo/gênero, étnico-raciais e de

classe.¹⁴³ A *apropriação*, por sua vez, diz respeito concretamente ao domínio da posse e da propriedade, sendo, portanto, uma síntese de ambas (LENCIONI, 2012). Para a análise feminista materialista, a apropriação seria uma “redução das mulheres ao estado de objeto material” (GUILLAUMIN, 2014, p. 31).¹⁴⁴ Explicitar tal distinção é necessário para demonstrar que, de forma concreta, no capitalismo tais processos são interdependentes e integram na contemporaneidade o processo de reprodução desta sociabilidade. Esses fenômenos se distinguem, mas não existem isoladamente. A separação desses “momentos” funciona quase sempre de forma a mistificar e naturalizar a violência que deles resulta. Na mesma direção, apreender as expressões contemporâneas desses processos pode servir para capturar as múltiplas manifestações da violência estrutural. A fome, a escravidão por dívida, o mercado de pessoas, a retirada violenta da terra de quem nela trabalha, a expulsão de povos de seus territórios, o etnocídio e o genocídio de negros e indígenas, o racismo, a exploração sexual, o estupro, a extinção de direitos, o desemprego em massa e o controle dos Estados sobre bens comuns e matérias-primas estratégicas são apenas alguns exemplos dessas expressões.

Tais expressões podem ser apreendidas na Amazônia, no bojo da construção dos chamados grandes projetos. Como medidas de restauração do capital no contexto de crise capitalista, tais projetos incidem sobre os direitos tradicionais, uso de terras comunais, direitos consuetudinários, matérias-primas estratégicas (FONTES, 2010b) e, particularmente, sobre os corpos e a vida das mulheres. Acreditamos que a análise da violência estrutural, expressão dos processos de expropriação, exploração, opressão e apropriação constitui uma possibilidade importante a partir da qual se pode compreender as contradições fundamentais que regem a nossa sociabilidade atual. Daí reconhecer na Amazônia e, especialmente, no processo de construção e desenvolvimento da Hidrelétrica de Belo Monte, um caso emblemático que pode apontar elementos importantes para essa análise. Ademais, na direção de Federici (2017a), buscamos diminuir as lacunas das análises quando se trata de relacionar tais processos à vida concreta dos sujeitos. No caso aqui se pretende analisar os condicionantes, as particularidades e as implicações da violência para as mulheres. Afinal, o desenvolvimento econômico não é indiferente ao sexo/gênero e tampouco às relações étnico-raciais. Ao contrário, como parte do

¹⁴³ Como já destacamos, consideramos que não há separação entre a exploração/opressão, exclusivamente, para fins analíticos, torna-se possível distinguir entre o aspecto da opressão e o aspecto da exploração (SAFFIOTI, 1984).

¹⁴⁴ O debate sobre apropriação será aprofundado no capítulo 3 a partir da mediação das expressões da violência contra as mulheres.

sistema patriarcal-racista-capitalista, utiliza suas estruturas a favor da acumulação ampliada do capital que produz e reproduz desigualdades.

Logo, pressupomos que a violência contra mulheres é uma expressão da violência estrutural, posto que é *sintoma* das representações hegemônicas do “ser mulher” e do “feminino”, da forma como se estruturam as relações de gênero/sexo, “raça”/etnia e classe (inclusive impondo desigualdades entre as próprias mulheres), e da divisão sexual do trabalho e do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, raiz da exploração feminina. Expressa-se, pois, tanto na violência aberta/objetiva como na violência sistêmica. Os critérios que levam à identificação de uma situação como violência contra a mulher quase sempre passam pelo crivo da dominação masculina (ideologia mais que pungente na atualidade), que produz efeitos na realidade concreta da vida das mulheres, entre os mais deletérios, o estupro – considerado sexo quando na verdade diz respeito a uma relação desigual de poder. Nessa direção, defendemos que a violência contra as mulheres é manifestação da opressão/exploração que se faz síntese na apropriação das mulheres e dos corpos femininos (interdições, restrições, descaso e sujeições), as quais, de forma particular, estão expostas nessa sociabilidade. Contudo, como resultado do modo a partir do qual se estruturam as relações sociais, figura como parte da engrenagem social, salvo quando colide com os interesses dominantes e em disputa.

Acreditamos que a compreensão da violência estrutural só é possível se se avança a dimensão da superficialidade do imediato que contribui para a sua invisibilização. Nesse ensejo, relacionar a violência contra as mulheres às estruturas sociais coloca-se como um dos objetivos e desafios da presente tese. Ademais, não reconhecer a violência contra as mulheres como estrutural é reforçar, naturalizar e invisibilizar os padrões de dominação e opressões, *o matar mulheres e os morreres por conta*. Afinal, essa violência é material e tão preñe de implicações quanto qualquer violência mais explícita, como será demonstrado no próximo capítulo.

3 “FALAR DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES TEM QUE FALAR DE POLÍTICA”: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE BELO MONTE SOB A PERSPECTIVA CRÍTICA FEMINISTA

A gente, que quer falar da violência contra as mulheres, tem que falar de política, porque elas perderam os filhos pra droga, elas perderam pra prostituição, elas perderam o marido porque o marido não tinha costume de vim na rua conhecer novas pessoas. Então, aquilo tudo quem pagou foi elas. Muitas mulheres hoje são mães solteiras porque o marido foi embora com as “piriguetes” que vieram da barragem, as que estavam aqui se manifestaram [...]. Então, a maioria delas achava que não era nada porque o marido delas não queria mais, já não estava mais com elas, arrumava outra pessoa e assim sucessivamente. E a cada dia elas foram se destruindo.

Palmeira (2017)

A fala de Palmeira captura o sentido de nossa análise ao deslocar a questão da violência contra as mulheres do campo das relações interpessoais para as relações sociais. Ela nos provoca a refletir sobre esse tema relacionando as dimensões materiais e subjetivas às agendas políticas mais estruturantes, ao mesmo tempo em que explicita a apropriação das mulheres e a complexa teia que abrange antagonismos e reciprocidades entre essas relações. A troca de mulheres apontada na narrativa de Palmeira e a referência às “piriguetes”, ao mesmo tempo em que envolve conotações diversas e até pejorativas, revela a naturalização da apropriação das mulheres (síntese da opressão e da exploração). Nos termos de Guillaunim (2014, p. 28), “elas [as mulheres] já são propriedade, é essa verdade que se exprime, pois o que ‘se troca’ já é possuído; as mulheres já são, anteriormente, propriedade de quem as troca”. Destarte, não percebemos que a narrativa de Palmeira fortalece o discurso de uma culpabilização individual sobre a questão, afinal, como destacou, não é possível falar de violência contra as mulheres sem considerar a dimensão da política ou fragmentando-a dela. Concordamos com essa afirmação e ela alude perceber, entre outros aspectos, a relação entre a construção de Belo Monte e a violência vivenciada pelas mulheres na região, na contramão dos registros oficiais que não reconhecem como violência contra as mulheres a maioria de suas expressões e, quando o fazem, os casos são analisados sem considerar qualquer ligação com a obra.

A maioria das mulheres que entrevistamos – talvez seus perfis ou “lugar de fala” digam muito sobre isso – fez essa relação. É certo também que, apesar da sensação de

insegurança e das mudanças avaliadas como negativas às mulheres pelas mulheres, e denunciadas pelos movimentos sociais no contexto de Belo Monte, a violência desse evento crítico não é uma certeza, na medida em que, ao que parece, é mais difícil reconhecer a violência vivenciada que reconhecê-la no outro. Em se tratando de violência contra as mulheres, esse reconhecimento é ainda mais difuso. Daí, partimos do pressuposto da violência contra as mulheres como um complexo social que tem efeitos concretos na vida das mulheres, ou seja, possui uma existência real e, por sua vez, também é um fenômeno de múltiplas significações, explicitado conforme determinadas condições sócio-históricas, e que, a partir da luta dos movimentos de mulheres e feministas e do trabalho das mulheres em instituições de pesquisa e organizações internacionais ao longo dos últimos 40 anos, tornou-se uma questão pública e tema de vários estudos e investigações com abordagens teóricas e empíricas diferenciadas em todo o mundo.

Essa violência se manifesta no controle social do corpo feminino e das mulheres, e tem como alicerce primeiro (no sentido de temporal) o *patriarcado*, sistema de opressão e dominação fundamentado na hierarquia, na desigualdade, no privilégio e na discriminação, através da persistência de valores, comportamentos, normas e leis.¹⁴⁵ Esse sistema de opressão, por sua vez, tem como premissa a divisão sexual do trabalho que se desdobra na existência de uma inferioridade natural das mulheres, base da hierarquia presente nas relações sociais de sexo/gênero.

Na sociedade de classes, a violência contra as mulheres é produto não apenas do patriarcado,¹⁴⁶ mas da imbricação com outros sistemas de hierarquia e dominação ou *sistemas estruturantes: o racismo e o capitalismo*. Nessa perspectiva, tais sistemas se consubstanciam na chamada sociedade *patriarcal-racista-capitalista*, que produz as *relações sociais de sexo/gênero, classe, raça/etnia* e, conseqüentemente, a *exploração-opressão* que dela deriva (conforme exposto no capítulo anterior). Logo, a violência contra as mulheres não é apenas produto: é, do mesmo modo, condição para tais relações e, conseqüentemente, condiciona a experiência feminina. O estupro, como fato ou ameaça na vida das mulheres, é ilustrativa disso.

¹⁴⁵ Conforme destaca Silva (1992, p. 26), “[p]ode-se verificar a presença, a partir da literatura, dos meios de comunicação, dos textos literários, dos livros didáticos, das práticas pedagógicas, das indústrias de brinquedo, da legislação discriminatória, enfim, dos mais diferentes domínios da vida social, de valores patriarcais permeando as diversas camadas e categorias sociais”.

¹⁴⁶ Aqui entendido como uma categoria histórica, com particularidades distintas em cada modo de produção e, por isso, não deve ser analisada isoladamente.

Assim, buscamos, neste capítulo, relacionar a violência contra as mulheres, particularmente no contexto de Belo Monte, às relações sociais mais amplas da sociedade.¹⁴⁷ O que faz, por exemplo, as mulheres serem consideradas as mais atingidas pelas grandes obras? Quais as mediações entre a violência direta contra as mulheres – amplamente exibida – e as condições às quais as mulheres estão expostas no cotidiano? Não acreditamos no acaso ou na mera coincidência no aumento dos registros de casos oficiais de violência direta contra as mulheres desde o início das obras de construção da UHE Belo Monte, tampouco buscamos uma explicação na condição masculina – no sentido de uma estrutura psicológica masculina naturalmente violenta e inabalável. Afinal, longe de ser algo esporádico ou excepcional, a violência contra as mulheres atravessa toda a sociedade e é reproduzida através de mecanismos que não podem ser analisados unicamente no plano individual ou limitado às relações interpessoais. Por isso, almejamos apreendê-la a partir das relações de poder patriarcais, racistas e classistas que dão sustentação às instituições, às políticas governamentais e aos comportamentos e modos de ser e estar no mundo. A simbiose entre essas estruturas complexas, históricas e contraditórias solidifica “a ideia de que as relações de produção não estão limitadas ao ‘domínio público’, mas invadem a ‘esfera privada’” e, concomitantemente, “as relações sociais de reprodução expandem-se do ‘terreno privado’, penetrando no plano da produção ‘pública’” (SILVA, 1992, p. 29).

Assim sendo, a partir desses pressupostos, empreendemos uma síntese conceitual sobre a categoria *violência contra as mulheres* e uma caracterização de suas principais expressões contemporâneas, desde a teoria feminista. Destacamos as principais tendências do debate sobre o tema no Brasil e, por fim, a apreensão das principais expressões e as particularidades dessa violência em Belo Monte. Isso nos permitiu confirmar a presença de práticas e experiências violentas – tão comuns e extraordinárias – no cotidiano das mulheres, mas que não são qualificadas nas análises teóricas, no ordenamento jurídico nem no arcabouço das lutas sociais como tal, dada sua naturalização e o caráter homogeneizador dos principais referenciais sobre o tema. Apesar disso, a tese que se evoca pode soar uma obviedade para grande parte das feministas. Porém, parece permanecer indigesta para muitas(os) que, ao longo dos últimos anos no Brasil, apreciaram a questão condicionada sobretudo à violência doméstica e familiar. A despeito da importância desse relevo, dada a

¹⁴⁷ A tentativa de deslocar a análise da violência contra as mulheres das relações individuais (agressor-vítima) não é recente. Em 1979, Gelles e Straus, no artigo intitulado *Determinants of Violence in the Family: Towards a theoretical integration*, sistematizaram 15 notas explicativas da violência na família enfatizando questões de ordem estrutural. Conforme assevera Hanmer (1996), estudos feministas com foco nessa perspectiva contribuíram para provocar análises para além da explicação patológica que sugeria uma intervenção radicada num modelo terapêutico ou comportamental aos casos de violência contra as mulheres.

sua gravidade e alcance entre as mulheres, nosso esforço aqui consiste em explicitar que a violência contra as mulheres não se resume a essa expressão ou contexto. *A violência contra as mulheres – com forma e conteúdo particulares – é uma violência estrutural, portanto, possui ampla abrangência, consistência societal e se manifesta nos vários contextos e dimensões da vida social (nas relações econômica, cultural, política, ideológica).*

Ademais, acreditamos que a ausência de mediação do tema com as relações sociais tem influenciado lutas, estratégias e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, que por vezes tangenciam a compreensão de seus fundamentos e a partir de tipologias previamente determinadas, pelo que seguem sem ou com pouco êxito. Assim, vislumbramos que *reconhecer a violência contra as mulheres como uma violência estrutural* pode contribuir para a construção de estratégias mais abrangentes e radicais – no sentido de alcançar a questão pela raiz e de apreender as suas expressões a partir da realidade concreta – social e historicamente determinada.

3.1 A violência contra as mulheres na sociedade classista, patriarcal e racista¹⁴⁸

É fato que a violência contra as mulheres não é mais um “segredo”. Não sem tensionamentos e constrangimentos, a questão tem sido reconhecida e seus efeitos e consequências denunciadas pelos movimentos de mulheres e feministas que produziram consciência, conhecimento, resistência e revelaram a teia de cumplicidade, muitas vezes institucional, que permitiu/permite a sua persistência, concebendo propostas para preveni-la ao longo dos últimos 40 anos (ROMITO, 2008). Apenas na década de 1970 o fenômeno deixa de ser uma experiência estritamente individual e passa a ser considerada um fenômeno coletivo, nomeado como tal.

No campo institucional, várias organizações internacionais e numerosos governos foram signatários de conferências e elaboraram declarações importantes que definem a violência contra as mulheres como uma violação inaceitável dos direitos humanos, uma fonte de consequências trágicas não só para as vítimas, mas para toda a sociedade. Destaca-se nesse contexto a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a

¹⁴⁸ Título inspirado no artigo de Ângela Davis intitulado: “*Nós não consentimos: a violência contra as mulheres em uma sociedade racista*”, de 16 de outubro de 1985.

Mulher (CEDAW), aprovada em 1979 pela Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), e as seguintes conferências: Conferências de Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993; a III Conferência sobre População e Desenvolvimento, realizada em Cairo em 1994; e a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, ocorrida em Beijing em 1995. Finalmente, a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, aprovada em 1993, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994, conhecida como Carta de Belém do Pará.

Estudos como os de Romito (2008) e Pimental et al. (2004) nos indicam mudanças importantes no campo legislativo em vários países. Na Itália, em 1981 o “crime de honra”¹⁴⁹ foi revogado. Em muitos países europeus, a assim chamada “isenção conjugal”, segundo a qual a violação cometida por um marido contra a sua esposa não era considerada uma ofensa, foi revogada: em 1991 na Holanda, em 1994 no Reino Unido e em 1997 na Alemanha. Na América Latina e Caribe também se observam alterações. Na Argentina, em 1998 o título de “Delitos contra a Honestidade” foi substituído por “Delitos contra a Integridade Sexual” por força da Lei nº 25.087. Na Bolívia, a Lei nº 1.768, de 1997, modificou a denominação do Código Penal de “Delito contra os bons costumes” para “Delitos contra a liberdade sexual”. Aumentou as penas para todos esses crimes e suprimiu o termo “honesta” em delitos como o estupro. No Chile, em 1999, por força da Lei nº 19.617, foi modificado o Código Penal em matéria de crimes sexuais, levando em conta a liberdade sexual como bem jurídico protegido no caso de mulheres adultas. No Brasil, o estupro e o atentado violento ao pudor foram incluídos como crimes hediondos, regulados pela Lei nº 8.072/90 e Lei nº 8.930/94; em 2006 se decreta a Lei nº 11.340, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; e em 2015 se institui o Projeto de Lei nº 8.305/14, que modifica o Código Penal para incluir o crime de assassinato de mulher por razões de gênero (feminicídio) entre os tipos de homicídio qualificado.

Novas práticas sociais de proteção e apoio às vítimas também foram criadas, e algumas experiências específicas de enfrentamento à violência multiplicadas em vários países. Entre elas, predominaram os centros de acolhimentos, as casas-abrigo, a criação de programas especiais nos serviços de saúde e as Delegacias da Mulher.

¹⁴⁹ Os chamados “crimes de honra”, desde uma leitura feminista, envolvem aspectos relacionados à forma pela qual as legislações tratam a discriminação e, em especial, os crimes de violência contra as mulheres, bem como, mais especificamente, à forma pela qual a justiça aplica essa legislação em casos concretos, geralmente com base em teorias, argumentos e sentenças judiciais que constroem, utilizam e se valem da figura da “legítima defesa da honra” ou da “violenta emoção” para justificar o crime, culpabilizar a vítima e garantir a total impunidade ou a diminuição de pena em casos de agressões e assassinatos de mulheres, em geral praticados por seus maridos, companheiros, namorados ou respectivos ex (PIMENTEL et al., 2008, p. 1-2).

Entretanto, apesar da mobilização social em torno da questão, das mudanças nas legislações, das novas práticas sociais de prevenção à violência e proteção às vítimas, a violência contra as mulheres “parece” não dar tréguas. Conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 120 milhões de meninas em todo o mundo (pouco mais de 1 em 10) tiveram relação sexual forçada ou outros atos sexuais forçados em algum momento de suas vidas, e 35% das mulheres já sofreram violência física e/ou sexual praticada por parceiro íntimo ou violência sexual por um não parceiro em todo o mundo. Por volta de 200 milhões de mulheres e meninas sofreram mutilação genital feminina nos 30 países onde existem dados de prevalência representativos, sendo que, em grande parte desses países, a maioria das meninas foi mutilada antes dos cinco anos de idade. Mulheres e meninas juntas representam 71% das vítimas de tráfico humano no mundo, sendo que as meninas representam duas em cada três vítimas, segundo dados da ONU. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), entre janeiro de 2013 e 31 de março de 2014, acompanhou as denúncias de violência contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersex (LGBTI) na América. Os dados contabilizaram pelo menos “o assassinato de 594 pessoas LGBT, ou percebidas assim, e 176 vítimas de ataques graves, embora não letais. Desse total, 55 foram contra mulheres lésbicas, ou percebidas como tais” (PATRÍCIA GALVÃO, 2015).¹⁵⁰ Na União Europeia, uma em cada 10 mulheres disseram já haver sofrido assédio pela internet, incluindo ter recebido de forma indesejada mensagens via SMS ou e-mails explícitos, sexualmente ofensivos ou abordagens inadequadas em redes sociais.¹⁵¹ No Brasil, os dados seguem a mesma tendência, como será demonstrado mais à frente.

De forma geral, é prudente reconhecer que os dados só existem pelo crescimento de estudos e pesquisas quanti e qualitativos sobre o tema que passaram a contribuir para tornar algumas expressões mais visíveis e revelar novas, como a violência sexual no casamento; o assédio moral e sexual nos espaços de trabalho; o tráfico de meninas e mulheres; a violência no contexto indígena; a violência sexual cometida por membros da Igreja Católica; a violência contra (e entre) mulheres lésbicas; a violência digital (*cyberviolence*) com destaque para a pornografia de vingança (o *revenge porn*); para citar alguns exemplos. De outra parte, a visibilização do tema trouxe à tona práticas e discursos de culpabilização das vítimas e de

¹⁵⁰ Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-contra-mulheres-lesbicas-bis-e-trans/>. Acesso em: 4 jan. 2018.

¹⁵¹ Disponível em: <http://www.unwomen.org/es/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures>. Acesso em: 22 dez. 2017.

negação ou desqualificação da violência como sendo algo de menor importância, revelando uma cultura de permissividade em se tratando da violência contra as mulheres.

A despeito da importância em demonstrar factualmente a existência da violência contra as mulheres, os dados carecem de uma análise em termos de suas determinações sociais. É comum os registros serem apreendidos como resultado biológico ou psicológico de uma natureza masculina, dissociados dos seus componentes raciais e de classe (DAVIS, 2017). Angela Davis (2017, p. 48) chama atenção para a predominância desse tipo de análise e questiona os motivos que fazem os países que hoje vivem uma epidemia de estupros serem exatamente aquelas nações capitalistas consideradas desenvolvidas, que enfrentam severas crises socioeconômicas e estão saturadas de violência em todos os níveis: “Os homens estupram porque são homens ou porque são socializados pela própria opressão econômica, social e política – bem como por um grau generalizado de violência social no país em que vivem – para impor a violência sexual às mulheres?”.

Para a autora, a violência sexual decorre diretamente da política oficial e das estruturas de poder existentes em determinada sociabilidade, mas destaca que não se trata de uma relação direta e simples. Nessa direção, Hanmer (1996) destaca que os homens têm podido perpetuar a sua dominação em razão de uma desigualdade de poder que lhes é favorável. Para a autora, isso permite aos homens o controle físico, emocional, sexual e econômico das mulheres (HANMER, 1996). Ademais, possibilita que as mulheres possam ser “[...] privadas do dinheiro, do direito ao trabalho remunerado, de alimentos, da liberdade e até forçadas a depender da caridade de terceiros para poderem alimentar os próprios filhos” (HANMER, 1996, p. 9). Concordamos com Davis e Hanmer, ao passo que ampliamos a análise para as diversas expressões da violência contra as mulheres. Não se trata de negarmos as subjetividades em torno da violência, mas de entendermos que *as subjetividades são forjadas pelas determinações sociais e se desdobram em desigualdades, discriminações e preconceitos diversos*. Não obstante suas particularidades, a violência sexual no contexto doméstico, praticada quase sempre por alguém da confiança das vítimas, possui a mesma lógica da violência contra as mulheres em contextos de guerra, *o controle do corpo das mulheres* – dito de outra forma, “da necessidade socialmente imposta de exercer o poder e o controle sobre as mulheres por meio da violência” (DAVIS, 2017, p. 45). Sob aspectos distintos, as pesquisas de Das (1996), Davis (2017) e Falquet (2016) revelam essa relação.

Das (1996) busca compreender como se estabelecem as relações sociais em eventos de violência extrema (críticos) e saber de que forma as relações de gênero participam e autorizam a violência. Ao analisar a Partição da Índia, destaca a violência contra as mulheres

como uma das suas principais consequências. Conforme destaca a autora, durante a Partição, os Estados da Índia e do Paquistão adotaram normas que vinculavam a castidade da mulher à dignidade da nação, e “o corpo da mulher se transformou, então, num signo de comunicação entre homens, uma violenta linguagem da masculinidade” (PEREIRA, 2010, p. 360). Analisando a obra de Das, Pereira (2010, p. 360) destaca que

As mulheres violadas pelos raptos eram ora assassinadas, ora se suicidavam como condição de reentrar “honradas” na imaginação da nação; as sobreviventes eram marginalizadas e enfrentavam contínuas e árduas dificuldades para refazerem suas vidas. Segundo a autora, as mulheres raptadas circulavam nos debates políticos e permitiam ao Estado estabelecer um *estado de exceção* que sinalizava uma alteração do fluxo na troca de mulheres. Esse acontecimento permitiu um “contrato social” entre homens, fundamentado num “contrato sexual”, que reivindicava os direitos dos homens sobre as mulheres. A violência infligida às mulheres não se referia apenas ao silenciamento de suas vozes, mas à transformação das mulheres em testemunhas da violência brutal, testemunhas silenciadas, mas que tinham em seus corpos os signos da violência – corpos apropriados numa disputa pela soberania que operava por uma gramática violenta de gênero.

Davis (2017), por sua vez, destaca o estupro como um elemento frequente da tortura imposta a mulheres que são prisioneiras políticas de governos fascistas e de forças contrarrevolucionárias. Na história dos EUA, ela cita a Ku Klux Klan e outros grupos racistas que usaram o estupro como arma de terror político. A autora destaca, a partir dos estudos de Arlene Einsen, que no Vietnã os soldados americanos eram orientados a revistar com o pênis a vagina das mulheres vietnamitas. Faz referência também às pesquisas de Julia Schwendinger e Herman Schwendinger, que apontam a violência contra as mulheres ocorrida na ditadura chilena, conforme citação abaixo:

As torturas de mulheres incluíam a dor de queimar seus mamilos e genitais, o terror cego de aplicar tratamentos de choque em todas as partes de seu corpo e, óbvio, o estupro coletivo. O número de mulheres que foram estupradas é desconhecido; algumas delas, que engravidaram em razão do estupro, não receberam permissão para abortar. Mulheres tiveram insetos inseridos na vagina; grávidas foram espancadas com coronhas de rifles até abortar (SCHWENDINGER, J.; SCHWENDINGER, H. apud DAVIS, 2017, p. 48-49).

No Brasil, no período da ditadura civil-militar, registraram-se as mesmas práticas. Conforme aponta o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV),¹⁵² os depoimentos das mulheres trazem à tona diversas violações cometidas dentro dos ambientes de reclusão, o que fez a Comissão constatar que os abusos sexuais eram recorrentes no período. Além da violência sexual, o relatório enfatiza narrativas de humilhações, maus-tratos

¹⁵² O Relatório Final da Comissão da Verdade pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

e torturas sofridas, acompanhadas de referências explícitas ao fato de que as mulheres haviam se afastado de seus “lugares de esposa e mãe” e ousado participar do mundo político, tradicionalmente considerado como masculino. O depoimento de uma das vítimas, Maria Aparecida Costa, relata torturas sofridas durante a Operação Bandeirante no período de dezembro de 1969 a janeiro de 1970. Conforme consta no relatório, para ela, o fato de ser mulher despertava ainda mais a violência entre os torturadores.¹⁵³

“Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar ‘por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?’ E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma ‘vaca’. São as boas-vindas. É a maneira como você é chamado. E isso foi crescendo, e eu acho que você se sente exposto – e você é exposto, você, enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira: você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina você está nu, você está à mercê, não é? Normalmente você é educado e visto para proteger a sua feminilidade para que ela se exponha em outras situações de escolha”, diz trecho de seu depoimento.¹⁵⁴

Falquet (2016), em recente publicação sobre a colonização do corpo das mulheres, destaca as lutas das mulheres contra a guerra ao extrativismo neoliberal na Guatemala. Para a autora, a violência contra as mulheres no espaço público e privado é entendida como um meio de garantir uma força de trabalho a preços muito baixos ou mesmo sem remuneração e para manter a organização social que autoriza essa extorsão, a estrutura patriarcal. Falquet (2016) também explica como várias instituições organizam a aprendizagem e a transmissão dessa violência.

Para as autoras citadas, a ocorrência da violência não é coincidência ou resultado de um impulso incontrolável de homens ruins. É isso que buscamos aqui ao analisar a violência contra as mulheres no contexto de Belo Monte. Tirar o véu, qualificar e nos propor a galgar os fundamentos dessa questão exige também reconhecermos que a violência faz parte de um *modus operandi* da nossa sociabilidade, é construto e complexo social, e, como tal, não convém ser analisada de forma isolada ou personificada. Partimos do pressuposto de que *as violências não resultam das relações individuais isoladamente, mas, sobretudo, são*

¹⁵³ O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por ocasião dos resultados apurados pela Comissão da Verdade, lançou em 2013 um importante projeto intitulado “Serviço Social, memórias e resistências contra a Ditadura Militar”. O projeto teve como objetivo retirar do anonimato e coletar depoimentos de assistentes sociais que vivenciaram violações de direitos em função da ditadura. Para maiores informações sobre o projeto e seus desdobramentos, consultar o site do CFESS: www.cfess.org.br.

¹⁵⁴ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/violencia-sexual-foi-pratica-disseminada-durante-ditadura-revela-relatorio-da-cnv>. Acesso em: 23 dez. 2017.

estruturadas pelas relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia e classe que consubstanciam a sociedade patriarcal-racista-capitalista. Daí, quando os dados explicitam que a *violência contra as mulheres* na maioria dos casos (de forma direta) é praticada por homens, não implica dizer que todos os homens sejam necessariamente violentos ou que as mulheres estejam imunes à prática dessa violência, mas que existe um sistema de *dominação masculina* que produz, reproduz e orienta práticas, comportamentos, instituições, normas etc. E, como tal, molda as relações sociais de sexo/gênero de forma diferenciada, implicando a construção de padrões e modelos que vinculam as masculinidades à violência, e reproduzem a dominação do “masculino” sobre o “feminino”, conforme aponta Bourdieu (2002).¹⁵⁵ Por outro lado, isso também indica que a violência baseada no sexo/gênero é uma experiência praticamente comum a todas as mulheres – ou, como diz Davis (2017), a *violência misógina condiciona a experiência feminina*. Isso não implica universalizar de forma simplista todas as mulheres, tampouco homogeneizar as diversas experiências, mas sim encontrar unidade na diversidade, compreendermos a violência contra as mulheres como uma experiência que se apresenta de maneira particular e ao mesmo tempo universal para as mulheres e nos corpos femininos.

Partimos do entendimento de que a ordem social não se limita a uma representação: ela refere-se a estruturas duradouras de dominação, produzidas historicamente e reproduzidas objetiva e subjetivamente nas relações sociais. O patriarcado seria uma dessas estruturas, e a dominação masculina *produto histórico* de um trabalho contínuo de reprodução com o qual contribuem, especialmente, sujeitos singulares (homens com suas armas) e instituições, tais como: família, igreja, escola, Estado. Ademais, sabe-se que o patriarcado não atua sozinho, e o risco de incorrer em equívocos na análise da violência contra as mulheres a partir da sua dissociação de outras determinações pode implicar a construção de estratégias e ações contra a violência não adequadas na direção de sua pretensa eliminação. Nessa direção, Davis (2017, p. 51) aponta que

Nunca conseguiremos ir além do primeiro passo na eliminação da horrorosa violência cometida contra as mulheres em nossa sociedade se não reconhecermos que o estupro é apenas um elemento na complexa estrutura de opressão das

¹⁵⁵ Cabe destacarmos que, apesar da contribuição de Bourdieu (2002) para a visibilidade das relações sociais de sexo/gênero – possibilitada principalmente pelo “lugar” de referência que ocupava no meio acadêmico francês –, é incontestável a ausência de alusão em sua obra a importantes teóricas feministas que haviam configurado o campo que permitiu o próprio autor escrever o livro “A dominação masculina”. Conforme destaca Climaco (2008, p. 4), “ao distanciar-se das referências feministas, Bourdieu adota um tom professoral, ditando os caminhos a serem percorridos pelo feminismo e pela sociedade como um todo para que se alcance o fim da dominação masculina, e o faz sem demonstrar nenhuma consciência da contradição entre seu discurso e seu posicionamento como autor”. Em outros termos, o não reconhecimento explícito em seu estudo da ampla produção feminista sobre o tema anterior a sua reforça a própria dominação masculina sobre a qual o autor faz crítica.

mulheres. E essa opressão sistemática não pode ser precisamente avaliada, exceto a partir de sua ligação, por um lado, com o racismo e a exploração de classe no país e, por outro, com a agressão imperialista e o potencial holocausto nuclear que ameaça o mundo.

Ao mesmo tempo, reconhecer a violência sexista ou a violência contra as mulheres como estrutural não significa naturalizarmos a opressão-exploração de sexo-gênero que se assim fosse poderia contribuir sobremaneira no reforço à ideologia da inferioridade feminina em detrimento da supremacia masculina. Do contrário, significa situar a violência nas relações sociais historicamente determinadas e no contexto sociopolítico mais amplo. Ademais, cabe dizer que o questionamento à naturalização da submissão e inferioridade das mulheres a partir da aferição da existência de um sistema que promove essa dominação não é recente e tampouco novidade entre as feministas.

Em 1791, Olympe de Gouges escreve a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, que se torna marco na história do movimento feminista como sujeito político. Na oportunidade, convoca as mulheres ao reconhecimento de seus direitos: “Mulher, acorda! A força da razão faz-se ouvir em todo o universo: reconhece teus direitos. O poderoso império da natureza já não está limitado por preconceitos, superstição e mentiras [...]” (GOUGES, 2007, p. 4). Mary Wollstonecraft, ainda em 1792, no livro *A Vindication of the rights of woman*,¹⁵⁶ discutia a condição e o ideário difundido à época de superioridade dos homens e subordinação e ignorância das mulheres. A autora também denunciava a negação do acesso aos direitos básicos para as mulheres (WOLLSTONECRAFT, 2016). No século XIX, se destaca Flora Tristan, que, no bojo do surgimento do feminismo socialista, escreveu sobre a situação da mulher trabalhadora, considerando a opressão das mulheres uma questão central de seu tratado socialista utópico sobre a união operária. Também defendia a luta por direitos: “[...] reclamo os direitos das mulheres, porque estou convencida que todos os males do mundo provêm da incompreensão que se tem até hoje de que os direitos naturais são imprescindíveis para o ser mulher [...]” (TRISTAN, 1986, p. 104). Em 1836, as irmãs abolicionistas Sarah e Angelina Grimké, da Carolina do Sul, foram pioneiras na proposição mais incisiva da relação entre a escravidão e a opressão das mulheres. Davis (2016, p. 56), citando Eleanor Flexnor, aponta que, para as irmãs,

[...] a questão da igualdade das mulheres não era um caso de justiça abstrata, e sim de possibilitar que as mulheres se unissem em uma missão urgente. Como a abolição da escravatura era a necessidade política mais premente da época, elas incitavam as

¹⁵⁶ Apenas recentemente, em 2016, esse livro foi lançado no Brasil pela editora Boitempo, com o título “Reivindicação dos direitos da mulher”.

mulheres a se juntar à luta a partir da premissa de que sua própria opressão era sustentada e perpetuada pela continuidade do sistema sufragista. Por terem uma consciência tão profunda da indissociabilidade entre a luta pela libertação negra e a luta pela libertação feminina, as irmãs nunca caíram na armadilha ideológica de insistir que um combate era mais importante do que o outro. Elas reconheciam o caráter dialético da relação entre as duas causas.

Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo*, ainda em 1946, afirmou:

Quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade, ele é de fato inferior; mas é sobre o alcance da palavra ser que precisamos entender-nos; a má fé consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: ser é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta. Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores (BEAUVOIR, 1981, p. 18).

A autora questionava a existência de uma “essência feminina” que fixava ou destinava o “lugar” e a percepção das mulheres como o “outro”, a “inferior”, ou ainda como o “segundo sexo”. De acordo com Beauvoir (1981), esse “lugar” tem sido destinado às mulheres sob determinações biológicas, psicanalíticas e históricas, em que o conjunto dos homens possui uma posição central na sociedade. O conjunto dessas determinações resulta em reproduções míticas e falsas sobre as mulheres, impressas na consciência humana, que condicionam os pensamentos e comportamentos das mulheres a aceitar a subordinação e inferioridade e permitem aos homens manter a sua superioridade (BEAUVOIR, 1981).

Kate Millett, em 1970, por ocasião da publicação do livro *Sexual Politics*, resultado de sua tese de doutorado, traz importante contribuição no debate feminista da violência, ao relacionar e localizar a opressão das mulheres no patriarcado como um sistema que se atualiza e adapta-se a todos os demais sistemas políticos, sociais e econômicos (o feudalismo, o escravismo, o absolutismo, o comunismo, o racismo, o capitalismo). A autora destaca a existência de sociedades igualitárias, onde a divisão do grupo não é sexual, para comprovar que a dominação masculina não é natural e tampouco um imperativo biológico. Para Millett (1975), mesmo que seja comum em diversas sociabilidades, o patriarcado e conseqüentemente a opressão das mulheres é produto histórico.

A despeito do destaque nas relações de sexo/gênero, as autoras, em tempos e lugares distintos, contribuíram para o debate feminista e continuam a influenciar as análises sobre violência. Na presente tese, ilustram a importância de não dissociarmos as experiências individuais (tão caras ao feminismo) do contexto sob as quais tais experiências são produzidas. Partimos dessa aferição para apreender a violência contra as mulheres na sociedade racial e de classes, que exige tanto reconhecer o contexto mais amplo da violência,

resultado do *modus operandi* dessa sociabilidade (como demonstrado no capítulo anterior), e ao mesmo tempo empreender esforços no sentido de alcançarmos as particularidades desse fenômeno na vida das mulheres em sua diversidade. Afinal, “[...] a completa eliminação da violência sexista dependerá em última análise de nossa habilidade em criar uma nova e revolucionária ordem global”, em prol de que “toda forma de opressão e violência contra a humanidade seja obliterada” (DAVIS, 2017, p. 52), daí ser imprescindível a análise da totalidade concreta em suas múltiplas determinações.

3.1.1 A categoria “violência contra as mulheres” como práxis feminista

A violência contra as mulheres se expressa de diferentes formas – a depender do contexto social e dos fatores econômicos, sociais, políticos e culturais – e fundamenta-se, como já referido, no controle social das mulheres e corpos femininos. Por outro lado, a sua apreensão tem sido comumente acompanhada por uma patologização e culturalização da questão, associada a certas práticas sociais e religiosas de configurações e normas impostas pelo sistema patriarcal, como ocorre nos casos de terapias e internações forçadas, dos casamentos forçados e da mutilação genital feminina (DUTTON; NICHOLLS, 2005). Contudo, seu reconhecimento como violência “comum” e a gravidade dela na vida das mulheres é resultado da construção teórica e práxis feminista no contexto dos primeiros ecos da crise capitalista. Conforme aponta Álvarez (2005), o feminismo como teoria e movimento social percorreu uma longa estrada para chegar à *redefinição* da violência contra as mulheres como um problema social e político, posto que a visão tradicional-patriarcal compreende esse tipo de violência como *normal e necessário*, ou como *problema patológico*.

Dada a complexidade que a envolve, a categoria e a terminologia “violência contra a mulher” tem sido utilizada pela teoria feminista de maneiras diversas e, apesar do avanço nos debates e no esforço de sistematização do pensamento sobre o tema, ainda persistem dificuldades teóricas relativas à definição da violência contra as mulheres e imprecisão terminológica nos conceitos desenvolvidos, uma vez que, frequentemente, não fazem “nítida distinção entre os termos [‘violência de gênero’], ‘violência contra as mulheres’, ‘violência doméstica’ e ‘violência familiar’, os quais acabam sendo utilizados como sinônimos” (IZUMINO; SANTOS, 2005, p. 5). Em outras palavras, a polissemia em torno da questão se desdobra em grande medida em definições a partir de dimensões distintas: ora pelo *lugar*

onde ocorre (doméstico, intrafamiliar, privado), ora pelo *tipo de relação* existente entre os sujeitos envolvidos (familiar, conjugal) ou pela concepção das relações violentas entre mulheres e homens como resultado reproduzidos de *construções sociais* (patriarcado, gênero) (CUNHA, 2008).

A violência doméstica, a violência conjugal e a violência intrafamiliar ou familiar são expressões da violência contra as mulheres, qualificadas a partir de determinado contexto situacional ou da relação com os sujeitos envolvidos – logo, não conseguem abarcar conceitualmente a totalidade, a complexidade e as múltiplas expressões do fenômeno. Quanto ao debate da violência de gênero, Geraldine Terry (2004) esclarece que “a violência baseada no gênero” e “a violência contra as mulheres” não são sinônimos. Para tal afirmação, baseia-se na Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (1993), que entende esse tipo de violência como uma *subcategoria* da violência baseada no gênero e abrange qualquer ato de violência que resulta em (ou possa resultar em) dano físico, sexual ou psicológico ou sofrimento e danos para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, ocorrida na vida pública ou privada (ONU, 1993). Saffioti (2004), estudiosa desse tema no Brasil, optou pelo uso da categoria *violência de gênero* por considerá-la mais ampla; contudo, mesmo fazendo tal opção, em seus estudos, põe em relevo a violência contra as mulheres. A autora reconhece que “o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura” (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

Destaca-se também o uso da terminologia “violência de gênero contra mulheres” como forma de explicitar a diferença de gênero no conjunto das relações sociais que determinam a dominação das mulheres (CABRERA, 2010). Contudo, o debate feito pela organização de mulheres lésbicas “Cattrachas”, de Honduras,¹⁵⁷ chama atenção para o risco de o termo “violência de gênero” assumir uma falsa bipolaridade criada e perpetuada pela ideologia patriarcal e heterossexista (CABRERA, 2010). Nessa análise, o heterossexismo vivenciado pelas mulheres lésbicas seria invisibilizado na terminologia “violência de gênero”, uma vez que ela se refere quase sempre a dois sexos hegemônicos (feminino e masculino). A referida organização defende o uso de “sexos” e “violências” para alcançar a pluralidade dos contextos da violência contra as mulheres, produto da ideologia patriarcal e da supremacia heterossexista (CABRERA, 2010). Nessa mesma direção, porém, sem requisitar o termo

¹⁵⁷ Cattrachas é uma organização lésbica feminista, dedicada à investigação e comunicação para a incidência política e a defesa dos direitos humanos da comunidade LGTTBI em Honduras. Para informações mais aprofundadas sobre a organização, consultar: <http://www.cattrachas.org/>.

“sexo”, estudos e pesquisas realizados com mulheres indígenas e afrodescendentes sugerem que a violência deve ser referida no plural, uma vez que esses povos historicamente vivenciam violências tanto como indivíduos e, coletivamente, como povos (BARROSO, 2015; IXIMULEU CHNAB'JUL, 2008).

Acreditamos que o uso indiscriminado desses termos pode contribuir para obscurecer a realidade de que as mulheres, meninas e o corpo feminino constituem a grande maioria das vítimas de violência baseada no gênero, e os homens, a maioria dos perpetradores. Assim, presumimos uma tendência a subsumir-se o conceito de “violência contra as mulheres” ao de “violência de gênero” quando da ocorrência desse uso (TURRELL, 2007). O mesmo ocorre no debate em torno dos conceitos “violência patriarcal” e “violência sexista”. Violência sexista é a violência que a mulher vivencia simplesmente por ser mulher, e que é cometida por um homem (SOF, 2005). Porém, mesmo que todas as mulheres sejam implicadas por essa violência,

[...] algumas estão mais expostas a ela por enfrentarem condições mais difíceis: ou por estarem em situação que as tornam mais frágeis, como por exemplo, o isolamento, a dependência financeira, ou por serem discriminadas devido a raça, religião, orientação sexual. Outras situações que colocam as mulheres em situação de maiores manifestações de violência são as migrantes, refugiadas de guerra, mas também outras etnias discriminadas, como em nosso país, as indígenas. Um outro grupo de mulheres que sofre manifestações de muita violência são as prostitutas. Também é importante citar as mulheres mais jovens e meninas (SOF, 2005, p. 5).

Os conceitos de “violência sexista” e “violência patriarcal” deixam implícito o sujeito da experiência e não submergem o conceito de violência contra a mulher como ocorre no conceito de violência de gênero, mas seus usos podem incidir na essencialização ou homogeneização das experiências das mulheres.

Esses questionamentos e preocupações localizam-se sobremaneira na crítica ao universalismo oriundo dos estudos sobre “a condição da mulher” (no singular). Foram inicialmente as mulheres negras e, posteriormente, as mulheres lésbicas e latino-americanas que problematizaram a teoria feminista para a diversidade de experiências e situações das mulheres (CURIEL, 2003). Assim, “Por estas críticas, o pensamento feminista das “brancas-heterossexuais-de classe média do primeiro mundo” foi corretamente denunciado como insuficiente” (CAMURÇA, 2007, p. 2). Camurça (2007, p. 2) destaca também que, por razões diversas, o uso da categoria mulheres (no plural) também entrou em questão:

A própria ideia de auto-organização das mulheres ficou sob ataque. Não são poucas as pessoas que propõem um feminismo misto, de homens e mulheres. Um feminismo desencarnado dos corpos. Outros e outras, dada a diversidade de

situações entre as mulheres, concluem pela absoluta impossibilidade, senão a impropriedade, de qualquer generalização sobre as mulheres, que, por suposto, não existiriam como tal. Se é assim, que fazer então do feminismo, movimento e teoria que assenta-se sobre o conceito de mulheres?

Porém, ao passo que abdicar da categoria mulheres é pôr em risco os conceitos dos quais o feminismo depende (LOVELL, 1996), afirmar as diferenças é fortalecer o feminismo, sendo relevante como estratégia política (CURIEL, 2003). Esse debate nos impõe novamente a *dialética da opressão-exploração*, em que a emancipação das mulheres não é possível sem a mudança societária que impede a liberdade. Logo, o feminismo como projeto societário não se limita às mulheres, mas, como sujeito político ou espaço das lutas das mulheres, deve ter o protagonismo delas, tendo como horizonte a emancipação humana. Como assevera Camurça (2007, p. 3), “[...] Sem este ‘nós mulheres’ não há como o feminismo seguir sendo um sujeito político com força transformadora” (CARMUÇA, 2007, p. 3).

Portanto, a partir dessas questões que se articulam à opção pela perspectiva analítica da simbiose entre as relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia e classe, acreditamos que utilizar isoladamente os conceitos de sexismo ou patriarcado pode secundarizar ou encobrir o racismo e o capitalismo. Conforme já destacamos, a consubstancialidade desses sistemas e categorias históricas – patriarcado, racismo, capitalismo – são “faces de um mesmo processo de produzir e reproduzir a vida” (SILVA, 1992, p. 28).

Dito isso, optamos, neste estudo, pelo uso da categoria “*violência contra as mulheres*”¹⁵⁸ como categoria explicativa da opressão-exploração das mulheres e do corpo feminino. Acreditamos ser importante enfatizar o sujeito que sofre/vivencia a violência, o que não é necessariamente explicitado no conceito de “violência de gênero”. O uso da expressão *violência de gênero*, além de não explicitar o sujeito que pratica ou exerce a violência e os sujeitos que as sofrem, pode reproduzir (no caso do objeto de tese aqui proposto) o que tem ocorrido em vários outros estudos: ser utilizada simplesmente como sinônimo de *violência contra as mulheres*. Além disso, entendemos que a terminologia “violência contra as mulheres” deixa explícito tratar-se de uma desigualdade posta pela ordem patriarcal de gênero, “uma ordem simbólica demarcada pela desigualdade que está presente e organiza o cotidiano da vida social, regido por assimetrias existentes entre homens e mulheres” (BANDEIRA, 2009). Ademais, não há dúvidas de que a violência contra as mulheres é uma violência sexista e patriarcal; mas ela é mais que isso: é atravessada pelo racismo e classismo,

¹⁵⁸ Temos feito uso de tal conceito desde nosso estudo sobre a violência contra as mulheres no contexto indígena. Naquela oportunidade, sugere-se o uso de “violência contra as mulheres” com o objetivo de ampliar a abordagem para a diversidade de experiências e expressões dessa violência em cada contexto analisado. Sobre a pesquisa, consultar Barroso (2015).

daí o uso de mulheres (no plural). Soma-se a isso a questão política do termo: além de ter origem nos movimentos feministas e de mulheres, a categoria “violência contra as mulheres” tem grande alcance e abrangência pela fácil identificação, o que facilita a sua compreensão e acesso. No contexto de Belo Monte, por exemplo, compõe a gramática dos movimentos sociais, das instituições e das mulheres as quais tivemos acesso por ocasião da pesquisa. De acordo com Camurça (2007, p. 3),

[...] se, por um lado, é preciso afastar tendências essencialistas sobre “a mulher” e o feminino universal e, de outro lado, negar validade a uma identidade homogênea comum a “todas as mulheres”, é preciso, sem dúvida, afirmar *as mulheres* como identidade política. [...] É imprescindível termos um NÓS MULHERES, a partir do qual é possível analisar o contexto, identificar as contradições, fixar objetivos para esta movimentação.

É nessa direção que situamos a orientação teórico-metodológica da presente tese. Outrossim, também são diversos os conceitos de “violência contra as mulheres”. Aqui, rejeitamos o conceito de violência apenas como ruptura de integridades ou ato coercitivo.¹⁵⁹ Conforme destacamos no capítulo 2, definições dessa ordem, além de usualmente limitarem-se à violência direta, apoiam-se num conceito aceito como verdadeiro e único quase sempre dentro do palpável – ou seja, a face mais imediata do problema, aquela que traz a preocupação com a violência expressa pela agressão (SAFFIOTI, 2004; ODALIA, 2004). Como já referido, partimos da perspectiva da violência contra as mulheres como resultado da dinâmica das relações sociais em condições históricas determinadas; logo, só pode ser apreendida a partir do desvelamento de suas múltiplas determinações.

Sob a designação de violência contra a mulher são agrupados fenômenos e situações diversas: abusos verbais, físicos e emocionais, agressões e torturas, assédios e abuso sexual, estupro, privação de liberdade, escravidão sexual, incesto, heterossexualidade forçada, posseção forçada dos corpos femininos, maternidade imposta, abortamentos, mutilações físicas, assassinatos, além de manifestações mais sutis, dissimuladas e envolventes, que sobrevivem por meio de chantagens, emoções e constrangimentos (BANDEIRA, 2009). Assim, é evidente que a violência contra as mulheres se expressa de diversas formas, tem

¹⁵⁹ Conforme destaca Saffioti (2004, p. 75-76), em se tratando de violência contra a mulher “são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres [...]”. Dessa maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do *continuum* entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isso, a mera existência dessa tenuidade representa violência. Com efeito, paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isso como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero. Embora se trate de mecanismo de ordem social, cada mulher o interpretará singularmente. Isso posto, a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato como violento situa-se no terreno da individualidade”. Logo, “o mesmo fenômeno pode ser considerado normal por uma mulher e agressivo por outra” (SAFFIOTI, 2004, p. 47).

múltiplos arranjos e configurações e possui uma *existência real* que impacta a vida de seres sociais sob dadas circunstâncias e contexto sócio-histórico. Portanto, também possui uma dimensão *prática* – reconhecida ou não socialmente – capaz de violar, oprimir, constranger ferir e estabelecer interesses e vontades que se sustentam em ações situadas em uma dada experiência (SILVA, 2008), mas não se limita a ela. Todavia, no geral, as sistematizações sobre o tema partem de classificações previamente definidas que, quando não tomam a história e a realidade concreta como requisitos para a análise, acabam enquadrando situações complexas em tipologias – quase sempre sob o respaldo das instituições jurídicas – que limitam a apreensão das diversas dimensões do fenômeno, ao mesmo tempo em que dificultam a percepção de novas e atualizadas expressões.

Dito isso, a perspectiva assumida por nós nesta tese é de que apenas a aproximação às múltiplas determinações da realidade poderá garantir a apreensão da violência contra as mulheres e, como tal, não podemos enquadrá-la em uma definição fechada ou tipologias. Ao mesmo tempo, nos afastamos das concepções que essencializam ou a localizam no campo da natureza ou biologia. Assim, problematizamos não apenas as práticas sociais, mas a tolerância, o consentimento e as expectativas em torno do sexo/gênero, consolidados historicamente e reforçados pela ordem social que produz e naturaliza a violência contra as mulheres. De tal modo, na tentativa de alcançar a dinâmica da violência na experiência concreta das mulheres, *a violência contra as mulheres é tomada aqui como o controle sobre os corpos das mulheres e femininos que reúne um conjunto de diferentes práticas e experiências – em intensidade, extensão e manifestações –, em vários contextos, independentemente de quem a comete.* Acreditamos que tal conceito, embora amplo, polissêmico e revestido de complexidade teórica, amplia as possibilidades de aproximação ao fenômeno em sua totalidade.

Contudo, *nossa tese é de que a relação entre a violência contra as mulheres e a ordem social ainda é acessória nos estudos sobre o tema.* No geral, essa relação, quando estabelecida, aponta para as consequências negativas dessa violência para a sociedade, e não a sua apreensão como uma violência estrutural, produto do próprio sistema ou de seu *modus operandi*. O debate sobre violência contra mulheres e desenvolvimento é ilustrativo desse enfoque. Hoeffler e Fearon (2014), a partir dos dados de uma pesquisa encomendada pelo Centro de Consenso de Copenhagen,¹⁶⁰ apontam que a violência contra as mulheres, além das

¹⁶⁰ O estudo calculou o custo da violência no mundo, incluindo a violência doméstica, a sexual e o assassinato de mulheres, traduzindo em números o peso que a violação dos direitos das mulheres traz para toda a sociedade. Segundo a pesquisa, o homicídio de mulheres gera um custo de US\$ 105,3 bilhões mundialmente, sendo US\$ 23,3

várias consequências pessoais para a vida das vítimas, gera externalidades socioeconômicas que afetam toda a sociedade, limitando seu potencial de desenvolvimento e restringindo o crescimento econômico de uma nação. Para os pesquisadores, a violência contra as mulheres “[...] pode ser lida como uma discriminação, uma violação de direitos humanos, *um problema para o desenvolvimento* e uma questão de saúde pública” (HOEFFLER; FEARON, 2014, p. 19-20). A pesquisa teve como objetivo contribuir para a ONU selecionar metas dos “Objetivos do Milênio”¹⁶¹ para 2030, e o exame dos dados limitou-se às consequências da violência contra as mulheres, descontextualizada dos seus substratos – logo, um problema ao desenvolvimento, e não resultado dele. Análises com esse viés continuam a influenciar estudos e pesquisas no Brasil, que privilegiam o debate do tema a partir das relações interpessoais – e não das relações sociais¹⁶² – e da *inclusão* das mulheres nas políticas de desenvolvimento. É importante dizer que a apreciação a partir das relações sociais não dispensa as subjetividades ou as relações interpessoais, diferentemente dos textos “subjetivistas” que desconsideram em sua totalidade as relações sociais.¹⁶³

Portanto, como partimos da análise das relações sociais de sexo/gênero, “raça” e classe, compreendemos que as múltiplas manifestações da violência contra as mulheres são passíveis não apenas de conservação, mas de ressignificação e transformação. Logo, as expressões, as formas e o conteúdo da violência contra as mulheres podem variar conforme o contexto e as correlações de forças em cada conjuntura. Daí a importância e necessidade de um conceito mais amplo. Ademais, presume-se que a imprecisão terminológica e conceitual em torno da violência contra as mulheres indica a existência de uma heterogeneidade teórico-

bilhões somente na região da América Latina e Caribe. O peso do assassinato por parceiros íntimos é marcante: representa 38% desse custo, atingindo U\$ 40,1 bilhões, sendo U\$ 6,6 bilhões na América Latina e Caribe. A violência doméstica custa U\$ 4,4 bilhões por ano e somente os casos denunciados de violência sexual contra mulheres outros U\$ 66,7 bilhões. Somando todos os números, a violência doméstica e sexual contra mulheres e o homicídio representam um ônus anual de U\$ 176,42 bilhões para as sociedades – cifras que são comparáveis às de uma guerra civil. O estudo revelou ainda que a violência nas relações pessoais, incluindo homens, mulheres e crianças, pesa mais que uma guerra civil para o desenvolvimento mundial. Disponível em: [http://www.compromissoeatidade.org.br/wp-content/uploads/2014/11/conflict_assessment_-_hoeffler_and_fearon.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/11/conflict_assessment_-_hoeffler_and_fearon.pdf). Acesso em: 20 dez. 2017.

¹⁶¹ As metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Para mais informações, consultar: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>.

¹⁶² Sobre a diferença entre relação intersubjetiva e relação social, consultar Kergoat (2010), também disponível no capítulo anterior.

¹⁶³ Essa crítica tem sido realizada pela teoria feminista do desenvolvimento. Não temos a pretensão de aprofundar o debate em torno dessa crítica, mas destacamos sua importância e influência nas análises aqui empreendidas.

política no interior do(s) feminismo(s), a qual pode ser mais bem percebida nas diversas perspectivas sobre o tema, sistematizadas a partir da conjuntura brasileira no próximo item.

3.1.2 Perspectivas e limites nos debates em torno da violência contra as mulheres no Brasil

No Brasil, os debates sobre a violência contra as mulheres datam da década de 1970, a partir da denúncia da violência praticada contra as mulheres no espaço doméstico e da demanda pela substituição do emprego jurídico do termo “legítima defesa da honra”, que figurava como justificativa dos crimes praticados pelos maridos contra suas esposas (BARROSO, 2015). O movimento feminista foi fundamental para a inserção da violência contra as mulheres na arena pública e para mudanças nos processos legislativos, institucionais e jurídicos. Conforme destaca Bandeira (2009, p. 5), essas mudanças

[...] foram iniciadas no período da ditadura militar, na década de 1970, quando, no cenário das demandas pela anistia política de centenas de homens e mulheres, vítimas da violência militar, segmentos do movimento feminista brasileiro se empenharam em denunciar a violência cometida contra as mulheres no próprio lar. Este processo de resistência se fortaleceu com várias estratégias de luta, dentre elas, a nomeação da expressão “violência contra a mulher”, seguida pela demanda por políticas públicas a fim de coibi-la.

Desde então, a questão da violência contra as mulheres passou a compor as agendas políticas, governamentais e acadêmicas, por pressão dos movimentos feministas, como um problema público a ser enfrentado. Todavia, apesar da ampliação dos estudos e pesquisas sobre o tema, dos avanços no campo da institucionalização das políticas públicas e de mudanças nas legislações – como exemplos, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e o financiamento de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, da judicialização da violência doméstica (com a aprovação em 2004 da Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha, e mais recentemente com a aprovação da Lei nº 13.104 do feminicídio¹⁶⁴) –, os dados de violência contra as mulheres são crescentes no País e confirmam a tendência mundial, conforme exposto no item anterior.

¹⁶⁴ Altera o artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Para citarmos alguns dados, o Mapa da Violência 2015 aponta uma taxa de 4,8 homicídios por cada 100 mil mulheres no Brasil, a quinta maior do mundo, conforme dados da OMS que avaliaram um grupo de 83 países. No *Mapa da Violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil*, o Brasil estava em sétimo no ranking mundial de assassinatos de mulheres, com uma taxa de 4,4 homicídios em 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2013), indicando um considerável crescimento no período de três anos (2012-2015). Conforme ainda o Mapa da Violência 2015, dos crimes, 55,3% foram cometidos no ambiente doméstico e 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas, com base em dados de 2013 do Ministério da Saúde. O mapa aponta ainda um aumento de 54% em dez anos no número de homicídios de mulheres negras, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013.¹⁶⁵ Esses dados corroboram com os números divulgados pelo Atlas da Violência de 2017, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que analisou os números e taxas de homicídios no País entre os anos de 2005 e 2015. O Atlas revela que, enquanto a mortalidade por homicídio de mulheres não negras (brancas, indígenas e amarelas) caiu 7,4% no período analisado (passando para 3,1 mortes para cada 100 mil mulheres), a mortalidade de mulheres negras teve um aumento de 22%, chegando à taxa de 5,2 mortes para cada 100 mil. Esse é um número que está acima da média nacional de mulheres assassinadas, que é de 4,5 mortes para cada 100 mil habitantes. Além desses dados, o índice de mulheres negras que já foram vítimas de agressão subiu de 54,8% para 65,3% entre 2005 e 2015, o que reafirma a maior incidência da violência direcionada às mulheres negras. No caso das mulheres indígenas, não há registros, o que aponta para a ausência de pesquisas quantitativas nesse contexto. As duas pesquisas reforçam a tese aqui defendida da *intrínseca relação entre sexismo, racismo e classismo*. Nessa direção, podemos aferir que as mulheres negras são as mais expostas à violência, afinal, quando se articula o racismo às questões mais amplas das mulheres, verificamos que historicamente a questão racial produziu no Brasil uma identidade feminina estigmatizada das mulheres negras (CARNEIRO, 2003), que contribuiu em grande medida para que as mulheres negras estejam na base da pirâmide social. Contudo, cabe dizer que a violência contra as mulheres ocorre em todas as relações sociais, revelando a unidade formada pelo recorte de sexo/gênero. Em outras palavras, é um fenômeno transversal a todas as relações sociais, “embora assumam feições particulares tendo

¹⁶⁵ Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php . Acesso em: 22 dez. 2017.

em vista a condição de classe e/ou raça/etnia a que pertence a mulher” (SILVA, 1992, p. 60-61).

A pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, realizada em fevereiro de 2017, apontou que uma a cada três brasileiras com 16 anos ou mais foi espancada, xingada, ameaçada, agarrada, perseguida, esfaqueada, empurrada ou chutada no último ano, e que 22% das mulheres sofreram alguma ofensa verbal, num total de 12 milhões de mulheres. Além disso, 10% das mulheres foram vítimas de ameaças de violência física, 8% sofreram ofensa sexual, 4% receberam ameaça com faca ou arma de fogo. E ainda: 3% ou 1,4 milhões de mulheres sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento e 1% levou pelo menos um tiro. A pesquisa estima que 66% da população, ou seja, dois em cada três brasileiros, viu uma mulher sendo vítima de algum tipo de violência em 2016. A maior prevalência ocorre para abordagens desrespeitosas de mulheres na rua, evento reportado por 51% da população, por 80% da população jovem e por 85% da população jovem do sexo feminino (16 a 24 anos).¹⁶⁶ De acordo com dados do Ligue 180 (central telefônica de denúncias da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), os registros de violência doméstica e familiar cresceram 133% em 2016, em relação aos anos anteriores. Entre as denúncias, a central de atendimento identificou aumento de 123% no número de relatos de violências sexuais em relação ao primeiro semestre de 2015, elevação em decorrência dos relatos de estupros, que cresceram 147%, chegando a 2.457 casos, com média de 13 registros por dia. De acordo com a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), estima-se que cerca de 6% das vítimas de estupro que procuraram o Disque 100 do Governo Federal, durante o ano de 2012, eram mulheres lésbicas, sendo que, entre esses dados, havia um percentual considerável de denúncias de “estupro corretivo”. Entre 2012 e 2014, as mulheres lésbicas responderam por 9% de toda a procura pelo serviço (PATRICIA GALVÃO, 2015). Além disso, pesquisas também apontam o Brasil como o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo. Entre janeiro de 2008 e abril de 2013, foram 486 mortes, quatro vezes mais que no México, segundo país com mais casos registrados. Em 2013, foram 121 casos de travestis e transexuais assassinados em todo o Brasil. Mas sabemos que esses dados estão subestimados.¹⁶⁷ Os dados demonstram a abrangência do fenômeno e um horizonte de desafios às lutas das mulheres e para as(os) profissionais que lidam com a

¹⁶⁶ Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

¹⁶⁷ Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf. Acesso em: 4 jan. 2018.

temática. Da mesma forma, provocam pesquisadoras sobre o tema a construir diversas abordagens teórico-metodológicas sobre o problema.

A primeira definição do conceito de violência contra a mulher no Brasil enfatizava a violência doméstica e o questionamento ao pátrio poder “naturalizado pelo senso comum e expresso em ditados populares tais como ‘em briga de marido e mulher ninguém mete a colher’”¹⁶⁸ (BRAZÃO, 2010, p. 19). Tal definição foi elaborada a partir das experiências políticas na década de 1980, em que, ao lado de ações de mobilizações e conscientização, militantes acolhiam mulheres que sofriam violência em organizações feministas. Uma das principais conquistas desse período foi a criação da Delegacia da Mulher, referência mundial de política pública contra a violência contra as mulheres e a impunidade.¹⁶⁹ Ainda nessa década, a violência tornou-se uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas no Brasil. Nesse momento, buscava-se “conhecer quais eram os crimes mais denunciados, quem eram as mulheres que sofriam a violência e quem eram seus agressores” (IZUMINO; SANTOS, 2005, p. 2). Izumino e Santos (2005) identificam nesses estudos três correntes teóricas que vão influenciar nas definições sobre o tema e as alternativas de intervenção do Estado frente à problemática no Brasil: de *dominação masculina*, a perspectiva *relacional* e a de *dominação patriarcal*.

A corrente teórica identificada como de *dominação masculina* é uma das principais referências que orientaram as análises sobre violência contra as mulheres nos anos 1980 e percebiam a violência contra a mulher como expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar, como uma relação assimétrica, em que o homem ocupa a posição de mando, podendo usar a sua autoridade para punir, exigir e, por vezes, agredir os outros componentes da família – enquanto a mulher, cujo papel é o de lidar com as tarefas domésticas e cuidar dos filhos, está subordinada aos desígnios do homem (GREGORI, 1993). Dois referenciais teóricos são emblemáticos dessa perspectiva. O primeiro é o trabalho de Maria Amélia Azevedo (1985), *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. E o segundo, o artigo de Marilena Chauí (1985), *Participando do debate sobre mulher*. A tônica desses trabalhos era a denúncia das situações de violência vividas pelas mulheres, sem apontar saídas para modificar a condição feminina e dar voz às mulheres (IZUMINO, 1998) – além de

¹⁶⁸ Importante referência nesse debate é o livro de Marlise Vinagre Silva, intitulado *Violência contra a mulher: quem mete a colher?*, publicado pela Editora Cortez em 1992.

¹⁶⁹ A primeira delegacia da mulher do Brasil (e do mundo) foi criada na cidade de São Paulo, em agosto de 1985, durante o governo estadual de Franco Montoro, para que policiais do sexo feminino investigassem crimes em que a vítima fosse mulher, incluindo, entre outros, os crimes de estupro e lesão corporal (IZUMINO; SANTOS, 2005, p. 1).

conceber as mulheres tanto como “vítimas” quanto “cúmplices” da dominação masculina. A crítica principal a essa perspectiva dá-se em torno da ausência de autonomia das mulheres no contexto da vivência da violência. Porém, não se pode desconsiderar, apesar dos limites da utilização inicial do termo “vítima”, a importância da publicização de uma abordagem sobre violência contra a mulher como resultante de uma estrutura de dominação.

A abordagem *relacional*, por sua vez, “relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é ‘vítima’ senão ‘cúmplice’” (IZUMINO; SANTOS, 2005, p. 2). Essa abordagem teve grande repercussão nos anos 1990 e foi fortemente influenciada pelos estudos da categoria gênero, introduzindo nas análises sobre violência contra as mulheres uma nova terminologia, a expressão *violência de gênero*. O principal trabalho dessa abordagem é de Maria Filomena Gregori, publicado no início dos anos 1990 sob o título *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*, dedicado ao estudo da dinâmica das relações violentas entre homens e mulheres, pressupondo que os relacionamentos violentos não são essencialmente iguais. Demonstrou como a construção dos gêneros é atualizada nas relações interpessoais de forma dinâmica, incorporando os diversos significados assumidos pela violência em diferentes relacionamentos. Segundo a autora, “é equivocado atribuir genericamente ao fenômeno da violência contra a mulher um conflito de padrões entre o casal ou mesmo excluir essa hipótese também de maneira genérica” (GREGORI, 1993, p. 139).

Na análise de Izumino e Santos (2005, p. 7), Gregori (1993) recusa a leitura de Marilena Chauí sobre violência como expressão de dominação, ou seja, não pensa a violência como relação de poder e ainda entende que a perspectiva da dominação não oferece uma alternativa para a vitimização da mulher. Assim, Gregori “analisa o fenômeno da violência conjugal como uma forma de comunicação em que homens e mulheres conferem significado às suas práticas” e ainda considera que a “mulher é protagonista nas cenas de violência conjugal e se representa como ‘vítima’ e ‘não sujeito’ quando denuncia, através de queixas, tais cenas” (IZUMINO; SANTOS, 2005, p. 7). A crítica a essa perspectiva aponta para o risco da *culpabilização* das mulheres pela violência sofrida e pela permanência nas relações violentas. É enfática a reação do movimento feminista contra essa relativização e, a despeito disso, organizações feministas em São Paulo que prestam atendimento a mulheres nas áreas de violência e saúde, como a Casa Eliane de Grammont e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, passaram a discutir a “cumplicidade” da mulher na relação de violência conjugal e a

usar a expressão “mulheres *em situação* de violência” ao invés de “mulheres *vítimas* de violência” (IZUMINO; SANTOS, 2005, p. 7).

Outra referência dessa perspectiva é Wânia Pasinato Izumino, no livro intitulado *Justiça e violência contra a mulher*, publicado em 1998. A partir da análise dos processos judiciais na cidade de São Paulo em casos de lesão corporal praticada por homens contra mulheres em relações conjugais, a autora refuta a ideia de vitimização das mulheres. Entretanto, diferentemente de Gregori, não trata a violência contra as mulheres como uma mera forma de comunicação. Izumino (1998) chama atenção para a superação das visões naturalizadas da violência contra a mulher e propõe a análise a partir das relações de gênero e poder:

Além de inserir as relações entre os sexos numa relação dinâmica de exercício de poder, análise dos casos de violência contra a mulher, entendidos como situações que envolvem a oposição de gênero, considera que essas relações são socialmente construídas, afastando o caráter naturalizado e biológico que de antemão caracterizava as diferenças sexuais e o exercício da dominação masculina sobre as mulheres (IZUMINO, 1998, p. 90).

A autora dialoga com a perspectiva de Foucault (1989), compreendendo a violência contra a mulher como resultado de relações de poder que se constituem nas relações entre as pessoas, em seu cotidiano, e se desenvolvem em múltiplas direções, estabelecendo diferentes possibilidades de dominação e submissão. Os estudos da autora apontam que as mulheres têm um papel protagonista na condução dos processos judiciais: “ao invés de se colocarem no papel de vítima, as mulheres exercem poder para construir variadas versões dos fatos e para de alguma forma alterar sua situação” (IZUMINO; SANTOS, 2005, p. 10). Em outra direção, acreditamos que o fato de as mulheres serem vítimas de uma violência particular não significa tomá-las como passivas e assumir uma postura vitimista, tampouco considerá-las cúmplices. Logo, para ser “[...] cúmplice do homem, a mulher teria de se situar no mesmo patamar que seu parceiro na estrutura de poder. Só este fato a colocaria em condições de consentir na violência masculina” (SAFFIOTI, 1997, p. 71).¹⁷⁰

¹⁷⁰ Saffioti (1997, p. 70-71), ao discutir a subjetividade em torno da violência de gênero, assevera que é possível “[...] afirmar, com certeza, que, via de regra, os homens dispensam às mulheres um tratamento de não-sujeitos e, muitas vezes, as representações que as mulheres têm de si mesmas caminham nesta direção. Contudo, o mero fato de mulheres serem autoras de representações constitui uma tradução de seu caráter de sujeitos. Esta discussão, entretanto, não autoriza ninguém a concluir pela cumplicidade da mulher com o homem na violência de gênero. Dada a organização social de gênero, de acordo com a qual o homem tem poder praticamente de vida ou morte sobre a mulher (a impunidade de espancadores e homicidas revela isto) no plano de facto, a mulher, ao fim e ao cabo, é vítima, na medida em que desfruta de parcelas muito menores de poder para mudar a situação. No que tange à violência de gênero, não é difícil observar que a mulher é considerada um mero objeto não apenas por seu agressor, mas por ela mesma. Faz parte do discurso da vítima considerar-se somente objeto, ou

A perspectiva nomeada de *dominação patriarcal*, com influência da perspectiva feminista e marxista, define a violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino. Essa abordagem tem como grande referência no Brasil a socióloga Heleieth Saffioti e suas obras *O poder do macho*, de 1987, e *Gênero, patriarcado e violência*, de 2004. Os questionamentos a essa abordagem destacam principalmente a inadequação do patriarcado para compreensão da realidade contemporânea (discussão feita no capítulo anterior) e o significado da condição feminina articulado a pressupostos universalizantes, como a ideia de que a opressão seria partilhada apenas pela diferença de sexo, sem levar em consideração o contexto histórico e social observado (DEBERT, 2008). São críticas das quais discordamos, posto Saffioti (2004, p. 45) enfatizar a importância de uma análise histórica da violência e do gênero, como se pode perceber na citação abaixo:

O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida. Há, porém, feministas que veem a referida hierarquia, independentemente do período histórico com o qual lidam. Aí reside o grande problema teórico, impedindo uma interlocução adequada e esclarecedora entre as adeptas do conceito de patriarcado, as fanáticas pelo de gênero e as que trabalham, considerando a história como processo, admitindo a utilização do conceito de gênero para toda a história, como categoria geral, e o conceito de patriarcado como categoria específica de determinado período, ou seja, para os seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade.

A inserção do debate de *gênero* nos estudos feministas no Brasil trouxe deslocamentos nas abordagens sobre a violência contra a mulher no final dos anos 1980, como por exemplo, a substituição da *categoria mulher* pela *categoria gênero*. Para teóricas como Izumino e Santos (2005), apesar das diferentes abordagens, há uma conformidade de que a categoria gênero abre caminho para um novo paradigma no estudo das questões relativas às mulheres. Contudo, as discussões de gênero dão forma à crítica ao uso da categoria patriarcado e promovem a substituição da expressão *violência contra a mulher* pela expressão *violência de gênero*, debate feito no item anterior. Heleieth Saffioti e Sueli Souza de Almeida, em livro publicado em 1995, intitulado *Violência de gênero: poder e impotência*, foram pioneiras no uso do termo violência de gênero. Contudo, Saffioti, Maria Amélia Teles, Mônica de Melo,

seja, não-sujeito. No entanto, ela se põe como sujeito tanto na situação de violência que vivencia – revida a agressão, xinga, olha com deboche, não reage etc., seja como estratégia de defesa, seja como meio de obter atenção – quanto na formação discursiva por ela construída, na qual o homem figura como algoz e ela como santa. Aqui é interessante lembrar que se, de um lado, o discurso apresenta um caráter normatizador, por outro, ele nem chega a ser produzido sem o substrato material que o ser humano na sua totalidade (corpo, psique, razão) oferece à atividade coletivamente desempenhada, ou seja, a práxis”. Sobre esse debate, consultar Saffioti (1997).

Marilena Chauí, apesar da escolha teórica pela “violência de gênero”, não abrem mão da abordagem do patriarcado e permanecem conceituando a violência contra as mulheres como *expressão da dominação masculina*, perspectiva com a qual se compartilha na presente tese.

As três abordagens citadas ainda seguem influenciando estudos, pesquisas e intervenções em torno da questão da violência contra as mulheres. Novos estudos, a partir da década de 1990, passam a enfatizar o exercício da cidadania das mulheres e as possibilidades de acesso à Justiça, bem como as estratégias de intervenção do Estado no enfrentamento à questão. Porém, concordando com Izumino e Santos (2005), não foram superadas as dificuldades teóricas e terminológicas relativas à conceituação de violência contra as mulheres, conforme apontado no item anterior. Destaca-se também um certo tangenciamento das relações étnico-raciais no debate sobre o tema, tornando-se, pois, uma das pautas das feministas negras (GONZALES, 1984; CARNEIRO, 2003) desde os anos 1980. Conforme destaca Carneiro (2003, p. 122),

Em relação ao tópico da violência, as mulheres negras realçaram uma outra dimensão do problema. Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima. Esses são os efeitos da hegemonia da “branquitude” no imaginário social e nas relações sociais concretas. É uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas.

Suely Carneiro (2003, p. 122) chama a atenção para a “dimensão da violência racial e as particularidades que ela assume em relação às mulheres dos grupos raciais não-hegemônicos” e a importância de análises cuidadosas e recriação de práticas de proteção das mulheres que se mostrem capazes de construir referências não racistas. No bojo dessas críticas, o movimento de mulheres lésbicas e transexuais têm questionado o predomínio das análises sobre violência contra as mulheres nas relações heterossexuais, o que, em grande medida, contribui para a permanência da invisibilização da violência entre mulheres e, em outros casos, no reforço à homofobia. Acreditamos que a análise da violência contra as mulheres a partir das relações sociais de sexo/gênero (incluindo as sexualidades), étnico-raciais e de classe dão conta de apreender essas lacunas, que de fato existem. Cabe dizer ainda que, em concordância com Falquet (2014b), entendemos a heterossexualidade compulsória como uma das dimensões centrais do patriarcado. Nos termos da autora, “a heterossexualidade [...] é uma ideologia hegemônica. Essa ideologia da diferença sexual é a

base das relações sociais de sexo (o que simplificarmente podemos chamar de lógica(s) patriarcal(is)”) (FALQUET, 2014b, p. 257).

No campo jurídico-político, o debate sobre violência contra a mulher também se faz presente. Com o processo de redemocratização, novas leis e instituições foram criadas, ampliando formalmente os direitos das mulheres. A Constituição de 1988, considerada um marco na defesa de direitos igualitários para mulheres e homens no País, incluiu formalmente, pela primeira vez, os direitos das mulheres, como consta no artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. E no artigo 226, parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”.¹⁷¹ O Brasil também foi signatário de legislações internacionais, reconhecendo institucionalmente os direitos das mulheres como direitos humanos, as Convenções da ONU (Convenção Americana sobre Direitos Humanos; Convenção para Eliminar todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção Belém do Pará, foram as mais importantes. Segundo Izumino e Santos (2005, p. 13), o paradigma internacional dos direitos humanos é trazido para as práticas e os estudos feministas, e as pesquisas sobre violência contra as mulheres passam a “ênfatar uma preocupação com a ampliação dos direitos humanos das mulheres e o exercício de sua cidadania no âmbito das instituições públicas, principalmente na esfera da Justiça”.

No plano jurídico-político, destaca-se o conceito de violência contra as mulheres formulado na Convenção de Belém do Pará. Esse conceito caracteriza essa violência como qualquer ato que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físico, sexual, psicológico ou patrimonial à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto. A definição é, portanto, abrangente e abarca diferentes formas de violência contra as mulheres:

¹⁷¹ Contrariando os preceitos constitucionais de igualdade entre os gêneros, foi aprovado no último 24 de setembro, por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.583/2013, conhecido como Estatuto da Família, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR). O texto do projeto trata de políticas públicas voltadas à valorização da família, para o qual define como entidade familiar apenas o “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Em outras palavras, nega os diversos arranjos familiares presentes na realidade concreta, e exclui, especialmente, a possibilidade de união entre pessoas do mesmo sexo perante a lei, o acesso a direitos como herança, guarda dos filhos e inclusão do(a) parceiro(a) em planos de saúde, entre outros direitos. A aprovação do Estatuto da Família em primeira instância confirma a configuração conservadora e fundamentalista do Poder Legislativo na legislatura atual (2015-2019).

A violência doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher, compreendendo, entre outras, as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. A violência ocorrida na comunidade e que seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar. A violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (violência institucional) (BRASIL, 2011, p. 19-20).

Porém, embora a convenção tenha definido diretrizes para a erradicação de todas as formas de violência contra a mulher, restringe seu alcance ao âmbito doméstico (CUNHA, 2008).

Resultado da luta dos movimentos feministas e de mulheres, em 7 de agosto de 2006 foi sancionada a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, legislação que reconhece a violência doméstica contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos e que instrumentaliza o Estado em defesa das vítimas da violência baseada no gênero. Nesse sentido, o Estado brasileiro incorpora a discussão da violência doméstica e familiar contra a mulher, conceituando-a pelo que está prescrito:

Qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sofrimento sexual, sofrimento psicológico, dano moral ou dano patrimonial, dentro da unidade doméstica (espaço de convívio permanente de pessoas com ou sem vínculo familiar), do âmbito familiar (pessoas que são ou se consideram aparentadas, por laços naturais, por afinidade e por vontade expressa) e de qualquer relação íntima de afeto independente de coabitação (namoro ou qualquer outro tipo de envolvimento íntimo em que exista uma convivência) (BRASIL, 2006).

Não diferente da Convenção de Belém do Pará, a Lei Maria da Penha também restringe seu alcance ao âmbito doméstico, o que dificulta a desnaturalização e criminalização de outras formas de violência contra as mulheres, como é o caso do assédio moral e sexual, o tráfico de pessoas, o estupro e outras expressões da violência fora das relações consideradas domésticas.

Em decorrência também da pressão dos movimentos feministas e da propositura da Comissão Permanente Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher do Congresso Nacional,¹⁷² em 9 de março de 2015 foi aprovada a Lei nº 13.104, que prevê o feminicídio

¹⁷² Criada pela Resolução nº 1 de 16 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional. São competências da comissão: diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da seguridade social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão; promover o intercâmbio com entidades internacionais com vistas ao conhecimento de legislações, políticas e ações pertinentes ao objeto da comissão.

como circunstância qualificadora do crime de homicídio (alterando o artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848 – Código Penal) e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos (modificando o artigo 1º da Lei nº 8.072, que dispõe sobre os crimes hediondos). O objetivo da lei é reduzir as taxas de homicídio contra as mulheres no País, casos alarmantes, conforme dados citados no início deste item. O debate sobre o feminicídio surge a partir da morte violenta de mulheres no cenário internacional ainda na década de 1990. A novidade das discussões no Brasil aponta para questões não só no campo teórico, mas na atuação do Estado frente à nova tipologia. É importante explicar que femicídio refere-se a qualquer homicídio de mulheres, e feminicídio é o homicídio de mulheres por motivo de gênero, envolvendo ódio ou menosprezo por sua condição. A Lei nº 13.104 explicita que será qualificado o homicídio quando praticado “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” (artigo 121, §2º, inciso VI, CP). O § 2º-A do artigo 121 do CP dispõe que: “Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I – violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Acredita-se que, apesar do destaque para a violência doméstica e familiar, a legislação que dispõe sobre o feminicídio não se limita a essa abrangência. Segato (2006) tem questionado, por outro lado, se é possível considerar essa “tipologia” como englobante de todo e qualquer crime de assassinato cometido contra a mulher ou trata-se de nominá-la como uma categoria mais restrita de violência de gênero. O tema é polêmico, mas põe em revelo o tema da violência contra as mulheres e, mesmo que haja dúvidas sobre seu alcance no que diz respeito à redução das taxas de homicídios, o reconhecimento do feminicídio é considerado um avanço na luta pelo enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil.

De uma forma geral, as mudanças no campo jurídico-político ao longo das últimas três décadas no País foram fundamentais para a visibilidade do tema e redução da tolerância à violência contra as mulheres. Contudo, muitos desafios ainda persistem, como o reconhecimento da *violência institucional e estrutural* contra as mulheres. Tais categorias são negligenciadas pelos estudos clássicos sobre o tema (tem ocorrido uma pequena ampliação do debate da violência institucional) e legislações vigentes. A violência institucional tem sido compreendida como aquela exercida pelos agentes estatais nos serviços públicos, por ação ou omissão. Sugere-se considerar a violência institucional de forma mais ampla, também em situações em que a violência ocorre (praticada ou não por agentes e serviços públicos) com a conivência ou omissão do Estado. Em estudo realizado sobre a tolerância institucional à violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro, Madsen e Abreu (2014) apontam que, apesar dos avanços no campo jurídico e das políticas públicas para as mulheres,

Seguimos reproduzindo a cultura machista, racista e patriarcal que legitima a violência e que se legitima a partir dela. Sociedade e Estado são, certamente, reprodutores dessa cultura, sendo que este último se constitui e reconstitui cotidianamente no compasso desritmado entre o discurso construído por meio dos instrumentos mencionados acima e a prática atávica dos agentes e serviços estatais teoricamente garantidores de direitos (MADSEN; ABREU, 2014, p. 7).

Isso posto, temos como pressuposto da violência institucional a estrutura sexista, racista e classista do Estado que produz e reproduz a violência por meio das suas instituições, dos seus agentes e serviços estatais, bem como de suas políticas econômicas. Ao mesmo tempo, a violência institucional dá-se em permanentes tensionamentos no interior do Estado, uma vez que tem contribuído (mesmo que de forma superficial) com medidas que visam à redução da violência contra as mulheres (via legislações, políticas, pactos e instituições especializadas no atendimento às mulheres). A violência institucional vem sendo discutida pela criminologia crítica feminista que trouxe “à luz o androcentrismo, inerente ao direito penal, e a violência contra a mulher, reproduzida a partir da interpretação e aplicação do direito pelo próprio controle punitivo” (BREVES, 2015, p. 27). A análise debruça-se sobre o acesso das mulheres ao direito penal – seja como vítima ou autora de delitos –, e na relação entre a construção social de sexo/gênero e o paradigma de construção social do crime (MIRANDA, 2016). Para essa abordagem, a violência manifesta-se em duas dimensões: primeiro, subestimando e ignorando a violência contra as mulheres, sobretudo aquela ocorrida no contexto doméstico; e, segundo, no adensamento dos modos de execução da pena em decorrência dos estereótipos negativos de gênero, quando as agentes de delitos são mulheres. Por outro lado, essa perspectiva questiona pautas centrais na agenda feminista, tais como a demanda por penalização e o fim da impunidade nos casos de violência contra as mulheres. Conforme destaca Andrade (1999, p. 112), “o movimento feminista, ao demandar pela penalização, acaba legitimando um sistema irracional e deslegitimado enquanto produtor de seletividade, de repressão, castigo e punição, fortalecendo as fileiras da panaceia geral que vivemos hoje em matéria de política criminal”.

A abordagem da violência contra as mulheres a partir da criminologia crítica tem como referência Vera Regina Pereira de Andrade com vasta produção na área desde a década de 1990. A autora destaca as contradições nas pautas feministas, ora reivindicando a descriminalização de condutas – e cita-se o aborto como um dos mais emblemáticos –, ora solicita o enrijecimento do sistema penal nos casos de assédio sexual (Lei nº 10.224/01), da violência doméstica (Lei nº 10.886/04) ou endurecendo as condutas existentes com vistas à proteção da mulher (Lei nº 11.340/2006). Para Andrade (2003, p. 110), nesse contexto, “o

feminismo brasileiro se insere em processo de dupla via e, portanto, ambíguo”. Isso traz para a criminologia feminista o desafio de mediar as demandas dos movimentos sociais que lutam pela criminalização de condutas até então não criminalizadas – sobretudo da violência doméstica e do assédio sexual – e a oportunidade do Direito Penal mínimo, na medida em que demanda a descriminalização de condutas até então criminalizadas (ANDRADE, 1997; BREVES, 2015). Assim, coloca-se como um desafio tanto para o feminismo como para a criminologia crítica em si.

Nessa direção, Davis (2017) tem provocado debates junto às feministas no sentido de aprofundar a análise para a dimensão punitiva do Estado e assim repensar o encarceramento como a principal alternativa de enfrentamento à violência contra as mulheres. Para Davis (2009, p. 18),

A democracia da abolição deve ser decretada! A abolição das instituições que promovem a dominação de um grupo sobre outro. Enquanto a indústria do complexo carcerário persistir, a democracia continuará a ser falsa. Uma democracia falsa desse tipo reduz o povo e suas comunidades à subsistência biológica mais crua, pois ela os exclui da lei e da sociedade organizada.

Não questionamos o potencial simbólico de uma legislação afirmativa – a exemplo da Lei Maria da Penha – o que justifica a demanda dos movimentos pela criminalização e punição de casos de violência (sexista, racista e homofóbica), contudo, apenas de forma imediata causa “uma sensação de segurança e tranquilidade, iludindo os seus destinatários por meio de uma fantasia de segurança jurídica sem trabalhar as verdadeiras causas” das questões. Logo, pode-se afirmar que a demanda pelo aumento do aparato jurídico e do endurecimento de leis significa tão somente mais leis penais, mais juízes, mais prisões, mais presos, mas não menos conflitos e violência (QUEIROZ, 2005). Além disso, é importante destacar que “a própria mulher, historicamente, foi vítima dessa carga simbólica do Direito Penal, quando só poderia ser considerada vítima de determinados crimes quando fosse honesta”, ou seja, se atendesse aos requisitos impostos pela dominação masculina (MONTENEGRO, 2015, p. 112). Conforme questiona Andrade (1997, p. 47),

[...] de que adianta correr dos braços violentos do homem (seja marido, chefe ou estranhos) para cair nos braços do Estado, institucionalizado no sistema penal, se nesta corrida do controle social informal ao controle formal, as fêmeas reencontram a mesma resposta discriminatória em outra linguagem?

Contudo, apesar da concordância com a referida crítica, não apresentamos de pronto alternativas além da importância da garantia de medidas de proteção as mulheres – nem se

vislumbra alcançar respostas “prontas” nessa direção.¹⁷³ O que se propõe nessa ocasião é a ampliação do arcabouço teórico-político para se pensar além do instituído, inclusive porque a realidade empírica, a partir dos dados já citados, não tem apontado para uma redução da violência, revelando uma “eficácia invertida” diante das expectativas em torno da forma jurídica (ANDRADE, 2015). Ademais, podemos aferir que o debate em torno da violência contra as mulheres no Brasil é “marcado pela heterogeneidade de perspectivas e hipóteses explicativas e ainda muito influenciado pelas elaborações mais robustas a respeito da violência cometida por parceiro íntimo” (GOMES, 2014, p. 42) ou pela violência no contexto doméstico.

Isso reforça a presente tese, que assevera a importância de apreensão das expressões da violência contra as mulheres a partir da realidade socialmente determinada e, ao mesmo tempo, de seus fundamentos. Nesse sentido, tirar o véu, qualificar e galgar os fundamentos dessa questão exige reconhecer que a violência faz parte de um *modus operandi* da nossa sociabilidade, é construto e complexo social e, como tal, não convém ser analisada de forma isolada ou personificada. *Reconhecer a violência contra as mulheres como uma expressão da violência estrutural* possibilita o deslocamento da análise de suas consequências imediatas e demandas por medidas punitivistas individualizantes para o substrato que a produz e a mantém. Enveredamos por esse esforço a partir da análise da pesquisa empírica realizada no contexto de Belo Monte a ser destacada no próximo item. Alcançar casos emblemáticos – como é o caso de Belo Monte – de exacerbação da violência é também uma oportunidade de aproximação às lutas coletivas de enfrentamento não apenas às violências contra as mulheres, mas às estruturas que a produzem.

3.2 A violência contra as mulheres na UHE Belo Monte: uma face da mercadorização da vida na Amazônia

Como destacado nos capítulos anteriores, a experiência dos grandes projetos tem acarretado em consequências negativas a povos e territórios onde esses empreendimentos são

¹⁷³ Uma mediação possível apresentada pela criminologia crítica procura demonstrar a viabilidade da justiça restaurativa a ser aplicada nos crimes caracterizados por violência doméstica e sexual, por meio de um trabalho complexo que promova o encontro entre os envolvidos no conflito, de modo a incluí-los no seu processo de resolução, voltando o enfoque para a vítima e o dano sofrido – na contramão da Justiça Penal, a qual confere posição central ao agressor e ao delito – com vistas à superação da cultura punitiva e das estruturas sociais patriarcais (BREVES, 2015).

construídos, além dos impactos indiretos aos trabalhadores/as que passam a depender de tais obras. São diversos os relatos, principalmente oriundos dos movimentos sociais, de expropriações, opressões-exploração e de apropriação, com destaque para os casos de violência contra as mulheres. Entre as questões apontadas, destacam-se: o não reconhecimento do trabalho doméstico e do campo; a ausência das mulheres nos espaços deliberativos; a não qualificação das mulheres do campo para o trabalho urbano; a forma autoritária e truculenta com que os funcionários das empresas tratam e discriminam as mulheres; a ausência de serviços básicos que inviabilizam a mobilização e a participação das atingidas; a perda dos vínculos com a comunidade e a quebra dos laços familiares; e o agravamento da violência e prostituição.¹⁷⁴ Conforme reportagem do Movimento Xingu Vivo para Sempre (2013),¹⁷⁵ câncer, depressão, prostituição, extinção de peixes, desmatamento e destruição de toda uma vida foram alguns dos custos que pagam há 30 anos mulheres e suas famílias após o início das obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Dilma, uma das atingidas pela barragem, na mesma reportagem, expõe que, “com essa obra, veio o roubo, o vandalismo, a exploração sexual. As mulheres que não tinham de onde tirar o seu sustento tinham que ir para a prostituição”.

De forma indireta, a violência contra as mulheres no contexto de grandes obras também aparece nas pesquisas oficiais. Para citar alguns desses dados, o Mapa da Violência de 2012 realizado pelo Centro de Estudos Latino-Americanos (Flacso) aponta que, das dez cidades mais violentas para as mulheres no Brasil, três estão no estado do Pará: Ananindeua, Paragominas e Tucuruí, sendo as duas últimas arenas de grandes projetos na região (WAISELFISZ, 2012). Paragominas é um dos municípios que realizam extração da mineradora Vale, e Tucuruí é palco da conhecida Usina Hidrelétrica de Tucuruí, iniciada em 1974. Segundo relatório da Plataforma Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (PLATAFORMA DHESCA BRASIL, 2011),¹⁷⁶ casos de violência contra mulheres e meninas, como pedofilia, exploração sexual e incentivo à prostituição são recorrentes nas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. O relatório aponta que Porto Velho teve um aumento geral nos índices de violência após o início das obras: o número de crianças

¹⁷⁴ Denúncias sistematizadas no 1º Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens, ocorrido em Brasília em 2011.

¹⁷⁵ Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/29/tucurui-mesmo-depois-de-30-anos-continuamos-sem-receber-indenizacao/>. Acesso em: 27 out. 2013.

¹⁷⁶ Disponível em: http://www.global.org.br/wpcontent/uploads/2016/03/r_dhescas_missao_rio_madeira.pdf. Acesso em: 2 fev. de 2017.

e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu 18% e a quantidade de estupros cresceu 208% entre 2007 e 2010.

Esses dados, secundários e preliminares, foram importantes para, além de buscar a apreensão da violência contra as mulheres a partir de um caso emblemático como Belo Monte, não o considerar de forma isolada, mas a partir da mediação com outras experiências ocorridas na região, o que possibilita ampliar as análises aqui empreendidas para um contexto mais largo. Afinal, grande parte do que apontamos por ocasião desta tese, em especial as particularidades da *violência no geral*, resguardadas as determinações históricas e a perspectiva de análise, podem ser avistadas em outros estudos sobre a Amazônia.

Dito isso, buscamos alcançar uma síntese a partir do *referencial crítico feminista* para a apreensão do substrato e das expressões da violência contra as mulheres no contexto das grandes obras, em especial da UHE de Belo Monte. Para isso, foram analisados dados documentais oriundos do levantamento realizado nas instituições de segurança pública do município de Altamira, a partir de uma análise comparativa entre os anos anteriores à obra e o período de sua construção, no sentido de responder ao seguinte questionamento: os dados oficiais confirmam o aumento da violência direta contra as mulheres no período da construção da UHE Belo Monte? Para apreender as particularidades do impacto da obra no aumento da violência e alcançar as principais expressões da violência contra as mulheres nesse contexto, utilizamos as entrevistas realizadas com as mulheres sujeitos desse estudo e os registros do diário de campo referentes aos dois *pousos* na região.

3.2.1 A violência contra as mulheres a partir dos dados oficiais

Destacamos nos capítulos anteriores estatísticas que apontam o aumento da violência em Altamira – inclusive que a tornam a cidade mais violenta do País¹⁷⁷ – e a sua centralidade no cotidiano da cidade. A violência contra as mulheres também aparece como uma questão importante e desde o primeiro pouso em Altamira fez-se presente de várias formas, seja nas conversas informais ao longo dos dias de pesquisa, nos vários relatos sobre o aumento dos casos de violência, nas notícias dos jornais locais, nas narrativas das entrevistas e nas ressalvas para o cuidado ao andar na rua sozinha ou para não retornar muito tarde ao hotel.

¹⁷⁷ No Atlas da Violência 2017, Altamira aparece como a primeira entre as cidades com mais de 100 mil habitantes no quesito homicídios e mortes violentas sem causas determinadas.

Percebíamos também uma certa banalidade nos relatos, principalmente nos casos de violência sexual, como algo comum, rotineiro, sem maiores sobressaltos.

Apesar disso, não encontramos, à época do início da pesquisa de campo, estudos que abarcassem a especificidade dessa violência no período de construção das obras, salvo um relatório de pesquisa sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes,¹⁷⁸ o que motivou a realização do levantamento de dados quantitativos. Portanto, mesmo que entendamos os limites dos dados quantitativos e da tipologização que eles conduzem nos estudos sobre violência, acreditamos que eles podem ser “peças” importantes no conjunto de informações disponíveis e acessíveis sobre a violência contra as mulheres, ao possibilitar a aproximação à abrangência do fenômeno e possíveis tendências num contexto mais amplo. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa documental nas instituições de segurança pública presentes no município de Altamira, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Altamira e Superintendência Regional do Xingu para comparar os índices oficiais de violência contra as mulheres antes e após 2011 – período de início das obras.

Na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), o trabalho de coleta dos dados foi artesanal, em maio de 2015, durante sete dias, nos turnos da manhã e tarde, a partir da leitura de todos os boletins de ocorrência (B.O.) dos anos de 2011 a 2014 – período de construção das obras da UHE Belo Monte –, impressos e disponíveis na instituição. Desde 2006, os dados são informatizados no Sistema Integrado de Segurança Pública (Sisp) e geram relatórios mensais (que foram disponibilizados). Contudo, os relatórios não dispunham, no momento da pesquisa, de informações qualificadas sobre os casos (apenas a tipologia das ocorrências). Na Deam há dois tipos de procedimentos-registro a partir da denúncia das vítimas: 1) *B.O. de vigilância geral*, que não gera procedimentos formais; 2) *B.O. com procedimento*. A definição por uma ou outra modalidade dá-se a partir do diálogo no momento do registro da ocorrência e da avaliação subjetiva do escrivão de plantão, sendo que, nos casos registrados como violência física (lesão corporal), os procedimentos são instaurados independentemente da vontade da vítima. Assim, nosso trabalho iniciou com a organização desses documentos, que estavam empilhados de forma desordenada na sala de arquivos: por ano e mês da ocorrência. Dessa sistematização alcançamos uma incoerência entre os números de casos disponíveis no levantamento oficial (oriundos do sistema) e nos dados coletados artesanalmente através dos boletins impressos, conforme tabela 1 abaixo:

¹⁷⁸ Sobre o estudo, consultar: OLIVEIRA, Assis da Costa; PINHO, Vilma Aparecida de (Coord.). *Diagnóstico Rápido Participativo Complementar: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira/PA*. Altamira: UFPA, 2014. Disponível em: www.rodasdedireito.com.br. Acesso em: 20 nov. 2017.

Tabela 1 – Número de ocorrências da Deam por ano (2011-2014)

ANO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	
	SISP	IMPRESSOS
2011	613	474
2012	718	546
2013	415	500
2014	606	556

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de campo (2015); Deam.

A comparação entre os dados do Sisp e os documentos impressos indica uma considerável redução nos dados oriundos dos boletins de ocorrência impressos nos anos de 2011, 2012 e 2014. De acordo com a escritã, pode ter ocorrido o extravio de documentos em razão da reforma/mudança de espaço físico da instituição em 2013. Sobre a redução de 42,20% nos dados da Sisp entre os anos de 2012 e 2013, a equipe da Deam justifica que se deu em virtude da rotatividade de delegadas no período, sendo que a maioria dos casos era encaminhada à delegacia civil geral. Segundo o investigador, os dados oficiais não se justificam, pois a violência em Altamira cresceu em números alarmantes, inclusive se comparados aos dados da capital, Belém. Assim, podemos aferir que os dados oficiais desse período não indicam necessariamente uma diminuição dos registros de violência contra as mulheres, mas apontam para o sub-registro deles. Além disso, é importante frisar que a Deam só funciona de segunda a sexta em horário comercial: os casos que ocorrem durante o final de semana são registrados na delegacia não especializada¹⁷⁹.

Segue abaixo a tabela 2 com os dados gerais de ocorrências registradas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Altamira no período de 2007 a 2014.

¹⁷⁹ Antes do atendimento da Deam, afora os flagrantes, os casos passam por uma triagem e acolhimento da equipe do Pro Paz, que funciona em prédio anexo. Conforme destacou a psicóloga do serviço, “Só chega direto lá na delegacia quando é flagrante. Porque, como flagrante, vai direto. Mas aí tem que voltar pra cá para dar continuidade, porque a gente só inicia lá quando é o flagrante. A porta de entrada é aqui, nós temos um serviço que hoje é com uma agente administrativa pela manhã, à tarde nós não temos. Temos uma técnica que na verdade ela faz esse papel pra gente, nós trocamos, fazemos um rodízio. E, acolhemos, abrimos o processo lá na frente, na verdade, passa-se com a assistente social (que faz um acolhimento social), passa comigo, se preciso naquele momento, pois se ela tiver muito agitada eu já faço o acolhimento, eu dou uma acalmada nos ânimos antes de levar pra lá. Se for um dia que eu tiver com alguns outros atendimentos, é uma demanda que não precisa de urgência no atendimento, e eu já agendo os entornos para ela poder vir comigo. Aí, então, todos os casos a gente faz questão de que passe pra gente fazer uma avaliação psicológica também pra ver como é que está” (PSICÓLOGA, entrevista, 2015). Não era nosso objetivo analisar o atendimento em si dos serviços, porém é possível aferir que, apesar dos limites relacionados à priorização dos atendimentos de violência doméstica, a instituição parece cumprir um papel importante ao possibilitar um atendimento mais humanizado às mulheres que buscam a Deam.

Tabela 2 – Número de ocorrências da Deam por ano (2007-2014)

ANO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	VARIAÇÃO ANUAL DE OCORRÊNCIAS (%)
2007	235	-
2008	308	31,06
2009	539	75,00
2010	397	- 26,34
2011	613	54,40
2012	718	17,00
2013	415	-42,20
2014	606	46,02

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Altamira-PA (2015)

Na tabela 2, evidencia-se um aumento de 54,40% nas ocorrências de violência entre o ano de 2010 (ano anterior ao início das obras) e 2011 (período de início das obras da UHE Belo Monte). Se dividirmos a tabela em dois períodos entre os quatro anos antes do início das obras de Belo Monte (2007 a 2010) e os quatro anos após o início das obras (2011 a 2014), o registro de casos de violência tem um aumento de 59,03%. O ano de 2012 registra 718 casos, que é o maior da série histórica registrada na tabela 2 e coincide com o ano de maior número de trabalhadores na obra, 35 mil nos três sítios.

A psicóloga do Pro Paz também destaca o aumento da violência. Em suas palavras, “cada mês aumenta o número de demandas, de ocorrências. E vai aumentando mesmo. Tem mês que dá um pouco mais, tem mês que dá um pouco menos. Tem dias na semana que é um pouco mais tranquilo, tem dias que são mais intensos” (PSICÓLOGA, entrevista, 2015).

Para a delegada da Deam, o aumento do número de ocorrências não tem relação com a obra, mas com o aumento da população no município. Em suas palavras,

Com o aumento populacional, com certeza aumenta-se o número de conflitos. Então, se a gente teve um *boom* populacional, assim... Olha, a gente tinha uma população de menos de 100 habitantes, e hoje eu acho que vai beirando uns 200 habitantes ou mais, alguns falam 250. Então, é lógico que a violência vai aumentar (DELEGADA, entrevista, 2015).

Assim, a narrativa da delegada não vincula diretamente o aumento da violência à construção de Belo Monte, mas, ao relacionar a violência ao aumento populacional, nos permite considerar que a obra é “protegida” e prevalece a responsabilização individual sobre a

violência. Como destacado no capítulo 1, Belo Monte é uma obra prioritária para governo e mercado – sendo assim, deve ser defendida independentemente dos danos e prejuízos que ocasione. Logo, podemos considerar que a narrativa da delegada representa o discurso institucional engajado na função de respaldar a presença da hidrelétrica na região e evitar possíveis questionamentos em torno do empreendimento, ou seja, “expressa o discurso e a prática do instituído contra as categorias subalternizadas” (SILVA, 1992, p. 81).

Em se tratando da qualificação dos casos registrados, os eventos com maior ocorrência são, respectivamente: ameaça (violência psicológica), outros registros (notificações, violência patrimonial, institucional etc.),¹⁸⁰ lesão corporal (violência física) e estupro (violência sexual), conforme se pode observar na tabela 3:

Tabela 3 – Número de ocorrências da Deam por tipo e ano

TIPO	ANO								TOTAL
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Lesão corporal	7	87	154	90	125	125	63	108	759
Ameaça	12	72	162	109	240	348	165	353	1.461
Estupro	0	0	0	33	36	42	47	25	183
Outros registros	216	149	208	165	212	203	140	120	1.413
Total	235	308	524	397	613	718	415	606	3.816

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Altamira-PA (2015).

O número de casos de ameaça confirma a tendência percebida nos Boletins de Ocorrência impressos como o crime de maior registro na Deam. Contudo, a análise qualitativa dos boletins aponta que muitos casos registrados como de ameaça (que não exige a efetivação de procedimentos) continham relatos de outros tipos de violência, como a violência sexual e física. A tabela 3 aponta também que, no período de 2011 a 2014, foram 150 casos de estupros registrados oficialmente, o que indica um crescimento exponencial de 354,55% no número de casos, após o início das obras. Nessa direção, os dados indicam uma vulnerabilidade triplicada das mulheres e meninas à violência sexual no contexto desses

¹⁸⁰ Foram contabilizadas mais de 99 nomenclaturas para identificação dos casos.

projetos de desenvolvimento na Amazônia. *Em 2013, por exemplo, a cada 8 dias uma mulher foi estuprada.*

Na análise qualitativa dos boletins, foi identificado que a maioria dos registros de estupro referia-se a “estupros de vulnerável”, o que indica uma menor tolerância à violência se praticada contra crianças e adolescentes. Todavia, muitos casos de violência sexual (nas relações afetivo-sexuais) identificados na leitura dos relatos das vítimas nos boletins de ocorrência foram registrados oficialmente como “comunicação”, “ameaça” e “agressão física”. Nesses casos, explicita-se uma naturalização da violência doméstica do tipo sexual, já que, na maioria dessas ocorrências, tratava-se de violências ocorridas nas relações de conjugalidade. Para El-Mouelhy (2004), embora a chamada “violação conjugal” tenha sido definida e penalizada por alguns países, ela geralmente não é reconhecida legalmente (ou de outra forma) em muitos países onde as mulheres literalmente não podem recusar quando seus maridos exigem sexo, independentemente da sua vontade. A autora aponta também que historicamente esse tipo de violação tem sido um dos instrumentos utilizados em guerras e conflitos armados com o objetivo de infligir dano, humilhação e pressão sobre o inimigo. Exemplo disso é o que ocorreu na Bósnia, onde se estima que mais de 20.000 mulheres muçulmanas foram estupradas no início dos anos 1990. Muitas dessas mulheres tinham sido estupradas nos acampamentos e forçadas, posteriormente, à gravidez indesejada. Registram-se ainda incidentes de estupros durante os conflitos armados em países como a Somália, Libéria e Uganda (EL-MOUELHY, 2004).

Já Brazão e Grossi (2000, p. 48) afirmam que “é praticamente impossível desvendar, nos dados estatísticos, situações de estupro conjugal, porque elas estão escondidas em outros itens, como o de lesões corporais”. Nos dados aqui em análise, soma-se a isso a perspectiva institucional sobre a própria natureza da violência doméstica, apreendida como um fenômeno pessoal descontextualizado das relações sociais, como podemos perceber na narrativa abaixo:

Agora assim, a violência doméstica em si, onde houver casais e famílias, vai ocorrer. Então, aumentou o número de famílias no local, aumentou o número de adultérios, aumentou o número de pessoas consumindo... Quais são os fatores que eu atrelo à violência doméstica? Famílias desestruturadas, alcoolismo, traição. Normalmente os casos são consequência desse tipo de coisa. Falta de políticas públicas também, por exemplo, os filhos não tão na escola, crescem, os pais têm violência dentro de casa, a tendência é reproduzirem essa violência (DELEGADA, entrevista, 2015).

A profissional utiliza-se de termos como “adultério”, “traição”, “famílias desestruturadas”, que caminham na direção do direito patriarcal que se relaciona ao paradigma biologicista para abordar as questões de sexo-gênero. Discurso que não extrapola o

senso comum, mas que, forjado em mitos e ideologias, torna tais relações opacas. Assim, embora esteja inscrito na própria organização da sociedade, a violência contra a mulher é construída a partir de perfis desviantes: o alcoolista, a adúltera, o irresponsável, e “tal fato despolitiza o debate, psicologizando a questão” (SILVA, 1992, p. 79). Conforme destaca Silva (1992, p. 81) em pesquisa sobre a violência doméstica e o atendimento realizado pelas Deams, o imaginário do policial (homem ou mulher), acerca dessa questão, “apresenta-se fortemente marcado por estruturas de poder e pelas práticas que elas determinam”.

No período da coleta dos dados, não foram identificados casos de exploração sexual na Deam; todavia, há registros na Superintendência Regional do Xingu.¹⁸¹ Ainda entre os casos coletados na Deam, foram identificados apenas dois casos de assédio moral e sexual ocorridos nos sítios de Belo Monte, registrados em 2013. Contudo, os relatos registrados no diário de campo e as denúncias dos movimentos sociais apontam para uma prática naturalizada que leva à invisibilidade dessas ocorrências dentro da Norte Energia. Segundo relatos, a orientação da empresa é: “o que ocorre em Belo Monte deve ficar em Belo Monte” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Casos de assédio moral e sexual nos sítios de Belo Monte serão retomados no próximo item deste capítulo.

Na visita realizada à Superintendência Regional do Xingu, foi possível também o acesso aos dados de estupros de 2010 a 2014 de toda região (que inclui os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu) e de homicídios, de 2011 a 2014. Na tabela 4 é possível visualizar o quantitativo de estupros por municípios da região nos anos de 2010 a 2014:

Tabela 4 – Número de registros de estupros por ano por município

MUNICÍPIO	ANO					TOTAL
	2010	2011	2012	2013	2014	
Altamira Super	18	31	40	39	20	148
Altamira Deam	33	36	32	46	18	165
Anapu	4	19	13	14	5	55
Brasil Novo	8	2	1	2	3	16
Medicilândia	14	11	20	6	5	56
Porto de Moz	1	4	9	5	17	36
Senador José Porfírio	9	13	9	8	6	45
Uruará	14	11	18	16	13	72
Vitória do Xingu	4	2	3	6	2	17
TOTAL GERAL	105	129	145	142	89	610

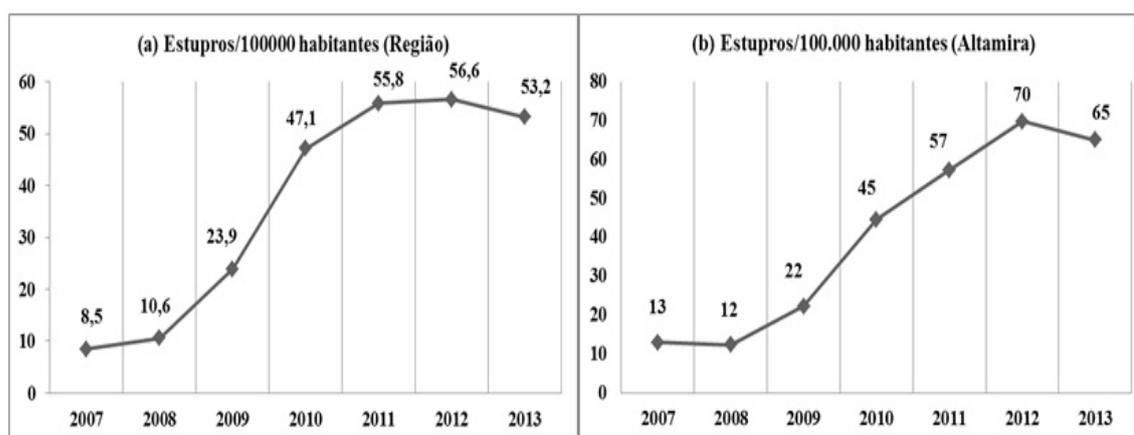
Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de campo (2015); Superintendência Regional do Xingu-PA (2015).

¹⁸¹ Essa questão será retomada no próximo item do capítulo.

Os dados de estupros são inquietantes: de 2010 a 2014 foram registrados, conforme a tabela 4 acima, 610 estupros na região da UHE Belo Monte, o que significa a ocorrência em média de 122 casos por ano, ou *um estupro a cada três dias*.

A imagem 1 abaixo consta no estudo de Reis e Souza (2016) sobre a UHE de Belo Monte e seus efeitos na segurança pública. Conforme análise dos autores, a partir dos dados da figura, houve uma alteração nos registros de estupro na região: “o número passou de 8,5 para 53,2 por 100.000 habitantes, o que indica um crescimento de 44,7 (525,9%) no período considerado, de 2007 a 2013”.

Figura 7 – Número de registros de estupros/100.000 habitantes (região): (a) nos cinco municípios impactados diretamente pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte; (b) no município de Altamira (2007-2013)



Fonte: Banco de dados do Sisp (REIS; SOUZA, 2016).

Segundo Reis e Souza (2016), o crescimento na região observada é “maior que o verificado em todo o estado do Pará e em sua capital, quando analisados em separado: de 30,4, o número passou para 41,7, e de 34,2, para 45,6, respectivamente”. Isso leva os autores a afirmar que a região observada apresentou o maior crescimento do índice de criminalidade no estado do Pará. Em Altamira, por sua vez, os registros de estupros relacionados com a população “aumentaram de 13, em 2007, para 65 por 100.000 habitantes em 2013, atingindo sua maior marca em 2012, quando esse número chegou a 70” – o que para Reis e Souza (2016, p. 224) “indica o aumento acentuado desse tipo de crime no município com a implantação do projeto”.

Sabe-se também que os registros não representam a realidade do problema, uma vez que muitas vítimas não denunciam esse tipo de violência e, em muitos relatos, principalmente

no contexto doméstico, não é considerado como tal. Segundo El-Mouelhy (2004), não se tem números precisos sobre estupro e agressão sexual em virtude de três importantes motivos: o primeiro é o sentimento de vergonha e medo que impede a mulher ou a menina de denunciá-lo, especialmente quando o agressor é um parente próximo. A segunda razão é a dificuldade encontrada para provar o incidente em países onde as testemunhas são necessárias; e a terceira razão é a maneira constrangedora como as mulheres são tratadas ao relatar as agressões para os agentes de segurança nas delegacias de polícia. Segundo dados do Ipea (CERQUEIRA; COELHO, 2014), estima-se que, a cada ano, no mínimo 527 mil pessoas são estupradas no Brasil. Desses casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia. Ou seja, se remetermos os dados da região da UHE Belo Monte a esse cálculo, *podemos prever uma epidemia de violência sexual*. Estudos têm apontado que a maioria dos estupros ocorre dentro de um contexto de violência física em vez de paixão sexual ou como meio para a satisfação sexual, ou seja,

[...] em vez de ser principalmente uma expressão de desejo sexual, constitui, de fato, o uso da sexualidade para expressar questões de poder e ira. O estupro, então, é um ato pseudo-sexual, um padrão de comportamento sexual que se ocupa muito mais com o *status*, agressão, controle e domínio do que com o prazer sexual ou a satisfação sexual. Ele é comportamento sexual a serviços de necessidades não sexuais (KOLODNY; MASTERS; JOHNSON apud ANDRADE, 2005, p. 26).

Nessa direção, Davis (2017, p. 49) aponta que

O estupro tem relação direta com todas as estruturas de poder existentes em determinada sociedade. Essa relação não é simples, mecânica, mas envolve construções complexas que refletem a interligação da opressão e raça, gênero e classe característica da sociedade. Se nós não compreendermos a natureza da violência sexual como sendo mediada pela violência e poder raciais, classistas e governamentais, não poderemos ter esperança de desenvolver estratégias que nos permitam um dia purgar nossa sociedade da violência opressiva misógina.

A concordância com Davis nos permite relacionar o aumento dos registros de estupro ao contexto de guerra promovido em Altamira a partir da construção de Belo Monte. É, nesse sentido, uma manifestação das relações sociais contraditórias e hierárquicas, através do controle da sexualidade feminina, mas do seu corpo-território. Conforme apontou Brownmiller (1975) no clássico livro *Against our Will: Men, Women and Rape*, o estupro não é um crime relacionado a sexo ou ao desejo sexual. Para a autora, trata-se de uma relação de poder, um processo consciente de intimidação pelo qual os homens mantêm as mulheres em um estado de medo. A autora desloca o debate do lugar da patologização ou de exceção da

violência contra as mulheres para as relações sociais ao demonstrar que o estupro é funcional ao patriarcado em toda sua história (VILHENA; ZAMORA, 2004). Não se trata de uma culpabilização individual dos homens, mas de entender essa manifestação da violência como resultado da dominação masculina.¹⁸²

Desde a Idade Média, a legalização do estupro cria um clima profundamente misógino que degrada as mulheres e insensibiliza a população frente à violência contra as mulheres (FEDERICI, 2017a). Com o capitalismo, torna-se uma *face da mercadorização da vida*, produto e condição para a manutenção do *modus operandi* dessa sociabilidade em que *a caça às bruxas continua com outros meios*. Não é raro também notícias de mulheres queimadas por maridos, ex-maridos, expressão dessa relação de dominação – como é o caso de Dalva, residente em Parintins, no Amazonas, que teve seu corpo 90% queimado pelo seu esposo.¹⁸³ Dalva faleceu após um mês de internação. Na cidade onde ocorreu o fato, mais do que indignação pelo ocorrido, prevalecia a dúvida sobre o comportamento de Dalva, ou seja, as relações sociais de sexo/gênero incidem de tal forma que, mesmo nos casos de extrema violência, buscam-se justificativas no comportamento da própria vítima, como, por exemplo, “não fazer com eficiência e rapidez os afazeres domésticos, não dispensar aos filhos os cuidados considerados desejáveis, negar-se a manter relações sexuais com o companheiro ou marido”, entre outros, como a tentativa de romper o relacionamento ou ter conduta suspeita de infidelidade (SILVA, 1992, p. 70).

Os homicídios, por sua vez, são expressão máxima do controle sobre o corpo das mulheres. De acordo com a tabela 5 abaixo, foram registrados pela Superintendência Regional do Xingu-PA, no período de 2011 a 2014, oito mortes de mulheres.

¹⁸² Porém, a despeito da importância do debate de Susan Brownmiller (1975) para a desnaturalização do estupro, a sua articulação entre estupro e raça é bastante questionável. Conforme destaca Davis (2016, p. 200-201), “A discussão que Susan Brownmiller faz sobre estupro e raça evidencia um sectarismo impensado que beira o racismo. Ao emular uma defesa da causa de todas as mulheres, ela algumas vezes confina a si mesma na posição de defender a causa específica das mulheres brancas, independente das implicações disso. [...] Sua incapacidade de alertar as mulheres brancas sobre a urgência de combinar uma feroz contestação do racismo com a batalha necessária contra o sexismo é uma importante vantagem para as forças racistas hoje”. Para um maior aprofundamento sobre essa crítica, consultar Davis (2016).

¹⁸³ Informações sobre o caso disponível no site: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/mulher-que-teve-90-do-corpo-queimado-pelo-marido-morre-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Tabela 5 – Número de homicídios de mulheres por ano por causa

ANO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	CAUSA
2011	5	- Vingança - Agressão - Rixa - Ciúmes - Crime passional
2012	2	- Indefinido* - Vingança - Desavença - Desavença
2013	6	- Crime passional - Vingança - Crime passional - Cobiça (roubo)
2014	5	- Vingança - Ciúmes - Indefinido* - Indefinido* - Indefinido*

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de campo (2015) – Superintendência Regional do Xingu-PA (2015).

Os dados indicam uma média de 4,5 casos por ano – aparentemente um número pequeno. Contudo, revelam qualitativamente características que apontam para casos de feminicídio, sendo estes comumente acompanhados de elevados níveis de tolerância¹⁸⁴ e anos de sofrimento, como indica a literatura sobre o tema. Na análise dos registros com causa indefinida listados na tabela 5, identifica-se a ocorrência de estupro seguido de morte nas quatro situações. Ademais, o “crime passional”, como pode ser observado, apesar de todas as críticas à tendência de naturalização das mortes de mulheres, ainda figura com importante repercussão. Tais situações possibilitam aferir que a mulher se torna vítima também da violência institucional que reproduz estereótipos negativos de sexo/gênero, contribuindo para o não reconhecimento do feminicídio e, conseqüentemente, para a banalização da morte de mulheres. As causas dispostas na referida tabela contribuem para justificar a violência, “[...]”

¹⁸⁴ A tolerância em relação à violência contra as mulheres “representa de forma explícita uma adesão às normas tradicionais de gênero e um mecanismo corretor das tentativas emancipatórias de algumas mulheres” (GOMES, 2014, p. 35). Entre as violências consideradas crime, Gomes (2014, p. 36) destaca que “[...] a lei, assim como a moral que lhe sustenta, está sob a influência de certos grupos sociais e, por isso, certos crimes, como o homicídio, tendem a receber uma reprovação social mais ampla, enquanto outros são tratados de forma mais tolerante e, muitas vezes, sequer são compreendidos como crimes ou comportamentos desviantes”. Porém, quando se trata de assassinatos de mulheres, população LGBTQTTT e negros, o contexto, o comportamento e os estereótipos de sexo-gênero, raça/etnia e classe são comumente trazidos à tona como justificativas e reforço à condescendência e à culpabilização das vítimas, dentro e fora dos tribunais.

ora colocando a justificativa inerente à condição masculina e ou no desejo viril incondicionado, ora na natureza perigosa e atraente da mulher ou no seu comportamento provocador e desencadeador de atitudes hostis” (SILVA, 1992, p. 79).

Andrade (2005), ao analisar o tratamento dos casos de violência sexual contra as mulheres no Sistema de Justiça Criminal, sugere que tais instituições (como a policial), ao passo que estão inseridas nas estruturas que as condicionam – a saber, o patriarcado, o racismo e o capitalismo –, expressam e contribuem na reprodução e legitimação de uma linguagem classista, sexista e racista nos processos, encaminhamentos e decisões judiciais. Nessa direção, destacamos o fato de as instituições de segurança pública não priorizarem informações mais detalhadas sobre as vítimas, os agressores, inclusive comumente negligenciando dados de raça/etnia e orientação sexual. Nos Boletins de Ocorrência acessados por ocasião da pesquisa, essas informações, apesar de não serem consideradas nos registros, foram observadas no momento da leitura dos documentos.

Entre os registros, foram identificados apenas dois casos de violência oriundos de relações homoafetivas. Em conversa com a delegada, percebemos que não é “tranquila” a identificação da violência quando praticada por outras mulheres, e isso talvez explique o ínfimo número de ocorrências dessa natureza. Mas esse desconforto não é algo particular à Deam de Altamira. Até mesmo nos espaços de organização das mulheres, como no movimento feminista, há dificuldades para se reconhecer a violência entre mulheres, sendo também pouquíssima documentada. A ausência de pesquisas e estatísticas oficiais sobre o tema reflete a crença de que a violência doméstica contra as mulheres, por exemplo, só aconteça entre casais heterossexuais, em que o homem é sempre o agressor. No entanto, forjadas também por relações sociais contraditórias que reproduzem desigualdades, as relações homoafetivas são passíveis de reprodução de violências, mesmo que não vivenciem todos os privilégios da heterossexualidade compulsória. No caso da violência entre mulheres lésbicas, as expectativas negativas dos papéis de sexo/gênero apontam para diferenças entre as vivências de violência entre casais homoafetivos. Na relação entre mulheres, a relação de poder não é “naturalmente” visível, explícita ou direta: geralmente, a violência é considerada como “briga” ou algo menor, “coisa de mulher” ou de “inimizade feminina” (AVENA, 2010). Essa perspectiva reforça a ideologia sexista de rivalidade e disputa entre mulheres. Não aprofundaremos essa expressão da violência, pois optamos por aquelas que se apresentaram de forma mais exasperada na pesquisa empírica. Contudo, ressaltamos a importância de estudos sobre a questão, tanto para instrumentalizar os movimentos de mulheres e feministas no trato com a questão, como para ampliar o acesso das mulheres lésbicas e bissexuais aos

serviços de proteção, afinal, o preconceito faz com que as vítimas homossexuais não tenham acesso aos programas de apoio que necessitam para saírem desses relacionamentos. Sem campanhas de informação adequadas e imagens positivas de relacionamentos homossexuais, aliados ao silêncio da comunidade em discutir o tema, muitas vítimas acabam por não reconhecer seus relacionamentos como agressivos e não buscam ajuda devida¹⁸⁵ (AVENA, 2010; NASCIMENTO; SALGUEIRO, 2009).

A ausência de informações nos Boletins de Ocorrência também se revelou na identificação da raça/etnia. Em sua maioria, os registros trazem a identificação “pardo” como uma classificação previamente definida, apesar de a região contar com uma considerável presença indígena e negra, em razão dos processos migratórios já destacados no primeiro capítulo. Percebemos, portanto, um processo de “pardalização” que resulta da ideologia da democracia racial brasileira, para a qual a mistura racial ou a miscigenação constitui o pilar racial brasileiro, mas, de fato, funciona “como instrumento ideológico de controle social, que acaba por legitimar estruturas de desigualdade, discriminação e opressão raciais, que tende a jogar para o âmbito pessoal, ou das relações interpessoais” as contradições oriundas das relações sociais, entre as quais o racismo (MADEIRA, 2017, p. 23). Logo, consideramos que a ausência dessas informações nos registros de informações públicas contribui para análises destituídas do contexto social e, conseqüentemente, reforçam ideologias de dominação além de colaborar para a invisibilidade dos sujeitos, como ocorre com as violências vivenciadas pelas mulheres indígenas. Nesses casos, apesar de estudos qualitativos sobre o tema revelarem a violência contra a mulher como um problema vivenciado pelas mulheres indígenas, não se tem dados estatísticos sobre esse fenômeno. Trata-se de um tema que não tem visibilidade nem nos institutos de pesquisa, nas estatísticas da segurança pública, nem na ciência. Os registros, em sua maioria, são pontuais e relacionam-se às denúncias realizadas pelas mulheres indígenas em eventos e encontros (BARROSO, 2015). Em entrevista com a delegada da Deam de Altamira, ela reconhece o atendimento às mulheres indígenas: “[...] a gente já atendeu muitas mulheres indígenas. Tem algumas delas que a gente já foi buscar lá numa aldeia” (DELEGADA, entrevista, 2017). Apesar disso, essa informação não constava nos documentos oficiais acessados.

A análise dos dados acessados aponta para a ausência de critérios bem definidos nos registros das ocorrências, que são realizados a partir do julgamento moral e da avaliação

¹⁸⁵ Parte dessas reflexões foram possibilitadas na formação ministrada por nós no Projeto “(Re)Construindo caminhos e afetos: mulheres desconstruindo a violência doméstica entre lésbicas e bissexuais”, ocorrida em Fortaleza, em 2016, a convite do Fórum Cearense de Mulheres.

técnica de quem faz o registro. Soma-se a isso a ausência de dados importantes sobre o perfil das vítimas e agressores. Os números, por sua vez, coincidem em grande medida com os dados qualitativos coletados por ocasião da pesquisa nos relatos informais, através das denúncias dos movimentos sociais e entrevistas realizadas, e confirmam o aumento da violência contra as mulheres após o início da construção de Belo Monte. É importante destacar ainda que os Boletins de Ocorrência predominantemente referem-se a casos ocorridos no contexto doméstico. Esse predomínio não se dá apenas nos atendimentos das delegacias especializadas, mas nos estudos e pesquisas sobre a violência contra as mulheres. Contudo, como já destacamos, a violência contra a mulher não é restrita ao contexto doméstico, tampouco ao espaço privado. As dicotomias público-privado, doméstico-social, mesmo que tenham bases materiais em razão de suas particularidades, inexistem nas relações concretas. Afinal, o privado e o doméstico não são instâncias fechadas e autônomas; ao contrário, estão inseridas na totalidade das relações sociais em seu conjunto (SILVA, 1992). Assim, entendemos a violência no contexto doméstico como uma violência atravessada por mediações de caráter público e estruturais. Ademais, essa expressão da violência não encerra ou dá conta da totalidade da violência contra as mulheres.

Daí que buscamos, no próximo item, através do trabalho empírico, apreender outras formas dessa violência vivenciada pelas mulheres no contexto no qual se localiza o objeto de estudo da presente tese. Compreendemos que, em razão da naturalização de algumas expressões da opressão-exploração, da prioridade teórico-política sobre a violência doméstica no Brasil e da ordinária visão da violência limitada ao crime, outras violências do cotidiano das mulheres não são visibilizadas e até desconsideradas como tal, como é o caso do etnocídio vivenciado pelas mulheres indígenas, da violência institucional expressa pela desproteção às mulheres, da expropriação de terras e meios de trabalho que afeta diretamente a reprodução da vida, entre outras. Não compreender essas manifestações como violência contra as mulheres colabora com a fragmentação do real, que é funcional à manutenção desse estado de coisas, ao localizar no âmbito da natureza relações que são sociais.

3.2.2 Expressões da violência no contexto de Belo Monte a partir do cotidiano e experiência das mulheres

Conforme já expusemos, na tentativa de alcançar a *dinâmica da violência no cotidiano das mulheres*, parte-se da compreensão da violência contra as mulheres como sendo *o controle sobre os corpos das mulheres e feminino o qual articula experiências e práticas que se distinguem pela intensidade, extensão e manifestações*. Acreditamos que tal conceito amplia as possibilidades de apreensão do fenômeno, pois supera as análises meramente tipológicas.

O *cotidiano* é uma categoria central para o feminismo, assim como o é a *experiência*.¹⁸⁶ É nessa dimensão contraditória que a experiência das mulheres aparece de forma imediata e a partir da qual se constroem as resistências. Conforme destaca Heller (1989), esse é o espaço da reprodução da vida, sendo por isso ineliminável e insuprimível. Por outro lado, a espontaneidade é a “característica dominante da vida cotidiana” (HELLER, 1989, p. 29), e em virtude disso as mulheres se apropriam “de maneira espontânea (e naturalizada) dos costumes, dos modos e comportamentos da sociedade, donde sua capacidade de reproduzir as motivações particulares e as humano-genéricas” (GUERRA, 2017, p. 54). Isso implica o fato de as experiências cotidianas serem essencialmente diversas e aparentemente autônomas, o que explica, por exemplo, os limites para o reconhecimento de vivências comuns entre as mulheres, e a dificuldade de construção de uma consciência sobre a própria opressão e exploração é resultante, e pressuposto, do processo de construção desse reconhecimento (CAMURÇA, 2007).

Isso leva o feminismo a qualificar o debate da experiência,¹⁸⁷ considerando-a a partir de uma dupla dimensão: *o simbólico e o material* (CAMURÇA, 2007). E, a partir disso, refletir sobre como essas dimensões operam nas relações de opressão e exploração de sexo/gênero, étnico-racial e de classe, como destacamos no capítulo 2. Disso desdobra-se a necessidade de sistematização de um saber sobre a experiência do cotidiano, no processo da produção do conhecimento científico ou de uma teoria feminista, como estratégia também de transformação. *Experiência e cotidiano* encontram-se, pois, como *singularidade*, mediação

¹⁸⁶ Sobre a “experiência” e o feminismo, consultar Bach (2010).

¹⁸⁷ O debate sobre a *experiência* na teoria crítica tem como importante referência o inglês Thompson (2001), que apreende o conceito de experiência como uma estratégia de análise dos processos de dominação e da dinâmica da luta de classes a partir da voz daqueles(as) esquecidos(as) pela historiografia.

entre a particularidade e a universalidade, da violência contra as mulheres que, apesar de aparentemente se tratar de um fenômeno que se manifesta na esfera individual/singular, não se restringe a ela. Mesmo que implique de forma individual os sujeitos, estes são seres sociais inseridos em processos socialmente construídos e historicamente determinados.

Daí a importância da teoria feminista ao buscar analisar os contextos, identificar as contradições e, assim, alcançar a *particularidade dessas experiências*, que aqui, em razão do objeto em estudo – mesmo diante dos limites impostos pelo cotidiano, pela complexidade do real, e das próprias escolhas e possibilidades acessadas por nós –, consistiu na tentativa de apreender a particularidade da *violência vivenciada pelas mulheres* no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento a partir do caso da UHE Belo Monte não como um fenômeno pessoal, mas social. Nesse ensejo, priorizamos a análise a partir dos contextos nos quais as mulheres estão inseridas – *contexto rural; contexto urbano; contexto indígena; contexto da obra em si* –, estratégia teórico-metodológica coerente com o pressuposto assumido de situar a violência contra as mulheres no conjunto das relações sociais. Tais contextos são aqui entendidos como espaços que compreendem “tanto o território físico e geográfico, como o conjunto de sujeitos e objetos que ali se inserem e se relacionam, marcados por determinados modos de vidas e de produção, visões de mundo, valores e práticas sociais”, que se relacionam entre si de forma dinâmica, portanto, transformando-se constantemente (CRUZ, 2008, p. 28).

Almejamos assim, além de explicitar as violências mais comumente reconhecidas e infligidas às mulheres, visibilizar expressões da opressão e exploração não consideradas no bojo das discussões sobre *violência contra as mulheres*, como é o caso do etnocídio, da desproteção e ausência de serviços públicos, da expropriação de terras e meios de trabalho. Logo, ao considerarmos o contexto e as determinações decorrentes das relações econômicas, políticas e da cultura de cada realidade, aferimos que a experiência das mulheres é contraditória e permite, além da dominação, reciprocidades, uma consciência da opressão e exploração e, conseqüentemente, das violências experienciadas. A luta e resistência protagonizadas pelas mulheres no contexto da UHE Belo Monte resultam dessas possibilidades de fissura.

3.2.2.1 No contexto rural

Trazer um ribeirinho pra rua é soltar um boi na Praça dos Três Poderes em Brasília, não sabe pra onde correr, nem sabe o que fazer e também não enxerga comida no chão porque não é o pasto dele.

Palmeira (2017)

Inicialmente não havíamos aventado a possibilidade de incluir a violência no contexto rural no escopo da análise. Contudo, a realidade concreta através da pesquisa empírica explicitou que a *expropriação, a opressão-exploração e apropriação* das terras, territórios e corpos-territórios compõem o contexto dos grandes projetos na Amazônia e, apesar de atingir a todos, traz implicações particulares para as mulheres. O contato com esse contexto deu-se em dois momentos: o primeiro, quando da oportunidade de conhecer Anapú – lugar simbólico da luta pela terra na região –, e o segundo, por meio das entrevistas com Helicônia, trabalhadora rural; e Palmeira, ribeirinha e extrativista. Assim, nos foi possível uma aproximação das expressões das violências recorrentes no contexto rural – assassinatos, ameaças, grilagem de terras, pistolagem, extração ilegal de madeira – e identificação da intrínseca relação entre a questão da terra (e território) e os grandes projetos. Portanto, nos permitiu entender que os conflitos agrários não deixaram de existir com a UHE Belo Monte, e são, na verdade, uma constante na região onde novas e velhas questões andam juntas e fazem da geografia política desse lugar uma síntese complexa das contradições mais latentes do capitalismo dependente.

Na direção do que destaca Daron (2009, p. 4),

o campo e a floresta têm sido historicamente, no Brasil, espaços de conflito e disputa econômica, social e política, nos quais o silenciamento e a invisibilidade configuram estratégias perversas de exploração, expropriação e opressão. Os conflitos de classe, os massacres perpetrados como luta para a construção do território nacional, a espoliação das condições de vida e trabalho, transfiguradas em empregabilidade e renda precárias são condições mescladas com as de vida e violência. Por certo, impregnam violências de gênero, raça/etnia, geração, classe social e orientação sexual.

A violência no contexto rural brasileiro tem sido condição para o avanço da acumulação capitalista a partir da formação de grandes latifúndios, da monocultura e da necessidade de assalariamento de trabalhadores rurais para complementar os rendimentos, quer pela ausência de condições de manter-se na terra, quer pela expulsão direta da terra que mantém para subsistir e produzir (MANIGLIA, 2005). Com essas condições, produz uma

categoria de trabalhadores/as rurais sem-terra para plantar e sem trabalho digno para viver, o que para Santos (1984) configura-se em uma *violência estrutural*. Mas a possibilidade de ter uma terra para produzir e reproduzir a vida ainda é almejada por muitos, como é o caso de Palmeira e sua família, migrantes negros maranhenses, sem-terra, que depois do “desencanto” com as grandes obras haviam encontrado o “chão” ou “a terra sem dono, arrancando cada dia da força dos braços” (BRUM, 2015, p. 2). Nas palavras de Palmeira,

Altamira, por causa do auge do emprego, que aqui era a terra do ouro, essas coisas todas. Disseram que aqui era muito bom pra viver. Aí a gente migrou. Pensando no futuro de uma terra. Sempre pensando naquela divina terra pra gente. Nosso objetivo era uma terra pra trabalhar, cultivar, plantar, colher e viver. Só que quando foi em 1995 nós compramos direto de uma pessoa uma ilha. E essa ilha era nossa, como é que a gente diz, nossa galinha dos ovos de ouro, vamos dizer assim. Lá nós tínhamos murici, tinha banana, tinha macaxeira, fizemos um plantio inédito que ninguém não conseguia fazer na ilha porque é terra de argila. Nós adubávamos e tudo floresceu e a terra ficou frutífera. [...] A gente construiu um castelo bonito. Aquelas coisas de pobre que a gente acha que também é possível. Tinha tudo. Era banana, era abacaxi, ingá, era murici, feijão verde, tudo a gente produzia. A gente produzia de tudo um pouco: cará, inhame, tudo o que fosse de plantar no chão nós plantava. Era muito bonito aqui em Belo Monte (PALMEIRA, entrevista, 2017).

Palmeira topou com o “chão” que lhes foi negado, impedido e novamente foi expropriada, não mais pelo conflito agrário ordinário, mas pela violência das grandes obras. Conforme ela expõe,

[...] a gente foi cultivando até que chegou 2010, que foi onde começou a desmorrar as coisas. Em 2011 foi o cadastro, a gente achava que a gente ia ter uma terra, porque tinha uma promessa de indenização por carta de crédito, uma terra. Nós tava disposto a sair com a indenização do plantio, com uma terra prometida que eles prometeram [...]. E no final das contas não tinha terra e nem tinha carta de crédito. Vieram oferecer 23 mil reais por 20 anos de serviço quase. Ah! Isso foi um susto (PALMEIRA, entrevista, 2017).

A terra ou o “chão” de Palmeira localizava-se em umas das ilhas inundadas pelo barramento do rio em decorrência da construção da UHE Belo Monte.¹⁸⁸ Ela esperava receber um valor justo pela sua casa, cultivo e demais benfeitorias, na ilha da qual era expulsa, mas estabeleceram o valor de 23 mil reais, quantia insuficiente para adquirir outra onde pudesse voltar a plantar, a viver. Além da ausência de critérios, do constrangimento de terem de se deslocar definitivamente de suas residências e terras, as populações atingidas têm sido condicionadas a aceitar baixas compensações. Assim, a expropriação se concretizou na remoção forçada de dezena de milhares de ribeirinhos e agricultores de suas terras para a construção da barragem, a despeito de se extinguir o modo de vida ribeirinho de toda a área

¹⁸⁸ Belo Monte inundou uma área de mais de 600 km², e promoverá até 80% de redução da vazão de um trecho de mais de 100 km que compreende a Volta Grande do Rio Xingu.

afetada.¹⁸⁹ Palmeira descreve os impactos da expropriação ou da supressão direta dos meios de produção dos trabalhadores do campo:

Belo Monte foi o pivô de toda a derrubada da classe mais pobre de Altamira, principalmente os ribeirinhos, que é o meu caso. Eles foram mais marginalizados, povos invisíveis. Porque foram assim, porque os ribeirinhos vivem na beira do rio, cultiva, planta, colhe e vive no rio. Quando retirou esse povo do rio tirou a sobrevivência, tirou tudo deles, tirou o chão. Trazer um ribeirinho pra rua é soltar um boi na Praça dos Três Poderes em Brasília, não sabe pra onde correr, nem sabe o que fazer e também não enxerga comida no chão porque não é o pasto dele. Então a gente ficou perdido, alienado (PALMEIRA, entrevista, 2017).

Para as mulheres ribeirinhas que dependem diretamente da água e da terra para garantir a reprodução da vida, retirar delas essas condições vai além das condições materiais, é também a perda de sentido, é perder-se de si mesmo no que Palmeira nomeou como sendo “a alienação”. Isso tem resultado em adoecimentos, mortes precoces, empobrecimento, além da imposição para trabalhos precários, não formais e até sem remuneração, como é o caso das meninas mais jovens que migram para Altamira para trabalhar na “casa de famílias” onde o “pagamento” resume-se a estadia e alimentação, ou na venda de serviços sexuais. Assim, podemos afirmar que as mulheres são particularmente afetadas com o processo de expropriação, já que paira sobre elas a responsabilidade pela reprodução da vida e o processo de expropriação que retira das famílias as condições de vida e trabalho. Portanto, a desapropriação das mulheres de suas terras e condições de trabalho e subsistência é também violência contra as mulheres, pois afeta seus corpos material e subjetivamente, provocando transformações negativas tanto quanto outras violências mais visíveis e “comuns”.

Na direção do que apontam Marcelino, Faria e Moreno (2014, p. 5-6), “a água, a energia, a terra para a produção de alimentos e a biodiversidade são elementos que garantem a sustentação da vida e interessam às mulheres, que são as primeiras a sofrer com sua escassez”. Para as autoras, a ação do capital não altera as dinâmicas da divisão sexual do trabalho; ao

¹⁸⁹ Conforme aponta o Dossiê Belo Monte publicado em 2015, os reassentamentos rurais coletivos, apesar de previstos e formalmente apresentados como uma opção para as famílias que tinham que escolher uma forma de compensação, não foram implantados. Esse processo – que ocorreu com os antigos habitantes das áreas de instalação das estruturas da usina – vem se repetindo, de maneira tão ou mais grave, com os ribeirinhos e moradores de ilhas do Xingu, populações tradicionais que vivem majoritariamente da pesca. Os dados demonstram que a conversão de populações ribeirinhas em populações exclusivamente urbanas ou agricultoras vem se consolidando, devido à ausência de opções que assegurem sua manutenção na beira do rio. Segundo dados de janeiro de 2015, das 1.798 famílias que já optaram por uma das propostas de compensação, somente 28 (1,5%) escolheram a suposta alternativa de reassentamento rural coletivo. Outras 1.358 famílias (75%) optaram por indenizações em dinheiro, que não permitem a compra dos caros terrenos às margens do rio. A opção de carta de crédito, ou realocação assistida, contemplou 379 famílias (21%) – ela implica a busca de um terreno ou lote pelo próprio atingido, para posterior compra da área pela Norte Energia, o que é impraticável para populações majoritariamente analfabetas, em um contexto de pouco acesso à informação e caos fundiário. Outras 33 famílias (1,8%) optaram por reassentamento individual, em áreas também sem acesso ao rio.

contrário, reforça as desigualdades na medida em que grandes projetos, como usinas hidrelétricas, mineradoras e rodovias, priorizam a circulação de capital e mercadorias em detrimento da qualidade de vida das comunidades. No contexto dos grandes projetos, a produção de alimentos e a economia de subsistência que nutrem e sustentam as comunidades há várias gerações têm sido destruídas. A contaminação dos solos (no caso da mineração) e a expropriação de terras fazem com que as famílias deixem de produzir seus alimentos para terem de comprá-los no mercado. Essa situação acentua o processo de empobrecimento da população rural. Além disso, a migração massiva de pessoas para as áreas de construção desses empreendimentos, a pouca empregabilidade ou falsa empregabilidade (já que é temporária), associado aos acidentes e aposentadorias por problemas de saúde, geram problemas de saneamento, desemprego, desigualdade social, pobreza e violência (MARCELINO; FARIA; MORENO, 2014, p. 5-6). Ou seja, além do trabalho, o uso da terra, todos os demais recursos naturais e a vida humana estão submetidos às leis do mercado e do lucro capitalista (CHESNAIS, 1996). Soma-se a isso a supervalorização da terra como parte do “pacote” do enredo dos grandes projetos, que acabam por esgarçar as relações sociais locais. Para Ávila (2006), a mercantilização da vida, dos bens da natureza e do corpo das mulheres é a mais nova fronteira desbravada pelo capitalismo.

Na visita a Anapu, essa situação evidencia-se na história do lugar que insiste em se prolongar. O dia era domingo, e ocorria em uma das áreas rurais de Anapu a missa de 10 anos da morte de Dorothy Stang.¹⁹⁰ Foi impossível conter a emoção naquela ocasião simbólica e no local onde também se encontra a sua lápide.¹⁹¹ Irmã Dorothy, como era conhecida, foi uma liderança na luta pela reforma agrária e contra a grilagem de terras na região, tendo denunciado por várias vezes as ameaças que recebia de fazendeiros e madeireiros. Dorothy foi assassinada com seis tiros, um na cabeça e cinco ao redor do corpo, aos 73 anos de idade, no dia 12 de fevereiro de 2005, em Anapu. Seu assassinato não se trata de uma externalidade à realidade da região, como pode ser apreendido no relato de Helicônia:

[...] quando a Dorothy morreu, tava ela e eu ameaçada de morte. Era na mesma época nós duas que tava ameaçada. Por causa justamente de terra. Porque na época

¹⁹⁰ Dorothy Stang participava da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

¹⁹¹ A missa ministrada por Dom Erwin Krautler, outra importante liderança da região, foi também acompanhada por uma mística comunitária. Da utopia das canções e da práxis presentes no fazer coletivo apreendido naquela ocasião – que traziam à tona as leituras sobre o papel da Igreja Católica na Amazônia –, apesar das contradições e dos limites de toda resistência contra a ordem, não é possível não reconhecer a importância dessa igreja comprometida com a organização das lutas contra as opressões e pela transformação social ao longo das últimas décadas. No último item deste capítulo, essa questão será retomada ao tratar das lutas e resistências na região.

eu tinha lote lá em outro setor e aí os peões, os invasores queriam tomar meu lote de terra, aí começaram a me ameaçar. Entravam na minha casa armados com espingarda calibre 20, calibre 12, outros de revólver, outros de facão, de foice. Daí a única coisa que eu falava quando eles mandavam eu sair da minha casa, com meu filho pequeno na época de 3 anos 4 anos de idade era só com quem eu convivia, que dali só Deus ou então o Incra que me tirava. Então a gente ia pra delegacia, a Dorothy fazia documento, botava pra Brasília (HELICÔNIA, entrevista, 2017).

Helicônia, na sua narrativa, refere-se aos grileiros de terra. Os grileiros, na hierarquia do campo, são geralmente grandes proprietários de terra (produtores rurais/latifundiários) que se utilizam de meios escusos (como falsificação de documentos através da conivência – e parceria – de cartórios locais) e uso da violência, por meio da contratação de pistoleiros e jagunços, para se apossarem de terras pertencentes à União ou a posseiros, trabalhadores rurais, ribeirinhos, que não possuem documentação de suas propriedades. Com a financeirização do campo, a definição sobre os grileiros também se complexifica, pois a grilagem não serve mais apenas à concentração da terra ou formação de latifúndios, mas principalmente à acumulação de terras para especulação. Conforme destaca Torres (2017, p. 1),

O sujeito pega uma área [de terras públicas] e derruba a mata. Não para produzir algo, mas para vender a terra. [...] Os compradores dessas terras incluem desde grandes fazendeiros, em sua maioria de Mato Grosso ou Goiás e plenamente conscientes da ilicitude da compra, àqueles que vendem tudo o que têm em outro lugar e entregam seu dinheiro nas mãos dos grileiros na ilusão de adquirir terras lícitas. A valorização é absurda, a floresta praticamente não tem valor. Quando conseguem desmatar e plantar capim, isso multiplica em 100 ou 200 vezes o preço da área. O Ministério Público Federal apurou que o esquema chega a render R\$ 20 milhões por área grilada.

As ameaças dos grileiros à irmã Dorothy, conforme também o relato de Helicônia, eram recorrentes e expõem “a rudeza da relação direta terra-homem e a violência da relação entre os homens” (CARDOSO; MULLER, 1977, p. 7).

[...] ela sabia que ia morrer pela mão deles [...]. Porque nós tivemos a última vez na delegacia pedindo ajuda e dia 12 de janeiro foi a última vez que a gente conversou, quando foi no dia 12 de fevereiro mataram ela. E realmente ela tinha me falado que ela ia com os pés dela, mas não voltava. Aí nós começamos a chorar e eu falei pra ela que aquilo não ia acontecer, ela disse que ia. E realmente... (HELICÔNIA, entrevista, 2017).

O Estado não garante a proteção dos trabalhadores rurais. Coloca-se como “raquítico na defesa do cidadão e delega à violência privada, embora não expressamente, o arbítrio nas relações entre os homens” (CARDOSO; MULLER, 1977, p. 10). A violência contra os trabalhadores rurais – posseiros, colonos, sem-terra – torna-se assim prática comum, afinal,

“conflitos por terras são comuns em uma região onde a grilagem é a forma mais fácil e rápida de se ganhar dinheiro” (TORRES, 2017, p. 3)¹⁹². O processo inicia sempre que uma ocupação está em curso. No geral, todo o trabalho para abrir a fronteira e derrubar a floresta é dos trabalhadores rurais que “arcam com o passivo ambiental do desmatamento; assim, o grileiro sai isento das ações de fiscalização do governo”, sendo que, “depois de instalados, os colonos são muitas vezes expropriados pela grilagem e o ciclo se reinicia, empurrando a fronteira floresta adentro” (TORRES, 2017, p. 4).¹⁹³

Mas e as mulheres? Retoma-se o questionamento trazido no Capítulo 1: O que torna as mulheres vítimas preferenciais nos diversos conflitos amazônicos? As mortes de Nicinha, Kátia,¹⁹⁴ Dorothy Stang¹⁹⁵ e de outras mulheres em outras regiões (como Berta Cáceres e Marielle Franco¹⁹⁶) possuem determinações comuns ou são casos isolados? Qual a relação entre as violências vivenciadas pelas mulheres e o protagonismo político exercido por elas nas lutas que empreendem? A abordagem sobre esses casos é universalizante e, ao que parece, esconde as particularidades vivenciadas pelas mulheres nesse contexto. Chama-nos atenção o fato de as mulheres serem consideradas “alvos fáceis” e manifestarem menos resistência aos atos. Para os movimentos sociais que atuam na região, a novidade da violência é o aumento da exposição das mulheres às práticas de violência locais decorrentes dos conflitos na região, nos quais as mulheres estão cada vez mais na *linha de tiro*, sob alvo de ameaças, e

[...] Algumas convivem com essa marca há mais de uma década. Outras começaram a sentir mais recentemente o peso da sina de estarem marcadas para morrer. Em

¹⁹² Disponível em: <https://theintercept.com/2017/04/24/grileiros-comandam-avanco-da-fronteira-agropecuaria-sobre-a-floresta/>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

¹⁹³ Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de assassinatos no campo vem aumentando, chegando a 50 mortes em 2015 e 61 em 2016. O Norte e o Nordeste são campeões de ocorrências (67%), onde a região Bico do Papagaio (PA, MA e TO) é marcada como a mais violenta no campo brasileiro. Entre os agentes sociais envolvidos em conflitos notificados, os camponeses posseiros (posseiros, seringueiros, ribeirinhos, pescadores etc.) destacam-se com 33,2% das ocorrências, seguido dos camponeses sem-terra (28%), camponeses assentados/proprietários (14,3%), indígenas (13,1%) e quilombolas (10,1%). Já os protagonistas da violência são em grande medida os fazendeiros, empresários e grileiros (74% dos casos), seguidos de mineradoras, madeireiras, hidrelétricas e o Estado (26% dos casos). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/a-eterna-marcha-contra-a-violencia-no-campo>. Acesso em: 25 nov. 2017.

¹⁹⁴ Kátia Martins, de 43 anos, foi assassinada dentro de casa em Castanhal, nordeste do Pará. Era presidente de uma associação de moradores de um assentamento rural.

¹⁹⁵ Liderança da Comissão Pastoral da Terra (CPT), morta em 2005 com seis tiros por um pistoleiro.

¹⁹⁶ Berta foi uma líder indígena hondurenha, cofundadora do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), conhecida pela luta contra barragens e morta em sua residência em 3 de março de 2016. Marielle foi uma ativista dos direitos humanos e militante feminista, eleita a 5ª vereadora mais votada do Rio de Janeiro. Ficou conhecida pelo enfrentamento que fazia à violência institucional e estrutural, sendo assinada em 14 de março de 2018 na referida cidade.

comum, essas mulheres carregam a consciência da luta que travam; sentem medo, modificaram hábitos, convivem com a incerteza cotidiana. Houve quem decidisse se afastar da luta sindical, com medo das ameaças cada vez mais constantes. Outras permanecem, sabendo ser esse o destino a seguir.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ocorreram, no estado do Pará, entre 1964 e 2010, 914 assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos e advogados por questões de terra. Desse total, 654 ocorreram no sul e sudeste do Pará. Dados da CPT também indicam 38 pessoas ameaçadas de morte no sul e sudeste do Pará por causa de sua luta pela posse da terra. Dez são mulheres¹⁹⁷ – porém, não se reconhece nem o assassinato de Dorothy e das demais como feminicídio, tampouco as ameaças sofridas pelas mulheres, como violência contra as mulheres. É preciso ampliar a análise para as relações sociais de sexo/gênero e étnico-raciais, afinal, nesses casos, há uma preponderância da análise de classe a qual pode contribuir para a secundarização das demais determinações. Além disso, sabe-se que a classe trabalhadora não é homogênea. Do exposto, é possível aferimos que as ameaças de morte realizadas às mulheres nesse contexto alcançam e interferem de forma ampliada a dinâmica familiar e comunitária, uma vez que as mulheres são, mesmo na posição de lideranças, as responsáveis pelas atividades de reprodução da vida e as produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: *a força de trabalho* (FEDERICI, 2017a). Helicônia confirma isso ao dizer que as atividades domésticas, o cuidado com os filhos, da comida e da casa, continuam sendo das mulheres, apesar de realizarem outras atividades econômicas, como por exemplo a produção de derivados do cacau, a produção de licores, de artesanatos. Conforme destaca Butto (2011, p. 12), a divisão sexual do trabalho sempre foi uma marca da economia rural, em que “os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento”. Ademais, como assevera Daron (2009, p. 33-34),

As mulheres do campo e da floresta vivem, no seu cotidiano, a tripla jornada de trabalho, imposta pela lógica patriarcal e do desenvolvimento capitalista que determina alguns papéis para homens e outros para mulheres. Além de trabalhar na roça lado a lado com o companheiro, marido, pai ou irmão, as mulheres cultivam os alimentos para o autossustento da família e não têm este trabalho reconhecido como trabalho produtivo. Assumem o conjunto dos afazeres domésticos e os cuidados com os animais, plantas e o cuidado com os filhos e das pessoas doentes, portadoras de deficiências e dos idosos.

¹⁹⁷ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/elas-marcadas-para-morrer-7816.html>. Acesso em: 3 ago. 2017.

Após a missa, ocorreu uma reunião dos trabalhadores rurais organizados pela CPT com alguns representantes do município, do Estado e do Governo Federal que durou mais de três horas. A principal pauta de reivindicação era a legalização das terras paradas na Justiça há mais de 12 anos e as questões que derivam dela, como a situação de pobreza, desproteção, insegurança de mais de mil famílias, sob constantes ameaças de pistoleiros e desproteção do Estado – sem acesso a educação, saúde, estrada, plantio. Apesar de obrigar a mulher e homem do campo a trabalhos indignos, matar crianças de desnutrição e permitir o trabalho escravo, a violência no campo segue invisível. De outra parte, eliminam lideranças, criam medo e pânico para pôr fim às lutas e as resistências (STÉDILE; GORGEN, 1993), ou seja, a questão da terra na Amazônia tem como marca principal a violência, como se destacou no primeiro capítulo desta tese. Isso demonstra que as razões que levaram ao assassinato da irmã Dorothy ainda estão presentes, conforme também destaca Helicônia:

Continua acontecendo as mesmas coisas hoje. Que nem você ouviu o pessoal falando, é criança ameaçada, é agricultores ameaçados. Os grileiros vão lá ameaça, queima barraco dos agricultores, queima casa do agricultor [...]. É uma luta perigosa, mas a gente se apegava com Deus e tem muita fé nele, e a gente não vai desistir dessa luta (HELICÔNIA, entrevista, 2017).

A narrativa de Helicônia demonstra tanto a continuidade da violência como a falta de credibilidade no Estado: ela atribui a Deus e à luta a possibilidade de mudança da situação, e revela a violência estrutural e institucional produzida pela ordem social considerada pelo Direito, por meio de normas legais que criam e normatizam relações privadas, mas que são omitidas por princípios que preconizam uma falsa apreensão da realidade social, como proteção de liberdade, princípio da igualdade, do bem comum e da justiça (SANTOS, 1984). Além disso, pesquisa sobre as mulheres trabalhadoras rurais aponta que

A mulher do campo e da floresta sofre a violência da humilhação pela sua condição social, até bem pouco tempo não reconhecida como ocupação profissional. Mesmo assim, muitas vezes lhes é negado o direito previdenciário sob o argumento de serem apenas domésticas e não trabalhadoras rurais. Por estas e outras razões, são consideradas ignorantes, muitas vezes chamadas de “grossas”, “burras”, “feias”, “relaxadas”, “mal-ajeitadas” e outras designações, desrespeitadas no seu jeito de ser mulher, de falar e de trabalhar (LORENZONI apud DARON, 2009, p. 34-35).

Além disso, no contexto rural as mulheres não estão isentas de outras violências comuns aos contextos urbanos, como é o caso da violência doméstica denunciada pelas trabalhadoras rurais em eventos e em suas organizações. Segundo dados de pesquisa divulgada pela Contag em 2008, que entrevistou 529 mulheres rurais de todo o País, 55,2% das entrevistadas haviam sofrido algum tipo de violência. Dentre elas, 21,9% foram vítimas de

violência física, 51,1% sofreram violência moral, 27,3% sofreram violência sexual. Entre as mulheres entrevistadas, 27,6% responderam que haviam sido ameaçadas de morte, 11,9% haviam sofrido estupro do marido e 4,3% foram vítimas de cárcere privado. A pesquisa mostrou ainda que 63,7% das violências domésticas foram praticadas pelos maridos ou companheiros das vítimas. Mas, em virtude da forte cultura sexista no contexto rural, a violência doméstica nem sempre é percebida e as situações, por conta do “isolamento”, da distância maior entre as residências, acabam sendo mais difíceis de identificação, como revela a notícia de um jornal local sobre um caso ocorrido em Anapu:

A Polícia Civil resgatou, neste final de semana, uma mulher que era mantida em cárcere privado, sob ameaças de uma arma de fogo, pelo próprio companheiro, na zona rural de Anapu, sudoeste paraense. O crime ocorria na casa onde vivia o casal localizada na área do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Esperança. Uma denúncia de membros da comunidade levou a equipe de policiais civis da Delegacia de Anapu até o local para apurar os fatos. As informações chegaram ao conhecimento dos policiais civis na última sexta-feira. “Uma mulher estava sendo vítima de violência doméstica e era mantida em cárcere privado na própria casa, nessa região, pelo companheiro. Assim, fomos até o local, para apurar a denúncia, e conseguimos constatar o crime”, informou o delegado Rubens Mattoso. Na casa, detalha o policial civil, o acusado Denival Souza Ferreira mantinha a companheira Francinete da Conceição Ferreira trancada e vítima de violência doméstica. No local, os policiais civis encontraram uma espingarda calibre 20 carregada com munição. Em depoimento, a vítima relatou que o acusado a ameaçava com uma arma de fogo. Denival foi autuado em flagrante por ameaça no âmbito da violência doméstica e por posse ilegal de arma de fogo (POLÍCIA CIVIL, 13 fev. 2017).

Casos como esses explicitam as desigualdades nas relações de sexo/gênero a partir de uma estrutura de dominação patriarcal que se manifesta, sobretudo, no âmbito da agricultura familiar/camponesa (CRUZ, 2008). Helicônia também destaca em sua fala a experiência da violência doméstica:

Ele me deixou chegar até passar fome, eu fiquei na terra só com a água do rio, sem ter o que comer. Sofri. Até antes de ele me largar pela outra mulher, ele chegou ainda me dar uma pesada no pé da minha barriga que eu caí. [...] Sempre ele voava em cima de mim pra me bater, me falando coisa que eu fazia sem eu fazer, bebia cachaça, ficava fazendo coisa que não deveria.

Nas duas situações, “o isolamento” é uma marca. A dificuldade de contato, a ausência de serviços ou estratégias de proteção nesses contextos implicam maiores dificuldades para a busca por ajuda e, conseqüentemente, aumentam os riscos aos quais as mulheres estão expostas. Nessa direção, Daron (2009, p. 14) aponta que

O respeito à vida, aos direitos humanos e à cidadania, especialmente para as mulheres camponesas ainda está longe de ser efetivado. Ao contrário, observa-se

uma acentuação da lógica mais perversa de imposição da opressão, exploração, discriminação, dominação e violência sobre as mulheres brasileiras quanto mais nos aproximamos da vida no campo ou na floresta. A dureza cotidiana vivida pelos camponeses, homens e mulheres, no processo produtivo agrícola [...] tem acrescido os impactos da reprodução humana, da manutenção da casa, do subemprego e dos preconceitos culturais, coloca o sofrimento na vida privada e vida social como experiência sem estranhamento. O espaço familiar, visto como aquele em que as pessoas buscam a segurança, o afeto, o carinho, entretanto, tem sido, para muitas mulheres, recanto da violência física e psicológica. À violência doméstica se agrega a sobrecarga de trabalho e de responsabilidades não valorizadas pela sociedade, bem como duras formas de preconceito, discriminação e tabus que cercam o cotidiano da mulher que vive e mora na roça.

Por outro lado, para Helicônia, que reside um pouco mais distante da construção da UHE de Belo Monte e não teve sua terra ameaçada pela obra, os impactos da barragem foram indiretos, principalmente no aumento dos preços dos alimentos que tinham origem de Altamira, que implicou diretamente a mudança da alimentação local, conforme seu relato: “o peixe que a gente usa aqui em Anapu vem de Belo Monte. O peixe aqui parou, passamos é tempo sem comer peixe, não temos condições de comprar um quilo de peixe” (HELICÔNIA, entrevista, 2017).

Assim, além da expropriação das terras e meios de trabalho, da exploração do trabalho pela dupla jornada, do feminicídio da grilagem, da violência doméstica, a violência contra as mulheres no contexto rural se expressa nas impossibilidades, nas ausências, nas negações as quais as mulheres nesse contexto vivenciam. Essas experiências cheias de sentidos são sínteses da sobreposição de violências na região. Revelam que no Pará, especialmente na microrregião de Altamira, ocorre uma sobreposição de conflitos derivados das políticas de infraestrutura, da mineração e das hidrelétricas, que tornam seus efeitos, entre eles a violência direta e indireta, exponenciais. E, portanto, fazem a questão da terra e dos grandes projetos na região caminharem juntos. Ademais, reforça a importância de se complexificar a análise da violência contra as mulheres para além das relações pessoais circunscritas ao espaço doméstico. A aproximação junto à experiência de violência das mulheres rurais rompe as fronteiras impostas pela fragmentação. No campo, *o pessoal é político*.

3.2.2.2 No contexto indígena

A violência contra as mulheres no contexto indígena, apesar de concreta na experiência das mulheres indígenas, ainda é permeada por silêncios, e os casos só conseguem

visibilidade quando culminam em situações extremas. Porém, paralelo a esse silêncio, a violência nesse contexto “tem se configurado como uma expressão da questão social de extrema gravidade, a ponto de as mulheres engendram estratégias de mobilização para reivindicação do reconhecimento dos seus direitos” (BARROSO, 2015, p. 20). O contato com o contexto indígena na região impactada por Belo Monte ocorreu por meio da entrevista com Andiroba, liderança da etnia Arara, dos registros do diário de campo e das pesquisas publicadas nos últimos três anos sobre os impactos de Belo Monte para os indígenas.

Os dados sobre a violência contra os povos indígenas são restritos e oriundos apenas de organizações da sociedade civil ou de denúncias feitas em eventos. Levantamento realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apontam o assassinato de 42 índios em 2003, 68 casos em 2004 e 137 em 2015. No geral, o levantamento inclui outras agressões para além dos homicídios, tais como: ameaças de morte e outras formas de ameaça, os abusos de poder e as lesões corporais, relacionadas aos conflitos por terra, disputas territoriais que incluem tanto as dificuldades na homologação de suas terras, como a desintrusão (retirada judicial) de não indígenas em seus territórios (CIMI, 2015), ou seja, mecanismos de acumulação e concentração fundiária em territórios indígenas. No caso da violência contra as mulheres, esses dados são ainda mais escassos, e não obstante a sua concretude, não se tem dados quantitativos sobre esse fenômeno: “trata-se de um tema que não tem visibilidade nem nos institutos de pesquisa nem na ciência. Os registros, em sua maioria, são pontuais e relacionam-se às denúncias realizadas pelas mulheres indígenas em eventos e encontros” (BARROSO, 2015, p. 20).

Na região de Altamira e do Rio Xingu, os conflitos por terra, semelhantes aos destacados no contexto rural, já se faziam presentes antes do início da construção de Belo Monte. A proporção que eles passaram a ter e a soma desses a outros demarcam o que representa Belo Monte para os povos indígenas. Andiroba destaca a importância da floresta, do Rio Xingu e o questionamento aos grandes projetos:

Quem habita milhões e milhões de anos o Rio Xingu somos nós. Nós somos uma nação de povos indígenas nativos, tradicionais. Que pra nós o Xingu é nosso. É nosso tesouro, é nosso território, e jamais vamos abrir mão dele. Nós não concordamos com esses projetos que só afeta nosso global, né, nosso mundo, nossa Amazônia, porque aqui é nossa floresta que era intocável pra nós, muitos anos atrás (ANDIROBA, entrevista, 2017).

Na direção do que diz Andiroba, análises como a do estudo elaborado pelo Observatório dos Investimentos na Amazônia, intitulado *As obras de infraestrutura do PAC e*

os povos indígenas na Amazônia Brasileira, apontam que os projetos de infraestrutura retomados com o PAC a partir de 2007 provocaram mudanças irreversíveis nos territórios indígenas (VERDUM, 2012b). As pesquisas afirmam que nenhuma hidrelétrica representa para os povos indígenas o que Belo Monte representa com os seus muitos e profundos impactos sociais e ambientais previstos, que “além de inundar uma área de mais de 600 km², promoverá até 80% de redução da vazão de um trecho de mais de 100 km que compreende a Volta Grande do Rio Xingu”, região onde habitam os Arara, os Juruna e os Xikrin. Além de afetar o Médio Xingu e seus tributários, onde residem os Parakanã, os Asurini, os Kararaô, os Araweté, os Arara, os Xipaia e Kuruaia; e os mais próximos das cabeceiras do Rio Xingu, onde estão os Kayapó do sul do Pará e os Metuktire. Conforme destaca Fearnside (2011, p. 5), “Os povos indígenas da bacia do Xingu somam 28 etnias que totalizam cerca de 20 mil índios distribuídos em 19,8 milhões ha (cerca de 40% da bacia), que serão direta ou indiretamente afetados pela usina”. Essas áreas são grandes bolsões de floresta, ricos em biodiversidade, que passaram a sofrer imensas pressões com a chegada de Belo Monte, tendo entre as consequências o aumento dos índices de desmatamento ilegal dentro dessas terras, o que explica, em grande medida, o aumento na demanda por recursos naturais associados ao crescimento desordenado da cidade de Altamira (ISA, 2014).¹⁹⁸

Andiroba destaca os impactos de Belo Monte para os indígenas:

Primeiramente eles chegaram no nosso território, derrubando nossa casa com motosserra, queimaram, enterraram com trator, entendeu: Eles desmataram nossas ilhas, queimaram, enterraram o restante. E deixaram muita ilha sem fazer... sem derrubar. E isso tá em pé. Tá morrendo tudo, essas árvores. Essas árvores, a gente sabe que tem muita coisa venenosa, tem árvore venenosa. Então elas estão morrendo tudo. Não suprimiram. Então isso tudo foi o impacto que vai gerar mais veneno pro nosso lago que tá água parada. A água não tá correndo mais como corria antigamente. Nós não tem mais cachoeira, nós não tem mais corredeira, nós não tem mais praia, nós não tem igapó mais, nós não tem mais nosso lagos, nós não tem nossas piracemas, nós não tem mais nosso pedral. A metade da margem também foi alagada. Então pra nós foi extremamente impactada (ANDIROBA, entrevista, 2017).

O relato explana que “a violência é uma forma de coação das pessoas, mas também da natureza. Ela se insere na dinâmica de exclusão de direitos territoriais e de acesso aos bens naturais” (NOBRE, 2017, p. 10), que para os indígenas não existe de forma separada, relaciona-se diretamente ao seu modo de viver. Destruir a natureza significa destruir-se a si mesmo, o que tem culminado no *etnocídio* e *genocídio* por outros meios. Como nos diz Juruna (2014, p. 314-315),

¹⁹⁸ Disponível em: <https://www.socioambiental.org/en/node/3019>. Acesso em: 5 jan. 2018.

Enquanto se constrói as ensecadeiras, destroem vidas humanas. Destroem toda uma história, toda uma cultura tradicional de povos originários deste território. Destroem o rio Xingu, como se este rio não tivesse vida, como se as suas veias não estivessem eternamente ligadas à vida dos povos indígenas que dele sobrevivem.

Além da violência ao meio ambiente e o aumento dos conflitos de terras, Belo Monte provocou uma série de outras violências diretas e indiretas à vida e ao modo de vida desses povos, que culminou com a fragmentação e a disputa entre os próprios indígenas, através da cooptação de lideranças das comunidades e das seleções escusas no atendimento as condicionalidades, como é o pagamento pelas remoções. Andiroba, indígena ribeirinha, vivenciou essas situações. Sua fala expõe as dificuldades de ser reconhecida como indígena e ter seus direitos no plano de mitigação de Belo Monte.

E eu sou indígena da etnia Arara, uma liderança que hoje está tendo muito problema porque não tenho a etnia na minha identidade. Então, devido aonde tem PBA, recurso e muitas coisa que a própria Funai gerencia, devido eu denunciar a Funai, estou tendo esses problemas. Porque nossa etnia não é reconhecida na Funai. Mas nós somos indígenas. Mas isso não vem ao caso porque a gente nunca nem correu atrás. Antigamente, tipo assim, na hora de fazer o registro eles pegavam o nome do patrão. Que a nossa família ela foi explorada, pra tirar seringa. A história que nós sabe, dos antigos. Então, alguns que sobreviveram da nossa família pegaram o nome do patrão. O patrão que botava o nome, não deixava botar a etnia que disse que não era nome de gente. Então, assim, nossos documentos hoje ele é todo bagunçado. O nome da minha mãe, tá no registro dela um nome, no meu registro tá outro nome. Do meu pai também. E muda um sobrenome aqui, outro acolá, então é tudo bagunçado. Eu entrei na DPE, com a doutora Andreia, fui no Ministério Público Federal também. Então, eles estão interagindo pra colocar a etnia no meu registro. Mas isso surgiu agora, depois de muito confronto com certas lideranças aí corruptas (ANDIROBA, entrevista, 2017).

É recorrente em áreas indígenas e rurais a ausência de documentação das mulheres, tornando-se às vezes impeditivo para a inclusão em projetos sociais ou acessar políticas sociais como a previdência (BARROSO, 2015), mas o caso de Andiroba evidencia que, além da não documentação, é comum o não registro como indígena – ao que sugere, trata-se de um não reconhecimento de sua identidade. Sobre seu reconhecimento, Andiroba destaca que

Por mim, eu sou índia e índia. Pra mim esse negócio de identidade, botar nome lá, isso pra mim não tem validade. Porque validade é eu sou o que eu sou. Sou índia. Aí devido surgir esses problemas eu procurei o Ministério Público, procurei DPU, procurei DPE, então tá no juiz já. Já tá marcado a audiência, então eu tô só aguardando pra colocar a Arara no meu nome, na minha identidade. E é isso (ANDIROBA, entrevista, 2017).

A dificuldade enfrentada por Andiroba é reflexo de um processo de etnocídio em curso na Amazônia desde a colonização, e não se configura, pois, uma exclusividade do contexto mais recente desses projetos na região. Podemos aferir que são traços do desenvolvimento e do processo de ocupação do Brasil. Os povos indígenas foram os pioneiros a conhecê-lo: conforme afirma Cunha (2012, p. 14), foi um “morticínio nunca antes visto”, cujos motores foram a ganância e a ambição para a expansão do que se convencionou chamar de capitalismo mercantil, expressando-se desde a desumanização, aculturação, até a tentativa de extermínio desses povos, resultado de uma ideologia racista que apreende as populações originárias a partir do acidental, pelo exótico e passageiro, como se a existência de indígenas fosse algo inteiramente fortuito, um obstáculo que com o passar do tempo chegaria a ser minimizado e quase inteiramente esquecido, eliminado (CUNHA, 2012).¹⁹⁹

Andiroba também destaca os conflitos entre as lideranças indígenas que estão divididas entre os *indígenas urbanos*, os *indígenas aldeados* e os *indígenas ribeirinhos não aldeados*. Ela questiona o território como um critério definidor de sua origem e identidade étnica,

Pra nós, pra nós é considerado indígena. Agora pro Carei, isso é problema do Carei. Mas, pra nós é nosso. Quando eu fui em Brasília, em 2013, eu falei pro presidente da Funai, eu falei: Você já leu a legislação e você já leu a Convenção 169? Se eu moro... Não interessa onde é que eu moro, mas eu sou indígena e aonde eu moro o território é meu. Meu território é indígena. Aí calei a boca dele (ANDIROBA, entrevista, 2017).

O reconhecimento étnico é um problema que permeia a questão indígena no Brasil. Para Viveiro de Castro (2006), não se pode discutir a identidade indígena destituída das dimensões históricas, culturais e sociopolíticas, afinal, a questão indígena, como se coloca na atualidade, traz determinações importantes do processo de colonização, tais como as

¹⁹⁹ Nossa experiência de estágio doutoral no Canadá foi fundamental para entendermos que a questão indígena é uma questão global e, resguardadas as suas particularidades em cada nação, é resultado das relações sociais estruturantes de nossa sociabilidade atual. Conforme destaca Zoe Todd (2015, p. 3), indígena da etnia Métis do Canadá, “os povos indígenas, em todo o mundo, estão lutando por reconhecimento. Lutando para fazer valer suas leis, filosofias e histórias em seus próprios termos”. Todd (2015) aponta ainda os altos índices de violência contra as mulheres indígenas no referido País como um problema a ser reconhecido e enfrentado. Em seus termos, “[...] lutamos com o fato de que, entre mulheres indígenas, as taxas de violência são muito mais elevadas que entre mulheres não indígenas (1200 mulheres indígenas foram assassinadas ou desapareceram apenas nos últimos quarenta anos, provocando alertas da ONU e de outros organismos para que o nosso governo enfrente essa horrível realidade). O primeiro Primeiro Ministro do Canadá, o orgulhoso escocês John A. MacDonald (me recuso a usar a denominação “Sir”), é famoso por sua intenção de “matar o Índio que havia na criança” através de seu projeto de escolas residenciais. O Canadá só agora está percebendo que através de coisas como as escolas residenciais e a lei profundamente racista – e ainda vigente – *Indian Act* foi forjada a nação. Ou seja, o Canadá foi construído sobre genocídio e espoliação. Dadas as fortes raízes britânicas presentes no Canadá pode-se imaginar o quão desconfortável isso é e quanta dissimulação e desacordo cria para aqueles que viveram até então alegremente ignorantes destas violências”.

migrações forçadas, descimentos, reduções, aldeamentos e demais medidas de assimilação, oclusão e repressão étnicas.²⁰⁰ A fala de Andiroba também tensiona a ideia indo-europeia que vê o índio como um “duende imiscuído na natureza”, ou seja, embora o índio não se separe da floresta porque vive uma relação entrelaçada a ela, ele não sucumbe nela de forma imanente e hibernada (TORRES, 2005).

Andiroba, até se ver ameaçada pelos impactos de Belo Monte, não considerava necessária a oficialização estatal ou reconhecimento jurídico de sua identidade étnica, como ela expressa na narrativa abaixo:

Nós sempre se reconheceu. Nós sempre se consideramos como índio Arara. Só que nós vivia na nossa, na nossa cultura, sempre tivemos nossa cultura. Mas, era nós. Nós não precisava ir lá no cartório dizer pra botar Arara no nosso documento (ANDIROBA, entrevista, 2017).

Partimos do entendimento de que “ser ou não ser índio” não diz respeito à identificação biológica e muito menos jurídica, mas a um autorreconhecimento da identidade étnica, que não é natural, e sim construída nos processos de sociabilidades ligados tanto às culturas indígenas como às estratégias sociais e políticas em contextos diversos (BARROSO, 2015). É o que diz Viveiros de Castro (2006, p. 2):

Índio não é uma questão de cocar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotipificante, mas sim uma questão de “estado de espírito”. Um modo de ser e não um modo de aparecer. Na verdade, algo mais (ou menos) que um modo de ser: a indianidade designava para nós um certo modo de devir, algo essencialmente invisível, mas nem por isso menos eficaz: um movimento infinitesimal incessante de diferenciação, não um estado massivo de “diferença” anteriorizada e estabilizada, isto é, uma identidade. A nossa luta, portanto, era conceitual: nosso problema era fazer com que o “ainda” do juízo de senso comum “esse pessoal ainda é índio” (ou “não é mais”) não significasse um estado transitório ou uma etapa a ser vencida. A ideia é a de que os índios “ainda” não tinham sido vencidos, nem jamais o seriam. Eles jamais acabar(i)am de ser índios, “ainda que”... Ou justamente porquê. Em suma, a ideia era que “índio” não podia ser visto como uma etapa na marcha ascensional até o invejável estado de “branco” ou “civilizado”.

Para esse autor, ninguém tem o direito de dizer quem é ou quem não é índio, se não se diz (porque é) índio ele próprio. Vem somar a isso a autodeterminação das comunidades indígenas, aqui entendidas como comunidades fundadas em relações de parentesco ou vizinhança, e que mantêm laços históricos ou culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas. As relações de parentesco e de vizinhança defendidas pelo autor incluem laços variados e, sobretudo, se definem em termos da atualização dos vínculos interpessoais

²⁰⁰ Mais informações sobre essa questão, consultar artigo de Castro (2006). Disponível em: http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf. Acesso em: 18 maio 2010.

fundamentais próprios da comunidade em questão. Não se restringe a uma ligação biológica, mas ao aspecto político de pertencimento identitário. Contudo, essa não é a visão dominante e tampouco institucional, o que explica o fato de indígenas não aldeados – como é o caso de Andiroba – não serem previamente contemplados no plano de mitigação como ocorreu com os indígenas em situação de aldeamento. Disso, podemos aferir que não reconhecer o vínculo de pertencimento a uma comunidade ou não reconhecer a história de uma comunidade que se autodeclara indígena é racismo (CIMI, 2011).²⁰¹ Logo, considerar a existência de “índios mais puros” e “índios mais impuros”, diferenciando raças melhores e piores, com mais direitos e com menos direitos, ou apontar a “miscigenação” de indígenas com não indígenas como fator discriminatório para diminuir direitos para os habitantes de terras indígenas que serão afetados por Belo Monte (CIMI, 2011, p. 14), é violência institucional. A narrativa de Andiroba ilustra essa segregação:

Primeiramente, primeiro ponto de pauta: Plano Básico Ambiental (PBA) componente indígena que a Funai excluiu. Deixou nós sem esse PBA. Botou PBA componente indígena pros índios da cidade, pros índios aldeado. E os índios ribeirinhos ficou excluído de tudo na vida. Então o que que aconteceu, nós fizemos esse cadastro com a Apoena, uma empresa chamada Apoena, que fazia os cadastros dos povos indígenas rural. Então na minha comunidade, 7 famílias, somente eu tive direito. Nós passamos dois dias fazendo cadastro pra num dia chamarem pra negociação só uma parecer. Então é muito difícil isso. Tem algo errado. Tudo por aí nós já fomos descobrindo que o negócio tava feio. Então isso não foi só na minha comunidade, como em muitas outras aconteceu (ANDIROBA, entrevista, 2017).

Além das frações interétnicas que se desdobram em conflitos e hierarquias entre os indígenas, as desigualdades de classe, sexo/gênero e étnico-raciais são determinantes nesse contexto e se expressam em discriminação, nas impossibilidades e nos cerceamentos para influenciar decisões. Um exemplo emblemático ocorrido em Belo Monte foi a não consulta livre, prévia e informada dos indígenas, fato que atingiu a todos. Conforme Andiroba, “a gente não concorda com essa decisão do governo de fazer empreendimento de barragem, de mineradora no nosso território, sem consultar os povos indígenas que é o verdadeiro dono desse território”. Ela complementa:

Estou denunciando o Governo Federal, o Estado que assinou a LI. Que as autoridades competentes, que têm competência de julgar esse caso aqui, suspenda imediatamente, urgentemente essa licença da LI e venha fazer as consultas com os

²⁰¹ “A aparência física, supostamente fruto de miscigenação de indígenas com indivíduos não indígenas ou indígenas de povos diferentes, tem sido considerada uma marca estigmatizante que serve para colocar sob suspeita a autodeclaração e, mais do que isso, serve ao Estado como fator de recusa na concessão de direitos indígenas. A comunidade sob suspeita de ‘fraude de identidade’ ou a comunidade miscigenada não poderia ser considerada indígena autêntica” (CIMI, 2011, p. 14).

verdadeiros donos da terra que somos nós povos indígenas. Então, isso que eu denunciei. Que as autoridades que realmente estudou e aprendeu, que defenda nós, porque somos nós que pagamos o salário deles com nossos impostos. Que nem eu falei, se nós vender uma caixa de peixe, um saco de castanha, qualquer coisa que nós extraí da mata e do rio nós tamo pagando o imposto, e esse imposto nós tamos pagando o salário dos funcionários público estadual e municipal. Então eles têm que, primeira coisa que eles for fazer, não porque eles estão lá no poder, mas eles têm que consultar o verdadeiro dono, principalmente quem tá pagando o salário deles lá. E eles não têm que destruir o nosso meio ambiente, porque pra nós isso aqui ele é eterno. Ele é uma coisa que a gente vem preservando milhões e milhões de anos. Nós não vêm desmatando, nós não vem derrubando. Nós vêm denunciando quem vem fazendo isso, e hoje nós se encontra com essa violação extremamente desumana (ANDIROBA, entrevista, 2017).

A ausência de consulta é uma violência institucional que atenta contra a autodeterminação e o território dos povos indígenas e tradicionais. Mas a *própria ideia de consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas não é neutra politicamente e reflete as tendências neoliberais do capitalismo mundializado, qual seja, a regulamentação meramente procedimental da relação entre partes assimétricas*. Assim, ocorrendo ou não consulta, as desigualdades se refletem em violência, pois os indígenas são obrigados a negociar, tendo como pressuposto o menosprezo por parte do Estado e a desconformidade de ter voz ressoante e ter atendidas suas demandas pelos órgãos e representantes estatais. A despeito da participação de algumas poucas lideranças mulheres, a maioria das reuniões e audiências tem representações indígenas masculinas. Nesses espaços, a língua oficial é o português, e as falas em sua maioria utilizam-se de discursos longos e técnicos. Mas o conhecimento dos indígenas, em sua maioria, sobre a língua portuguesa, “é de quem a tem como segunda língua, e que seus conhecimentos da legislação, dos procedimentos burocráticos e das questões técnicas envolvidas no empreendimento são poucos” (BELEZINI, 2014, p. 289). Isso implica para as mulheres uma dificuldade maior, pois é comum entre as indígenas aldeadas que elas falem apenas o idioma nativo, sendo facultado aos homens a possibilidade de um contato maior com a sociedade envolvente e, conseqüentemente, maior facilidade de aprender o português. Logo, nada existe na natureza das mulheres indígenas que as torne menos capazes de aprender outra língua; isso se deve às barreiras erguidas a partir das relações sociais e dos códigos de valores que as sustentam (OLIVEIRA, 2010). Em algumas culturas, como a Sateré-Mawé, “não permitir as mulheres aprenderem o português era uma forma de proteção contra os colonizadores” (BARROSO, 2015).

Andiroba destaca abaixo as dificuldades de negociação e os impactos da barragem:

Nossos trabalhos, nós vivia da pesca, do extrativismo, do artesanato e de pequenas roças. Nós nunca danificamos nossas matas. Nós fazia pra nossa sobrevivência. Então, nós não admitimos o governo fazer esses tipos de empreendimento, sem

consultar os povos indígenas, e destruindo. Porque pra nós isso aqui foi a maior destruição do planeta, do universo, com a nossa Amazônia, com o nosso meio ambiente. Então isso aí, eles taparam nosso rio Xingu. Nosso rio tá tapado, aterraram. A gente nunca pensou que o homem fazia uma coisa dessa. Tá feito. Então isso é muito impacto que nós tamo... Então nós lutamos muito pra ser reassentado. Porque de 1.939 famílias, segundo os estudos deles, que era família impactada, somente 43 famílias optou pela terra, na marra. Porque essas 43 famílias chegaram dizendo: não queremos dinheiro. Nós não queremos seu dinheiro, nós queremos nossa terra. Ele não aceitava dupla moradia na cidade. Nós, hoje, o Ministério Público determinou que nossa energia tem que aceitar esse fato. Porque nós temos nossa dupla moradia na cidade e a nossa terra. No começo eles, ou nós optava pela indenização da cidade e reassentamento no rural. Eles não conseguiam dizer pra nós que nós tinha direito a reassentamento rural e urbano, entendeu? Então muitos assinavam indenização aqui na rua, ficava sem casa pra conseguir o do rural. Outros assinavam da casa, que achavam mais importante, e indenização do rural. Então foi um caos. Então foi uma coisa assim que foi muito mal, muito impactante pra nós. Esse reconhecimento que eles não reconheciam. Hoje já existe esse reconhecimento, mas depois que eles acharam que nós temos esse direito, muitos já tinham perdido de conseguir sua dupla moradia (ANDIROBA, entrevista, 2017).

Andiroba refere-se ao não respeito da Norte Energia às particularidades de ocupação e uso do território ou aos modos de vida da região. O Plano Básico Ambiental não considerou essas questões nos instrumentos de avaliação de impactos e nas medidas de mitigação, o que levou “os moradores de ilhas e margens, que vivem também na cidade de Altamira durante parte do tempo, possuindo duas moradias de fato, serem enquadrados na mesma categoria que os agricultores da área rural” (ISA, 2015, p. 32). Conforme consta no Dossiê Belo Monte,

[...] a Norte Energia opera com o entendimento de que as famílias moram apenas em uma casa/lugar, usando a outra como “ponto de apoio”, categoria formulada pela própria empresa. Frise-se que os beiradeiros não entendem suas casas na beira do rio como “pontos de apoio”, e sim como moradia, que utilizam para acessar suas áreas de pesca e coleta, obter seu sustento, ter momentos de lazer e criar a família. Em Belo Monte, o empreendedor vem impelindo a população atingida a escolher se se considera urbana ou rural, o que implica abrir mão de uma parte de sua própria identidade. Não é assegurada dupla opção de reassentamento a quem possuía dupla moradia. Aqueles que optam por reassentamento urbano podem obter apenas indenização (em dinheiro) pela casa da ilha/margem, e os que optam pelo reassentamento rural – ainda uma ficção – podem obter apenas indenização pela casa na cidade (ISA, 2015, p. 33).

Assim, concordamos com o Dossiê Belo Monte quando afirma que “o PBA não tratou os ribeirinhos como uma categoria socioeconômica e cultural específica”, da mesma forma, a licença prévia, que “estabelecia como uma de suas condicionantes a realização de um cadastro socioeconômico específico para pescadores, nunca ocorreu” (ISA, 2015, p. 32). Esse processo violento de realocação trouxe impedimentos a pescadores(as), extrativistas que continuam exercendo sua atividade tornando-se “pescadores sem rio” e extrativistas sem-terra, “e pode ter como uma de suas consequências a extinção desse modo de vida tradicional e a

pauperização dessa população, que não tem outro ofício além da pesca” (ISA, 2015, p. 33). Além disso, “com efeito, não é difícil pressupor que uma relação de dependência e submissão pode ser criada nesse tipo de negociação” (SCARAMUZZI, 2017, p. 82). Assim, mesmo com algumas indenizações realizadas, o processo de reparação aos danos causados por ocasião de Belo Monte foi marcado por uma violência estrutural que produziu sérios danos aos indígenas, tais como expropriação de terras, conflitos internos, inseguranças diversas, adoecimentos, empobrecimento, e maior exposição das mulheres à violência direta dentro e fora das comunidades. Conforme destaca Sheyla Juruna (2014, p. 314),

Perde-se o controle da comunidade, as lideranças, os jovens, que vivem mais na cidade que na aldeia... Após receberem combustível, voadeiras e alimento na cidade, nada e ninguém mais os seguram nas comunidades. Essa não é a autonomia que queremos! Atualmente se vê muitos indígenas perambulando pela orla do cais, inclusive mulheres e crianças, à mercê de todo o tipo de violência... Jovens se envolvendo com drogas, álcool, mulheres da vida... enfim... indígenas se matando, cometendo crimes entre si e com os não indígenas, causando transtornos na cidade e divisão interna. Causando medo nos demais parentes que não se enquadram nessa desordem toda... Belo Monte foge do controle dos que insistem neste tipo de desenvolvimento. Belo Monte está marginalizando os povos indígenas. Belo Monte está ferindo a nossa integridade. Belo Monte está destruindo os povos indígenas do médio e baixo Xingu.

A mudança na dinâmica de vida, nos costumes, na reprodução da vida a partir da expropriação de suas terras e meios de trabalho tem trazido grandes repercussões para o contexto indígena. Danos que afetam a vida material e subjetiva, tais como a saúde, o sossego, os valores culturais, históricos e paisagísticos (SCARAMUZZI, 2017). Com o acesso aos bens de consumo e a recursos,²⁰² lideranças masculinas das comunidades estão se relacionando com mulheres não indígenas e as levando para as comunidades na tentativa de viver relações poligâmicas, sem o consentimento de suas companheiras. Além disso, tem sido facilitado o comércio e o uso de bebidas alcoólicas, contribuindo para a ocorrência de conflitos, inclusive de casos de violência doméstica nas comunidades dessa região. Outro elemento importante tem sido o grande movimento de pessoas não indígenas nas aldeias, especialmente trabalhadores homens do ramo da construção civil, para construção das obras

²⁰² “Segundo a Norte Energia, R\$ 212 milhões já foram gastos com os povos indígenas. Porém, em lugar de serem investidos, de forma estruturada, na mitigação e compensação dos impactos, esses recursos foram principalmente utilizados no fornecimento de bens materiais (até março de 2015, foram comprados 578 motores para barco, 322 barcos e voadeiras, 2,1 milhões de litros de gasolina etc.), consolidando um inaceitável padrão clientelista de relacionamento entre empresa e povos indígenas. Os recursos foram distribuídos por dois anos (de outubro de 2011 a setembro de 2013), na forma de uma espécie de “mesada” no valor de R\$ 30 mil mensais por aldeia. Dessa maneira, o empreendedor e o Estado puderam controlar temporariamente os processos de organização e resistência indígena, deixando como legado a desestruturação social e o enfraquecimento dos sistemas de produção de alimentos nas aldeias, colocando em risco a saúde, a segurança alimentar e a autonomia desses povos” (ISA, 2015, p.14).

previstas no plano emergencial, de forma que aumenta a exposição das mulheres também à violência sexual, havendo, inclusive, suspeitas de exploração sexual de indígenas por trabalhadores. Conforme destaca Oliveira (2015, p. 146),

[...] lideranças indígenas denunciaram à Fundação Nacional do Índio (Funai) que trabalhadores contratados para realizar obras de infraestrutura do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) nas aldeias estariam fumando “pedra” na aldeia e se relacionando com as índias.

Em uma das conversas informais durante a pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de um diálogo com Sr. Antônio, trabalhador da construção civil que há alguns anos vem acompanhando obras pela Amazônia e em Altamira trabalhou em comunidades indígenas construindo obras de mitigação, como a edificação de postos de saúde, escolas. Ele não hesitou em confirmar os casos de violência contra as mulheres na área indígena²⁰³ e destacar a percepção dele sobre as mulheres indígenas: “[...] as mulheres indígenas são diferentes das brancas, tem uma questão de cheiro, eu não gosto [...], cheiram diferente, não têm os mesmos cuidados que as brancas, pegam na comida com as mãos, os produtos que usam para o banho são diferentes”.

A fala de Antônio pode causar repulsa ao ler, mas reflete muitos dos preconceitos socialmente construídos em torno das mulheres indígenas. Trata-se de um *preconceito étnico-racial* que desumaniza e estigmatiza as mulheres indígenas a partir de sua aparência e modo de vida. Esse racismo que incide sobre as mulheres indígenas também se manifesta na discriminação entre mulheres. Durante a pesquisa de campo, não foi difícil ouvir comentários pejorativos de mulheres não indígenas sobre as mulheres indígenas. Antônio afirmava ainda que existem muitos namoros das mulheres indígenas com os homens brancos que chegam à aldeia, conforme a citação acima. E ressaltou como algo natural a ocorrência de relações sexuais sem consentimento entre os próprios indígenas nas comunidades, razão pela qual ele diz que as indígenas gostam dos “homens brancos”: “eles são mais carinhosos, não fazem como os homens indígenas [...], tive até pena de um menino novo branco bonito que chegou à aldeia, as mulheres arroteavam o local onde estava instalado para tentar contato com ele. Elas sentem a diferença”. A ideia da mulher indígena lasciva data da colonização, e toda a história brasileira foi escrita e transmitida como se as indígenas se oferecessem aos homens brancos

²⁰³ Casos de violência sexual contra meninas e mulheres indígenas praticados por funcionários de “grandes projetos” também são denunciados no Canadá. Sobre estas denúncias, ver: <https://www.amnesty.org/en/documents/amr20/4872/2016/en/>; e <http://ici.radio-canada.ca/nouvelle/1090875/agression-sexuelle-procureur-couronne-dpcp-verification-nunavik-enquete>. Acesso em: 15 jan. 2018.

(FARIA; COELHO; MORENO, 2013), assim como as práticas de estupro, como destacamos no primeiro capítulo. Soma-se a isso a relação das mulheres indígenas a Eva (figura bíblica). Conforme destaca Torres (2005, p. 27), para os colonizadores, a Amazônia em certos momentos foi comparada ao paraíso, e as mulheres nativas eram vistas como seres que fariam qualquer coisa para atender seus desejos, inclusive desobedecer a uma ordem suprema. Daí a alusão à mulher que não resiste ao desejo masculino e viola a ordem de Deus, cometendo o pecado original.

Na oportunidade, Antônio citou também um treinamento ministrado pela Funai antes da sua entrada e “dos peões” na área indígena. Segundo ele, entre as informações, a instituição os alertava sobre as mulheres indígenas, que “elas se oferecem para os homens brancos e que os homens indígenas são bastante ciumentos, [...] os indígenas querem pegar as brancas, mas não aceitam que a gente pegue as indígenas”. Esse relato não apreende as mulheres indígenas na sua condição de sujeito, ou na relação com o homem branco ou indígena a vontade é a do outro. Isso evidencia o corpo das mulheres também como um território (corpo-território) a ser explorado. Ao mesmo tempo, expõe a contradição do Estado que, por meio de suas instituições, produz violência e em paralelo coloca-se como promotor da segurança e da paz, traça políticas, planos, projetos para enfrentar a violência que produz. Assim, pergunta-se: qual a proteção possível garantida pelo Estado na ordem patriarcal-racista-capitalista? Para Iasi (2013, p. 3),

Na abstração dos direitos, todos somos iguais. Na particularidade viva da sociedade burguesa somos pobres, pretos, favelados, facilmente identificados para receber práticas discriminatórias em nome da ordem a ser mantida. Ordem e tranquilidade. Na ordem garantida os negócios e acordos são garantidos sem sobressaltos, a acumulação de capitais encontra os meios de se reproduzir com taxas adequadas, o Estado é saneado financeiramente destruindo as políticas públicas e garantindo a transferência do fundo público para a prioridade privatista. A ordem garante que a exploração [opressão] que fundamenta nossa sociabilidade se dê com tranquilidade.

Na entrevista com Andiroba, a violência contra as mulheres indígenas não foi diretamente exposta, apenas após algumas suscitações a questão foi trazida como um impacto desse processo. Andiroba foi, inclusive, ameaçada por exercer a liderança da associação – posição comumente ocupada por homens. Acreditamos que a invisibilidade dessa questão é reflexo do sexismo, racismo e classismo que impõem e naturalizam essas desigualdades. Todavia, se expressa na apropriação do corpo-território pela violência sexual, na invisibilidade da discriminação intra e interétnica, na pobreza e desterritorialização, no sentimento de injustiça, resultados da negação da identidade de mulher indígena e do

desrespeito à sua cultura, no etnocídio. Ademais, põe em revelo o racismo como estruturante das relações de classe e sexo/gênero.

3.2.2.3 No contexto urbano

A estratégia teórico-metodológica de apontar as particularidades das violências contra as mulheres provocados ou potencializados por Belo Monte a partir dos contextos nos quais a barragem está inserida não implica uma separação em si dessas dimensões ou em um dualismo, por exemplo, rural-urbano. Esses contextos estão relacionados e em muitos momentos apresentam-se sobrepostos. A *dupla moradia* referida no item anterior é bastante comum na Amazônia é exemplo dessa relação e contempla tanto a diversidade sociocultural como os “modos de habitação sazonais, com deslocamentos entre o rio e a cidade, entre a pesca e a roça, entre ‘a casa de cima e a casa de baixo’, segundo os próprios beiradeiros” (ISA, 2015, p. 32). Ambos contextos e moradias têm o mesmo grau de importância para essas famílias.

É preciso dizer também que o debate da violência contra as mulheres na região tem uma história anterior a Belo Monte. Conforme destaca Castanheira apud Lacerda (2015, p. 121),

A Campanha da Fraternidade da Igreja Católica, de 1991, teve como tema “Homem e mulher, imagem de Deus”. Dentro da discussão da campanha, discutimos a questão da discriminação e da violência contra as mulheres. À época, aqui em Altamira, esse problema era muito forte, as mulheres eram quase que diariamente assassinadas e nada acontecia. Era como se nada tivesse acontecido. Isso então foi indignando, foi revoltando bastante. Com o apoio da campanha nós fundamos, em 1991, no dia 8 de março [...], aqui em Altamira, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade.

No último item deste capítulo, será retomada a análise das resistências e da organização das mulheres frente aos casos de violência. Aqui, cabe destacarmos que esse tema passa a ser uma expressão da questão social na região antes da obra, no bojo das lutas por direitos na Transamazônica. A denúncia dos casos de violência e o descaso dos setores públicos sobre eles a partir de debates promovidos pela Igreja Católica potencializaram a criação do Movimento de Mulheres na região da Transamazônica. Além dos casos de assassinatos de mulheres, o desaparecimento de crianças, caso que ficou conhecido como “os

meninos emasculados de Altamira”, no final da década de 1980 em Altamira, também contribuiu para a organização das mulheres. As mães das crianças emasculadas tornaram-se protagonistas no movimento por Justiça, tendo suas vidas transformadas após o desaparecimento de seus filhos. Mesmo que as vidas dessas mulheres tenham se transformado após as perdas dos filhos, pelo sofrimento, pelos custos, pelo descaso (LACERDA, 2015), essa experiência não é considerada como violência. Contudo, mulheres, mães de jovens assassinados nas favelas e comunidades pobres em várias regiões do país, têm denunciado casos de violência institucional – incluindo o racismo – que vivenciam na relação com a polícia, com o judiciário e outras instituições. O relato de Vera, uma das militantes do Movimento Mães de Maio,²⁰⁴ ilustra essa questão:

Nós, mães, perdemos um filho, e os outros filhos perderam a mãe. Em dez anos, não vimos nossos netos crescer, não demos atenção e carinho para os outros filhos, que não entendem. Já cansamos de ouvir por bocas de companheiros, ou de estranhos, que ‘a gente não tem mais nada, só cimento, que já acabou’. Não acabou. Porque a luta que nós temos hoje não é pela Ana Paula, pelo meu genro, pela Bianca. Não é a Débora pelo filho dela. É pelos filhos de outras companheiras que possam vir.²⁰⁵

A violência apreendida no relato de Vera expressa a violência estrutural, não atinge apenas sua filha e neta assassinadas, não tem “o” culpado. Revela a distinção entre corpos e experiências que “morrem por conta” ou que habitam, nas palavras de Fanon (2008), “a zona do não ser”, “uma região extraordinariamente estéril e árida”, habitada pelo homem e pela mulher negra, que aqui em nossa análise se estende a indígenas, homossexuais, transexuais, e mulheres. A narrativa de Vera elucidada esse não ser: “No dia que eu tinha que tirar minha filha do hospital e levar pra casa com minha neta, eu deixei os três no necrotério. E até hoje ninguém foi preso, ninguém tomou atitude”. Vera Lúcia dos Santos, mãe de Ana Paula e fundadora do Mães de Maio, em 2009, depois de denunciar que os autores da morte de seus familiares eram policiais, foi acusada de ser traficante. Ficou presa por três anos e três meses. O caso de Vera não ocorreu no contexto de Belo Monte, mas é emblemático, delineia a dimensão estrutural da violência contra as mulheres e aponta expressões dessa violência não comumente percebidas.

Retornando a Altamira, pode-se dizer que a violência não era uma novidade que chegou com a barragem, afinal, como afirma Castanheira,

²⁰⁴ Para informações mais detalhadas sobre o Movimento Mães de Maio, consultar: <http://maesdemaio.blogspot.com.br/>.

²⁰⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>. Acesso em: 17 jan. 2017.

[...] essa região e Altamira foi o ponto central de, não de absorver, mas de concentrar todas as mazelas dos projetos que passaram por aqui. Aí veio a época do soldado da borracha, com a questão da borracha; os seringalistas; os conflitos dos seringalistas com os povos indígenas. Porque os seringalistas e os seus seringueiros invadiam as terras indígenas. Depois a época da castanha, a mesma coisa. A época da matança dos gatos pra vender as peles. Aí veio a abertura da Transamazônica com a colonização. Então, Altamira sempre foi espaço para que esses projetos tivessem abrigo. (CASTANHEIRA, entrevista, 2017).

Apesar dessa particularidade da região Transamazônica e das violências que decorrem do desenvolvimento de enclave no capitalismo dependente, as ocorrências de violência não tinham a dimensão – em quantidade e abrangência – que passaram a ter após a barragem, conforme também demonstram as estatísticas apresentadas em capítulos anteriores. Logo, a insegurança e a ameaça da violência tornam-se centrais no cotidiano de Altamira, como apontam os relatos abaixo:

A gente, quando a gente chegou aqui realmente era uma cidade mais tranquila. Por exemplo, na questão do trânsito, não existia esse sufoco que a gente tem hoje, o trânsito, tantos acidentes, tantas mortes. Antes era tudo mais tranquilo. E a questão da violência também, que agora é demais, a violência. Principalmente contra as mulheres, né, e contra criança, contra adolescente, isso acontece muito. E tem aumentado bastante. Não vou dizer que antes não acontecia. Tinha, mas o índice era pequeno, né? Agora o índice triplicou, é maior. E, assim, a minha visão de Altamira antes é essa. Era uma cidade mais calma, onde a gente se sentia... por um período de Altamira, a gente sentia segurança (PUPUNHEIRA, entrevista, 2015).

Eu tenho medo devido ao crescimento exorbitante da violência no nosso município. É no trânsito, é na sua vida atual. Eu vivo fechada na minha casa ou no nosso trabalho. Antigamente a gente ainda deixava a porta aberta, hoje você não deixa. Então a gente vive trancado. Por exemplo, eu na minha casa, eu faço comida com a casa fechada. Eu só lavo roupa o dia que meu marido tá em casa, porque eu tenho medo de ficar na área lavando roupa. Por que meu terreno ainda não é murado. E mesmo murado. Outro dia eles entraram foi na casa de uma senhora lá, estuprou a senhora, tudo murado. Então ninguém está distante disso. Então o que a gente tem que fazer? Se precaver. Eu fico dentro de casa, fechada. Quando eu chego na minha casa, só olho pro cachorros, pego os cachorro, levo pra fazer as necessidades deles, depois entro pra dentro de casa. Fico dentro, trancada, fazendo comida, só a janela aberta (JUCÁ, entrevista, 2017).

Durante a pesquisa de campo, foram vários os relatos sobre situações de violências contra as mulheres. Desde casos de “morreres por conta” – pela impossibilidade de realizarem seus tratamentos de saúde (em razão do processo de indenizações, as mulheres não podiam se ausentar de suas casas, pois poderiam não receber “seus direitos” ou não serem contabilizadas entre as atingidas), pela solidão, pelo adoecimento da “alma”, pelo empobrecimento, até os casos de abuso, exploração sexual, violência doméstica, roubos, assaltos, violência no trânsito, entre outros.

Entre essas manifestações, a *remoção compulsória* – também presente nos contextos rural e indígena – chama atenção pelos impactos e quantitativo de famílias atingidas por Belo Monte. Mulheres como Palmeira, Castanheira, Jucá, Andiroba, Ninfeia e Marupá, que viram parte de suas vidas reduzida a ruínas, são exemplos da guerra provocada pelo Grande Monstro.

Quando a gente chegou em Altamira, a gente foi morar nas áreas alagadiças porque eram as áreas que a gente conseguia comprar. Como a gente é família de baixa renda, a gente foi morar numa área de risco. Foi onde a gente conseguiu comprar. A gente morou na Comunidade Boa Esperança, Bairro Esperança. A gente viveu lá. Chamados Baixões. Agora a gente já tá no reassentamento. Na verdade, a gente foi uma das primeiras famílias a ser realocada pro reassentamento. Mas assim, não foi nada fácil. Porque a gente foi uma das primeiras famílias a ser realocada, mas a gente teve que dar a cara a tapa também, e brigar pra conquistar, porque a gente precisa (PUPUNHEIRA, entrevista, 2015).

Afetou minha vida, a minha família, a mudança de casa, mexeu na minha história. Eu tive que mudar. Eu tive problema com a minha família. Eu não fui pro reassentamento. Não perdemos a casa, ele simplesmente chegou e falou que pagava só aquilo. O valor de cento e noventa e cinco mil reais (R\$ 195.000,00) foi isso que eles pagaram. A maioria, a minha casa ficou no valor de 50 mil reais, e o restante era do meu pai. Então assim, afetou minha família. Hoje eu moro longe. Meu pai mora num lugar, eu moro no outro. [...] Na verdade a minha casa eles nem precisaram. A minha casa, que era da minha família, que eu morava junto com a minha família, porém, numa casa separada, mas no mesmo terreno, ela não ia ser afetada. Tanto que você pode ir lá agora aonde tem dois pés de coco lá, que era o fundo da minha casa, lá não foi afetada. Eu digo que eles fizeram uma limpeza social. Tiraram todo mundo que estava à margem dos igarapés. E aí, tipo assim, ou tudo ou nada. Saiam. Não podia ficar ninguém, como não está ninguém. Nossa casa era boa. A minha, só o meu barraco valia 70 mil ‘pau’. Eram duas casas: a minha e a do meu pai. E aí na minha família morava eu, meu irmão. Era uma casa grande, banheiro, tinha espaço pra morar. Era eu, minha irmã e meus dois sobrinhos. Faltavam algumas coisas como qualquer outra casa, mas era a minha casa. Fui eu que construí minha casa, eu que fiz minha casa. Eu não queria sair dali, que ali era perto de tudo. Hoje, eu dependo de transporte. Eu moro longe, moro num loteamento. Um loteamento que eles abriram na época aqui. Empresas que vieram, “N” empresas privadas. Abriam loteamentos e venderam um custo, dependendo do tamanho do terreno você poderia ficar como pagar ou não. Eu já estava pagando, continuei nesse terreno. Hoje eu me arrependo, porque eu fiquei muito longe do meu pai. Meu pai tem 86 anos de idade, meu pai depende de mim. Na verdade, a gente ficou mal estruturado (JUCÁ, entrevista, 2017).

Dinheiro nenhum paga uma casa. Primeiro, porque eu não estava vendendo minha casa, não coloquei nela nenhuma placa de venda. Eu nunca pensei em sair daqui, de jeito nenhum. Aqui é o lugar que eu escolhi pra morar, criei os meus filhos. A maioria deles nasceu aqui, cresceu aqui. Hoje tenho os netos que nasceram aqui e já estão crescendo aqui. Então, indenização nenhuma paga a casa de uma pessoa. A casa que eu vou comprar com esse dinheiro nunca será a minha casa. Uma casa é como plantar uma árvore. As raízes vão profundamente embaixo da terra, lá embaixo elas se agarram, para que vento, vendaval, tempestade, e até mesmo uma alagação, não a derrubem. As raízes de uma casa são bem profundas. Os filhos e os netos vão embora, mas a casa fica. E a gente embeleza a casa com a natureza, com as árvores, com o que a gente gosta. E embeleza também com as árvores que dão alimento. Eu plantei com as minhas mãos todas as belezas que estão aqui e que hoje me dão frutos e me dão forças pra resistir ao barulho dos tratores derrubando tudo.

Uma dessas árvores é o açazeiro. Aprendi a amar o açai, o vinho, o suco mais saboroso que já tomei dentro e fora do Brasil. Mas tem o cupuaçuzeiro, de cupuaçu, e a mangueira, que dava tantas mangas e tão saborosas que eu botava na calçada para os vizinhos e quem passasse pegar. Uma casa é isso, é onde a gente se sente feliz, mesmo sem ter dinheiro. Estar dentro da sua casa é ser grande (CASTANHEIRA apud BRUM, 2015).

Os relatos de Castanheira, Pupunheira e Jucá destacam a violência do processo de reassentamento das famílias, um “processo traumático e desordenado para as mais de oito mil famílias consideradas afetadas pelo empreendimento” (ISA, 2015, p. 12). Conforme destaca o Dossiê Belo Monte, o programa de relocação urbana foi desorganizado, inadequado e pouco transparente. Em 2015, três mil famílias já residiam nos novos loteamentos – os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) – sem serviços públicos adequados, incluindo transporte, saúde e educação. Outras tantas famílias, por sua vez, esperavam a relocação, em um processo aparentemente subdimensionado pelo empreendedor, que inicialmente cadastrou 5.141 ocupações consideradas atingidas, mas contratou a construção de apenas 4.100 casas (ISA, 2015). Além disso, ainda há famílias que denunciam sequer terem sido cadastradas, como é o caso de Ninfeia e Marupá, residentes em um dos baixões de Altamira e que ainda lutam para serem reconhecidas como atingidas, conforme os relatos abaixo:

O tanto de pessoas que a gente viu saindo de dentro daquela sala. Mulheres grávidas, senhoras. Tem idade não. Ela fala mesmo, assim, na autoridade e deixa você no chão, pior que um tapete. Ela pisa mesmo, ela não tá nem aí, não [...]. Eles colocam um molho em você, você passa pelo menos umas duas horas ou mais lá esperando. Aí depois eles vêm com uma cara de pau – “Não, a gente não ligou pra você”. E eu: “Como não? Esse número é de quem?”. “Ah, é daqui do escritório”, mas a Flávia: “Não fui eu que liguei”. Aí eu falo assim: “Se não foi você, foi alguém daqui do escritório que ligou e mandou a gente vir, porque tava marcado, tá aqui”. Aí ela: “Não, mas eu não vou atender ninguém, você pode ir. Que quando for pra ligar eu mesma vou ligar e marcar com você”. Beleza, a gente veio embora [...]. Aí eles marcam duas horas da tarde. O sol tá bacana pra caramba pra você andar daqui pra lá. E depois te faz esperar duas horas ou mais e depois te mandam embora. Simples assim. [...] Mas estamos aí. Até agora nada. Infelizmente. Apesar de tudo que a gente já fez e tudo que a gente tem, tá fazendo ainda, mas infelizmente a gente ainda não teve uma resposta positiva ainda (MARUPÁ, entrevista, 2017).

O aluguel, por exemplo, eu, onde eu moro, eu pagava aluguel. Eu morava numa vila atrás. Tem a casa na frente e uma vila e eu morava aqui atrás. Eu morava aqui e cuidava disso daqui tudo. Por direito, eu tinha direito a uma casa. Mas só que eles... Quando o rapaz fez o cadastro, ele foi e fez pelo indígena, que a mulher dele é neta da índia Maria Xipayá. Então foi feito por lá. Como feito por lá, ele não colocou ninguém dos moradores no cadastro. Eu só, uns seis meses depois que eu soube que eu fui atrás. Fui ver e foi verdade, e foi onde eu corri atrás dos meus direitos. Mas eles optaram que eu tinha direito a um aluguel. Tudo bem, eu achava que era isso e pronto, porque se eu no começo soubesse que era a casa, eu tinha colocado o pé na parede, mas como eu não sabia... Aí tá bom. Eu consegui fazer o cadastro, mas só que assim, o dinheiro até nunca caiu na minha conta. [...] Queremos nossa indenização, uns foram indenizados e outros não. A empresa faz as famílias, as pessoas sofrerem muito, muito mesmo. Como se as famílias tivessem pedindo um

favor pra eles. Assim que eles se colocam. Aí se colocaram tudo distante, faz as pessoas andar quatro ou seis quilômetros pra chegar lá no escritório deles. Chega lá não é atendido, volta. Vai buscar isso, não. Se tivesse justiça nesse país (NINFEIA, entrevista, 2017).

No geral, conforme apontam os relatos acima, as famílias atingidas que receberam “indenizações monetárias – em boa medida, por indução e falta de esclarecimento acerca das opções a que teriam direito durante as negociações – receberam valores insuficientes para a aquisição de outros imóveis urbanos” (ISA, 2015, p. 32), em razão da especulação imobiliária provocada pela barragem. Ademais, como já foi destacado nos outros contextos, as negociações entre atingidos e empresa foram bastante desiguais, ocorriam sem qualquer assistência jurídica àqueles que não tinham acesso às legislações e informações mais detalhadas sobre as indenizações – muitos mal sabiam ler. A ausência de proteção jurídica revelou-se, inclusive, no fechamento da Defensoria Pública Estadual em Altamira no segundo semestre de 2014, no pico da obra (ISA, 2015).²⁰⁶ Ademais, “a ausência de publicidade e transparência na realização do cadastro de afetados resultou na exclusão de parte da população atingida do processo de compensação” (ISA, 2015, p. 32), como ocorreu com Marupá e Ninféia.²⁰⁷ Pode-se aferir que os parâmetros para inclusão dos cadastros de atingidos foram construídos sem a escuta das famílias, e a partir de uma interpretação unilateral do empreendedor. Sobre esse processo, Nóbrega (2015, p. 104) destaca:

Sem ouvir a população-alvo do atendimento, como ordenava o PBA (“os critérios de elegibilidade devem ser abrangentes e ajustados às especificidades de cada grupo mediante um processo de participação comunitária”) e afrontando a licença de instalação (segundo a qual a família afetada deveria poder escolher livremente a melhor opção de indenização), a Norte Energia criou hipóteses de elegibilidade para RUC, indenização, aluguel social e realocação assistida (carta de crédito), chegando, em alguns casos, a impor apenas uma dessas opções. Com isso, retirou da população qualquer liberdade para optar. Foram estabelecidas, sem qualquer rigor técnico, diversas categorias de famílias (conviventes, agregadas, ocupantes de imóveis cedidos, inquilinos residenciais), às quais apenas seriam ofertadas uma ou, no máximo, duas modalidades de atendimento. Esses critérios, previstos no PBA, deveriam ter sido colocados em discussão para serem aprovados pela comunidade.

²⁰⁶ Na esteira de uma audiência pública sobre reassentamento urbano convocada pelo MPF, realizada em novembro de 2014, a Defensoria Pública da União (DPU) mobilizou um grupo itinerante de defensores para atuar na cidade, buscando reparar, ao menos em parte, as injustiças e violações cometidas ao longo do processo.

²⁰⁷ Dados do Dossiê Belo Monte informam que “o primeiro processo de cadastramento, realizado entre 2011 e 2012, foi permeado por lacunas e falhas graves, que impediram a devida caracterização das pessoas e núcleos familiares atingidos. Isso ocorreu, principalmente, devido à não inclusão das pessoas ausentes da casa no momento da entrevista de cadastramento e à não consideração dos núcleos agregados da família em uma mesma casa. Em 2013, uma nova empresa foi contratada para revisar e corrigir erros do primeiro cadastro, passando de casa em casa e fazendo alterações e atualizações cadastrais. Com isso, foi reconsiderada a situação de algumas famílias que haviam ficado excluídas, mas os erros cadastrais e a falta de clareza acumulados no processo impactaram as negociações realizadas com as famílias posteriormente. O cadastramento dos atingidos deveria refletir a realidade local e ser capaz de orientar padrões de reassentamento mais justos e adequados aos modos de vida das populações contempladas (ISA, 2015, p. 32).

A instabilidade desse processo de remoções forçadas e realocações das famílias trouxe prejuízos particulares para as mulheres. Negar o direito à moradia ou retirar compulsoriamente essas mulheres de suas casas, dos lugares onde constituíram laços, separar as famílias, deslocar essas famílias para áreas afastadas sem condições mínimas de infraestrutura é uma violência. Isso se agrava ao passo que os sistemas jurídicos consideram o homem como o chefe de família; presumem, pois, que ele deve controlar os direitos sobre a propriedade (FERNANDES, 2011). Além disso, os dados oficiais registram que são as mulheres as mais afetadas pela pobreza e insegurança alimentar nos países periféricos. Cita-se a posse legal da terra, que alcança somente 30% das áreas habitadas nesses países. Desse total, apenas 3% das mulheres possuem documentos de registro do imóvel (GLTN, 2010). O relato de Pupunheira, ativista do MAB, demonstra a forma violenta dos reassentamentos e seus impactos para as mulheres atingidas pela UHE Belo Monte:

Antes, eu morava no bairro Esperança, na rua 8, um bairro que será deslocado para dar lugar ao lago de Belo Monte. Quando a gente ouviu falar dos estudos da hidrelétrica, que diziam que a gente teria de sair dali para dar lugar ao lago, a gente não acreditava que teríamos de sair dali, que iríamos nos separar da forma como a gente foi separado. Quando as empresas vieram fazer os estudos, os assistentes sociais diziam que a gente iria melhorar de vida, que iríamos ter direito a permanecer juntos. Muita gente acreditou nisso. E o dia que a gente seria transferido chegou. E as pessoas da comunidade se perderam umas das outras. Quando a gente chegou no reassentamento, a gente se deparou com a quebra do vínculo comunitário e familiar. Cada um foi para um lugar, eu não sei para onde foram os meus vizinhos, a gente ainda está se achando. Foi prometida uma melhora na qualidade de vida, mas os meios públicos para atender à comunidade ainda não foram construídos. Estão no papel, são projetos, mas as pessoas já estão lá. Lá, não tem escola, o posto de saúde é provisório, não tem creche, temos problema de falta d'água, de energia elétrica. E tem as pessoas que ficaram na comunidade. Enquanto a gente foi se mudando, muitas pessoas foram ficando. Eles disseram que a rua 8 iria ser inteira transferida, só não iria ficar junto quem não optasse pelo reassentamento. Mas isso não aconteceu. Algumas pessoas que ainda estão no bairro Boa Esperança foram saindo e eles foram retirando as casas e os postes de luz. Algumas ruas já não têm mais luz e ainda restam casas lá, não tem segurança, a violência aumentou (VILLAS-BÔAS et al., 2015, p. 152).

A fala é direta ao demonstrar como os reassentamentos têm ocorrido e a forma escusa como as famílias, em sua maioria sem informação e assistência jurídica, têm sido convencidas a acatar a proposta mais viável e rentável para a Norte Energia. Outra fala de Pupunheira destaca as estratégias utilizadas pela Norte Energia para convencer as mulheres a aceitarem indenizações em dinheiro, o que garante um custo menor para a empresa:

[...] E ainda tem a questão, por exemplo, da abordagem da empresa nas famílias. Por exemplo, as mulheres que ficam em casa, a maioria fica em casa e recebe as

assistentes sociais da empresa, o funcionário da empresa quando ele vai fazer a negociação, quando ele vai fazer o cadastro da família. Aí, as mulheres, elas acabam, como é que se diz... Eles usam às vezes, eu costumo dizer assim: “Às vezes eles ainda usam a própria mulher pra sensibilizar a outras mulheres”. Porque a maioria das assistentes sociais são mulheres. São mulheres, né? Aí pega a assistente social, elas vão lá e sensibiliza aquela mulher que é melhor ela pegar a indenização no valor de 10 mil, de 5 mil reais [...]. Ela faz o cadastramento da família atingida pela barragem. [...] Na hora de negociar, quem é chamado lá no escritório da empresa pra negociar são os homens. Só se o companheiro decidir, só se ele assinar é que a negociação é feita. E acaba, às vezes, a gente tem casos aqui em Altamira em que as mulheres, tem muitas famílias ainda que não foram reassentadas. Que a situação não foi negociada porque o homem quer a indenização e não aceita a residência (PUPUNHEIRA, entrevista, 2017).

Pupunheira destaca os dois momentos da negociação, sendo que no primeiro, que é a ocasião do cadastro, a ideia da “sensibilidade feminina” é vista pela empresa como uma possibilidade de convencimento mais fácil junto às mulheres. No segundo, que é o momento para finalizar a negociação, a “objetividade masculina” é considerada como facilitador para os homens aderirem à proposta de indenização financeira em detrimento das moradias disponíveis nos reassentamentos. A empresa se utiliza dos padrões negativos de sexo/gênero para baratear seus custos com a obra. Contudo, nem sempre ocorre de as mulheres concordarem com a proposta de pagamento em dinheiro (espécie), o que provoca conflitos e prolonga as negociações em benefício do próprio empreendedor. Essas estratégias contribuem em alguma medida na intensificação de conflitos já existentes nas relações familiares e, em outros casos, na instauração de novos conflitos que decorrem da possibilidade do acesso ao dinheiro das indenizações. Além disso, perde-se de vista, em algumas situações, todo o investimento feito na construção das casas, compra de terrenos. Importante destacar também que em contexto de violência doméstica a insegurança da habitação pode ser letífera, sendo, pois, um dos impedimentos para que as mulheres não consigam pôr um fim à relação com o agressor por não verem alternativa viável de habitação para si e para seus filhos.²⁰⁸

A moradia para as mulheres – no geral, quem detém a responsabilidade pelas atividades reprodutivas –, envolve, além de um lugar físico de residência, o lugar de proteção, cuidado, laços afetivos e socialização. Para as mulheres mais pobres, na região da moradia

²⁰⁸ Destacamos ainda o papel importante desempenhado pelos assistentes sociais como agentes de mediação na relação trabalhador/a – empresa. Ao que indica, tais profissionais têm prestado um desserviço à população atingida, contrariando o projeto ético-político da referida profissão. Esse projeto, em sua dimensão política, “se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais”. Na sua dimensão profissional, destaca o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social fundado em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social [...]” (NETTO, 1999, p. 16). Não aprofundaremos a análise em torno desse tema em razão do recorte do objeto proposto nesta tese. Contudo, registramos na oportunidade a lacuna de estudos em torno do exercício profissional do assistente social em “grandes projetos” como uma questão importante a ser aprofundada e pesquisada.

também se buscam os serviços públicos os quais se pode acessar de forma mais viável, como escolas para os filhos, serviços de saúde, entre outros. As narrativas de Cipó e Pupunheira abaixo ilustram essa questão:

[...] Impactou principalmente nossas famílias. As mulheres, sim, porque elas, as mulheres, são maioria, a renda das famílias. Elas que trabalham a maioria no sustento das famílias, a maioria são de mulheres. As mulheres têm que dar conta do trabalho, do salário, da casa, dos filhos, da educação e da saúde, da moradia e ainda do tratamento da água. E nós sofremos por falta dessa política da água. Quem sofre mesmo é as mulheres, entendeu? Elas que tem que chegar, elas chegam à noite cansada de um dia de trabalho, de um dia de opressão, ainda tem que ser oprimida pela falta da água. Porque não tem água pública que forneça, que chega lá onde elas estão, a 5 km, a 8 km, 10 km pelo remanejamento que aconteceu com o projeto Belo Monte aqui. Então elas foram pra muito distante, e a distância não levou junto com elas as políticas públicas. Os postinhos de saúde são fragilizados, os medicamentos são fragilizados, a convivência social totalmente despolitizada, fragilizada, porque agora a maioria não está perto das vizinhanças de antes, não estão perto dos familiares. Então, isso tudo torna difícil. A solidão abateu, as pessoas se sentem só, solitárias (CIPÓ, entrevista, 2017).

[...] existe as dificuldades de ambas as partes. Os homens e as mulheres, eles têm dificuldades, mas as mulheres, elas sofrem mais porque são as mulheres que ficam lá recebendo todo o impacto. É o impacto da questão da escola do filho. É o impacto da questão da saúde, porque sempre a mulher que vai, que usufrui, que acompanha os filhos, que acompanha a família. Então, as mulheres têm uma dificuldade maior (PUPUNHEIRA, entrevista, 2017).

Assim, com a construção da barragem houve uma ativação na “vulnerabilidade das crianças, que, antes, ficavam geralmente sob os cuidados das mães. Isso porque o aumento do número de vagas em creches não fez parte das obrigações do empreendedor” (ISA, 2015, p. 28) e as alternativas impostas não contemplavam esses serviços. Logo, a imposição da barragem provocou violências diversas que trouxeram impactos subjetivos e materiais incalculáveis. O relato de Jucá abaixo destaca o desemprego e a precariedade dos serviços públicos como impactos desse processo.

Eu acho que é o desemprego, é um dos maiores impactos. Que tem muita gente que não tá fechando as portas das lojas, do estabelecimento, porque eles próprios estão indo trabalhar pra não pagar ninguém pra trabalhar porque tem que ter seguro da pessoa, décimo, médico e tudo. Eles mesmos estão indo trabalhar. Falta de emprego. Médico também, assim, postinho de saúde, hospital, tá muito precário. E o único hospital de verdade que tem aqui é o Regional, da Transamazônica. Tem muitos daqui da região vizinha, tudinho, eles têm que vim pra cá. Às vezes aqui não tem leito. Às vezes a pessoa morre por causa disso (JUCÁ, entrevista, 2017).

Conforme destaca Oliveira (2017, p. 3),²⁰⁹ a partir do aumento populacional de 2011, Altamira teve um crescimento intenso do quantitativo demográfico, chegando, segundo dados do relatório da Norte Energia de 2015, a abrigar 143.505 pessoas em junho de 2014 e 33 mil trabalhadores contratados no mesmo período. Contudo, a partir da emissão da Licença de Operação (ou do início propriamente dito do funcionamento da barragem), o processo tecnicamente denominado de “desmobilização dos recursos humanos” reduziu (ou demitiu) mais de 25.000 funcionários, com consequências diretas na economia local e nas alterações da dinâmica de produção da violência social, sem, todavia, modificar o patamar de alta intensidade. Para as mulheres pobres, como é o caso das mulheres atingidas por Belo Monte, as *não escolhas* revelam a violência estrutural à qual estão expostas, como demonstramos no segundo capítulo da tese, a partir do caso de Maria. A experiência de Maria – mulher negra, doméstica, mãe solteira de três crianças, sem teto e trabalho formal – reflete a de muitas mulheres em Altamira após a construção da UHE Belo Monte e contribui para a apreensão das particularidades desse processo para as mulheres. É *a própria violência como modo de vida*. A publicação do MAB “O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens”, ao analisar a constante violação dos direitos humanos das mulheres na construção de barragens no Brasil, aponta que

as mulheres são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para recomposição de seus meios e modos de vida; elas não têm, via de regra, sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares, e por isso têm sido as principais vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operação de barragens (MAB, 2011, p. 5).²¹⁰

O relato de Pupunheira abaixo expõe as precárias condições dos reassentamentos urbanos criados no contexto de Belo Monte:

As pessoas que foram reassentadas pros novos bairros também, se viviam em situação de vulnerabilidade social, continuam na situação de vulnerabilidade social, porque nos reassentamentos faltam todos os tipos de instrumentos políticos e públicos pra atender as comunidades que ainda não foram construídos, né, só tá em projetos e projetos que ainda não saiu do papel [...]. A gente que vê que não mudou nada, que não mudou nada, porque as famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social continuam vivendo em situação de vulnerabilidade social nos novos bairros, porque lá não tem oportunidade de emprego, lá não tem os benefícios,

²⁰⁹ Disponível em: <http://diplomatique.org.br/altamira-e-suas-veias-abertas-por-violencias-e-grandes-obras/>. Acesso em: 5 jan. 2018.

²¹⁰ Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/encontro-discute-danos-do-modelo-energetico-s-mulheres>. Acesso em: 16 fev. 2016.

os instrumentos públicos que são as escolas, não tem (PUPUNHEIRA, entrevista, 2015).

A precariedade e a insuficiência dos serviços públicos, de saúde, educação, assistência são nítidos. Em se tratando da saúde pública, a “sobre demanda de atendimentos foi agravada pelo atraso na entrega de hospitais, gerando consequências drásticas à população da região diretamente afetada, principalmente de Altamira” (ISA, 2015, p. 26). Informações do Hospital Municipal São Rafael registram a dimensão dessa pressão: entre 2009 e 2014, o número de atendimentos (entre atendimentos hospitalares, emergenciais e ambulatoriais) aumentou em 101%. Logo,

A percepção de gestores públicos, profissionais da saúde e da população em geral é de que a estrutura de saúde disponível em Altamira durante a obra tem sido insuficiente e que faltam itens básicos, como leitos para atendimento e internação. A ausência de leitos é agravada pelo aumento do número de acidentes de trânsito e da violência na cidade (ISA, 2015, p. 26).

Outra situação apreendida nos relatos ao longo da pesquisa é o agravamento de doenças crônicas e o aumento dos casos de depressão e ansiedade desencadeados pela coação do processo de remoção compulsória, conforme destaca Castanheira em sua narrativa abaixo:

Então, quem mais sofreu com esse monstro projeto, com essa situação toda de violência, foram as mulheres. As mulheres hoje, várias mulheres, chegaram a morrer, principalmente quem tinha mais idade. Elas começaram a sofrer de depressão, muitas não tinham depressão, muita pressão alta, muitas não tinham pressão alta, adquiriram a pressão alta, ficaram assim, estão doentes. Esse adoecimento, então, isso é uma violência, *tipificada* como um *adoecimento humano*, principalmente nas mulheres. Porque as mulheres, elas sentiram muito mais, porque tudo que se tem numa casa a gente cuida com muito carinho, os filhos, é claro, mas tudo que tem ao redor, tudo que faz parte do convívio da família, tipo as plantas, o jardim, as frutas, o quintal, a vizinhança, os laços de vizinhança, os laços de famílias, tudo isso é muito afetivo nas mulheres. Então, quando isso foi desfeito bruscamente, com essa violência estúpida, isso causou um grande adoecimento nas mulheres a ponto que muitas não resistiram e morreram, e outras estão doentes até hoje (CASTANHEIRA, entrevista, 2017).

Outrossim, algumas mulheres atingidas que realizavam tratamentos de saúde em outras cidades não podiam se ausentar de suas casas até o desfecho das indenizações, pois temiam não serem consideradas entre os atingidos. Relacionamos esse “adoecimento social” ao estudo da antropóloga indiana Veena Das (1996), que considera o sofrimento/adoecimento não como uma questão de ordem médica ou psíquica, mas como uma experiência social, uma violência social incorporada no cotidiano. Para Das (1996), em contextos de “eventos críticos” – como é o caso de Belo Monte –, a circunstância provocadora desse sofrimento

seria a violência que produz um ponto de inflexão tanto na vida daqueles que a sofreram diretamente quanto na daqueles que são histórica e imaginariamente alcançados por ela. Assim, os sujeitos sociais assumem novas formas, inclusive de expressão, inscrevendo nos seus próprios corpos aqueles acontecimentos, quando as palavras falham e o corpo é o único meio de expressão (CARVALHO, 2008, p. 10-11).

O empobrecimento das famílias, com o aumento exorbitante do custo de vida da cidade, também provocou o aumento da prostituição de meninas e mulheres da região. Sem espaços de trabalho, com a demanda instalada de compra de serviços sexuais com o início da construção da obra, a prostituição passou a ser uma alternativa de sobrevivência.

É porque o projeto trouxe consigo um saco de violências também. Porque Altamira não tinha tantos bares e tanto cubículo de prostituição, entendeu? Então, não foi só com nós, com as mulheres nossa daqui, não. Vieram também mulheres nesse campo da exploração sexual, do trabalho sexual, entendeu? As mulheres negras terminam sendo as mais expostas pelas condições onde estão morando, pelo baixo índice de formação que a maioria se encontra. Então, também essa questão da prostituição acarreta mais prejuízo, mais prostituição, mais violação de direito, mais deterioração humana. Muitas se tornaram, assim, logo vítima da droga, da bebida. E nesse momento as vítimas se tornam até fragilizada com a família. Isso tudo acarreta. [...] Não é porque querem, não. São vítimas. Tá faltando muita coisa lá no bairro, na casa, não tem a formação, não tem escola adequada. Nós temos a universidade. Então chega o atravessador aliciando. Então, todo mundo quer um celular, mas se ela tivesse uma formação, tivesse um emprego, tivesse um salário, tivesse uma família cuidadosa, uma família que garantisse o cuidado estava mais protegida... (CIPÓ, entrevista, 2017).

O debate sobre a *migração de mulheres* com o avanço do neoliberalismo nos parece uma mediação possível para apreender o aumento da prostituição em Belo Monte. Para Falquet (2008), a emergência da plataforma neoliberal fez o Estado não mais garantir grande parte dos serviços, especialmente os vinculados ao trabalho da reprodução social. Isso expõe as mulheres a atividades reprodutivas, entre as quais o trabalho como diarista, faxineira, babá e a venda de “serviços sexuais”. No Brasil, isso se manifesta na crescente desigualdade social que afeta a vida de muitas mulheres e associa-se ao crescente “mercado do sexo” que se estabelece em uma forte determinação para a prostituição, ainda que não esgotem a compreensão desse fenômeno (CISNE, 2014). Portanto, é importante registrarmos que a questão da prostituição não é uma particularidade de Belo Monte: essa é uma realidade que acompanha os grandes projetos na Amazônia.

Segundo relatório da Plataforma Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (PLATAFORMA DHESCA BRASIL, 2011), casos de violência contra mulheres e meninas, como pedofilia, exploração sexual e incentivo à prostituição são recorrentes nas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. O relatório aponta que Porto Velho teve um aumento

geral nos índices de violência após o início das obras: o número de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu 18% e a quantidade de estupro cresceu 208% entre 2007 e 2010. Artigo da Agência Brasil revela que, em Belo Monte, grande parte dos trabalhadores busca prazer rápido e fácil. Em conversa com um dos empresários do ramo do sexo na região, o texto expõe que “para eles [*funcionários de Belo Monte*], essa [*prostituição*] é a diversão que melhor alivia o estresse do trabalho pesado. Tem muito cara sozinho na cidade. Carente mesmo” (AGÊNCIA BRASIL, 2012).²¹¹ O mesmo artigo da Agência Brasil traz entrevista com uma das mulheres que trabalham numa casa de prostituição na região, em que ela aponta a aproximação do cenário existente em Belo Monte com outros projetos já desenvolvidos na Amazônia.

A primeira impressão que tive aqui é que é igual a um garimpo, com muitos homens vivendo para trabalhar e, nas poucas horas de folga, buscando prazer rápido e fácil, disse Lia. Quando chegou, há pouco mais de três meses, a garota de programa trabalhou em um bar onde a situação era bem mais complicada e arriscada do que a da casa em que trabalha atualmente.

Em Jirau, o relatório da Plataforma Dhesca Brasil (2011) denunciou também a existência de um cartão fidelidade no qual a construtora creditava mensalmente valores de até R\$ 600,00 fora da folha de pagamento para empregados que não faltam, não adoecem, não tiram férias e não visitam a família. Ainda de acordo com o relatório, esse cartão seria aceito pelo comércio local, inclusive em clubes vinculados à exploração sexual. A suposta “necessidade social” masculina por sexo apresenta-se nas informações sobre a presença de espaços de exploração sexual no entorno dos “grandes projetos”. Reportagem do jornal *A Crítica* (2010),²¹² de Manaus, traz a seguinte citação:

Desde o início das obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em 2008, milhares de mulheres de todo o Brasil migraram para a região em busca do dinheiro dos operários. Juntas, as usinas são o maior canteiro de obras em andamento no Brasil e uma das principais vitrines do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em dois anos, porém, Jaci Paraná (distrito de Porto Velho) se transformou num imenso mercado de sexo a céu aberto funcionando 24 horas por dia, onde mulheres e adolescentes são a principal matéria-prima. [...] É a proximidade entre os prostíbulos e o canteiro de obras da empreiteira Camargo Corrêa, a maior a atuar na construção na usina de Jirau, é impressionante. Da portaria do alojamento até os primeiros prostíbulos, a distância não chega a 1,2 mil metros. Um deles ganhou o apelido de “Usina de Amor”.

²¹¹ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-04-28/belo-monte-grande-numero-de-trabalhadores-aumenta-movimento-nas-casas-de-prostituicao-da-regiao>. Acesso em: 18 out. 2013.

²¹² Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/materiais/prostituicao2.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

No primeiro semestre de 2013, dois casos de exploração sexual na região da Transamazônica tiveram ampla visibilidade. O primeiro caso ganhou repercussão nos principais veículos de comunicação do País, em que a Polícia Civil encontrou 14 mulheres e uma travesti em regime de escravidão e cárcere privado em um prostíbulo localizado em área limítrofe a um dos canteiros de obras da UHE Belo Monte, e foi desencadeado após a fuga de uma das adolescentes da boate. Declara o delegado responsável pela operação policial relacionado ao caso: “Ela relatou que era mantida presa e que veio do Rio Grande do Sul com a promessa de trabalho bem remunerado. Após chegar à cidade, foi ameaçada, agredida e obrigada a se prostituir” (MESPE, 2013). O segundo caso refere-se à descoberta de cinco casas de prostituição, em que foram encontradas mais 12 mulheres na mesma situação. De acordo com informações do delegado que acompanhou os casos, através de entrevista concedida ao Movimento Ecosocialista, “todas as mulheres relataram a mesma coisa: dormiam pouco e eram obrigadas a trabalhar com prostituição, sob a ameaça de pessoas armadas” (MESPE, 2013). Na mesma direção do discurso da delegada da DEAM, para o delegado responsável pelo caso, o aumento da população local tem relação direta com o aumento do número de pontos de prostituição.²¹³ Segundo ele, “havia poucos estabelecimentos e a coisa era feita de forma bastante velada. Atualmente, já mapeamos seis boates e sabemos que há outros ambientes de prostituição, como bares com grande frequência de homens” (MESPE, 2013, p. 1).

Foi possível conjecturar o grande número de casas de prostituição nas conversas ao longo dos dias em Altamira. Na conversa com um jovem que namorou uma profissional do sexo, ele expôs: “existem muitas casas em toda Altamira, na região do centro em quase todas as ruas tem uma” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Na segunda etapa da pesquisa de campo, dialogamos com uma profissional do sexo, Vitória Régia, e com a ex-secretária de uma das casas de prostituição mais conhecidas da cidade, Burutizeira. A partir das duas entrevistas e das conversas informais ao longo da pesquisa, foi possível uma aproximação à dinâmica da

²¹³ Pesquisa desenvolvida entre 2013 e 2014 para mapeamento dos pontos de suspeita ou ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes em Altamira, identificou 46 locais que foram georreferenciados, sendo que cerca de 40% deles, ou 18 pontos, estavam localizados numa região que perpassava os bairros do Ambé, Aparecida, Invasão dos Padres e Brasília, que teve a maior parte dos moradores e estabelecimentos retirados por ser área de impacto direto, incluindo também os pontos de exploração sexual que, em muitos casos, também eram de tráfico de drogas ilícitas. Com isso, domínios estabelecidos e estabilizados do crime organizado foram abruptamente reordenados e aleatoriamente reunidos em novos territórios denominados de Reassentamentos Urbanos Coletivos e outras regiões da cidade, fomentando uma disputa permanente pelo domínio dos novos locais, com consequente produção de homicídios e outras violências. Sobre a pesquisa consultar Oliveira e Pinho (2014).

prostituição na cidade. Nada que seus moradores não conheçam: ao que parece, o “estranhamento” é mais moral e menos pelo desconhecido.²¹⁴

Burutizeira, como já destacamos no primeiro capítulo, é filha de uma das mais antigas mulheres que acompanham obras na Amazônia, a conhecida Guaraná. Em Altamira, além de serviços de garçoneiro, atendente, trabalhou em uma das boates mais conhecidas da região por mais de um ano. Recebia R\$ 50,00 por noite e, com a redução para R\$ 30,00 – sob a justificativa da queda nos rendimentos na fase final das obras de Belo Monte –, resolveu pedir demissão. Na conversa, destacou o processo de seleção das profissionais da casa e a dinâmica de funcionamento do local. Ela nos relatou que na “boate” era responsável pelo aluguel dos quartos (que custava R\$ 40,00 a chave) e pela venda das fichas das bebidas. Ao que nos parece, trata-se de uma casa de nível mais elevado em relação às demais casas localizadas na região mais central de Altamira, mas ela cita que o local é frequentado por homens de diversas classes sociais e postos de trabalho na hierarquia dos trabalhos de Belo Monte. A casa funciona como bar e, apesar disso, não teve a sua carteira de trabalho assinada.

Segundo nos contou, “as meninas” ficam num espaço ao lado do espaço da boate, para driblar possíveis denúncias, já que casas de prostituição são proibidas. As garotas vêm em sua maioria de outras cidades (de outros estados também) e passam no máximo um mês – às vezes retornam, mas sempre para curtos períodos. Segundo Burutizeira, as meninas são jovens, em média 18 anos, devem usar salto alto e ter boa aparência (ser bonita e bem cuidada). O curto período tem relação com a exigência dos clientes por “novidades” – como num comércio de peças de roupas – e por conta das famílias que quase sempre não sabem a natureza do trabalho que realizam. Elas pagam R\$ 70,00 por mês ao espaço pelo aluguel do quarto e alimentação e pagam as passagens, mesmo quando o proprietário paga para a vinda delas a Altamira. Os clientes pagam a chave do quarto (R\$ 40,00) e as bebidas para a casa, e o programa é pago diretamente às meninas e custam, em média, R\$ 100,00 por 30 minutos. Elas são proibidas de tomar cervejas pelo baixo custo e pouca rentabilidade para a casa. A exigência é que bebam doses de bebidas mais caras. Pelo relato de Burutizeira, não há proibição para se ausentarem do espaço, mas, caso não trabalhem durante as noites, são obrigadas a pagar R\$ 70,00 pela “falta”. Burutizeira disse ainda que algumas meninas

²¹⁴ A pesquisa sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes em Altamira destaca que a quantidade de pessoas que dizem ter conhecimento de locais de exploração sexual e de prostituição na região diretamente afetada por Belo Monte chegou a um percentual de 65% dos participantes, sendo que, de cada 10 pessoas, 6,5 têm não somente informações sobre esses locais, mas, pode-se projetar, uma boa parte tem certamente algum envolvimento com esses casos (OLIVEIRA, 2015).

ganharam muito dinheiro no período de maior número de pessoas na cidade e que hoje o rendimento mensal das meninas é de em média R\$ 3.500.

Para Burutizeira, o local é organizado, não explora e nem violenta as meninas. Destacou a presença de segurança no local. Citou vários outros locais (alguns já fechados) onde as meninas não recebiam salário ou que o dinheiro ficava nas mãos do proprietário da casa, que só repassava por semana ou quando fosse mais conveniente. Falou também de situações em que meninas são proibidas de saírem do local. Ela disse que sofreu bastante preconceito por trabalhar no local, e conviveu com a desconfiança de que também fazia programa. Ela diz que não aceitou as propostas que já teve porque, “apesar de ser um dinheiro que se ganha ‘rápido’, não é um dinheiro fácil”. Ela faz referência aos diferentes clientes aos quais as meninas precisam se submeter. O assédio vivenciado por Burutizeira no trabalho para a realização de programas não é percebido por ela como violência, assim como outras situações vivenciadas no bar de sua mãe. Quando questionada sobre as situações de violência que vivenciou, refere-se à violência aberta e direta, como os assaltos e roubos em que foi vítima. Para nós, ficou evidente a naturalização do assédio no cotidiano das experiências das mulheres. Não entendemos que “tudo” ou “todas as situações” sejam casos de assédio, mas a naturalização da apropriação coletiva do corpo das mulheres ou feminino (como um objeto disponível, a ser explorado) impõe regras sociais. Essa ideologia “naturalista” que manipula a realidade dificulta a apreensão da violência pelas mulheres (CISNE, 2014; GUILLAUMIN, 2005).

A conversa com Vitória Régia ocorreu em uma das casas de prostituição localizadas em uma rua comercial do centro de Altamira. O espaço difere um pouco das instalações do espaço descrito por Burutizeira e faz confirmar a hierarquia de nível dessas casas. Ao perguntar indicações sobre esses espaços, as pessoas diziam: “não há segredos, as meninas ficam na calçada durante o dia”. E assim estavam elas quando cheguei ao local indicado. Entre todas que estavam no momento, apenas Vitória Régia prontificou-se a conversar. Ela estava no sofá num grande salão, logo após a porta de entrada, junto com outras mulheres. Aparentemente as mulheres tinham idades diversas, diferentemente da outra casa. O salão era grande, as paredes tinham infiltrações. Além do sofá próximo à porta, tinha um congelador e alguns engradados de cerveja; uma porta parecia abrir para um pequeno espaço que seria uma minicozinha (isso porque um homem que estava na ocasião de nossa chegada, depois de se retirar, chamou Vitória Régia para esse espaço com a justificativa de que uma panela com água estava secando no fogão) – imagino que tenha dado alguma orientação sobre os riscos da conversa, afinal, há um receio de “batidas” policiais. No outro lado da sala havia um corredor,

que imagino direcionar aos quartos onde os programas são feitos. A parte da frente tinha uma porta e uma espécie de batente, local onde umas três meninas estavam sentadas. Não havia identificação. Ao lado localizam-se vários comércios e, em frente à casa, localizava-se o bar de apoio ao espaço. Aventamos a possibilidade de configurar-se como uma estratégia para não caracterizar o espaço como uma casa de prostituição. Como relatou Burutizeira, essas estratégias são formas de burlar possíveis denúncias. Vitória Régia confirmou a *dinâmica da prostituição* apresentada por Burutizeira. Ela, assim como a maioria das meninas da casa, não fixa residência em Altamira: deslocam-se de outras cidades e costumam passar em média um mês na “casa”. Vitória Régia veio de Belém e diz que nos últimos seis meses esteve em Altamira algumas vezes.

Sou de Belém. Eu não moro aqui, venho só pra trabalhar. Passo um mês e vou embora. Desde julho estou vindo. Fiquei sabendo através de amigas que já trabalhavam aqui. Falaram que aqui era melhor pra ganhar dinheiro, aí eu vim. Mas agora não tá como era antes, não, como as pessoas falavam, mas tá dando pra levar. Aqui, antes fazia três mil, quatro mil por mês. Dá pra tirar por mês dois mil, mil. Depende do pessoal. Se for fraco é um, dois clientes. Tem mulher que passa três, quatro dias sem fazer nada. Tem umas que já faz todo dia, faz uns dois. No começo do mês, principalmente, na saída do pagamento. Aí a mulher faz seis, sete. Aqui cobra por hora. Cobra R\$ 130 já incluindo a chave. R\$ 30 é da chave (VITÓRIA RÉGIA, entrevista, 2017).

Ao perguntar sobre situações de violência, Vitória Régia diz não ter vivenciado nenhum caso, mas relatou que vários homens tentam fazer sexo sem preservativo e que muitas meninas perdem o programa porque não se submetem a isso. Situações de assédio também não são consideradas violência. Novamente, ao que parece, algumas violências são naturalizadas e fazem parte de um *modus operandi* próprio da atividade. Isso nos chamou muito a atenção: a dificuldade de se perceberem em situações de violências aparentemente tão explícitas. A violência só se apresenta nos casos mais abertos, diretos e principalmente no outro(a). Na conversa, Vitória Régia lembrou de uma colega que trabalhou no espaço e que havia sido vítima de um estupro na semana anterior (esse caso foi muito comentado nos dias em que estive em Altamira). Vitória Régia relata que a colega apareceu “na casa” bastante abatida pelo ocorrido e que nunca mais retornou. Segundo Vitória Régia, ela foi estuprada por três homens que a obrigaram a entrar no carro quando ela andava pela cidade. Vitória Régia é negra, na ocasião da entrevista tinha 19 anos, era mãe de uma filha e dizia sonhar em ser pediatra. Ela, em vários momentos, diz não querer esse trabalho para a vida dela, que já havia tentado outras oportunidades, mas que não era fácil, e essa tem sido uma forma de ter alguma renda. Diz que funciona assim para a maioria das meninas. Das meninas que avistamos no

local, apenas duas aparentavam ser mais velhas. Havia também um menino, entre 15 e 17 anos. Quando perguntamos se algum menino trabalhava no local, ela afirmou que não, que era um lugar apenas de mulheres.

Os casos de prostituição não estão deslocados da exploração sexual e de outras violências, e fazem parte do contexto da violência estrutural, que no bojo dos grandes projetos da Amazônia operam como partes indissociáveis da engrenagem que garante a sua construção e operacionalização. O relato de Cipó confirma essa relação e denuncia o envolvimento das empresas nos casos de exploração sexual e tráfico de mulheres:

Aqui no nosso movimento mesmo tem um caso absurdo de tráfico de mulher. A empresa Belo Sun construiu uma boate lá no meio do Trevo, entre Altamira e Senador José Porfírio, numa localidade chamada Fazendinha. Lá é uma boate diz que de galã. Não posso dizer a característica se é de galã mesmo, mas alguns dizem que é de galã. Já diz galã, já sabe que é chique. Quer dizer os caras levam as jovens para os técnicos, os engenheiros que vêm fazer a orgia sexual deles. Aí compraram uma jovem por quatro mil e a família, quando descobriu que ela tava lá, foi lá, fez contato, fez tudo pra... Deixou 30 quilômetros, deixou tudo de contato que ela tinha, foi lá dentro e negociou com o tal do homem traficante lá, o explorador da mulher, pagou dois mil chorando, chorando. Pra resgatar, como ele diz, resgatar o passe da mulher. E trouxeram a jovem. Ele queria era quatro. Ele queria quatro. Era quatro mil, ele chorou, pediu perdão, se humilhou, porque ele recebeu em dinheiro para o dono da boate lá. O dono da boate que ninguém identifica. [...] Sabe esses tipos de assédio: vamos ali pro motel. Ela já era de maior, mas bem jovem de 18, 20 anos. Aí oferece, vem com aquela ostentação de comprar comida. Aí tal, vamos para uma boate, bota dentro de um carro tudo fechado. Eu sei que a família descobriu. Descobriu porque tava lá nessa fazenda. E tava mesmo porque a mãe trouxe. [...] A mãe não procurou a justiça. Ficou com medo. Chegando de lá, ficou com medo. A mãe morre de medo, queria era trazer a filha. Então, esse tipo de caso gravíssimo era para ser denunciado, mas a família não quer falar. A família não quer falar. [...] E pagou dois mil sem a mãe ter um centavo, teve que ralar dois mil [...]. O aliciador tinha gastado quatro mil e ele queria os quatro mil de volta, porque foi descoberto. O aliciador pagou para o outro pra levar essa jovem por quatro mil. Pagou. Quando a mãe descobriu que foi buscar o aliciador, queria receber os quatro mil que disse que tinha gasto. [...] Ele disse que ela tinha dado gastos. Então os gastos dela que cobriam quatro mil reais. Se a mãe tivesse quatro mil, tinha dado os quatro mil. [...] Ela disse que foi ela e uma amiga. Ela foi monitorada daqui até chegar numa certa parte da estrada que não podia falar em outro telefone, que um cara passou um telefone no meio da estrada pra elas falarem nesse telefone. Não tem como denunciar. Aí ela disse que lá nesse lugar é mentira que não existe aqui. Que não existe, que não é aqui, que é mentira. Entrou lá dentro, a mulher e diz que é mentira. De Xique até o lugar onde ela tem que tem que entrar com carro, que é subterrâneo. Lá dentro que é preparando a boate para os homens que vêm pra Belo Sun. As próprias autoridades são misturadas com isso também (CIPÓ, entrevista, 2017).

Logo, podemos aferir que, apesar de um número maior de “casas” e casos de prostituição por ocasião de Belo Monte, essa lógica, que envolve a prostituição, a exploração sexual e outras expressões da violência contra as mulheres faz parte da dinâmica dos grandes projetos – fato que pode ser apreendido na fala de Cipó. Porém, é fato que a dinâmica sócio-histórica do processo de implantação da barragem afetou sobremaneira a intensidade dos atos

violentos, a qualidade de vida local e a (in)capacidade do Estado de dar conta das demandas sociais inflacionadas, entre elas a das violências (OLIVEIRA, 2015), especialmente a violência contra as mulheres, que se expressa no controle e na objetificação do corpo das mulheres e do feminino.

Os casos de violência contra as mulheres, presentes nos cenários e relatos expostos acima, não são exceção: apresentam relação com o aprofundamento da crise estrutural do capital, que, na busca pela acumulação, transforma as pessoas em mercadoria, em um processo de reificação. Nessas relações, em que as mulheres são vistas como objeto, ocorre o que Lukács (2003) chama de reificação/coisificação do sujeito, o que pode ser concebido como ruptura entre o ser singular e o ser genérico. Nas palavras de Marx apud Saffioti (1997, p. 61), quando as relações entre pessoas assumem a forma fantasmagórica de relações entre as coisas, o objeto a ser apropriado está reificado. A isso corresponde uma subjetivação alienada, que se revela na “apropriação física” ou na “relação de proprietário a objeto”. Conforme expõe Guillaumin (2014, p. 64-65), essa relação

Não é simbólica; é concreta, como os direitos materiais de um sobre o outro o recordam. Sendo os apropriados, Nessa relação, a face ideológica-discursiva dessa apropriação será um discurso que exprime que os dominados são objetos naturais. Tal discurso da Natureza definirá que eles são movidos por leis mecânico-naturais ou, eventualmente, místico-naturais, mas, de maneira alguma, por leis sociais, históricas, dialéticas, intelectuais e, menos ainda, políticas.

Para o MAB (2013), “as mulheres são mais uma mercadoria de entretenimento para distração dos operários. O Estado não toma medidas e nem há programas de proteção às mulheres nesses espaços”. O movimento denuncia que a instalação das barragens estimula a violência e o tráfico de mulheres, problemas que acontecem com conivência das empresas e envolvem em geral pessoas de alto poder aquisitivo e político nas regiões. Nesse contexto, a prostituição não pode ser pensada só a partir de um comportamento individual ou de apropriação individual do corpo das mulheres, mas como uma instituição que está ancorada nas estruturas econômicas e nas mentalidades coletivas (MORENO, 2015).

A violência no contexto da prostituição parece ser tolerável, já que se trata de mulheres *objetos* – são corpos que importam menos, inclusive para os movimentos sociais e feministas quando não conseguem operar uma aproximação com essas mulheres e incluir suas pautas como demandas relevantes. Confundimos, em grande medida, o questionamento às práticas violentas que envolvem a prostituição e a sua natureza com o questionamento às mulheres prostitutas. Além disso, ao lado de uma aparente permissividade no campo da sexualidade, o que se verifica, nesses casos, é um crescimento do mercado da prostituição, o

aumento do conservadorismo e o ataque ao direito das mulheres de decidir sobre seus corpos (MORENO, 2015). A situação de mercantilização do corpo das mulheres em prol do lucro de grandes corporações ou do estado na Amazônia aponta para o mercado como órgão regulador soberano das relações sociais ou para o que Chesnais (1996) nomeou de “triunfo da mercadorização”, em que o “fetichismo da mercadoria” (MARX, 2013) é total, mais completo do que jamais foi. Ao que parece, isso amplia a exposição dessas mulheres à violência e à desproteção. Conforme aponta Andrade (2005, p. 5-6),

além da violência sexual representada por diversas condutas masculinas (estupro, atentado violento ao pudor etc.), a mulher torna-se vítima da violência institucional plurifacetada do sistema, que expressa e reproduz, por sua vez, dois grandes tipos de violência estrutural da sociedade: a violência das relações sociais capitalistas (a desigualdade de classes) e a violência das relações sociais patriarcais (traduzidas na desigualdade de gênero), recriando os estereótipos inerentes a estas duas formas de desigualdade.

Assim, “a sociedade constrói socialmente fatos naturais (biológicos) e naturaliza fenômenos sociais como se fossem inerentes à natureza e, portanto, definitivos, imutáveis”, como ocorre com a visão dominante de que os “serviços sexuais” realizados pelas mulheres fazem parte da “engrenagem” da manutenção indireta (indispensável) dessas grandes obras. Apesar de não serem considerados no processo de trabalho, são utilizados como estratégia de controle dos trabalhadores. Trata-se de uma pretensa “natureza” da necessidade sexual masculina que institucionaliza o que Falquet (2014b, p. 252) denominou de necessidade social da prostituição. Para a autora, contrariamente ao discurso “naturalizador”, não existe de fato uma necessidade social da prostituição, pois

Os homens não têm mais necessidades sexuais do que as mulheres, nem têm mais direitos a obter satisfação sexual, menos ainda a custo da exploração do corpo e do trabalho das mulheres, que, na maioria dos casos, em realidade, ganham muito pouco no trabalho sexual. Longe dos discursos românticos sobre o trabalho sexual, se umas ganham bem quando são jovens, “desejáveis” e podem ficar com o dinheiro, na maioria dos casos, não são as trabalhadoras que ficam com os benefícios. Muitas trabalham forçadamente, sem seguridade de nenhuma classe, e, sobretudo, por falta de melhor alternativa.

Os relatos indicam a ocorrência da apropriação sexual coletiva das mulheres.²¹⁵ Questionamos a naturalização e a institucionalização do “papel” das mulheres de satisfação

²¹⁵ Cabe elucidar que as relações de apropriação, sejam individuais ou coletivas (sexagem), ocorrem por meio da apropriação física direta de pessoas de um grupo social por pessoas de outro grupo social; logo, é uma relação social mais ampla que a exploração salarial, em que ocorre um pagamento em dinheiro e cuja apropriação é só a da força de trabalho e não a do corpo e da pessoa inteira (FALQUET, 2008, p. 124). As expressões particulares dessas relações que geram a apropriação (opressão e a exploração) do conjunto das mulheres, bem como do

sexual masculina no entorno dessas grandes obras na Amazônia – diga-se, em certa medida, sob a convivência do Estado e das empresas envolvidas. Saffioti (2004, p. 27) argumenta que

Os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrolabilidade da sexualidade masculina. Se assim fora, ter-se-iam relações sexuais, ou mesmo estupros, nas ruas, nos salões de dança, nos restaurantes, nos cafés, etc. Obviamente, qualquer pessoa, seja homem ou mulher, pode controlar seu desejo, postergar sua concretização, esperar o momento e o local apropriados para busca do prazer sexual.

Para Guillaumin (2005), esse tipo de dominação é reflexo da naturalização das relações sociais como sendo uma determinação biológica. Tabet (2005) problematiza a questão ao afirmar que as relações sexuais sustentadas por uma contrapartida econômica não se limitam à prostituição, mas estão presentes em outras práticas sociais, incluindo o casamento. A autora destaca ainda “como, privadas dos meios para ganhar a vida, ou garantir sozinhas sua subsistência, as mulheres estão sendo obrigadas a intercambiar sua sexualidade, objetificada, por sua sobrevivência material” (GUILLAUMIN; TABET; MATHIEU, 2014, p. 24), seja no casamento ou em outra forma de troca econômica-sexual.

Nessa direção, Falquet (2014b, p. 251) destaca o papel do Estado, que, nos termos da autora,

[...] faz é permitir a visibilização e estruturação do setor do trabalho sexual para ter maior controle, podendo, assim, arrecadar mais impostos e controlar melhor a força de trabalho, sem que isso, necessariamente, caminhe no sentido dos interesses das trabalhadoras desse campo, e sim dos empresários e dos clientes. Por outro lado, pode significar [...] um reconhecimento por parte do Estado de uma suposta necessidade social (de parte dos homens) da prostituição.

Esse reconhecimento por parte do Estado não ocorre de forma direta no contexto de Belo Monte que, sob os auspícios de uma moralidade conservadora nas legislações sobre a questão no Brasil, ainda considera a prostituição como ilegal, apesar de se constituir como prática amplamente requisitada. Por outro lado, cabe destacar “a discriminação e a violência policial, constantes no universo cotidiano das prostitutas brasileiras, em períodos anteriores e na história recente” (RODRIGUES, 2009, p. 69), explicitando as contradições do Estado no trato da prostituição no país: ora criminalizando e moralizando a questão – contribuindo para a violência institucional direta das prostitutas –, ora permitindo a estruturação de espaços e

corpo individual de cada uma delas, são a apropriação do tempo, a apropriação dos produtos do corpo, a obrigação sexual e a carga física destinada ao cuidado a outras pessoas (GUILLAUMIN, 2005).

redes de exploração sexual através da convivência e desproteção das mulheres nesses espaços.²¹⁶

Isso nos leva a apontar a violência institucional novamente como uma dimensão central da violência que serve de estrutura aos grandes projetos. Sobre os casos de exploração sexual, o CCBM negou que a empresa tivesse conhecimento da exploração sexual de mulheres nas proximidades do canteiro de obras. Contudo, sabemos que uma das boates se localizava a dois quilômetros apenas da usina, dentro dos 3,5 mil hectares sujeitos à desapropriação pelo consórcio responsável por Belo Monte²¹⁷ (RACISMO AMBIENTAL, 2013). A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas apurou que um dos responsáveis pelo prostíbulo em que as situações de exploração sexual foram confirmadas também era processado por exploração sexual por manter uma casa de prostituição no canteiro da Usina Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira (RO). A deputada federal Érika Kokay (PT-DF), que presidiu a CPI, disse à Agência Brasil que “tudo indica que [*as redes de tráfico e exploração sexual*] são um esquema acoplado às grandes obras” (AGÊNCIA BRASIL, 2013), o que evidencia a ação de uma rede de tráfico e exploração especializada em atender à demanda por mulheres vinculada às grandes obras.

Cumpramos afirmar que não se almeja nesta tese uma análise moralista da prostituição, tampouco de culpabilização das mulheres envolvidas nas situações de violência já expostas: pretendemos relacionar e sugerir algumas mediações para o debate da opressão-exploração sexual de mulheres no contexto dos grandes projetos na Amazônia. Cabe dizermos ainda que, apesar de a prostituição atingir principalmente e particularmente as mulheres, transexuais e travestis,²¹⁸ os homens em Altamira não estão fora do circuito da venda de serviços sexuais. Em uma conversa informal com um jovem homossexual, ele relatou a prostituição de meninos e que a maior demanda por esses serviços é de homens casados e/ou com relacionamentos heterossexuais estáveis – homens com perfil econômico mais elevado, geralmente executivos e/ou técnicos que se deslocaram para a cidade para trabalhar em Belo Monte. Conforme ele nos disse, “esses homens procuram meninos e, quanto menor a idade, mais atraente é”.

²¹⁶ Sobre a questão da prostituição no Brasil e a organização das prostitutas, ver Rodrigues (2009).

²¹⁷ Conforme resolução autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Resolução nº 2.853 da Aneel).

²¹⁸ Durante a pesquisa de campo não conseguimos contato com travestis ou transexuais, mas constatamos denúncias de casos de exploração sexual de transexuais noticiadas nos jornais locais no auge das obras de Belo Monte. Ademais, desconhecemos estudos sobre a temática na região, razão pela qual apontamos a importância de pesquisas sobre a violência que atinge travestis e transexuais no contexto das grandes obras na Amazônia.

A violência doméstica contra as mulheres também cresceu, e os dados estatísticos trazidos no item 3.2.1 sobre os registros oficiais de violência confirmam essa tendência. Ademais, chamamos a atenção para a relação desse aumento com as mudanças ocorridas na cidade. Conforme relato de uma das entrevistadas, “chegam novos homens, as mulheres se interessam, os maridos não aceitam e a violência doméstica aumenta em taxas alarmantes”. Conforme podemos apreender no relato de Cipó,

Os homens dizem que matavam porque quebrava a honra. Então, assim, é bastante. Muitos crimes. Finais de semana só notícia: três, quatro. Agora nesse final de semana que nós passamos, que você já estava aqui, foram duas mulheres mortas. Uma mulher chegou sábado, de sexta pra sábado, chegou 6 horas lá no bairro dos reassentamentos [...]. Aí chegou 6 horas, bateram na porta dela, ela foi abrir, recebeu balaço nos peitos.²¹⁹ Que não é a primeira que morre dessa forma aqui em Altamira, não. Teve outra que o marido dela chegou, bateu na porta 6 horas da manhã, quando ela abriu recebeu o balaço, entendeu? Então, são esses tipos de crimes. Agora apareceu que tá se tornando, principalmente, para os investigadores desses estados, desses municípios da polícia, que acha que é comum o acerto de contas. Além de acertarem alguns jovens, que também estavam nessa faixa, nessa concepção de acerto de contas, as mulheres, entendeu? Porque também as mulheres são vítimas também desse tráfico de drogas, que a gente não sabe o que é (CIPÓ, entrevista, 2017).

Entre as entrevistadas da pesquisa, a maioria relatou casos de violência doméstica, ciúmes e conflitos por questões que envolvem direta ou indiretamente a obra. Essa situação também se desdobra nos “filhos da barragem”. Sobre essa questão, Pupunheira assevera que

[...] tem um grande aumento de um grande número de homens também na região. E a gente tem casos específicos na região de mulheres que foram assassinadas, que foram violentadas... Criança também violentada e assassinada. É, a questão da violência doméstica violência doméstica tem muito porque assim, ó, as mulheres, muitas mulheres moradoras, foram trabalhar também na obra. Muitas mulheres foram trabalhar, e a partir do momento que elas vão trabalhar algumas delas conhecem uma outra pessoa lá e aí elas se interessam naquela pessoa, acabam deixando a família. Acaba saindo, deixando a família pra ir morar com outra pessoa que ela conheceu. Às vezes até com falsas promessas ou falsos nomes [...]. E aí, depois essa pessoa vai embora pra outra barragem, porque eles são pessoas que vêm trabalhar de barragem em barragem. Vem trabalhar os que vieram de Tucuruí, de Rondônia de outras construções. Após o término ali do seu período de trabalho, ele vai embora pra outra, e aí a mulher já se desfez toda a sua vida, toda a sua família, e com isso vem, vai juntando uma coisa a outra, porque aí, a partir do momento que ela larga a casa, ela abandona os filhos, ela abandona o marido... Acreditando que

²¹⁹ 13 fevereiro de 2017. Em Altamira, jovem é morta a tiros na porta de casa. A mulher estava em uma festa com amigos, ao chegar em casa foi vítima de disparos de arma de fogo. Eliara caiu na porta da residência onde morava no Reassentamento São Joaquim, Rua 8, vizinhos relatam que houve gritaria e correria no local, por voltas das 6h da manhã de domingo (12). A polícia acredita no crime de execução, essa será a linha de investigação principal já que o namorado da vítima relatou que Eliara devia para traficantes, nada foi roubado, apesar de existirem outras pessoas no local, apenas a jovem foi vítima dos tiros. A polícia civil investiga o caso, uma equipe do CPC Renato Chaves fez a remoção do corpo após a perícia de local de crime. Por Felype Adms. Disponível em: <http://oxingu.com/jovem-e-morta-tiros-no-sao-joaquim/>. Acesso em: 20 dez. 2017.

vai melhorar de vida porque o cara lá ou é o encarregado, ou ele é engenheiro, ele vai dar uma vida melhor. Tem a questão também de mulheres que engravidam conhecendo outra pessoa. Tanto faz ser dentro da obra como não, né, conhecem, porque os homens que trabalham na obra eles vêm para os finais de semana, quando é tempo de pagamento eles vêm pra cidade, e aí, você sabe, é muito... Pois é. E aí as mulheres conhecem esses homens e aí acabam com o tempo, um certo tempo acabam engravidando, não sabem, às vezes não sabem quem é o pai, o nome, da onde veio, pra onde foi, né? E aí depois vem a consequência, né? Em outros lugares e aqui também o pessoal já começa a chamar de “Os Filhos da Barragem”, porque são crianças que nascem sem saber quem é o pai (PUPUNHEIRA, entrevista, 2017).

Por fim, diferentemente da expectativa de alguns, a redução de trabalhadores na barragem não reduziu a violência ou qualquer um dos problemas que se agudizaram com a obra. A obra se encontra em 2018 em vias de findar, mas as questões permanecem e se alastram, entre elas o sofrimento social e a *violência como modo de vida*.

Em se tratando dos serviços de atendimento e enfrentamento da violência contra as mulheres, o município conta com a Deam, uma Casa Abrigo e o Pro Paz, todos vinculados à Secretaria Estadual de Segurança Pública. O Pro Paz Integrado do município de Altamira tem como objetivo atender mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, com o objetivo de fortalecer a rede de enfrentamento e de combate a situações de “vulnerabilidade social” na região. Apesar de se pretender regional, o atendimento tem se limitado a Altamira e funciona de 7h a 19hs. O serviço conta com uma equipe multidisciplinar e realiza o acolhimento e uma espécie de triagem dos casos que chegam para a Deam. A Casa Abrigo realiza o acolhimento dos casos avaliados como de maior gravidade e risco de vida para a mulher. Funciona em local sigiloso. Uma das principais demandas dos movimentos sociais e de mulheres em Altamira é o funcionamento em horário integral da Deam. Como já destacado, a maioria dos casos de violência contra as mulheres ocorre nos finais de semana. Apesar de não fazer parte oficialmente da rede de atendimento as mulheres, o estudo apontou o Conselho Tutelar como importante porta de entrada e de acolhimento às mulheres em situação de violência.

Ademais, acreditamos que as denúncias de violência contra mulheres na região são deflagradas, tornam-se notícias e são conhecidas pelo Estado brasileiro, uma vez que fizeram parte de operações policiais, tiveram visibilidade por meio da grande mídia e estão fazendo parte de Comissões Parlamentares de Inquérito; entretanto, não se avança em medidas estruturantes. Aludimos que a previsibilidade e a recorrência dos casos de violência contra mulheres no entorno dos grandes projetos de infraestrutura na região Norte façam considerar a violência contra as mulheres como um tipo específico de violência institucional. Apesar de as situações não serem praticadas diretamente por agentes do Estado no exercício de suas funções, essas ocorrências de violência acontecem no contexto de um projeto econômico

estratégico e prioritário para o Governo Federal – desse modo, sob sua jurisdição e omissão –, além da convivência do consórcio de construtoras, que silenciam diante de tais situações. Disso podemos dizer que a violência estrutural é indissociável do *modus operandi* dessas obras e reflete, em várias dimensões, a dimensão estrutural da violência contra as mulheres.

3.2.2.4 No contexto da obra em si

Neste subitem, buscamos destacar as expressões da violência na relação direta com o consórcio CCBM ou ocorridas no espaço da barragem sob a responsabilidade da Norte Energia S.A. Compreendemos que os demais contextos já destacados possuem relações com a barragem, mas o destaque a partir desse item se deu como forma de explicitar as violências vivenciadas pelas mulheres na experiência de trabalho no canteiro de obras da construção de Belo Monte. Para tal, contamos com as narrativas de três interlocutoras: Cachos, Jasmim e Açaizeira. As entrevistas e as conversas informais ao longo da permanência na cidade, assim como a visita realizada ao canteiro de obras e às instalações da UHE Belo Monte, possibilitaram constatar a ocorrência de uma extensa jornada e sobrecarga de trabalho exigidas pelo ritmo intenso da obra, o assédio sexual e o descaso ou desproteção da empresa, o qual entendemos como cumplicidade dela com as situações de violência ocorridas.

Como destacamos no primeiro capítulo, Belo Monte foi a primeira grande obra na Amazônia a contratar mulheres para atividades de operação de máquinas, motoristas de tratores e caminhões; atividades administrativas e comerciais; além dos diversos ramos da engenharia. As falas das entrevistadas abaixo demonstram as diversas formas de contratação e os diferentes espaços ocupados pelas mulheres na construção da barragem:

Eu trabalhava na Kunzler Máquinas, eles mexem com terraplanagem. É uma empresa contratada pela CCBM que presta serviço. É uma terceirizada. E lá eu era sinaleira. [...] É um funcionário que ele tem que sinalizar pros caminhão, carregado de barro, pra ele poder descarregar em um local seguro. Tanto faz o barro, como a rocha também. Tem caminhão lá que carrega rocha. É um trabalho muito perigoso, tanto é que teve um amigo meu que ele foi atropelado e, por ele não prestar atenção, o articulado veio, articulado são os caminhões grandes, veio e veio de ré e ele não estava com o colete refletivo e aí atropelou ele na hora, ficou esmagado (CACHOS, entrevista, 2017).

A gente era pra trabalhar no condomínio. Na limpeza, que eles estavam começando, pra limpar os condomínio todo, pra deixar pronto pra receber os barrageiros, os pião, como o pessoal fala. Aí, quando tava no ponto já, a gente ajeitava as camas com a ajuda dos outros rapazes, colchão e tudo, kit de cama. Aí já montou aquele

condomínio, aquele condomínio vai ser inaugurado que o pessoal vai chegar, a gente já ia pra outro condomínio, lavar os outros condomínio que já estavam pronto. Ah! Na época já tinha mais de 30 condomínios já pronto. Depois que ficou tudo preparado, os condomínios tudo preparado, aí eles iam deixando cada, iam deixando sete moças em cada condomínio pra tomar de conta do kit dos homens. A gente lavava só os banheiros e limpava lá na frente. Os quartos era eles que limpavam. Aí tinha outras que trabalhava na rouparia. Eu trabalhei na rouparia. Aí só era pra entregar, contar as fardas deles, pegar as fardas sujas e entregar as limpas, pra mandar pra rouparia e o kit de cama. E quando tinha muita coisa pra gente fazer a gente ia lá pra lavanderia pra ajudar dobrar os lençóis, que era bastante (JASMIM, entrevista, 2017).

Com um ano depois de ter trabalhado aqui no bar dela, aí eu consegui ficar numa empresa aqui dentro do consórcio. Através de um amigo que ele entrou, aí ele botou meu currículo lá e eu fui chamada. Trabalhei quatro meses lá no consórcio montador lá dentro. Eu era da terceirizada, da montagem, fui contratada por ela, da CCBM. Aí eu trabalhei quatro meses lá como ajudante dentro da área mesmo, da área de serviço. Ajudava os rapazes da tubulação, entendeu? Limpeza na área de tubulação, nas peças, carregava algumas coisas, alguns objetos lá: mangueira, escada leve, essas coisas. Tinha muita mulher. Tem mais homem, sempre tem mais homem, mas tinha muita mulher na área como ajudante, como apontadora, como soldadora, encanadora, técnica de segurança, dentro da área mesmo. Não no escritório, na área de serviço. Tinha muito (AÇAIZEIRA, entrevista, 2017).

Cachos trabalhou seis meses na obra como sinaleira, migrou de Santarém acompanhando o pai que se deslocou para trabalhar na barragem. Jasmim trabalhou por nove meses em Belo Monte, como serviços gerais, primeiro na limpeza dos alojamentos (camareira) e na lavanderia. Açaizeira, que já havia trabalhado em serviços indiretos em outras obras de outros municípios do Pará, em Belo Monte trabalhou por um período de quatro meses “na pista” como ajudante. Os relatos apontam uma diversificação nas atividades realizadas pelas mulheres na construção da barragem. No auge das construções, em 2014, 3.563 mulheres atuavam no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, o que representa 14,8% do total de trabalhadores/as de Belo Monte, percentual bem mais elevado do que o normalmente registrado na construção civil, que é de pouco mais de 3%.²²⁰

Além disso, as falas explicitam o curto tempo de trabalho na empresa, o que confirma a rotatividade entre funcionários/as. A diversidade também se manifesta nos vínculos, que se dão tanto por contrato direto com a CCBM ou com as empresas terceirizadas que prestam serviços na obra em alimentação, venda de acessórios, construção civil, entre outros. Essa diversidade é tamanha que, ao longo da pesquisa de campo, foi difícil compreendermos a função de cada empresa terceirizada e as hierarquias existentes no conjunto. Essas dimensões do trabalho em Belo Monte não são uma externalidade do trabalho nas grandes obras, do

²²⁰ A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do IBGE (2012) indicou que, dos 8,3 milhões de trabalhadores da construção, 97,1% eram homens e apenas 2,9% mulheres. Em 2013 foi registrada pequena elevação da participação feminina: os percentuais passaram a ser de 96,8% e de 3,2%, respectivamente.

contrário correspondem ao modo de funcionamento desses empreendimentos e funcionam como estratégias de garantir a ideia da “redenção” e dificultar possíveis questionamentos, ações judiciais ou reclamações trabalhistas. Porém, essa rotatividade, em alguma medida, é positivada no contexto das obras. Guaraná, por exemplo, fazia referência à demissão dos trabalhadores com naturalidade: “já sabemos disso, a demissão é o que garante a oportunidade de outros, é preciso dar oportunidade para todos”. Assim, *as demissões figuram como certeza e a instabilidade como norma*. Nessa mesma direção, Açaizeira, ao referir-se sobre a sua demissão, aponta:

Saí porque teve uma redução da área. Teve uma troca de engenheiro. Aí engenheiro novo, gente nova. É. Vamos supor eu sou o engenheiro antigo, aí tu chega, eu saio. Aí tu chega, aí tu vai querer trazer teus encarregado de outras obras que tá desempregado. Aí os encarregados já vão querer trazer a equipe deles de outra obra que é boa e gosta de trabalhar com ele. Aí um sai e outros entram. Eles vão fazendo amizade, gosta do serviço e sempre fica com os contatos. Se eu ficar naquela, eu não tiver funcionário, eu ligo pra aqueles meus colegas, eles vêm e trabalham aqui. Aqui mesmo na empresa onde eu trabalhava na montadora tem muito baiano, a maioria é de Paulo Afonso. Porque um chama o outro, chama outro, aí junta todo mundo (AÇAIZEIRA, entrevista, 2017).

Na visita à obra, também se observou a jornada de trabalho e o ritmo intenso das atividades. Abaixo, o relato de Jasmim e Açaizeira expõem a rotina de trabalho na obra:

Eu saía daqui 5:20, chegava aqui 7:00 da noite. Chegava 6:15, 6:10. Aí a gente chegava, ia tomar café. Depois do café ia ter o DDS, uma reunião e uma oração, pra ver o que tava precisando o que não tava. Se alguém tinha alguma coisa pra falar, pra melhorar, ou alguma coisa de alguém que tava fazendo errado. Porque a gente podia falar ali naquela hora. Aí era isso. Às vezes tinha até atrito de pessoal ficar com raiva, mas isso aí a gente tem que falar a verdade. Se a gente fala uma vez com a pessoa, a pessoa não escuta, a gente tem que falar lá pro chefe geral pra ele tomar de conta disso, dos problema. Terminava 5:00. Aí 5:30 a gente se arrumava pra ir pegar o ônibus. Aí ficava esperando. Aí quando dava umas 5:30, 6:00 eles saíam de lá. Aí a gente chegava aqui 7:00. No início era muito ônibus. Trabalhei lá oito meses. Comecei a trabalhar em 2012 até 2013 (JASMIM, entrevista, 2017).

Eu saía daqui, acordava 04:30 da manhã, pegava o ônibus cinco horas, a gente ainda tomava café aqui dentro da cidade. O refeitório ainda era dentro da cidade. A gente tomava café, pegava o ônibus na orla do cais aqui em Altamira e de lá que a gente seguia. Chegava lá, batia o ponto, trabalhava até meio-dia, ia almoçar, voltava 01:30. Quando era cinco horas, batia o ponto de novo e chegava aqui na cidade seis horas da tarde. Uma hora de percurso. Mas foi bom lá (AÇAIZEIRA, entrevista, 2017).

Para os(as) trabalhadores(as) que residem nos alojamentos, não há dúvidas de que a presença constante e incansável no local os tornava mais suscetíveis a longas jornadas de trabalho. Conforme apontam os relatos, a jornada de trabalho das mulheres, incluindo o

deslocamento, era em média de 14h. Contudo, podemos considerar um aumento de tempo nessa jornada pela concomitância do trabalho doméstico realizado em suas casas. A particularidade da *apropriação do tempo das mulheres* se explica, em grande medida, na divisão sexual do trabalho que se desdobra na jornada intensiva e extensiva de trabalho das mulheres. Ávila (2004, p. 9) afirma que

As redes que se formam entre mulheres garantem a inserção delas nos vários espaços da vida social. A cadeia de substituições começa ao amanhecer. Para uma mulher chegar às 8 horas no seu trabalho, outra mulher chega à sua casa às 7 horas. Essa, por sua vez, já deixou as crianças às 6 horas da manhã com outra mulher, já produziu a alimentação dos que vivem com ela e, certamente, limpou e organizou algumas coisas do ambiente doméstico. Nessa cadeia, o dia pode começar às 5 horas da manhã, ou até mais cedo. Em alguns lugares ainda é noite quando a jornada das mulheres começa para movimentar as várias dimensões da vida cotidiana.

As experiências de Cachos, Jasmim e Açaizeira confirmam a cadeia descrita acima. Apesar da longa jornada na barragem, mantêm-se também atuando nas atividades domésticas quando retornam para suas casas. Não há uma estrutura de apoio ou serviços coletivos para a garantia, inclusive, da manutenção por um tempo maior das mulheres nas atividades desenvolvidas fora do espaço da casa. Em outros termos, podemos dizer que se estabelece um “ritmo de trabalho no qual o limite é a capacidade física e a necessidade de produzir a renda” (ÁVILA, 2004, p. 9). Destaca-se ainda o processo contínuo de reificação da opressão-exploração de sexo/gênero, raça/etnia e classe – afinal, trata-se de mulheres pobres, em sua maioria negras e indígenas, que contam com a solidariedade de outras mulheres através de redes de solidariedade familiar ou comunitária “nas quais as mulheres trocam entre si o cuidado com as crianças e fazem as outras tarefas domésticas dentro da dupla jornada” (ÁVILA, 2004, p. 8).

A divisão social, sexual e racial do trabalho também faz parte das atividades da construção de Belo Monte. Apesar da diversificação apontada anteriormente, as mulheres são contratadas principalmente para os cargos de serviços gerais e refeitório.

[...] na cozinha mesmo é que elas trabalham mais. Muita mulher na cozinha, e a parte mais pesada é elas que fazem. Ali os homens só vão lá é pra carregar as panelas e isso, aquilo. Mas a comida mesmo... A comida, para lavar as louças, que é muita, muito prato, muito copo sabe, por mais que tenha máquina ajudando, é um serviço pesado. Ali o caminhão de alimentação, os motoristas agora tá entrando motorista mulher, porque antes não podia. Aí eu tenho uma amiga minha que ela é motorista lá do caminhão de alimentação. O pessoal fica admirado quando vê uma mulher no volante. Agora os ônibus lá dentro também têm motorista mulher, antes não tinha, agora tão contratando. Entendeu? Porque agora as mulheres que já tavam lá dentro, tão inspirando mais confiança nas outras mulheres que tão fazendo curso, tão tirando a habilitação pra fazer, ser motorista de ônibus, sabe... Tão dando força

uma pra outra. Nossa, eu nunca imaginei em pegar num trator. (CACHOS, entrevista, 2017)

Não tem trabalho de homem e de mulher. Tem mulher que é eletricista, tem mulher que é carpinteira, tem mulher que é ajudante de pedreiro, tem mulher que trabalha na cozinha pra fazer a comida pro povo. No refeitório também. E tem outras que trabalham no escritório. Os homens também trabalham de tudo um pouco. Do mesmo jeito das mulheres. Tem uns que são mais superior e tem uns que são mais ou menos. Eles trabalham no campo, trabalham na tomada d'água, trabalham lá onde mesmo estão fazendo mesmo a barragem (JASMIM, entrevista, 2017).

Percebe-se que essa divisão não é explícita para as mulheres. O relato de Jasmim, assim como o de Cachos e Açaizeira, consideram não existir diferenças nas atividades entre os homens e as mulheres. Contudo, conforme destaca Jasmim, não tinham homens camareiros, tampouco na lavanderia. Eles apenas “ajudavam” às vezes, ela diz: “apenas pra tirar roupa da máquina, que aquela máquina bem pesada. E saem muito quente as roupas e eles tiravam com as luvas, às vezes sem luva mesmo, tiravam e jogavam em cima numa mesa grande pra gente só dobrar os lençol. Para dobrar os lençóis, só as mulheres”. Na cozinha ocorria o mesmo, as mulheres estavam à frente do preparo da comida e “os homens pra ajudar a pegar aqueles panelão”. No geral, Jasmim diz que nos cargos mais altos “é mais pessoal de fora do que daqui. Pessoal daqui não se interessa muito pra fazer curso disso ou daquilo pra melhorar. Tendo um ‘empregozinho’ que coloque alguma coisa dentro de casa tá bom” (JASMIM, entrevista, 2017). A divisão social do trabalho, que também é racial e sexual, se expressa na hierarquia de funções e atividades realizadas para a construção da obra – desde atividades de direção até aquelas de ajudante de obra – quando todos os cargos de gerência, administração e coordenação são oriundos de outras regiões do País, com qualificação e *status* diferente daqueles considerados “peões-de-trecho”.

Além disso, para Hirata e Kergoat (2007, p. 5), a divisão sexual do trabalho é “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos” e tem como atributos a qualificação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. Portanto, apesar da maior inserção das mulheres em postos de trabalhos diversificados e/ou anteriormente ocupados apenas por homens, essa realidade não representa uma mudança na estrutura da divisão sexual do trabalho. Pelo contrário, as mudanças recentes no mundo do trabalho tendem à expansão de setor de serviços, com predomínio da inserção profissional feminina, ocorrendo, nos termos de Hirata (2002), uma *flexibilidade sexuada*.

Uma expressão da violência no contexto da obra são *os acidentes*. Ao falar de sua atividade como sinaleira, Cachos expõe os riscos da atividade e a ocorrência de acidentes no canteiro da obra:

[...] a pessoa tem que ter um treinamento. A CCBM faz um treinamento com a gente. Se a gente não tiver o curso de sinaleiro, a CCBM prepara nós. Daí a gente faz uma avaliação, uma prova de avaliação [...]. Eu não fiz o curso, nem fiz o treinamento. O meu treinamento foi na prática lá na hora. Por que antigamente, quando eu entrei a primeira vez de sinaleira, eu entrei como ajudante de produção, mas eu, minha função lá dentro era só sinalizar. Então, quando eu entrei, eles disseram: “Olha, nós vamos te ajudar porque você não tem essa função na carteira, então nós vamos fazer tudo da maneira mais correta pra você tá pronta pra trabalhar.” E aí eu comecei a sinalizar com os caminhões maiores, mais perigosos que carregavam rocha, que é a parte mais difícil que tem. *E aí eu sinalizava e tinha que olhar pra cima pra ver se não ia cair nenhuma rocha em cima de mim. Que já aconteceu isso.* Ele colocou um sinaleiro profissional pra me ensinar. Aí ele sinalizava e me colocava aqui do lado: “Ó, você tem que sinalizar assim, assim, assim. O caminhão tá passando aqui pertinho de você, a distância é essa aqui. Então a gente tem que fazer um cordão de rocha, uma estrada de rocha, alta demais, então ali cada vez que a gente vai jogando barro, aí vai aumentando a estradinha aqui. A rocha. Então a rocha a gente faz, fazia aquele caminho lá, se a gente não tiver a noção, uma distância certa a gente pode cair lá embaixo ou então ser atropelado pelo caminhão”. Então tudo isso ela explicava pra mim, era uma menina que me ensinou (CACHOS, entrevista, 2017).

O relato de Açaizeira abaixo destaca como os acidentes de trabalho são “negligenciados” e “abafados” pela empresa:

Às vezes, acontece um acidente aqui, aí abafa ali, bota na ambulância. “Ah! O que aconteceu com o fulano?”, você vai perguntar aí eles dizem assim: “Ah! Não, só quebrou uma perna”. Depois a notícia: “Ah! Fulano morreu”. Já teve caso de uma mulher vir de Tucuruí atrás do marido dela aqui, da civil, pensando que ele tinha abandonado ela. Chegou aqui, foi na empresa, não achou o marido, e diz que o marido já tinha sido enterrado como indigente aqui. Acidente de trabalho. Muita gente já morreu ali. Até hoje a família espera. Da minha mãe foi assim, ela tava namorando com o finado Pedro, ex-marido dela, seis anos, ele tava trabalhando, aí só que ele era alojado. Pra poder ganha baixa, tem que estar alojado. Aí ele tava pra lá, ele já tinha pegado a pneumonia em outra obra, só que ele tava fichado aqui. Aí a empresa ligou pra gente, aí ligou avisando, perguntando se a gente era familiar, eu falei: “Não, ele namora com a minha mãe, tem um relacionamento com ela”. Aí eu perguntei o que tinha acontecido, eles só falam: “Não, não era nada não, só isso”. Eu só fiquei sabendo porque eu liguei pra um colega meu dentro da empresa e perguntei se tinha visto ele, ele pegou falou: “Não. Ele morreu aqui. Teve um infarto e morreu”. Aí depois que eu liguei, que eu botei pressão, aí que ela falou. Ele teve infarto, ele morreu. Aí ele tinha deixado 50% do seguro pra ela, pra minha mãe, e 50% pra irmã dele em Tocantins. Aí a irmã dele veio aqui, correram atrás, aí que resolveram. O corpo já tinha chegado em Tocantins, aí que ela ficou sabendo que ele tinha morrido (AÇAIZEIRA, entrevista, 2017).

Como demonstra o depoimento acima, são vários os relatos de acidentes e mortes nos canteiros de obras em Belo Monte – acreditamos que, em certa medida, pela intensidade e

extensividade do trabalho exigido. A tentativa de ocultamento dos casos faz parte da desigualdade das relações entre o capital e o trabalho e dos grandes interesses econômicos e políticos em jogo. Portanto, afirma Ribeiro (1999, p. 32), ocorre uma “enorme e desconhecida subestimação desses infortúnios, mesmo para os mais típicos deles, os acidentes, quaisquer que sejam os números e variações anuais ou periódicos anunciados oficialmente”. Os cuidados básicos com a segurança dos(as) trabalhadores(as) são flexibilizados, como podemos perceber no relato de Cachos, ao demonstrar que iniciou o trabalho de sinaleira sem qualquer formação. Acreditamos que a fragilidade nas relações de trabalho promovidas pela terceirização favorece em grande parte a informalidade e o aumento da rotatividade do trabalho, além de contribuir para a subnotificação dos acidentes (RIBEIRO, 1999). Ademais, os danos, as lesões, os traumas e as mortes causados por acidentes de trabalho correspondem a altos custos emocionais e sociais (MINAYO, 2006). Apesar da tentativa de ocultamento dos casos, o desaparecimento de pessoas e os acidentes ocorridos em Belo Monte extrapolam o espaço do confinamento, chegando a ser noticiados em jornais de abrangência nacional.

Cachos, Jasmim e Açaizeira não foram vítimas diretas de acidentes durante suas permanências na obra, mas conviveram diuturnamente com outra expressão da violência: o *assédio moral e sexual*. Cachos pediu demissão porque não aguentou a pressão cotidiana para ceder ao assédio, e Jasmim, porque seu namorado, à época, hoje companheiro – trabalhador da CCBM –, não gostava que ela trabalhasse lá, afinal, “era muito homem na empresa” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Afora a aparente “submissão” da fala de Jasmim quando se refere ao namorado, evidenciamos nos relatos das entrevistadas os diversos casos de assédio moral e sexual ocorridos dentro da obra, quase sempre com a cumplicidade da empresa.

Na CCBM eu passei seis meses, saí porque eu sofri durante esses seis meses, eu sofri assédio sexual. Dos meus próprios encarregados, o chefe da equipe. Na nossa equipe eram três mulheres e dois homens (dois tratoristas) e três sinaleiras. E nisso, tem ali as novatas e tem as que já tão lá na equipe, as novatas é que os encarregados querem pegar, porque muitas que tão ali na nossa equipe, a maioria que tava na nossa equipe, a única que não ficou com esse encarregado foi a que me deu treinamento, que ela era casca grossa mesmo. Viesse com esse tipo de coisa pra ela, ela botava quente (CACHOS, entrevista, 2017).

[...] no consórcio mesmo, na CCBM a maioria das mulheres que subiram de cargo lá dentro foi através disso. Poucas mesmo foi por profissionalismo, por tá correndo atrás. Eu recebi muitas cantadas. Muitas cantadas, até porque era mais homem do que mulher dentro da área, e sempre cantavam. Só não podia dar moral. Também eu não saía só lá dentro, só ia acompanhada com alguma amiga ou um amigo. Muita escada. Desce escada, sobe escada sozinha. Mais homem do que mulher. Eu nunca ia só. É raríssimo alguma mulher andar só lá dentro. A gente tinha medo (AÇAIZEIRA, entrevista, 2017).

Nos relatos, o assédio sexual²²¹ aparece tanto como ameaça quanto fato. Apesar de Açaizeira se referir ao assédio como “cantada”, partimos da compreensão de que nem toda cantada ou sedução pode ser entendida como assédio, mas é certo que a cantada faz parte das manifestações de assédio, daí as razões das muitas confusões em torno dessa questão. O limite passa pelo consentimento, o qual pode contribuir para diferenciar uma paquera ou um simples elogio de uma ameaça ou constrangimento. Contudo, ao ampliarmos a análise para o campo das relações sociais, é possível afirmar que o assédio sexual no trabalho tem sido uma experiência comum para as mulheres. E não é um fenômeno de novo tipo. Podemos citar a história econômica das mulheres afro-americanas, na qual o abuso sexual foi entendido como um risco profissional (DAVIS, 2017). Nos termos de Davis (2017, p. 47-48),

Durante a escravidão, o corpo das mulheres negras era considerado sempre à disposição tanto do senhor quanto de seus substitutos. Na “liberdade”, as vagas de emprego disponíveis com mais frequência para as mulheres negra eram de trabalhadoras domésticas. Essa situação de relegá-las a trabalhos servis só começou a mudar no fim da década de 1950, e há ampla documentação de que, enquanto empregadas domésticas e lavadeiras, as mulheres negras foram vítimas de repetidas agressões sexuais cometidas pelos homens brancos das famílias para as quais trabalhavam.

No Brasil, o assédio sexual de mulheres negras e indígenas também se faz presente desde a colonização e atualiza-se em vários espaços de trabalho, com destaque para o trabalho doméstico, majoritariamente composto por mulheres não brancas. Contudo, se a acumulação capitalista necessita da exploração-opressão particular do corpo das mulheres e feminino em todas as dimensões, o assédio é um risco profissional às mulheres de *todas* as origens étnico-raciais (DAVIS, 2017). Diga-se, de forma particular, posto o assédio sexual ser uma violência mediada pelas relações de sexo/gênero, raciais e classistas. Dados da OIT apontam que 52% das mulheres brasileiras economicamente ativas já foram assediadas sexualmente.

Na transcrição abaixo, Cachos relata a dinâmica do assédio sexual vivenciado na UHE Belo Monte:

Meu primeiro encarregado, ele começou me elogiando, dizendo que eu era bonita e tal. Aí, já no decorrer do dia, começou a falar que não era pra mim tá lá trabalhando nas coisa daquela, no sol quente o dia todo, em pé o dia todo. Aí nos outros dias ele já começou: “Ah, eu podia te dar uma função melhor assim, assim, assim”. Aí eu, a

²²¹ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define assédio sexual como atos, insinuações, contatos físicos forçados, convites impertinentes, desde que apresentem uma das características a seguir: ser uma condição clara para manter o emprego; influir nas promoções da carreira do assediado; prejudicar o rendimento profissional, humilhar, insultar ou intimidar a vítima; ameaçar e fazer com que as vítimas cedam por medo de denunciar o abuso; e oferta de crescimento de vários tipos ou oferta que desfavorece as vítimas em meios acadêmicos e trabalhistas, entre outros, e que no ato possa dar algo em troca, como possibilitar a intimidade para ser favorecido no trabalho.

gente com a curiosidade, queria saber como, aí é que ele chegava: “Você tem que fazer isso, isso e isso, se você quiser mudar de função.” Isso é sair com ele, ir pro motel. Ter relação com ele. Ele dizia. [...] às vezes ele falava até na frente de outras pessoas. Como a gente não dava confiança, ele jogava pra outro encarregado pior do que ele. E isso eu fui passando, fui pra seis encarregado. O último, nós tava trabalhando à noite, ele tentou me agarrar à força, tentou me agarrar à força, o capacete dele caiu no chão, eu com tanta raiva chutei o capacete dele. Na frente do serviço. Aí eu chutei o capacete dele, caiu lá embaixo na água e ele: “Não, você vai ter que ir buscar, não sei o quê”. E eu: “Não, não vou buscar, cê quiser você vai lá nadar. Quer que eu te ajude? Eu te empurro lá embaixo”. Eu tava tão, com tanta raiva dele que minha vontade era de pular em cima dele, mas eu sabia que eu não podia agredir ele senão eu perdia, eu pegava justa causa. Então, eu aponteí o dedo na cara dele, falei que ele era um velho safado, que não prestava pra nada, que nem de terraplanagem ele entendia, porque realmente o meu primeiro encarregado ele teve a desvantagem de me assediar, mas muita coisa ele me ensinou (CACHOS, entrevista, 2017).

O relato de Cachos aponta o assédio como uma prática corriqueira na barragem e, além disso, como condição para a permanência e acessão funcional. Contesta a ideia de que as mulheres “gostam” ou confundem o assédio com “paquera”, e a situação relatada evidencia o constrangimento e a resistência física como forma de proteção. A hierarquia presente na relação entre encarregado (coordenador) e as demais pessoas da equipe por si só implica condutas de comando e autoridade. Porém, quando ocorrem em contexto de assédio sexual, essas relações se agudizam, até culminarem como no caso de Cachos, na troca de equipe ou na demissão propriamente dita. Essas situações também afetam diretamente na qualidade do trabalho realizado pelas mulheres, que passam a trabalhar sob medo e a ameaça de um novo episódio de assédio. Jasmim também relatou situações de assédio sexual, mesmo que não nomeasse como tal, confirmando a prática entre os encarregados de vincularem a permanência das mulheres e/ou a promoção funcional à relação sexual.

As narrativas abaixo demonstram a relação entre o *assédio sexual* e o *assédio moral*, que, apesar de distintos, comumente operam no cotidiano das mulheres de forma articulada:

Mas é um sofrimento [...] eu chorava. Eu chorava, todo dia eles me humilhava, eles colocava pra fazer várias coisas. Chegou um dia que o penúltimo encarregado, logo que eu fui pra frente de serviço dele, ele me via chorando porque eu tinha passado por tantos encarregados e aquilo pra ele num era nem... tava nem aí. Aí ele dizia: “Olha, você tá vindo de outras frentes de serviço, você não tá se adaptando a equipe que você tava antes, mas aqui você vai ter que se adaptar”. Eu: “Tudo bem”. Aí ele: “Olha, você não pode conversar com nenhum da equipe, você vai trabalhar bem aqui, você não vai poder ir no banheiro, você não pode ir pra sombra, nem sentar”. Isso eu ficava das sete da manhã até onze horas pro almoço, sem ir no banheiro, sem beber água, sem ir na sombra. E o direito de cada sinaleiro a gente tem vinte minutos a cada duas horas de ir pra sombra descansar e ir no banheiro, tem vinte minuto de descanso. E eu não tinha. A gente almoçava, voltava pra frente de serviço e ficava até cinco e meia. Até que chegou um dia que eu desmaiei na frente de serviço. E a equipe não tava entendendo porque que eu era proibida de falar com eles. Eles achavam que eu tava dando uma de gostosa e não queria falar com eles, até o dia em que eu desmaiei, a ambulância foi parar lá pra me buscar, me levaram pra

enfermaria e perguntaram pra mim porque que eu tava me sentindo ruim, quais as consequências disso e aquilo. Aí eu abri o verbo: “Olha, eu sou proibida de ir no banheiro, eu sou proibida de beber água, eu peguei desidratação”. Aí tava com infecção urinária porque eu não podia ir no banheiro e eu expliquei tudim pra ele, pros médicos lá e fizeram um Boletim de Ocorrência lá dentro, porque cada funcionário tem direito de registrar algum problema. Aí foi registrado tudo e o encarregado pegou uma advertência, ele pá, me jogou pro último encarregado, que foi a gota d’água (CACHOS, entrevista, 2017).

Ele tentou me agarrar à força e, com tudo isso, com todos esses encarregados, o do primeiro eu já tava... eu não sabia o que fazer, aí o pessoal no segundo já me disseram: “Ah, tu grava, tu tira foto, tu filma, tu faz o que tu puder, mas tenha prova”. Quando chegou no último, do penúltimo pro último encarregado, eu tinha prova, tinha tudo, mas o juiz... Gravei, tinha tudo. O advogado... O último encarregado falou pra mim, chegou no limite que ele disse: “Olha, ou você dá pra mim, ou você assina isso aqui”. A demissão. Aí falei: “Pode trazer minha demissão, que eu assino”. Aí o pessoal: “Não, você não pode sair”. Eu vou sair, eu não vou dar o gosto pra esses, pra nenhum encarregado aqui, não. Eu tô aqui é pra trabalhar, num é pra dar pra encarregado, pra mudar de função, não. E eu amo meu trabalho, eu sou sinaleira há um bom tempo e eu amo fazer isso daí (CACHOS, entrevista, 2017).

Cachos relata o sofrimento e as humilhações vivenciadas. As consequências de experiências de assédio são diversas e afetam tanto a saúde física quanto psíquica, podendo, inclusive, vir a causar ansiedade, depressão, distúrbios de sono, estresse e crises de choro, como destacado no relato acima. Além disso, a fala de Cachos destaca o assédio moral como retaliação pela resistência ao assédio sexual. Conforme destaca Hirigoyen (2010, p. 99-100),

As mulheres não somente são mais frequentemente vítimas, como também são assediadas de forma diferente dos homens: as conotações machistas e sexistas estão muitas vezes presentes. O assédio sexual não é mais do que a evolução do assédio moral. Nos dois casos, trata-se de humilhar o outro e considerá-lo um objeto à disposição.

É fato que o assédio moral pode se apresentar sem uma conotação sexual, inclusive manifestar-se em relações diversas. Contudo, com frequência o assédio sexual vem acompanhado do assédio moral. Os estudos sobre o tema, por sua vez, apontam que, enquanto no assédio sexual via de regra ocorre uma relação de troca, que pode ser tanto a manutenção do emprego ou uma promoção, no assédio moral “as vítimas são ‘escolhidas’ com o intuito de afastamento, disputa, desestabilização, dentre outros objetivos que fazem com que os(as) mesmos(as) convivam num ambiente de hostilidade e acabem por pedir demissão” (DINIZ, 2015, p. 7). O fato é que nem sempre, como pode-se atestar no relato acima, essas manifestações apresentam-se de forma demarcada e passível de separação, principalmente quando a tendência é a de culpabilização das mulheres, como segue no relato de Larissa, ex-estagiária da barragem:

A primeira coisa que meu superior falou foi para não ir com roupa curta, só usar roupa folgada, não sorrir nem dar bom dia para ninguém. Eu entendi que ele estava me responsabilizando por qualquer coisa que acontecesse comigo lá dentro, como se o assédio fosse por causa da minha postura ou da minha roupa.²²²

Além disso, a maioria das mulheres não se sente encorajada a visibilizar a questão. Conforme aponta Diniz (2014, p. 274), esses elementos figuram, por sua vez, “na cultura da subserviência e do medo, na necessidade de se manter empregada, que faz com que muitas mulheres se submetam às precárias, desregulamentadas e informais condições de trabalho”. Entre as consequências mais graves que culminam dessas situações de assédio sexual, têm-se o *estupro* e o *assassinato de mulheres* na obra ou no seu entorno.

[...] Uma vez, eu ainda não estava trabalhando lá, não, eu ainda estava desempregava, aconteceu um fato que era num domingo: a própria patrimonial bateu numa mulher gestante dentro do refeitório lá na civil. O motivo disse que parece que caiu um prato da mão dela e disse que ela já tava fazendo rebelião, aí foram logo batendo na mulher. Aí o povo foi defender e começou uma rebelião lá dentro. A violência é constante. Já aconteceu muita briga lá dentro. Tráfico. Estupro (AÇAIZEIRA, entrevista, 2017).

[...] muitas mulheres foram estupradas lá dentro, morreu muita mulher lá dentro, ninguém sabe como, mas eles abafaram o caso de muitas mulheres. Nós vimos corpo. Uma que, se tirarem uma foto, pronto, isso vaza lá dentro, não tem como. Todo mundo tem. As minhas colegas de quarto, eu tiro duas colegas de quarto que saía com encarregado e sumiu. Quando apareceu foi dois dias depois morta atrás da caixa d’água. Ah, essa de trás da caixa d’água era ela de Parauapebas. O corpo é mandado pra lá e pronto. Ninguém investiga, ninguém... Ninguém sabe qual é a explicação que eles dão pra família, mas se for um caso assim de estupro, isso e aquilo, eles colocam: “A polícia tá investigando”. Só isso, aí morre o assunto. Da menina que morreu atrás da caixa d’água, o nome dela era Vanessa. Aí a outra que morreu porque foi beber lá num, na vila lá perto de Canais, e foi beber com pessoas que ela não conhecia (CACHOS, entrevista, 2017).

Apesar dos relatos sobre os casos de estupro serem recorrentes, nenhum caso apareceu nos registros oficiais da Deam ou da delegacia regional de Altamira diretamente relacionado à obra. Porém, em conversa com o investigador, ele relatou um caso de estupro coletivo ocorrido na Transamazônica, em que uma mulher de outra nacionalidade foi estuprada por seis “colegas” de trabalho, todos da CCBM. O caso ainda estava sendo investigado na ocasião da pesquisa. Ao que parece, os casos não são publicizados, tampouco chegam a ser denunciados, pois são ocultados pela própria empresa, como avulta-se nos relatos abaixo:

[...] Abafaram os casos. Sempre abafam os casos. Em ônibus também. Teve um tempo que fizeram um ônibus só pra mulher e só pra homem vim, por estupro, que tava tendo muito. Dentro do ônibus. Daqui até o serviço. Aí depois misturou de

²²² Disponível em: <http://azmina.com.br/2016/02/obras-de-belo-monte-aumentam-casos-de-assedio-e-estupro>. Acesso em: 15 mar. 2017.

novo. O que acontece lá morre lá. A não ser se acontece uma prova e vaze logo, tipo que aconteceu um acidente lá que passou no jornal. Filmaram e mandaram logo, aí todo mundo sabe. Mas, se morre uma pessoa aqui do teu lado, se tu “ah! Aconteceu isso!” Na internet o que mais tem é vídeo, mas muitos não vazam (AÇAIZEIRA, entrevista, 2017).

Na usina é comum. Isso já é normal lá acontecer. Eles dizem assim: “Ah, nós vamos pegar você e levar na ouvidoria pra resolver isso aí”. Aí eles me jogam na psicóloga, a psicóloga coloca eu e ele frente a frente e diz assim: “Qual dos dois tá falando a verdade?” Aí ele diz: “Eu não tô mentindo, porque aqui eu sou encarregado, vocês preferem acreditar numa sinaleira?” Aí pronto, a razão dele. Fui encaminhada pra ouvidoria pra registrar tudo lá, mas não deu em nada (CACHOS, entrevista, 2017).

E nunca teve proteção. Por que eu recorri pra engenheira, eu falei com a engenheira Roberta, falei com engenheiro, falei com um monte de gente lá da administração, os cabeça lá dentro e pedi socorro, antes deu assinar minha quita. Ninguém quis me ajudar. Aí a engenheira Roberta me prometeu que ia investigar, que ia me ajudar, isso e aquilo, e nisso passou quinze dias e ele foi: “Ou tu dá ou tu assina tua quita.” Aí eu fui obrigada a assinar. [...] Quando eu saí da CCBM, esse encarregado que me fez assinar minha quita, ele ficava me ligando aqui na cidade. Eu tive que trocar de número. Ele dizia: “Ah, minha mulher tá viajando amanhã, vamos dar uma?” Aí eu: “Não, você deve tá ligando pra pessoa errada”. Aí ele: “Não, num é a [Cachos] sinaleira?” Eu disse: “Sou eu mesma, mas eu não sou nenhuma vagabunda, não. Se eu não dei quando eu tava lá dentro da obra, não vai ser aqui fora que eu vou te dar, não” (CACHOS, entrevista, 2017).

No contexto da obra, a negligência diante das violências e a desproteção das mulheres trabalhadoras relevam novamente a *violência institucional* como produto dos grandes projetos. As violências ocorridas no canteiro de obras, nos alojamentos ou no entorno da obra também são facilitadas e estimuladas pela estrutura de confinamento e a reprodução de um modo de apreender as mulheres e a sexualidade feminina como disponíveis aos homens. As mulheres não foram contratadas para atuar em Belo Monte apenas como força de trabalho, mas como corpo-território, objeto a ser apropriado para o atendimento das “necessidades sexuais” de um exército de trabalhadores superexplorados. Para as análises sobre as grandes obras, mesmo aquelas que se apresentam como críticas, essas questões são consideradas sob o prisma de um desequilíbrio demográfico ou do rebaixamento do valor da força de trabalho. Conforme as citações abaixo,

Uma consequência importante do fluxo organizado é o desequilíbrio demográfico resultante da ausência relativa de famílias, mulheres solteiras, adolescentes e crianças. Cria-se uma situação social singular, na qual a quantidade de homens é consideravelmente maior que a de mulheres. Portanto, a vida familiar não existe para a maioria, ou para uma quantidade substancial da população. Esses vieses por sexo e idade são características da força de trabalho que sempre parecem se manifestar quando se fazem grandes inversões em regiões que não tinham um mercado de mão de obra. [...] A prostituição e o alcoolismo aparecem como a reação mais evidente ante a distorção demográfica e podem levar a frequentes rusgas entre trabalhadores (RIBEIRO, 2014, p. 60).

A população resultante está quase toda dedicada à produção, subordinada a uma única estrutura e praticamente sem dependentes econômicos no local (de acordo com as definições do projeto). A criação de uma força de trabalho com esse viés demográfico é, claramente, uma estratégia para manter baixo o custo da reprodução social da força de trabalho (BURAWOY apud RIBEIRO, 2014, p. 60).

Não discordamos das análises, mas consideramos que elas não apreendem a centralidade das mulheres e a expectativa sobre a expropriação de seus corpos, territórios considerados como disponíveis à lógica da acumulação. Por outro lado, concorda-se com Ribeiro (2014, p. 57) quando destaca que o isolamento “facilita a realização de uma extensão do poder da corporação: o estabelecimento de um *território controlado* que obedeça a lógica da produção do projeto. Como se sabe, o poder da corporação frequentemente chega a um ponto tal que virtualmente substitui o Estado”. O isolamento nesses termos é funcional à viabilidade da obra e seu objeto fim, qual seja, de acumulação de capitais (mesmo que como estratégia de restauração do capital). Como consequência, “cria um universo social cuja população é composta de estranhos que se mantêm unidos por sua participação numa empresa econômica totalizadora. Os indivíduos estão isolados de suas redes sociais anteriores, encontrando-se numa espécie de *terra de ninguém*” (RIBEIRO, 2014, p. 63), o que contribui para os altos índices de violência contra as mulheres no entorno dos grandes projetos.

Em se tratado dos casos que ocorrem dentro dos canteiros de obras da UHE Belo Monte, os serviços especializados não têm acesso. A questão é tratada como algo de responsabilidade da empresa; conseqüentemente, as ocorrências não se tornam públicas. Por outro lado, a orientação da empresa é para que as situações que lá ocorrem não sejam divulgadas sob pena de repressão e demissão sumária, ou seja, as mulheres são desencorajadas a denunciar. Como já mencionado, a força nacional é responsável pela segurança da obra, mas os/as trabalhadores/as continuam em “Belo Monstro” sem proteção. Em síntese, os casos são “invisíveis” às instituições de segurança pública e proteção às mulheres.

Finalmente, a análise dos dados demonstrou que, no contexto de Belo Monte, 1) a violência é condição e produto das relações sociais, que em contexto de eventos críticos – como é o caso de Belo Monte –, em que ocorre uma sobreposição de conflitos, reflete o próprio modo de vida dada a sua agudização; 2) a violência contra as mulheres expressa-se nesse contexto de guerra sob diversas formas, que podem ser sintetizadas na expropriação-opressão-exploração de suas terras, espaços e corpos como territórios apropriados pelo capitalismo em sua versão mundializada e dependente; 3) contudo, ainda é considerada como resultado de relações, escolhas e conflitos interpessoais; 4) o enfrentamento à violência contra

as mulheres (quando ocorre) dá-se de forma descontextualizada, com foco na responsabilização/culpabilização individual dos sujeitos; 5) as políticas de proteção às mulheres não conseguem interferir/penetrar no canteiro de obras da UHE Belo Monte; 6) a Norte Energia e o CCBM são coniventes frente aos casos de violência contra as mulheres que ocorrem dentro, no entorno e fora da obra; 7) o Estado é omissivo e conivente com os casos de violência contra as mulheres que ocorre no contexto da UHE Belo Monte; 8) apesar disso, há resistência, e as mulheres foram protagonistas das lutas contra a barragem através da luta por direitos e pelo enfrentamento às múltiplas expressões da violência; 9) As lutas das mulheres nesse contexto têm fortalecido as experiências e modos de viver que representam fissuras importantes nas estruturas sólidas e aparentemente permanentes, como será exposto no próximo capítulo.

4 MULHERES “PINDOVAS” NA RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA DOS GRANDES PROJETOS E EM BUSCA DO SOL

Eu me sinto uma “pindova”, eu não morro com pouca coisa. Já era negócio de matar, eu vou indo, me queima, me joga, eu tento sair uma folhinha, se sair eu vou embora. E essa esperança me pôs de pé, e eu tô hoje onde eu tô.

Palmeira (2017)

O caráter contraditório e ambivalente da violência foi destacado no capítulo 2. Vimos que a violência se constitui também como proteção, no sentido de operar como defesa da própria violência, e como criação do novo, a partir da sua potência transformadora e revolucionária. No presente capítulo, apreendemos a manifestação dessa positividade contraditória no contexto de Belo Monte nas lutas contra a barragem, especialmente nas resistências empreendidas pelas mulheres. Consideramos essa positividade a partir de duas dimensões: a primeira refere-se ao potencial mobilizador, pois é a partir do reconhecimento da violência como uma questão coletiva que as lutas na região da Transamazônica são construídas. A segunda se trata da violência como tática de luta e defesa. Como ocorre nas guerras em geral, na guerra de Belo Monte a violência revelou-se imperativa e contraditoriamente necessária.

Não é novo o fato de a violência provocar a articulação das mulheres. No Brasil, conforme destacamos no capítulo anterior, os debates sobre o tema foram fundamentais para os novos contornos do movimento feminista a partir da década de 1970. Da mesma forma, é a partir do reconhecimento da violência que as mulheres do campo e da floresta passam a se organizar como coletivos de mulheres. Na Amazônia, por sua vez, a violência dos grandes projetos é um dos motes, senão a razão central para as mobilizações sociais na região, que tem como particularidade a influência direta da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação e o protagonismo das mulheres.

Partimos do pressuposto de que a mobilização das mulheres, nesse contexto, apesar de não requisitar ou possuir uma identidade feminista direta, trata-se de uma luta feminista, posto se constituir como articulação de mulheres que questiona a ordem e provoca deslocamentos nos padrões/“lugares” socialmente determinados às mulheres. Nossa perspectiva dialoga com a noção de luta feminista defendida por Silva (2011), que, ao problematizar sobre “o que distingue uma determinada luta de um movimento social como luta feminista?”, nos traz explicações sobre a questão.

A resposta simples é a capacidade que estes movimentos adquiriram ao falar, reivindicar e propor a partir da análise da situação das mulheres. E a resposta complexa pode estar na capacidade construída pelos movimentos de mulheres de desenvolver processos de lutas que contribuam com a desnaturalização do lugar instituído socialmente para as mulheres, lutas que desconstruam as ideias de feminilidade hegemônicas, que coloquem em xeque a divisão sexual do trabalho, que ampliem os espaços de poder para as mulheres, que “deslocolonizem” os corpos e os modos de vida, ofereçam resistência cotidiana à violência e busquem construir uma nova subjetividade e uma nova visão de mundo, baseadas na autonomia e liberdade das mulheres (SILVA, 2011, p. 110).

Para Silva (2016), a luta feminista reúne tanto as lutas políticas como as formas de resistências. Com base nessa noção ampliada de luta feminista – não restrita aos movimentos feministas *stricto sensu* – é que analisamos as resistências e lutas das mulheres no enfrentamento à violência promovida no contexto de Belo Monte como uma luta feminista. Para tal, apontamos brevemente a história da articulação das mulheres a partir da Transamazônica, destacando suas principais motivações, pautas e desafios. Tomamos a ideia desse evento como um marco importante das lutas na região e fundamento para entender os movimentos e lutas sociais no contexto de Belo Monte. Dessa discussão, empreendemos uma breve síntese das lutas das mulheres a partir de dois movimentos mistos, mas que nas ações frente à barragem possuem o protagonismo das mulheres. São eles: o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Logo, não consideramos o espaço de organização como determinante para a definição ou não das lutas feministas, mas insistimos na centralidade do protagonismo e das transformações que advêm das lutas das mulheres em qualquer espaço como critério dessa definição. Outrossim, relacionamos essas lutas à *crítica feminista ao desenvolvimento*, o que para nós se constitui numa estratégia teórico-política coerente com a perspectiva da análise das relações sociais e poderá apontar novos caminhos para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Ademais, a violência se revelou na experiência de militância das mulheres por ocasião de suas atuações na resistência a Belo Monte, através de ameaças veladas, espionagem, proibições institucionais e nos “limites” para a participação política dentro e fora dos movimentos, o que para nós figura como uma dimensão importante da violência estrutural contra as mulheres. A fala de Palmeira no início dessa introdução – ao considerar-se uma mulher “pindova”, *dura de matar e de morrer* – ilustra a violência direcionada às mulheres em razão de suas atuações políticas.

Cabe dizermos ainda que inicialmente não tínhamos como objetivo enfatizar essa questão na tese em razão da própria delimitação do objeto de estudo. Entretanto, a pesquisa

empírica a revelou como uma dimensão intrínseca à violência contra as mulheres, o que significa também considerar as lutas e resistências das mulheres como parte das lutas estruturais ou antissistêmicas, aqui consideradas como *luta anticapitalista, antipatriarcal e antirracista*. Assim, além de destacar as lutas das mulheres de forma transversal ao longo dos capítulos, se fez impositiva a sistematização deste capítulo analisando mais detidamente a resistência social e das mulheres, que emergiu da própria realidade com força e relevância. A violência como tática de luta e defesa, por sua vez, não apareceu com proeminência, apesar de algumas ações como as ocupações ao canteiro de obras da barragem e das instituições públicas serem apreendidas como tal pelo discurso dominante.

Por fim, não almejamos realizar uma análise aprofundada dos movimentos de mulheres e feministas no enfrentamento à Belo Monte. Ademais da importância e abrangência desse recorte, nosso objetivo foi destacar que as lutas e resistências constituem uma dimensão inerente à violência. Afinal, se consideramos a violência como práxis, não podemos negar ou abrir mão, seja na análise ou nas práticas sociais, de reconhecer seu potencial mobilizador e transformador.

4.1 A articulação das mulheres na Transamazônica

A implantação da Transamazônica é um marco para a organização das mulheres da região. Como destacamos no primeiro capítulo, a construção dessa rodovia, peça central do processo de colonização fomentado na Amazônia, foi acompanhada por diversos conflitos que ainda marcam atualmente a região. Porém, essa é uma região marcada por conflitos que antecedem a própria construção da estrada, conforme podemos constatar no relato de Castanheira abaixo:

A militância começou junto às comunidades eclesiais de base na luta, no bairro que eu morava, por água, por energia, e a organização e os encontros da comunidade e das famílias para discutir a palavra de Deus, e para discutir e agir sobre os problemas que estavam acontecendo, pela falta de direitos para as pessoas, para a comunidade. Mas Altamira, essa região, sempre foi o ponto central de, não de absorver, mas de concentrar aqui, em Altamira, todas as mazelas dos projetos que passaram por aqui. Aí veio a época do soldado da borracha, com a questão da borracha; os seringalistas; os conflitos dos seringalistas com os povos indígenas. Porque os seringalistas e os seus seringueiros invadiam as terras indígenas. Depois, na época da castanha, a mesma coisa. A época da matança dos gados pra vender as peles. Aí veio a abertura da Transamazônica com a colonização. Então, Altamira

sempre foi palco de ser escolhida para absorver ou de um espaço para que esses projetos tivessem abrigo (CASTANHEIRA, entrevista, 2017).

A narrativa de Castanheira nos aponta que a sua consciência política foi fomentada pelas discussões das Comunidades Eclesiais de Base, espaços de formação política e religiosa capitaneados pela Igreja Católica, ligada à Teologia da Libertação.²²³ E podemos dizer que não foi o caso apenas de Castanheira, mas de grande parte das lideranças populares da região. Esse contexto e a presença dos setores progressistas da Igreja Católica foram determinantes para a articulação das mulheres da região da Transamazônica e, particularmente, de Altamira. As primeiras estratégias de organização promovidas pelas mulheres ainda nos anos iniciais dos projetos de colonização centravam-se na formação de redes de apoio entre as famílias recém-chegadas à Transamazônica.²²⁴ Conforme aponta Silva (apud LACERDA, 2013, p. 164), isso atenuava a sensação de isolamento e amenizava a falta de infraestrutura dos alojamentos e moradias, através da “organização de almoços coletivos e a realização de rifas, cujos rendimentos revertiam-se na construção de cerca, ponte, escola ou na aquisição de equipamentos agrícolas ou escolares”. Nesse período, a mobilização passou a articular diversos grupos e atuar de forma regionalizada a partir da criação do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), em 1987, conforme destaca Lacerda (2013, p. 160):

Neste contexto, a mobilização na região da Transamazônica ganhou uma feição que os interlocutores chamam de “regionalizada”, ou seja, passou a reunir em uma mesma frente de ações as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), os sindicatos, os grupos de jovens, as associações de moradores etc. A reivindicação em comum era a imediata retomada do projeto de colonização então interrompido. Com o apoio da Igreja, foi formado o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), em 1987. Conforme alegavam, durante os seis meses chuvosos do ano, era impossível transitar pela única via de acesso à região, a Transamazônica, o que impedia o comércio e colocava as pessoas em risco, em razão da dificuldade de acesso a medicamentos e postos de atendimento à saúde. Os integrantes do MPST exigiam a continuidade das obras na rodovia e a construção das prometidas agrópolis, agrovilas e rurópolis.

²²³ Não apenas em Altamira, mas, no geral, a participação em atividades religiosas no Brasil é em sua maioria feminina (LACERDA, 2013).

²²⁴ “Embora pesquisas realizadas em outros contextos apontem para uma relativa diversidade de fatores que levam as mulheres a se mobilizarem, as mulheres entrevistadas na Transamazônica ressaltaram o imperativo do engajamento frente às dificuldades da região. Na pesquisa de Maneschy e Almeida (2002), por exemplo, realizada junto a mulheres pescadoras de Pereru (PA), a expectativa era que o engajamento promovesse um incremento na geração de renda das famílias, o que representaria uma forma de ‘ajudar’ o marido. De maneira semelhante, a análise de Anjos (2008), a partir das participantes das CEBs nas periferias do Rio Grande do Sul, sinaliza que, enquanto as mulheres com mais recursos justificam seu engajamento a partir de argumentos altruístas (GAXIE, 2005), aquelas menos afluentes afirmam tornar-se mais próximas de serviços sociais de atenção básica (pesagem dos filhos, complemento alimentar, consultas médicas e odontológicas etc.)” (LACERDA, 2013, p. 165).

Cipó, que também teve o início de sua militância junto às CEBs, destaca as dificuldades enfrentadas pelos(as) colonos(as) na Transamazônica. Cipó assevera que

Foi na Igreja, porque eu comecei lá no meu território, lá onde eu morava com meus pais. Mas comecei por lá porque lá já iniciou, os agricultores já começaram a pensar na política de direito pra eles lá na terra. Eles queriam não só a escolinha feita, que o Estado fez, deixou lá e foi embora, mas pra nós que ficamos aqui não bastava só aquilo. A gente queria os trabalhadores, as trabalhadoras lá, os alunos pra estudar. Então, foram muitos os desafios. A estrada era uma estrada, não era uma BR de asfalto. Não tinha acessibilidade de transporte, entendeu? A merenda era uma merenda ainda “estadualizada”, vinha de longe. Então os agricultores queriam empreendimento pra agricultura deles, pra permanência da terra, a titulação da terra, atendimento à saúde. Por que a gente não morria muito de doença humana, assim, mas era das picadas. Picadas de inseto tinha demais ali (CIPÓ, entrevista, 2017).

A relação da organização das mulheres com os projetos de colonização na região extrapola as declarações aqui destacadas, já tendo sido, inclusive, alvo de outras análises, entre as quais frisamos as pesquisas de Lacerda (2013), Paiva (2010) e Silva (2008). Cabe expormos que o movimento de mulheres reunia majoritariamente a mulher migrante: “mãe, esposa, trabalhadora rural, dona de casa, professora, catequista, agente de pastoral, coordenadora de grupos e associações, sindicalista, entre outras categorias” – mulheres que deixaram suas marcas no processo de ocupação e organização social da Transamazônica (SILVA, 2008, p. 64). Nesse período, as péssimas condições de vida eram transformadas em questões sociais e, conseqüentemente, frentes de ação das mulheres. Entre as questões, a educação, a saúde e o combate à violência eram pautas recorrentes. Contudo, para Lacerda (2013, p. 165),

Ao longo do processo de formação da mobilização social na Transamazônica, estes temas ocuparam um lugar relativamente secundário no contexto mais amplo das reivindicações. É possível mesmo dizer que tais temas foram obliterados por demandas entendidas como sendo fundamentais, como a questão fundiária. Este processo de construção de demandas prioritárias na Transamazônica resultou em melhorias importantes na vida da população, mas, por outro lado, colocou em segundo plano outras frentes de ação, o que provocou a invisibilidade das formas de mobilização feminina.

A priorização de pautas é comum no contexto dos movimentos e lutas sociais e impõe desafios ainda persistentes para a organização das mulheres. Logo, consideramos que a sobreposição de conflitos sociais e ambientais presente na região Transamazônica contribuiu para a invisibilidade das pautas trazidas pelas mulheres. Porém, não podemos desconsiderar a relação dessa obliteração com a secundarização das pautas que envolvem a reprodução da vida, dimensão privilegiada pelas mulheres em suas mobilizações. Ademais, esses são

desafios presentes inclusive na abordagem sobre os “movimentos sociais” que invisibilizam a participação das mulheres, “de modo que só se reconhece tal participação quando elas [as mulheres] protagonizam movimentos de caráter feminista” (LUSA, 2017, p. 1).

Apesar disso, a participação das mulheres foi fundamental para a criação de importantes movimentos mistos, tais como o *Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica* (MPST) e o *Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu* (MDTX), ambos gestados por lideranças populares, sendo, em sua maioria, mulheres. As mulheres também passaram a atuar nos sindicatos e partidos políticos, conforme podemos apreender no relato de Cipó sobre sua experiência de militância:

Então, foi nas CEBs de juventude que eu me tornei a militante da igreja. Eu fui dar aula de catecismo. E eu fui atriz da igreja aqui do Bairro do Recreio, da Igreja Nossa Senhora de Nazaré. Passei assim uma fase de praticamente uns 8 a 10 anos na base da Igreja. Eu fiz muita formação pela CEBs. Política, entendeu? Nós íamos pra Betânia, ficava lá na organização da Igreja pela Prelazia do Xingu. Quinta, sexta, sábado e domingo só em formações, tudo. Então isso tudo já foi me levando pra esse campo da luta, da organização, dos movimentos sociais. E depois eu me inteirei no sindicato, que eu faço parte até hoje. Desde o início dos anos 1980, que eu entrei no Estado, fiquei em Altamira, me filiei ao sindicato da educação. E depois, em meados dos anos 1980, com o surgimento do Partido dos Trabalhadores, aí o nosso grupo, que discutia política sindical e social, já se filiou no PT. E eu também me filiei no PT (CIPÓ, entrevista, 2017).

A experiência militante no partido irá culminar com a participação de Cipó no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres. O mesmo ocorreu com Jucá.²²⁵ Consideramos que essa experiência de militância foi mobilizadora de uma consciência política ou consciência militante, que, nos termos de Iasi (2002, p. 38-39), significa “[...] uma consciência associada, coletiva, que se vê como sujeito coletivo de uma transformação necessária”. Evidente que também é política a consciência dos sujeitos coletivos que querem manter a ordem. Cipó refere-se a Jucá ao lembrar esse momento inicial e as ações de mobilização,

Então, quer dizer, todas nós aqui, inclusive essa nossa amiga Jucá, que eu conheci ela também jovem, ela trabalhava na escola e eu fui trabalhar na escola que ela já estava, então eu sempre convidava: “Bora, Jucá, pra luta? Bora lá no nosso Partido? Bora lá pregar panfleto?”. Que nessa época a gente pregava panfletinho na rua à

²²⁵ A consciência negra apareceu como uma dimensão importante e articulada à consciência militante feminista. Consideramos que esse processo se relaciona a uma consciência de que a identidade racial não se desdobra naturalmente em solidariedade de sexo/gênero, o que “fez as mulheres negras exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros” (CARNEIRO, 2003, p. 120). Conforme aponta Carneiro (2003, p. 120), “essas avaliações vêm promovendo o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar nelas a agenda específica das mulheres negras”.

noite, de madrugada e nos postos. Naquela época a gente podia pregar nossos panfletos nos postos. Aí a gente saía de madrugada (CIPÓ, entrevista, 2017).

A experiência militante de Cipó e Jucá não foi a da maioria das mulheres migrantes da Transamazônica. Apesar disso, não se pode negar a expressividade do número de mulheres que tomaram cargos – principalmente em escolas – e se forjaram lideranças, o que implica dizer que em sua totalidade “as mulheres dessa região não se encontravam segregadas ao seio do grupo familiar, elas participavam ativamente de outros espaços do âmbito societário” (SILVA, 2008, p. 303). Castanheira, antes de se tornar liderança do movimento de mulheres, atuou no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, desencadeado pelo caso dos meninos emasculados.

E então, com toda essa violência contra as crianças, nós, o movimento social, a Igreja Católica, na pessoa de Dom Erwin e do Padre Sávio, fortalecemos o movimento social e cobramos do prefeito de Altamira a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isso tudo como uma prova de um instrumento de luta contra essa violência e por justiça contra a impunidade. E então, em 1991 foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que eu já fiz parte desse primeiro conselho, nessa luta (CASTANHEIRA, entrevista, 2017).

Da participação e do fortalecimento das mulheres nesses diversos espaços, somados à emergência de suas demandas e ao fomento da igreja para a reflexão sobre a igualdade de direitos – que teve como marco a Campanha da Fraternidade de 1990 com o tema “Mulher e Homem: imagem de Deus” –, em março de 1991 é criado o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade*. Castanheira destaca o processo de criação do movimento em sua fala:

Então, com a campanha da fraternidade nós juntamos um grupo de mulheres, as mulheres de Altamira e de Brasil Novo, nosso município vizinho, porque na época Brasil Novo não era ainda emancipado, então nós juntamos um grupo de mulheres de Brasil Novo e um grupo de mulheres de Altamira e aí nós discutimos bastante da importância, à luz da Campanha da Fraternidade, que incentivava as mulheres a se organizarem para lutar por seus direitos e combater a violência, a discriminação. Nós discutimos bastante e decidimos criar um movimento de mulheres que teve o nome de Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade [...]. Foi em 1991. Daí esse movimento foi criado, e nós lançamos oficialmente o movimento, fizemos nesse dia 8 de março de 1991, Dia Internacional da Mulher, fizemos uma passeata. Pela primeira vez as mulheres foram às ruas de Altamira. Uma passeata falando contra a violência às mulheres, contra a violência às crianças. E então foi muito importante, foi uma surpresa muito grande, Altamira ainda era muito pequena, foi uma surpresa muito grande as pessoas verem as mulheres na rua com cartaz, reivindicando, denunciando e tal. Eu fui a primeira coordenadora, mesmo sem saber de muita coisa tive que assumir esse movimento. E aí o movimento de mulheres foi tomando corpo, foi se juntando aos outros movimentos pela sobrevivência na Transamazônica e Xingu (CASTANHEIRA, entrevista, 2017).

Portanto, as condições para a criação do Movimento de Mulheres na região “remetem, por um lado, à Campanha da Fraternidade da Igreja Católica de 1990 e, por outro, às formas de organização femininas preexistentes” (LACERDA, 2013, p. 161).²²⁶ Por ocasião da criação do Movimento de Mulheres, o qual entendemos como “conjunto das articulações e mobilizações sociais protagonizadas pelas mulheres em torno de conflitos sociais, a partir dos quais elas formulam suas causas e enfrentam seus antagonistas” (SILVA, 2016, p. 31), as pautas antes secundarizadas passam a ter maior destaque, conforme se referiu Castanheira ao lembrar da primeira manifestação especificamente de mulheres em Altamira. A articulação das mulheres contribuiu sobremaneira para fomentar a organização de mulheres em outros municípios:

Junto às Comunidades Eclesiais de Base e todas essas lutas aí, a gente foi crescendo a militância, mais trabalho, outros movimentos, criando outros movimentos de mulheres na região. Fomos nós que ajudamos nos onze municípios da região, fomos nós, Altamira, que ajudamos as mulheres a criar seus movimentos de organização nos outros municípios. E assim, articulando com o MCC Pará, o movimento foi crescendo e teve grande repercussão em nível nacional e internacional pela luta das mulheres, sempre na defesa contra a violência, a impunidade e por justiça e tal (CASTANHEIRA, entrevista, 2017).

O *Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade* tinha uma atuação regionalizada e estimulava a multiplicação de associações nos municípios vizinhos. Nos documentos do movimento, sua identificação tem a seguinte descrição:

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade – MMTCC reúne as mulheres militantes do movimento social de todos os municípios da área de influência que vai do município de Pacajá a Placas, se estendendo aos municípios de Vitória Xingu Senador e Porto de Móz. Em cada município existem associações e movimentos de mulheres articuladas por um comando central que se encontra no município-sede, Altamira, e que se reúne periodicamente para fazer trabalhos de avaliação e definir suas diretrizes.

²²⁶ Não nos cabe aqui aprofundar a relação da religião com os movimentos de mulheres e lutas feministas. Porém, cabe reconhecermos os desafios que as religiões e suas ideologias impõem ao feminismo e os limites das discussões empreendidas nos espaços religiosos mesmo nos setores mais progressistas, como foi o caso da Teologia da Libertação. Registramos ainda a *Teologia Feminista* como espaço de produção do conhecimento e movimento político que problematiza os dogmas dentro do catolicismo naquilo que diz respeito a temas como aborto, ordenação de mulheres, “desconstrução da moral cristã tradicional”, ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos e gênero. No Brasil, a organização feminista “Católicas pelo direito de decidir” é referência nesse debate. Para informações sobre o grupo, consultar: <http://www.catolicasonline.org.br/>.

Porém, apesar da diversidade de sujeitos em sua composição,²²⁷ nos chamou atenção a ausência ou insipiente presença de mulheres indígenas e ribeirinhas. A atuação do movimento de mulheres se direcionava tanto às autoridades – demandando medidas concretas, como a criação de políticas públicas e o cumprimento de leis – quanto aos agressores e violadores (LACERDA, 2013).²²⁸ Para Lacerda (2013, p. 163),

As mobilizações, neste sentido, cumpriam com o duplo objetivo de se mostrarem visíveis tanto aos maridos que batiam e matavam suas mulheres, aos criminosos que sequestravam e mutilavam crianças desassistidas, quanto às autoridades, que tinham o dever de prevenir, investigar e punir os culpados. Ainda assim, o Estado é responsabilizado pelo descumprimento de direitos e, como tal, é chamado a atuar não como um mediador neutro (SIMMEL, 1964b), mas como um terceiro membro ativo na defesa do povo violado em seus direitos.

Na interpretação de Lacerda (2013), ao requisitar e eleger o Estado como representante de seus interesses, o movimento afirma a legitimidade de sua “luta”. As conquistas da pressão social junto ao Estado – por exemplo, a criação da delegacia especializada em crimes contra as mulheres – fortalece a ideia da força popular e, em certa medida, desloca a análise do Estado também como parte da engrenagem que produz as violências combatidas pelo movimento. Essas pautas correspondem a uma tendência do movimento de mulheres e feminista em todo o País, que na década de 1990 passa a atuar na defesa das políticas públicas para as mulheres.²²⁹ Para Lacerda, trata-se de um suposto apartamento entre as esferas do Estado e do “povo” propriamente dito. Ela diz: “De um lado, o Estado, visto como uma

²²⁷ Faziam parte do MMTCC as seguintes organizações: Associação das Mulheres Agricultoras do Assurini Altamira; Associação das Mulheres do Campo e da Cidade de Porto de Moz (Emanuela); Associação das Mulheres Trabalhadoras do Município de Brasil Novo (AMTBRAN); Associação das Mulheres Trabalhadoras do Setor Gonzaga Altamira (Asmag); Associação de Mulheres Agricultoras Artesãs do Itapuama e Região (Amaair); Associação de Mulheres do Campo e da Cidade de Placas (Ampap); Associação de Mulheres do Município de Pacajá (Asmup); Grupo de Mulheres do Bairro Esperança – Altamira; Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade de Uruará; Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA); Movimento Fraternal das Mulheres Lutadoras de Anapu; Sindicato das Domésticas de Altamira.

²²⁸ Apesar do processo de institucionalização e expansão de organizações dos movimentos sociais na região, nas décadas de 1990 e 2000 o movimento de mulheres não fez parte desse processo. Em 2010, estimava-se a existência de 100 organizações não governamentais (ONGs) na região da Transamazônica, contagem que exclui as organizações da Igreja Católica, como a CPT, a Pastoral do Menor e as CEBs (LACERDA, 2013).

²²⁹ Por outro lado, “autoras como Alvarez (1998), Castro (1997), Curiel (1998), demarcam este período como um momento de grandes tensionamentos no interior do feminismo latinoamericano, com rebatimentos na contemporaneidade. Isto porque as experiências de uma “redemocratização” mediante reformas no Estado impulsionaram os movimentos sociais, entre eles o feminista, a reatualizar sua crítica frente ao Estado. [...] O questionamento em torno da autonomia também se desenvolveu em torno do reconhecimento das diferentes opressões vivenciadas pelas mulheres e do seu núcleo comum, que possibilita a construção de uma identidade coletiva. Fenômeno este que provocou uma atualização das demandas feministas alimentando seu questionamento da totalidade da vida social, com a centralidade do confronto ao patriarcado, ao capitalismo e as formas tradicionais do fazer política, radicalizando a contradição entre os interesses das mulheres, o papel do Estado e os interesses de classe” (GURGEL, 2010, p. 7).

engrenagem movida por interesses próprios, que, contudo, interrompe seu *modus operandi* quando o ‘povo’ se faz ouvir” e, de outro, “o ‘povo’, produto da ação coletiva que precisa manter-se em constante alerta, em constante vigilância, ou seja, em perene estado de vigília” (LACERDA, 2013, p. 167). Contudo, essa percepção sofrerá deslocamentos no contexto de agravamento dos impactos de outros grandes projetos na região, como é o caso da barragem de Belo Monte, em que as lutas serão mais acirradas e a guerra instaurada apontará as dimensões estruturais dos problemas que assolam a região.

Além da questão da violência doméstica contra as mulheres – tema propulsor da mobilização do MMTCC –, as conquistas alcançadas pelo Movimento de Mulheres abrangeram outras pautas. Segundo Lacerda (2013, p. 165),

Conectadas a processos de mudanças característicos dos anos 1990, as integrantes do Movimento de Mulheres reivindicaram seus direitos e cobraram o cumprimento das leis em Altamira e nas adjacências. Um bom exemplo dos frutos da militância na região é a formação dos Conselhos Tutelares logo nos primeiros anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. Enquanto o processo de implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (que é um passo anterior à criação dos Conselhos Tutelares) ainda tramitava em Belém, em Altamira, o Conselho Tutelar já havia sido implantado e Antônia Melo, Rosa Pessoa, Maria Ivonete Coutinho, Senhorinha e outras conselheiras estimulavam os municípios vizinhos no mesmo sentido. Também por meio das ações do Movimento de Mulheres os Conselhos de Saúde foram implantados na cidade de Altamira e a merenda escolar foi regulamentada.

Isso nos permite aferir que o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade*, mobilizado pelas experiências individuais e coletivas, apesar do destaque para os casos de violência doméstica, tinha uma atuação que extrapolava os temas de uma agenda feminista “clássica”. Afinal, a participação em espaços de defesa das crianças e adolescentes não representa de pronto uma luta feminista, uma vez que as mulheres estariam nesse espaço a partir de um lugar socialmente determinado de mães em defesa de seus filhos. Contudo, inspiradas na análise de Silva (2016) sobre o envolvimento das mulheres populares nas mobilizações diante da crise de abastecimento de alimentos na Revolução Francesa, podemos aferir que a saída das mulheres de seus lugares comuns, retirando-as mesmo que temporariamente das atividades domésticas, “por um lado, já desloca o que é entendido como o lugar social das mulheres”. Ademais, os enfrentamentos que essas mulheres travaram na luta por direitos também “desloca sobremaneira a noção de mulheres como seres pacíficos e submissos” (SILVA, 2016, p. 27).

Assim, podemos afirmar que “o final da década de 1980 e início de 1990 foi um momento de grande efervescência da organização da população de Altamira e da região da

Transamazônica” (PAIVA, 2010, p. 124). Sobre esse momento, Castanheira destaca ainda a criação da *Fundação Viver, Produzir e Preservar*.²³⁰

Nessa mesma época foi criada a Fundação Viver, Produzir e Preservar, que é uma entidade que se juntava a todos os movimentos, sindicatos, movimentos de mulheres da região. Então, nós fomos fortalecendo esse grupo de organizações contra esse tipo de violência das crianças, a violência contra as mulheres e a violência institucional da negação de direitos para a população dessa região em relação a saúde, a educação, a crédito para os agricultores, a estradas. Várias bandeiras se juntaram nesse momento com esse grande movimento. A igreja sempre junto, Dom Erwin. Daí esse movimento, tanto o Conselho Municipal da Criança quanto o movimento de mulheres praticamente trabalharam esses anos todos contra a violência, contra a impunidade e por justiça. Fizemos vir aqui representantes do governo da época, Ministro da Justiça, enfim, tudo... reivindicação de melhor estrutura pra polícia, denunciemos que nessa, depois, uns quatro anos depois uma mulher por motivos de defesa assassinou o marido e aí ela ficou presa junto com os homens na delegacia, nós denunciemos. Isso aí deu muita repercussão (CASTANHEIRA, entrevista, 2017).

As várias situações de violência, notadamente o assassinato de mulheres e os casos de violência contra crianças na região, foram as pautas centrais para a organização das mulheres e a visibilização das pautas antes secundarizadas. Para Castanheira, a violência contra as mulheres era vista “com muita naturalidade pela população de Altamira e a forma como a polícia e a Justiça lidavam com os casos (re)produzia esta visão, resultando na impunidade dos agressores e na perpetuação da violência” (LACERDA, 2013, p. 162). Porém, as próprias militantes não estavam isentas da experiência da violência doméstica, tanto pela sua expressão direta como indireta, através da desestabilização das relações domésticas, sobretudo com os esposos, provocadas pelas mudanças que decorriam da militância. Participar de eventos, reuniões, viagens, implicava um menor tempo das mulheres dedicado às atividades domésticas e à disponibilidade integral à casa, ao cuidado com os filhos e à prática sexual. Tais situações provocavam deslocamentos nas expectativas socialmente imputadas às mulheres, dentro e fora do contexto doméstico.²³¹

²³⁰ A Fundação Viver Produzir e Preservar é uma organização sem fins lucrativos, situada na região da Transamazônica, com sede no município de Altamira, oeste do estado do Pará; foi fundada em 1991 pela iniciativa das organizações camponesas, movimentos pastorais e populares urbanos e de educadores da Rodovia Transamazônica e do Rio Xingu, mas sua atuação como movimento social organizado ocorre desde a primeira metade da década de 1980, após o abandono do projeto de colonização da região pelo Governo Federal. Sua atuação inicial contou com o apoio de movimentos pastorais das Comunidades Eclesiais de Bases da Igreja Católica, movimentos políticos e sociais que lutavam pela redemocratização do país, sendo que sua atuação social e política estava em sintonia com os demais movimentos de organização social que eclodiam no Brasil e na América Latina. Informações disponível no site: <https://www.fvpp.org.br/index.php/conheca/quemsomos>.

²³¹ Paula Lacerda (2015, p. 141), ao destacar o movimento das mães dos meninos emasculados de Altamira, também chama atenção para este fato. Conforme ela destaca, “Se, por um lado, a militância comparece como uma parte central na gestão do luto das mulheres entrevistadas, por outro lado, o engajamento desestabiliza as relações domésticas, especialmente a relação com os maridos”.

Em outras situações, o engajamento no Movimento de Mulheres ensinava a perceber certas situações como atos de violência. Lacerda (2015, p. 144), em sua pesquisa sobre as mães dos meninos emasculados, traz o caso de Esther, que teve seu casamento finalizado “após ter assumido o compromisso de fazer visitas constantes à delegacia, participar de passeatas, envolver-se em atividades que dividiam o tempo antes dedicado ao marido, à filha e à casa”. Consideramos que a experiência de Esther não é um fato isolado e compõe os deslocamentos da cotidianidade promovidos pelos espaços de luta coletiva das mulheres:

trata-se de um pensar-se, um questionar-se sobre o “ser mulher”, resultando numa discursividade social e política construída a partir da militância em um movimento social. Seja porque os próprios movimentos promovem esse pensar-se, seja porque essa dimensão de sua identidade (e os vários elementos que a constituem) entra em conflito com outras dimensões (CRUZ, 2008, p. 122).

Portanto, a *luta feminista* foi central para o questionamento das mulheres sobre suas experiências pessoais cotidianas e o contexto social nos quais estavam inseridas.

Por fim, consideramos que a luta das mulheres no contexto da Transamazônica apresenta um horizonte de apreensão das violências que extrapola a pauta da violência doméstica ou aquela praticada por parceiros íntimos e considera pautas não comuns às lutas prioritárias da agenda dos movimentos feministas. Na nossa compreensão, essa preocupação se consolidará após a retomada do projeto de construção de Belo Monte nos anos 2000. As mulheres foram protagonistas nas lutas contra a construção da barragem, seja atuando nos movimentos específicos ou nos chamados movimentos mistos, tema a ser desenvolvido no próximo item. Cabe antecipar, todavia, que as lutas das mulheres por dignidade, justiça e contra as *violências dos grandes projetos*, desde a colonização, se constituem em enfrentamentos proeminentes ao desenvolvimento dependente e as relações que estruturam desigualdades – logo, não devem ser minimizadas no contexto das demais lutas sociais.

4.2 A luta das mulheres contra a violência estrutural e por direitos no contexto da UHE de Belo Monte

Em 1989, o governo da ditadura já falava de construir as usinas, as hidrelétricas no Rio Xingu. Nessa época tinha o nome de Kararaô, então, além da luta de defesa dos direitos das mulheres, das crianças, também tínhamos a luta contra o barramento do Rio Xingu. O Rio Xingu já vinha sendo ameaçado. Em 1989 os indígenas pararam essa, fizeram o governo cancelar esse empreendimento Kararaô, mas cada governo que entrava cada ano se sabia que ele tinha interesse de construir as barragens no Rio Xingu. E quando veio os anos 2000, o governo Fernando Henrique anunciou que iria construir as barragens no Rio Xingu com o nome de Belo Monte porque os índios haviam proibido que falasse de Kararaô que era o grito de guerra deles. E então foi uma correria dos movimentos sociais novamente, e nos reunimos e tiramos representantes desse grande movimento. Nós éramos cinco pessoas, quatro sindicalistas e eu de mulher.

Castanheira (2017)

A presença das mulheres nas lutas por ocasião da construção de Belo Monte remonta ao evento protagonizado pela indígena Tuíra, destacado nos capítulos anteriores. Naquela ocasião, a resistência dos povos indígenas, central para a suspensão do projeto que pretendia construir um conjunto de hidrelétricas no Rio Xingu, ecoava a defesa dos seus territórios e denunciava as previsíveis e nefastas consequências socioambientais de projetos dessa natureza. Com a retomada do projeto da barragem nos anos 2000, o movimento de resistência a Belo Monte se amplia com o envolvimento de sindicatos, organizações não governamentais, movimentos de mulheres, entre outros.

O Movimento de Mulheres continuará a reunir mulheres de diversos grupos e também irá se fazer representado em outros movimentos, tais como o movimento negro, movimento sindical, de trabalhadoras rurais, até a participação em entidades criadas nos anos 2000, como o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS). Todavia, as lutas das mulheres no contexto de Belo Monte não se produzem apenas nos espaços organizados: elas se manifestam também e principalmente na sobrevivência diária e resistência individual às violências cotidianas. Logo, compreendemos as lutas tanto como empenho das pessoas na mobilização social como em situações da vida pessoal (COMERFORD, 1999).

Desse modo, as lutas das mulheres no contexto de Belo Monte são múltiplas e transportam tanto a experiência dos movimentos populares surgidos com a Transamazônica como se forja no cotidiano do “novo”, pela dimensão e abrangência dos impactos da barragem

e pela agudização da *sobreposição dos conflitos* na região. Reconhecer essa multiplicidade de lutas e sujeitos implica também admitir os limites de apreensão dessas lutas – que ocorrem no espaço coletivo e individual – e a necessidade de um recorte empírico tendo em vista um maior aprofundamento da análise e evitar o risco de negligenciar lutas tão importantes quanto particulares. Assim, privilegiamos as lutas das mulheres organizadas em dois movimentos: o *Movimento Xingu Vivo para Sempre* e o *Movimento dos Atingidos por Barragens*. Para a sistematização desse item, contamos com o diálogo de dez – entre as dezesseis – interlocutoras desta pesquisa, oito delas participantes do MXVPS e duas do MAB. Com origens, características e alcance distintos, tais movimentos têm em comum o protagonismo das mulheres e o enfrentamento à barragem – mesmo que sob perspectivas e caminhos distintos.

4.2.1 O MXVPS e as mulheres do Xingu

A quantidade de militantes entrevistadas do MXVPS tem relação com a abrangência de sujeitos coletivos que o compõe. Conforme destaca Fonseca (2018, p. 186),

[...] o Movimento Xingu Vivo para Sempre foi ao longo dos últimos nove anos (desde sua criação em 2008 até o presente momento em 2017) o principal movimento social que conseguiu capitanear e articular diversos atores sociais (no âmbito nacional e internacional) contrários à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Além de problematizar e divulgar outros grandes projetos hidrelétricos previstos para serem construídos na Amazônia (como o Complexo Hidrelétrico do Tapajós e a Usina Mineradora Belo Sun).

O MXVPS é herdeiro direto de articulações e movimentos sociais que surgiram na região de Altamira, principalmente do Movimento de Mulheres.²³² Teve como marco de criação o encontro realizado em maio de 2008 na cidade de Altamira, que reuniu diversos sujeitos sociais – indígenas, ribeirinhos, movimentos de mulheres, juventude, trabalhadores rurais e urbanos, pesquisadores e militantes de diversas áreas – para debater os impactos dos projetos hidrelétricos na bacia do Rio Xingu retomados pelo Governo Federal à época. Sobre a criação do MXVPS, Herrera e Moreira (2013, p. 141) destacam que

²³² Fonseca (2018) destaca também o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPSTA) e o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX).

A concretização do movimento se deu a partir de um grande encontro, que aconteceu entre os dias 19 a 23 de maio de 2008, denominado “Encontro Xingu Vivo”. Na ocasião estiveram durante os dias de discussões e reivindicações mais de 800 indígenas da bacia do Xingu, agricultores, ribeirinhos e moradores das cidades. No ponto alto do encontro os indígenas conclamaram que o movimento não deveria se caracterizar apenas como uma luta indígena, mas se constituir como o primeiro da história em que os movimentos sociais, os não indígenas e diversos outros sujeitos congregassem na luta, como uma única força, ação coletiva, de índios e não índios em defesa do rio, da terra, da diversidade de povos, enfim, uma ação conjunta em defesa da vida. Com o término do encontro, o movimento de defesa da bacia do Rio Xingu passou a ser chamado de movimento Xingu Vivo Para Sempre, que uniu todos os povos envolvidos na defesa de direitos históricos, culturais e naturais do território. Hoje a luta do movimento não se detém apenas à resistência, mas agrega a discussão de propostas para o desenvolvimento sustentável das populações e dos recursos naturais do território.

Castanheira, uma das coordenadoras, destaca abaixo as motivações do “Encontro Xingu Vivo” e alguns dos seus desdobramentos:

Em 2008, os indígenas nos chamaram para realizar um encontro para chamar as autoridades, para marcar nossa posição, dos indígenas e nossa, contra Belo Monte. Esse encontro aconteceu em maio, de 19 a 23 de maio de 2008, também foi muito participativo, mas o governo ignorou. E já estava na entrada do governo Lula, e nós tivemos uma esperança de que as coisas pudessem melhorar. Mas, pelo contrário, só piorou, e o governo fez vistas grossas, não escutou ninguém e empurrou Belo Monte goela abaixo. E hoje a gente sabe para que é Belo Monte: para a corrupção, para a propina, para as campanhas, para a destruição da vida, principalmente, questão da vida, do meio ambiente, dos nossos rios, dos nossos peixes. E então começou tudo muito rápido, começou então a expulsão das famílias. Primeiro as famílias agricultoras, depois as famílias ribeirinhas, depois as famílias da cidade. Cada uma dessas categorias com alto grau de crueldade, de crimes, enfim, de desumanidade, de negação de direitos, desrespeito aos direitos humanos das pessoas. E, com tudo isso, nós também acompanhamos todo esse processo, foram 25 ações civis públicas que o Ministério Público Federal impetrou na Justiça contra Belo Monte sobre a situação dos indígenas, situação das famílias, sobre a ilegalidade de Belo Monte, tudo isso daí. Mas o Judiciário estava junto com os governos e as empresas, e assim concedeu Belo Monte os resquícios da ditadura militar [...]. Então esse projeto, esses projetos de construção de barragem, de mineração, todos esses monstros projetos, que isso não é grande, não, porque grande pra nós, a gente já definiu o que é grande pra nós: grande é aquilo que dá alegria, satisfação, que dá vida, que enaltece as pessoas, que dá felicidade, que dá esperança, que renova a esperança, a fé. Isso é grande pra nós. Esses projetos, a exemplo de Belo Monte, são monstros destruidores da vida, da vida como um todo. Então, esse é um tipo de violência que nós, e a nossa proposta é buscar todas essas situações e denunciar e peitar, fazer tudo pra processar o governo, os juízes e as empresas, os donos de Belo Monte. Isso não pode ficar no vazio, porque todos esses empreendimentos ficam no vazio, o prejuízo, a doença das pessoas, tudo isso não é levado em conta e são impactos irreversíveis na vida das pessoas (CASTANHEIRA, entrevista, 2017).

A citação é longa, mas importante ao sintetizar o processo que envolve Belo Monte à luz dos movimentos sociais da região. Por um lado, expõe a destruição e as consequências trazidas pela obra e, de outro lado, indica que “o campo de possibilidade da ação tática dos grupos sociais é construído e vivido à base da experimentação cotidiana, da ousadia e da proscricção” (FREITAS, 2003, p. 183). Consideramos a criação do MXVPS como importante

espaço de luta política que, a partir da experiência contra a barragem, se destacará como exemplo de articulação e radicalidade nas ações.

Atualmente, o MXVPS é composto por um coletivo que vai desde grupos de mulheres que atuam na Transamazônica e Xingu com projetos que abordam questões como o combate à violência contra a mulher, o debate sobre o racismo até pesquisadores e ativistas de diferentes áreas que, a partir de uma crítica ao desenvolvimento capitalista, atuam na defesa dos direitos humanos e da justiça socioambiental. A coordenação tem à frente mulheres, mas o MXVPS é um movimento “misto” e aberto, conforme consta em seus documentos:

O Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) é um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no Rio Xingu. Além de contar com o apoio de organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais, o MXVPS agrega entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas.

O MXVPS protagonizou diversas ações que marcaram as lutas contra Belo Monte, desde ações diretas, como a mobilização para ocupação do canteiro da UHE de Belo Monte, a articulação junto a movimentos, grupos e entidades não governamentais nacionais e internacionais; o levantamento e acompanhamento dos impactos socioambientais causados pela barragem, contribuindo na formulação de documentos importantes sobre a questão;²³³ até a luta por direitos dos atingidos através de um trabalho de pressão junto ao Ministério Público da União e Defensoria Pública Estadual e Federal. Entre as pautas, o relevo estava na denúncia dos impactos da barragem e na luta por direitos dos(as) atingidos(as) por Belo Monte. Isso confirma, na direção do que apontou Freitas (2003, p. 183), que, “mesmo que a violência tende a diluir a liberdade de ação e expressão de cada um e da coletividade”, há brechas e fissuras inscritas nas relações sociais que supõem um campo de mobilidade, de luta, de resistência.

Além disso, no período da pesquisa de campo, ao experienciar a dinâmica do MXVPS e das suas militantes – através da participação em reuniões, mobilizações, audiência pública e da permanência quase diária nas instalações do movimento –, foi possível apreender a diversidade de demandas e encaminhamentos que se desdobram da atuação do movimento,

²³³ Como exemplo, podemos citar a articulação do MXVPS com outras organizações, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que conseguiu levar o caso de Belo Monte para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em abril de 2011, a CIDH/OEA apresentou ao governo brasileiro um documento solicitando oficialmente a suspensão das obras de Belo Monte (BERMANN, 2012, p. 18-19).

principalmente das mulheres que ali estão em seu cotidiano. Desde a garantia de uma alimentação para uma ribeirinha e indígena em trânsito em Altamira, acompanhamento de denúncias de violência doméstica, das precárias condições de atendimento na saúde pública, até demandas relacionadas diretamente à barragem – como os despejos forçados e os casos de indenização, entre outros.²³⁴ Essa dinâmica reflete sobremaneira na rotina dos movimentos populares forjados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se constituíram como espaços para reflexão, organização e também de apoio e solidariedade (LACERDA, 2015; SILVA, 2008). Essa influência pode ser também percebida no movimento de mulheres não urbanas em várias regiões do País.²³⁵

As mulheres do MXVPS também estão presentes em outros movimentos, como é o caso de Andiroba, que é a presidenta da associação chamada *Tioporemon*, criada para representar os direitos dos(as) indígenas ribeirinhos(as). Segundo destaca Andiroba,

Então a gente tá nessa luta. A nossa associação é uma associação nova. Ela foi fundada em 2013, por necessidade de nós lutar pelos nossos direitos, que foi brutalmente violado. Então, a gente tá nessa luta aí. Eu sou a presidente. A gente luta no coletivo [...]. Hoje nós temos o PBA componente indígena. Então pra nós tudo é uma conquista. O direito da dupla moradia, também nós conseguimos o direito do reassentamento, nós também conseguimos rural. Então, todos os direitos que nós vem brigando, nós temos conseguido através de minha luta com todo o coletivo. Através disso aí nós tivemos inspeção com a doutora Taís. Tivemos audiência pública e agora o Conselho Ribeirinho, que isso fortaleceu também a nossa luta. Então, nós tamos recebendo também as nossas terras. O PBA componente indígena, eles vão executar ainda depois que nós fazer um seminário, porque eles não executaram ainda porque na época nós ficamos de fora [...] (ANDIROBA, entrevista, 2017).

Andiroba destaca a importância da luta na inclusão dos ribeirinhos no PBA indígena – *Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena*, que deveria garantir os recursos para a realização de ações de prevenção e mitigação dos impactos socioambientais aos povos indígenas atingidos pela usina de Belo Monte. Cabe dizer que esse projeto deveria ter sido pactuado antes do início das obras em 2011, mas, até o momento da entrevista, em maio de 2017, o projeto não havia sido executado a contento, e ainda se questionava sobre a inclusão ou não dos indígenas ribeirinhos. Originalmente concebido e aprovado como Programa Médio

²³⁴ Em um dos dias no MXVPS, acompanhei a elaboração de um documento endereçado ao Secretário Estadual de Saúde que denunciava as péssimas condições dos atendimentos nos hospitais do Estado, inclusive na capital, e solicitava atendimento para o filho de uma das ativistas do MXVPS que se encontrava, naquela ocasião, no corredor de um hospital de Belém aguardando atendimento para tratamento de um câncer. Também acompanhei o grupo na ida a Superintendência Regional de Polícia e na Delegacia Especializada das Mulheres, para solicitar os dados de assassinatos e estupros de mulheres e atualizar as ocorrências do último ano. Os dados seriam utilizados nas mobilizações do 8 de março.

²³⁵ Sobre esse tema, ver Salvaro e Wolff (2013).

Xingu (PMX), o PBA-CI vem sendo implementado com diversas irregularidades, ilegalidades e imposições unilaterais pela Norte Energia, somando-se aos efeitos deletérios do até então implementado *Plano Emergencial Indígena*, pelo qual a Norte Energia distribuiu, de forma clientelista, mesadas, bens de consumo e mercadorias às aldeias, e ajudou a desarticular, entre 2010 e 2012, as Terras Indígenas da região (ISA, 2015). Na narrativa abaixo, Andiroba destaca também os processos de luta e disputa por direitos no contexto de Belo Monte junto às instituições estatais e a Norte Energia:

Nós chegamos na Funai e tinha emergencial pros índios ribeirinhos. Ah! Vocês têm direito de pedir um motor, material de casa de farinha, não sei o quê. Então nós ia lá fazer esses pedidos todo mês. Só que, pra receber, nós não recebia. Até quando foi um determinado dia a Funai foi e falou assim: “Vocês não vão receber mais, a Norte Energia cortou, se vocês quiserem receber mais se vira com a Norte Energia”. Aquilo pra nós foi uma afronta, foi uma afronta. Aí o que eu fiz, passei uma noite todinha sem dormir. Aí eu agarrei, chamei foi uma Comissão e foi pro Ministério Público Federal. Fomos no Ibama, Ministério Público Federal, casa de governo, pintamos o sete por aí (ANDIROBA, entrevista, 2017).

O descumprimento das promessas e a ausência de critérios no processo de mitigações colocavam em questão o discurso da política com o da prática efetiva das instituições, desdobrando-se, nos termos de Freitas (2003), num discurso vazio que possibilita a criação de ações novas, como foi o caso da articulação dos povos ribeirinhos do Xingu. O plano emergencial citado por Andiroba foi uma “criação” da Norte Energia para “maquiar” e cooptar os grupos organizados indígenas residentes na área de impacto. Ao mesmo tempo, esse processo culminou com a criação do Conselho Ribeirinho em novembro de 2016 como instância principal para conduzir o processo de reconhecimento das famílias e dos critérios e áreas para o reassentamento dos(as) ribeirinhos(as) impactados(as) pela barragem.

Outro exemplo da organização forjada no contexto de Belo Monte foi o movimento de mulheres por moradia. Ninféia, moradora do “Baixão do Tufí”, relata o início da mobilização por moradia a partir da decisão de parar uma das obras da Norte Energia na área urbana de Altamira como tática de reivindicar as indenizações não pagas pela empresa às famílias atingidas:

No primeiro dia a gente só ficou lá, na cara e na coragem, minha filha. O sol tava quente, e viemos com a sombrinha e fomo embora. Cheguelo lá e os menino tavam com a gente. “Olha, nós viemos aqui, viemos parar o serviço de vocês e vocês não vão trabalhar, não”. Aí eles disse; “O quê?”, “Vocês não vão trabalhar, não”. Aí eles: “Você tá falando sério?”, “Nós tamo falando sério”. Aí eles: “Tá bom, pois vamos se sentar”. E todo mundo se sentou (risos). Só que o que tava na máquina continuou trabalhando e a gente mandando ele parar, ele não queria parar. E aí o rapaz pegou um caroço e sapecou... Aí eu disse: “Olha, a primeira foi esse caroço,

depois será a pedra agora”. Aí ele foi e parou e saiu. “E você chama o seu chefe porque nós vamos ficar é aqui e aí ficamos lá. Aí começou a bagaceira. Ligaram pra lá e eles vieram. Veio um, veio outro. Pensou que não era a polícia. E nós lá...A polícia veio, eu já... Eles vinham tipo querendo já bater. Ameaçar. Pegou o spray de pimenta pra jogar na gente. Tomou o celular, apagou as nossas imagens. Correu atrás das meninas. E depois, tipo, o primeiro dia, a gente passou o dia todo. Era um finalzinho da tarde quando a gente decidiu que iria ocupar mesmo. Aí foi quando a gente foi trazendo as nossas coisas. Aí a gente foi levando. Levamos fogão, levamos panela. [...] Os homens também ficavam com a gente, mas toda vez que a gente ia enfrentar alguma coisa era a gente. Era sempre nós mesmo. Ficava sempre, dava apoio. A maioria das coisas, das decisões mesmo, era nós (NINFÉIA, entrevista, 2015).

A narrativa acima destaca as mulheres não apenas como as principais atingidas por esse processo, mas também como protagonistas das lutas contra os impactos e a violência promovida por Belo Monte. Na imagem, podemos visualizar o início da ocupação:

Figura 8 – Ocupação das mulheres no “Baixão do Tufi”



Fonte: Movimento Xingu Vivo Para Sempre, abril de 2015.

Consideramos que episódios como esse, relatado por Ninféia, constituem lutas coletivas importantes que, além do objetivo mais imediato – como é o caso da luta por direitos –, deslocam “a concepção hegemônica sobre o que são e (devem ser) as mulheres”

(SILVA, 2016, p. 27). Apesar de as demandas serem construídas no cotidiano, evidenciamos um deslocamento dessa cotidianidade no reconhecimento de um lugar coletivo dessas mulheres. Para Cruz (2008, p. 122), no caso das mulheres militantes, o protagonismo e a afirmação de referências à sua vida como mulher pode significar um processo inicial de ruptura com a cotidianidade no sentido em que ela resulta de processos de reelaboração de sua identidade, não só na dimensão de gênero, mas também em várias outras dimensões, como a etnicidade, a sexualidade. A ocupação teve repercussão nacional em sites de notícias que destacam o caso da “Ocupação das mulheres do Baixão do Tufi” e a resistência das mulheres: “as mulheres impactadas pelas desapropriações ilegais e violentas realizadas pela Norte Energia S.A. continuam resistindo às máquinas pesadas, ameaças de funcionários da NESA e de policiais militares”. Essa ação teve o apoio direto do MXVPS e resultou na luta das mulheres por moradia em Altamira, o que nos faz considerar a centralidade que as lutas coletivas possuem, bem-sucedidas ou não, para a construção de uma determinada noção de pertencimento e identidade dos sujeitos envolvidos, e na visibilidade de questões antes percebidas como problemas individuais, no caso, a questão da moradia (COMERFORD, 1999).

Além disso, as conquistas, mesmo que resultem em pequenos “ganhos”, são destacadas e contribuem para fortalecer as lutas que não se encerram nessas “fissuras”. Assim, a despeito de a barragem ser um fato para a maioria, a luta não está ou não foi perdida, como destacaram Cipó e Jucá:

Então, muita coisa mudou de benefício de direito, de conquista para quem foi atingido diretamente, porque houve essa luta, entendeu. Essa luta aí, se não derrubou o trono da construção de Belo Monte, com a construção da barragem, mas ela também fez trazer muitos direitos que não iam chegar. Não iam chegar. E que vieram porque, principalmente, as mulheres se organizaram e fizeram o enfrentamento, entendeu? Isso foi bom. Se a gente não conseguiu derrubar barragem, mas a gente conseguiu fazer com que muitos direitos que não ia ser garantidos se tornaram garantidos (CIPÓ, entrevista, 2017).

Os pescadores, os ribeirinhos estão agora retornando para as suas terras, que foi uma luta nossa, do movimento, principalmente do Movimento Xingu Vivo, do qual eu faço parte (JUCÁ, entrevista, 2017).

Nessa direção, Cipó, também militante do Movimento de Mulheres e do Movimento Negro, destaca a abrangência dos impactos de Belo Monte e a articulação das mulheres em decorrência desse contexto.

Isso foi se dando gradualmente, foi um processo. Antes nós éramos, nós tínhamos a nossa organização, a nossa luta de mulheres, tudo, mas aí com essa luta aí que

terminou ferindo todas nós, inclusive as mulheres indígenas, ribeirinhas, extrativistas e tudo, serviu pra unificar o campo das mulheres. Você pode ver as mulheres indígenas, as ribeirinhas, as extrativistas, pescadoras, da mulher da água, mulher das florestas, entendeu, as mulheres urbanas, as mulheres negras, mulheres não negras, as mulheres professoras, juízas, profissionais liberais, não liberais, elas sentam conosco. Acreditam em nós (CIPÓ, entrevista, 2017).

A partir da fala de Cipó, percebemos uma diversidade de sujeitos coletivos impactados pelas obras de Belo Monte, ratificando o protagonismo desempenhado pelas mulheres entre os vários “grupos”. Essa diversidade representa em grande medida uma particularidade da região – conforme destaca Almeida (1993), designações de uso local que se politizam nos embates e conflitos e que se compõem como categorias de articulação associadas principalmente com elementos ecológicos, culturais e étnicos.²³⁶ Porém, a abrangência dos impactos da obra promoveu, em certa medida, a unidade das lutas em meio a essa diversidade.

A despeito dessa pluralidade que também é atravessada pela diversidade de sexo/gênero e étnico-racial, as principais lideranças do movimento são mulheres que se reconhecem feministas, e esse protagonismo tem contribuído para não dissociar, seja no pensamento ou nas lutas, as opressões das relações de exploração. Essas lideranças possuem uma *consciência militante feminista*, nos termos de Cisne (2014, p. 154-155), que articula a consciência em prol de uma transformação estrutural da sociedade, mas também uma consciência de mulheres a partir da apreensão da sua opressão e exploração, ou seja, compreendem que a sua autonomia e liberdade demandam a luta contra uma estrutura de relações sociais. Isso ocorre a despeito da prioridade nas ações mais imediatas na luta por direitos dos(as) atingidos(as) e da incidência nas políticas públicas, conforme destaca Castanheira ao dizer que a luta do MXVPS “é contra um modelo de desenvolvimento predatório, colonizador e capitalista pensado para Amazônia desde sempre”. Ademais, ao mesmo tempo que se amplia o debate para além das pautas particulares e se transversaliza o debate feminista, algumas demandas que não se colocam como emergentes à luz do cotidiano correm o risco de serem subsumidas a questões consideradas “maiores”, como percebemos na ausência dos debates sobre a sexualidade e as políticas de proteção às mulheres.

Porém, é a partir da radicalidade da crítica publicizada nos depoimentos de suas lideranças, principalmente pelo questionamento que fazem aos governos petistas como responsáveis pela construção de Belo Monte apesar de todas as avaliações negativas em torno

²³⁶ Para Centelhas (2014, p. 681), essa “pluralização” dos sujeitos coletivos não se refere “somente às suas categorias de mobilização, mas também aos seus repertórios de ação – caracterizados por ações mais diretas e mudança na interlocução com os centros de poder – e às suas formas de organização”, via de regra “mais horizontais e com critérios de associação mais fluidos que os sindicatos”.

de sua viabilidade (ver capítulo 1), que o MXVPS se destaca entre outros movimentos. O texto do panfleto produzido para 8 de março de 2017 destaca essa perspectiva:

O aumento da violência contra as mulheres desde o início das obras da Hidrelétrica de Belo Monte é uma cruel realidade, os dados da Delegacia de Atendimento a Mulher de Altamira apontam para mais de 5.000 registros nos últimos anos. Além dessa gravíssima realidade, que afeta a nós, mulheres, no nosso direito fundamental à vida, à existência e ao nosso próprio corpo, inúmeras outras violências perpassam nossas vidas. Nossa liberdade de ir e vir, nossa subsistência, nossa saúde, enfim, diversas dimensões das nossas existências são violadas pelos governos Federal, Estadual e Municipal que, priorizando as empresas em detrimento das pessoas, promovem conflitos, violência, pobreza, adoecimento psicossocial nas famílias e destruição das mais diversas. A imposição de Belo Monte e Belo Sun são exemplos disso.

Assim, além de provocar novos movimentos e a unidade das lutas, Belo Monte também provocou a fragmentação de outros. O *Coletivo de Mulheres de Altamira, Transamazônica e Xingu* é um exemplo desse processo, tendo sido constituído por um grupo de lideranças que romperam politicamente com o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade* – citado no item anterior e que teve origem nos anos 1990. Sobre a criação do coletivo, uma de suas ativistas citou a necessidade de um novo movimento de mulheres para construir “[...] outra visão de luta, outra forma, porque essa forma que o Movimento de Mulheres tem aqui não serve mais pra nós, porque virou governo” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Retomaremos a discussão sobre o coletivo mais à frente. Cabe dizermos por ora que essa divisão teve origem com o “rompimento” da rede de mobilização contrária à construção de Belo Monte a partir de 2009, quando entidades como o MAB e a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) – mais alinhadas aos governos petistas – rompem com a oposição direta à construção da Hidrelétrica, começando a tratá-la como “fato consumado”, lutando a partir desse momento por “compensações dignas à população afetada”. Para esses movimentos, Belo Monte poderia se constituir em “uma oportunidade histórica para a concretização de antigas demandas dos movimentos sociais da região, tais como o asfaltamento da Transamazônica e a melhoria dos serviços públicos de saúde e educação” (MORGADO, 2014, p. 72). Nessa direção, Fonseca (2018) e Corrêa (2014, p. 344) asseveram que o MXVPS aglutina uma agenda de ações de luta e articulações em um campo “amplo, heterogêneo e complexo”, demarcado a partir de posicionamentos críticos e contestadores relacionados ao “modelo energético de desenvolvimento dominante”. Porém, com alguns movimentos e organizações (como é o caso do MAB), a articulação dá-se apenas de forma pontual (geralmente para o cumprimento de uma ação ou objetivo específico), pois existem conflitos e divergências no campo dos enfrentamentos cotidianos e na relação que

estabelecem com as instituições nos processos de negociação e de luta por direitos dos(as) atingidos(as). As diferenças serão explicitadas no próximo item, quando da oportunidade da discussão sobre a luta das mulheres no MAB.

4.2.2 O Movimento dos Atingidos por Barragem

O Movimento dos Atingidos por Barragens surgiu em 1991, resultado das mobilizações dos povos tradicionais atingidos por barragens e sua luta por direitos, tendo como slogan “água e energia não são mercadorias”. Seu alcance é nacional a partir da organização de grupos de base e coordenações locais, regionais, estaduais e nacionais. A coordenação nacional é dividida em setores como educação, comunicação, direitos humanos, finanças e produção, sendo que, em cada estado onde o movimento atua, promove um trabalho de base através de grupos formados por famílias atingidas, estabelecendo dessa maneira as coordenações regionais (FONSECA, 2018).

Da mesma maneira que os demais movimentos que tiveram origem na região da Transamazônica, a organização dos atingidos por barragens foi fomentada pela Igreja Católica Progressista, influenciada pela Teologia da Libertação, por intermédio das CEBs e da CPT, sendo que as regiões do Sul do Brasil, em razão da forte migração alemã, também contaram com a colaboração da igreja luterana. Além da igreja, tiveram apoio de professores universitários, profissionais identificados com as lutas populares, sindicatos e partidos políticos.

Altamira sedia uma dessas coordenações locais. Conforme destaca Bromélia, ativista e jornalista da coordenação de Altamira, o movimento atua a partir de três eixos;

Um deles é o *direito dos atingidos* por barragens. O outro eixo a gente chama de *projeto energético popular*, que nada mais é do que mudar o jeito como se produz energia, questionar pra que é que se produz, questionar como se produz e tudo mais, criar um projeto que esteja sob o controle público que não vise ao lucro acima de tudo, mas vise ao bem-estar do povo na questão da energia, que é o tal do projeto energético popular. E um outro eixo também que norteia nossas lutas é a *transformação da sociedade*, a superação desse sistema de exploração e opressão, e a construção de uma sociedade mais justa, mais digna, que a gente chama de socialismo (BROMÉLIA, entrevista, 2017).

Como podemos apreender dos eixos, o MAB possui um programa antissistêmico e amplo, com ênfase no enfrentamento ao capitalismo. Nessa direção, Bromélia destaca que a

questão para o movimento *não é a barragem em si*, mas a estrutura que possibilita esse modelo.

Nós discutimos, mas não é o nosso foco tanto restringir o debate só com relação à matriz. Porque muitas organizações que fazem debate da energia resumem o debate à questão tecnológica de matriz. Do tipo ah! Não faz grande barragem, faz energia solar, faz energia eólica. E pra nós esse é um falso debate. É importante debater as tecnologias, mas interessa mais discutir quem tá se apropriando, quem que detém a tecnologia, quem que tá dirigindo as iniciativas da construção dessas plantas. Não é a barragem em si, mas o modelo. Pra quê que se constrói barragem? Se a gente tivesse uma barragem... Aqui na região, mesmo que tivesse os impactos que tem, mas que tivesse um controle público, os atingidos de fato decidissem sobre ela, de fato direcionassem pras políticas públicas pra melhorar de vida, pra nós. A barragem em si não é o problema, o problema é o modelo que ela é feita, que é predatório, só visando ao lucro, que é essa desgraça que você conhece (BROMÉLIA, entrevista, 2017).

No eixo dos direitos dos atingidos, Bromélia destaca a luta pelas indenizações dos atingidos em Altamira:

Aqui tinha casa de governo que era onde a gente ia sempre, era o órgão que fazia, digamos, a intermediação dessa pauta com todos os órgãos que dizia respeito a ela. Está esvaziado, tá quase fechando as portas, não serve mais pra nada, tá lá só prédio, a segurança é a secretária praticamente. Então é um momento que tá muito difícil. E nós temos visto que é o momento de juntar muita força pra lutar. E que só nós do MAB se a gente ficar só preso nas nossas pautas específicas, vai todo mundo pro mesmo buraco. Então nós estamos se somando com as outras organizações, principalmente, na Frente Brasil Popular, que é esse guarda-chuva que nós construímos também, pra esse período de luta que vai ter agora. Essa questão da Previdência que tá muito forte, que atinge principalmente as mulheres na nossa visão. Essas lutas em torno de direitos da reforma trabalhista, o negócio tá surreal. A própria criminalização que agora tá voltando com força das lideranças. Então essas são um pouco as prioridades nossas nesse período (BROMÉLIA, entrevista, 2017).

A articulação do MAB em Altamira também extrapola as pautas diretamente relacionadas à barragem e adere a outros movimentos nacionais, pois compreende como ação estratégica na luta contra o sistema de exploração das pessoas e da natureza fazer frente às questões que também repercutem na vida dos(as) atingidos(as), como a contrarreforma da previdência.

O contato com as mulheres militantes do MAB foi mais pontual, ocorreu em momentos agendados e com objetivos determinados – por exemplo por ocasião das entrevistas e na reunião de organização do aludido 8 de março. Isso, de certa forma, restringiu as nossas possibilidades de uma análise mais vasta; porém, acreditamos que as entrevistas e os materiais oficiais disponíveis sobre o movimento contribuam para a superação da ausência da observação direta e de um contato maior com a dinâmica local do movimento. Os relatos

das interlocutoras do MAB em Altamira também apontaram para um protagonismo das mulheres no movimento na região Norte. Contudo, enfatizam que isso não ocorre em todas as demais regiões de atuação do movimento, apesar de o MAB nacionalmente promover debates e fomentar a organização das mulheres atingidas. Um marco na organização das mulheres do MAB foi o 1º Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens, ocorrido em Brasília, em 2011, com o tema: Em luta por direitos e pela construção de um projeto energético popular. O evento teve como objetivo denunciar os impactos sociais e ambientais do atual modelo energético, discutir os direitos das mulheres atingidas e a necessidade de construção de um novo projeto energético popular. O evento culminou com uma audiência com a Presidenta Dilma, que, conforme consta o movimento,

A presidenta reconheceu o MAB como interlocutor entre os atingidos por barragens e o governo e buscou reforçar em sua fala a intenção de manter as portas abertas para o diálogo permanente com o movimento. Essa intenção havia sido manifestada no começo da audiência pelo ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República. Carvalho afirmou que, a cada dois meses, representantes dos ministérios envolvidos com as pautas dos atingidos vão receber o MAB para buscar avançar nas tratativas (MAB, 2011, p. 1).²³⁷

É importante registarmos que 2011 foi o ano do início das obras de Belo Monte, quando a Presidente Dilma se negou a ouvir representantes dos demais movimentos sociais contrários à obra, conforme destacamos no primeiro capítulo. Apesar da crítica às estruturas, esse episódio nos indica que a luta política do MAB, a partir de suas ações em Belo Monte, se concentra principalmente na defesa dos direitos dos atingidos e menos na resistência ou enfrentamento à obra. Isso também foi destacado na fala de Bromélia quando destacou que a questão não é a obra em si, mas a estrutura que permite a obra. Pupunheira, umas das atingidas por Belo Monte e ativista do MAB, destaca a centralidade da luta por direitos em sua fala:

[...] a nossa maior luta aqui é garantir os nossos direitos, assim, enquanto atingidos. Nós sabemos que somos atingidos pela barragem. A barragem tá sendo construída, tá sendo quase concluída agora, então, a nossa luta agora é pelos direitos. Direito a uma educação melhor, direito a uma saúde, a uma qualidade de vida melhor, como saúde, educação, tudo isso assim, oh, todas as políticas sociais básicas que sejam de qualidade. Então, é essa a nossa luta, pra que realmente a construção da barragem, que foi tão prometida e tão propagandeada na região, que disseram, que foi dita, que seria pra melhorar a qualidade de vida das famílias moradoras dessa região, que realmente seja, né, que realmente seja. Então, a gente quer uma vida melhor. A gente não quer continuar, sair da comunidade onde a gente vivia em situação de vulnerabilidade social e continuar nessa mesma situação. Nós queremos que a vida

²³⁷ Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2011/04/08/audiencia-com-dilma-encerra-encontro-nacional-das-mulheres-atingidas-por-barragens>.

das pessoas, que as nossas vidas mudem, mude pra melhor, não pra ficar igual ou pior do que a gente estava. E a nossa luta é essa, é constante, pra que haja realmente respeito, por nós atingidos e que realmente, tanto faz, é, eu falo isso, empresa, governo, que realmente nossos direitos sejam garantidos e que todas as famílias, as mulheres, as famílias que são atingidas por barragem, elas realmente tenha, é... tenha atenção, tenha atenção da empresa, do governo e que, é... melhorem de vida realmente, como é prometido, no início da construção das barragens. Que os direitos sejam garantidos (PUPUNHEIRA, entrevista, 2015).

A fala de Pupunheira apreende a obra como um fato consumado e percebe a conquista de direitos como uma possibilidade de uma vida melhor. Apesar de reconhecer os impactos da barragem, parece considerar o discurso da “redenção”, o qual culmina com os benefícios que podem advir com a construção da obra. Destacamos também o fato de o MAB ter sido o único movimento autorizado a negociar com o escritório da Casa Civil instalado em Altamira, no que diz respeito às indenizações dos atingidos (FLEURY, 2013), o que à primeira vista pode sugerir um maior canal de diálogo junto ao governo e indicar uma limitação nos processos de enfrentamento a Belo Monte, afinal, “a autonomia política dos movimentos sociais é condição primária da liberdade que permite o exercício da crítica e seus desdobramentos políticos nas resistências e lutas da sociedade” (CISNE, 2014, p. 164). Apesar disso, conforme consta no site do movimento, os atingidos por barragens na Amazônia organizados no MAB lutam e se organizam nas regiões em que as hidrelétricas deixaram o rastro de destruição e onde há ameaças desses projetos.²³⁸ Portanto, também buscam atuar para evitar que esses projetos ocorram.

Pupunheira destaca abaixo o início de sua militância, quando se reconheceu uma “mulher atingida”:

[...] minha militância começou no MAB. Começou a partir do momento que eu me entendi como atingida pela barragem. E também por falta de políticas públicas, por falta de muita coisa. Quando eu comecei a compreender isso, participando das reuniões do movimento, na comunidade, foi me dispoendo a entender porque nem todo mundo se dispõe a entender isso. Eu fui me dispoendo a compreender e a partir do momento parece que a visão se tornou outra pra realidade e aí fui me inserindo aos poucos no movimento, e hoje participo. Sou militante, do movimento. E, contribuo, aos pouquinhos, quando eu posso, com a comunidade [...] só que assim, a gente costuma dizer que, a pessoa pra compreender a sua realidade, a realidade em que vive, ela tem que se dispor a entender. Como eu falei agora há pouco. Eu me dispus a compreender essa realidade. Mas antes, antes, eu não... pra mim não importava. Não importava que a gente vivia ali, era porque Deus queria. Então assim, a gente, é como se a gente tivesse a venda nos olhos. E a partir do momento que a gente se dispõe a compreender a realidade que a gente vive, muda tudo. Muda tudo porque aí a gente vai lutar pra garantir os nossos direitos (PUPUNHEIRA, entrevista, 2017).

²³⁸ Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/resistencia-e-luta-do-mab-em-defesa-da-amazonia-0>. Acesso em: 25 nov. 2017.

Pupunheira nos fala sobre a consciência militante construída a partir do reconhecimento como “sujeito de direitos” e sobre as oportunidades de reflexão que a participação política pode proporcionar. Para Cruz (2008, p. 123), “a militância política em movimentos sociais cria possibilidades para que ocorra, por parte dos indivíduos, esse processo reflexivo que pode levar à ruptura com a cotidianidade”. De acordo com Souza-Lobo (2011, p.223), no caso das mulheres, isso ocorre com a construção da “noção de direito”, que “passa pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais”, uma das dimensões que faz do “movimento não apenas um portador de reivindicações, mas um sujeito político”.

A coordenação do MAB de Altamira conta com 30 pessoas, sendo que, das lideranças da comunidade, a metade são mulheres. O movimento não tem uma política afirmativa nesse sentido: “nós não adotamos nenhum critério de paridade” (BROMÉLIA, entrevista, 2017). Bromélia, jornalista do MAB, se deslocou para Altamira por conta das atividades de militância. Antes de atuar no MAB, participava da Marcha Mundial de Mulheres, movimento feminista internacional de grande abrangência no Brasil. A perspectiva do MAB sobre as mulheres atingidas foi destacada por Bromélia na narrativa abaixo:

No MAB nós fazemos uma discussão de que *as mulheres são as mais atingidas*. Isso é consenso no movimento, as mulheres são as mais atingidas. Porque isso também é com base nos nossos próprios estudos, nossas próprias vivências, então isso já é um ponto pacífico, assim, não tem discussão. No MAB nós temos um coletivo de mulheres. As mulheres se reúnem em espaços próprios, fazem encontros próprios, desde as instâncias mais nacionais da coordenação até nas bases mesmo pra se formar, pra discutir, pra levantar as pautas, pra discutir as problemáticas e tudo mais. Mas nós não temos um movimento de mulheres dentro do MAB (BROMÉLIA, entrevista, 2017).

Bromélia se refere ao espaço das mulheres no MAB, mas enfatiza que não se trata de um movimento específico de mulheres: o espaço no geral é plural, onde as decisões são tomadas por todos. Contudo, apesar da possibilidade delas de tomarem decisões nesse coletivo maior, pesquisas apontam os desafios que esses espaços impõem na participação e na tomada de decisões pelas mulheres. Conforme destaca Cruz (2008), os espaços de militância são marcados também por disputas internas – no caso das mulheres, essa necessidade é ainda maior, uma vez que dentro dos movimentos estão sempre sendo desafiadas. Bromélia destaca abaixo os desafios de pautar as questões das mulheres no movimento:

Na verdade, dentro da organização é uma construção. A gente vive assim uma construção da participação da mulher nas decisões do movimento. Penso até que não tem sido uma, digamos assim, uma das grandes dificuldades. Não digamos dessa forma, mas que a gente precisa, nós mulheres, ter assumido esse debate de conversar com os companheiros de luta que a importância da mulher na organização do movimento, pra que fortaleça o movimento, é, na verdade, uma importância muito

grande. Isso, esse debate, nós temos que puxar dentro da organização, mas também não enfrentamos dificuldade pra implantar isso na organização. Se a gente quer uma sociedade lá, então a gente tem começar dentro da própria organização, do próprio movimento. Mas a gente também não espera que eles vão puxar esse debate, nós que tem que puxar (BROMÉLIA, entrevista, 2017).

Nessa direção, Cruz (2008, p. 148) aponta que, no âmbito dos movimentos sociais mistos, “prevalece uma cultura política patriarcal que cria um ambiente desfavorável para a participação das mulheres”. Para a autora, apesar de no “discurso ressaltar-se a importância da participação das mulheres, suas práticas desconsideram a realidade de desigualdade vivenciada pelas mulheres, não oferecendo condições equitativas para que estas tenham as mesmas possibilidades de participação que os homens”. Soma-se a isso a lógica/exigência bastante comum nos movimentos sociais de uma militante totalmente disponível a fazer qualquer sacrifício pelo movimento e a qualquer instante (GOLDENBERG, 1997). Pupunheira destaca em sua fala as dificuldades que as mulheres militantes vivenciam:

Sair de casa pra lutar gera um enfrentamento. E aí por aí vai ao todo também, porque da mesma forma a nossa família ou companheiro também entende a sociedade, mas a sociedade em si também ela é também é muito machista, acha que a mulher tem que ficar em casa cuidando dos filhos, fazendo comida, lavando a roupa. E isso tá em todo lugar. Então, o próprio atendimento das empresas, quando se trata também da liderança feminina, já tem um certo preconceito já também. Então a gente também tem essa, também existe essa dificuldade, de ser liderança política e as empresas não, vão fazer de tudo pra não reconhecer isso (PUPUNHEIRA, entrevista, 2017).

Conforme destaca Pupunheira, além dos desafios dentro do movimento, as mulheres travam lutas diárias no contexto doméstico e nas relações com as empresas nos processos de negociação pelos direitos dos atingidos. Conforme destacamos no capítulo anterior, a Norte Energia tem se apropriado dos estereótipos sobre os sexos/gênero para diminuir os custos das indenizações. Ademais, a sobrecarga de trabalho doméstico comumente deixa as mulheres sem tempo para a militância e impede uma participação mais estável e qualificada, que reflete em última instância na impossibilidade ou desistência da participação. Para Cruz (2008, p. 149),

Esta situação é injusta, pois enquanto os homens que vão para a política têm uma retaguarda doméstico-familiar, com alguém que “cuida” deste âmbito para que eles participem livremente, para as mulheres, se elas quiserem participar, têm geralmente que assumir uma sobrecarga de trabalho: trabalhando fora para ter alguma autonomia financeira; dar conta de ocupar espaços dentro das organizações políticas, disputando poder com os homens e outras mulheres; e ainda dar conta da casa, dos/as filhos, do casamento. Isto costuma gerar um a situação de conflito interno para as mulheres militantes. Estas geralmente se sentem culpadas por se afastarem

da família e ainda têm que lidar com a cobrança da sociedade, que costuma colocar sobre as mulheres a responsabilidade por uma suposta “desestruturação” da família.

Esses desafios nos fazem considerar, na direção do que aponta Sena (2004), a dimensão subjetiva da militância, geralmente desprezada pelos movimentos sociais mistos, como uma das mais importantes quando se pensa a militância das mulheres. Nesse sentido, a luta das mulheres tem o desafio de se constituir numa unidade entre o específico e o geral, entre as lutas cotidianas e a luta por transformação radical da sociedade.

A luta contra a violência doméstica também se faz presente nas ações do MAB em Altamira, através de denúncias. Conforme nota no site do movimento publicado em 13 de dezembro de 2012,

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) vem a público denunciar o assassinato da militante Maria do Socorro, em Altamira, no Pará. Aos 22 anos, Maria foi morta pelo marido na noite de quarta-feira, 2 de agosto. O agressor, conhecido como Souza, está foragido. Socorro morava na rua Seis Metros, região de milhares de famílias ameaçadas pela construção da barragem de Belo Monte. Em setembro de 2011, nessa mesma rua, foi assassinada Francisca, também pelo marido, que está solto até hoje. Nós, do MAB, acreditamos que a violência contra as mulheres é fruto de um modelo patriarcal de sociedade, no qual as relações pessoais não estão fundamentadas no afeto, mas nas relações de poder e propriedade. Nesse modelo, a mulher é vista como um objeto que pertence ao homem e tem por obrigação lhe servir e dar prazer. O MAB é solidário com a família de Socorro e continuará fazendo todo esforço para a organização do povo para lutar por seus direitos. Repudiamos a construção da barragem de Belo Monte, um dos principais vetores de violência em toda a região. Acreditamos também na importância de fortalecer cada vez mais a participação das mulheres nas lutas e de inseri-las nas instâncias do Movimento. Lutamos pela superação do patriarcado e do capitalismo e trabalhamos para a construção de uma sociedade igualitária.

O movimento articula o aumento dos casos de assassinato e situações de violência em geral a construção de Belo Monte, pois acredita que a infraestrutura da cidade não está preparada para receber o contingente de pessoas que a obra exige, tendo como resultado: o aumento da violência, do tráfico de drogas e da prostituição, incluindo a exploração de crianças e adolescentes – “Esse cenário de degradação atinge principalmente as mulheres e agrava o problema da violência e da desestruturação familiar”.

Além da denúncia de casos de violência, o MAB também tem utilizado a técnica da *aspilleras*²³⁹ como ferramenta política de reflexão e organização das mulheres atingidas. A metodologia das *aspilleras* utilizada pelo MAB tem inspiração no trabalho de bordar histórias coloridas sobre o cotidiano desenvolvido pelas mulheres camponesas no Chile. Os bordados

²³⁹ *Arpillera* é um termo em espanhol utilizado para nomear tecidos latino-americanos utilizados para ensacar batatas e arroz. No Brasil, um tecido semelhante a este é conhecido como juta. O termo *arpillera* também nomeia a técnica de bordado e costura manual sobre tela de sacarias e juta (FREIRE, 2017, p. 68).

se popularizaram no país como instrumento de resistência ao golpe militar no período de 1973-1989. Na Amazônia, especialmente em Altamira, esse trabalho tem contribuído para levantar as violações de direitos mais específicas das mulheres e para fortalecer o protagonismo das mulheres. Abaixo, temos a imagem de uma das oficinas de produção do bordado realizada no 2º Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens no Xingu realizado em novembro de 2014. Na imagem, o primeiro bordado tem a seguinte descrição:

Por entre as pernas, um corpo negro e feminino sangra. Uma árvore, um hotel, uma escola e algumas casas compõem o cenário. Cinco trabalhadores uniformizados representam homens brancos em uma paisagem entrecortada por um rio. O bordado expõe nuances do cotidiano. O rio marca o caminho dos homens. Eles partem do Hotel Barrageiro em direção à Boate Xingu. O corpo que sangra na imagem representa uma menina de 16 anos ao fugir da Boate Xingu – casa de exploração sexual localizada em Altamira. O Hotel Barrageiro é utilizado por homens que trabalham na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, iniciada em junho de 2011 e inaugurada em maio de 2016. Quando não estão no canteiro de obras, eles se deslocam para a área urbana de Altamira (FREIRE, 2017, p. 69-70).

Figura 9 – Oficina de *arpillera* no 2º Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens no Xingu²⁴⁰



Fonte: Site do MAB.

²⁴⁰ Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/mulheres-bordam-viola-es-causadas-por-belo-monte>. Acesso em: 9 jan. 2018.

Conforme informações do movimento, a atividade reuniu mulheres militantes do MAB em Altamira, algumas já realocadas para o “reassentamento” urbano e outras que ainda vivem nas áreas alagadiças (MAB, 2014).²⁴¹ Entre os temas discutidos, destacaram-se a perda dos laços comunitários, a prostituição e a violência. Na direção da perspectiva de Blanca (2014) e Freire (2017), apreendemos esse trabalho como luta feminista, no qual histórias de vida são recapituladas e narradas num processo de tomada de consciência individual e coletiva das mulheres. Para Freire (2017, p. 73), esses trabalhos imprimem sentido à luta contra Belo Monte, pois

São transgressões ao sistema de exploração da água e, por consequência, do ser integral e integrado antes vivido pelas mulheres do local. Por este processo, o empoderamento ocorre pela tomada de consciência, sempre resultando em trocas sociais capazes de modificar/transgredir a estrutura de opressão.

Portanto, as lutas das mulheres no contexto do MAB têm se constituído em espaços de transformação individual, mas também instrumentos através dos quais se pode exercer a cidadania, no sentido não só da possibilidade de ter acesso a direitos, mas de propô-los e reivindicá-los (CRUZ, 2008). Em outras palavras, o movimento tem se constituído como espaço de formação e luta política em que as mulheres cumprem um papel central, inclusive quando desafiam as lutas no interior do próprio movimento a ampliar os debates para as particularidades dos sujeitos que constroem as lutas.

4.2.3 A unidade das ações contra a guerra de Belo Monte: uma luta feminista contra a expropriação da natureza e dos corpos

Acreditamos que tem sido na luta feminista contra a guerra de Belo Monte que, apesar das diferenças e divergências políticas que se explicitaram linhas acima, se vislumbram possibilidades de uma unidade – unidade aqui entendida a partir de dois aspectos: primeiro, no que se refere à compreensão da indissociabilidade das opressões e da exploração manifestada na organização das lutas contra a violência à *natureza e aos corpos das mulheres*; segundo, pelas experiências “cruzadas” de violência vivenciada pelas mulheres. Acreditamos que, ao compartilhar experiências comuns e ao se reconhecerem nas e pelas outras, as

²⁴¹ Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/mulheres-bordam-violencia-es-causadas-por-belo-monte>. Acesso em: 9 jan. 2018.

mulheres ousam ao transgredir o *modus operandi* que as impõe lugares, expectativas e violências particulares.

Nos dois movimentos destacados, percebemos que a dimensão da luta por direitos tem sido uma mediação central, tanto como estratégia de sobrevivência quanto de denúncia da destruição promovida pela guerra. Além disso, ao passo que trazem à tona os impactos mais gerais e evidentes da construção da barragem, questionam as relações que estruturam a violência contra a mulher, seja no contexto da obra ou nas relações domésticas. Provocam também deslocamentos importantes nos movimentos mistos, demonstrando que apreender as particularidades dos sujeitos que vivenciam as lutas não implica a fragmentação da classe.

Durante a pesquisa de campo, participamos de um momento ímpar na organização das lutas feministas, a partir do qual passamos a considerar a existência de uma unidade estratégica das mulheres. Nos referimos à reunião do *Coletivo de Mulheres de Altamira, Transamazônica e Xingu* para a organização das ações do 8 de março do ano de 2017. Apesar de esse coletivo ter resultado de um desdobramento de um movimento mais antigo, conforme já destacamos, a reunião mobilizada pelo coletivo reuniu vários movimentos, inclusive o MAB. O encontro ocorreu na sede do MXVPS e contou com a presença de nove mulheres de movimentos diversos do município (AMAR, Conselho Tutelar, XVPS, Arara, MAB, Movimento de Mulheres Negras, Sentupp, Grupo de Mulheres Filhas do Xingu). Segue abaixo o registro visual da reunião feito por ocasião da pesquisa:

Figura 10 – Reunião de articulação das ações do 8 de março em Altamira, em 2017



Fonte: Arquivo pessoal.

A principal pauta de reivindicação era o enfrentamento à violência contra as mulheres, com destaque para as particularidades da violência na região. Foi possível apreender das falas uma certa unanimidade na percepção de que o aumento da violência na cidade resulta dos impactos da construção da barragem. Além da violência direta, foram enfatizadas a precariedade dos serviços de saúde, a criminalização da juventude e da pobreza e as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) da previdência e trabalhista. Foi deliberada a realização de um ato público no 8 de março,²⁴² antecedido por mobilizações nos bairros e uma audiência pública na Câmara Municipal. O panfleto elaborado a partir das pautas prioritárias discutidas na reunião consta de 15 propostas direcionadas ao poder público, listadas a seguir:

- Investigação e julgamentos dos casos de estupro e assassinato de mulheres; - Agilidade no julgamento dos processos das mulheres em situação de encarceramento;
- Conclusão e funcionamento imediato do Centro de Recuperação Feminino;
- Garantia de recursos para políticas sociais que impactam diretamente a vida das mulheres (saúde, educação, moradia, saneamento básico, assistência social);
- Ampliar e qualificar os serviços de atenção psicossocial no município;
- Reforma e adaptação do Hospital Municipal São Rafael em Hospital de Referência Regional da Mulher e da Criança, Populações Tradicionais, Indígenas e Ribeirinhas de acordo com o PBA (Plano Básico Ambiental/Condicionante de Belo Monte);
- Funcionamento urgente do Hospital do Mutirão sob a responsabilidade do Estado;
- Garantia da participação das mulheres nos conselhos municipais de saúde, educação, moradia e outros;
- Transporte coletivo de acesso em todos os bairros de Altamira;
- Enfrentamento ao abuso e exploração sexual das meninas e adolescentes;
- Política pública de combate ao tráfico de drogas que não seja a criminalização da infância e da juventude;
- Ações de educação, formação técnica profissional, esporte, lazer para a juventude;
- Segurança pública durante a noite em todos os bairros, prioritariamente nas comunidades de risco;
- Garantia do funcionamento da Delegacia Especializada da Mulher durante os finais de semana;
- O respeito à convenção 169 da OIT e às legislações de defesa dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

As pautas indicam que as lutas das mulheres são construídas a partir das demandas concretas impostas no e pelo cotidiano, transformadas em questões coletivas no processo de organização. Nesse sentido, explicitam a abrangência das pautas das lutas feministas, comumente vistas como limitadas às “lutas identitárias”.²⁴³ E, mesmo que haja uma tendência a apontar a impunidade dos casos e a necessária investigação e providência nos casos de

²⁴² A manifestação foi pauta em jornais locais e de abrangência nacional. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2017/03/em-altamira-movimento-de-mulheres-protesta-contr-reforma-da-previdencia.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²⁴³ Importante destacar que a saúde pública (o adoecimento psicossocial, os casos de suicídio, a morte por questões de saúde e a precariedade dos atendimentos nos serviços públicos de saúde) foi a principal questão discutida na reunião.

violência mais diretos contra as mulheres, a pauta central das lutas não passa pela demanda da criminalização pessoal. Os processos de judicialização de causas protagonizados pelos movimentos expõem uma disputa com o Estado e o empreendedor da obra. O fato de perceber-se todas atingidas pela guerra contribui para tornar difuso esse “culpado”, dimensão que se avulta da própria violência estrutural.

Consideramos a partir disso que “o alcance dos movimentos de mulheres não se resume às suas reivindicações, tampouco aos seus resultados imediatos” (CISNE, 2014, p. 153). Apesar de as pautas enfatizarem a ênfase na luta por direitos e a incidência nas políticas públicas, *quando o coletivo relaciona a violência à obra*, também consideram o contexto mundializado e a abrangência das relações de opressão-exploração, que possibilitam projetos dessa natureza na região. A fala de Palmeira abaixo traz elementos importantes para uma análise crítica do direito e da justiça nos marcos de uma sociedade de classes. Em suas palavras,

A Norte Energia não tem terra pra assentar todo esse pessoal que ficou alienado. Famílias que não tiveram seus direitos garantidos. Se tem na justiça, não tem onde botar. O negócio de dizer pra você tem direito, mas quanto é que eu te pago. Ou então eu te devo, mas não pago agora porque não tenho condição. Essas coisas assim, você não entende nem que você queira, não entende. E a justiça, como diz o português do Brasil, que a justiça é cega. Pra isso eles fizeram uma estátua muito bem feita lá em Brasília tampando a visão da justiça, porque a justiça é cega. Mas quando quer ela tira a venda, é porque o pobre rouba. Um ladrão dizia, um rico, né, não tem um rico ladrão, tem? Tem que desviou milhões, mas ladrão ele não é. Mas o pobre rouba uma galinha, apanha que só cachorro, aí fica preso numa cadeia até morrer. Assim são essas histórias de Belo Monte, em que foram os índios e os ribeirinhos os mais massacrados (PALMEIRA, entrevista, 2017).

Não nos cabe aqui avançarmos no debate dessa crítica, mas avaliamos ser importante questionar os limites da luta por direitos como um fim em si mesmo e do “sentido” de justiça arrogado no contexto de uma sociedade estruturalmente desigual e violenta. Por outro lado, é certo que as particularidades que assume, em especial a luta por direitos, na dinâmica da própria luta de classes, e especialmente em países de economia periférica e dependente como o Brasil, impõe considerarmos essa luta como imprescindível.²⁴⁴ Assim, na direção do que apontou Souza-Lobo (2011, p. 183), de que “a participação das mulheres nos movimentos está fortemente assentada nas ideias de igualdade de direitos que atravessam a história social”, consideramos que a luta das mulheres a partir das demandas emergentes do cotidiano no contexto de Belo Monte têm a *luta por direitos* como mediação central para o enfrentamento a

²⁴⁴ Para melhor apreensão do debate da crítica do direito à qual nos referimos, sugerimos consultar Pachukanis (1989), Barbalet (1989) e Boschetti (2016).

violência estrutural. Para Cisne (2015, p. 152), a questão dos direitos para as mulheres explicita “a necessidade de lutar por uma sociedade sem violência e sem as apropriações, explorações e opressões que dão corpo a essa violência”. Nesse sentido, compreendemos que, ao denunciarem a violações de direitos no contexto de Belo Monte, as mulheres ampliam, *politizam* a percepção sobre a violência contra as mulheres.

Ademais das expressões da violência destacadas no capítulo anterior, das quais as militantes também compartilham, tanto no MXVPS como no MAB, escutamos relatos de lideranças mulheres ameaçadas e/ou perseguidas pela prática militante, conforme expressa o relato de Bromélia sobre o desafio do trabalho das e com as mulheres atingidas nas comunidades:

Sem contar que é um desafio fazer até um trabalho de base nas comunidades, é um desafio. Porque como a empresa ela tem o seu serviço de monitoramento, também identifica as lideranças do movimento nas comunidades. Então todo mundo que tá lá à frente de um grupo de base, de organização do movimento nos reassentamentos em qualquer comunidade, eles também tão ali tentando, tão monitorando, tentando repreender, fazer a repreensão de forma, às vezes, coloca a comunidade contra, então vai tentando (BROMÉLIA, entrevista, 2017).

As mulheres do MXVPS também relataram sofrer ameaças e destacaram o episódio de espionagem e escuta nas dependências do movimento do qual foram vítimas, conforme registro no site do movimento transcrito abaixo:

Na manhã deste domingo, 24, quando finalizava seu planejamento anual em Altamira (PA), o Movimento Xingu Vivo para Sempre detectou que um dos participantes, Antônio, recém-integrado ao movimento, estava gravando a reunião com uma caneta espiã. Na caneta, o advogado do Xingu Vivo, Marco Apolo Santana Leão, encontrou arquivos de falas da reunião, bem como áudios de Antônio sendo instruído sobre o uso do equipamento. Confrontado, ele a princípio negou qualquer má intenção, mas logo depois procurou o advogado para confessar sua atividade de espião contratado pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), responsável pelas obras da usina, para levantar informações sobre lideranças e atividades do Xingu Vivo (MXVPS, 2014).²⁴⁵

O movimento solicitou análise do material pela Abin, pois, segundo o detalhamento da confissão, o espião estava recolhendo material para análise da Abin, o que motivou o movimento a solicitar ao órgão, via Lei de Acesso à Informação, que lhe enviasse todos os documentos nos quais o Xingu Vivo ou seus membros fossem mencionados. Porém, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência enviou um comunicado no qual afirma

²⁴⁵ Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2013/02/25/funcionario-de-belo-monte-e-flagrado-espionando-reuniao-do-tingu-vivo-para-informar-bin/>. Acesso em: 9 fev. 2018.

que “1) Não foram encontrados nos arquivos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) documentos relativos especificamente ao ‘Movimento XINGU Vivo para Sempre (MXPVS) e seus integrantes e parceiros’. 2) Os documentos relativos à Estrutura Estratégica UHE Belo Monte encontram-se sob restrição de acesso, por classificação em grau de sigilo, conforme a legislação vigente. A Abin não tem envolvimento com a execução da UHE Belo Monte. 3) Não existem operações conjuntas e outras atividades afins entre Abin e CCBM”. O movimento questiona a resposta sob outros argumentos, que podem ser consultados no próprio site do Movimento.²⁴⁶

As ameaças contra lideranças possuem um claro objetivo de dismantelar as mobilizações sociais contra a barragem, e vitimizam preferencialmente as mulheres que conseguem um protagonismo frente à luta. Por outro lado, o impacto de tais investidas criminosas tende a produzir reações propulsoras de outras mobilizações locais, o que pode ser atestado pela série de protestos que se seguiram e a ampla repercussão que tiveram. Nesses casos, conforme aponta Lacerda (2015, p. 161), ao apontar a visibilidade alcançada em decorrência dos assassinatos de lideranças, podemos dizer que tais ameaças são “convertidas em oportunidade de repercussão de protestos, inclusive no plano internacional” (LACERDA, 2015, p. 161). Acreditamos também que essa abordagem junto às lideranças desses movimentos aponta o potencial das lutas empreendidas pelas mulheres e a tensão que provocam ao evidenciar as contradições de projetos como o de Belo Monte e as consequências da guerra que promovem.

Ao ser questionada sobre os receios da violência que decorrem da militância – não apenas através da ameaça direta, mas pela criminalização das lutas que decorrem da judicialização de processos para as lideranças –, Castanheira destaca a força de não estar sozinha:

Temos que enfrentar, pois é, o medo, as ameaças, as ações de criminalização, processo como o governo e a empresa de Belo Monte jogou sobre mim e sobre outras, tantas outras lideranças aqui. “Ah! Você vai ser presa”, isso e aquilo lá. Então, é ter coragem, enfrentar e ser confiante [...]. Porque sempre é assim, eu sempre tenho, penso comigo, penso não, eu acredito que eu não estou sozinha, que tem muita gente do meu lado, junto comigo. Isso me dá força pra que eu possa seguir esse compromisso que tenho, essa luta em defesa da vida, dos rios, das águas, do meio ambiente, da justiça, e de lutar pra que as nossas gerações tenham um futuro melhor, as presente e as futuras gerações. [...] E eu nunca me acovardei, em momento nenhum. Então apoio, eu sinto, a confiança que eu tenho em mim, o apoio que tenho de todo o grupo que está comigo nessa luta, eu não sou sozinha. Porque eu jamais poderia fazer alguma coisa se eu fosse uma pessoa sozinha, isso não existe.

²⁴⁶ Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2013/04/08/xingu-vivo-questiona-abin-sobre-espionagem-abin-nega-suposto-agente-confirma/>. Acesso em: 9 fev. 2018.

Tudo, tudo não, o pouco que faço, o pouco que sou, a luta não é só minha, a luta é de muita gente, muita dedicação de outras pessoas, de apoio, isso daí, então, isso que me dá também uma segurança (CASTANHEIRA, entrevista, 2015).

O relato de Castanheira assinala que todo processo de luta é também tecido por dificuldades e que “estar na luta, portanto, não significa ser vencedor de uma causa. Muito pelo contrário, significa empreender uma batalha contra os ‘mais fortes’ que é, desde a partida, uma batalha ingrata porque desigual” (LACERDA, 2015, p. 111). Assim como Castanheira, consideramos que a luta contra Belo Monte é coletiva e revela as mulheres não apenas como sobreviventes dessa guerra, mas como sujeito coletivo que se organiza para reconstruir e negar o *status* da vítima onde o sistema insiste em instalar (FALQUET, 2016). Para isso, utilizam-se de velhas e novas estratégias de lutas e resistências para recuperar o controle sobre seus corpos e suas terras.

Essas lutas se forjam no cotidiano, nas forças e sentidos construídos nos encontros, nas organizações e nos espaços de solidariedade e reconhecimento, e na reflexão sobre o seu fazer cotidiano e seu agir. Afinal, como destaca Heller (1989, p. 34), quando o indivíduo começa a refletir, nesse momento “o referido indivíduo elevou-se acima do decurso habitual do pensamento cotidiano, ainda que apenas em tal momento”. Portanto, é possível afirmarmos que as mulheres conseguem “suspender o seu cotidiano”, elaborando sobre ele um pensamento reflexivo e questionador “não só sobre o ser mulher, mas sobre a realidade social em que vivem, sobre a própria militância, sobre as causas da opressão das mulheres (inclusive dentro dos movimentos em que militam) ou da exploração de classe” (CRUZ, 2008, p. 123). Mas isso não é um fato dado, logo, constitui-se como um desafio permanente das lutas feministas, principalmente quando estas se propõem a relacionar a exploração e a concentração de riquezas e a má distribuição, com as questões de reconhecimento que pressupõem igualmente uma ruptura simbólica radical, na estrutura social (FRASER, 2007).

Dito isso, podemos aferir que as lutas das mulheres no contexto de Belo Monte não se limitam às pautas específicas ou ordinárias. Em outra direção, explicitam a violência estrutural e, conseqüentemente, que as resistências também devem ser estruturais. Indicam também a importância de uma articulação estratégica entre a luta pela autonomia e autodeterminação das mulheres com a busca incessante da emancipação humana, frente às forças destrutivas do sistema patriarcal-racista-capitalista. Segundo ressalta Mészáros (2011, p. 307), “[...] estando [...] centrada na questão da igualdade substantiva, uma grande causa histórica em movimento, sem encontrar saídas para a sua realização dentro dos limites do sistema do capital”. Desse modo, “a causa da emancipação e da igualdade das mulheres

envolve os processos e instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 307).

Assim sendo, chegamos neste item final convencidas de que o processo de mundialização do capital é também moldado por uma mentalidade patriarcal e racista, que produz e é produzido ao mesmo tempo pela violência contra as mulheres (FEDERICI, 2017a). A guerra contra a natureza (destacamos aqui a guerra contra a terra e a água) e as pessoas da “zona do não ser” (marcadas por uma classe, etnicidade e sexo/gênero) se tornaram imprescindíveis para esse fim. Daí acreditamos na direção do que aponta Vandana Shiva (2003)²⁴⁷ quanto à necessidade de percebermos o *continuum da violência* ou as conexões entre todas essas formas de violência. Aqui, particularmente, chamamos a atenção para aquelas que mais atingem as mulheres, quer se trate de falta de água, moradia, de fome, do monopólio extrativista, da monocultura, do racismo, do genocídio indígena, do estupro das mulheres e do desemprego estrutural, tudo está relacionado.

Nesse esforço, vislumbramos a necessidade de um pensamento emancipatório que tenha como ponto de partida a historicidade, a diversidade e a totalidade das relações sociais de sexo/gênero, étnico-raciais e de classe sem abrir mão das diferentes lutas que se situam na contradição dessas relações. Acreditamos que a articulação entre as teorias marxistas, feministas e antirracistas permite uma análise mais abrangente e liberadora das relações de opressão-exploração (MATTHAEI, 1996). A partir disso, supomos que a *crítica feminista ao desenvolvimento* (incluindo a criminologia crítica) – a partir da economia política feminista antirracista – pode ser uma importante estratégia para avançarmos tanto epistemologicamente quanto na instrumentalização das lutas pelo fim da violência contra as mulheres. Sem o questionamento aos fundamentos da violência e a apreensão de suas múltiplas expressões, não conseguiremos progredir em ações que caminhem na direção da emancipação humana ou em busca do sol. Para Palmeira, o sol “faz a pessoa jovem, todo dia ele vai, todo dia ele vem. Ele leva os problemas e no outro dia traz uma nova história”.

²⁴⁷ Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/204547-1>. Acesso em: 9 fev. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As barragens eu vejo como *o começo do fim do mundo*, porque acabou a terra, tão acabando os rios, o nosso ambiente aqui. As profecias estão se cumprindo, o homem tá destruindo o que Deus deixou pra ele viver. O homem destrói pra milhões pagar a conta, porque quem destrói não paga nada, mas quem fica paga a dívida. Então, eu vejo assim como o começo do fim dos povos, que o mundo não acaba, quem acaba é nós. Mais um tempo não vai ter onde plantar, ninguém vive de brisa, vive do chão, da água. E a água tá poluída e as mata estão matando, e assim sucessivamente. E quem tem um pedaço de terra mais pra frente vai ter que morrer de trabalhar pra manter os outros e vai morrer junto, os dois. É o fim da geração por conta da barragem.

Palmeira (2017)

A cada passo dado em direção à construção desta tese, mais e mais a violência contra nós mulheres insistia em aparecer: “[...] a violência aparecia por toda parte, como um elemento constitutivo das relações mesmas que se visavam conhecer” (FRANCO, 1997). Se multiplicava em notícias infundas, em episódios que disputavam entre si pela gravidade, nos relatos de sofrimento, na ameaça e na insegurança verbalizada pelos(as) mais próximos(as) e (des)conhecidos(as), nos vastos depoimentos nas redes sociais e fora delas. Não que não existisse ou não se mostrasse antes, mas, ao longo dos últimos anos, essa violência tornou-se uma infeliz e permanente companhia. Encontramo-nos em lugares e situações antes improváveis: na escola, no metrô, no ônibus, na rua, na floresta, nos rios, no trabalho, no Partido, no movimento social, na política, no bar, na festa, em casa, nas leituras, na escrita, inclusive no “não lugar”. Ninguém estava isento e, além de se fazer presente em todos os lugares, envolvia a todos(as): amigos(as), pais, mães, filhos(as), companheiros(as), camaradas, diretores(as), patrão, empregado(a), desconhecidos(as) e conhecidos(as). Não havia lugar, pessoa e relação livre da certeza que é a violência. Daí pudemos entender que não se tratava de um comportamento arriscado, de uma roupa imprópria, de um lugar inseguro, de uma terra não ocupada ou um alguém suspeito. A violência estaria independentemente do esforço, cuidado ou julgamento individual. Não que tudo seja violência, mas o que não passa pela violência quando não possuímos o alicerce para sermos substantivamente livres? Assim, entendemos que a violência como constitutiva das relações sociais é estrutural, histórica e contraditoriamente necessária até que sejam construídas as condições de sua autoextinção.

Isso revela a complexidade da questão e o desafio de apreendê-la como objeto de estudo sob o risco de uma generalização vazia ou particularização vil. Imiscuídas nessa realidade em que a violência tem sido uma mediação central, nos debruçamos sobre a

violência contra as mulheres como uma manifestação da *violência no geral*, alicerçada pelas relações de opressão-exploração de sexo/gênero, étnico-raciais e de classe. Essa percepção exigiu analisar tanto o contexto mais amplo da violência, resultado do *modus operadi* dessa sociabilidade e, ao mesmo tempo, empreender esforços no sentido de alcançar as particularidades desse fenômeno na vida das mulheres em sua diversidade. Tirar o véu, qualificar e nos propor a galgar os fundamentos dessa questão exigiu reconhecermos que a violência é construto e complexo social e, como tal, não convém ser analisada de forma isolada ou personificada.

Nessa direção, consideramos esta tese uma elaboração que, a partir de uma vasta colaboração de produções teóricas e da articulação e análise de uma realidade concreta, constitui-se em um saber aproximativo sobre o tema. O objetivo foi o de ampliar as análises sobre o fenômeno da violência a que as mulheres estão submetidas em contextos diversos, em específico nos territórios afetados por projetos de infraestrutura na Amazônia, como é o caso da região que abriga a UHE Belo Monte. Esse recorte nos fez recusar análises sobre o tema que buscam uma explicação para a violência contra as mulheres exclusivamente nas desigualdades de gênero ou numa pretensa essência masculina. Desse modo, localizamos nossa análise nas relações sociais produto das contradições fundamentais da sociedade, a partir de uma abordagem da teoria social crítica e feminista de compreensão da violência historicamente determinada, sem essencialismos e com o horizonte na emancipação humana.

Assim, não consideramos a violência contra as mulheres como expressão única das desigualdades de gênero que teria influência ou no máximo seria agravada pelas desigualdades econômicas e raciais. De forma distinta, nós a compreendemos como *resultado e condição* para que esses sistemas de opressão-exploração coexistam. É fato que o patriarcado é o alicerce primeiro (no sentido de temporal) da violência contra as mulheres; porém, na sociedade atual apresenta-se fundido ao capitalismo e ao racismo que passam a caracterizar as relações sociais que estruturam a vida social. Ademais, não negamos a existência de mecanismos microssociais como dispositivos a serem considerados nas análises sobre o tema, no entanto, apesar de considerá-los, nossa perspectiva é de que eventos situacionais são condicionantes, mas não determinantes da ocorrência e persistência da violência contra as mulheres.

Das análises empreendidas, podemos aferir que a violência nas suas variadas expressões tem se manifestado de forma particular e aguda na Amazônia, o que nos faz considerar que a violência na região não é necessariamente uma novidade, mas confirma a dialética entre o *passado e presente*, própria da formação social brasileira que, além de

contribuir para naturalizar desigualdades, traz sempre “piores novidades”. O avanço na apropriação e exploração da natureza em níveis que beiram o esgotamento no compasso com os níveis de degradação humana são expressão de uma previsível “bossa nova”, também entendida como *crise estrutural*. Nesse contexto, com o Estado atuando no sentido de garantir as condições necessárias, a Amazônia assume um lugar central para a acumulação capitalista mundial, inclusive produzindo a violência que se complexifica e passa a abranger todas as dimensões da vida.

Os grandes projetos, estratégias indiretas de contenção dessa crise, são espaços por excelência de produção da violência que assumem no capitalismo dependente brasileiro e de tipo enclave amazônico, um potencial acelerado de destruição, figurando como guerra – uma guerra, diga-se, invisível e silenciosa, posto que compõe o “estado normal” de coisas da região. Afinal, tais projetos contam com uma forte *ideologia – da redenção e do progresso –* que os legitimam e contribuem sobremaneira para secundarizar as suas contradições latentes e atuam como sustentação do autoritarismo quando essas contradições teimam em aparecer. No caso de Belo Monte, nossa pesquisa aponta que sua construção foi conduzida por um estado de exceção num cenário de democracia blindada no País, atendendo aos interesses do conjunto do grande capital nacional, estrangeiro, industrial e financeiro.

Alcançar esse contexto foi fundamental para apresentarmos as sínteses às quais chegamos neste estudo. A primeira e talvez a mais importante – já que dela se desdobram as demais – é a ratificação da relação direta entre o aumento da ocorrência da violência contra as mulheres nos territórios e os “grandes projetos”. A experiência de Belo Monte é emblemática por explicitar o *modus operandi* desses projetos e a funcionalidade da violência contra as mulheres como condição. Resultado da articulação entre as pesquisas teórica, documental e empírica desenvolvidas com o objetivo de alcançar uma aproximação ao objeto de estudo, chegamos à tese de que *a violência contra as mulheres não figura apenas como consequência ou resultado desses projetos: ela é condição para que esses projetos possam se constituir como tal*. Em outras palavras, a violência contra as mulheres é, ao mesmo tempo, resultado das relações sociais e produtora delas, isto é, constitui um mecanismo importante para a manutenção das desigualdades.

Do ponto de vista da análise, só foi possível constatar a multiplicidade de expressões da violência contra as mulheres porque ousamos ir além das abordagens limitadas às tipologias que comumente restringem a realidade, com o uso de um conceito amplo de violência, aqui considerada como *o controle sobre os corpos das mulheres e femininos que reúne um conjunto de diferentes práticas e experiências – em intensidade, extensão e*

manifestações – em vários contextos, independentemente de quem a comete. Acreditamos que tal conceito articulado à estratégia metodológica de triangulação de fontes e dados ampliaram as possibilidades de aproximação ao fenômeno em sua totalidade, com destaque para as negações, as impossibilidades, as expectativas, os julgamentos socialmente desiguais, os não lugares, expressões importantes da violência estrutural que atingem de forma particular as mulheres, mas são pouco consideradas nos estudos sobre o tema.

No que diz respeito aos dados oficiais coletados principalmente na Deam de Altamira, é possível aferir que a apreensão da violência contra as mulheres pela Segurança Pública se atém ao contexto doméstico. Ademais, identificamos um distanciamento entre os dados oficiais e a realidade concreta, posto que os registros não alcançam a multiplicidade de expressões da violência no cotidiano das mulheres. Apesar disso, a comparação entre os registros de violência antes e depois da obra aponta para o aumento significativo das denúncias de violência direta a partir do início das obras da barragem. Entre eles, os registros de estupros assumem destaque, pois no período de auge da construção de Belo Monte constatamos a ocorrência de pelo menos *um estupro a cada três dias* na região da barragem. É importante lembrar que apenas uma pequena cifra dos casos é registrada, o que eleva esses números e nos possibilita considerar o estupro como uma *epidemia nas regiões atingidas por grandes projetos*. As características peculiares desses projetos, que passam pelo isolamento, confinamento e a ausência de medidas e políticas de proteção às mulheres, compõe o contexto que possibilita esse aumento da violência. Além disso, destacamos a *dimensão ideológica da imbricação entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo*, que apreende a sexualidade masculina como “incontrolável” e o corpo das mulheres como um objeto disponível a ser consumido e necessário à satisfação de outrem, sendo que alguns desses corpos são “alvos preferenciais”. Daí que não vinculamos a predominância de homens na barragem à existência ou ao aumento dessa violência. Não obstante os dados explicitarem que a *violência contra as mulheres* na maioria dos casos (de forma direta) é praticada por homens, não implica dizer que todos sejam necessariamente ou naturalmente violentos, mas que existe um *sistema de dominação* que produz, reproduz e orienta práticas, comportamentos, instituições, normas – que garantem privilégios – e encontra na violência contra as mulheres um instrumento de sua manutenção.

Assim sendo, não diferente de outros contextos de conflitos, a violência sexual em Belo Monte explicita-se como *instrumento de guerra* – uma guerra sob outros meios –, em que estupros ocorrem sem armas de fogo e sem o controle militar, mas se impõe como condição mesma, não apenas do controle dos corpos das mulheres, mas dos territórios. A

predominância e invisibilidade da violência sexual contra as mulheres indígenas na região atingida pela barragem, ausente dos dados oficiais, não nos deixa dúvidas: *a apropriação dos corpos das mulheres é uma estratégia de controle dos territórios.*

Essa apropriação apresenta-se através do estupro, mas também sob outras expressões, algumas comumente reconhecidas – como é o caso da violência conjugal e do assédio moral e sexual – e outras subsumidas nas relações sociais, quer pelas violências mais diretas, quer pela própria dinâmica das relações que a naturalizam. Destacamos entre elas o etnocídio, a expropriação de terras e meios de trabalho, a exploração do trabalho, o racismo contra as mulheres indígenas, ribeirinhas e negras – em sua maioria migrantes –, “os morrerem por conta” e a desproteção que atinge a todas as mulheres, mas, principalmente, as mulheres nos contextos não urbanos. Esse conjunto de situações, práticas e comportamentos de forma direta ou indireta representam em espaços e contextos diversos o *controle dos corpos e da vida das mulheres*. Isso aponta a abrangência da violência, ou o *continuum* da violência contra as mulheres, da violência direta à Lei, que resulta da *exploração-opressão* particular sobre os corpos das mulheres, que tem a *apropriação* como síntese. *A apropriação – do tempo, do corpo, da vida – invisível e impessoal é a representação de que a violência contra as mulheres é estrutural.*

A experiência da violência – como ameaça ou fato – torna as mulheres as mais atingidas por Belo Monte. Os dados qualitativos, em especial as narrativas das mulheres entrevistadas e as observações de campo, nos permitiu identificar também que, embora todas as mulheres sejam impactadas direta ou indiretamente pela obra, há diferenças quanto ao nível de “exposição” direta à violência associadas ao trabalho, ao contexto no qual as mulheres estão inseridas e ao pertencimento étnico-racial. Assim, o cruzamento entre condicionantes e determinantes nos possibilita aferir que, a despeito de todas as mulheres “padecerem” da possibilidade da violência por serem mulheres, as trabalhadoras do sexo, indígenas e ribeirinhas são as mais expostas aos riscos, pela desproteção, inserção precarizada no mercado de trabalho, ausência de ou baixa escolaridade, o que confirma a existência de hierarquias e desigualdades entre as próprias mulheres. Ousamos dizer que quanto maior a superexploração-opressão das mulheres, maiores são as possibilidades de aglutinarem experiências distintas e perenes de violência e da naturalização dessas experiências, ao ponto de a violência ser confundida como *condição mesma de vida* (como ocorre com as trabalhadoras do sexo).

É importante frisarmos ainda que a oportunidade da organização – que passa pela politização da violência e por uma consciência militante feminista – constrói “fissuras”, ao

apontar possibilidades que, a despeito de seus limites, promovem maior espaço para negociações e questionamentos sobre as expectativas de sexo-gênero no espaço doméstico, acesso a espaços e lugares considerados “masculinos”, além de modificações importantes na “qualidade de vida” das mulheres (mesmo que não seja certeza de proteção ou impedimento para a violência, posto que, mesmo sob circunstâncias diferenciadas, a violência atinge a todas). Isso se revelou na situação de “vantagem” das mulheres urbanas em relação às mulheres indígenas aldeadas, que, no contato com a sociedade no seu entorno, seja pelo não domínio da língua portuguesa ou pelos padrões mais rígidos nas relações de sexo/gênero nas aldeias, manifestam maior dificuldade para organização política e a participação em espaços que costumeiramente são ocupados por homens. A indígena ribeirinha a qual pudemos entrevistar é exceção à regra. Ademais, isso não implica a assimilação de um vitimismo como marca entre as mulheres mais atingidas. Tuíra, símbolo da luta contra a guerra de Belo Monte, ilustra a resistência “atrevida” e necessária das mulheres indígenas, que também encontra na violência dos “brancos” força para defender seus povos, corpos e territórios.

Assim, as análises ao longo da tese nos levaram às seguintes sínteses: 1) a relação entre a violência contra as mulheres e a ordem social ainda é acessória nos estudos sobre o tema, apesar de revelar-se como condição e produto das relações sociais como explicitou-se no contexto da presente pesquisa, refletindo o próprio *modus operandi* dada a sua agudização, é considerada como resultado de relações, escolhas e conflitos interpessoais; 2) a violência contra as mulheres no contexto de Belo Monte expressa-se na *expropriação-opressão-exploração* das terras, espaços e corpos das mulheres como territórios apropriados pelo capitalismo em sua versão mundializada e dependente; 3) essa apropriação é atravessada pelas relações de sexo-gênero, étnico-raciais e de classe, confirmando a existência de hierarquias e desigualdades entre as mulheres atingidas pela barragem; 4) o enfrentamento à violência contra as mulheres (quando ocorre) dá-se com foco na violência doméstica, através da responsabilização e culpabilização individual dos sujeitos – logo, não consegue relacionar o aumento dessa violência à barragem; 5) as políticas de proteção às mulheres não conseguem interferir ou penetrar no canteiro de obras da UHE Belo Monte, e a Norte Energia e o CCBM não se posicionam frente aos casos ocorridos e denunciados, o que nos permite apontar a conivência do Estado e das empresas frente aos casos de violência contra as mulheres que ocorrem dentro, no entorno e fora da obra; 6) a omissão e conivência do Estado frente aos casos de violência contra as mulheres que ocorrem no contexto da UHE Belo Monte não é uma externalidade: expõe a contradição mesma que, por meio de suas instituições, o compõe, ora colocando-se como promotor da segurança, ora produzindo a violência – seja de forma

direta, pelo uso da força policial, ou indireta, através da omissão e conivência; 7) apesar disso, há resistência, as mulheres foram protagonistas das lutas contra a barragem através da luta por direitos e pelo enfrentamento as múltiplas expressões da violência em diversos espaços; 8) essas lutas fortaleceram experiências que representam fissuras importantes nas estruturas sólidas e aparentemente permanentes.

A pesquisa também apontou que a *politização da violência* pelas mulheres nas organizações das quais fazem parte também não passou sem tensionamentos. A consciência da violência que passa pela sua apreensão como *questão particular e universal* expõe as mulheres militantes à violência pela *transgressão a um modo de ser*. Ao mover as estruturas de poder através da participação e da organização política, as mulheres impactadas por “grandes projetos” e que assumem o protagonismo das lutas contrárias a esses empreendimentos têm sido alvos de constrangimentos, ameaças e execuções que dizem muito sobre o “peso” das estruturas, mesmo que não sejam imutáveis e acreditemos em sua transformação.

Diante do exposto, chegamos ao final desta tese convencidas de que a *guerra do capital* em busca apaixonada do valor que se faz *contra a natureza e as pessoas* andam juntas. Assim, tendo em vista que as conexões desveladas ao longo da pesquisa realizada são demonstrações-chave de que tudo está relacionado, perceber as conexões entre as diversas manifestações da violência nos faz afirmar que existe um *continuum* da violência em que a ordem econômica só pode funcionar como uma guerra contra as pessoas e contra a natureza, e nessa guerra *a violência contra as mulheres é um instrumento central e necessário ao capital*. Desse modo, a garantia da proteção às mulheres de forma plena e o enfrentamento da violência contra elas exige pôr fim à violência contra a natureza e contra os territórios.

Portanto, acreditamos que o fim da violência contra mulheres não é possível pelo fim da impunidade, como muito se assevera. Por outro lado, essa perspectiva caminha na direção da responsabilização individual dos sujeitos, na moralização, judicialização e na criminalização das relações sociais como principais (ou únicas) alternativas para o enfrentamento a esse tipo de violência. Devemos avançar na luta por medidas estruturais, em que o papel e os limites do Estado precisam ser considerados, posto que também atua como cúmplice e agente da violência contra as mulheres. Na primeira situação, destaca-se a conivência e omissão com as diversas situações de violência, o descaso na proteção às mulheres e a negligência na prestação de serviços, que por meio da fragilidade das políticas sociais na região da UHE Belo Monte – com destaque para as políticas para as mulheres – contribui para a exposição das mulheres às diversas situações de violência, o que aponta para

tensão entre as políticas macroeconômicas e as políticas sociais, e uma inconsistência dessas últimas. Isso para nós revela outra dimensão da violência estrutural, que é a *violência institucional*. No outro caso, o Estado não se apresenta como conivente ou omissivo, mas como o próprio agente da violência, seja através da prática de seus agentes – como é o caso da violência policial e da violência sexual praticada por representantes estatais, seja por meio da imposição de políticas e projetos independente do seu potencial de destruição, como é o caso de Belo Monte ou da criminalização das lutas e resistências.

Esses achados apontam também desafios práticos e políticos. Nessa direção, consideramos que o fortalecimento da luta feminista e das mulheres e a promoção de medidas de educação com vistas à reflexão sobre as relações sociais são centrais para a construção de uma *consciência política da violência*. Os debates sobre sexualidade e gênero nos currículos escolares e o desenvolvimento de campanhas educativas sobre os direitos das mulheres também podem promover deslocamentos importantes, principalmente sob a onda conservadora em tempos recentes. Da mesma forma as delegacias, o aumento das penas e a criminalização da violência podem garantir uma sensação de segurança imediata e de proteção a algumas mulheres. Todavia, nosso estudo aponta que tais ações precisam ser reavaliadas, pois não têm apontado para modificações concretas no cenário de violência. Logo, consideramos que o enfrentamento da violência contra as mulheres só é possível com medidas e mudanças estruturais. Portanto, pouco se conseguirá avançar no enfrentamento concreto à violência se não alcançarmos as contradições centrais dessa sociabilidade.

Assim, ao considerarmos a imbricação necessária entre exploração-opressão, buscamos contribuir na construção de uma prática política de unidade, pois entendemos ser impossível a superação da opressão sob a lógica do capital, ou seja, uma sociedade emancipada só é possível se superadas as relações de opressões-exploração que a forjam. Nesse sentido, nenhuma forma de opressão pode ser entendida ou superada isoladamente e, ao mesmo tempo, a luta contra a opressão-exploração deve abarcar a totalidade de oprimidos. Em outros termos, a luta contra a violência (incluindo a violência contra as mulheres) deve ser necessariamente uma luta antipatriarcal, antirracista e anticapitalista – do contrário, continuará sem alcançar a liberdade almejada. Nessa direção, acreditamos que questionar o desenvolvimento a partir de uma perspectiva da teoria social crítica e feminista radical pode contribuir para a desnaturalização de violências, na despartriarcialização, descolonização e para a construção de relações na direção da liberdade.

Dito isso, almejamos que esta tese, embora de caráter aproximativo, possa contribuir para estudos mais profundos sobre o tema e que tenham como pressuposto o fato de que

novos patamares de sociabilidade não são possíveis se continuarmos fragmentando as relações, responsabilizando individualmente os sujeitos e buscando saídas nas “grades” e “prisões”. É isso do muito que as mulheres impactadas pelas grandes obras em Belo Monte tem a nos dizer! Esperamos também contribuir para que outras pesquisas se dediquem a fazer ecoar a voz dos sujeitos e que valorizem não os resultados em si, mas o processo de pesquisa como uma possibilidade pedagógica, orientada para a superação das desigualdades. É nesse sentido que vislumbramos colaborar com as mulheres, com os movimentos de mulheres, feministas e sociais na luta pelo fim da violência contra as mulheres e para a produção de uma sociabilidade sem *opressão-exploração*.

Ao apontarmos as particularidades da violência no contexto de Belo Monte, encontramos mediações que conectam as mulheres impactadas pela guerra das grandes obras às mulheres da guerra da Síria, na Índia, na Guatemala, no Haiti e com as indígenas canadenses, mulheres de todo o planeta que caminham em busca do sol, lutam pela vida (sua e de seus povos), apesar de o horizonte lhes apontarem *o começo do fim do mundo*.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: Estado de Exceção II. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. **Belo Monte**: grande número de trabalhadores aumenta movimento nas casas de prostituição da região. 2012. Disponível em: <http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-04-28/belo-monte-grande-numero-de-trabalhadores-aumenta-movimento-nas-casas-de-prostituicao-da-regiao>. Acesso em: 18 out. 2013.

_____. **Redes de tráfico de pessoas atuam paralelamente às grandes obras, diz deputada**. 2013. Disponível em: <http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2013-03-05/redes-de-trafico-de-pessoas-atuam-paralelamente-grandes-obras-diz-deputada>. Acesso em: 27 out. 2013.

AGUIAR, N. Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Brasília (DF), v. 15, n. 2, p. 303-330, jun./dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006. Acesso em: 11 abr. 2016.

ALMEIDA, Alfredo W. B. **Conflito e mediação**: Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Dossiê: Marxismo e questão racial. **Margem Esquerda**, São Paulo, Boitempo, n. 27, 2º sem. 2016.

ÁLVAREZ, Ana de Miguel. La construcción de un marco feminista de interpretación: la violencia de género. **Cadernos de Trabajo Social**, v. 18, p. 231-248, 2005.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. **A ilusão de Segurança Jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

_____. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Sequência**, Florianópolis, v. 26, n. 50, 2005.

_____. Criminologia e feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 105-117.

_____. O voo da Asa Branca entre a teoria e a empiria: da voz da Lei sobre a mulher às vozes das mulheres sobre a Lei e a (DES) proteção feminina no sistema penal (apresentação). In: MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha**: uma análise criminológico-crítica. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

_____. **Sistema penal máximo x cidadania mínima**: códigos de violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista**, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1IV8ss1>. Acesso em: 25 out. 2017.

AVENA, Daniella Tebar. A Violência Doméstica nas Relações Lésbicas: Realidades e Mitos. **Revista Aurora**, São Paulo, 2010.

ÁVILA, Maria Betânia. Mulher e natureza: os sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. **Caderno da Crítica Feminista**, ano VI, n. 5, dez. 2012.

_____. **Os sentidos da ação transformadora feminista**. Palestra proferida na abertura do I Encontro Nacional da AMB. Goiânia, 7 dez. 2006.

_____. **Vida cotidiana e uso do tempo pelas mulheres**. 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBetaniaavila.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

BACH, Ana María. **Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista**. Buenos Aires: Biblos, 2010.

BANDEIRA, Lourdes. Patriarcado e violência masculina: crimes de morte como construção pública. **30º Encontro Anual Anpocs**. 2006. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3517&Itemid=232. Acesso em: 14 set. 2015.

_____. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009.

BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989.

BARROSO, Milena Fernandes. **Rotas críticas das mulheres Sateré-Mawé no enfrentamento à violência doméstica: novos marcadores de gênero no contexto indígena**. Manaus: Edua, 2015.

BATISTA, Djalma. **Amazônia: cultura e sociedade**. Manaus: Valer, 2006.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Elaine Rossetti (Org.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Estado e Capitalismo no Brasil “neodesenvolvimentista”**. Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ABPESS, 2014.

BELEZINE, Eduardo H. C. Os Arara do laranjal: uma visão a partir do iriri, do outro lado da barragem. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014.

BENSAID, Daniel. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BERMANN, Célio. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012.

BLANCA, Rosa. El bordado en lo cotidiano y en el arte contemporáneo: ¿práctica emergente o tradicional? **Revista Feminismos**, Salvador, v. 2, n. 3, set./dez. 2014.

BORGUEZAN, Danielly. **À sombra da usina**. 2017. Disponível em: <http://www.agambenbrasil.com.br/index.php/textos-e-producao/cinema-3/11-a-sombra-da-usina>. Acesso em: 14 set. 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 2, p. 16-29, maio/ago. 2016a.

_____. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016b.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOZZA, Fábio da Silva. A tutela penal dos direitos humanos nas democracias de opinião (II). **Canal Ciências Criminais**. 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/a-tutela-penal-dos-direitos-humanos-nas-democracias-de-opiniao-ii/>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulher. Brasília, 2006.

_____. _____. **Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra Mulher**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

_____. Sudam. **Histórico Sudam**. 2014. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/sudam/historico-sudam>. Acesso em: 7 out. 2015.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAZÃO, A. T. (Org.). **Violência contra as mulheres**: uma história contada em décadas de lutas. Brasília: CFEMEA; MDG3, 2010.

_____.; GROSSI, M. P. (Org.). **Histórias para contar**: retrato da violência física e sexual. Natal: Casa Renascer, 2000.

BREVES, Luiza Monteiro. **A aplicação da Justiça Restaurativa nos crimes de violência de gênero e a busca da superação da cultura punitiva**. Monografia (Curso de Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: Men, Women and Rape**. Londres: Penguin, 1975.

BRUM, Eliane. Belo Monte: a anatomia de um etnocídio. Entrevista com Thais Santi. **El País**, Opinião, 1º dez. 2014. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. Vítimas de uma guerra amazônica. Entrevista com Thais Santi. **El País**, Opinião, 22 set. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html. Acesso em: 15 abr. 2014.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 12-34.

_____. **Violência e desigualdade**: conexões no contexto brasileiro. In: NOBRE, Miriam. **Violência e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2017.

CABRERA, Patricia Muñoz. **Intersecting Inequalities: A Review of Feminist Theories and Debates on Violence against Women and Poverty In Latin America**. Central America Women's Network, 2010.

CADERMATORI, Ana Carolina; ROSO, Adriane. Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 397-418, jun./dez. 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/3332169/Viol%C3%Aancia_criminalidade_e_rela%C3%A7%C3%B5es_de_domina%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 14 set. 2015.

CAMPOS, Cauê Vieira. **Operários de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte frente à crise do governo Dilma**. 2015. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=5238>. Acesso em: 14 set. 2015.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988). Niterói: UFF, 2014.

CAMURÇA, Silva. 'Nós Mulheres' e nossa experiência comum. **Cadernos de Crítica Feminista**, n. 0, ano I. Recife: SOS Corpo, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A questão racial. In: D'INCAO, Maria Angela. **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Unesp, 1989.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

CARVALHO, João Eduardo Coin de. Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 9-18, 2008. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/03.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p. 119-139, 1º sem. 2013.

_____. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012a.

_____. **Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista**. 2012b. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; LIMA, Ricardo de. **Estado, acumulação capitalista e questão social: da acumulação primitiva ao novo imperialismo**. Anais do II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/008.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CASTRO, Edna Maria Ramos. **As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental**. Rio de Janeiro: Equit, 2004.

_____. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 45-61, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3476/347632187004.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995.

_____. Integração Sul-Americana do IIRSA: Visão do Estado e dos Atores da Pan-Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica**. Belém: Fase/UFPA, 2009.

CASTRO, Edna Ramos de; ALONSO, Sara; NASCIMENTO, Sabrina; CORREIRA, Larissa; CORREA, Simy de Almeida. **Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos à sociedade no século XXI**. Paper do NAEA, n. 343, 2014. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/418>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CASTRO, Mary. Notas sobre a potencialidade do conceito de patriarcado para um sujeito no feminismo. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano V, n. 4, dez. 2011.

CASTRO, Mary Garcia; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 216-251.

CASTRO, Viveiro de. **No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é**. 2006. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf. Acesso em: 10 jul. 2017.

CAVALLI, Michelle. **Violência estrutural: Enfrentamentos para o Serviço Social? Encontro de Iniciação científica**, 2009. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/2596>. Acesso em: 20 set. 2016.

CENTELHAS, Marcela Rabello de Castro. **Construindo “encontros”**: movimentos sociais, rituais e política. Anais do Seminário de Antropologia da UFSCAR, ano 1, ed. 1, 2014. Disponível em: <http://www.seminariodeantropologia.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/09/ANAIS-DO-III-sLFemin%C3%A1rio-de-antropologia-pdf.678-690.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Nota Técnica Ipea: estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde**. Brasília: Ipea, 2014.

CHAGAS, R. P. **Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contrarrevolução no Brasil**. São Paulo: PUC, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Caderno Mais, n. 3, 14 mar. 1999.

_____. Ética e violência no Brasil. **Revista Bio & Thikos**, Centro Universitário São Camilo, p. 378-383, 2011. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/89/A3.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Uma ideologia perversa. **Folha de S. Paulo**, 14 mar. 1999. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_1_4.htm. Acesso em: 20 set. 2016.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIMI. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**: dados de 2014. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2015.

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Revista Serviço Social**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 138-154, jul./dez. 2015.

_____. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010 (original de 1832).

CLÍMACO, Danilo. Das transformações da dominação masculina. **Cadernos Pagu**, p. 437-443, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n30/a24n30.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

COELHO, Sara; SOUZA, Marco Aurélio Furtado. **Trabalho escravo na Amazônia**: análise dogmático-interpretativa e jurisprudencial do art. 149 do Código Penal. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/50150/trabalho-escravo-na-amazonia-analise-dogmatico-interpretativa-e-jurisprudencial-do-art-149-do-codigo-penal>. Acesso em: 27 nov. 2017.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria. **Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?** Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Maria%20L%C3%ADvia%20do%20Nascimento/texto23.pdf. Acesso em: 25 mar. 2017.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2000.

COMERFORD, J. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

CONTI, Thomas V. **Os Conceitos de Violência Direta, Estrutural e Cultural**. 2016. Disponível em: <http://thomasvconti.com.br/2016/os-conceitos-de-violencia-direta-estrutural-e-cultural/?subscribe=success#527>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **As lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo para Sempre diante do projeto hidrelétrico de Belo Monte**: o padrão de desenvolvimento da Amazônia em disputa. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB), 2014.

COSTA, Julie Hanna de Souza Cruz; SILVA, Marcos de Araújo. Matrizes da violência e do sofrimento na formação social do Brasil contemporâneo: uma revisão crítica da obra O Povo Brasileiro de Darcy Ribeiro. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 15, n. 43, p. 63-76, 2015. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/CostaeSilvaArt.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

CÔTÉ, Denyse. “Mais je voulais que ça cesse!”: récits de mères sur la garde partagée et la violence postséparation. **Nouvelles Pratiques Sociales**, v. 25, n. 1, p. 44-61, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRUZ, Elizabeth F. **Ação política, transformação social e re-construção de identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CUNHA, Euclides da. **Amazônia: um paraíso perdido**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Valer/Edua, 2003.

CUNHA, Flávia Melo. **Delicta factis permanentis: marcas de um delito invisível**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CURIEL, Ochy. **Identidades essencialistas construcción de identidades políticas: el dilema de las feministas negras**. 2003.

DARON, Vanderleia L. P. **Um Grito Lilás: Cartografia da Violência às Mulheres do Campo e da Floresta**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009.

DAS, V. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1996.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

_____. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial: A mulher no imaginário social; Mãe e mulher, honra e desordem; Religiosidade e sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2000.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DINIZ, Maria Ilidiana. **Assédio moral e sexual como violência sexista no cotidiano das trabalhadoras**. São Luís: Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015.

_____. **Mulheres como eu, mulheres como as outras**: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e movimento hip-hop. São Paulo: Annablume, 1998.

DUTTON, D. G.; NICHOLLS, T. L. The gender paradigm in domestic violence research and theory: Part 1: The conflict of theory and data. **Aggression and Violent Behavior**, n. 10, p. 680-714, 2005.

EL-MOUELHY, Mawaheb. Violence Against Women: A Public Health Problem. **The Journal of Primary Prevention**, v. 25, n. 2, out. 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 1987.

FALQUET, Jules. **De los asesinatos de Ciudad Juárez al fenómeno de los feminicidios**: ¿nuevas formas de violencia contra las mujeres? Texto impresso, 2014a.

_____. Os atuais desafios para o feminismo materialista (entrevista). **Temporalis**, ano 14, n. 27, p. 245-261, jan./jun. 2014b.

_____. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun.; jul./dez. 2008.

_____. Violences contre les femmes et (dé)colonisation du "territoire-corps": de la guerre à l'extractivisme neoliberal au Guatemala. **Collectif Guatemala**, 2016. Disponível em: https://issuu.com/collectifguatemala/docs/jules_falquet_-_violences_contre_le. Acesso em: 25 maio 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FARIA, Nalu et al. **Prostituição**: uma abordagem feminista. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, dez. 2013.

FARRIS, Sara. The Intersectional Conundrum and the Nation-State. **Viewpoint Magazine**, maio 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1DbJbn4>. Acesso em: 25 maio 2015.

FEARNSIDE, Philip. Social impacts of Brazil's Tucuruí Dam. **Environmental Management**, p. 483-495, 1999. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte em pauta. **Política Ambiental**, Minas Gerais, n. 7, jan. 2011. Disponível em: <http://www.conservacao.org/publicacoes/files/politicaambiental7.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017a.

_____. Notas sobre Gênero em “O Capital” de Marx. **Revista Movimento: crítica, teoria e ação**, set. 2017b. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-o-capital-marx-feminismo-marxista>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FERNANDES, Edésio. **Informal Settlements in Latin America**. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FIGUEIREDO, Angela. A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, jan./abr. 2015.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. **O estado de exceção como categoria de análise para os conflitos ambientais: a construção de barragens na Amazônia brasileira entre suspensões de segurança e o “interesse nacional”**. Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2015.

FONSECA, Lucas Milhomens. **Movimentos sociais e redes de mobilização na Amazônia: o caso da hidrelétrica de Belo Monte**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

_____; GOHN, Maria da Glória. Movimentos indígenas e redes de mobilização: O caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Brasil. **Revista Eutopia**, dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/2857/2054>. Acesso em: 26 jan. 2018.

FONTES, Virgínia. Estado, poder e classes sociais no Brasil: novas e sólidas tradições de pesquisa (prefácio). In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)**. Niterói: UFF, 2014.

_____. Novas encruzilhadas e velhos fantasmas. In: CASTELO, Rodrigo. **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: ESPJV/UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997.

FRASER, Nancy. Meapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

FREIRE, Ralyanara. Bordando transgressões arpillera e a luta de mulheres contra Belo Monte. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498610012_ARQUIVO_Modelo_Texto_completo_MM_FG\(2\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498610012_ARQUIVO_Modelo_Texto_completo_MM_FG(2).pdf). Acesso em: 18 abr. 2018.

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

_____. **Fundamentos psicossociais do fenômeno da violência**. No prelo, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, n. 6, v. 3, p. 167-191, 1969.

GÓES, Camila; MUSSI, Daniela. A opressão de gênero e a imprescindível renovação do marxismo. **Blog Junho**, 15 jul. 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/a-opressao-de-genero-e-a-imprescindivel-renovacao-do-marxismo/>. Acesso em: 15 maio 2017.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e militantes. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1997.

GOMES, Ana Paula Portela. **Como morre uma mulher?** Configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GOUGES, Olympe. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. **Interthesis**, Florianópolis, v. 4, n. 1, jan./jun. 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia**: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____; DEBERT, Guita Grin. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-211, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/11.pdf>. Acesso em: 18 maio 2010.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez: 2017.

GUILLAUMIN, Colette. Prática del poder e ideia de natureza. In: FALQUET, Jules; CURIEL, Ochy (Orgs.). **El patriarcado al desnudo**: tres feministas materialistas: Colette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

_____; TABEL, Paola; MATHIEU, Nicole Claude. **O patriarcado desvendado**: teoria de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014.

GURGEL, Telma. **Feminismo e luta de classe**: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na Contemporaneidade. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2010.

HANMER, Jalna. Women and violence: communalities and diversities. In: FAWCETT, Barbara et al. (Eds.). **Violence and gender relations**: theories and interventions. London: Sage Publication, 1996. p. 7-21.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HERRERA, José Antônio; MOREIRA, Rodolfo Pragana. Resistência e conflitos sociais na Amazônia. **Campo-território**, Revista de Geografia Agrária, v. 8, n. 16, p. 130-151, ago. 2013.

HILL, Collins. **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 15 maio 2015.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC, 2002.

_____.; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 26 jan. 2017.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOEFFLER, Anke; FEARON, James. Benefits and Costs of the Conflict and Violence Targets for the Post-2015. **Development Agenda**, Copenhagen Consensus Center, 2014. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/11/conflict_assessment_-_hoeffler_and_fearon.pdf. Acesso em: 26 jan. 2017.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**, n. 1, v. 5, jan./mar. 1991.

_____. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. Dialética das relações raciais. **Revista Estudos Avançados**, 2004b.

_____. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004a (original de 1989).

_____. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.

_____. O Estado e a violência. **Blog da Boitempo**, 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/10/16/o-estado-e-a-violencia/>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. **O processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

_____. Posfácio: Violência, esta velha parteira: um samba-enredo. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). **As marcas do PAC na Amazônia brasileira**. São Leopoldo: 2011a. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/41710-as-marcas-do-pac-na-amazonia-brasileira>. Acesso em: 7 set. 2014.

_____. **Problemas em Jirau persistem**. São Leopoldo, 2011b. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/45286-problemas-em-jirau-persistem>. Acesso em: 27 out. 2013.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Cronologia do projeto**. 2010. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 17 jul. 2013.

_____. **Dossiê Belo Monte**: Não há condições para a licença de operação. 2015. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2017.

IXIMULEU, Chnab'jul/Mujeres Mayas de Huehuetenango. **Los pueblos, la tierra y el territorio**: hacia el buen vivir, hacia vivir en armonía. 2008. Disponível em: www.pcslatin.org/camex/gobernabilidad/mujeres_mayas1.pdf. Acesso em: 7 jul. 2017.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução de conflitos de gênero. São Paulo: Annablume, 1998.

_____; SANTOS, Cecília M. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, Universidade de Tel Aviv, n. 16, v. 1, p. 147-164, 2005.

JURUNA, Sheila. Belo Monte de violações. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, Cebrap, n. 86, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

LACERDA, Basso Marina. **Colonização dos corpos**: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LACERDA, Paula. **Meninos de Altamira**: Violência, “luta” política e administração pública. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

_____. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Cienc. Hum.**, Belém, v. 8, n. 1, p. 153-168, jan./abr. 2013.

LARA, Ricardo. Introdução aos complexos categoriais do ser social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 36, v. 13, p. 269-292, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/21072/15721>. Acesso em: 24 out. 2016.

LEAL, Aluízio Lins. **Grandes Projeto Amazônicos**: dois casos precursores. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins**, n. 14, 2012. Disponível em: <http://confins.revues.org/7424>. Acesso em: 14 out. 2016.

LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas em três tomos**. Lisboa;Moscou: Avante! Progresso, 1977.

LESSA, Sérgio. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Outubro Revista**, 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-06.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

LORENZ, K. **A agressão, uma história natural do mal**. Lisboa: Moraes, 1979.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Revista Estudos Avançados**, n. 16, p. 107-121, 2002.

LOVELL, Terry. Feminist Social Theory. In: TURNER, B. S. (Org.). **The blakwell companion to social theory**. Oxford: Backwell Published, 1996.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. n. 1, out. 1998.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**: ensaios sobre dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Para uma ontologia do ser social**, v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Movimentos sociais e mulheres: identidades e lutas**. Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/movimentossociaisemulheresidentidadeselutas.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (original de 1913).

MACHADO, Lia Zanota. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Série Antropologia, n. 284. Brasília: Departamento de Antropologia; Universidade de Brasília (UnB), 2000.

MACKINNON, Catherine A. Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: uma agenda para teoria. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 798-837, 2016.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15440>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MADSEN, Nina; ABREU, de Mavra (Org.). **Tolerância institucional à Violência contra as Mulheres**. Brasília: CFEMEA: Fundo para Igualdade de Gênero da ONU Mulheres e Ministério das Relações Exteriores da Holanda, 2014.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANIGLIA, Elisabete. **Criminalidade e violência no âmbito jurídico**: críticas e reflexões. Artigo (Graduação em Direito) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2005. Disponível em: <http://www.saoluis.br/revistajuridica/arquivos/012.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2015.

MARCELINO, Maria Fernanda; FARIA, Nalu; MORENO, Tica. **Trabalho, corpo e vida das mulheres**: uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios. SOF, 2014.

MARIUTTI, Eduardo Barroso. **Violência, capitalismo e mercadorização da vida**. Texto para discussão. Campinas: IE/Unicamp, n. 240, jun. 2014.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia**: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Acción y ideología**: Psicología Social desde Centroamérica. San Salvador: UCA, 2012.

_____. Consecuencias psicológicas del terrorismo político. In: BLANCO, Amalio; CORTE, Luis de la (Orgs.). **Poder, ideología y violencia**. Madrid: Trotta, 2003. p. 259-269.

_____. La violencia en Centroamérica: una visión psicosocial. **Revista Costarricense de Psicología**, 1988.

MARTINEZ, Simone Duran Toledo. **Violência Institucional**: Violação dos Direitos Humanos da Mulher. II Fórum de Violência contra a Mulher, Presidente Prudente, 21 nov. 2008.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JR., Fernando. A Contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Psicologia Política**, n. 14, v. 31, p. 569-589, 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política** (prefácio). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 (original de 1867).

_____; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Fererbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATTHAEI, Julie. Por que os/as economistas feministas/ marxistas/anti-racistas devem ser economistas-feministas-marxistas-anti-racistas. **Feminist Economics**, v. 2, n. 1, Spring 1996.

MATTOS, Marcelo Bardaró. Ainda o sujeito histórico ou outros sujeitos? Notas introdutórias para o debate da esquerda socialista no Brasil. **Blog Junho**, 15 abr. 2017. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/ainda-o-sujeito-historico-ou-outros-sujeitos-notas-introdutorias-para-o-debate-da-esquerda-socialista-no-brasil>. Acesso em: 15 maio 2017.

MEDEIROS, Evelyne; BARROSO, Milena. Setores orgânico e inorgânico na formação social brasileira. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 38, v. 14, p. 39-62, 2016.

MESPE. **Após chegada de Belo Monte, Altamira (PA) tem aumento de prostituição e tráfico**. 2013. Disponível em: <http://www.mespe.com.br/profiles/blogs/apos-chegada-de-belo-monte-altamira-pa-tem-aumento-de-prostituicao>. Acesso em: 18 out. 2013.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Violência e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/308829-44/2015>. Acesso em: 15 out. 2016.

MILLETT, Kate. **Política Sexual**. Mexico: 1975.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Temas em Saúde collection. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 5 fev. 2017.

_____; SOUZA, E. R. de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, n. 3, p. 513-531, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.

MIRANDA, Isabella. **“Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher?”**: uma análise das políticas criminais de violência doméstica sob a perspectiva da criminologia crítica e feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha**: uma análise criminológico-crítica. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. **Blog da Boitempo**, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/pos-modernismo-marxismo-e-feminismo/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MORALES, L. **Vai e vem, vira e volta**: as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

MOREIRA, Cláudia Cristina Pacheco. **A extinção da Sudam e da Sudene**. Brasília, n. 157, jan./mar. 2003.

MORENO, Tica. Mineração e prostituição. **Brasil de Fato**. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/31977>. Acesso em: 5 maio 2015.

MORGADO, Cauê Vieira. **Movimento Xingu Vivo para Sempre**: ações, reivindicações e estratégias. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Encontro discute danos do modelo energético às mulheres**. 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/encontro-discute-danos-do-modelo-energ-tico-s-mulheres>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. **Mulheres atingidas**. 2013. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/artigo/mulheres-atingidas>. Acesso em: 17 jul. 2013.

_____. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**. São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/cartilha_mulheres.pdf. Acesso em: 17 jul. 2013.

_____. **Sobre Jirau**. 2014. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/amazonia/santo_antonio_e_jirau/sobre_a_barragem_jirau. Acesso em: 9 ago. 2014.

_____. **Violência patriarcal faz mais uma vítima em Altamira**. 2012. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/viol-ncia-patriarcal-faz-mais-uma-v-tima-em-altamira>. Acesso em: 12 abr. 2013.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **Tucuruí**: “Mesmo depois de 30 anos continuamos sem receber indenização”. 2011. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/29/tucurui-mesmo-depois-de-30-anos-continuamos-sem-receber-indenizacao/>. Acesso em: 27 out. 2013.

MULLER, Geraldo; CARDOSO, Fernando Henrique. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

NASCIMENTO, Francisco Arrais; SALGUEIRO, Suely Chacon. **O segundo armário**: análise da violência doméstica entre casais homossexuais. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso do. O paradoxal desenvolvimento do Estado do Pará: efeitos no social. In: SCHERER, Elenise. **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho et al. **Exploração mineral na Amazônia brasileira: o estado do Pará em questão**. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/mesastematicas/grandesprojetosdedesenvolvimentoelutassociaisnaamazoniabrasileira.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos**. Dissertação (Mestrado). Belém: NAEA, 2011.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOBRE, Miriam. **Violência e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2017.

NÓBREGA, Francisco de A. N. Moradia Digna: Reassentamentos Urbanos Coletivos e Indenizações. **Dossiê Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

OBSERVATÓRIO SOBRE CRISES E ALTERNATIVAS. **Violência estrutural**. Disponível em: www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=7865. Acesso em: 22 nov. 2016.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Altamira e suas veias abertas por violências e grandes obras. **Le Monde Diplomatique**, 11 jul. 2017. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/altamira-e-suas-veias-abertas-por-violencias-e-grandes-obras>. Acesso em: 14 set. 2017.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Violência social e Belo Monte: o dito e o não dito nas condicionantes. **ISA – Dossiê Belo Monte: Não há condições para Licença de Operação**. 2015.

OLIVEIRA, Assis da Costa; PINHO, Vilma Aparecida de (Coord.). **Diagnóstico Rápido Participativo Complementar: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira/PA**. Altamira: UFPA, 2014. Disponível em: www.rodasdedireito.com.br. Acesso em: 4 jan. 2018.

OLIVEIRA, Chico. O avesso do avesso. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Dennis de. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. Dossiê: Marxismo e Questão Racial. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 27, 2º sem. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

OSORIO, Jaime. A ruptura entre economia e política no mundo do capital. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p. 177-186, 2013.

PACHUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PAIVA, Ângela Maria Trindade. **Das águas do rio, as mulheres em movimento na defesa do Xingu**: a resistência contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira – Oeste do Pará. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFPA, Belém, 2010.

PATERMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Resenha do livro Das, Veena. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007. **Cadernos Pagu**, jul./dez. 2010.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Revista Educação Social**, v. 28, n. 100, p. 763-785, out. 2007. p. 763-785.

PINTO, Lúcio Flávio. **A Amazônia em questão**: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4, 2012.

_____. **A Amazônia**: a fronteira do caos. São Paulo: Falangola, 1991.

_____. O mamute incontrolado. **Cartas da Amazônia**, 27 nov. 2012. Disponível em: <http://br.noticias.yahoo.com/blogs/cartas-amazonia/o-mamute-incontrolado-161146188.html#more-id>. Acesso em: 17 jul. 2013.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher? **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

PLATAFORMA DHESCA BRASIL. Violação de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira, Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento. **Relatório Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente**. 2011.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

_____. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012 (original de 1953).

QUEIROZ, Paulo. **Funções do direito penal**: legitimação *versus* deslegitimação do sistema penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: LANDER, Edgardo (Org.). **Colección Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, set. 2005. p. 227-278.

RACISMO AMBIENTAL. **Belo Monte**: consórcio nega conhecimento de exploração de mulheres perto das obras. 2013. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2013/04/belo-monte-consorcio-nega-conhecimento-de-exploracao-de-mulheres-perto-das-obras/#more-95545>. Acesso em: 27 out. 2013.

REIS, João Francisco; SOUZA, Jaime Luiz. Grandes projetos na Amazônia: A hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos na segurança pública. **Dilemas**, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 9, n. 2, p. 215-230, maio/ago. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Quanto maior melhor? Projetos de grande escala: uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014.

RIBEIRO, H. P. **A violência oculta do trabalho**: as lesões por esforços repetitivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 5 fev. 2017.

RIFIOTIS, Theophiles. **Nos campos da violência**: diferença e positividade. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: UFSC, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, n. 19, p. 1-19, 1997.

RODRIGUES, Marcelo da Silveira. **Políticas públicas infraestruturais na Amazônia brasileira**: as estradas do PAC e da IIRSA. Anais do XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-32.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2009.

ROMITO, Patrizia. **A deafening silence**: hidden violence against women and children. 2008.

ROS, Ana Carolina Pontes. **Produção e reprodução social da violência**: rebatimentos da naturalização de processos violentos na sociedade capitalista. Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/PRODUCAO_E_REPRODUCAO_SOCIAL_DA_VIOLENCIA.pdf. Acesso em: 17 dez. 2016.

RUSZCZYK, Carlos João. **Espaço da água, espaço da terra no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB/CRAB)**: 1979-1982. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. **O Poder do Macho**. 1987.

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Revista Lutas Sociais**, n. 2, 1997.

SALVADOR, Evilasio. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas políticas sociais. **Revista SER Social**, Brasília, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; WOLFF, Cristina Scheibe. “Mulheres agricultoras” e “Mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, n. 25, v. 1, p. 79-89, 2013.

SANTIAGO, Daniela E. **A violência segundo a perspectiva de Martín-Baró**: possíveis contribuições ao serviço social. V Encontro de Iniciação Científica da Unitoledo, 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo, 2009.

SCARAMUZZI, Igor. A resistência dos quilombolas de oriximiná à mineração. In: NOBRE, Miriam. **Violência e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SECRETO, M. V. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEGATO, Rita. **Qué es un feminicidio**. Notas para un debate emergente. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

SENA, Francisca M. Rodrigues. **Mulheres em movimento: construção de relações de gênero na militância política das mulheres**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

SEVÁ FILHA, A. **TENOTÁ-MÓ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu**. São Paulo: Internacional Rivers Network, 2005.

SILVA, Carmem S. M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: SOS Corpo, 2016.

_____. Pensar o futuro, bem viver o presente. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, SOS Corpo, ano V, n. 4, dez. 2011.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil**: fundamentos sócio históricos. Campinas: Papel Social, 2014.

SILVA, José Fernando. Alguns apontamentos sobre a intervenção profissional do assistente social na área da violência urbana. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 2, dez. 2003.

_____. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. **Ser Social**, UnB, v. 19, p. 31-58, 2008.

_____. O método em Marx e o estudo da violência estrutural. **Revista Eletrônica da Faculdade de História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais**. Franca: Unesp, 2005. Disponível em: <http://www.franca.unes.p.br/revista/index.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. Violência e Serviço Social: notas críticas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802008000200012>. Acesso em: 20 out. 2016.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres Migrantes na Transamazônica**: construção da ocupação e do fazer política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SILVA, Marilene Correa. **Metamorfozes da Amazônia**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Rosimeri Aquino da. Sociologia da conflitualidade (Resenha). **Soc. Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922010000200013>. Acesso em: 22 out. 2016.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan./mar. 2013.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SMITH, Antony. **Os conquistadores do Amazonas**: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo. São Paulo: Best Seller, 1990.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Secretaria Municipal de Cultura; Brasiliense, 2011.

STEARNS, Peter N. **As origens das civilizações e do patriarcado**. 2015. Disponível em: <http://www.editoracontexto.com.br/blog/as-origens-das-civilizacoes-e-do-patriarcado/>. Acesso em: 5 abr. 2017.

STÉDILE, João Pedro; GORGEN, E. S. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, mar./abr. 2013.

TABET, Paola. **La grande arnaque**. Paris: L'Harmattan, 2005.

TERRY, Geraldine. Poverty reduction and violence against women: exploring links, assessing impact. **Development in Practice**, 2004.

TOLEDO, Cecília. **Gênero e Classe**. São Paulo: Sundermann, 2017.

TOOD, Zoe. Uma interpelação feminista indígena à “Virada Ontológica”: “ontologia” é só outro nome para colonialismo. **GEAC Antropologia Crítica**, dez. 2015. Disponível em: <https://antropologiacritica.wordpress.com/2015/12/22/uma-interpelacao-feminista-indigena-a-virada-ontologica-ontologia-e-so-outro-nome-para-colonialismo/>. Acesso em: 5 dez. 2017.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas amazônidas**. Manaus: Universidade Federal de Amazonas, 2005.

TRISTAN, Flora. **Union Ouvrière**. Paris: Des Femmes, 1986.

TROTSKY, Leon. **A revolução russa**. São Paulo: Informação, 1989.

TURRELL, Sue. **Why violence against women matters**. 2007. Disponível em: www.opendemocracy.net/blog/why_violence_against_women_matters. Acesso em: 10 dez. 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular Brasil, 2011.

VERDUM, Ricardo. **As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira**. Nota Técnica 9: Inesc, 2012a.

_____. **As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia Brasileira**. 2012b. Disponível em: <http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Obras-de-Infraestrutura-do-PAC-e-Povos-Indigenas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

VILHENA, Junia de; ZAMORA, Maria Helena. Além do ato: os transbordamentos do estupro. **Revista Rio de Janeiro**, n. 12, jan./abr. 2004

VILLAS-BÔAS; ROJAS GARZÓN; REIS; AMORIM; LEITE (Org.). **Dossiê Belo Monte:** não há condições para a Licença de Operação. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos: a onda punitiva. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012:** homicídios de mulheres no Brasil. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf. Acesso em: 25 abr. 2013.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy.** Oxford/Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reinvindicação dos direitos da mulher.** São Paulo: Boitempo, 2016.

WOOD, Ellen Meisins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência:** seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZUGMAN, Daniel Leib. O dever de consulta aos povos indígenas e a construção da Usina de Belo Monte. **Red GV**, ano 2, v. 1, n. 3, jul. 2013.

NOME	ORIGEM	PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL	MIGRAÇÃO	MOTIVO DA MIGRAÇÃO	“GRANDES PROJETOS”	TRABALHO	CONTEXTO DAS EXPERIÊNCIAS
Palmeira	Maranhão	Negra	Tucuruí, Marabá, Altamira	Trabalho/ Terra	HUE de Tucuruí Transamazônica Vale Belo Monte	Extrativista	Contexto rural
Andiroba	Região do Xingu	Indígena	Porto de Móz, Itaituba, Porto Velho, Altamira	Casamento/ Família	Transamazônica Belo Monte	Pescadora Ribeirinha	Contexto indígena Contexto rural
Vitoria régia	Belém	Não branca	Altamira	Trabalho	HUE Belo Monte	Trabalho Sexual	Contexto urbano
Burutizeira	Parauapebas (Mãe maranhense)	Não branca	Tucuruí, Tocantins, Tailândia, Parauapebas, Barcarena, Altamira	Trabalho/ Família	HUE de Tucuruí Grande Carajás (Vale) Belo Monte	Vários (garçomete, recepcionista em casa de prostituição)	Contexto urbano
Açaizeira	Parauapebas (Mãe maranhense)	Não branca	Tucuruí, Tocantins, Tailândia, Parauapebas, Barcarena, Altamira	Trabalho/ Família	HUE de Tucuruí Grande Carajás (Vale) Mineração Belo Monte	Vários (garçomete, ajudante de obra)	Contexto urbano Contexto da obra
Jasmim	Altamira (Pai-sergipano)	Branca	Fortaleza	Casamento	Mineração HUE Belo Monte	Vários (doméstica, camareira, cozinheira, serviços gerais)	Contexto urbano Contexto da obra
Jucá	Bahia	Negra	São Paulo, Belo Horizonte, Altamira	Família	Transamazônica HUE Belo Monte	Professora e ativista	Contexto urbano
Cipó	Maranhão	Negra	Marabá, Altamira	Família	Transamazônica HUE Belo Monte	Professora e ativista	Contexto urbano
Castanheira	Piauí	Não branca	Altamira	Família	Transamazônica HUE Belo Monte	Professora, educadora, ativista	Contexto urbano
Helicônia	Maranhão	Negra	Santa Luiza, Ourilândia, Xinguara, Anapú	Trabalho/ Terra	Garimpo Transamazônica HUE Belo Monte	Agricultora	Contexto rural
Bromélia	São Paulo	Branca	Altamira	Trabalho/ Militância	HUE Belo Monte	Jornalista	Contexto urbano
Pupunheira	São Félix do Xingu	Negra	Altamira	Família	Transamazônica HUE Belo Monte	Conselheira Tutelar/ Ativista do MAB	Contexto urbano
Cachos	Santarém	Branca	Mato Grosso Altamira	Casamento/ Trabalho	HUE Belo Monte	Trabalhou como sinaleira em Belo Monte	Contexto urbano Contexto da obra
Ninféia	Almeirim	Não branca	Porto de Moz Altamira	Casamento/ Trabalho	Garimpo HUE Belo Monte	Garimpeira	Contexto urbano
Marupá	Altamira	Não branca	-	-	HUE Belo Monte	Babá	Contexto urbano
Guaraná	Maranhão	Negra	Tucuruí, Tocantins, Tailândia, Parauapebas, Barcarena, Altamira	Trabalho	HUE de Tucuruí Grande Carajás (Vale) Mineração Belo Monte	Comerciante	Contexto urbano



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO
MULHERES ATIVISTAS**

1. Dados Gerais

Nome:
Idade:
Pertença Étnico-racial:
Endereço:
Telefones para contato:
Naturalidade (Município/UF):
Grau de instrução:
Religião:
Orientação sexual:
Profissão/ocupação:
Estado civil. Já foi casada? Quantas vezes?
Tem filhos? Quantos?

2. Deslocamento/Migração

Já morou em outra(s) cidade(s)? Quais?
Qual (ou quais) o motivo do(s) deslocamento(s)?
Permaneceu quanto tempo em média em cada uma delas?
Há quanto tempo reside em Altamira?
O que a motivou a morar aqui?
Tem residência própria?

3. Participação política

*Você participa de algum movimento ou organização política? Se sim, desde quando?
Quais as principais pautas/lutas do movimento ou organização de que participa?
Já participou de outra organização ou movimento (associação, sindicato, partido político, movimento social, grupo de mulheres)? Se sim, qual?
Você enfrenta alguma dificuldade para participar de atividades políticas? Se sim, qual?
Quais os principais desafios enfrentados pelo movimento ou organização política de que participa?
Na sua opinião, quais os principais desafios da participação política das mulheres?*

4. Trabalho

Qual sua profissão?
Trabalha? Se sim, onde?
Tem vínculo empregatício? Qual tipo ?
Que atividade(s) realiza?
Tem dificuldade para conciliar trabalho e ativismo político?
Quais as principais atividades realizadas pelas mulheres em Altamira?
Quais as principais atividades desenvolvidas pelos homens?
Qual a sua renda individual e familiar?
Há diferença de rendimentos salariais entre homens e mulheres?
Teve alguma experiência de trabalho direta ou indireta em alguma barragem? Se sim, qual?
E seus parentes?
Quem é responsável pelo trabalho doméstico na sua família?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



5. A Hidrelétrica de Belo Monte

Quando e como ficou sabendo da construção da Hidrelétrica de Belo Monte?
Em sua opinião, ocorreram mudanças em Altamira após a obra? (No caso de sempre ter residido na cidade). Se sim, quais?
A obra afetou a sua vida? De que forma?
Para você a Hidrelétrica tem proporcionado benefícios para o município? Quais?
E problemas? Quais? Por quê?
Em sua opinião, trouxe algum impacto ao meio ambiente? Se sim, qual ou quais?
E para a vida das mulheres?

6. Violência

Quais os principais problemas enfrentados pelas mulheres na cidade?
Doença () Desemprego () Moradia () Insegurança/medo () Conflitos familiares ()
Conflitos comunitários () Conflitos políticos ()
E por você?
Doença () Desemprego () Moradia () Insegurança/medo () Conflitos familiares ()
Conflitos comunitários () Conflitos políticos ()
O que você considera violência?
Quais os tipos de violência as mulheres estão mais expostas em Altamira?
Quais os tipos de violência os homens estão mais expostos em Altamira?
Para você o que tem contribuído para o aumento da ocorrência da violência contra as mulheres em Altamira?
Nos outros municípios que morou a ocorrência da violência contra as mulheres era diferente ou não? (No caso de ter residido em outros municípios)
Aqui você se sente protegida?
Você já foi vítima de algum tipo de violência?
De qual forma? Física () Psicológica () Sexual () Econômica/Patrimonial () Social ()
De qual tipo? Doméstica () Intrafamiliar/familiar () conjugal () institucional () estrutural () simbólica () política ()
Em qual situação (relatar)? Quando e como ocorreu a violência?
E na sua atuação política, já viveu alguma situação de violência? Se sim, qual?

7. Construindo a rota crítica (No caso de relatar alguma situação de violência)

Compartilhou com alguém a ocorrência da violência? Se sim, quem?
Depois da agressão, você procurou ajuda? Com alguém? Em alguma instituição? Fez denúncia em alguma delegacia?
Se procurou algum serviço, qual foi? Por que e como procurou? Como foi o atendimento?
O que houve depois disso? Houve outras agressões?
Encontrou alguma dificuldade nesse período? Quais?

8. Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher

Existem serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência em Altamira? Se sim, quais?
Já procurou alguma vez? Em que situação? Como foi o atendimento?
Conhece a Lei Maria da Penha? Em sua opinião, como ela tem sido implementada na Região?
Como você sente/avalia as ações do governo para as mulheres? Ou como percebe as políticas públicas para as mulheres?
Você propõe alguma ação ou políticas para superação da violência contra as mulheres? Qual? Descreva.

9. Projeto de vida

Que projetos têm para o futuro?
Tem algum sonho? Qual?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO
MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA
(TRABALHADORAS RURAIS, PESCADORAS, RIBEIRINHAS)



1. Dados Gerais

Nome:

Idade:

Pertença Étnico-racial:

Endereço:

Telefones para contato:

Naturalidade (Município/UF):

Grau de instrução:

Profissão/ocupação:

Religião:

Orientação sexual:

Profissão/ocupação:

Estado civil. Já foi casada? Quantas vezes?

Tem filhos? Quantos?

Você participou ou participa de alguma organização política (associação, sindicato, partido político, movimento social, grupo de mulheres)? Se sim, qual?

2. Deslocamento/Migração

Já morou em outra(s) cidade(s)? Quais?

Qual (ou quais) o motivo do(s) deslocamento(s)?

Permaneceu quanto tempo (em média) em cada uma delas?

Há quanto tempo reside em Altamira?

O que a motivou a morar aqui?

Tem residência própria?

Como você conseguiu a sua terra/casa aqui na região? Em qual período?

3. Gênero e trabalho

Tem alguma profissão? Qual?

Trabalha? Onde? Desde quando?

Que atividades realiza?

Quais os desafios/dificuldades enfrenta para realizar seu trabalho?

Tem vínculo empregatício?

Recebe algum benefício ou crédito do governo?

Qual a sua renda individual e familiar?

Teve alguma experiência de trabalho direta ou indireta em alguma barragem? Se sim, qual?

E seus parentes?

Quem é responsável pelo trabalho doméstico na sua família?

4. História de violência

Quais os principais problemas enfrentados por você?

Doença () Desemprego () Moradia () Insegurança/medo () Conflitos familiares ()

Conflitos comunitários () Conflitos políticos ()

O que você considera violência?

Que tipos de violência ocorrem com mais frequência aqui onde você mora?

Aqui você se sente protegida?

Você já foi vítima de algum tipo de violência?

De qual forma? Física () Psicológica () Sexual () Econômica/Patrimonial () Social ()

De qual tipo? Doméstica () Intrafamiliar/familiar () conjugal () institucional () estrutural



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



() simbólica () política ()

Em qual situação (relatar)? Quando e como ocorreu a violência?

Você lutou para conseguir sua terra? Foi difícil? Teve conflito? Teve violência?

5. Construindo a rota crítica

Você contou para alguém sobre a ocorrência da violência? Quem?

Depois da agressão, você procurou ajuda? Com alguém? Em alguma instituição? Fez denúncia em alguma delegacia?

Se procurou algum serviço, qual foi? Por que e como procurou? Como foi o atendimento?

O que houve depois disso? Houve outras agressões?

Encontrou alguma dificuldade nesse período? Quais?

6. Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher

Você conhece algum serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência?

Se conhece, qual? Já procurou alguma vez? Em que situação? Como foi o atendimento?

Conhece a Lei Maria da Penha? Sabe do que se trata?

Como você sente/avalia as ações do governo para as mulheres? Ou como percebe as políticas públicas para as mulheres?

Você propõe alguma ação ou políticas para superação da violência contra as mulheres? Qual? Descreva.

7. A Hidrelétrica de Belo Monte

Como e quando ficou sabendo da construção da Hidrelétrica de Belo Monte?

A construção da Hidrelétrica mudou a cidade de Altamira? Se sim, em quais aspectos?

E

afetou a sua vida? De que forma?

Para você a Hidrelétrica tem proporcionado benefícios para o município? Quais?

E

problemas? Quais? Por quê?

Em sua opinião, trouxe algum impacto ao meio ambiente? Se sim, qual ou quais?

E para a vida das mulheres?

8. Projeto de vida

Tem projetos para o futuro? Se sim, quais?

Tem algum sonho? Qual?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO MULHERES INDÍGENAS

1. Dados Gerais

Nome:
Idade:
Pertença Étnico-racial:
Endereço:
Telefones para contato:
Naturalidade (Município/UF):
Grau de instrução:
Religião:
Orientação sexual:
Profissão/ocupação:
Estado civil. Já foi casada? Quantas vezes?
Tem filhos? Quantos?
Você participou ou participa de alguma organização política (associação, sindicato, partido político, movimento social, grupo de mulheres)? Se sim, qual?

2. Deslocamento/Migração

Já morou em outra(s) cidade(s)/território(s)/lugar(es)? Quais?
Qual (ou quais) o motivo do(s) deslocamento(s)?
Permaneceu quanto tempo (em média) em cada uma delas?
Há quanto tempo reside na região do Xingu e em Altamira?
O que a motivou a morar aqui?
Como você conseguiu a sua terra/casa aqui na região? Em qual período?

3. Gênero e trabalho

Tem alguma profissão? Qual?
Trabalha? Onde? Desde quando?
Que atividades realiza?
Quais os desafios/dificuldades enfrenta para realizar seu trabalho?
Tem vínculo empregatício?
Recebe algum benefício ou crédito do governo?
Qual a sua renda individual e familiar?
Teve alguma experiência de trabalho direta ou indireta em alguma barragem? Se sim, qual?
E seus parentes?
Quem é responsável pelo trabalho doméstico na sua família?

4. História de violência

Quais os principais problemas enfrentados por você?
Doença () Desemprego () Moradia () Insegurança/medo () Conflitos familiares ()
Conflitos comunitários () Conflitos políticos ()
O que você considera violência?
Que tipos de violência ocorrem com mais frequência aqui onde você mora?
Aqui você se sente protegida?
Você já foi vítima de algum tipo de violência?
De qual forma? Física () Psicológica () Sexual () Econômica/Patrimonial () Social ()
De qual tipo? Doméstica () Intrafamiliar/familiar () conjugal () institucional () estrutural () simbólica () política ()
Em qual situação (relatar)? Quando e como ocorreu a violência?



Você já sofreu algum tipo de violência porque você é indígena? (Relatar) Se sim, em qual situação?

Você lutou para conseguir sua terra? Foi difícil? Teve conflito? Teve violência?

Qual a opinião dos brancos (não indígenas) sobre os indígenas aqui da região? Eles respeitam a sua cultura, seu modo de vida?

Qual a opinião dos brancos sobre as mulheres indígenas? Você concorda com essa opinião?

5. Construindo a rota crítica

Você contou para alguém sobre a ocorrência da violência? Quem?

Depois da agressão, você procurou ajuda? Com alguém? Em alguma instituição? Fez denúncia em alguma delegacia?

Se procurou algum serviço, qual foi? Por que e como procurou? Como foi o atendimento?

O que houve depois disso? Houve outras agressões?

Encontrou alguma dificuldade nesse período? Quais?

6. Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher

Você conhece algum serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência?

Se conhece, qual? Já procurou alguma vez? Em que situação? Como foi o atendimento?

Conhece a Lei Maria da Penha? Sabe do que se trata?

Como você sente/avalia as ações do governo para as mulheres? Ou como percebe as políticas públicas para as mulheres?

Você propõe alguma ação ou políticas para superação da violência contra as mulheres? Qual? Descreva.

7. A Hidrelétrica de Belo Monte

Como e quando ficou sabendo da construção da Hidrelétrica de Belo Monte?

A construção da Hidrelétrica mudou a cidade de Altamira? Se sim, em quais aspectos?

E

afetou a sua vida? De que forma?

Para você a Hidrelétrica tem proporcionado benefícios para o município? Quais?

E

problemas? Quais? Por quê?

Em sua opinião, trouxe algum impacto ao meio ambiente? Se sim, qual ou quais?

E para a vida das mulheres?

8. Projeto de vida

Tem projetos para o futuro? Se sim, quais?

Tem algum sonho? Qual?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO MULHERES TRABALHADORAS DO CONSÓRCIO CCBM

1. Dados Gerais

Nome:
Idade:
Pertença Étnico-racial:
Endereço:
Telefones para contato:
Naturalidade (Município/UF):
Grau de instrução:
Religião:
Orientação sexual:
Profissão/ocupação:
Estado civil. Já foi casada? Quantas vezes?
Tem filhos? Quantos?
Você participou ou participa de alguma organização política (associação, sindicato, partido político, movimento social, grupo de mulheres)? Se sim, qual?

2. Deslocamento/Migração

Já morou em outra(s) cidade(s)? Quais?
Qual (ou quais) o motivo do(s) deslocamento(s)?
Permaneceu quanto tempo (em média) em cada uma delas?
Há quanto tempo reside em Altamira?
O que a motivou a morar aqui?
Tem residência própria?

3. Gênero e trabalho

Tem alguma profissão? Qual?
Trabalha? Onde? Desde quando?
Que atividades realiza?
Quais os desafios/dificuldades enfrenta para realizar seu trabalho?
Tem vínculo empregatício? Com qual empresa (avaliar a terceirização)?
Recebe algum benefício ou crédito do governo?
Qual a sua renda individual e familiar?
Como foi/é sua experiência de trabalho em Belo Monte? O que você identifica como positivo ou negativo?
O que aprendeu/tem aprendido com essa experiência? Que dificuldades enfrenta/enfrentou?
Existem diferenças nas atividades desenvolvidas pelas mulheres em Belo Monte em relação aos homens? E nas dificuldades enfrentadas existem diferenças? Se sim, quais?
Teve alguma experiência de trabalho direta ou indireta em alguma outra barragem? Se sim, qual?
E seus parentes?
Quem é responsável pelo trabalho doméstico na sua família?

4. História de violência

Quais os principais problemas enfrentados por você?
Doença () Desemprego () Moradia () Insegurança/medo () Conflitos familiares ()
Conflitos comunitários () Conflitos políticos ()
O que você considera violência?
Que tipos de violência ocorrem com mais frequência aqui onde você mora?
Aqui você se sente protegida?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



Você já foi vítima de algum tipo de violência?

De qual forma? Física () Psicológica () Sexual () Econômica/Patrimonial () Social ()

De qual tipo? Doméstica () Intrafamiliar/familiar () conjugal () institucional () estrutural () simbólica () política ()

Em qual situação (relatar)? Quando e como ocorreu a violência?

E no trabalho em Belo Monte, você se sente/sentia segura?

Na sua avaliação, no trabalho na construção de Belo Monte as mulheres estão expostas à violência? Se sim, a quais as principais formas de violência?

Você já vivenciou alguma situação de violência no trabalho?

() assédio sexual () assédio moral () violência física () acidente de trabalho/causas externas () outro ()

Se sim, você avalia que esse tipo de violência ocorre com a mesma frequência com os homens e as mulheres? Por quê?

5. Construindo a rota crítica

Você contou para alguém sobre a ocorrência da violência? Quem?

Depois da agressão, você procurou ajuda? Com alguém? Em alguma instituição? Fez denúncia em alguma delegacia?

Se procurou algum serviço, qual foi? Por que e como procurou? Como foi o atendimento?

Registrou a situação de violência na empresa? Teve apoio do Consórcio CCBM na situação? Como foi o posicionamento da empresa?

O que houve depois disso? Houve outras agressões?

Encontrou alguma dificuldade nesse período? Quais?

6. Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher

Você conhece algum serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência?

Se conhece, qual? Já procurou alguma vez? Em que situação? Como foi o atendimento?

Conhece a Lei Maria da Penha? Sabe do que se trata?

Como você sente/avalia as ações do governo para as mulheres? Ou como percebe as políticas públicas para as mulheres?

Você propõe alguma ação ou políticas para superação da violência contra as mulheres? Qual? Descreva.

7. A Hidrelétrica de Belo Monte

Como e quando ficou sabendo da construção da Hidrelétrica de Belo Monte?

A construção da Hidrelétrica mudou a cidade de Altamira? Se sim, em quais aspectos? E

afetou a sua vida? De que forma?

Para você a Hidrelétrica tem proporcionado benefícios para o município? Quais? E

problemas? Quais? Por quê?

Em sua opinião, trouxe algum impacto ao meio ambiente? Se sim, qual ou quais?

E para a vida das mulheres?

8. Projeto de vida

Tem projetos para o futuro? Se sim, quais?

Tem algum sonho? Qual?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO MULHERES “TRABALHADORAS DO SEXO”

1. Dados Gerais

Nome:
Idade:
Pertença Étnico-racial:
Endereço:
Telefones para contato:
Naturalidade (Município/UF):
Grau de instrução:
Religião:
Orientação sexual:
Profissão/ocupação:
Estado civil. Já foi casada? Quantas vezes?
Tem filhos? Quantos?
Você participou ou participa de alguma organização política (associação, sindicato, partido político, movimento social, grupo de mulheres)? Se sim, qual?

2. Deslocamento/Migração

Já morou em outra(s) cidade(s)? Quais?
Qual (ou quais) o motivo do(s) deslocamento(s)?
Permaneceu quanto tempo (em média) em cada uma delas?
Há quanto tempo reside em Altamira?
O que a motivou a morar aqui?
Tem residência própria?

3. Gênero e trabalho

Tem alguma profissão? Qual?
Trabalha? Onde? Desde quando?
Que atividades realiza?
Quais os desafios/dificuldades enfrenta para realizar seu trabalho?
Tem vínculo empregatício?
Recebe algum benefício ou crédito do governo?
Qual a sua renda individual e familiar?
Como foi/é sua experiência na venda de “serviços sexuais”? Que aspectos você avalia como positivos e negativos?
O que aprendeu/tem aprendido com essa experiência?
Que dificuldades enfrenta/enfrentou?
Existem diferenças nas atividades desenvolvidas pelas mulheres e pelos homens nesse tipo de trabalho? Se sim, quais?
Teve alguma experiência de trabalho dessa natureza em outra barragem? Se sim, qual?
Gostaria de realizar outro tipo de trabalho? Se sim, qual e por quê?
Quem é responsável pelo trabalho doméstico na sua família?

4. História de violência

Quais os principais problemas enfrentados por você?
Doença () Desemprego () Moradia () Insegurança/medo () Conflitos familiares ()
Conflitos comunitários () Conflitos políticos ()
O que você considera violência?
Que tipos de violência ocorrem com mais frequência aqui onde você mora?
Aqui você se sente protegida?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



Você já foi vítima de algum tipo de violência?

De qual forma? Física () Psicológica () Sexual () Econômica/Patrimonial () Social ()
De qual tipo? Doméstica () Intrafamiliar/familiar () conjugal () institucional () estrutural
() simbólica () política ()

Em qual situação (relatar)? Quando e como ocorreu a violência?

E no “trabalho sexual”, você se sente/sentia segura?

Na sua avaliação, quais os tipos de violência as mulheres estão mais expostas no “trabalho sexual”?

Você já vivenciou alguma situação de violência no trabalho?

() assédio sexual () assédio moral () violência física () acidente de trabalho ()
outro ()

Se sim, você avalia que esse tipo de violência ocorre com a mesma frequência com os homens e as mulheres? Por quê?

5. Construindo a rota crítica

Você contou para alguém sobre a ocorrência da violência? Quem?

Depois da agressão, você procurou ajuda? Com alguém? Em alguma instituição? Fez denúncia em alguma delegacia?

Se procurou algum serviço, qual foi? Por que e como procurou? Como foi o atendimento?

O que houve depois disso? Houve outras agressões?

Encontrou alguma dificuldade nesse período? Quais?

6. Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher

Você conhece algum serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência?

Se conhece, qual? Já procurou alguma vez? Em que situação? Como foi o atendimento?

Conhece a Lei Maria da Penha? Sabe do que se trata?

Como você sente/avalia as ações do governo para as mulheres? Ou como percebe as políticas públicas para as mulheres?

Você propõe alguma ação ou políticas para superação da violência contra as mulheres? Qual? Descreva.

7. A Hidrelétrica de Belo Monte

Como e quando ficou sabendo da construção da Hidrelétrica de Belo Monte?

A construção da Hidrelétrica mudou a cidade de Altamira? Se sim, em quais aspectos?
E

afetou a sua vida? De que forma?

Para você a Hidrelétrica tem proporcionado benefícios para o município? Quais?
E

problemas? Quais? Por quê?

Em sua opinião, trouxe algum impacto ao meio ambiente? Se sim, qual ou quais?

E para a vida das mulheres?

8. Projeto de vida

Tem projetos para o futuro? Se sim, quais?

Tem algum sonho? Qual?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



Você já foi vítima de algum tipo de violência?

De qual forma? Física () Psicológica () Sexual () Econômica/Patrimonial () Social ()

De qual tipo? Doméstica () Intrafamiliar/familiar () conjugal () institucional () estrutural () simbólica () política ()

Em qual situação (relatar)? Quando e como ocorreu a violência?

E no "trabalho sexual", você se sente/sentia segura?

Na sua avaliação, quais os tipos de violência as mulheres estão mais expostas no "trabalho sexual"?

Você já vivenciou alguma situação de violência no trabalho?

() assédio sexual () assédio moral () violência física () acidente de trabalho () outro ()

Se sim, você avalia que esse tipo de violência ocorre com a mesma frequência com os homens e as mulheres? Por quê?

5. Construindo a rota crítica

Você contou para alguém sobre a ocorrência da violência? Quem?

Depois da agressão, você procurou ajuda? Com alguém? Em alguma instituição? Fez denúncia em alguma delegacia?

Se procurou algum serviço, qual foi? Por que e como procurou? Como foi o atendimento?

O que houve depois disso? Houve outras agressões?

Encontrou alguma dificuldade nesse período? Quais?

6. Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher

Você conhece algum serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência?

Se conhece, qual? Já procurou alguma vez? Em que situação? Como foi o atendimento?

Conhece a Lei Maria da Penha? Sabe do que se trata?

Como você sente/avalia as ações do governo para as mulheres? Ou como percebe as políticas públicas para as mulheres?

Você propõe alguma ação ou políticas para superação da violência contra as mulheres? Qual? Descreva.

7. A Hidrelétrica de Belo Monte

Como e quando ficou sabendo da construção da Hidrelétrica de Belo Monte?

A construção da Hidrelétrica mudou a cidade de Altamira? Se sim, em quais aspectos?

E

afetou a sua vida? De que forma?

Para você a Hidrelétrica tem proporcionado benefícios para o município? Quais?

E

problemas? Quais? Por quê?

Em sua opinião, trouxe algum impacto ao meio ambiente? Se sim, qual ou quais?

E para a vida das mulheres?

8. Projeto de vida

Tem projetos para o futuro? Se sim, quais?

Tem algum sonho? Qual?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora,

Você está sendo convidada a participar da Pesquisa intitulada **“Projeto de infraestrutura na Região Amazônica e violência contra as mulheres: a experiência de Belo Monte”**, sob responsabilidade da pesquisadora Milena Fernandes Barroso, que tem como objetivo principal analisar a violência contra as mulheres no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento em curso na Amazônia com foco na experiência da construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Esta pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, espaço que defende os interesses dos participantes voluntários de pesquisas em sua integridade e dignidade, por meio da regulamentação, análise e fiscalização da conduta ética dos pesquisadores, nos termos das Resoluções nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e nº 510 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde.

A realização dessa pesquisa traz como benefícios a possibilidade de levantar os principais problemas vivenciados pelas mulheres atingidas por barragens, contribuir na visibilidade da violência contra as mulheres e subsidiar a elaboração de políticas públicas de proteção as mulheres neste contexto. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às questões indicadas no roteiro da entrevista, onde as questões devem ser respondidas livremente. Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações contidas neste documento. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A entrevista é de caráter sigiloso, isto é, seu nome e endereço serão preservados e não poderão ser divulgados pela pesquisadora em qualquer hipótese. Somente com o seu consentimento as entrevistas poderão ser gravadas e quando as gravações forem autorizadas, você terá direito a receber cópia da transcrição das fitas gravadas durante a entrevista, bem como, terá garantido o acesso aos resultados da pesquisa.

O local e a data de realização das entrevistas serão escolhidas segundo sua preferência, preservando seu conforto, intimidade e segurança. Você não terá despesa e nem compensação financeira relacionada à sua participação nessa pesquisa. Você tem garantido a disponibilidade de tratamento médico e indenização em caso de danos que os justifiquem e



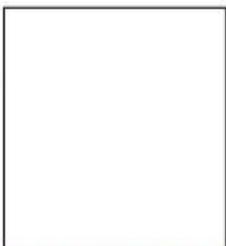
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



que sejam diretamente causados pelos procedimentos da pesquisa (nexo causal comprovado).

Embora saiba que os riscos inerentes à sua participação na pesquisa são mínimos, ressaltamos que, em caso de dúvida, você pode procurar informações com a pesquisadora responsável, Milena Fernandes Barroso, no telefone (92) 981009612 e e-mail: mibarroso@yahoo.com.br, ou com a orientadora da pesquisa, a senhora Elaine Rossetti Behring, professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, através do endereço: Rua. São Francisco Xavier, 524, bloco D, sala 9002, Pavilhão João Lyra Filho, bairro Maracanã, cidade do Rio de Janeiro; ou pelo telefone (21)2334-0299. Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com as mesmas comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180. Este documento será assinado em duas vias, ficando uma cópia com a pesquisadora e a outra deverá ser entregue a você, antes da realização da entrevista.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

_____	ou	_____
Assinatura do participante		Data
		
_____	Impressão do dedo polegar	_____
Pesquisadora Responsável	Caso não saiba assinar	Data

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROJETO DE INFRAESTRUTURA NA REGIÃO AMAZÔNICA E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: A EXPERIÊNCIA DE BELO MONTE

Pesquisador: Milena Fernandes Barroso

Versão: 3

CAAE: 57970516.0.0000.5282

Instituição Proponente: Faculdade de Serviço Social

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 070712/2016

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto PROJETO DE INFRAESTRUTURA NA REGIÃO AMAZÔNICA E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: A EXPERIÊNCIA DE BELO MONTE que tem como pesquisador responsável Milena Fernandes Barroso, foi recebido para análise ética no CEP CONEP em 20/07/2016 às 12:05.

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br